UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TESE

EM BUSCA DA AUTOCRÍTICA: REFLEXÕES E RESSIGNIFICAÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS GUERRILHEIRAS NO BRASIL (1969 – 1980)

CARLOS EDUARDO MALAGUTI CAMACHO

Seropédica

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Em busca da autocrítica: reflexões e ressignificações das experiências guerrilheiras no brasil (1969 – 1980)

Carlos Eduardo Malaguti Camacho

Sob a orientação do Professor

Doutor Jean Rodrigues Sales

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História, ao Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Seropédica

2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C172b

Camacho, Carlos Eduardo Malaguti, 1989-
EM BUSCA DA AUTOCRÍTICA: REFLEXÕES E RESSIGNIFICAÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS GUERRILHEIRAS NO BRASIL (1969 – 1980) / Carlos Eduardo Malaguti Camacho. - Seropédica, 2025.
469 f.

Orientador: Jean Rodrigues Sales.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em História, 2025.

1. Guerrilhas. 2. Prisão. 3. Exílio. 4. Redemocratização. 5. Esquerdas. I. Sales, Jean Rodrigues, 1972-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em História III. Título.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO Nº 280 / 2025 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.021690/2025-20

Seropédica-RJ, 29 de abril de 2025.

Nome do(a) discente: CARLOS EDUARDO MALAGUTI CAMACHO

TESE submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTOR EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM : 29 de abril de 2025

Banca Examinadora:

Dra. IZABEL PRISCILA PIMENTEL DA SILVA, UERJ Examinadora Externa à Instituição

Dra. MARIA CLAUDIA BADAN RIBEIRO Examinadora Externa à Instituição

Dr. REGINALDO BENEDITO DIAS, UEM Examinador Externo à Instituição

Dr. ALEXANDRE FORTES, UFRRJ Examinador Interno

Dr. JEAN RODRIGUES SALES, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 29/04/2025 16:18)
ALEXANDRE FORTES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1308466

(Assinado digitalmente em 29/04/2025 13:49)
JEAN RODRIGUES SALES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1720605

(Assinado digitalmente em 29/04/2025 12:49)
MARIA CLÁUDIA BADAN RIBEIRO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 278.498.908-92

(Assinado digitalmente em 13/05/2025 10:40)
REGINALDO BENEDITO DIAS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 468.772.669-00

(Assinado digitalmente em 30/04/2025 14:58)
IZABEL PRISCILA PIMENTEL DA SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 087.116.597-00

Visualize o documento original em **https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **280**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **29/04/2025** e o código de verificação: **cd9565c817**

Um dia desse eu tava meio cabreiro
Sem saber o que pode me acontecer
E não ver o fruto que eu plantei em algum janeiro
Mas tive um relampejo de que já estão aí
E a gente pode ser feliz agora mesmo
Apesar da batalha, o pente cheio
As tecnologias ancestrais nós temos
Pra induzir o sonho dentro de um pesadelo
Entre um traçante e outro
Dilatar o tempo e imaginar um mundo novo.
Don L – Primavera.

Para minha mãe, Maria Inês Malaguti.

AGRADECIMENTOS.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço ao professor Jean, pela acolhida pessoal e pelo apoio incondicional durante essa longa e difícil trajetória que trilhei no Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ. Obter sua orientação foi fundamental para que eu pudesse ter a certeza de que minhas elocubrações acerca de um tema tão novo pudessem ganhar contornos de pesquisa científica; seus conselhos, leituras, apontamentos foram fundamentais para trilhar esse caminho, e por vezes nossas discussões foram instigantes para que a pesquisa fosse concluída. Agradeço ainda, de maneira bastante pessoal, pelo suporte emocional e institucional para que eu pudesse superar as maiores adversidades da minha vida em busca de concluir essa etapa.

A trajetória trilhada nesses cincos anos foi marcada por enormes percalços, pessoais e também sociais. Os corredores tão tranquilos e bonitos da *Rural* só me proporcionaram um dia de acolhimento e logo em seguida, a pandemia da COVID 19 fez com que as salas de aula fossem trocadas pelas salas das casas. Sem dúvida, esse rearranjo impediu que trocas cotidianas acontecessem, mas ainda assim, os colegas das disciplinas foram generosos com leituras, trocas de informação, apontamentos e contribuições fundamentais. Agradeço de maneira muito especial a possibilidade de dividir, ainda que de maneira remota, as salas de aula com colegas tão brilhantes.

De modo muito especial, agradeço a todo o conjunto docente e de funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ. Para além das aulas e dos debates que enriqueceram todo o trabalho, o apoio institucional durante toda essa trajetória foi fundamental para que ela pudesse ser concluída. Em meio aos problemas pessoais que me atingiram, a figura do secretário Paulo Longarini foi essencial para que ainda pudesse estar matriculado no programa. Além de agradecer enormemente sua generosidade, aproveito para me desculpar das inúmeras vezes em que não consegui cumprir algum prazo burocrático e ele conseguiu me alertar e me ajudar nesse processo. Agradeço ainda ao Conselho de Pós-Graduação pela generosidade em conceder a ampliação do prazo diante de tais circunstâncias.

O trabalho do historiador requer o manuseio de fontes e a pesquisa em acervo muitas vezes se coloca como um desafio. Nesse sentido, o trabalho daqueles que organizam e ajudam na pesquisa se tornou fundamental para esses obstáculos pudessem ser vencidos. À Sandra, bibliotecária da Seção de Tratamento da Informação e Apoio à Pesquisa do Arquivo Edgard Leurenroth, da Unicamp, e ao Rodrigo Maroja, do Núcleo de História Oral e Memória da UFRJ, agradeço pela presteza em partilhar as entrevistas utilizadas na tese. Ao Sarkis Alves, da Fundação Perseu Abramo, agradeço ao empenho em ajudar na orientação pelos arquivos. Ao Guilherme Machado, do CEDEM/UNESP, agradeço pela gentileza de me atender em tantos momentos, partilhar seu amplo conhecimento sobre os arquivos e fornecê-los de modo a facilitar a pesquisa.

Dedicar-se a realizar uma pesquisa de Doutorado em conjunto com a atividade docente no ensino básico fez com que o cansaço as vezes se tornasse insuportável, mas ao mesmo tempo estimulou muito a persistência para que o trabalho seguisse. Por isso que é fundamental agradecer à equipe de gestão do Colégio Espírito Santo, que apoiou em todos os sentidos a caminhada nessa pesquisa, do mesmo modo que agradeço à cada aluna e aluno que esteve presente nessa trajetória, estimulando e fazendo com que cada vez mais eu desejasse o crescimento intelectual, para somar com suas aprendizagens.

Agradeço à família da vida, que se formou e se fortaleceu nos últimos tempos, sobretudo no momento em que a minha família de sangue partiu desse plano. João, Elson, Renan e Marina, obrigado por serem suporte emocional em tantos momentos. Fernando, meu irmão, parte considerável dessa tese foi feita na sua casa, que me abrigou, assim como seu afeto abrigou e deu vazão às minhas angústias. Caio, meu irmão, sua casa foi acolhida para muitos momentos em que a ansiedade se tornou insuportável. Á minha *hermana,* Paula Franco, agradeço pela coorientação, pelo privilégio de trocar tantas ideias, pelo interesse compartilhado nesse tema e por todas palavras que acalentaram esse difícil período.

Minha família de sangue foi partindo durante essa trajetória, tornando ela mais solitária e mais cinza, fazendo com que o sentido dela fosse se perdendo aos poucos. Resta agradecer pelo privilégio de ter sido guiado por tanto tempo por tanto amor, carinho e cuidado. Dona Iolanda, minha avó, me deixou antes mesmo de eu me formar. Mas agradeço a ela por ter sido tão doce enquanto me fazia cafuné. Minha tia, Maria Marta Malaguti, me deu um abraço muito apertado quando saiu minha aprovação no doutorado. Durante toda a minha vida, ela foi fundamental para que eu pudesse seguir meus estudos,

enquanto se dedicava dia e noite ao trabalho. Agradeço por cada gota de suor derramado que ajudou o seu filho postiço a ser criado.

E o último elo da minha família de sangue, de alma e de afeto, me deixou em maio de 2024. À ela, Maria Inês Malaguti, vou precisar dedicar algumas palavras que sequer cabem na escrita acadêmica. Toda a minha vida foi orientada para poder dar orgulho para você, que me levou à pré-escola e que me guiou até o doutorado. Tudo o que eu sempre quis na minha vida foi fazer você ter um filho doutor. Esse momento chegou e eu não vou poder olhar para você na banca de defesa e nem entregar o diploma para você. A vida se tornou sem sentido desde que você morreu, mas ao mesmo tempo, sua morte me fez perceber que a função daqueles que tem por ofício tratar do passado é fazer com que a memória permaneça sempre viva. Então, entregar essa tese e me tornar doutor se faz necessário para que, para sempre, seu nome esteja gravado nos arquivos, assim como estará para sempre estampado na minha parede da memória. Eu te amo.

E ao vivenciar o fim da família de sangue, a vida começou a tomar novos contornos quando fui construindo outra família e um novo lar. E nesse lar, me resta agradecer aos meus "filhos", Gaia e Simba, que se tornaram companheiros fundamentais para a finalização dessa tese. E junto deles, meu agradecimento mais especial e importante. Carol entrou na minha vida no momento em que eu estava em uma crise bastante grande na pesquisa, sem saber sequer como conseguir encaminhar a escrita do relatório de qualificação. E seu carinho e afeto foram se tornando energia e combustível para eu poder retomar. Seu apoio foi fundamental para que eu desse conta dessa etapa e sua ligação após a realização do exame de qualificação foi emblemático da trilha que iríamos seguir dali em diante. A partir dali, você entrou na minha vida e deu um novo colorido para ela, justamente no momento em que tudo se tornou cinza. Eu agradeço por todo o amor emanado, nos pequenos e grandiosos gestos. Agradeço por todas as lágrimas que você enxugou e por todos os risos que você me fez dar. Agradeço por estar escrevendo essas últimas linhas no nosso novo lar, cercado de amor, cuidado, afeto e calma. Esse encontro nosso é sorte grade. Ô sorte! Te amo!

ABREVIAÇÕES

AI-5 – Ato Institucional Nº 5.

ALA – Ala Vermelha PC do B.

ALN – Ação Libertadora Nacional.

AP – Ação Popular.

APML – Ação Popular Marxista-Leninista.

CIA - Central Intelligence Agency.

CN - Convención Nacional.

DI-GB – Dissidência Estudantil da Guanabara.

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações e Defesa Interna.

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social.

GTA – Grupo Tático Armado.

MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

MOLIPO – Movimento de Libertação Popular.

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro.

MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes.

OBAN – Operação Bandeirante.

OCML-PO – Organização Comunista Marxista-Leninista Política Operária.

OLAS - Organização Latino-Americana de Solidariedade.

PC do B – Partido Comunista do Brasil.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

PCUS – Partido Comunista da União Soviética.

POLOP – Política Operária.

PT – Partido dos Trabalhadores.

REDE – Resistência Democrática.

TL – Tendência Leninista.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

UP – Unidade Popular (Chile).

VAR-Palmares – Vanguarda Popular Revolucionária – Palmares.

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária.

RESUMO.

A pesquisa apresentada aqui procurou analisar as reflexões feitas pelos movimentos guerrilheiros brasileiros sobre sua atuação na luta armada em diferentes lugares sócio espaciais. Foram selecionados três espaços distintos: a prisão, o exílio, os espaços institucionais da reorganização política brasileira no contexto da distensão autoritária. Toma-se como pressuposto que cada um desses espaços citados incidiu nos processos de revisão, rearticulação e transformação das propostas elaboradas pelas organizações de esquerda no Brasil do mesmo modo que a presença de militantes da luta armada nesses espaços também afetou as construções políticas desses novos espaços. Procurou-se analisar especificamente como os guerrilheiros leram suas ações armadas bem como identificar os momentos em que a proposta de luta ou mesmo a ideologia política passou a ser questionada e rearticulada de novas maneiras, de acordo com os contextos políticos desses espaços. Por compor aquilo que pode ser entendido como memória traumática, foi feita a escolha de utilizar um arcabouço teórico-metodológico ancorado nas reflexões da História do Tempo Presente, inserindo objeto e sujeito no mesmo espaço cronológico. Também foram mobilizadas reflexões acerca da relação entre História, Memória e Trauma para que se pudesse promover uma reflexão mais diversa sobre a incidência das múltiplas temporalidades que surgiram ao longo da análise. Conclui-se que as leituras realizadas por parte das esquerdas revolucionárias estiveram em constante diálogo com a perspectiva de luta que se anunciava, e a busca pela autocrítica se pautou sobretudo na necessidade de reorganizar a luta empreendida, sem que necessariamente se negasse o caráter revolucionário ou o uso da violência como ferramenta de transformação social.

Palavras-chave: Guerrilhas. Prisão. Exílio. Redemocratização. Autocrítica.

ABSTRACT.

The research presented here sought to analyze the reflections made by Brazilian guerrilla movements about their role in the armed struggle in different socio-spatial places. Four distinct spaces were selected: the prison, the exile, the institutional spaces of the alternative press and the space for the formation of the Workers' Party. It is assumed that each of these spaces mentioned had an impact on the processes of review, rearticulation and transformation of the proposals made by leftist organizations in Brazil in the same way that the presence of militants of the armed struggle in these spaces also affected the political constructions of these new spaces. We sought to specifically analyze how the guerrillas read their armed actions as well as identify the moments in which the proposed struggle or even the political ideology came to be questioned and rearticulated in new ways. As it composes what can be understood as traumatic memory, the choice was made to use a theoretical-methodological framework anchored in the reflections of the History of the Present Time, inserting object and subject in the same chronological space. Reflections on the relationship between History, Memory and Trauma were also mobilized in order to promote a more diverse reflection on the incidence of the multiple temporalities that emerged during the analysis.

Key-words: Warfare. Jail. Exile. New Democracy Left parties.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1. Um pressuposto de pesquisa. 15

2. Apontamentos teórico-metodológicos. 33

3. Revisão historiográfica. 38

1. CAPÍTULO 1: APRESENTAÇÃO. 46

1.1. Capítulo 1: a guerrilha no purgatório: a revisão da luta armada no Presídio Tiradentes 46

1.2. As estruturas dos depoimentos. 55

1.3. As múltiplas vozes da guerrilha aprisionada: melancolia, rejeições e ressignificações da experiência armada. 60

1.4. "Eu era parte de um todo". Reorganização política, pertencimento e sociabilidade dentro da Torre das Donzelas. 72

1.5. "Estava sem muita convicção sobre, por exemplo, se devia ou não dar a vida pela causa": as críticas individuais à opção pelas armas 80

1.6. Memórias silenciadas e indícios de um processo inconcluso: os significados das críticas à luta armada presentes no livro Tiradentes: um presídio da Ditadura. 90

1.7. Emaranhados de revisão: conclusões: 98

2. CAPÍTULO 2: O EXÍLIO COMO LUGAR SÓCIO ESPACIAL DA REVISÃO DA LUTA ARMADA. 104

2.1. Introdução. 104

2.2. O exílio na historiografia brasileira. 105

2.3. A Tendência Leninista e a defesa do partido de massas. 111

2.4. Revista *Debate*: o espaço da crítica ao modelo da luta armada. 123

2.5. A ruptura ao modelo revolucionário da luta armada em torno da dicotomia entre aqueles militantes que permanecem na luta e os que estavam no exílio. 134

2.6. Unidade e Luta: debate sobre a luta armada. 139

2.7. A prática da autocrítica: O papel do movimento operário e a luta pelas liberdades democráticas nas páginas de Unidade e Luta. 156

2.8. A Var-Palmares e a crítica ao foquismo. 169

2.9. Brasil socialista e a centralidade do operariado na revolução brasileira. 180

2.10. *Nova Luta* e o proletário brasileiro como protagonista da revolução. 204

2.11. Conclusões. 215

3. CAPÍTULO 3: A CRÍTICA DA LUTA ARMADA NA REORGANIZAÇÃO DA ESQUERDA BRASILEIRA NO CONTEXTO DE DISTENSÃO AUTORITÁRIA. 218

3.1. Introdução. 218

3.2. A reorganização da Esquerda brasileira no processo de distensão autoritária. 220

3.3. O Jornal *Em Tempo* na reconstrução partidária brasileira no contexto da distensão autoritária. 227

3.4. As experiências armadas estrangeiras nas páginas de *Em Tempo*. 232
3.5. Uma autocrítica implícita: a questão armada em tempos de censura. 241
3.6. Lei da Anistia e o debate sobre os crimes de sangue: a narrativa da resistência. 257
3.7. Contribuições para a História da Esquerda no Brasil: a revisão da luta armada sistematizadas nas páginas de *Em Tempo*. 280
3.8. O caráter simbólico da ação libertadora nacional nas páginas de *Em Tempo*. 300
3.9. A revisão da luta armada e as disputas na reorganização da Esquerda brasileira. 315
3.10. As ações da VPR nas páginas de *Em Tempo*:..... 330
3.11. As Organizações Revolucionárias e a reorganização partidária brasileira. 333
3.12. O jornal *Movimento* como espaço do debate das esquerdas armadas. 340
3.13. A Guerrilha do Araguaia nas páginas de *Movimento*. 343
3.14. A seção cartas e o debate ampliado sobre a Guerrilha do Araguaia. 363
3.15. Memória e trauma na avaliação do Araguaia: o papel de José Genoíno. 377
3.16. Seção de cartas: espaço de discussão pública sobre a luta armada. 390
3.17. Edição especial de *Movimento*: por que a luta armada não deu certo? 403
4. CONCLUSÕES 441
FONTES CITADAS 454
REFERÊNCIAS 457

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de doutorado tem como objetivo analisar como foram realizadas as releituras das ações armadas das esquerdas revolucionárias brasileiras, feitas em três ambientes socioespaciais distintos: a prisão, o exílio e no espaço público brasileiro, formado no contexto de distensão autoritária em que as esquerdas brasileiras foram conquistando ambientes para sua atuação política. Entendemos que a experiência de luta armada no Brasil se estabeleceu entre os anos de 1967 e 1974, período em que diversos grupos guerrilheiros optaram pelas armas como metodologia de enfrentamento à Ditadura Militar e como estratégia para a implementação do socialismo no Brasil[1]. No entanto, mesmo antes da experiência guerrilheira ser derrotada, já se estabeleceu nas prisões e no exílio um movimento de debate e releitura sobre essa experiência. Nesse sentido, demarcamos o ano de 1969 como o marco inicial da pesquisa, pois é o primeiro momento em que discussões como essa aparecem, principalmente no presídio Tiradentes, em São Paulo, mas também em outros ambientes internos das organizações de luta armada. Apesar desses debates e releituras terem seguido na sociedade brasileira, delimitamos aqui, para fins metodológicos, o ano de 1980 como sendo o período final de estudo desse movimento de reflexão acerca da luta armada, pois entendemos que nesse ano, com a formação oficializada do Partido dos Trabalhadores, a transição política das esquerdas brasileiras foi demarcada para um novo modelo de organização, pautada pela estratégia de partido popular de massas e com isso o PT se estabeleceu como uma prática possível de autocrítica realizada por alguns integrantes dessas esquerdas armadas.

O principal objetivo dessa pesquisa é demonstrar as tensões, os embates, os agentes e os distintos discursos sobre a experiência armada no Brasil, a fim de lançar luz sobre o processo de transformação dos discursos e dos projetos políticos que permearam as esquerdas revolucionárias, utilizando documentos políticos, depoimentos, relatos e textos teóricos que abordaram o tema da guerrilha em sentido de reflexão, análise e autocrítica, formulando assim estratégias para a continuidade da luta política, ainda que muitas vezes deixando de lado a ferramenta guerrilheira. Nosso principal pressuposto teórico-metodológico é de que houve no Brasil uma série de generalizações acerca dessas

[1] Utilizamos como marco temporal o início das ações guerrilheiras da Ação Libertadora Nacional em 1967 e demarcamos como término dessa experiência o ano de 1974, pois ainda que não oficialmente, é o período em que cessaram qualquer tipo de atividade ligada à guerrilha, seja nas experiências urbanas, seja na Guerrilha do Araguaia. CF: REIS FILHO, RIDENTI, GORENDER.

experiências de autocríticas, que devem ser apresentadas no plural. Há uma leitura corrente na historiografia que sinaliza um abandono do viés revolucionário, um rechaçamento do uso da violência e a adesão aos postulados daquilo que pode ser chamado de via democrática. Ao longo da pesquisa, procuraremos argumentar que o conjunto de organizações e guerrilheiros analisados nesta pesquisa modulou e modificou seu discurso mediado pela autocrítica elaborada por meio da avaliação de que seria necessário realizar uma prática política voltada para as massas. Dessa forma, a prática da autocrítica que defendeu a luta em prol das liberdades democráticas e das melhorias nas condições de vida das classes trabalhadoras brasileiras não significou o abandono do viés revolucionário, mas sim uma transformação na prática política diante da avaliação dos motivos que levaram à derrota do projeto guerrilheiro.

Para discutir algumas premissas importantes sobre essas generalizações, escolhemos apresentar, por meio de uma análise do discurso do ex-guerrilheiro da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento de Libertação Nacional (MOLIPO), José Dirceu, o pressuposto que norteia essa pesquisa. Entendemos que o discurso de José Dirceu é uma das sínteses que reúne certos argumentos que permeia as generalizações relacionadas ao processo da luta armada e de sua avaliação.

1. Um pressuposto de pesquisa.

Durante a campanha presidencial de 2002 que levaria o ex-metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, os membros da campanha de Lula convocaram uma entrevista coletiva com a imprensa estrangeira. Durante a entrevista, um jornalista do Washington Post perguntou à José Dirceu, candidato à deputado federal, líder da campanha do Partido dos Trabalhadores e ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) o que ele teria aprendido durante os anos em que passou exilado em Cuba. Após uma brincadeira feita por Lula, Dirceu responde ao questionamento dizendo que:

> Eu li em uma revista uma reportagem sobre a minha vida com o título "o homem que faz a cabeça do Lula". Eu queria dizer que quem fez a minha cabeça foi o Lula. Quem mudou a minha geração foi o Lula e o PT. Nós já fizemos a autocrítica daqueles anos de guerrilha quando nós fundamos o PT. (SALES, 2004)

A cena, registrada no documentário "Entreatos" de 2004, dirigido por João Moreira Sales, segue com uma complementação feita pelo próprio Lula que disse:

> A esquerda durante os anos 1960 e 1970 acreditava que a única forma de chegar ao poder era a partir da luta armada revolucionária. Nós fundamos o PT para provar que havia outro caminho para que a esquerda chegasse ao poder que não fosse por esse caminho, mas sim por um caminho democrático. (SALES, 2004)

Estre trecho pode ter passado despercebido em meio aos diversos temas e distintas filmagens emblemáticas presentes nesse documentário, mas ele é sintomático sobre o processo de memória acerca da experiência guerrilheira no Brasil. Ao afirmar que a criação do Partido dos Trabalhadores foi a síntese da autocrítica feita pelos militantes que pegaram em armas durante os anos 1960 e 1970, José Dirceu expressou uma visão hegemônica presente dentro da cultura política de esquerda no Brasil. Uma visão que, grosso modo, aponta para a guerrilha como uma experiência equivocada, mal organizada e sem embasamento social e que ao ser derrotada pela Ditadura, compreendeu que havia a necessidade de promover uma mudança de estratégia, utilizando os mecanismos do jogo político democrático como ferramenta para se chegar ao poder, evitando assim aquele que é visto como o maior erro da luta armada: a falta de apoio popular. Outra generalização que está presente em sua fala diz respeito ao papel do Partido dos Trabalhadores perante às esquerdas revolucionárias brasileiras, indicando como sendo a adesão a este partido o caminho correto da autocrítica realizada por parte dessas esquerdas.

Ao longo da pesquisa, ficará demonstrado que alguns sujeitos que pegaram em armas nas experiências guerrilheiras encontraram na criação do PT um novo modelo de luta que justamente corrigiria o equívoco observado pelos intensos debates e autocríticas. Porém, não foi a maioria dos militantes das esquerdas revolucionários que praticaram essa autocrítica. Além disso, mesmo entre àqueles que fizeram essa escolha, houve quem optasse pela militância no PT como uma ação tática, sem que isso significasse o abandono do viés revolucionário ou o rechaçamento da violência como ferramenta de construção do socialismo. Para aqueles que optaram na militância dentro deste novo partido, a escolha ocorreu por ele representar e, principalmente, projetar como protagonistas na arena política os sujeitos que faltaram ao encontro da revolução armada das décadas de 1960 e 1970: os operários.

Conforme foi amplamente demonstrado pela historiografia de referência, as fontes analisadas nessa pesquisa demonstraram como a maior parte das avaliações das experiências guerrilheiras no Brasil identificaram como a principal causa da sua derrota a ausência dos operários como protagonistas das ações armadas, ainda que as múltiplas reflexões tenham encontrado diferentes maneiras de interpretar esse processo. Mas de maneira geral, as leituras apontam a falta de participação dos trabalhadores urbanos como o principal sintoma para a derrota. Diante desse quadro, as falas de diversos personagens indicam o impacto que as mobilizações operárias entre 1978 e 1980 na região da Grande São Paulo tiveram em seus fundamentos políticos. Perly Cipriano, que atuou na Ação Libertadora Nacional e esteve preso entre 1969 e 1979, revela esse impacto ao dizer que:

> Foi quando eu estava preso que eu li as notícias sobre as greves do ABC e sobre o Lula. Você vê. Preso desde 1969. Metido com política, com a esquerda, com socialismo desde a década de 1950, ouvir que os operários estavam fazendo greve, aquilo era a coisa mais importante do mundo pra gente. (CIPRIANO, 2019)

O depoimento de Cipriano é um indício daquilo que será analisado ao longo da tese, sobre a relação entre a parte da esquerda revolucionária que aderiu ao PT e a autocrítica realizada por ela. Na visão expressada por José Dirceu, foi a criação do Partido dos Trabalhadores que sintetizou a autocrítica realizada pelas esquerdas revolucionárias, mas quando se analisa a fala de Perly Cipriano, se observa que não foi o partido em si que orientou o movimento daqueles que optaram pelo partido, mas sim a efervescência dos movimentos operários que foram a base de sua criação.

Dessa forma, pode parecer que as falas de Dirceu e Cipriano são convergentes, mas há uma sensível diferença entre elas naquilo que tange especificamente o sentido exato da experiência guerrilheira. E aqui, é importante demarcar um aspecto fundamental dos debates historiográficos acerca do tema, para que se possa dar sequência. Apesar de concordar com a ideia de Marcelo Ridenti sobre as guerrilheiras também terem se configurado na prática como uma experiência de resistência à Ditadura Militar no Brasil, toma-se como pressuposto para a pesquisa aquilo que mobilizou o imaginário coletivo daqueles que pegaram em armas: a revolução socialista. Com base nas leituras dos documentos das organizações, não pode restar dúvidas que os grupos que pegaram em armas no Brasil pertenciam ao que será nomeado ao longo da pesquisa como *Esquerda Revolucionária,* cujo objetivo central seria a transformação do Brasil em um Estado socialista. Ainda que isso não signifique que todos àqueles que aderiram à esses grupos o

fizessem com esse objetivo, o imaginário coletivo que permeava a esquerda naquele período foi exatamente esse. É a partir dessa leitura que as falas de Cipriano e Dirceu se afastam, pois no contexto da campanha eleitoral de 2002, Dirceu e Lula se apressavam em afastar o Partido dos Trabalhadores de qualquer tendência associada à esquerda. O primeiro, praticamente se negou a responder no primeiro momento sobre a experiência da luta armada, o segundo é ainda mais incisivo em dissociar a sua figura de setores da esquerda. Na mesma entrevista documentada pelo filme de João Moreira Sales, Lula é questionado sobre estar próximo de conduzir à esquerda para a sua mais importante vitória na América Latina. Diante disso, ele responde: "Eu confesso a você que eu não gosto de ser rotulado. A mim não tem nenhuma vantagem eu dizer que sou de centro-esquerda, que sou de esquerda". (SALES, 2004)

Em outro momento, ao ser questionado sobre como ficaria as relações diplomáticas do Brasil com os EUA, uma vez que políticos conservadores norte-americanos identificavam Lula como um líder radical e de relações próximas à Hugo Chavez e Fidel Castro, ele responde dizendo que:

> As pessoas que demonstram certo preconceito, eu não diria nem que são conservadoras, porque muitas vezes é falta de informação; não tem problema dizer que eu tenho relações políticas com Fidel Castro e com Hugo Chavez, mas poderiam dizer que eu tenho relações políticas com Vicente Fox, com todos os países da Europa, com os países da África, com a China (...) (SALES, 2004)

Isso evidencia como o ano de 2002 marcou uma significativa mudança das posições políticas do Partido dos Trabalhadores para o público externo[2]. Nesse ambiente marcado por uma releitura do projeto político do partido, rompendo com uma ideologia mais radical para lograr êxito na campanha eleitoral, parece ser evidente que o discurso de José Dirceu sobre seu passado guerrilheiro também tomaria o mesmo caminho. Com isso, a leitura da experiência armada como um erro e a conotação mitificada que Lula e o Partido dos Trabalhadores ganhou na resposta de Dirceu é uma expressão desse tempo presente de 2002, marcado pelas tensões políticas do período. Além disso, é preciso sempre observar que a fala de Dirceu procurou generalizar todos os processos de autocrítica realizados pelos agentes das esquerdas revolucionárias, e conforme se

[2] Além dos exemplos analisados também seria possível citar a presença do marqueteiro Duda Mendonça, experiente no marketing político e tido como fundamental para a vitória de Lula na campanha de 2002.

procurará demonstrar ao longo da pesquisa, é necessário compreender essas autocríticas no plural.

Diante dessa análise, é possível identificar como o contexto eleitoral e todas as transformações pelas quais o Partido dos Trabalhadores passou desde a sua fundação em 1980 estavam incidindo sobre a autocrítica apresentada por José Dirceu. Soma-se a isso uma questão bastante peculiar de sua trajetória posterior à luta armada. Dirceu foi um dos protagonistas da criação da MOLIPO, que ocorreu em 1969, quando este fazia o treinamento em Cuba e foi promovida uma dissidência da ALN. Ao regressarem ao Brasil, a grande parte dos 28 membros do grupo foi assassinada pelas forças da repressão. Tudo isso acabou gerando na MOLIPO um certo viés de tabu que é expressado pelo silêncio de José Dirceu sobre o tema. O único relato feito sobre essa experiência está em sua biografia oficial, escrita por Otávio Cabral. Marcelo Ridenti e Denise Rollemberg, historiadores que se dedicaram a analisar os diferentes grupos armados no Brasil, questionaram à diversos militantes da guerrilha sobre questões relacionadas à MOLIPO ao qual respondiam sempre que o Dirceu é quem tinha mais informações. Os dois historiadores comentavam que não conseguiam fazer com que ele desse entrevista sobre o tema.

Diante desse pressuposto, é possível concluir algumas questões iniciais que vão nortear toda a pesquisa. Em primeiro lugar, é importante considerar que José Dirceu se tornou, dentre os personagens que pegaram em armas, o de maior destaque na política nacional posteriormente. Visto como um dos principais articuladores do PT ao longo dos anos 1990, sua importância política se consolidou quando o partido chegou ao poder e ele se tornou ministro da Casa Civil do primeiro governo Lula e foi visto, até o escândalo do mensalão, como sucessor de Lula na presidência. Tendo em vista a importância de sua figura pública e observando o discurso do partido na campanha eleitoral, parece ser bem compreensível os motivos da releitura sobre a luta armada que a desqualifica como experiência histórica e a condena como um equívoco em todos as suas nuances.

Mas mesmo diante de sua importância histórica, não significa dizer que as demais autocríticas foram feitas da mesma maneira, pois mesmo que Perly Cipriano demonstre algo que foi bastante generalizado entre os guerrilheiros, não foram todos que aderiram à proposta de criação do Partido dos Trabalhadores, conforme será analisado ao longo da tese. E de maneira ainda mais essencial, é importante ressaltar que o discurso de Cipriano interpretava a experiência armada como positiva, afirmando que: “Eu não me arrependo.

Não significa dizer que fizemos tudo certo, mas era preciso lutar. Perder sem lutar não poderia, como foi em 1964". (CIPRIANO, 2019)

O que se pretende argumentar como tese apresentada na pesquisa é a de que um conjunto de militantes da luta armada, ao realizaram as avaliações e delinearem os erros cometidos nessa experiência, identificaram como erros principais a ausência da participação das massas operárias na luta política praticada por elas. Diante disso, esse conjunto de militantes praticaram como autocrítica a adesão ao processo de criação do Partido dos Trabalhadores, vendo neste uma ferramenta capaz de mobilizar e fazer com que os operários dirigissem a política por meio desse partido popular. Mas diferente do discurso praticado por Lula em 2002, esse partido apenas ofereceria uma alternativa às armas, mas não abandonava o sentido da luta das esquerdas revolucionárias: a construção do Estado Socialista. Dessa maneira, o objetivo dessa tese é analisar quais motivos levaram os militantes das esquerdas armadas a aderirem ao PT e com isso pretende-se demonstrar de que maneira ocorreu esse processo entre àqueles que fizeram essa opção, sempre observando que outros caminhos de prática de autocrítica também foram trilhados.

Como desdobramento desse entendimento, é possível citar uma visão hegemônica da memória social sobre o tema, expressada na literatura histórica, das Ciências Sociais e Políticas e mesmo em uma memória compartilhada e hegemônica, propagada pelo Partido dos Trabalhadores. Essa visão hegemônica foi debatida sobretudo por Daniel Aarão Reis Filho, que defendeu a tese de que houve uma operação de memória realizada por parte dos militantes das esquerdas revolucionárias que passaram a negar o sentido da sua luta para ingressarem no novo contexto democrático formado no Brasil a partir de 1980. (REIS FILHO, 1990) Rosalba Lopes confere uma ampliação do sentido da democracia na reorganização política brasileira dos anos 1980, o que explicaria essa adesão ao Partido dos Trabalhadores. (LOPES, 2010). Jean Sales defende que as trajetórias dos guerrilheiros, principalmente no exílio, configuraram uma transmutação das identidades políticas desses militantes, que de maneira orgânica foram se distanciando da guerrilha e da revolução e aderindo a um projeto cuja centralidade estava na democracia. (SALES, 2020).

Não há nenhuma pretensão em desconsiderar os argumentos apresentados pelos trabalhos citados, mas apenas para adensar a compreensão do contexto histórico, procurar-se-á a defender a ideia de que o surgimento do Partido dos Trabalhadores

significou, ao menos para uma parte dos militantes das esquerdas revolucionárias, justamente a correção do erro cometido pelas guerrilhas na busca da implementação do socialismo no Brasil. Isso significa dizer, portanto, que a adesão ao PT, no momento de sua fundação, não significou se distanciar dos objetivos da construção do Estado Socialista; em muitos casos, não se negava sequer a necessidade do uso da violência como ferramenta revolucionária. Apenas se analisava o erro e procurava corrigi-lo. Essa foi, em inúmeras ocasiões, a prática da autocrítica realizada pelos militantes das esquerdas revolucionárias no Brasil. E, sobretudo, o que orientou a escolha pelo PT para àqueles que a fizeram, foi o protagonismo que os operários tiveram na sua criação, como um movimento orgânico de massas, celebrado na fala de Perly Cipriano e de outros guerrilheiros que serão apresentados ao longo da pesquisa.

Diante desse quadro, uma hipótese importante de trabalho estabelecida nessa tese é sobre a hegemonia política[3], que, conforme será apresentada posteriormente, se transformou em hegemonia da memória. Com a derrota da luta armada no Brasil, marcada sobretudo pelo fim da Guerrilha do Araguaia, houve uma espécie de vácuo na hegemonia da Cultura Política de Esquerda no Brasil[4], que durante os anos 1980 se consolidou no Partido dos Trabalhadores, que ocupou o papel de liderança hegemônica entre a esquerda brasileira. Portanto, se for possível pensar que a narrativa símbolo que introduziu esse texto é a narrativa expressada pelo Partido hegemônico na esquerda brasileira, é possível afirmar que a ideia de que a guerrilha no Brasil fez sua autocrítica ao negar os caminhos da luta armada fundando um partido político de massas que disputaria o jogo político democrático é uma memória hegemônica. Ao menos por meio das fontes analisadas aqui, àqueles que aderiram ao projeto do Partido dos Trabalhadores não o fizeram pela sua

[3] Utiliza-se aqui o conceito de hegemonia apresentado por Antonio Gramsci. Para este autor, o conceito de hegemonia está articulado às relações de poder em contextos históricos específicos em que agentes políticos, instituições e práticas se colocam em disputa no intuito de estabelecer uma relação de poder dentro da sociedade. É fundamental entender que este conceito não parte do pressuposto de uma relação engessada, mas estruturada de maneira dialética em torno de disputas de poder. CF: GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. (vol. 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2017.

[4] Parte-se da análise de que o Partido Comunista Brasileiro, o PCB, fundado em 1922 consolidou uma hegemonia na Cultura Política de Esquerda no Brasil, sendo o principal articulador de políticas desse espectro político. Essa hegemonia foi abalada pelo Golpe de 1964 e os grupos clandestinos, de luta armada ou não, que surgiram a partir de então exemplificam essa quebra na hegemonia. Com o processo de distensão política iniciado pela Lei da Anistia e pela rearticulação partidária, o Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980, se tornou hegemônico nessa cultura política de esquerda. CF: MALAGUTI, Carlos. A Revolução não pode esperar. Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo. Dissertação de Mestrado. 2018.

característica de integrar a via democrática, mas sim por este ser um partido de massas protagonizado por operários.

Após apresentar essa problematização inicial, é preciso também estabelecer a memória da luta armada atrelada ao conceito de memória traumática, debatida pela psicologia e pela historiografia que procurou dialogar com esse outro campo de estudo.

Entende-se que a experiência guerrilheira se colocou como uma experiência traumática para os sujeitos que dela participaram, sobretudo por dois aspectos fundamentais: a violência e a derrota[5]. A violência cotidiana que esteve inserida na experiência guerrilheira aponta diversos elementos traumáticos para os sujeitos que pegaram em armas. Por um lado, havia estruturação da repressão à luta armada, que empregou métodos extremamente violentos pode ser elencada como um elemento central disso que está sendo chamado aqui de memória traumática.

Diversas diretrizes repressivas passaram a compor o quadro do governo, e o combate as organizações guerrilheiras foi o principal foco desse momento. Foi por meio da Operação Bandeirante que os grupos guerrilheiros passaram a ser vistos como os principais inimigos da Ditadura e foi a partir daí que começou o emprego sistemático dos métodos de tortura[6].

Mariana Joffily mostra como a instauração da Operação Bandeirante foi decisiva para desarticular as organizações de esquerda armada através da obtenção de informação de maneira instantânea para combater atos "terroristas". A autora destaca que para combater as ações realizadas pela guerrilha urbana, a repressão criou uma operação baseada na obtenção de informações, que por sua vez, seriam coletadas através da tortura de militantes presos. Os órgãos de repressão formaram uma ação em conjunto com diversas unidades do 2º Exército, cujo objetivo era investigar as ações de cunho político. Recolheriam todas as informações possíveis sobre o tema e analisariam os processos que tinham como alvo militantes de organizações armadas. A partir da formação desse núcleo

[5] Por questões teórico-metodológicas, está sendo apresentada como elementos do trauma essas duas esferas por se tratarem de aspectos possíveis de serem analisados coletivamente. Ainda assim cabe destacar que as experiências das guerrilheiras e dos guerrilheiros foram diversas e que o cotidiano da clandestinidade, as violências causadas pelas sessões de tortura, a perda de companheiros, a ruptura com a família, as opressões de gênero e sexualidade dentro das próprias organizações e diversos outros fatores também são elementos do trauma que a experiência guerrilheira se tornou na memória daqueles que pegaram em armas.

[6] A tortura foi praticada durante todo o regime militar. Com a Operação Bandeirante ela caminhou para sua institucionalização, transformando-se assim em uma política de estado. CF: JOFFILY, Mariana. No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI-CODI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Edusp, 2012.

especializado, diversos militantes das organizações clandestinas já atuantes – principalmente da ALN – começaram a ser presos, resultando assim em severas baixas para as organizações. (JOFFILY, 2013, pp. 39 – 40)

A OBAN foi criada oficialmente em 1º de julho de 1969, com o objetivo de "identificar, localizar e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos que atuam na área do II Exército, particularmente em São Paulo, com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertençam". (Idem). Dessa forma, se percebe que com a criação dessa operação, os militantes de luta armada passariam a sofrer com uma repressão especializada e que tinha como claro objetivo desmantelar suas organizações.

Com essa perseguição institucionalizada, a luta armada passou por momentos de intensa repressão, tendo que enfrentar, pela primeira vez, o regime militar munido de ferramentas próprias para combater suas ações. Mesmo com relação às experiências distantes dos centros urbanos, a violência repressiva foi uma marca estruturante das relações com o Estado autoritário. Patrícia Mechi demonstra como o regime militar, após ter sido derrotado em duas campanhas para conter à Guerrilha do Araguaia, se organizou de maneira diferente para desmontar a experiência. Em primeiro lugar, incorporaram uma série de serviços de atendimento básico aos moradores da região por meio da Ação Cívico-Social (ACISO). Em paralelo, organizaram um levantamento de informações por meio do serviço de inteligência do exército, para obterem informações acerca da guerrilha. Assim, agentes do exército atuaram à paisana e organizaram um aparato repressor que dizimou a Guerrilha do Araguaia, provocando assim um viés intenso de violência que atuou de modo a transformar essa experiência em uma das mais traumáticas no contexto das guerrilhas brasileiras. (MECHI, 2015, p. 253)

Esse viés é citado por José Genoíno Neto, um dos sobreviventes da campanha, que em múltiplas entrevistas deixa claro como as mortes de companheiros no Araguaia foram traumáticas em seu processo de elaboração dessa memória e na atuação política. Em entrevista concedida à Jean Sales em 2019, Genoíno afirma que:

> Minha ruptura com o PC do B foi muito traumática. Foi muito agressivo. Não foi brincadeira. Eu fiquei muitas noites com pesadelo. Porque eu fui colocado na seguinte situação. Você é um dos poucos que sobreviveu. E aí você fica com a culpa de ter sobrevivido. Isso é barra pesada né. Isso são marcas profundas. (GENOÍNO, 2019)

Por outro lado, também é possível entender que a derrota do projeto revolucionário se colocou como um elemento do trauma dessa experiência histórica. Conforme atesta a historiografia sobre a luta armada no Brasil, os grupos que pegaram em armas o fizeram com o objetivo de utilizar a luta armada para implementar um novo modelo político-social, construindo o socialismo na sociedade brasileira. A repressão política instaurada sobretudo a partir da criação da Operação Bandeirante foi responsável por eliminar esse projeto revolucionário, fazendo com que o sonho dessa geração tenha sido enterrado. Nesse sentido, o depoimento de Carlos Eugênio Paz, o Clemente, integrante da Ação Libertadora Nacional é ilustrativo de um ponto de vista desse trauma ao dizer que: "o sentido da luta que foi travada estava expressado na palavra de ordem do grupo: pátria ou morte. Eu estava preparado para vencer ou morrer. Só não estava preparado para perder e continuar vivo".

Parece ser evidente pelo depoimento de Clemente como a derrota da luta armada se colocou como um elemento traumático desses militantes e a esse trauma, se soma a violência empregada pelos próprios guerrilheiros, seja no enfrentamento direto com a Ditadura, que provocavam vítimas entre os revolucionários e entre as forças da repressão, seja nos justiçamentos promovidos contra perpetradores de violência e tortura, como no caso emblemático da ação que matou Charles Burke Elbrick, ou seja nos justiçamentos cometidos pelos grupos armados contra militantes considerados traidores, talvez um dos pontos mais complexos da experiência guerrilheira no Brasil.

O uso da violência como ferramenta política foi e continua sendo alvo de intenso debate na historiografia, na sociologia e na ciência política. Chama a atenção nesse debate a maneira como a violência foi encarada pelos guerrilheiros. O uso da violência, que rompe com a humanidade teve sentido no caráter revolucionário da luta, como um preço a se pagar no processo de implementação de uma nova sociedade. Parece ser possível afirmar que com a derrota do projeto revolucionário, os guerrilheiros que sobreviveram tiveram dificuldade em encarar esse uso da violência, configurando assim o elemento de trauma nessa memória.

Esse processo, sem dúvida alguma, criou um conflito de memórias. Porém, os discursos contra hegemônicos, que devem ser identificados com os guerrilheiros, acabaram sendo silenciados e provocando um recalque na memória[7]. Isso foi responsável

[7] Ao se debruçar sobre as questões da memória e do trauma, o psicanalista Sigmund Freud afirma que para ocorrer a elaboração da memória traumática é necessário o processo de organização dessa memória por

por um posterior silenciamento em que os personagens da luta armada não foram ouvidos, criando um ambiente de difícil acesso para realização de entrevistas, que poderiam servir como material de análise.

Nesse sentido, são fundamentais aqui os apontamentos feitos por Berber Bevernage, que ao se debruçar sobre o caso da criação da Comissão da Verdade da África do Sul, a TRC, explica que:

> A TRC, de acordo com seus integrantes, empenhou-se na 'luta da memória contra o esquecimento' de Milan Kundera. Alex Boraine cita a famosa frase de George Santayama de que 'aqueles que esquecem o passado estão condenados a repeti-lo', e ele lembra aos seus leitores sobre a antiga sabedoria judaica de que 'lembrar é o segredo da redenção'. (BERVENAGE, 2018, pp. 108 – 109)

Dessa forma, a memória social ou de grupo que foi impedida de ser narrada não encontra espaço para sua elaboração, o que nos leva a hipótese de que os militantes da luta armada brasileira foram vítimas desse processo, uma vez que as percepções sobre as suas próprias lutas não foram discutidas em nenhum espaço público. Com isso, a memória traumática da experiência guerrilheira tem sido vítima de uma espécie de recalque coletivo. É evidente que esse processo de silenciamento não pode ser generalizado, uma vez que algumas figuras que pegaram em armas se destacaram como produtores de ficções e livros de memória sobre o tema. Nesse caso, se destacam obras como *O que é isso, companheiro?,* de Fernando Gabeira, *Os Carbonários,* de Alfredo Sirkis, *Em câmara lenta,* de Renato Tapajós, dentre outros[8]. Assim, tais publicações podem ser observadas ao mesmo tempo como expressões de uma autocrítica e um movimento interessante de elaboração de memória traumática sobre o tema.

meio da narração. Caso essa memória traumática não seja narrada, ela se transformaria em recalque e assim o indivíduo acabaria por repetir essa memória, nunca a superando. Este conceito da psicologia influenciou fortemente as Ciências Humanas, principalmente no que diz respeito as memórias traumáticas sociais ou de grupo, principalmente nos casos de graves violações aos Direitos Humanos, como ocorreram nos contextos da 2ª Guerra Mundial, Apartheid da África do Sul e das Ditaduras Militares na América do Sul. FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar. **Obras completas**, v. 12, p. 145-157, 1914.

[8] A literatura como ferramenta de reflexão e elaboração dos processos guerrilheiros é um tema bastante prolixo na historiografia brasileira, tendo sido obra de análise de diversos autores. Nesse caso, destaca-se a produção de Eurídice Figueiredo e Marcelo Marcon. CF: FIGUEIREDO, Eurídice. A literatura como arquivo da ditadura brasileira. Rio de Janeiro: 7 letras. 2017 e MARCON, M. UMA ANÁLISE SOBRE UM CLÁSSICO DE LITERATURA BRASILEIRA EM TEMPOS DE DITADURA E LUTA ARMADA: OS CARBONÁRIOS. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, [S. l.], n. 155, 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/79371. Acesso em: 21 jan. 2025.

No entanto, por mais que o conjunto de publicações seja considerável, é preciso problematizar um aspecto relevante desse processo. Conquistar um espaço de publicação e se dedicar ao trabalho na literatura, ainda que apenas como um exercício específico de elaboração de memória não é tarefa simples na realidade da produção cultural brasileira. Assim, por mais que tais obras sejam fundamentais para a análise do quadro apresentado aqui, é preciso observar que essas obras configuram uma visão específica de um conjunto bastante peculiar de militantes da esquerda revolucionária brasileira: àqueles que possuíam acesso à produção cultural no Brasil. E diante disso, essa produção acaba por incidir de maneira bastante inequívoca na construção de uma memória hegemônica no Brasil. Essas obras, por se configurarem em um importante extrato da literatura brasileira e terem alcançado um lugar importante na crítica e no público, acabam se tornando um vetor de memória cuja importância é legítima, mas não abarca todas as experiências de reflexão sobre o fenômeno da luta armada. Assim, é possível também entender como essas obras de literatura atuaram de modo a construir essa memória hegemônica, silenciando assim outros personagens.

Dessa maneira, o relato de José Dirceu, as memórias escritas por guerrilheiros e a historiografia feita sobre o tema expressam pontos de vista particulares e individuais dessa experiência. E cada um deles está localizado em uma temporalidade definida, por um sujeito definido, com suas subjetividades e pelos seus marcadores sociais, e inseridos em ambientes políticos distintos no momento em que expressaram suas memórias.

É por isso que a hipótese apresentada nessa pesquisa é de que foi se configurando ao longo das últimas décadas uma memória hegemônica sobre a experiência da luta armada, que silenciou outros discursos contra hegemônicos. Diante dessa hipótese, parece ser pertinente defender a ideia de autocríticas plurais, confrontando uma narrativa unívoca que condene a experiência na sua totalidade ou que até mesmo a negue. Justamente pela tensão existente nesse campo de estudos é que se faz necessário apresentar as discussões historiográficas desse campo de estudo.

Os debates sobre as relações entre História e Memória no campo historiográfico são vastos e amplamente presentes na literatura histórica do século XX, em que autores como Jacques Le Goff sublinharam as especificidades e os cuidados ao se tratar de um campo e de outro, superando concepções em que a "verdade" estaria presente na História e a Memória fosse fruto de construções individuais ou coletivas. Dessa problematização, surge o debate em torno do conceito de memória social ou coletiva, cujo objetivo é criar

uma coesão social dentro de determinadas sociedades. Segundo Maurice Halbwachs, durante o século XX, a memória social ou coletiva, que até o século XIX estava circunscrita aos heróis nacionais no processo de construção da coesão do Estado-Nação, se ampliou para a defesa de uma memória e contramemória de grupos atingidos por violências étnicas, políticas ou religiosas.

Nesse sentido, o processo de distensão do regime autoritário brasileiro foi marcado por diversos embates de memória sobre o passado autoritário em que o binômio entre a memória da opressão e a memória da resistência devem ser matizados para que se possa identificar quais foram os diversos agentes políticos e sociais que travaram a luta pela memória do período. Segundo o historiador Marcos Napolitano, é possível "considerar vários atores individuais e coletivos envolvidos na construção da memória, com efetiva capacidade de legitimar seus argumentos no debate público". (NAPOLITANO, 2015, p. 15). O autor classifica um extenso grupo de organizações, institucionais ou não, como vetores e agentes na disputa da memória hegemônica, tais como partidos e associações de classe, instituições voltadas para a preservação da memória, setores da mídia, campo artístico, universidades, movimentos sociais e culturais, entre outros.

Cabe destacar que o pressuposto apresentado pelo historiador é de que há no Brasil uma memória hegemônica, ainda que em processo de revisão, de crítica e condenação dos valores propagados pela Ditadura Militar no Brasil[9]. O autor considera que:

> (...) a memória hegemônica sobre o regime aquela construída no processo de afastamento político entre liberais (cujos espaços de ação eram as associações de profissionais liberais, os sindicatos empresariais e a imprensa) e os militares no poder. Este divórcio entre antigos sócios na ocasião do golpe de 1964 foi esboçado ainda nos anos 1960, mas plenamente caracterizado apenas no final dos anos 1970, quando o campo liberal passou a criticar sistematicamente a censura à livre expressão, o arbítrio discricionário no campo legal e o estatismo (na economia). (NAPOLITANO, 2015, p. 17)

[9] Cabe ressaltar que já em 2015, data da publicação do texto de Napolitano, já havia um movimento político e social que questionava essa memória hegemônica e tensionava fortemente esse entendimento crítico ao regime militar e que desde aquele momento, esse movimento se fortaleceu ainda mais, marcado sobretudo pela eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2018. A eleição de Bolsonaro, que construiu sua carreira política em torno de elogios aos atos genocidas da Ditadura Militar, sintetiza esse processo apontado pelo autor. Ainda assim, é preciso destacar que os processos de embates de memória não se encerram no tempo e sempre estão sujeitas à transformações. Por isso que seguiremos aqui com o entendimento de uma memória hegemônica brasileira que foi crítica ao regime militar.

Com isso, Napolitano defende a tese de que a memória hegemônica que é crítica ao regime militar brasileiro teve como papel fundamental a agência de setores liberais da sociedade brasileira, principalmente na segunda metade da década de 1970, em que outros grupos políticos, tais como as guerrilhas de esquerda, já haviam sido derrotadas e viviam um refluxo, seja na prisão, seja no exílio ou seja sem atuação na política armada.

Essa argumentação apresentada pelo historiador está diretamente associada a hipótese de que essa memória hegemônica sobre a Ditadura Militar Brasileira tenha sido construída em torno de um discurso liberal, cujo pressuposto foi o de rejeitar os extremismos políticos, seja na figura do Estado repressor, seja na ação dos extremistas armados da esquerda[10]. A problemática que surge a partir dessa premissa apresentada é sobre as consequências que esse processo de silenciamento causa em determinados grupos e como isso afeta a sociedade, seja direta ou indiretamente. E para analisar essa problemática, será apresentado a seguir o escopo teórico que trata das relações entre memória, trauma e esquecimento.

A historiografia tem se desenvolvido ao longo dos séculos XX e XXI em um intenso diálogo com outras áreas do conhecimento, como por exemplo, a psicanálise. Dentro dessa perspectiva, autores como Seligmann-Silva defendem a necessidade de estreitar essa relação com a psicanálise para que seja possível adensar as interpretações sobre memória. Desse modo, é preciso apresentar a ideia fundadora das discussões sobre memória traumática estão presentes na obra de Sigmund Freud, que defendeu a ideia de que lembranças podem voltar em forma de pesadelo ou restrições à ação consciente quando não foram vivenciadas plenamente elaboradas pelo sujeito que a vivenciou. No texto *Recordar, repetir e elaborar,* o psicanalista alemão afirma que eventos traumáticos ficam restritos ao inconsciente humano, marcado pela não-verbalização. Desse modo, os eventos traumáticos não são narrados pelas vítimas do trauma e assim são repetidos, não como lembrança, mas como compulsão à repetição: o trauma é repetido na ação como um mecanismo de evitar sua lembrança. (FREUD, 1969, p.196-197). Já no texto *Luto e melancolia,* Freud explica que uma perda significativa traz a consequente necessidade do

[10] Essa concepção sobre a Ditadura Militar foi responsável fazer surgir um conceito, amplamente debatido no campo das ciências humanas: a teoria dos dois demônios. Essa lógica, além de equiparar as ações do Estado com as ações daqueles que enfrentavam a repressão, também foi responsável por isentar a sociedade civil de responsabilização sobre a Ditadura, entendendo o regime como um acaso de grupos extremados. CF: OLIVEIRA, David Barbosa de; REIS, Ulisses Levy Silvério dos. A teoria dos dois demônios: resistências ao processo brasileiro de justiça de transição. Revista Direito e Práxis, v. 12, p. 48-76, 2021 e SCHINCARIOL, RLFC. A Comissão da Verdade no Brasil. Trabalho apresentado no IV Seminario Politicas de la Memoria: Ampliación Del campo de los derechos humanos. Memórias y Perspectivas, 2011.

sujeito de criar representações do objeto perdido, para mantê-lo vivo, experiência fada ao fracasso e que só poderia ser superada com a vivência do luto. No entanto, dada a dificuldade na tarefa de vivenciar o luto e abandonar o objeto perdido, o sujeito transfere o luto à melancolia. Portanto, é possível observar duas importantes categorias criadas por Freud na relação entre memória e trauma: o recalque e a melancolia. Essas duas categorias Freudianas foram mobilizadas por dois importantes pensadores do século XX: Paul Ricouer e Enzo Traverso.

Paul Ricouer se ancora nessa categoria freudiana de recalque para a defender a tese de que a História encarrega-se dos mortos de antigamente, considerando assim o ato de narrar o passado como um sepultamento do mesmo. Segundo o filósofo francês "essa sepultura escriturária prolonga no plano da história o trabalho da memória e o trabalho de luto" (RICOEUR, 2007, p.506). Dessa forma, esse trabalho do luto seria fundamental para separar o passado do presente, criando assim possibilidades de se pensar o futuro. Ao incorporar as contribuições da psicanálise para os estudos da sociedade, Ricoeur apresenta a possibilidade de encarar a História como uma ferramenta na elaboração da memória traumática, encerrando o recalque e a reelaborando. Assim, é possível concluir que a memória sobre a luta armada, que foi silenciada na construção da memória hegemônica sobre a Ditadura Militar, não foi elaborada e com isso ainda se apresenta como recalque social, atuando dentro de um certo prisma que incide sobretudo na esquerda brasileira[11].

Já Enzo Traverso chama a atenção para uma especificidade da esquerda no século XX de utilizar as celebrações de suas conquistas e vitórias, e uma vivência melancólica de suas derrotas e fracassos, como mecanismos de ação para a projeção do futuro na continuidade da luta. Desse modo, com as constantes derrotas sofridas pela esquerda na segunda metade do século passado, sintetizadas sobretudo pelo colapso da União Soviética e a queda do muro de Berlim inserem uma questão paradigmática em que esse vetor de memória fundamental na construção de projetos políticos revolucionários deu lugar à vivência de uma melancolia que engessa novas movimentações políticas. Assim, o autor defende a existência de uma melancolia de esquerda. Em diálogo direto com a

[11] Essa incidência se relaciona de maneira direta com o papel hegemônico que o Partido dos Trabalhadores conquistou na esquerda brasileira, sobretudo ao chegar ao poder com a vitória de Lula em 2002. Em certa medida, o discurso político conciliador, as alianças políticas com setores liberais e a ausência de uma política mais radical em defesa de certas pautas associadas à esquerda pode estar relacionada com esse silenciamento da memória de uma experiência política mais radical.

teoria do luto e da melancolia de Freud, Traverso afirma que a expressão "melancolia de esquerda" não estaria ancorada em um estado patológico de sofrimento no plano individual, nem mesmo em um universo fechado de lembranças ou nostalgias, mas sim em um denso tecido social "de emoções e sentimentos que envolvem uma transição histórica, a única maneira que a busca por novas ideias e projetos pode coexistir com o pesar e o luto após o fim das experiências revolucionárias" (TRAVERSO, 2018, p. 17). Essa melancolia da esquerda aponta para grupos políticos ainda abertos às "lutas do presente", sem se afastar da "autocrítica em relação a seus fracassos" e resistente ao surgimento de uma "nova ordem mundial estabelecida pelo neoliberalismo". Além disso, o autor afirma que essa esquerda encara "as tragédias e as batalhas perdidas do passado como um fardo e uma dívida - e, nesse caso, uma promessa de redenção" (TRAVERSO, 2018, p. 18-19). Trata-se, assim, da aposta por uma melancolia que não seja nem paralisante, nem circunscrita em si mesma, mas como estímulo à autorreflexão crítica diante de uma visão trágica da história.

Portanto, ancorado nesses pressupostos teóricos que o diálogo entre a psicanálise e as ciências humanas, é possível entender que as memórias das experiências guerrilheiras brasileiras podem ser tratadas a partir dessas duas categorias freudianas analisadas. Por um lado, tal memória foi silenciada nos debates públicos acerca do período autoritário brasileiro, pactuada sob a égide da democracia liberal em que ações violentas não tinham espaço, questão essa já salientada por autores como Daniel Aarão Reis e Marcos Napolitano. Por outro lado, a melancolia da esquerda derrotada em seu projeto revolucionário implica em uma atuação que resiste ao estabelecimento da nova ordem liberal, que faz a autocrítica e que está aberta às lutas do presente, mas sem necessariamente negar seu viés radical e revolucionário.

Mas esse silenciamento indicado na historiografia e mesmo em vetores de memória coletiva ou social não significa dizer que os próprios sujeitos históricos não tenham se expressado, e sobretudo, que as organizações das esquerdas revolucionárias tenham se furtado de realizar autocríticas, sobretudo com o intuito de formular novas estratégias para a continuidade de suas lutas políticas. É nesse sentido que a tese de Enzo Traverso se relaciona diretamente com a pesquisa aqui apresentada, uma vez que foi possível identificar diversas e plurais experiências de autocríticas, sobretudo pautadas pelas análises dos equívocos cometidos, justamente com o objetivo de retomar a luta em prol da revolução que foi derrotada.

Assim, foram estabelecidos como objetivos da pesquisa localizar, analisar e discutir os discursos sobre os significados da luta armada realizados pelos próprios sujeitos que pegaram em armas, nas suas expressões coletivas e individuais, localizadas no tempo-espaço específico no que tange o recorte desta pesquisa. A partir dessa análise, procurar-se-á entender 1. Como se realizaram as autocríticas sobre o fracasso da experiência armada. 2. Como se estabeleceu a relação com o novo modelo de luta político pactuado no sistema democrático liberal, principalmente no período de distensão autoritária. 3. Como esses agentes da esquerda, na vivência de sua melancolia, incorporaram novas lutas sociais e políticas diante do fracasso de seu projeto revolucionário. Para cumprir esses objetivos, foi estabelecido como recorte de tempo e espaço para a análise dos objetos de estudo três diferentes lugares *sócioespaciais.* i. O presídio Tiradentes, em São Paulo, utilizando como fontes os depoimentos dos presos políticos desse espaço publicados em coletâneas de testemunho. ii. O exílio, especificamente na América do Sul e na Europa, tendo como base documental um amplo conjunto de publicações periódicas feitas pelos próprios exilados e suas organizações de luta. iii. O período de distensão autoritária no Brasil, que ampliou o espaço de debate político, e possibilitou a intensificação de publicações de setores da esquerda brasileira como ferramentas de rearticulação política, que serviram justamente como fontes para essa análise, representadas pelos periódicos *Em Tempo* e *Movimento.*

Conforme já anunciado, optou-se pelo uso do termo *autocríticas*, sempre no plural, como representativo das conclusões que as análises das fontes apresentaram. Autocríticas, em primeiro lugar, por se tratar fundamentalmente de discursos plurais, já que foi escolhido analisar diferentes grupos políticos pertencentes à esquerda radical, incorporando, inclusive, militantes individuais que expressaram seus pontos de vista sem considerar o que sua organização de origem defendeu. Essa pluralidade na análise configurou um conjunto abrangente de avaliações, elaborações e ressignificações nesse exercício de reflexão sobre o fenômeno da luta armada. E é justamente por conta dessa pluralidade que, em segundo lugar, foi escolhido utilizar autocríticas no plural, justamente com o objetivo de diferenciar a i. *reflexão autocrítica* da ii. *prática da autocrítica.* Enquanto a primeira está relacionada ao movimento de debate que procura elaborar de maneira teórica os motivos que levaram ao fracasso da experiência guerrilheira, a segunda foi aquela que também apresentava novas práticas, novas formulações e principalmente, novas ferramentas para seguir na luta pela construção da revolução.

Por fim, é importante conceituar um termo que será utilizado ao longo de toda a pesquisa, de modo que se possa diferenciar os diversos setores das esquerdas que são os objetos de estudo dessa pesquisa. Utiliza-se como categoria de articulação *esquerdas revolucionárias,* para descrever àqueles coletivos que ao longo da década de 1960 foram rompendo com o Partido Comunista Brasileiro, hegemônico na esquerda até então. Utiliza-se essa categoria porque o discurso que mobilizou tais rupturas estavam diretamente articulados com as críticas feitas sobre o PCB justamente em torno do imobilismo e do discurso reformista que o mesmo aderiu ao longo das décadas de 1950 e 1960 e sobretudo suas posições com relação ao governo de João Goulart e ao Golpe de Estado de 1964. (FERREIRA, 2013)

Foi diante desse quadro de intensos embates no *partidão* que a esquerda se proliferou diversas organizações de esquerda, com propostas políticas distintas, diferentes interpretações da realidade e do caráter da revolução brasileira, adeptas ou não da violência como ferramenta para construção do socialismo e diferentes matrizes do comunismo internacional. O principal fator catalisador delas, foi o discurso crítico ao imobilismo e à política de aliança de classes identificada com o PCB, o que a faz caracterizar como pertencentes ao que será chamado aqui de *esquerdas revolucionárias.*

Em contrapartida, é preciso destacar que não foram todas as organizações que aderiram ao modelo de luta armada, e mesmo dentre àquelas que foram abertas à essa ferramenta, nem todas efetivamente propagaram guerrilhas no Brasil. Dentre os grupos que o fizeram e que serão analisados nessa pesquisa, é possível citar a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), o Movimento de Libertação Nacional (MOLIPO), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Seja de modo individual ou em debates coletivos, essas organizações realizaram avaliações sobre suas experiências armadas e serão analisadas ao longo da tese. À elas, serão incorporadas análises de outras organizações que pertenceram à esquerda revolucionária, ainda que não tenham diretamente pegado em armas, como é o caso da Ação Popular (AP), da Política Operária (POLOP) e da Organização Comunista Marxista Leninista da Política Operária (OCML-PO). Na conclusão, procurar-se-á sistematizar àquelas autocríticas que se expressaram como coletivo das organizações e outras que foram feitas de maneira individualizada.

Após a apresentação desses pressupostos de pesquisa, é preciso citar que analisar os debates feitos por meio das fontes produzidas por esses próprios militantes, inseridos nessa correlação intensa entre História, Memória e Política, é também atuar para a elaboração dessa memória, que fundamenta e projeta diversos discursos na atualidade. Justamente por essas questões peculiares apresentadas até aqui é que será abordá-lo por meio da metodologia da História do Tempo Presente, que tem como um dos seus objetivos pensar sobre esse tipo de memória em disputa no presente.

2. Apontamentos teórico-metodológicos.

Segundo algumas definições de autores sobre a História do Tempo Presente, ela teria como cerne a discussão daqueles eventos que ainda estão em aberto, causando disputas na memória social ou de grupo, e desse modo, reverberando como tema político no presente. (DELACROIX, 2018) Neste sentido, abordar um objeto que tenha essas características impede que o historiador o faça a partir de alguns postulados fundamentais de seu ofício, que é o de delimitar seu tempo histórico, promovendo uma ruptura forçada entre presente e passado[12]. Entendemos que para nos debruçarmos sobre este passado que habita o presente em que estamos realizando nossa pesquisa é fundamental escapar dessa ideia, a partir de duas premissas.

A primeira delas é a necessidade de reconhecer esse processo, tanto com relação as fontes consultadas, aos sujeitos estudados quanto ao próprio historiador que realiza essa pesquisa, procurando entender que esses três fatores não são neutros, mas sim dotados de diversas camadas de subjetividades, sentidos políticos e cargas de memória. Por isso é fundamental estabelecer uma análise que consiga dar conta dessas camadas subjetivas dos sujeitos que perpassam essa pesquisa, não no intuito de desvelar a verdade, mas sim no sentido de tornar o estudo mais complexo, apresentando assim as nuances que o perpassam.

A segunda premissa passa pelo processo de romper com a reprodução cronológica do desenvolvimento histórico, calcado no pensamento iluminista que o apresenta de modo

[12] Berber Bervenage aprofunda essa ideia recuperando a maneira pela qual a História enquanto disciplina se organizou desde o século XVIII. CF: BEVERNAGE, Berber. "Nós, vítimas e sobreviventes, declaramos que o passado está no presente". A "nova África do Sul" e o legado do Apartheid. In: _____. História, memória e violência de Estado. Serra, ES: Ed. Milfontes; Mariana: SBTHH, 2018. pp. 108 – 109.

evolutivo e único, inserindo todos os sujeitos, experiências e locais em uma mesma temporalidade[13]. Fazer a operação historiográfica dessa forma com a luta armada significaria recortar determinado período e construir uma cronologia singular a força, sem considerar que os sujeitos históricos envolvidos nos objetos analisados que não podem ser alinhados singularmente em um mesmo período. Sendo assim, se reforça aqui a necessidade de entender a História do Tempo Presente por meio dos postulados apresentados por Bevernage. Ao analisar as implicações das críticas do grupo Khulumani acerca da reconciliação pactuada por meio da Comissão da Verdade da África do Sul, o autor reconhece a necessidade de promover uma incorporação desses sujeitos que se negam a aceitar que o passado já teria se encerrado, uma vez que ao não se fazer isso, esses sujeitos se tornariam anacrônicos ao próprio tempo histórico[14]. Nesse sentido, para Bevernage, é necessário reconhecer que para esses sujeitos, o passado ainda está no presente, criando assim sobreposição de tempos históricos e não uma cadeia única de acontecimentos. (BERVERNAGE, 2018, p. 137)

É possível observar como a historiografia brasileira acerca da questão da Ditadura Militar em suas diferentes especificidades tem procurado incorporar discussões teórico-metodológicas que contribuem para promover menos silenciamentos no que diz respeito as diferentes nuances dos sujeitos históricos que foram protagonistas desse período, seja como perseguidos ou como militantes políticos, organizados ou não, que lutaram contra a Ditadura e por mudanças na sociedade brasileira. Conforme foi destacado até aqui, é necessário entender que para trabalhar com as avaliações e críticas que os militantes da luta armada fizeram sobre essa experiência, é de fundamental importância analisar tais discursos de acordo com as subjetividades daqueles que os narram. [15]

[13] Sanjay Seth apresenta uma série de argumentos sobre como a historiografia, a partir do historicismo, foi responsável por criar uma cronologia única cujo objetivo seria colocar a cultura europeia como o modelo a ser seguido. Ao fazer isso, a historiografia projeta os passados não europeus como sendo sociedades que ainda não se desenvolveram e que devem mirar a Europa e suas instituições como destino a ser cumprido. Esse processo criou uma cronologia única, em que todos os passados são inseridos na mesma temporalidade, excluindo possibilidades de outros passados ou outras formas de elaborar o passado. CF: SETH, Sanjay. Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva? *História da Historiografia*, n. 11, abril 2013, p. 174.

[14] BEVERNAGE, Berber. 2018. Opus cit. p. 137.

[15] Entendemos a ideia de Tempo Presente como um escopo teórico-metodológico que entende que o objeto de estudo e sua temporalidade ainda permanecem em aberto no tempo em que o historiador está produzindo a sua pesquisa. Nesse sentido, a temporalidade cronológica é menos importante do que as permanências que o tempo passado incide no presente. Afastando-se de uma concepção tradicional, que encerra o objeto em um passado finalizado, a historiografia do Tempo Presente não enxerga esse passado finalizado.

Esse escopo teórico-metodológico apresentado até aqui é fundamental para que a pesquisa se torne mais completa por significar lançar luz sobre as diversas invisibilidades de militantes que pegaram em armas, pois como afirma Walter Benjamin:

> Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1987. p. 241)

Se cada silenciamento de memória produzido for o inimigo tornando a vencer, parece fundamental incorporar esses apontamentos teórico-metodológicos, bem como o arcabouço teórico da História do Tempo Presente para que seja possível trazer segurança aos mortos. De certa forma, o título dessa pesquisa está diretamente associado a essa teoria historiográfica, uma vez que *a busca pela autocrítica* expressa ao mesmo tempo a busca dos sujeitos que protagonizaram essa avaliação e a busca dos historiadores que se debruçaram sobre o tema.

O título da tese visa justificar dois aspectos que se encontram, já que essa é uma tese que se propõem ser a partir da História do Tempo Presente. A pergunta inicial a ser feita é aquilo que aparentemente passou desapercebido tanto pelos protagonistas do processo histórico - guerrilheiros e membros da esquerda revolucionária não armada - como também por aqueles que procuraram se debruçar sobre esse período - os historiadores: Afinal, o que é uma autocrítica?

As correntes historiográficas ligadas à História do Tempo Presente definem, entre outros diversos aspectos, que é fundamental que o historiador do Tempo Presente não procure encerrar no tempo o objeto de seu estudo e que também não procure estabelecer uma relação de pretensa neutralidade para com seu objeto. As temporalidades são contínuas e permanentes até o tempo presente, incidindo sobretudo no historiador. O historiador que se debruça sobre as reflexões acerca das guerrilhas brasileiras é alguém interessado em avaliar quais foram os erros cometidos para que fosse possível evita-los, e desse, modo construir a revolução. Ao que tudo indica, foi exatamente isso que os setores da esquerda fizeram. Partiram, majoritariamente, da inevitável constatação diante de tanta violência acometida sobre as guerrilhas: o projeto foi derrotado. Diante dessa constatação, estabeleceram as causas dessa derrota. Por mais que, individual ou coletivamente, as respostas não tenham sido unívocas, em grande parte elas passaram pela

incapacidade desses projetos de mobilizar as massas e fazer com que elas atuassem no processo. Com isso, a autocrítica foi voltada para a necessidade de fazer um trabalho para mobilizar as massas, o que significava corrigir os erros.

Desse ponto de vista, a autocrítica, crítica ou revisão dos projetos guerrilheiros significaram quase que exclusivamente uma análise dos processos históricos à luz de uma teoria cuja base se estabeleceu, sobretudo no período e entre aqueles grupos, como uma expressão positivista: o materialismo histórico marxista. Essa corrente política-filosófica partia do pressuposto de que a revolução era o fim inevitável do processo de desenvolvimento histórico-político-social-econômico. Justamente por isso que essa avaliação se voltou exclusivamente para a procurar explicar quais erros foram cometidos por aqueles que procuraram fazer a revolução. O raciocínio parece ser óbvio. Já que a revolução é inevitável, o fato dela de ela não ter acontecido só pode ter sido um erro de seus protagonistas, da vanguarda.

Assim as autocríticas foram feitas. Com inúmeros debates, embates, rupturas entre organizações e divergências, que serão abordados ao longo dos capítulos. As respostas coletivas encontradas pelas esquerdas revolucionárias formadas no contexto das crises dos anos 1950 e 1960 podem ser adiantadas aqui: naqueles contextos não cabia o uso da violência, já que as massas não estavam mobilizadas. Portanto, corrigir o erro foi atuar entre as massas, sobretudo os operários, para que fosse possível estar preparado para o próximo momento de uso da violência. Os caminhos para cumprir essa tarefa foram diversos e não respeitaram necessariamente o entendimento das organizações, mas também foram resultado de escolhas individuais. Uma parte de militantes dessa esquerda respondeu a essa necessidade contribuindo com a formação do Partido dos Trabalhadores, outros voltaram ao Partido Comunista Brasileiro, outros integraram o Partido Comunista do Brasil, outros ainda optaram pela luta dentro do Movimento Democrático Brasileiro.

Esses caminhos trilhados não significam, na percepção desta tese, de que a busca da autocrítica foi alcançada. E aqui é importante fazer novamente o questionamento inicial. O que na prática significa a autocrítica? Talvez do ponto de vista político seja justamente aquilo que as organizações o fizeram. Como explicou Enzo Traverso, é tradição da esquerda lamber suas feridas na melancolia da derrota, para projetar novas possibilidades de ação. (TRAVERSO, 2018, pp. 16 – 17)

Mas ao fazer esse caminho, é possível pensar que algumas etapas foram puladas. Se for possível entender a ação guerrilheira derrotada como um processo de luto, em que

momento ele foi vivenciado? O processo que dentro do campo da psicanálise pode ser visto como sendo parte da narração em busca da elaboração desse luto. Mais uma vez, do ponto de vista das teorias políticas que mobilizaram as organizações, pode ser que esse processo descrito ao longo da pesquisa tenha significado como sendo a narração como parte da elaboração do trauma gerado por esse luto.

Mas e no campo individual, que evidentemente é central na construção da coletividade política, marcada e marcando a mesma: é possível afirmar que os militantes que pegaram em armas, romperam com um princípio básico da humanidade em prol da construção de uma sociedade mais humana, que viram companheiros morrerem, serem torturados e que observaram em diferentes momentos históricos suas lutas serem difamadas por diferentes sujeitos históricos, eles vivenciaram esse luto e sua narração como parte da elaboração da memória traumática como fase fundamental da sua superação?

Nesse sentido, o título da tese possui múltiplos sentidos. Os protagonistas das ações guerrilheiras procuraram a autocrítica. Aqueles que não foram protagonistas, pois não pegaram em armas, mas compunham a esquerda revolucionária do período, também procuraram a autocrítica. Os militantes, na sua dimensão individual, que incide e é incidida pelas dimensões políticas, também procuraram a autocrítica. Os historiadores ao longo das últimas décadas também procuraram a autocrítica, inclusive o que escreveu esta tese de doutorado. Arriscaria dizer que nenhum encontrou, pois o termo autocrítica é diverso, múltiplo e polissêmico. Mas ainda assim, seguir nessa busca é fundamental, sobretudo para criar espaços em que os próprios protagonistas possam, se não narrar suas experiências, ao menos terem elas expressadas.

Tendo feito esses apontamentos do escopo teórico-metodológico, cabe destacar alguns elementos historiográficos construídos pela bibliografia de referências acerca dos espaços sócio temporais que serão objetos dessa pesquisa. Destaca-se uma bibliografia bastante restrita quando se trata da questão da revisão das propostas da esquerda brasileira sobre a guerrilha.

3. Revisão historiográfica.

Segundo o historiador Jean Sales, a historiografia brasileira ainda é carente de estudos sistematizados sobre as transformações nas bandeiras políticas e ideológicas defendidas pelas esquerdas revolucionárias. Ainda que seja latente a participação de ex-guerrilheiros no processo de distensão política a partir de 1979, o autor afirma que:

> Ainda merecem maior aprofundamento analítico temas como a autocrítica feita pelos diversos grupos sobre a luta armada, os espaços sociais,temporais e institucionais em que essa discussão fora realizada, as divergências e propostas variadas para a atuação na nova conjuntura política. (SALES, 2020. p. 3).

Sales aponta que o campo do estudo sobre a luta armada no Brasil se debruçou de modo mais detido sobre as experiências guerrilheiras em si e sobre o exílio dos militantes, sem que tenha se realizado um esforço de identificar

> a forma como os militantes abandonaram um projeto político que tinha como cerne as ideias de revolução e resistência, adotando novas práticas políticas centradas nas lutas democráticas e sociais. (SALES, 2020. p. 4).

Nesse sentido, busca-se com essa pesquisa compor o quadro historiográfico carente dessas reflexões acerca da mudança do paradigma revolucionário, tensionando diferentes espaços sociais temporais e institucionais, de modo a compreender as disputas, os consensos e os silenciamentos que marcaram essa mudança no campo ideológico.

Outra importante historiadora que indica alguns caminhos historiográficos sobre a questão da esquerda armada no Brasil é Lucineli Pikcius Bezerra de Siqueira, em artigo publicado em 2015 intitulado *Esquerda armada brasileira: uma revisão histórica, política e sociológica.* Em seu texto, a autora procura fazer um balanço sobre as diferentes interpretações que foram feitas sobre os significados políticos da luta armada no Brasil. A importante contribuição da historiadora demonstra o quanto que as teses sobre a derrota da luta armada foram condicionadas pela visão sobre a fragmentação da esquerda radical em diversos grupos de ideologias distintas. Para a historiadora, essa visão foi forjada pelos primeiros trabalhados acerca da luta armada caracterizado por terem sido feitos por ex militantes das organizações guerrilheiras. A autora defende que essa fragmentação, além de não ser uma das causas da derrota, também era uma fragmentação mais formal do que

prática, ideia que também é partilhada nesta pesquisa, e que faz com que seja proposto aqui analisar o conjunto das esquerdas armadas de modo articulado.

Conforme a historiografia aponta, entre os estudos acerca da luta armada, se destacaram pesquisas que procuraram reconstituir a trajetória de guerrilheiros no exílio, local privilegiado no que diz respeito aos movimentos de reflexão e debate, inclusive pela incidência de uma diversidade de pensamento, proporcionada pelo contato com outras ideologias e em espaços mais abertos ao debate. Por se tratar de um ambiente fundamental para compreender as mudanças pelas quais passaram os projetos guerrilheiros, destacaremos a seguir, algumas reflexões teóricas sobre o exílio político da luta armada.

Segundo Denise Rollemberg, "O exílio é uma experiência heterogênea, vivida em função de uma série de variáveis, inclusive dos traços de personalidade de cada um" e deve ser compreendido como algo único para cada pessoa que o vivenciou, e sua definição deve ser entendida como um local de intenso estranhamento. (ROLLEMBERG, 2004. p. 279) Esse estranhamento ocorre porque o exílio é ao mesmo tempo uma experiência de desenraizamento e luto, mas também de descobertas e aprendizagens, em que cada exilado se relacionou com ele de uma maneira própria.

Para escapar de possíveis armadilhas condicionadas pelo entendimento do exílio como uma experiência individual, retomamos a obra de Maria Cláudia Badan Ribeiro que argumenta que os estudos sobre o exílio

> deixa de considerar também que o exílio e o sentimento de pertencimento dos que saíram ainda é tomado, sobretudo no período anterior ao golpe chileno (1964-1973), pela moral revolucionária, quando a concepção do homem engajado se estende até onde ele se encontra forjando laços entre diferentes linhas de esquerda e diferentes gerações de combatentes. (RIBEIRO, 2022, p. 135)

Essa argumentação apresenta o exílio não apenas como um espaço de espera e demonstra a possibilidade dele ser vivenciado não apenas como um ambiente de reflexão, mas também de reelaboração e ressignificação dos engajamentos. É essa perspectiva que o exílio será tomado como local para analisar as reflexões dos guerrilheiros no exílio, entendendo como nesse espaço se criou ou se renovou as pautas da luta política.

A autora também indica a necessidade de olhar especificamente sobre os diferentes contextos vivenciados pelos exilados no que diz respeito aos locais que serviram de exílio. Esse aspecto destacado pela autora é extremamente importante para

esta pesquisa, como um alerta para não incorrer em generalizações mitificadas sobre o suporte dado por determinados países à exilados brasileiros e mesmo sobre as implicações que contextos distintos podem ter incidido nas autocríticas e nas reflexões sobre o projeto guerrilheiro. Portanto, pensar a especificidade dos espaços sociais temporais precisa ser feito levando em consideração as especificidades dos contextos analisados, uma vez que será abordado diferentes localidades.

Badan Ribeiro também apresenta um importante marco para entender o exílio dos guerrilheiros brasileiro o Golpe Militar de 1973 no Chile. Segundo a autora:

> O exílio brasileiro até o golpe chileno se manifestou mais na imagem do sujeito errante do que na do refugiado à espera de fixação. Os marcos temporais por isso, ao tratarem do tema, devem se ater ao tipo de trânsito realizado, aos "países de adoção" e ao elemento que determinou a permanência ou a fixação no exterior. Os vínculos permanentes com a luta também determinaram o pedido de estatuto de refugiado (Rollemberg, 1999; Chotil, 2015) ou a manutenção de situações híbridas. Houve exilados que conciliaram militância política com outras necessidades individuais como documentação, trabalho e moradia. Mas houve também quem era considerado militante profissionalizado e foi mantido pela organização no exterior. (RIBEIRO, 2022, p. 137)

A autora identifica, portanto, duas distintas vivências dos exilados. Por um lado, àqueles que mantinham algum contato com a luta, permanecia em maior ou menor medida, ligado ao grupo que pertencia, as vezes cumprindo tarefas de organização em redes internacionais[16]. Por outro lado, estando mais afastado da luta, havia maior possibilidade do exilado procurar um estatuto de refugiado, o que garantiria, inclusive, garantias constitucionais. É nesse sentido que o Golpe de Estado no Chile se torna um marco importante na compreensão do exílio de guerrilheiros brasileiros.

A vitória de Salvador Allende em 1971, tendo chegado ao poder pela articulação conhecida como Frente Ampla, que reunia desde os grupos guerrilheiros como o MIR chileno, até partidos de centro-esquerda, como a Democracia Cristinana, resultou em uma primeira experiência política da chegada de um presidente de esquerda democraticamente eleito ao poder na América Latina. O ambiente criado pela vitória de Allende colocou o Chile como um refúgio muito importante para militantes de esquerda no Brasil. O Golpe Militar de 11 de setembro de 1973, não apenas decretou o fim de um horizonte de possibilidades de projetos políticos contra hegemônicos, mas também representou o

[16] No artigo citado, Maria Cláudia Badan Ribeiro apresenta o caso de Luiz Eduardo Prado, mantido financeiramente pelo MR-8 na Argélia, em busca de construir uma rede revolucionária.

fechamento do Chile como um espaço geográfico possível para militantes de esquerda do Brasil. Porém, mesmo antes do Golpe Militar derrubar Allende do poder, já havia em espaço chileno debates, reflexões e autocríticas sendo realizadas por integrantes da esquerda armada brasileira, como foi o caso da atuação da Tendência Leninista, um grupo formado em torno da Revista Tendências e Debates, que elaborou um conjunto de textos críticos ao modelo da luta armada. Portanto, por mais que seja pertinente levar em consideração o Golpe chileno como um ponto de inflexão, salientamos a necessidade de analisar nas fontes selecionadas para pesquisa a relação entre o contexto histórico vivenciado e as releituras que os guerrilheiros fizeram sobre a luta armada.

Apesar do exílio se colocar como um importante espaço social temporal de reelaboração das lutas políticas pelos militantes de esquerda, ele não foi o único lugar de palco para esse processo de leitura sobre a experiência guerrilheira. Um conjunto considerável de militantes que pegaram em armas no Brasil permaneceram presos em presídios institucionais. A judicialização dos casos da repressão é uma das marcas da Ditadura Militar brasileira e tinha seu processo concluído com os perseguidos sendo levados para prisões, Esse espaço social é fundamental para entender as mudanças e os debates em torno da questão da guerrilha, pois segundo Janaína Teles:

> Ser transferido a um presídio podia significar chegar a um ambiente com melhores condições para aguardar o transcorrer do processo na Justiça Militar e tentar recuperar o debilitado estado físico, o que frequentemente fazia-se acompanhar por intensa movimentação psicológica. Era o desafogo depois de tantos sofrimentos, reveses e derrotas: o momento de reconstruir identidades. (TELES, 2011, p. 209)

Dentro desses espaços de desafogo, marcados por um ambiente de permanência mais constante, as possibilidades de debate, reflexão e autocrítica se faziam mais presentes. Sendo um momento de reconstrução de identidades, parece plausível supor que para esse processo ocorrer, olhava-se para as experiências que levaram tais militantes até aquele lugar. Cabe destacar que o presídio, além de não significar o fim das violações cometidas pelo estado brasileiro, como tortura, por exemplo, também significava um espaço complexo em dimensões subjetivas, como Teles demonstra ao caracterizar o tempo de confinamento nos presídios como:

> Um período de suspensão da realidade de fora dos presídios, no qual os presos confrontavam-se cotidianamente com a violência extrema da vida dentro dos cárceres. As 'rotinas protetoras' tomavam quase todo o tempo dos presos e tinham a função de evitar que ficassem remoendo a difícil realidade da cadeira. E também de evitar a dura realidade de fora, na qual companheiros estavam

> sendo presos ou mortos e as organizações de esquerda desmanteladas. (TELES, 2011, p. 209)

A constante permanência das possibilidades de serem levados a centros de tortura, as violações dos direitos humanos sofridos na própria cadeia e a dor causada pela perda de companheiras e companheiros dos movimentos guerrilheiros, intensificada pela impossibilidade de obtenção de notícias sobre os mesmos, caracterizam o presídio como um espaço muito distinto daquele vivenciado no exílio, onde a liberdade era uma marca latente. Isso não significa hierarquizar esses dois espaços locais temporais, mas sim atentar para a incidência de tais espaços nos processos de reflexão e debate acerca da experiência guerrilheira, pois nos parece bastante evidente que diferentes processos de autocrítica foram feitos nessas realidades distintas.

Portanto, antes mesmo de analisar as autocríticas feitas no exílio, será analisado como esse debate ocorreu dentro do presídio que abrigou um importante conjunto de militantes políticos, da luta armada ou não: o Presídio Tiradentes, em São Paulo.[17]

O presídio Tiradentes foi inaugurado em 1852, em São Paulo e foi desativado e demolido em 1973. De início, servia como "casa de correição" foi usado para o cumprimento de longas penas e para corrigir os transgressores de regras morais e escravos fugitivos. (NEVES, 2014, p. 81) Durante a Ditadura do Estado Novo e da Ditadura Militar de São Paulo, o presídio concentrou em receber de modo majoritário os inimigos do regime, chamados de presos políticos.

Teles descreve o cotidiano dos presos políticos que foram levados ao Tiradentes dizendo que:

> Os presos preenchiam os dias preparando a comida nos fogareiros elétricos de duas bocas, limpando as celas, descendo para o pátio quando era autorizado o "banho de sol" ou as visitas, fazendo artesanato, discutindo notícias ou qualquer atividade organizada pelos diversos grupos de estudos. Estudavam de tudo, desde o marxismo, histórica, economia, idiomas até matemática, português ou geografia. Cada um aportava seus conhecimentos nos cursos, enriquecendo e aprofundando também os debates coletivos. Apesar da perda da liberdade e das muitas limitações impostas, podiam trocar experiências e continuar a evoluir intelectualmente, embora as direções dos presídios tentassem proibir a leitura, interditando livros, revistas e jornais que

[17] Outros importantes presídios também receberam consideráveis militantes da luta armada, como é o caso do Presídio de Ilha Grande, no Rio de Janeiro e o Instituto Penal Paulo Sarasate, no Ceará, entre outros, identificados pelo relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Escolhemos analisar o presídio Tiradentes em específico por uma questão material de acesso às fontes de depoimentos que foram colhidos de presos do Tiradentes. No entanto, isso não significa que não se possa expandir o estudo para outros presídios, caso seja encontrado material para tal.

> abordassem temas considerados proibidos, como política, filosofia, marxismo, etc. (TELES, 2011, p. 211)

Esse cotidiano descrito pela historiadora revela diversas possibilidades de contato, discussão e estudo dedicado a variados temas, incluindo aí a questão política. Parece ser bastante profícuo analisar como os presos desse local social temporal específico realizaram as leituras sobre suas experiências guerrilheiras.

Tanto o exílio como a prisão foram espaços importantes para as reflexões que ocorreram no pensamento da esquerda radical no Brasil pois esses lugares propiciavam, cada um na sua especificidade, condições para que fossem realizadas leituras sobre a trajetória guerrilheira, uma vez que a característica central de ambos era o afastamento da luta, seja pela distância com relação ao Brasil, seja pelo afastamento provocado pela prisão. No entanto, algumas reflexões também foram feitas por militantes que estavam próximos do ambiente em que a luta armada se desenvolveu, seja do ponto de vista geográfico, seja do ponto de vista do campo político.

Na segunda metade da década de 1970 surgiram espaços na imprensa política brasileira que serviram para os debates acerca da questão da esquerda radical no Brasil. Ainda que esses espaços não fossem voltados exclusivamente para que se pensasse sobre a luta armada, diversos debates foram travados a partir de textos escritos e publicados em dois jornais: o *Movimento* e o *Em Tempo.* Esses dois jornais, ainda que não sejam ligados diretamente à grupos guerrilheiros, foram importantes publicações da imprensa alternativa brasileira ligados às esquerdas, que concentraram um conjunto de debates sobre a questão da luta armada. Nestes espaços, localizados no Brasil e em uma arena aberta de debates púbicos, se concentra o terceiro espaço social temporal que será desenvolvida essa pesquisa.

Tendo apresentado os três espaços sociais temporais objetos da pesquisa é pertinente tecer alguns comentários relativos ao corpus documental que será utilizado para realiza-la.

No que diz respeito ao espaço do exílio, concentraremos os esforços de investigação utilizando como base o conjunto de produções feitas pelo conjunto de militantes que podemos chamar de imprensa do exílio[18]. Tem muito destaque na produção

[18] As publicações sobre a imprensa no exílio são amplas e configuram diferentes aspectos referentes ao tema. CF: PEZONIA (2011), PEZZONIA (2017), CHAMMAS (2024)

historiográfica brasileira esse conjunto de publicações realizadas por militantes brasileiros em diferentes países em que permaneceram após terem saído do Brasil. Destacamos como corpus documental da pesquisa, as produções intituladas*, Debate, Unidade e Luta*, *Palmares: marxismo y revolución, Brasil Socialista* e *Nova Luta.*

A escolha por analisar periódicos produzidos pelos exilados está atrelada a ideia de que publicações periódicas feitas do exílio se configuravam como estratégias de preservação de identidades, projetadas pelas pautas políticas defendidas e como locais de articulação para a continuidade da luta. Segundo Nestor Canclini, essas produções espontâneas surgem em momentos insuficientes dos meios oficiais, configurando uma forma de conexão entre passado e presente. Desse modo, entendemos que o esforço e o processo gerado pela atuação em conjunto de produção sistemática de um periódico é um espaço privilegiado para que o debate aconteça. Justamente por isso que destacamos essa imprensa para realizar a análise do debate e da reestruturação da luta política pós experiência guerrilheira.

A historiografia sobre a luta armada no Brasil revela como as organizações guerrilheiras foram marcadas pelo processo de isolamento entre os grupos de vanguarda e as massas. Essa tese está presente no conjunto de interpretações históricas realizadas pelos pioneiros da análise da luta armada, mas já estava presente na obra *Em câmera lenta*. (CURY e PEREIRA, 2018). Higor Codarin, por meio da análise dos documentos internos do Movimento Revolucionário 8 de outubro, o MR-8, demonstra que a organização já em 1970 alguns militantes faziam a leitura de que as dificuldades da guerrilha estavam atreladas à falta de inserção de seu projeto político entre as massas brasileiras. Ainda que esse debate tenha sido realizado e a autocrítica estabelecida publicamente entre os militantes, a posição hegemônica da organização foi a permanência das ações armadas. (CODARIN, 2019, pp. 557 – 558).

Parece ser claro que a bibliografia de referência demonstra que o caráter de revisão sobre as ações guerrilheiras foi contínua e marcada por intensas disputas. Incidiu sobre elas uma espécie de fardo moral, destacado por Masseroni, como marca de um ponto de não retorno: ao aderir à luta guerrilheira, deveria ser cumprido o dever revolucionário de fazer a revolução, preconizado em muitas palavras de ordem, como *pátria ou morte: venceremos.* (MASSERONI, 2020 p. 195)

É preciso destacar que essa reflexão proporcionada pela revisão bibliográfica atesta tal dever moral muito presente na primeira metade da década de 1970, momento já

bastante delicado para as organizações guerrilheiras, que sofriam pesadas baixas, simbólicas e estruturais. (MALAGUTI, 2018, pp. 141 – 142) Ou seja, mesmo com as significativas baixas, ainda havia um horizonte de expectativa permeando a continuidade e o sentido da luta armada. Se as ações violentas da repressão intensificaram o movimento crítico e revisionista da estratégia ou se ele serviu como um intensificador das lutas, as análises dos debates em torno da questão da luta armada, proposto como objetivo dessa pesquisa, procurará responder.

1. CAPÍTULO 1: APRESENTAÇÃO.

Neste primeiro capítulo da pesquisa será analisada a prisão como um lugar sócio espacial que foi palco de reflexão da luta armada, recortando de maneira específica o presídio Tiradentes em São Paulo. Para elaborar este capítulo, foram utilizados os depoimentos contidos no livro *Tiradentes, um presídio da Ditadura.* O livro reúne depoimentos de ex-integrantes dos grupos armados destacando sobretudo o período em que estiveram presos na cadeia citada. Como será discutido ao longo do capítulo, a prisão foi um espaço bastante importante no movimento de reflexão acerca das experiências guerrilheiras. Mesmo assim, o quadro teórico, a historiografia e as fontes são escassas para tratar do tema, o que resultou em enormes dificuldades para a sua elaboração. Ainda assim, esse capítulo é fundamental para que seja possível cumprir dois objetivos iniciais na busca da autocrítica. O primeiro deles é mapear e analisar as primeiras vozes críticas sobre a luta armada, bem como examinar as tensões entre militantes presos e aqueles que permaneceram na guerrilha. O segundo é matizar o movimento de ressignificação e transformação das pautas defendidas por tais guerrilheiros em relação com o contexto histórico que se desenrolou ao longo da década de 1970 no Brasil.

***

1.1. Capítulo 1: a guerrilha no purgatório: a revisão da luta armada no Presídio Tiradentes

O Presídio Tiradentes, localizado próximo à região central da cidade de São Paulo foi construído no ano de 1852 e serviu, ainda durante os últimos anos do Império, como "Casa de Correição". Segundo a historiadora Deborah Neves, ele foi usado para o cumprimento de longas penas e para corrigir os transgressores de regras morais e para aprisionar escravos fugitivos (NEVES, 2014, p. 81). Ainda durante a Ditadura do Estado Novo, o presídio passou a ser utilizado como confinamento para aqueles contestadores do regime, sendo a primeira vez em que o local foi utilizado para trancafiar os chamados presos políticos. Com o Golpe Militar de 1964, o presídio passou a receber perseguidos políticos do regime, sobretudo após o endurecimento promovido pelo Ato Institucional Nº 5 e pela instalação da *Operação Bandeirante*, que posteriormente se institucionalizaria

no DOI-CODI e que foi responsável direta pela perseguição aos movimentos armados que surgiram no país durante as décadas de 1960 e 1970.

É necessário destacar dois pontos importantes. Durante a Ditadura Militar, o presídio Tiradentes não recebeu apenas os chamados *presos políticos*, mas também aqueles que serão chamados aqui como *presos comuns,* ou seja, aquelas pessoas que estavam cumprindo pena por outros motivos que não estavam ligados à subversão política. Foi a partir do ano de 1968 que os primeiros presos políticos começaram a ser levados até o Tiradentes e em novembro de 1971 foi noticiado que o presídio teria uma ala destinada exclusivamente aos elementos considerados *subversivos,* rendendo assim o apelido de Presídio da Subversão. (ANTUNES, 2008 p. 22) Além disso, mesmo que majoritariamente tenham sido presos militantes de organizações da esquerda armada, ele não foi destinado exclusivamente a essas pessoas, sendo que militantes do Partido Comunista Brasileiro e da Ação Popular, que nunca pegaram em armas efetivamente estiveram presos até o ano de 1973, data em que o presídio foi destruído para que fosse construída a estação de metrô que foi batizada com o mesmo nome do presídio: Tiradentes.

Outro elemento fundamental a ser lembrado é que o Presídio Tiradentes por muitas vezes foi tratado como um espaço de purgatório na trajetória daqueles que foram presos pela Ditadura. Isso porque ele representava o lugar final do périplo dos perseguidos na cidade de São Paulo, pois o modus operandi da Ditadura ao sequestrar os opositores começavam com as sessões de tortura em locais clandestinos, sobretudo na sede do DOI-Codi/SP, localizada junto ao 36ª distrito policial de São Paulo, no bairro da Vila Mariana, em São Paulo.

Mariana Joffily mostra como a instauração da Operação Bandeirante foi decisiva para desarticular as organizações de esquerda armada através da obtenção de informação de maneira instantânea para combater atos "terroristas". A autora destaca que para combater as ações realizadas pela guerrilha urbana, a repressão criou uma operação baseada na obtenção de informações, que por sua vez, seriam coletadas através da tortura de militantes presos. Os órgãos de repressão formaram uma ação em conjunto com diversas unidades do 2º Exército, cujo objetivo era investigar as ações de cunho político. Recolheriam todas as informações possíveis sobre o tema e analisariam os processos que tinham como alvo militantes de organizações armadas. (JOFILLY, 2013, pp. 39 – 40)

Nesse sentido, a repressão utilizava de maneira ostensiva diversas técnicas de tortura com o objetivo de obter as informações o mais rápido possível, e a brutalidade dessas ações levou à morte de diversas pessoas. Aqueles que sobreviviam, passavam a ter sua situação institucionalizada dentro das leis ditatoriais, processados pelo Superior Tribunal Militar, e levados à presídios para esperarem o decorrer dos seus processos e cumprirem suas penas. Por isso que o período dentro do presídio Tiradentes chegou muitas vezes a ser celebrado por parte dos militantes, que citavam que ao chegarem no Tiradentes eles "assumiam de fato o status de prisioneiros reais, vivos, com nome e endereço conhecido". (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 52)

Contudo, essas características do presídio indicam a inexistência de um padrão de presos no momento em que eram encarcerados, fazendo com que militantes de diferentes organizações políticas, armadas ou não, tenham sido confinados naquele lugar. Com isso, o que caracteriza o espaço do presídio Tiradentes como um lugar socioespacial[19] em que a luta armada foi discutida é a própria vivência no presídio. Vivência essa que configura algumas alterações na cultura política de esquerda que foi partilhada entre os integrantes da luta armada, fundamentalmente a partir das discussões, do convívio e das práticas vivenciadas pelos presos políticos.

Serge Bernstein definiu a cultura política como um conjunto mais ou menos coerente, com elementos que estão vinculados, resultando em uma forma de representar o mundo e as identidades individuais daqueles que o compõem. Desse modo, uma determinada cultura política coletiva ou de grupo implica uma leitura comum do passado histórico, uma projeção do futuro coletivo, uma concepção de sociedade compartilhada e discursos comuns, que apresentam códigos com significados, ritos e símbolos que expressam um mesmo sentido, partilhado por esse grupo.

O historiador francês defende que o conceito de cultura política não é estanque, ou seja, está em constante transformação, como sendo um fenômeno dinâmico que surge, se transforma e se modifica de acordo com as mudanças no contexto histórico. Berstein defende dois aspectos da cultura política, entendidos como expressões de fenômenos

[19] Há um amplo debate na geografia sobre o conceito de espaço social, que se dedica a entender as relações sociais presentes dentro de territorialidades diversas. Este campo defende que as territorialidades são fatores que incidem nas relações sociais dos sujeitos que a vivenciam. Nessa pesquisa, será utilizado o termo lugar socioespacial para descrever os três espaços políticos e geográficos em que os militantes da luta armada estiveram circunscritos, uma vez que tais espaços incidem fortemente nos movimentos políticos realizados por tais agentes históricos. CF: SOUZA, M. L. de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócioespacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

individuais e coletivos. A faceta individual influencia o comportamento, a ideologia, a visão de mundo e a prática da pessoa e se caracteriza pela lentidão e complexidade no seu processo de elaboração. A cultura política como expressão do comportamento do indivíduo é obtida por meio da formação intelectual, política e social e incide na leitura que as pessoas fazem dos acontecimentos, se capilarizando nas identidades individuais dos seres humanos. A faceta coletiva expressa um fenômeno compartilhado por grupos identificados com os mesmos princípios e que tiveram as mesmas experiências, permitindo a compreensão coletiva de pessoas que viveram a mesma conjuntura e estiveram submetidas às mesmas normas de uma sociedade ou instituição, tendo feitas as mesmas escolhas, enfrentado os mesmos problemas e criando assim, comportamentos solidários entre esse grupo. (BERNSTEIN, 1988, 350)

Rodrigo Patto Sá Mota alerta para os perigos da banalização do conceito de cultura política, que se desenvolveu com muita força a partir da década de 1990 e passou a ocupar lugar de destaque nas discussões teóricas da historiografia. Segundo Mota, a banalização do termo pode causar a sensação de que ele é utilizado para explicar todos os aspectos culturais que compõem uma sociedade, perdendo sua validade justamente por não configurar um diálogo pertinente entre os pesquisadores, em que cada um utiliza o conceito para promover explicações causais. Ele pondera que mesmo com

> Os conceitos são quase sempre polissêmicos, sobretudo nas ciências humanas e sociais, portanto é normal admitir a existência de mais de um significado aceitável para a mesma expressão. Entretanto, há concepções mais consistentes e precisas, enquanto existem usos inadequados e/ou confusos. (MOTA, 2009, p. 2)

No entanto, o autor também destaca a influência de Bernstein como sendo um dos pioneiros historiadores franceses a defender a pluralidade de culturas políticas dentro de um estado nacional ou de uma sociedade. Bernstein passou a defender a existência de subculturas políticas em disputa no processo de consolidação de uma cultura política nacional. (BERSNSTEIN, 1999, p. 396). A implicação desse argumento revela a possibilidade de utilização do conceito de cultura política para além da sua relação com o Estado Nacional, conforme foi estruturado pelos primeiros defensores do conceito (REMOND, 1988; BAILYN, 1967). Ainda assim, as precauções alertadas por Mota são pertinentes para o historiador que procura utilizar o conceito de cultura política para a análise de partidos ou organizações políticas.

Em outra contribuição fundamental sobre o conceito, Rodrigo Patto Sá Mota apresenta a possibilidade de usar o conceito de cultura política para analisar a estruturação de uma cultura política própria da esquerda brasileira, que na primeira metade do século XX, foi articulada em torno do Partido Comunista Brasileiro. Para este autor, a definição de cultura política "pode ser caracterizado como o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos" (MOTTA, 1996, p. 92). Já em sistematizações mais recentes, ele passou a defender a ideia da existência de uma cultura política comunista. No texto *A Cultura Política Comunista, alguns apontamentos,* ele afirma que o

> (...) estudo do comunismo como cultura política pode oferecer ângulo de abordagem fértil, capaz de abrir novas trilhas de pesquisa sobre objeto cuja importância é evidente, tanto pela influência que exerceu à esquerda, estimulando a produção de ideias e projetos políticos, assim como inspirando a produção cultural e as artes, quanto por seu impacto à direita, que encontrou na bandeira anticomunista uma de suas principais motivações para ação. (MOTTA, 2013, p. 15)

Em primeiro lugar, é importante notar que o autor defende a ideia de que o comunismo brasileiro forjou uma cultura política própria, no sentido de desenvolver seus próprios modelos de atuação, que traziam consigo concepções e estratégias particulares. Motta mostra como os militantes se seduziam pela "influência dos sentimentos, da identidade, do imaginário e dos valores culturais". Portanto, para o autor, compreender os aspectos da cultura política comunista é importante para observar quais visões de mundo próprias atuavam para angariar militantes para esse pensamento político. (MOTTA, 2013, p. 13)

Do ponto de vista teórico, o texto de Rodrigo Patto Sá Motta também é essencial para essa pesquisa, pois ele é responsável por atualizar o próprio conceito de cultura política. Segundo o autor,

> pode ser adotada a seguinte definição para cultura política, sem a pretensão de excluir outras acepções possíveis para um conceito que é, evidentemente, polissêmico: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2013, pp. 17 - 18)

Nota-se que a definição utilizada pelo historiador brasileiro se assemelha bastante aquilo já apresentado por Bernstein, mas é importante no sentido de não engessar o

conceito, buscando visualizar sua expressão na própria pesquisa histórica. Por outro lado, tal interpretação se mostra útil, à medida que se pretende analisar as organizações de luta armada através de seus "valores, tradições, práticas e representações políticas". É nesse sentido que a abordagem se encaixa com essa pesquisa, principalmente no momento em que o autor afirma que

> Tal conceituação de cultura política pode ser aplicada tanto a conjuntos nacionais (cultura política brasileira, por exemplo) quanto a projetos políticos específicos, em matriz pluralista: comunismo, liberalismo, conservadorismo, fascismo, etc. (Idem)

Portanto, é possível concluir que a reestruturação das esquerdas brasileiras no contexto de renovação causado pelo Golpe de 1964 e a proliferação de grupos ligados à luta armada foi responsável por desestruturar a cultura política comunista no Brasil, enraizada a partir dos valores e das teses do Partido Comunista Brasileiro. Com o Golpe, o PCB passou a ser violentado de diversas maneiras, não apenas pela repressão, mas por ações evasivas e comentários críticos dentro da própria esquerda brasileira. Dessa maneira, o surgimento dos grupos de esquerda armada, atuaram de modo a configurar uma importante mudança na cultura política de esquerda no Brasil, que tinha como principal articulador de valores o imaginário em torno da Revolução realizada a partir da Guerrilha. (MALAGUTI, 2018, p. 188).

A defesa do uso desse conceito para analisar as guerrilhas no Brasil está ancorada nas próprias definições de Rodrigo Patto Sá Motta, que demonstra como o conceito de cultura política não está atrelado necessariamente a um partido político e que também pode ser "aplicado a espaços sociais diferenciados, servindo para designar desde coletividades reunidas à volta de projetos específicos de ordenamento da sociedade." MOTTA, 2009, p. 12). Contudo, os alertas ao uso do conceito são fundamentais para escapar de generalizações inócuas para analisar o passado.

Sendo assim, defendemos que os militantes das organizações armadas partilhavam uma mesma cultura política, ainda que em construção, mediada sobretudo pelo imperativo da ação revolucionária, marcada sobretudo pelas campanhas vitoriosas dessa estratégia nos contextos revolucionários internacionais. Sem dúvida alguma, o conjunto de militantes da luta armada compartilhavam "heróis (e, tão importantes quanto esses, os desprezíveis inimigos), mitos, símbolos e os valores morais do grupo, e nessas publicações muitas pessoas encontraram motivação para identificar-se e aderir".

(MOTTA, 2009, p. 10). Configurando, portanto, uma dimensão que tensionou fortemente a cultura política comunista centralizada em torno do Partido Comunista Brasileiro.

Partindo do princípio de que os movimentos armados tensionaram a cultura política comunista no Brasil, é possível refletir sobre o período das décadas de 1960 e 1970, em que a cultura política de esquerda esteve em constante embate e transformação. Marcada por intensos debates e confrontos, essas duas décadas podem ser vistas como períodos de reconfiguração, sem que uma cultura política de esquerda se sedimentasse. Mesmo diante dessas características, defende-se a utilização do conceito de cultura política para que seja possível analisar esse movimento de tensão e embate inserido em um local sócio espacial específico, no caso, o Presídio Tiradentes. A interação entre essa cultura política comunista que vinha passando por intensas transformações e críticas e o espaço social do presídio resultaram não apenas em uma prática solidária entre os presos, mas sobretudo, uma "leitura comum do passado histórico e uma projeção do futuro coletivo". Parece ser plausível, portanto, que esse espaço sócio espacial foi propício ao debate, reflexão, revisão e ressignificação da estratégia da luta armada, tensionando assim à crítica a esse movimento dos ideais e das práticas políticas dos grupos armados.

Para analisar a autocrítica realizada pelos presos do Tiradentes, foram selecionados depoimentos escritos por presos políticos que estão publicados no livro *Tiradentes, um presídio da Ditadura: memória de presos políticos,* organizado por Alípio Freire, Izaís Almada e por José Adolfo de Granville Ponce, ex militantes de grupos armados no Brasil e que ficaram presos no Tiradentes entre os anos de 1969 e 1973.

O livro organizado por Freire, Almada e Ponce foi fruto da rememoração dos 30 anos do Golpe Militar de 1964, quando os autores estiveram reunidos e decidiram organizar um livro para suprir a:

> (...) necessidade de falar sobre fatos da história contemporânea brasileira, daqueles que vivêramos de perto e que, por motivos óbvios, de natureza política e ideológica, foram e ainda são "esquecidos" por historiadores, pensadores políticos e pela mídia em geral, quando não são deliberadamente falseados. (FREIRE, ALMADA e PONCE, 1997, p. 20)

Portanto, a obra dos ex militantes surgiu diante da necessidade percebida por eles de manter viva a memória do período autoritário diante das políticas de apagamento e silenciamento, características do caso brasileiro. As referências acerca da transição política brasileira possuem um consenso sobre o pacto de silêncio produzido no processo

de redemocratização, cristalizado sobretudo pela Lei de Anistia de 1979. (SCHINCARIOL, 2013; QUINALHA, 2012; COMPARATO, 2008). Esse pacto de silêncio iniciado com a Anistia fez com que os anos 1980 e o início dos anos 1990 tivessem sido marcados pelo esquecimento da memória da Ditadura, sobretudo a memória da luta armada no Brasil. De Souza afirma que os integrantes da luta armada foram "silenciados pela memória social hegemônica, de viés liberal, que sustenta a ideia de vitória da sociedade resistente contra a Ditadura." (DE SOUZA, 2020, p. 21)

Segundo o historiador Marcos Napolitano, é possível pensar em uma periodização para as disputas em torno da memória social da Ditadura Militar brasileira. Segundo o autor, é possível pensar em quatro períodos distintos: 1. (1964 – 1974) – marcado pelo o que ele chama de experiência matriciais da memória, marcado pela pouca sedimentação e por diferentes grupos sociais e forças políticas em conflito tentavam interpretar e dar sentido às experiências recentes na luta contra a Ditadura; 2. (1974 – 1994) – período da "memória crítica à ditadura militar, em que setores liberais, progressistas e a esquerda moderada se aliaram taticamente em torno da ideia da "resistência democrática" o que teria fortalecido a leitura de uma sociedade vítima da ditadura. É importante destacar que, segundo Napolitano, foi nesse período em que a memória da resistência e da luta armada no Brasil ganhou contornos de uma memória hegemônica. 3. (1994 – 2004) – época das leis de memória e políticas de Estado, marcado ainda pela ideia da conciliação, em que o Estado brasileiro atuou por meio de políticas de memória e reparação pecuniária. 4. (2004 -) tempo em que ganhou força o revisionismo ideológico e historiográfico, que tensionou sobretudo a categoria de resistência. (NAPOLITANO, 2015. P. 13 – 16)

Desse modo, é possível notar como o processo de transição silenciou as memórias desses militantes, criando assim o desejo entre os organizadores do livro *Tiradentes: um presídio da Ditadura* de criar uma obra que tinha como objetivo recuperar essa memória.

Desse desejo, resultou o livro supracitado, publicado em 1997, como sendo uma primeira experiência de colher, reunir e organizar as memórias dos militantes políticos da esquerda brasileira[20] e que esteve inserida no período descrito por Napolitano como sendo

[20] O livro não restringe os depoimentos apenas àqueles militantes que pegaram em armas, mas conta também com integrantes de outras organizações de esquerda não armadas, como a Ação Popular, sindicatos de trabalhadores e mesmo o Partido Comunista Brasileiro. Ainda assim, há uma série de depoimentos de integrantes da luta armada.

marcado ainda pela conciliação e a articulação da crítica em torno da resistência democrática e da sociedade vítima.

A obra está dividida em uma apresentação de Antônio Cândido; intitulada "O olhar da memória", na apresentação da proposta para o livro, escrita pelos organizadores, junto de uma coletânea de desenhos de Sérgio Ferro. Na segunda parte, intitulada "Memória Viva", se encontram os 32 depoimentos dos presos políticos. Na terceira parte, chamada de "Memória material", há uma pesquisa iconográfica com imagens do Tiradentes e de seus presos e por fim, a última sessão intitulada "Outros olhares", onde se encontram os textos-suporte; e um glossário de termos, siglas e expressões.

Alguns aspectos do texto de abertura da sessão “O olhar da memória” merecem um destaque inicial, sobretudo para algumas formulações que serão feitas posteriormente. A primeira delas diz respeito aos presos que deram depoimento. Segundo os organizadores, as poucas recusas de companheiras e companheiros em darem depoimentos não se deveu a nenhum conflito político, ideológico ou por discordância do projeto editorial. Eles afirmam que:

> Apesar dos 25 anos passados, muitos ainda se emocionam com as lembranças e se sentem constrangidos, evitando escrever sobre o assunto; outros não o fizeram por comprovada falta de tempo para escrever e outros ainda – esses em reduzidíssimo número – alegaram não ter a menor habilidade para a tarefa (...) Mas tudo isso há que ser respeitado e jamais o motivo alegado foi colocado em dúvida. (FREIRE, ALMADA e PONCE, 1997, p. 23)

A afirmação parte do elemento traumático como fator explicativo para um conjunto de negativas para o testemunho, tema já debatido na introdução da pesquisa e que sem dúvidas é estruturante da relação entre o lembrar e o esquecer. A questão prática da ausência de tempo para o empreendimento editorial é seguida da alegação de um grupo de militantes de que não tinham habilidade para a tarefa de escrever seu testemunho. É interessante notar que os organizadores fizeram questão de registrar que foi um número baixo de pessoas que teria se negado a escrever, questão que não é melhor analisada ou explicada, mas apenas seguida de um comentário respeitoso sobre a decisão. Apesar da impossibilidade de atestar uma possível tensão existente, a rejeição pode significar a falta de concordância com o projeto de memória ou mesmo uma divergência política, seja com os organizadores, seja com a militância e a trajetória dessas pessoas durante a Ditadura. O desdobramento dessa questão é verificar que o livro *Tiradentes, um presídio da Ditadura* se expressou como um conjunto de depoimentos articulados em torno de um

objetivo em comum, sem visões muito dissonantes. Desse modo, é bastante perceptível o quanto incide nessa obra o período de construção da memória social hegemônica analisado por Marcos Napolitano, verificado, sobretudo, na busca pelo consenso, marca da obra e cristalizado no trecho destacado anteriormente.

A visão expressada pela obra é definida pelos organizadores como sendo a vontade de resgatar a memória e responder para a sociedade brasileira:

> (...) quem foram aqueles homens e mulheres que lutaram nos finais dos anos 60, início dos 70, contra a direita civil e militar que governava o Brasil? Qual a sua história? Muitas de suas motivações políticas e ideológicas têm por base uma identidade comum e que os torna atores da história contemporânea do país. (FREIRE, ALMADA e PONCE, 1997, p. 23 - 24)

Sendo assim, o livro é um conjunto de depoimentos desses presos políticos, que resgatam as vivências no presídio Tiradentes com o objetivo de propagar as memórias do cotidiano desses personagens que ali estiveram presos entre os anos de 1969 e 1973. Desse modo, ainda que não se tenha testemunhos que versem especificamente sobre a autocrítica da opção pelas armas, os depoimentos revelam diversas leituras que os militantes fizeram sobre a experiência guerrilheira. E ainda que não seja possível, dentro dos limites dessa pesquisa, analisar embates na construção narrativa da obra, é possível destacar que, dada a sua importância, as visões acerca da luta armada presentes na mesma configuram uma espécie de vetor de memória sobre o tema, cristalizando-a como uma espécie de versão oficial da memória sobre as vivências no presídio.

1.2. As estruturas dos depoimentos.

Uma vez realizadas as problematizações teóricas e a análise do tempo e do suporte material desse primeiro conjunto de fontes, serão analisados especificamente os depoimentos dos militantes, com o objetivo central de aferir os debates que foram realizados em torno da questão da luta armada. Para chegar nisso, cabe destacar um trecho do capítulo para analisar, por meio dos depoimentos, como o presídio Tiradentes se constituiu em um espaço social propício para a interlocução e ressignificação das trajetórias políticas e pessoas dos militantes.

A obra intitulada *Tiradentes: um presídio da Ditadura,* foi publicada em 1997 e organizada por Alípio Freire, Izaías Almada e José Adolfo de Granville Ponce. Os três foram presos políticos que estiveram no Tiradentes em algum momento de sua militância política. Com o intuito de realizar uma análise metodológica acerca da obra, será realizado o esquadrinhamento do conjunto de depoimentos para dimensionar as presenças e ausências existentes nela com relação ao tema da guerrilha.

Conforme já descrito, a obra possui um conjunto de 32 depoimentos escritos livremente por um grupo de presos políticos que estiveram no Tiradentes entre os anos de 1969 e 1973, data em que o presídio foi fechado para a construção da estação de metrô que recebeu o mesmo nome do presídio e da avenida em que o mesmo estava localizado. Na obra não existe explicações ou indícios de quais foram os critérios para a escolha dessas pessoas que escreveram os seus relatos.

Com o objetivo de sistematizar o conjunto de depoimentos que serão analisados posteriormente, foi elaborada uma tabela com os registros das informações mais pertinentes dos militantes que escreveram seus relatos. Nessa tabela, foram registrados os nomes, as organizações em que militavam no período, se a organização era de luta armada ou não, se no período do depoimento o sujeito militava em algum movimento social ou político e qual o gênero da pessoa.

NOME	**ORGANIZAÇÃO**	**LUTA ARMADA**	**Gênero**
Luiz Raul Machado	AP	Não	H
José Nonato Mendes	ALN	Sim	H
Ricardo Azevedo	AP	Sim	H
Francisco Luiz Salles Gonçalves	VPR	Sim	M
Dulce Maia	VPR	Sim	M
Carlos Roberto Pitolli	VPR	Sim	H
José Machado	VAR-Palmares	Sim	H
Vicente Roig	ALA-Vermelha	Sim	H
Antônio de Pádua	VAR-Palmares	Sim	H
Rose Nogueira	ALN	Sim	M
Sílvio Rego Rangel	FALN	Sim	H
Vicente Alessi Filho	FALN	Sim	H
Guilherme Simões Gomes	Independente	Não	H
Rita Sipahi	PRT	Sim	M
Adilson Odair Citelli	PCBR	Sim	H
Sérgio Sister	PCBR	Sim	H
Sérgio Ferro	ALN	Sim	H
Elza Lobo	AP	Não	M

Aytan Miranda Sipahi	PCBR	Sim	H
Carlos Alberto Lobão Cunha	ALN	Sim	H
Giorgio Callegari	Independente	Não	H
Roberto Romano	Independente	Não	H
Jacob Gorender	PCBR	Sim	H
Maria Aparecida dos Santos	ALN	Sim	M
Nilmário Miranda	POLOP	Sim	H
Eleonora Menicucci	POC	Não	M
Júlio Tavares	FBT	Sim	H
Nair Yumiko Kobashi	PC do B	Sim	M
Robeni da Costa	ALN	Sim	M
Márcia Mafra	ALN	Sim	M
Rioco Kaiano	PC do B	Sim	M
Renato Tapajós	ALA-Vermelha	Sim	H

Conforme foi possível observar na sistematização anterior, dos 32 depoimentos presentes no livro, 11 foram dados por mulheres e 21 por homens. Observando a militância política em organizações de esquerda, nota-se que apenas 3 pessoas não tinham participação ativa e direta em grupos de esquerda e citam em seu depoimento que eram apoiadores informais dos militantes, inclusive prestando algum tipo de ação esporádica para alguns grupos. Outro destaque importante é que entre as pessoas que deram depoimento, apenas 6 não tinha adotado a luta armada como estratégia de luta enquanto 26 dos depoentes estavam ligados à guerrilha durante o período em que passaram presos.

O recorte de gênero indica uma maior presença de homens do que mulheres na militância da luta armada como um todo. Marceli Ridenti afirma que entre as organizações guerrilheiras no Brasil havia cerca de 84% de homens e 16% de mulheres. (RIDENTI, 2010, p. 197) Ainda assim, o autor demonstra como essa participação foi expressiva em algumas organizações, levando em conta a estrutura patriarcal do período em que a participação da mulher no espaço público era reduzida. Também cabe ressaltar que as mulheres muitas vezes não foram registradas como participantes das organizações de esquerda por cumprirem ações de apoio, fundamentais para o funcionamento dos grupos, mas muitas vezes tidas como secundárias pelos próprios militantes do período. (BADAN RIBEIRO, 2020). As práticas de silenciamento e deslegitimação da figura feminina na luta armada também se estabeleceu na historiografia, que demorou para incorporar essas reflexões ao campo de estudo. Desse modo, o significativo número de mulheres que deram o seu depoimento (34,3%) pode indicar uma tentativa da obra de realizar esse resgate de memória, ampliando o espaço dos depoimentos das mulheres. (COLLING, 2015)

Porém, outra hipótese que pode ajudar na compreensão dessa quantidade significativa de mulheres dando depoimento no livro é a configuração de um espaço feminino no presídio Tiradentes, destacado pelas presas como sendo a *Torre das Donzelas.* Esse lugar era uma ala feminina do presídio, que contava não apenas com as chamadas presas políticas, mas também com pessoas que cumpriam penas por crimes chamados de "comuns" e esse espaço de sociabilidade foi muito significativo para as presas que relataram seus dias no Tiradentes, não apenas sobre as questões relacionadas diretamente à luta armada, mas como um espaço possível de sociabilidade entre as mulheres e de ressignificação, muitas vezes, das lutas políticas e sociais. Dada a importância desse aspecto na memória social no geral e nessa obra em particular, destacaremos uma parte futura neste capítulo para realizar a análise dos depoimentos para entender essa sociabilidade e ressignificação das mulheres nesse espaço.

Outro dado que chama a atenção na tabulação dos depoimentos é a presença majoritária de relatos de presos que tinham uma participação direta na luta armada. Apenas 6 pessoas dentre as 32 não tinham aderido à estratégia de luta armada no período em que permaneceram presos no Tiradentes. Excluindo aqueles três militantes que sequer integravam diretamente alguma organização, nota-se que apenas três dos militantes organizados não partilhavam da estratégia da guerrilha. Esse número significativo pode estar atrelado a forte presença desse grupo no presídio Tiradentes, uma vez que ele começou a ser utilizado como um presídio da repressão a partir de 1969, momento em que a Operação Bandeirantes se encarregou de reprimir de modo direcionado os grupos de luta armada[21]. De qualquer modo, é possível perceber como o recorte apresentado pela obra aqui analisada seleciona praticamente um conjunto de presos que estavam em organizações de luta armada. Conforme foi dito anteriormente, não foi possível encontrar o critério de seleção, mas independente dele, é possível concluir que a obra *Tiradentes: um presídio da ditadura* oferece um conjunto de depoimentos daqueles presos que estavam na luta armada, configurando assim uma importante fonte para o trabalho desenvolvido nessa pesquisa.

Por fim, cabe destacar a pluralidade das organizações de esquerda, armadas ou não, entre as pessoas que deram o seu depoimento. É possível perceber a presença de integrantes da ALN, da POLOP, da AP, do PC do B, da VPR, da VAR-Palmares, da

[21] Os estudos sobre a repressão não desenvolveram pesquisas específicas sobre o papel do Tiradentes no quadro repressivo. Por isso faltam dados tabulados sobre os presos do Tiradentes.

ALA-Vermelha, da Frente Armada de Libertação Nacional (FALN), do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, do Partido Operário Comunista (POC) e do Partido Revolucionário Trotskista (PRT). É essa pluralidade que Marcelo Ridenti destaca como sendo a constelação das organizações de esquerda pós 1964, e ao que tudo indica, ela está representada na obra aqui analisada. Foi feita a escolha de não utilizar as diferentes organizações guerrilheiras como um critério de separação, pois entende-se que o recorte pertinente a este campo é a adesão à guerrilha ou não. As obras de referência sobre a luta armada indicam a pertinência das interpretações sobre as peculiaridades dos distintos grupos, principalmente no que diz respeito as mobilizações de aspectos de imaginário social e projeto revolucionário. (RIDENTI, 2010; SALES, 2007). Porém, ressalta-se que o objeto de pesquisa é a revisão da opção pelas armadas e nesse sentido será articulado os diversos grupos guerrilheiros em torno desse recorte. Também é possível argumentar que no momento da prisão as possíveis diferenças ideológicas e táticas se dirimiram diante da forte repressão e dos limites impostos pelo espaço prisional.

Um último aspecto a ser justificado a partir da análise estrutural dos depoimentos são as escolhas de análise dos recortes internos dos textos e de quais serão analisados de modo mais detalhado. Conforme já foi apresentado anteriormente, a obra em questão não procurou direcionar os depoimentos, o que significa dizer que tais testemunhos são espécies de memórias livres articuladas pelos próprios sujeitos que a registraram, sem que os organizadores tivessem qualquer apontamento sobre o tema. Isso significa dizer na prática que cada texto apresenta as visões pessoais de cada sujeito e poucos trataram diretamente de apresentar uma visão específica sobre o tema da opção pelas armas. Isso, porém, não faz da obra menos importante para essa pesquisa, sobretudo porque mesmo sem o direcionamento para esse tema, foi bastante recorrente a presença de visões críticas em um conjunto significativo de depoimentos. Sendo assim, um exercício de memória livre que expressa diretamente questões relacionadas a opção pelas armas indica uma latente procura por parte desses militantes de retomar o tema.

Portanto, analisar-se-á dois depoimentos que tratam diretamente sobre o tema da opção pelas armas para que a partir deles seja possível destacar algumas hipóteses e conclusões sobre o processo de revisão iniciado no presídio Tiradentes. A análise desses dois depoimentos iniciais foram articulados em torno do conceito de melancolia de esquerda, apresentada na introdução a partir da obra de Enzo Traverso.

1.3. As múltiplas vozes da guerrilha aprisionada: melancolia, rejeições e ressignificações da experiência armada.

Nas obras que procuraram analisar a experiência dos presos políticos dentro do Presídio Tiradentes, é recorrente a expressão desse tempo como uma espécie de oásis diante do quadro violento criado pelos organismos de repressão da ditadura. Mariana Joffily demonstra como a estrutura da repressão brasileira que foi calcada no uso da tortura, contou também com uma especificidade que procurou trazer algum caráter de legalidade ao sistema repressivo. Assim, aqueles militantes que sobreviviam às sessões de tortura nas sedes do DOPS e do DOI-Codi, tinham muitas vezes seu processo judicial tramitado pelo Superior Tribunal Militar, que por diversas vezes condenava os militantes. (JOFFILY, 2013, pp. 39 – 40) Em São Paulo, a grande maioria dos condenados ou daqueles que aguardavam o seu julgamento eram levados ao presídio Tiradentes. Talvez tenha sido essa característica que faz com que um dos aspectos mais significativos da vivência dentro do Tiradentes é retrata no texto dos organizadores, que definem a vivência no presídio marcada por sensações extremas e opostas. Eles dizem que o Tiradentes:

> (...) foi o sonho e pesadelo de uma geração. Os que lá passaram, pelos anos 60 e 70, carregarão uma marca para o resto das suas vidas, nem sempre ruim, é bom que se diga, pois a prisão política [...] não é o inferno na terra. Ali se cultivaram também valores. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. P. 18)

Posteriormente, será destacado o quanto os presos políticos do Tiradentes procuraram em diversos momentos expressar as visões positivas dos valores cultivados dentro do presídio, sobretudo àquelas que se configuraram por meio de relações de solidariedade e união entre os presos. Porém, é significativo o uso do termo pesadelo de uma geração, uma vez que no Tiradentes, essa geração de guerrilheiros viveu em variados momentos a experiência da derrota do sonho da revolução projetado por meio da adesão à luta armada.

Essa angústia da derrota é expressada em depoimentos contidos no livro *Tiradentes: uma prisão da Ditadura.* Destaca-se uma certa negatividade e melancolia que de certa forma é o tom que perpassa junto dos comentários positivos acerca da solidariedade entre os presos. Esse tom aparece no depoimento de José Nonato Mendes, metalúrgico que militou da Ação Libertadora Nacional (ALN) e ficou preso no Tiradentes

entre junho de 1969 e agosto de 1972. Ele seguiu sua função como torneiro mecânico e se afastou da militância política. Em seu depoimento está latente um viés melancólico:

> Não posso esconder a decepção por aquele ideal pelo qual lutamos com tanto empenho não ter tido, naquele momento, o êxito que esperávamos. Mas nossa luta não foi em vão, ela não acabou. É a História: ela é feita de avanços e recuos. Um dia a razão vence. É necessário a gente conhecer a verdadeira razão para melhor entender o processo histórico das lutas sociais. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. P. 82)

Dois destaques podem ser feitos a partir do depoimento de Nonato Mendes. É evidente a decepção expressada pela derrota do projeto revolucionário empreendido entre os anos 1960 e 1970 e também é possível perceber o quanto esse ideal permanece entranhado em sua concepção política. Ao afirmar que a História é feita de avanços e recuos e que um dia a razão vence, parece ser plausível concluir que a visão política desse militante permanece próxima à sua militância durante a Ditadura Militar. Essa permanência ideológica, é claro, não significa necessariamente que ele não tenha feito uma revisão sobre as estratégias de luta, pois ainda que isso não tenha sido citado de maneira direta, alguns indícios aparecem em seu testemunho, sobretudo quando ele comenta sobre sua volta do treinamento guerrilheiro em Cuba, citando que "em São Paulo já havia ações armadas, mas feitas sem apoio popular, sem experiência. Muitas vezes descambando para o 'porra-louquismo'". (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. P. 77)

Apesar de apresentar um tom de crítica ao que Nonato Mendes entende como ações inconsequentes das guerrilhas, isso parece ser muito mais uma visão sobre erros de método na guerrilha do que uma releitura da estratégia em si. O militante comenta que "Durante o tempo de presídio, procurávamos não perder a perspectiva de organização política. Em todas as celas fazíamos constantes debates políticos, estudos e trabalhos artesanais". (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. P. 80). Essa visão expressada por Mendes pode significar uma perspectiva de continuidade do projeto guerrilheiro ou mesmo uma releitura da ação armada, mas uma perspectiva de continuidade da luta política em prol da revolução social.

É importante ressaltar essa diferenciação entre as críticas ao modelo de luta – no caso as ações armadas – e o abandono ao projeto político de transformação social. Partilhando da memória social do período, Mendes demonstra um consenso em torno de valores comungados entre a esquerda. Napolitano adverte para essa contradição, em que a memória hegemônica estabelecida no Brasil no período entre 1974 e 1994 não deve ser

confundida com a memória dos vencidos, mas sim como uma ampla e contraditória articulação de alguns valores da esquerda críticos ao autoritarismo militar, mas que refutam também a experiência armada, principalmente por algumas teses vistas como também autoritárias. (NAPOLITANO, 2015, p. 16). Nesse sentido, o depoimento de Nonato Mendes se articula com diversos outros presentes na obra e que serão analisados posteriormente que revelam ao mesmo tempo a crítica ao uso da violência mas uma celebração da luta pela transformação social – e não apenas contrário ao regime, é preciso salientar.

Por outro lado, essa permanência da defesa do socialismo e da revolução que está presente no depoimento de Nonato Mendes pode ser tensionada para além do consenso em torno de valores da esquerda. Conforme foi descrito anteriormente, o metalúrgico se afastou da militância política institucional e no momento em que escreveu o depoimento estava afastado da militância política institucional. Daniel Aarão Reis defende a tese de que o conceito de resistência à Ditadura que se convencionou a usar para caracterizar a luta armada no Brasil foi uma memória criada para legitimar a entrada dos antigos militantes guerrilheiros em novos partidos políticos que surgiam dentro das arenas institucionais da política e que abandonaram o discurso radical revolucionário, não apenas o mecanismo da luta armada. Ao que indica a análise do trecho anterior, Nonato Mendes estaria mais livre para em seu depoimento seguir defendendo a implementação do socialismo, portanto essa liberdade institucional pode ter incidido em seu depoimento, o que não será verificado em outros militantes que tinham uma atuação política institucional durante o período em que escreveram seus textos.

Rodrigo Basílio Pereira de Sousa compartilha com essa percepção ao analisar os depoimentos de ex presos políticos que não tinham atuação política partidária ou institucional. Em sua pesquisa, o autor verificou uma relação direta entre a permanência da defesa do socialismo e a não vinculação partidária dos entrevistados. (DE SOUSA, 2020, p. 130). Nesse caso, uma importante chave interpretativa que será mobilizada como pressuposto para a pesquisa é procurar observar a incidência nos depoimentos analisados de uma relação entre vinculação partidária e revisão ideológica da luta política travada durante a militância nas organizações revolucionárias. Contudo, conforme será analisado no capítulo 3 desta pesquisa, a operação de memória defendida por Daniel Aarão Reis Filho não pode ser entendida como uma ação unívoca, já que as transformações das estratégias e das concepções políticas realizadas por parte das esquerdas armadas

estiveram articuladas diretamente com os embates políticos que perpassaram o período da derrota das esquerdas armadas e das possibilidades de luta que se estabeleceram a partir dela.

Outro consenso que parece permear o conjunto de depoimentos do livro é o viés crítico àqueles que, qualquer que seja a razão, entregaram companheiros de militância. É bastante perceptível como vários depoimentos seguem a linha de responsabilização daqueles que deram informações que comprometeram a organização, inclusive sem considerar o elemento da tortura como um atenuador da ação. Seu depoimento é bastante forte quando ele fala sobre as informações que eram obtidas pela repressão durante as sessões de tortura:

> Houve vacilações entre alguns companheiros, motivadas pelas torturas, o que é compreensível. Mas outros, por pura traição ou fraqueza ideológica, se passavam para o lado inimigo, facilitando o trabalho deles. Com suas delações, tornaram-se responsáveis pela prisão de morte de muitos companheiros. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p. 80)

A forma agressiva como Nonato Mendes trata do tema é bastante sensível e revela um dos aspectos mais complexos da militância guerrilheira: as delações, seja pelas intermináveis e horripilantes sessões de tortura, seja por – como está presente no depoimento do militante – traição ou fraqueza ideológica. É pertinente que se diga que o trabalho do historiador não é julgar, nem os que delatam, nem os que foram delatados, mas apenas procurar construir explicações e interpretações sobre esses processos. Portanto, parece que o depoimento de José Nonato Mendes é revelador de um sentimento de mágoa por estarem presos, por terem passado por tortura e por verem companheiros que mudaram de lado.

É recorrente observar uma tensão que evidencia o tabu criado em torno dos depoimentos que tocam nessa questão sensível das delações que ocasionaram mais tortura, mortes e desaparecimentos. Jacob Gorender já anunciava a dificuldade de abordar essa questão juntamente com os justiçamentos realizados pelas organizações de esquerda. (GORENDER, 2014, P. 274). O próprio autor, que foi militante da luta armada durante a ditadura anuncia em sua análise uma série de contradições existentes dentro desse ponto, ao mesmo tempo que cita praticamente a inexistência de análises acerca desse problema. Partindo do pressuposto de Paul Ricouer que foi apresentado na introdução, é possível interpretar esse interdito sobre as delações, abandonos e justiçamentos como um exemplo

do recalque da memória, quando a História não se encarrega de analisar os mortos de antigamente no sentido de elaborar a memória traumática. (RIOUER, 2007, p. 506) Cria-se assim um dos grandes tabus sobre a guerrilha que fica latente ao analisar o depoimento de Nonato Mendes, principalmente ao observar o grau de asperidade em sua fala.

Além dos aspectos mencionados no depoimento de José Nonato Mendes, é importante ressaltar que ele foi um militante político do PCB, filiado em 1962 e que rompeu com o Partidão quando ocorreu a cisão que daria origem a ALN. Além disso, também é importante de se destacar que ele trabalhou como metalúrgico na cidade de São Paulo somado ao pertencimento racial do fato dele ser negro, pois conforme foi apresentado na introdução dessa pesquisa, uma das leituras correntes sobre a luta armada é a visão de que ela foi uma experiência da classe média branca e intelectualizada. Mendes atesta a presença de membros da classe trabalhadora e de negros em uma das mais importantes organizações guerrilheiras, a ALN, e como um militante de destaque, pois ele foi um dos guerrilheiros escolhidos para realizar o treinamento em Cuba em 1967.

Seguindo o mesmo viés melancólico de Mendes, o depoimento de Francisco Luiz Salles Gonçalves, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) aponta para um direcionamento dessa melancolia de esquerda. Gonçalves ficou preso entre 1969 e 1972 e após a ditadura tornou-se economista e professor universitário. Ele é direto em sua crítica a tentativa de organização política dentro do presídio Tiradentes:

> Alguns tomam a iniciativa da tarefa de contar as forças e rearticular as organizações no interior da cadeia. Contatado, recuso-me a aderir: a organização à qual me filiara não mais existia, a rigor – não tinha participado nem da fusão com o COLINA, nem do racha que dera origem à VAR-Palmares e tinha críticas à forma pela qual tinham ocorrido; mais importante ainda, não concordava com a insistência, nitidamente predominante entre os remanescentes das organizações em liberdade, nas ações armadas como forma principal – na verdade única – de luta e ação. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. P. 89)

Apesar de expressar um descontamento ideológico com a linha política adotada pela organização em que militava, Gonçalves é direto em afirmar que não concordava com a permanência das ações armadas e isso teria sido decisivo para inclusive romper com seu grupo na prisão:

> A julgar pelo tipo de orientação vigente, não seria de espantar se nos chegasse uma ordem de montar uma espécie de sublevação no presídio, para criar um fato político. (...) Como eu não pretendia obedecer a ordem dessa natureza, não seria honesto comprometer-me com um centralismo que não iria cumprir. Naquele momento, não coloquei a questão da própria validade do 'princípio'

> da luta armada. Não sei se teria valido a pena... (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997 p. 90)

Sua visão crítica à luta armada como estratégia de luta fica bastante evidente no trecho anterior, em que ele cita que sua saída da militância ocorreu em decorrência da discordância com os demais integrantes sobre esse mecanismo. Porém, chama ainda mais a atenção o fim do trecho, em que se destaca a possível falta de ambiente para colocar uma visão crítica sobre a estratégia de luta. O tom de encerramento do trecho em que ele diz que não sabe se teria valido a pena denota que, na visão de Gonçalves, o ambiente na prisão Tiradentes não era propício para as críticas ao modelo de luta, pois uma parte importante dos guerrilheiros presos ainda defendiam seu uso único, como está citado no relato.

Contudo, os tons de melancolia paralisadora da derrota presente em seu depoimento e no de Nonato Mendes não esteve generalizada no espaço do Tiradentes como um todo, ainda que tenha se desenvolvido individualmente em alguns militantes, como foi possível observar nos dois casos até aqui analisados. Desse modo, não parece ser possível atestar para um ambiente hegemônico e coletivo em que se conduzisse a um estado de crítica ou revisão da estratégia de luta armada ou da ideologia política. Ao que tudo indica na leitura dos depoimentos, não é possível atestar para uma visão unívoca da experiência armada, mas sim para uma pluralidade de visões, com destaque para as tensões existentes entre depoimentos de militantes que ainda defendiam as práticas guerrilheiras como estratégia de luta em contraste com aqueles que defendiam o esgotamento dessa prática.

Uma hipótese para explicar esse viés de tensionamento é a relação dos presos – ao menos uma parte deles – com os remanescentes das organizações que ainda estavam em liberdade, sobretudo no período em que estiveram no Tiradentes. Conforme anunciado anteriormente, o presídio paulistano recebeu militantes das organizações de esquerda durante o período de 1968 até 1973, momento em que as organizações de luta armada permaneciam em ação, mesmo diante o crescimento das ações repressoras. É possível afirmar, portanto, que foi justamente nesse período em que se deu o maior tensionamento entre militantes que defendiam a permanência da luta armada e aqueles que se mostravam contrários. Ao que parece, a crítica maior do militante preso é com a forma como os militantes em liberdade ainda defendiam a permanência da luta armada,

o que pode indicar uma implicação que as sessões de tortura e o próprio ambiente da cadeia pode ter criado, o que levanta uma hipótese de que entre os militantes presos pode ter havido um sentimento de conflito com os que permaneceram em liberdade.

Aqui parece ocorrer mais uma incidência da memória recalcada que se desenvolve a partir do trauma da tortura e da prisão, vivenciada pelos militantes como constituinte do trauma proporcionado pela violência extrema que enfrentaram. Essa memória traumática marcada pela violência foi significativa para o conflito de Gonçalves com os militantes ainda em liberdade, uma vez que o espaço prisional e as recentes sessões de tortura possivelmente causavam sérios transtornos e muito provavelmente condicionou sua interpretação sobre a defesa que militantes em liberdade faziam da continuidade da luta. Parece ser plausível interpretar que o espaço da cadeia, somada às sessões de tortura, provocaram um sentimento de dor que acabou levando Gonçalves a criticar a metodologia da luta armada e criticar de maneira ainda mais incisiva aqueles militantes que não estavam privados da sua liberdade e defendiam a continuidade da luta. Esse viés de enfrentamento foi marcante na experiência da luta armada e será alvo de discussões dentro das organizações, conforme será destacado no capítulo 2.

Esse aspecto possibilita um segundo elemento explicativo em que o lugar socioespacial do Tiradentes pode ter condicionado muitas análises críticas sobre a estratégia de luta já que o cárcere e as sessões de tortura se configuravam como o trauma daqueles militantes. Nesse sentido, parece ser possível apresentar como hipótese de análise que algumas visões revisionistas acerca da metodologia de luta ou mesmo da ideologia política esteja condicionada por essa vivência traumática na prisão, ainda que generalizar esse aspecto não seja possível.

E talvez a evidência maior dessa crítica elaborada com forte incidência do terror vivenciado na prisão e nas torturas seja a permanente expressão de valores e símbolos partilhados por aqueles que pegaram em armas. O relato de Gonçalves é bastante exemplar do permanente sentimento que tomou a esquerda brasileira que aderiu às armas durante a década de 1960: a necessidade de agir no lugar das discussões políticas e o rechaço às concepções de luta do jogo político partidário. Ele diz que:

> Houve momentos em que se propunha a discussão política, análise de conjuntura, por exemplo, e vinha o rechaço frontal ao reformismo de ficar querendo discutir , quando já estava claro que se deveria agir, que o dever do revolucionário é fazer a revolução e que a luta armada era o único caminho. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997p. 91)

É interessante notar como a perspectiva que orientou a formação dos grupos guerrilheiros ainda era compartilhada e vivenciada dentro do Tiradentes. Contudo, é evidente que vozes dissonantes apareciam para contrapor esse entendimento, vozes essas que se tornaram dissonantes justamente pelo ambiente proporcionado dentro da prisão. Gonçalves comenta que com a chegada de militantes presos oriundos da ALN, começaram a debater "sobre as nossas perspectivas e as formas de organizar a vida nas novas instalações (chegamos a ser 21 pessoas na cela), ligeiras diferenças de perspectivas começaram a aflorar, prenunciando debates a fazer e a refazer. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p.92)"

Essas "ligeiras" diferenças de perspectivas estavam atreladas a uma questão ideológica das organizações, com suas distintas perspectivas nas linhas políticas. Fica evidente ao retomar o relato de Gonçalves quando ele cita que:

> Izaías e eu, apoiados pelo Fratão (Rolando Frati), pretendíamos refletir coletivamente sobre a melhor maneira de convivermos de forma cooperativa e solidária, respeitando as diferenças políticas e ideológicas porventura existentes, mas fortalecendo a nossa capacidade comum de resistir às tentativas que a ditadura continuaria a fazer de nos desmoralizar, dividir e quebrar. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. P. 92)

O discurso de Gonçalves, sustentado pelos outros dois militantes citados tinha o objetivo de criar uma organização interna dentro do Tiradentes, suplantando as diferenças nas linhas políticas das diferentes organizações, com o objetivo de garantir uma maior força entre os presos para garantirem uma maior força de luta ali dentro:

> De certa maneira, e sem nos darmos conta disso, estávamos propondo priorizar o nosso acordo interno imediato entre companheiros colocados na mesma situação diante de um adversário comum sobre as, naquele momento, hipotéticas linhas políticas partidárias que viessem a se definir, dentro ou fora daqueles muros. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p. 93)

Na visão de Gonçalves e de um grupo de militantes que o apoiavam, se fazia necessário criar uma espécie de nova estrutura dentro da cadeia sem que as linhas políticas das distintas organizações afetassem sua organização. No entanto, essa tese não foi aceita sem sofrer resistente por parte de outros militantes, pois ele diz que:

> Outros, entre os quais meu grande e maior amigo, Pedrão (Pedro Chaves dos Santos), colega desde o curso técnico de eletrônica, o vestibular da Maria Antônia, a entrada na Física e, logo, na POLOP, pareciam adotar uma atitude

> mais ‘orgânica’: devíamos traçar uma linha política de resistência e combate à Ditadura e segui-la à risca. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p. 93).

Essas disputas ideológicas parecem significar que o Tiradentes foi um ambiente de intensa discussão entre os militantes sobre diversos rumos da resistência e da luta política a se fazer a partir do momento em que se encontravam presos. Além de revelar entendimentos distintos entre os rumos da guerrilha, também é representativo de como o lugar socioespacial do Tiradentes projetou uma rearticulação e um realinhamento, junto de novas concepções de luta, ainda que permeada por disputas. Essa disputa em específico, citada por Gonçalves, foi resolvida, segundo o seu depoimento, pela figura de liderança que Rolando Frati exercia na esquerda brasileira:

> Antes que a discussão se azedasse, Fratão, com autoridade da sua experiência, de seu conhecimento, de sua posição na ALN e com a sua clareza e inteligência, matou o assunto. Não estava naquela reunião para debater linha política, o que fazia e faria novamente, quando possível, em sua organização, e não num coletivo heterogêneo e circunstancial como aquele, o qual, no entanto, podia e devia traçar normas de convivência e organização para enfrentar as tarefas de sobrevivência, higiene e mínimo conforto no dia a dia, importante para a manutenção do moral do grupo. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p. 93)

Apesar da situação resolvida, Gonçalves cita que ela não terminaria ali e faz um comentário revelador dizendo que

> As opiniões não se tinham dividido segundo VPR e ALN, nem entre oriundos da cela 3 e 4 do DEOPS. Era como militantes da luta antiditatorial e presos políticos individuais que a maioria tinha se colocado. A tensão entre a obediência disciplinada, mas cega ao mito do centralismo democrático e a obediência às próprias convicções e pensamentos se tinha manifestado e voltaria a fazê-lo constantemente, dali em diante. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p. 93)

Neste trecho está latente a visão do antigo militante da POLOP com relação as mudanças, questionamentos e reflexões acerca da sua militância política, principalmente no trecho em que chama a obediência disciplinada de “mito do centralismo democrático”, sendo uma expressão reveladora de uma crítica aos modelos organizacionais da esquerda revolucionária do período. Isso configura o depoimento de Gonçalves dentro de uma linha bastante crítica com os andamentos da luta política, condicionado pela experiência limite da perseguição, tortura e prisão.

Cabe destacar também como está presente em seu depoimento uma visão de que as opiniões individuais estavam sendo expressadas dentro da prisão, não sendo necessariamente afetadas ou condicionadas pela linha política da organização, corroborando com a hipótese levantada aqui de que o espaço do Tiradentes forjou novas concepções, ou no mínimo, reinseriu a individualidade no pensamento de cada militante, ainda que permeadas pelas orientações das diversas organizações, que também atuavam como aspectos ideológicos que estavam incidindo no debate interno da prisão.

A visão crítica expressada pelo militante Francisco Gonçalves sobre a opção por armas parece estar ancorada fortemente em um descontentamento com a prática dentro das organizações de esquerda em que ele esteve militando, uma vez que em seu depoimento ele reforça a necessidade da adesão à luta armada para a transformação da realidade:

> Diante do espetáculo da afluência mal distribuída do capitalismo, da alienação consumista que a acompanhava, da arrogância imperialista ao redor de um planeta congelado na guerra fria, da gélida petrificação da burocracia stalinista e da multiplicidade de focos de revolta, parecendo aproximar movimentos anticolonialistas, guerrilhas anticapitalistas e lutas de unificação nacional, tal necessidade parecia tão evidente que se tornava difícil não pensar se uma vanguarda bem disposta e estruturada não poderia fazer a História, tomar o destino nas mãos e transformar o mundo. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p. 94)

No trecho destacado, nota-se como o militante procurou apresentar seu entendimento sobre o processo político brasileiro que teria criado a necessidade de agir para que se implementasse a transformação tão esperada. Desse modo, o olhar para o passado e para a opção por armas aparece justificada pela leitura feita no período. Mas essa justificativa não o impediu de tecer duras críticas a uma estrutura rígida das organizações guerrilheiras, pois na visão de Gonçalves:

> O voluntarismo e a obediência cega a mandatos aparentemente impessoais conjugavam-se numa mesma lógica fatalista. Na maior parte do tempo, no dia a dia, este lado obscuro da militância praticamente não aparecia, a não ser em algumas personalidades particularmente soturnas. Mas nas reuniões, na hora de vestir a camiseta – ou a boina – de revolucionário consequente, as pessoas passavam a raciocinar segundo uma lógica pré-moldada, da qual conheciam suficientemente os princípios e o jargão para se expressarem adequadamente. As conclusões, adotados os princípios, eram dadas de antemão. A correção política é o ópio – e o apanágio – dos intelectualerdas. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p. 94)

A forte crítica presente no trecho demonstra que na visão de Gonçalves havia dentro das organizações guerrilheiras uma rígida estrutura de pensamento marcada pelas concepções ideológicas da mesma. Portanto, é possível concluir que, na visão desse militante, a guerrilha se equivocou não na opção pelo método, mas na prática revolucionária, sobretudo pela ausência de diálogo e – nas palavras dele – democracia:

> A situação favorece o maniqueísmo e dificulta a apreciação objetiva e nuançada da realidade e das pessoas. Quem não está comigo, está contra mim. Nesse fogo cruzado, da ditadura de um lado e dos 'princípios' de outro, o caminho é estreito e acidentado. Em minha opinião, constitui um grande mérito da esquerda brasileira – ao lado do apreciável nível de firmeza demonstrado face à tortura – através de seus representantes encarcerados no Tiradentes, não ter deixado que o fantasma sempre presente do maniqueísmo assumisse o posto de prática dominante e ter mantido, quase sempre, níveis de tolerância e democracia capazes de garantir um grau de convivência e companheirismo suficiente para manter a unidade e a amizade entre quase todos nós. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. pp. 94 e 95)

Pelas palavras de Gonçalves, esses princípios ortodoxos que atestavam uma espécie de autoritarismo nas organizações de esquerda são os pontos críticos da prática guerrilheira. Chama a atenção o destaque que o militante faz sobre o aspecto positivo de manutenção de níveis de democracia, unidade e amizade dentro do Tiradentes, parecendo atestar uma visão crítica dos guerrilheiros presos para a militância ainda na ativa. Além disso, cabe ressaltar que em seu relato se evidencia outra vez a questão de sua "firmeza face a tortura". Para encerrar esse tema, serão discutidos esses aspectos presentes no depoimento de Francisco Gonçalves.

O trecho destacado revela um tom bastante crítico com relação a estrutura rígida e autoritária relatada por ele, que já havia sido destacada no trecho anterior. Não parece ser aleatória a sua opção por encerrar seu depoimento opondo essa rigidez autoritária das organizações com os níveis de tolerância e democracia desenvolvidos durante a estadia no Tiradentes. Nesse sentido, a crítica presente no depoimento de Gonçalves se direcionou para uma visão bastante específica que destacou a falta de diálogo e a ausência de democracia nas organizações de esquerda. Ao que indica seu relato, a crítica não está direcionada necessariamente a uma revisão da estratégia de luta, mas sim a ausência de democracia nas organizações, configurando assim uma crítica já distante daquela tecida pelo militante Nonato Mendes. E diante do que foi apresentado a partir da obra de Enzo Traverso, não se configura uma melancolia de esquerda voltada para a reorganização e volta da atuação política, mas sim uma crítica que encerra as experiências guerrilheiras

em seu tempo e descreve sua estrutura organizativa como um fator preponderante para a derrota.

Esse aspecto apresenta a conclusão de que dentro do lugar socioespacial da prisão, muitas possibilidades de autocrítica e revisão surgiram, sem que necessariamente elas tenham sido sistematizadas ou tenham resultado em um debate significativo que pudesse ter incidido na agenda política das organizações ou mesmo em reflexões mais abrangentes. O próprio depoimento de Gonçalves aponta para uma ação mais individual nas reflexões dentro do presídio, condicionada pela privação da liberdade, pelas experiências limites da tortura e pelas condições que o presídio impõem a um movimento reflexivo mais individual. Isso não significa dizer que não houve autocrítica e reflexão acerca da luta armada dentro do presídio, mas sim que elas não ocorreram de maneira sistematizada, fazendo com que cada depoimento apresente seu próprio viés para interpretar o passado. Também parece ser seguro dizer que esses depoimentos, colhidos quase três décadas após a vivência no presídio, não expressam a ideia de melancolia de esquerda, que conforme explicou Enzo Traverso, proporciona possibilidades de leitura crítica do passado, resistência ao presente e projeção do futuro. (TRAVERSO, 2018, p. 294) Um fator explicativo para isso é justamente o momento em que o depoimento foi colhido e fundamentalmente sua característica de rememoração. Conforme será confrontado posteriormente, o viés de melancolia de esquerda que analisa o passado para a projeção de uma luta futura foi verificado em documentos que expressam a visão dos militantes no próprio período em que se debatia as questões da luta armada.

Sendo assim, parece ser possível concluir que houve nesse espaço um conjunto de vozes dissonantes sobre a estratégia, a validade e a continuidade da luta armada como estratégia de luta política, ainda que entrecortadas pela privação da liberdade e a necessidade reconfigurar as lutas políticas diante das sociabilidades possíveis dentro do espaço prisional. O aspecto que mais configura uma ressonância entre os depoimentos analisados até aqui foi a incidência de falas que destacaram a questão das delações, tema caracterizado como um tabu dentro dessa memória.

A condição do pacto de silêncio que marcou a transição brasileira e a configuração da memória hegemônica de caráter liberal acerca da ditadura compuseram o silenciamento da experiência guerrilheira como um todo e consequentemente também silenciaram a questão das delações e justiçamentos. O impedimento da fala, seja no caráter individual como demonstrado a partir da obra de Freud, seja no coletivo, atestado

pelo diálogo com Paul Ricoeur, criaram uma forte memória recalcada em torno desses temas específicos e impedem a elaboração dessa memória, causando prejuízos aos sujeitos dessa experiência e a coletividade da sociedade como um todo.

Mas é preciso destacar que para além do viés negativo encontrado em alguns depoimentos dos presos políticos, o Tiradentes também foi palco de uma reorganização de lutas e da formação de novos valores e identidades entre os presos. Ao abordar esses aspectos, espera-se evidenciar mais uma vez a pluralidade das vozes e das experiências dos guerrilheiros e das guerrilheiras, demonstrando como o viés hegemônico da memória sobre a luta armada silenciou a diversidade da autocrítica. Do mesmo modo, também há o objetivo de demonstrar como o espaço prisional em que o tom melancólico da derrota da esquerda era forte não impediu a configuração de uma reorganização política e pessoal.

1.4. "Eu era parte de um todo". Reorganização política, pertencimento e sociabilidade dentro da Torre das Donzelas.

Conforme visto até agora nos depoimentos analisados até aqui, as tensões e os embates deram o tom da autocrítica e da ressignificação dos militantes que pegaram em armas e estavam presos no Tiradentes. Por outro lado, os depoimentos das guerrilheiras que estiveram presas no Tiradentes revelam uma possibilidade de reorganização da luta política e a construção de redes de sociabilidade, sobretudo entre as presas, configurando aquele espaço como um ambiente de sociabilidades possíveis, permeando assim as revisões acerca da opção por armas.

No depoimento de Dulce Maia, militante da VPR e a primeira mulher a ser presa no Tiradentes, há uma expressão bastante interessante sobre uma concepção de pertencimento a um grupo que foi forjado numa identidade militante das presas e presos que ali estiveram, sobretudo na Ala feminina do presídio, apelidado de "Torre das Donzelas"[22]. Ela cita uma passagem em que seria transferida – pela segunda vez – para a Casa de Detenção do Carandiru:

[22] O termo ganhou maior notoriedade com o lançamento do documentário que abordava especificamente o relacionamento entre as presas políticas daquele espaço, dirigido por Susanna Lira e lançado em 2018. Sobre o tema CF: FISCHER, Sandra; VAZ, Aline. Paisagens anestésicas, espaços estésicos, convívios afetivos: Torre das Donzelas. Novos Olhares, v. 11, n. 1, p. 7-15, 2022. E FIGUEIREDO, César Alessandro

> Mas as companheiras – Donzelas da Torre – tentariam barrar essa transferência, organizando uma manifestação. Quando foram me buscar na cela, todas elas se juntaram num círculo no centro do qual eu estava sentada, formando com seus corpos uma barreira de proteção. O significado desse gesto e a emoção que ainda sinto são indescritíveis. Eu era parte de um todo, e há tempos eu não sentia isso na pele com tanta força. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. P.104).

Parece ser expressivo o sentimento de pertencimento que as vivências no Tiradentes trouxeram, principalmente para aquelas militantes e militantes que passaram por períodos longos nos aparatos clandestinos da repressão, seja na sede do DOI-Codi/SP, seja nos porões do DEOPS. As possibilidades de contato e de nova organização política foram reconstituídas no Tiradentes, significando uma renovação nas possibilidades de luta e foram permeadas por essa sociabilidade possível criada dentro do presídio em que a questão de gênero se torna fundamental.

A última década foi profícua em trabalhos acadêmicos brasileiros que selecionaram as mulheres e sua relação com a ditadura como objeto de pesquisa e mobilizaram as categorias de gênero para analisar esses casos. Sobre o tema, é consenso entre as historiadoras que diante da condição de gênero, as militantes políticas foram acusadas pela ditadura de um duplo crime: eram terroristas e eram mulheres. Segundo Rosa, além das acusações relacionadas ao enfrentamento do regime que as entedia como terroristas, havia também a acusação mediada pelo desvio da norma no comportamento padrão que foi socialmente construído e inseria a mulher no espaço privado. Nesse sentido, ao romper com essa regra e participar de movimentos políticos fazia com que as mulheres se tornassem duplamente culpadas ao lutar contra a ditadura ao mesmo tempo que saiam do comportamento padrão imposto pelo patriarcado. (ROSA, 2013).

Em decorrência disso, se estruturou nos meandros da repressão um aparato violento de tortura condicionado pela questão de gênero. Joffily demonstra como os mecanismos de tortura utilizaram de mecanismos específicos diante da presença de mulheres na luta contra a ditadura. Desse modo, as desqualificações verbais direcionadas ao seu gênero e as reincidentes práticas de abuso sexual não devem ser vistas como práticas isoladas, mas configuram, na visão da autora, uma modalidade de tortura institucionalizada pelo regime e voltada para as mulheres. (JOFFILY, 2009. p. 83)

Essa experiência limite da tortura potencializada por essa modalidade específica que violam as mulheres duplamente foi responsável por provocar mais um interdito entre as memórias relacionadas ao passado autoritário brasileiro. Silenciadas pelo Estado brasileiro que não se ocupou de uma política de memória voltada à questão de gênero e silenciadas pela desqualificação dessa violência entre grupos da esquerda e pela historiografia que demorou para atuar nesse campo, as vítimas dessa violência de Estado praticamente não encontraram redes de apoio após o trauma, condicionando inclusive uma questão de memória bastante sensível e que será discutida posteriormente.

No momento, cabe analisar essa questão à luz dos relatos de sociabilidade criados dentro dos muros do Tiradentes. Dulce Maia recorda em seu texto que aquele apoio encontrado entre as presas que a impediram de ser transferida promoveu um "significado (...) e emoção que ainda sinto (...). Eu era parte de um todo, e há tempos eu não sentia isso na pele com tanta força". As marcas profundas deixadas por esse ato de solidariedade revelam a potência desse apoio e dessa rede de solidariedade e a partir do que a historiografia escreveu sobre a relação entre tortura e gênero parece ser plausível entender esse ato como uma reconstrução de laços de solidariedade que foram construídas em uma situação limite, em que a violência da tortura e da violência sexual direcionada a essas mulheres estava latente. Desse modo, a reconstrução dos laços de solidariedade e sociabilidade logo em seguida a vivência dessa experiência limite e ainda estando nas mãos do Estado repressor sem dúvida alguma marcou a trajetória dessas militantes que estiveram presas no Tiradentes.

O peso e a ambivalência entre a reconstrução das redes de solidariedade e a dor do trauma criado pela prisão e pela tortura são recorrentes em todos os 11 textos de mulheres presentes em *Tiradentes: um presídio da Ditadura.* Rioco Kaiano, que foi militante do PC do B e esteve no Tiradentes entre 1970 e 1972 aponta essa sensação no início de seu texto:

> Percebo em mim uma ambiguidade entre resgatar a história daqueles tempos e a vontade íntima de empurrar essa parte dolorosa da minha vida para o fundo do baú. Sei que não há como apagar as vivências – as boas e as más. São partes integrantes de mim mesma. Lido com elas como eu posso. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. P. 341)

Tal sentimento de ambiguidade entre a necessidade de resgatar essa memória e a vontade de esquecer as dores que a mesma traz revelam como a experiência da tortura e

da prisão se configuraram como uma experiência limite de trauma na vida dessas mulheres. Sobre essa ambivalência, é preciso ressaltar dois aspectos.

O primeiro deles diz respeito ao modo sensível como essas memórias individuais se relacionam com a memória social do período, provocando assim uma sensação contraditória cuja resposta é individual, ainda que incida fortemente na sociedade. O relato de Kaiano expressa essa contradição entre o dever de memória, indicado na necessidade de "resgatar a história daqueles tempos" e a superação do trauma, mediada pelo esquecimento em sua "vontade íntima de empurrar essa parte dolorosa da minha vida para o fundo do baú." A fala da ex guerrilheira revela as duas dimensões da memória, a coletiva, cujo resgate é fundamental segundo Paul Ricoeur, para que seja passado a limpo pela sociedade as práticas de violência extrema, e a individual, que segundo Freud, tem como objetivo final o esquecimento e a superação daquele passado. No encontro das duas dimensões está o silenciamento promovido pelo Estado brasileiro de apagamento duplo dessas memórias, impedindo assim que tanto a dimensão individual como a coletiva sejam impedidas de ocorrerem.

Todos esses aspectos parecem indicar um recorrente ponto contraditório em praticamente todos os relatos das onze mulheres que escreveram para o livro. No entanto, parece que o elemento traumático causado pela tortura e pela violência de gênero são constantemente amenizados diante das práticas de solidariedade encontradas dentro do Tiradentes. Isso está presente no relato de Nair Yumiko Kobashi, militante do PC do B que esteve no Tiradentes entre 1970 e 1973:

> Revisitar a memória para falar do presídio Tiradentes não é fácil. O presídio evoca sentimentos ambivalentes. De um lado, aqueles relacionados à dor causada pelo confinamento – prisão costuma rimar com dor. De outro, gestos de generosidade, de solidariedade, de afeto, de alegria. Das lembranças guardadas, são estas últimas as mais significativas e permanentes para mim. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p. 310)

Na ação entre o lembrar e o esquecer, parece estar presente no depoimento da guerrilheira uma opção pelo esquecer o trauma no sentido de superá-lo e a mediação do lembrar foi feito a partir das práticas de "generosidade, solidariedade, afeto e alegria" que foram encontradas na prisão. Esse recorrente ato de memória em torno das redes de solidariedade criadas no presídio indicam sua importância para essas guerrilheiras e como será observado posteriormente, compõem uma espécie de quadro de revisão sobre o

passado e projeção para o futuro nessa reflexão sobre o uso das armas, resultando em um processo de melancolia de esquerda defendido por Enzo Traverso.

A dimensão do trauma e a criação de novas redes de solidariedade não indicam um conjunto de revisão ou abandono da estratégia armada por parte das mulheres que estavam no Tiradentes. A continuidade da luta e a consequente crença ainda existente na estratégia do uso da violência pode ser vista em diversos depoimentos que relatam a aproximação existente entre aquelas presas e suas organizações que continuavam praticando ações revolucionárias.

Essa questão está presente no texto escrito por Dulce Maia, principalmente os sequestros feitos pelas organizações que tinham como objetivo a libertação dos que estavam encarcerados. A militante diz que:

> Enquanto durava cada sequestro, o presídio ficava isolado, interditado, e as visitas suspensas. Mas, fosse através dos guardinhas da muralha, fosse através de outros esquemas, acabávamos tendo informações sobre o que se passava no mundão. (...) Entre nós, presas e presos, criava-se um clima de expectativa em relação ao êxito da ação e da aceitação ou não pelo governo das exigências feitas por parte do comando da organização que conduzia as negociações. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p. 105).

A expectativa, segundo Dulce Maia, era sobre a possibilidade de alguma militante ou militante aparecer na lista de libertação em troca do sequestrado, evidenciando assim uma relação entre o conjunto de militantes presos e a continuidade da guerrilha, se não direta, ao menos indireta. Seja pela expectativa de retomar a militância política, seja pela possibilidade de deixar a prisão e partir para o exílio, a fala da guerrilheira demonstra também uma relação de pertencimento aos que permaneciam na luta. Desse modo, as novas redes de pertencimento construídas no cárcere não impediam a manutenção daquelas estabelecidas quando em liberdade. Além disso, seu depoimento também atesta como a prisão não foi encarada por todos os militantes como o fim da ação revolucionária ou uma automática negação da opção pelas armas.

Mas se a passagem pelo Tiradentes não significou necessariamente uma revisão da estratégia política nem abalou as convicções ideológicas das guerrilheiras, isso não significa dizer que esse lugar socioespacial não tenha incidido sobre as mulheres, não apenas nos seus aspectos individuais e de construção de novas sociabilidades, mas também incorporando e ressignificando símbolos que seriam mobilizados posteriormente. Nesse sentido, a saída do Tiradentes e a expectativa de ser posta em

liberdade é celebrada no testemunho de Dulce Maia, conforme se observa no seu relato sobre sua saída:

> Domingo, às 11 horas a carcereira vem nos chamar. A "Tia" e eu. Um só grito de alegria. Inicia-se a "Internacional". Primeiro o canto das mulheres. Em seguida, o pavilhão II da ala masculina acompanha o canto que, por fim, estende-se aos homens do pavilhão I, que dicava mais distante. Depois de "A Internacional", seguiu-se o que se transformara no nosso hino: "Suíte dos pescadores", de Dorival Caymmi, "minha jangada vai sair pro mar..." (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. pp. 106 – 107)

A emoção do relato sobre a saída do Tiradentes, permeada por símbolos e signos partilhados pela cultura política de esquerda dos militantes é uma evidência da perspectiva ideológica que se mantém diante das adversidades enfrentadas pelas presas e presos políticos.

É interessante refletir sobre os dois símbolos do processo de saída de Dulce Maia. O início do ritual, marcado pelo hino da Internacional comunista é representativo da cultura política de esquerda do Brasil, partilhando os ideais forjados pela Revolução de 1917 na Rússia e rearticulados a partir da atuação do Partido Comunista Brasileiro, que compôs de maneira hegemônica a cultura política de esquerda no Brasil em grande parte do século XX[23]. Por outro lado, a canção de Caymmi, citada como "nosso hino" é marcante de um processo de criação de novas identidades, símbolos e signos que foram compostos pelas redes de sociabilidade criadas dentro do Tiradentes e partilhada pelos militantes que lá estiveram.

É bastante sintomático analisar a escolha de Suíte dos Pescadores, de Dorival Caymmi como esse hino próprio do processo de libertação dos presos do Tiradentes, pois no final da década de 1960 a Música Popular Brasileira engajada já era uma das grandes expressões da luta contra a Ditadura Militar[24]. A escolha da canção de Caymmi. Lançada em 1957, parece ter ocorrido pela narrativa expressada pelo cantor e compositor baiano, que conta a história de um pescador indo realizar sua atividade conforme é observado na primeira estrofe da canção:

Minha jangada vai sair pra mar, .

[23] Sobre os aspectos dessa cultura política pecebista CF: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Ed.). Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural. SciELO-Editora UFMG, 2013.

[24] Sobre a relação da Música Popular Brasileira com o engajamento político de esquerda CF: NAPOLITANO, Marcos. A Síncope das Ideias. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

Vou trabalhar, meu bem querer,

Se Deus quiser quando eu voltar do mar,

Um peixe bom eu vou trazer

Meus companheiros também vão voltar,

E a Deus do céu vamos agradecer

A música, presente em um álbum de Caymmi que é temático sobre os pescadores e o mar, parece ter sido interpretado pelos presos do Tiradentes como uma alegoria da liberdade, sendo, portanto, um signo da luta desses militantes. Destaca-se, sobretudo, os versos que falam "Se Deus quiser quando eu voltar do mar/ Um peixe bom eu vou trazer/ Meus companheiros também vão voltar/ E a Deus do céu vamos agradecer" pois elas indicam uma alegoria da vivência na prisão mas com uma perspectiva de mudança e de liberdade, além de expressar o pertencimento coletivo criado no período do cárcere.

Observando a inserção de Suíte dos Pescadores como signo ao lado do hino da Internacional comunista, concluímos que a vivência no Tiradentes forjou uma rede de sociabilidade própria tão profunda que se desdobrou na inserção de novos símbolos, como a canção de Caymmi, eleita pelos presos como hino daquele período. Ainda, concluímos que essa interação existente dentro do presídio não significou um abandono coletivo dos aspectos ideológicos defendidos pelas organizações de esquerda, o que pode ser evidenciado pelo uso da Internacional Comunista em conjunto com Suíte dos Pescadores.

Desse modo, é possível conceber o espaço do presídio Tiradentes como um momento propício para a reflexão acerca da estratégia da luta armada e mesmo da ideologia política partilhada pelos integrantes da esquerda armada no Brasil, mas ao que tudo indica, esse espaço de reflexão não gerou entre os presos um movimento consonante de revisão com relação ao uso das armas nem de uma ressignificação da luta política. Duas hipóteses podem ser explicativas para isso. A primeira delas diz respeito ao espaço prisional, que como já foi visto anteriormente, acaba por gerar um processo de reflexão mais individual. Somado a isso, a própria instabilidade do cárcere, em que os presos poderiam ser liberdades, transferidos ou voltarem para a violência extrema da tortura, pode ter incidido para que essas revisões sistemáticas não tenham disso feitas. Atrelado ao isso, a própria fragmentação de militantes de diferentes organizações e a característica dos grupos armados da esquerda brasileira podem ter dificultado esse processo de revisão dentro da cadeia. No relato de Gonçalves isso aparece a partir da sua memória sobre a

fala de Fratti, que dizia que iria debater os rumos da luta política com sua organização em um espaço propício e não ali na prisão, sem os membros do seu grupo.

A segunda hipótese diz respeito ao período em que tais presos estiveram no Tiradentes. O presídio foi utilizado como prisão para militantes políticos entre os anos de 1969 e 1973, período em que os grupos de luta armada já passavam por fortes baixas, mas ainda seguiam atuantes com ações guerrilheiras que seguiam impactando, se não a arena pública, mas ao menos o imaginário dos militantes revolucionários. É evidente que se encontra vozes contrárias à opção pelas armas entre militantes das organizações de esquerda nesse período, causando inclusive momentos de extrema tensão. (GORENDER, 2014, p. 184). No entanto, é possível afirmar que os resquícios das ações revolucionárias projetavam um forte imperativo que era partilhado por boa parte do imaginário dos militantes de seguir na luta para criar as condições revolucionárias. Tais ações armadas só foram cessar a partir do ano de 1974, depois que os presos do Tiradentes já tinham sido transferidos e o presídio fechado. Nesse sentido, a estadia no Tiradentes não foi marcada pela derrota definitiva do sonho revolucionário dos guerrilheiros, projetando assim uma ideia de continuidade na luta. Tudo isso certamente incidiu para que as revisões não tenham sido feitas em caráter conclusivo nem mesmo tenham sido realizadas de maneira sistemática por determinados grupos de militantes ou organizações. Mas foi possível identificar vozes dissonantes em uma grande pluralidade de leituras acerca da experiência armada. Partiremos em seguida para uma análise dessas vozes dissonantes por entender que mesmo elas não podendo significar uma leitura coletiva e definitiva das esquerdas sobre a revisão do projeto guerrilheiro, demonstra as leituras individuais desses militantes, que sem dúvida são importantes. E também, analisar essas vozes individuais que revisitaram o projeto da luta armada pode indicar o início de debates e ressignificações que foram feitas posteriormente, em outros espaços sócio temporais para além da prisão.

Os processos de releitura sobre a opção pelas armas são muito presentes no testemunho de José Machado, que era estudante universitário e foi militante da Vanguarda Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) grupo dissidente da VPR e que posteriormente se tornou deputado estadual filiado ao Partido dos Trabalhadores, cargo que ocupava em 1997, quando escreveu o depoimento analisado aqui.

1.5. “Estava sem muita convicção sobre, por exemplo, se devia ou não dar a vida pela causa”: as críticas individuais à opção pelas armas.

As críticas individuais pela opção ao uso da guerrilha como estratégia política apareceram anteriormente nas falas de Francisco Gonçalves e de Nonato Mendes, mas ainda estavam permeadas por uma espécie de imperativo partilhado pelos militantes que os fazia seguir com essa tática e que não apresentavam nenhum abalo nas convicções políticas. Já no depoimento que será analisado a seguir, escrito por José Machado, que foi integrante da VAR-Palmares e membro do Partido dos Trabalhadores quando deu seu depoimento, é possível verificar um forte abalo e uma constante leitura crítica sobre essa opção. Em seu depoimento, é bastante nítida uma visão próxima a de Francisco Gonçalves, em que o tom de crítica a alguns preceitos dos militantes é latente. Machado cita um interrogatório pela qual passou logo em seus primeiros dias no Tiradentes, feito por Carlos Eduardo Pires Fleury, integrante da ALN. Ele diz que:

> O companheiro Fleury me submeteu a um interrogatório sobre as minhas convicções ideológicas e os meus compromissos revolucionários. Lembro-me de que fiquei muito abalado com esse fato, pois na verdade, ainda estava atordoado, sem entender a razão pela qual estava preso, e sem muita convicção sobre, por exemplo, se devia ou não dar a vida pela causa. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p. 120)

É nítido o abalo que a prisão trouxe em Machado e o quanto a pressão exercida pelos companheiros já presos foi um tensionamento ainda maior diante da já complicada situação de estar preso e ter sido torturado. Machado segue seu depoimento identificando uma primeira tensão simbólica, mas que em sua leitura, anunciaria as distintas visões existentes entre os presos sobre o método revolucionário utilizando a opção armada. Durante a Copa do Mundo de 1970, houve uma discussão entre os presos políticos do Tiradentes se eles deveriam assistir e torcer pela seleção brasileira, sabidamente utilizada pela Ditadura como propaganda ufanista do “Milagre Brasileiro”. Machado diz que “na cela 5 prevaleceu a posição de que deveríamos assistir aos jogos e, acima de tudo, torcer pela seleção brasileira”. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p. 121) É interessante notar que Machado possuiu uma relação de identidade bastante próxima com os companheiros de cela, deixando bastante claro seu descontentamento inicial de estar junto dos chamados presos comuns. Ele chega a dizer que no início de sua estada no Tiradentes teve a “convivência com presos comuns, num ambiente, portanto, de grande

promiscuidade e desconfiança." (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p. 120) Nota-se que sua relação com presos comuns foi muito distinta dos comentários realizados por Nonato Mendes e Dulce Maia, que citavam a boa relação com esses outros presos.

Porém, não foi apenas o rechaço à convivência dos presos comuns que compôs a identidade de Machado no Tiradentes. Sua relação com os presos na cela 5 é celebrada quando ele diz que:

> Com a chegada ao Tiradentes de levas e mais levas de companheiros presos políticos, das mais diversas organizações, foi-se cristalizando a reivindicação de que os companheiros de uma mesma organização e/ou processo pudessem ficar juntos na mesma cela. Assim, na cela 5, ficaram companheiros da VPR e da VAR-Palmares e, depois, vieram os companheiros da Ala Vermelha. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p. 120)

Portanto, está presente na composição da identidade de José Machado ainda um pertencimento à sua própria organização política ou organizações próximas no seu entendimento. Essa vivência de grupo é retomada quando ele comenta sobre a decisão da cela 5 em assistir e torcer pela seleção brasileira na Copa de 1970:

> Essa postura "rebelde" da cela 5 e de companheiros de outras celas no episódio da Copa do Mundo, no sentido do patrulhamento ideológico que cercava a questão, na verdade era a revelação sutil, segundo uma interpretação livre minha que faço aqui, de que um processo de revisão sobre os rumos da luta revolucionária no Brasil estava em curso. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p. 122)

É significativo como sua fala retoma essa questão simbólica e pontual sobre o torcer para a seleção brasileira para apresentar sua opinião sobre a revisão da luta armada feita por um conjunto dos presos políticos. Isso pode indicar sua própria visão pessoal – como ele próprio diz no depoimento – de uma crítica direcionada a essa ideia de patrulhamento ideológico que é sempre citado como característico de setores da esquerda armada brasileira, em diversos aspectos, mas sobretudo quando se relaciona com a Copa do Mundo de 1970[25]. De qualquer modo, Machado cita visões opostas entre militantes que ainda defendiam e vislumbravam a militância na luta armada e outros que já questionavam a opção por armas. Ele diz que:

[25] A Copa do Mundo de 1970 e sua relação que a oposição à Ditadura teve com o evento é bastante discutida não apenas na historiografia, mas na literatura e no cinema nacional. Além de discussões historiográficas interessantes sobre essa relação, também é possível conferir uma narrativa sobre essa relação no filme "O ano em que meus pais saíram de férias" de Cao Hamburguer.

> As quedas em massa de companheiros, as traições, tudo isso ia, pouco a pouco, minando a nossa confiança no processo revolucionário. Havia, é claro, uma quantidade significativa de companheiros que continuavam acreditando sinceramente na vitória da luta armada tal como ela se dava naquele momento. Na minha memória, está nítida a imagem de Coqueiro (Aderval Alves Coqueiro) se despedindo de nós na cela 5, do lado de fora da cela, com o punho cerrado e gritando "até a Serra companheiros!". Alguns companheiros já não acreditavam que as coisas iam dar certo, mas dissimulavam. Até porque havia um receio danado de todos nós de parecermos "desbundados", adjetivo pouco honroso para o nosso heroísmo. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p. 122)

Não resta dúvida que na memória dos presos políticos que deram depoimento para a o livro *Tiradentes: um presídio da Ditadura* já havia naquele lugar socioespacial uma releitura sobre a validade do processo revolucionário via luta armada. É claro que algumas problematizações podem ser feitas sobre a visão explicitada no depoimento anterior, sobretudo pela relação já trabalhada anteriormente sobre História, Memória e Testemunho e ancorada nas discussões sobre a História do Tempo Presente.

No trecho citado anteriormente, Machado cita nominalmente um companheiro que saia da prisão ainda defendendo a via armada, inclusive conclamando os que ainda permaneciam presos à se unirem posteriormente na "Serra", mas utiliza o pronome indefinido "alguns" para citar companheiros que já não acreditavam no processo revolucionário armado. O uso desse pronome indefinido pode ter relação com a construção formal do texto, com a memória de Machado que talvez não se recorde desses companheiros ou até mesmo em evitar citar esses companheiros que já não acreditavam na via armada para protege-los – mesmo que 30 anos depois – da acusação do "desbunde". Porém, não se pode deixar de considerar a hipótese de que o uso desse pronome indefinido possa significar uma apresentação de uma ideia coletiva para justificar a decisão pessoal de Machado, seja naquele momento, seja no período em que escreveu seu testemunho. Essa problematização, contudo, não inviabiliza a argumentação central que está sendo construída aqui, de que já no início da década de 1970 havia setores da militância radical da esquerda brasileira que já questionavam e reviam a opção pelas armas, ainda que não se possa definir se isso ocorreu em escolhas individuais ou de grupos de militantes.

De qualquer modo, parece ser plausível supor que nesse período, sobretudo no Tiradentes, a revisão sobre o projeto guerrilheiro estava condicionada aos reveses que a luta armada vinha sofrendo naquele período, conforme fica claro no trecho citado de José Machado, muito possivelmente intensificado pelo sentimento da vivência dentro do

Tiradentes, que aparece de maneira mais latente em todo o seu depoimento, pois chama a atenção que já no início de seu relato, ele diz que:

> Botei o pé no presídio Tiradentes no dia 11 de novembro de 1969, apreensivo sobre o que encontraria ali, mas também bastante aliviado, como, suponho, era a sensação de todos os prisioneiros políticos que chegavam das catacumbas da Oban e do DEOPS. A informação corrente era que, finalmente, nessa fase, estavam cessados os interrogatórios e as torturas. Tal informação foi desmentida inúmeras vezes no decorrer do tempo em que ali permaneci, já que muitos companheiros foram irregularmente levados de volta ao DEOPS para novos interrogatórios e novas torturas. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p. 119)

A visão de Machado sobre o alívio que o Tiradentes representava para a maioria dos presos políticos – quase uma unanimidade entre os depoentes do livro – é bastante restrita e esse aspecto é colocado em xeque no seu depoimento. Isso, somado ao trecho já analisado em que ele cita os presos comuns, parece denotar um sentimento bastante negativo do período em que permaneceu ali, o que pode ter incidido sobre sua visão crítica ao processo revolucionário, ou ao menos da metodologia das armas para a efetivação dessa proposta de mudança.

De qualquer modo, não foi apenas na despedida de Coqueiro que ficou implícito, segundo o militante, essa visão crítica de alguns companheiros sobre os rumos da guerrilha no Brasil. Ele também cita outra passagem que, na sua visão, "rachou" o Tiradentes:

> Recordo-me de outro debate que igualmente "rachou" o Tiradentes e que se configurou também ilustrativo dessa divergência quanto aos rumos da luta revolucionária. Refiro-me a uma proposta, se não me engano formulada por um companheiro da cela 2, de que deveríamos promover uma rebelião no presídio, queimando colchões. Seria uma forma de denunciar as condições carcerárias e as torturas e, ao mesmo tempo, alinharmo-nos ativamente com os companheiros que lutavam lá fora. Essa proposta não vingou. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p. 122)

Machado não apresenta claramente sua opinião pessoal sobre suas discordâncias e não evidencia o porquê de acreditar que essa tentativa de uma rebelião foi vista por ele como ilustrativa da revisão sobre o projeto guerrilheiro. Diversos aspectos podem ser problematizados sobre a não adesão coletiva ao movimento, que não necessariamente refletiria um rechaço à luta armada. Parece ser bastante plausível pensar que as condições carcerárias podem ter levado ao coletivo dos presos em evitar realizar uma rebelião, pois as consequências poderiam ser muito piores, uma vez que já estavam nas mãos da

repressão, ou ainda outros motivos podem ter sido levados em consideração para que a rebelião não vingasse. Mas o que é fundamental de ser destacado é o quanto o depoimento de José Machado coloca como foco a revisão da luta armada realizada dentro do Tiradentes. Sem dúvida alguma seu depoimento é o único que toma essa questão como fio condutor, tendo inclusive sendo o título escolhido para seu texto[26]. Logo após apresentar a não adesão à rebelião como uma evidência do questionamento às armas, Machado segue citando outros momentos em que, na sua visão, houve uma releitura sobre a escolha pela luta armada:

> Como rotina de convivência coletiva, acompanhei vários debates em nossa cela sobre esse processo revisional, nos quais o questionamento central incidia sobre a ineficácia da teoria do foco. Lembro-me de que um longo texto, fruto desses debates, foi produzido, sob a batuta de alguns companheiros mais afiados na discussão teórica. Esse texto foi enviado clandestinamente para o debate fora da prisão. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. p.122).

Nesse trecho, nota-se como Machado procura afirmar que a revisão sobre o projeto guerrilheiro esteve inserida dentro da concepção de foco como desencadeador do processo revolucionário, tese que foi debatida pela esquerda brasileira mesmo antes da propagação de organizações de luta armada na segunda metade da década de 1960[27]. Chama a atenção, sobretudo, a escrita de um texto teórico feito dentro da prisão e que foi enviado para debate entre os militantes que permaneciam na ativa.

O primeiro aspecto a ser discutido aqui é o quanto esse trecho é revelador de que mesmo não tendo sido sistematizados dentro do cárcere, é possível aferir que debates formais sobre à guerrilha em si ocorreram dentro do Tiradentes, resultando, inclusive em textos coletivos de debate teórico que foram enviados para fora do presídio. Ou seja, a hipótese de que a luta armada passou por uma revisão entre um conjunto de militantes que esteve preso parece se sustentar[28]. Ainda que os depoimentos apontem para uma

[26] Ainda não foi encontrado indícios sobre as escolhas dos títulos, se partiu de cada um que deu o depoimento ou se foi feito como uma escolha posterior, por parte dos organizadores ou da edição. De qualquer modo, é evidente que o fio condutor do depoimento de José Machado é a revisão da luta armada feita no Tiradentes.

[27] Do ponto de vista político, as concepções foquistas foram fortemente rechaçadas por uma parte considerável das organizações de esquerda e de seus integrantes. As diferentes nuances acerca desse debate serão debatidas ao longo da tese.

[28] Além disso, é importante ressaltar que isso evidencia a existência de documentação escrita produzida no presídio sobre a revisão da luta armada. Renato Tapajós, militante da Ala Vermelha e autor do primeiro livro de memórias sobre a luta armada, intitulado "Em câmara lenta" relatou em entrevistas como ele escrevia os esboços de reflexões que deram origem à obra e os enviava para fora da prisão. O relato de José Machado aponta para outras experiências como essa. TAPAJÓS, Renato. [Entrevista concedida a] Mário Augusto Medeiros da Silva. Militância Política e Luta armada. Campinas, AEL/Unicamp. 2004.

reflexão de caráter individual, os debates parecem ter , mas de algum modo essa autocrítica parece ter incidido sobre o grupo, que minimamente foi alvo de críticas formuladas não apenas nas reflexões posteriores, mas já no período em que se encontravam presos.

No entanto, cabe ressaltar mais uma vez que a visão presente no testemunho de Machado adota como estruturante a crítica à opção por armas e não parece ser coincidência que quando esse testemunho foi escrito, ele exercia o cargo de deputado federal, sendo, inclusive, líder da bancada do PT na Câmara, informação essa contida na biografia que inicia o depoimento. Conforme demonstramos na introdução dessa tese, Daniel Aarão Reis Filho defende a teoria de que foi composta uma narrativa crítica da opção pelas armas como uma forma de militantes se inserirem no jogo democrático no processo de distensão política da década de 1980. A tese do autor encontra ressonância naquilo que foi abordado a partir do depoimento de José Dirceu sobre o período da luta armada, relatado na entrevista concedida aos correspondentes internacionais, em que ele desqualifica a experiência guerrilheira como uma tentativa de ressaltar os aspectos democráticos e de conciliação presentes na proposta petista de chegada ao poder nas eleições de 2002. Nesse sentido, parece ser plausível identificar a incidência desse jogo político no depoimento de José Machado. Isso não significa, é claro, desconsiderar as memórias apresentadas pelo militante, muito menos negar a existência de um processo de revisão sobre a estratégia adotada como luta política, mas essa relação entre a crítica ao modelo de luta armada incidido pela ação política adotada posteriormente é bastante reveladora da relação entre História, Memória, Testemunho e a crítica à luta armada.

Na tese de Daniel Aarão Reis, essa narrativa de memória que critica a luta armada ou a insere no guarda chuva da resistência democrática esvazia o sentido revolucionário da luta guerrilheira, que não se colocava apenas como um elemento de combate ao regime ditatorial, mas tinha como objetivo a construção da revolução socialista por meio da luta armada. Além disso, também se esforça em criticar a opção pelas armas em si, sobretudo pela característica violenta que é inerente a sua adoção. Para o autor, o esvaziamento político e a negação do uso da violência que essa narrativa apresenta tem como objetivo justificar a entrada de um conjunto de militantes na cena política dos anos 1980, marcada, sobretudo, pela defesa da luta partidária feita dentro da institucionalidade do jogo político democrático e pelo crescente esgotamento do viés revolucionário socialista frente ao

surgimento de pautas setoriais, como por exemplo a luta antirracista, a questão de gênero, os movimentos LGBT, a questão ambiental, entre outros[29].

Jean Sales procurou demonstrar como ocorreu uma transição orgânica nas militâncias dos integrantes da esquerda armada que se fundamentou sobretudo no período do exílio, seja no Chile, mas principalmente, na Europa, em que os membros desse grupo foram paulatinamente aderindo ao viés político da democracia liberal e incorporando novas temáticas aos seus discursos políticos. (SALES, 2020) Ainda que seja possível verificar esse viés como sendo uma abordagem possível para a interpretação desse movimento de mudança nas pautas das esquerdas armadas brasileiras, defende-se o argumento nessa tese de que uma explicação unívoca para essa mudança não pode dar conta de todas as individualidades existentes nesse movimento. Sendo assim, a tese da operação de memória parece encontrar respaldo nas análises de depoimentos como os de José Machado e de José Dirceu, ao mesmo tempo que as documentações com relação ao exílio analisadas por Jean Sales e que também foram base para a construção do capítulo 2 dessa tese atestam um movimento orgânico de transição nas perspectivas políticas. Contudo, essa transição não significou uma mudança na totalidade dos discursos dos antigos militantes da luta armada, sobretudo no que diz respeito a ideia da violência como ferramenta de transformação social e da defesa da implementação do socialismo. Essas questões serão abordadas de maneira mais completa nos capítulos 2 e 3 desta tese.

Destacar essa questão é fundamental para conseguir matizar de maneira mais completa as diferentes narrativas existentes sobre os significados da luta armada no Brasil, conforme foi estabelecido como objetivo dessa tese. No entanto, também é necessário problematizar tais visões para que não se incorra em uma perspectiva teleológica com relação ao passado e, sobretudo, que não se silencie as diferentes leituras sobre o passado.

A crítica ao modelo de luta que utiliza a violência para a transformação social parece estar inserida não apenas na justificativa para a participação no jogo democrático partidário. Ela ocorre por uma leitura hegemônica da sociedade brasileira que não

[29] Há um conjunto importante de produções que demonstram como os anos 1980 foram marcados, não apenas no Brasil, pela ramificação de lutas sociais em causas específicas frente ao arrefecimento da luta contra o capitalismo. Ainda assim, é preciso destacar que diversos grupos militantes dessas diversas causas tem procurado articular tais lutas sociais com a estrutura socioeconômica vigente. Para um aprofundamento dessa questão CF: HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

reconhece como legítima a opção pelas armas como ferramenta de transformação social[30]. Isso promoveu um silenciamento da questão da luta armada no espaço público desde o processo de distensão iniciado com a Lei da Anistia de 1979. Essa lei, inclusive, pode ser vista como um dos elementos fundadores desse processo de silenciamento e deslegitimação do uso das armas como ferramenta política no Brasil, uma vez que em seu ordenamento jurídico não concede o perdão aos militantes que teriam cometido crimes de sangue, ou seja, os guerrilheiros[31]. E o processo iniciado juridicamente na elaboração da Lei de Anistia de 1979 se manteve presente no relatório da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014 e que não estabeleceu um olhar específico sobre os militantes que pegaram em armas, produzindo um silenciamento sobre o tema na narrativa oficial do Estado brasileiro sobre o período de Ditadura Militar. Todo esse processo parece que foi responsável por criar um recalque na memória sobre a luta armada, fazendo com que não se pudesse expressar livremente sobre os seus significados no espaço público, uma vez que uma série de demandas estão colocadas àqueles que o fazem.

Um caso emblemático desse processo está citado no texto de Marcelo Ridenti, intitulado *Resistência e mistificação da resistência armada contra a Ditadura,* publicada no livro *O Golpe e a Ditadura Militar 40 anos depois.* Ridenti, ao discutir a concepção da luta armada como parte integrante da chamada resistência democrática à ditadura, apresenta um caso emblemático de como a interpretação historiográfica que atesta o sentido revolucionário da luta armada vem sendo incorporada por setores conservadores da sociedade brasileira como luta política que "isenta a sociedade brasileira de qualquer

[30] Analisar essa visão hegemônica da sociedade é uma tarefa que está além das possibilidades e dos objetivos dessa pesquisa, mas encontramos aspectos relativos a isso desde a discussão sobre a cordialidade na formação do pensamento brasileiro presente na obra de Sérgio Buarque de Holanda, passando pelas características da transição para a democracia que se articularam em torno da teoria dos dois demônios e também pode ser vista na ascensão do bolsonarismo como expressão da extrema direita brasileira, que dentre uma série de propagações de mentiras, procurou sempre atrelar ao Partido dos Trabalhadores uma pecha de socialista. Esses três elementos são indiciários da característica da sociedade brasileira daquilo que Marilena Chauí chama de conservadorismo estruturante. CF: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2015. QUINALHA, Renan Honório. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a "teoria dos dois demônios". Revista Jurídica da Presidência, v. 15, n. 105, p. 181-204, 2013. CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

[31] Há uma discussão bastante interessante que foi localizada nas fontes desse trabalho sobre as tentativas de militantes de esquerda, guerrilheiros ou não, de inserirem àqueles que pegaram em armas dentro do escopo da Lei de Anistia. As mobilizações foram intensas ao longo dos anos de 1978 e 1979, sobretudo nos espaços políticos organizados por meio dos periódicos de esquerda, como *Em Tempo* e *Movimento.* Essa questão não foi analisada nessa tese por fugir de seus objetivos, mas é importante destacar essa questão para anunciar uma possível agenda de pesquisa sobre o tema.

cumplicidade com a ditadura que – no limite – pode ser até justificada para livrar a sociedade brasileira dos socialistas revolucionários". (RIDENTI, 2004, pp. 60 – 61)

O caso analisado por Ridenti se baseia em um texto publicado pelo jornal *O Globo,* intitulado "Resistência democrática, dogma que desaba" que foi escrito a partir de um seminário realizado em março de 2004 que procurava discutir do ponto de vista historiográfico as questões relacionadas ao Golpe de 1964 e à Ditadura Militar. Nesse seminário, diversos estudiosos do tema, incluído aí Daniel Aarão Reis Filho, problematizavam as questões já debatidas aqui, sobre o esvaziamento do sentido político revolucionário nas esquerdas armadas e algumas falas defendiam que a guerrilha não poderia ser alocada como resistência democrática. Isso fez com que o jornal publicasse uma matéria que, segundo Ridenti defendia que:

> Não sendo as esquerdas armadas parte da resistência democrática, ao fazerem propostas revolucionárias cujas primeiras manifestações aconteceram ainda antes de 1964, fica subentendido que o golpe se justificou para salvar a democracia, mesmo que depois tenha gerado uma ditadura. O golpe de 1964 ficaria assim legitimado, além de justificado o apoio que obteve dos liberais, embora posteriormente muitos deles viessem a mudar de opinião. Uma variante dessa interpretação implícita na matéria do *Globo* seria ainda mais favorável aos golpistas e à própria ditadura: não só o golpe, mas até o endurecimento do regime após o Ato Institucional n. 5, de dezembro de 1968, seriam explicadas e até justificados como reação à ofensiva das esquerdas revolucionárias – é isso que se repete incansavelmente em entrevistas e matérias para jornais o ex ministro da ditadura e signatário do AI-5, Jarbas Passarinho. (RIDENTI, 2004, p. 61)

A essa visão que legitima o golpe e o AI-5 se soma outra interpretação presente na matéria em questão: "A sociedade civil, democrática e desarmada, assistiu de fora ao confronto entre os fanáticos armados: de um lado os adeptos da ditadura e do outro os guerrilheiros comunistas, todos antidemocráticos". (RIDENTI, 2004, p.61)

Nota-se como as interpretações historiográficas, cujo o objetivo sequer é diretamente político e sim o de matizar a complexidade da experiência histórica, foram tiradas de contexto com o intuito de se escrever uma matéria que justificaria o golpe, o AI-5, além de corroborar para a teoria dos dois demônios, que isenta a sociedade de participação no regime e coloca como culpados – na mesma medida – os membros da repressão e os guerrilheiros.

Esse fato analisado no texto de Ridenti é exemplar da maneira pela qual a sociedade brasileira, sobretudo a grande imprensa, interpreta a opção pelas armas, rechaçando essa escolha tanto do ponto de vista ideológico, mas sobretudo, pelo viés

crítico da violência como estratégia de insurreição. Os diversos vetores de memória da grande imprensa, como outros, tais como o cinema e séries televisivas, possuem ampla responsabilidade na construção de uma memória hegemônica sobre a luta armada, que esvazia o sentido revolucionário e cria certos estereótipos sobre a militância e seus agentes[32].

Não é por acaso que diversos trechos da fala de Daniel Aarão Reis nesse seminário foram utilizadas na matéria, como por exemplo o trecho destacado no cabeçalho da mesma em que está a frase "falava-se em cortar cabeças; essas palavras não eram metáforas". Também se destaca o trecho com aspas do historiador, em que se lê:

> Se as esquerdas tomassem o poder, haveria, provavelmente, a resistência das direitas e poderia acontecer um confronto de grandes proporções no Brasil (...). Pior, haveria o que há sempre nesses processos e no coroamento deles: fuzilamento e cabeças cortadas. (RIDENTI, 2004. P. 62)

O que se observa a partir dessa análise é o quanto a matéria mobiliza a expressão da violência da luta armada para criticá-la, procurando construir uma imagem da guerrilha e de seus militantes como golpistas sem propósito que trariam o caos à sociedade brasileira caso lograssem êxito na sua ação. Essa visão estereotipada, é preciso ressaltar, ocorreu após um debate acadêmico em que se analisava historicamente os significados da experiência guerrilheira e mesmo assim já foi utilizada para incriminar a luta armada. Parece ser bastante plausível concluir que esse ambiente que proporcionou a escrita da matéria com esse teor é exemplar dessa característica da sociedade brasileira de silenciar a experiência da luta armada por não entendê-la como legítima em seu contexto histórico, e dentro desse ambiente, parece ser compreensível que os antigos guerrilheiros, quando relatam sua experiência, procurem ressignificar suas trajetórias nas organizações guerrilheiras. E isso não apenas é condicionado pelas imposições do jogo político nas arenas democráticas, mas também para que não sejam alvos de condenações como foi visto na matéria de *O Globo*.

Observando tais características da sociedade brasileira de rechaçar a luta armada como experiência política válida e legítima, é possível destacar algumas ponderações,

[32] Para uma reflexão mais abrangente acerca desse tema CF: GONZAGA, Sandro. A visão global da História: a ditadura civil-militar através da minissérie Anos Rebeldes. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História. UFRGS, 2013 E SELIPRANDY, Fernando. A luta armada no cinema: ficção, documentário, memória. São Paulo: Intermeios, 2015.

sobre algumas características específicas com relação às memórias presentes de dentro do presídio Tiradentes.

1.6. Memórias silenciadas e indícios de um processo inconcluso: os significados das críticas à luta armada presentes no livro Tiradentes: um presídio da Ditadura.

Em primeiro lugar, face a essa característica da relação entre a sociedade brasileira e a experiência guerrilheira, é preciso passar a reconhecer a luta armada não apenas como uma experiência histórica legítima, mas também como uma proposta legítima de luta política. Reconhecer o direito de insurreições armadas, não significa isentá-las, mas sim procurar entender de modo mais adequado o que incidia sobre os sujeitos históricos em determinados contextos. As insurreições violentas estiveram presentes em variados contextos históricos e parece que invalidar a luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970 pelos erros cometidos ou por sua derrota significa atribuir uma visão teleológica ao mesmo tempo que é deslegitimar seu princípio político.

Por outro lado, um dos elementos centrais que condiciona a visão crítica do uso da violência feito pela sociedade brasileira está atrelada ao esvaziamento político do sentido da luta: a revolução socialista. Nesse sentido, o conservadorismo brasileiro e as leituras liberais dos processos históricos acabam por incidir nessa visão que silencia as vozes da luta armada.

De qualquer modo, esse processo foi responsável por criar esse recalque de memória sobre as vivências na guerrilha, uma vez que a sociedade brasileira rechaça a experiência guerrilheira. Isso ficou evidente ao olharmos para o caso da matéria de *O Globo,* mas também tem suas expressões na Lei da Anistia e da Comissão Nacional da Verdade, conforme foi discutido anteriormente.

Talvez essas problematizações sejam indícios para compreender alguns aspectos dos testemunhos analisados nesse capítulo, pois como foi visto, o único depoimento que fala diretamente sobre as ressignificações da luta armada – o de José Machado - o faz de modo crítico, sem ampliar os espaços de discussão e, talvez, condicionado pela necessidade de justificar sua militância dentro do jogo político democrático. Somada a

essa questão, também é possível pensar historicamente no contexto das batalhas de memória em que a obra está inserida.

Conforme foi visto anteriormente, *Tiradentes: um presídio da Ditadura* surgiu no período identificado por Marcos Napolitano como sendo o definidor da memória hegemônica sobre a ditadura, que estava fortemente pactuada dentro de aspectos liberais, e por isso obliteraram as leituras acerca da luta armada em torno de um viés que a inseria dentro do espectro da resistência democrática. Soma-se a isso um processo individual realizado por militantes que se inseriram institucionalmente no jogo político democrático pós ditadura. Foi justamente por isso que o texto direcionado a apresentar uma autocrítica que condenava e deslegitimava a opção pelas armas foi feito por um ex guerrilheiro que estava em um mandato político dentro do Partido dos Trabalhadores quando escreveu esse texto. Portanto, uma chave para interpretar o texto de José Machado é verificar que ele está inserido em um contexto ainda marcado por esse momento da memória social hegemônica e que reverbera sua opção individual de se inserir publicamente no espaço político-partidário.

De qualquer modo, é possível concluir com essa análise da obra que durante a vivência dos presos políticos no presídio Tiradentes houve um espaço propício para que se refletisse sobre a experiência guerrilheira até aquele momento. Esse espaço sociotemporal, conforme foi argumentado, incidiu de maneira direta nessas reflexões e reelaborações, uma vez que o Tiradentes forjou uma rede de sociabilidade própria, que por sua vez, possibilitou *uma* revisão da opção pelas armas, diretamente condicionada pelo espaço da prisão.

Diante dos depoimentos analisados, ficou bastante evidente que não há sistematizações sobre os significados da luta armada até aquele momento ou mesmo conclusões definitivas sobre elas. O que os depoimentos mostraram foram expressões de pensamentos individuais, em que alguns sujeitos ainda expressavam a defesa e adoção pelas armas, enquanto outros se mostravam menos confiantes nessa escolha. De certa forma, essa característica pode ser explicada justamente pelas condições que o cárcere impunha àqueles que o vivenciaram. Isso significa dizer que possíveis revisões coletivas e sistematizadas podem ter sido tentadas, ainda que impossibilitadas por essas questões.

Essas tentativas de elaboração coletiva são anunciadas em diversos depoimentos e encontram uma maior representatividade naquele que foi escrito por Renato Tapajós,

antigo militante da Ala Vermelha do PC do B e que esteve preso no Tiradentes entre agosto de 1969 até o fechamento do mesmo, em 1973. Tapajós afirmava que:

> (...) os dias eram preenchidos com o artesanato, com a discussão das notícias que chegavam, com o acompanhamento das brigas e tensões internas entre os presos, com os grupos de estudo, com as reuniões das organizações remanescentes. Tínhamos livros, toca-discos e televisão – mas acabava sobrando pouco tempo para a leitura, a música ou a TV, pois o cotidiano se transformava numa continuação da militância. Com todas as contradições entre as várias linhas políticas ali representadas. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. P. 345)

Chama muito a atenção no depoimento de Tapajós a importância que, segundo ele, tinha os debates políticos entre as diferentes organizações, fazendo com que as demais atividades ficassem restritas diante dessa prática. Ele ressalta as diferentes linhas de pensamento existentes dentro do presídio, o que revela a intensidade dos debates presentes naquele local:

> Havia os que achavam que a prisão era a continuidade, sem mudança, do mesmo confronto que havia lá fora e que, portanto, cabia aos presos gerar constantes fatos políticos para intensificar o atrito com as forças de repressão. Havia os que pensavam – como nós – que a prisão mudava as condições da luta e que, por isso, devíamos evitar o confronto e aproveitar a situação para estudar, planejar, avaliar, refletir e fazer a autocrítica da política adotada e que levara a sérios reveses. E havia os que pensavam que ali era o fim da linha e que não havia mais nada a fazer, senão ficar quieto, esperando o momento de voltar à rua. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. P. 345)

O relato de Renato Tapajós é elucidativo sobre as diferentes visões e perspectivas que existiram dentro do presídio Tiradentes no que diz respeito ao entendimento da luta e, sobretudo, atesta como aquele espaço foi palco de um movimento de revisão da opção pelas armas, fazendo com que existisse, segundo o militante: "intermináveis discussões, ácidos confrontos, intensificando antipatias, gerando ódios pessoais e políticos".

A leitura realizada por Tapajós em seu depoimento é reiterada por ele próprio em entrevista concedida à Marcelo Ridenti, em 1985, quando ele relata os primeiros movimentos de autocrítica realizados individualmente e que daria origem à publicação de seu livro *Em Câmara Lenta,* publicado em 1977 e considerado uma das primeiras e mais importantes obras de memória acerca do período da luta armada. Ao ser questionado quando começou a realizar um movimento de leitura crítica sobre a opção pelas armas ele afirma que foi:

> Por volta de 72. Estava muito claro isso em 72. Eu comecei a escrever o livro em 73. Encontramos outra forma de atuação, outra maneira de se inserir no processo político que não a luta armada como definida naquele processo, aí aconteceu que diversos grupos absolutamente não perceberam, ou então perceberam, mas não quiseram aceitar. (TAPAJÓS, 1985)

Dessa maneira, o militante demonstra como em 1972, período em que esteve preso no Tiradentes, iniciou um processo de revisão crítico ao modelo das armas, sobretudo por entender que havia um "descenso" das ações, que geravam diversas baixas entre os militantes. Outro preso político do Tiradentes, Takao Amano, que foi militante da ALN, em entrevista concedida também à Marcelo Ridenti corrobora essa ideia, também afirmando que seu movimento de autocrítica se iniciou no período em que esteve na cadeia:

> Eu estava preso e, é aí que a gente começa a conhecer companheiros do setor de massa, começa a conhecer companheiros de outros setores da organização. Então, aí a gente vê, começa a pensar. Já a primeira semente da dúvida: será que eu estava no caminho certo? Será que estava na organização certa? Será que o que eu fiz está correto? (AMANO, 1986)

Takao Amano e Renato Tapajós, ambos presos no Tiradentes, quando questionados sobre o início de seu movimento de autocrítica, indicam que o espaço prisional foi o primeiro lugar em que ela começou a se desenvolver, indicando a pertinência de se observar esse tema dentro desse primeiro lugar socioespacial trabalhado nesta tese. O que é importante indicar é que essa autocrítica não significou necessariamente o abandono das opções revolucionárias ou ainda uma negação ou desqualificação das ações realizadas por eles. Tapajós, em entrevista concedida à Mário Augusto Medeiros da Silva, em 2004, afirmava que:

> (...) como eu e vários outros companheiros, que acham que não, que a luta armada no seu princípio, naquele tempo, não foi erro, a gente tinha que corrigir pra isso, né? Mas que o desenvolvimento que nós demos à luta armada foi errado, nós fizemos autocrítica na época a respeito disso, propusemos alternativas né? (TAPAJÓS, 2004).

O militante da Ala Vermelha expressava sua interpretação de que o método pode ter sido incorreto, uma vez que fracassou, mas que não entendia, como outros, que a opção pelas armas foi um erro em si. Já Takao Amano, na mesma entrevista que concedeu à Marcelo Ridenti, ao ser questionado sobre arrependimentos, afirmou que:

> (...) faria outra vez e que me aumentou mais as convicções. Eu poderia até hoje ter abandonado o caminho, o chamado caminho da revolução e procurado outros caminhos, mas pelo menos da minha parte e de muitos companheiros é de seguir; só que hoje dentro de outras condições, de outras situações, quer dizer, como experiência de vida a gente teve a sorte de sobreviver, porque muitos ficaram... (AMANO, 1986)

Nota-se como sua fala é indicativa de uma análise crítica sobre os erros cometidos, sobre ferramentas de luta, ao dizer que seria necessário encontrar novos caminhos para a revolução. Conforme será discutido posteriormente, o principal caminho de busca pela autocrítica passou pela leitura da necessidade de ampliar os apoios de massa, inserindo o movimento guerrilheiro entre as camadas proletárias no Brasil. De qualquer modo, Takao Amano é taxativo ao afirmar que o processo de autocrítica aumentou suas convicções em torno do projeto revolucionários, ainda que tenha ressaltado um aspecto bastante complexo, sobretudo entre os sobreviventes, com relação àqueles que perderam suas vidas ou sofreram com as intensas torturas, indicando outra vezes o caráter traumático das memórias acerca da experiência armada. Renato Tapajós, na entrevista concedida à Marcelo Ridenti, em 1985, também aborda esse tema, apresentando sua interpretação sobre os militantes que seguiram na luta armada mesmo diante das constantes baixas provocadas pela repressão. Ele afirma que esses militantes:

> Assumiram uma atitude falsamente heroica, de resistir até o fim, mesmo sabendo que a coisa estava perdida, é isso que eu chamava de compromisso moral, quer dizer, era um compromisso com os mortos, compromisso com os presos, os torturados, quer dizer, como se você estivesse traindo o sacrifício dos outros, se não fosse capaz de continuar até o fim. (TAPAJÓS, 1985)

De todos os aspectos subjetivos referentes às relações entre memória e trauma referentes ao contexto da luta armada, esse talvez seja um dos mais relevantes a serem abordados, ainda que seja praticamente impossível atestar qualquer conclusão sobre ele, dada a sua complexidade. A ideia apresentada por Renato Tapajós é recorrente entre diversos militantes, que expressam em seus relatos a angústia que o compromisso com os companheiros mortos provocaram, seja no período da luta, seja posteriormente, indicando um caráter fortemente traumático ao se tratar do tema.

Um dos relatos mais impactantes que expressa essa característica da memória daqueles que pegaram em armas está presente no documentário *Codinome Clemente,* dirigido por Isa Albuquerque, e lançado em 2017, que retrata a militância de Carlos Eugênio Paz, o Clemente, antigo comandante da ALN. Em um de seus depoimentos sobre

sua militância presentes no documentário, Paz foi levado para um local em que ocorreu uma ação de expropriação em um banco na cidade de São Paulo e ao recordar da ação, relata um problema que ocorreu naquele dia, com o militante Ary Rocha Miranda, que usava o codinome Miguel, e estava servindo de apoio para a ação. Clemente conta que no momento em que um taxi furou o bloqueio feito pela organização, um outro membro da ALN entrou em desespero e sacou a arma, provocando a reação de outros militantes que, confusos, atiraram contra ele. Naquele momento, Miranda teria se jogado para proteger o companheiro e acabou sendo baleado. Ao se aproximar dele, Clemente ouviu o relato de que estava tudo bem com Miranda e que poderia prosseguir a ação, voltando ao seu posto para finalizar a ação. Quando a ação havia sido finalizada e os demais integrantes da ALN estavam no carro com o dinheiro expropriado, Clemente relata, às lágrimas, que Miguel havia caído no chão, morto pelo ferimento que o tiro provocou. A angústia presente na cena é indicativa da profundidade da dor de quem carrega o trauma, sintetizado nas palavras de Carlos Eugênio Paz: "É muito duro você enterrar um companheiro seu".

A fala de Renato Tapajós que procura, de certa forma, encontrar alguma explicação para àqueles companheiros que, mesmo diante das incontáveis derrotas e massacres provocados pelas forças de repressão, defendiam a continuidade da luta armada parece ser respondida pelo relato de Carlos Eugênio Paz. À vivência de tantas mortes de companheiros parece ter provocado nos militantes da luta armada uma espécie de imperativo para seguir na luta, como se largá-la pudesse significar uma traição para com os companheiros que perderam suas vidas. É evidente que esse aspecto subjetivo é muito complexo de ser analisado e incide de maneira individual em cada um dos militantes. Mas aquilo que, corajosamente foi relatado por Carlos Eugênio Paz parece ser um paradigma indiciário de uma das explicações para que muitos militantes tenham permanecido na luta mesmo diante de condições tão adversas e, sobretudo, o porquê de muitos militantes que faziam a autocrítica terem sido fortemente criticados e desqualificados por quem permaneceu nela. Para além dos aspectos políticos da luta revolucionária, pairava de maneira subjetiva diversos elementos traumáticos de uma vivência permeada pela violência.

Tanto é assim que estas memórias apresentadas em depoimentos e entrevistas parecem estarem sempre condicionadas por questões referentes à recepção, ou seja, à qual mensagem será transmitida sobre a experiência da luta armada, como se o compromisso, seja com os mortos, com os torturados, ou com o projeto político sempre permeasse as

escolhas do que contar e sobretudo, do como contar. Tanto é assim que no depoimento de Renato Tapajós na obra *Tiradentes: um presídio da Ditadura,* há uma passagem bastante sintomática do quanto a memória traumática narrada em determinados espaços acaba sendo mobilizada de múltiplas maneiras. Ele recorda dos relatos que ouviu quando preso de Diógenes Sobroza, que pertenceu à VPR e esteve junto de Carlos Lamarca no Vale da Ribeira. Tapajós afirma que mesmo tendo lido diversas matérias "Nenhum chegou a ter uma fração sequer da intensidade, do brilho, da fantástica veracidade daquele relato feito na cela". (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. P. 350) O que é mais interessante é a explicação encontrada pelo militante da Ala Vermelha para a vivacidade daquele relato:

> Num momento da prisão em que o futuro parecia nebuloso, em que não sabíamos para onde iríamos nem o que viria a acontecer conosco, o companheiro contava as coisas com brutal honestidade. O isolamento em relação até mesmo aos outros presos, a sensação de que éramos náufragos num barco à deriva e sem contato com o resto do mundo, levava a um relato despido de fantasias ou autojustificativas. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. P. 350)

Tapajós talvez esteja anunciando um local em que a memória é relatada em que não se encontra nenhum paralelo em qualquer outro aspecto, pois diante do quadro provocado pela prisão, pela instabilidade e sem sequer saber se haveria um futuro, desprendido inclusive de companheiros de militância para além daquela sociabilidade da cela, o militante retratava suas vivências na luta armada em que se observava

> (...) uma história dos medos, das hesitações pessoais, das fraquezas e da grandeza e imensa energia que tudo isso criava para enfrentar o inimigo. Não era o relato para a posteridade, com todos os enfeites e impostações: era o desabafo de um militante que sentia a necessidade de partilhar com alguém uma história grande demais para ser guardada. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997. P. 350)

O relato de Tapajós é indicativo do quanto a memória da luta armada provocou e provoca traumas naqueles que a vivenciaram e há uma necessidade latente entre os militantes de "contar a história grande demais para ser guardada", como se fosse necessário relatar para elaborar esse trauma. E de modo correlato, seja com relação ao compromisso com a posteridade e a militância política, seja o compromisso com o passado e os mortos em confronto, o tratamento da memória é sempre complexo e pode provocar apenas sinais para a aproximações com relação ao passado, o que evidentemente não impede que se tenha algumas conclusões sobre a busca da autocrítica realizada dentro

do presídio Tiradentes. No entanto, é preciso dimensionar, como foi tentado até agora, de que esses relatos e esses depoimentos são apenas aproximações, uma vez que a memória desse período é intensamente impactada por todas as subjetividades anunciadas e analisadas até aqui. Além disso, também houve a tentativa de demonstrar como as narrativas dentro da prisão foram múltiplas, o que impede que se fale de uma autocrítica, mas é necessário trabalhar com a ideia de múltiplas autocríticas também com vários sentidos.

Essa disparidade de pensamentos pode ter muitos significados, dentre os quais, duas hipóteses podem ser levantadas. A primeira delas é o período de vivência no Tiradentes. Os depoimentos analisados aqui foram de presas e presos que permaneceram no presídio entre 1969 e 1971, período marcado por diversas baixas entre os guerrilheiros e de intensa repressão, mas que a luta armada ainda não havia sido derrotada na sua totalidade[33]. Ou seja, ainda não havia um sentimento presente de derrota que marcasse uma reestruturação das estratégias de luta.

Por outro lado, por mais que o Tiradentes tivesse forjado novas redes de sociabilidade no cárcere, ela estava atrelada aos códigos e ideologias que os próprios militantes carregavam consigo até o momento da prisão, marcados, sobretudo, pelo imperativo de agir[34]. Nota-se essa característica, sobretudo na maneira como aparecem às críticas ao modelo de luta armada.

Como foi visto na análise dos depoimentos, foi criticada a estrutura antidemocrática das organizações e o patrulhamento ideológico presente em alguns militantes. Também apareceu como crítica a teoria do foco guerrilheiro, mas é evidente que tais movimentos de revisão não foram orientados por novas ideologias ou práticas políticas. A hipótese levantada para isso é a de que naquele período e naquele lugar, ou

[33] Defendemos a tese de que a guerrilha urbana no Brasil, sobretudo em São Paulo, foi derrotada em 1974, com os últimos agrupamentos guerrilheiros estavam articulados no projeto chamado de *Frente*, que reunia militantes oriundos da ALN, VPR, MR-8, VAR-Palmares e MOLIPO. Posteriormente, a Guerrilha do Araguaia ainda atuou de maneira bastante preponderante na região norte do Brasil como uma espécie de última tentativa de desencadear a revolução a partir do foco guerrilheiro.

[34] Defendemos a ideia de que um dos aspectos mais importantes na tomada de decisão de aderir ao movimento guerrilheiro era a necessidade de agir, uma espécie de imperativo da revolução, característica das décadas de 1960 e 1970, não apenas no Brasil e na América do Sul e Central, mas partilhada como luta anti-imperialista e anticolonial. CF: MALAGUTI, Carlos. A Revolução Não Pode Esperar: As Experiências Guerrilheiras Do Movimiento De Liberación Nacional " Tupamaros E Da Ação Libertadora Nacional Em Perspectiva Comparada (1965 " 1974). Dissertação de Mestrado. PPGH. Unifesp, 2017.

seja, no lugar socioespacial caracterizado pelo Tiradentes, nenhum movimento de renovação da esquerda teria incidido sobre o pensamento dos grupos guerrilheiros.

O que fica dessa análise, sobretudo, é a presença de um conjunto de vozes plurais sobre as experiências individuais dentro da luta armada e que foram recuperadas a partir de um exercício de dever de memória, proporcionado pelo grupo de organizadores do livro *Tiradentes: um presídio da Ditadura.* A importância histórica dessa obra é sem dúvida muito grande, pois resgatou as redes de solidariedade, as construções e as disputas realizadas no cárcere e foi fundamental para que pudéssemos entender como o espaço prisional não foi vivenciado pelos guerrilheiros como um momento de espera, mas sim como um período possível de repensar, reelaborar, ressignificar e voltar a atuar no espaço político brasileiro. Ainda assim, conforme foi destacado ao longo da análise, os depoimentos contidos na obra são permeados por diversas condicionantes, dentre as quais estão as seleções entre o lembrar e o esquecer, o número reduzido dos espaços para os testemunhos e o formato escrito desses depoimentos, que inserem aí uma outra camada de seleção da memória. Diante do exposto até aqui, é preciso salientar algumas conclusões e alguns indícios que encaminharão o restante da pesquisa.

1.7. Emaranhados de revisão: conclusões:

Diante daquilo que foi exposto e analisado neste primeiro capítulo, uma série de indícios são levantados acerca daquilo que significou a prisão para os militantes das guerrilhas brasileiras ao longo da primeira metade da década de 1970. Retomar esses aspectos é fundamental para realizar as conclusões necessárias, como também é necessário apontar algumas limitações da pesquisa, por limitações de tempo, escopo de documentação e características do lugar socioespacial caracterizado pela cadeia.

Em primeiro lugar, este capítulo foi construído exclusivamente com base em relatos, depoimentos e entrevistas realizadas por pesquisadores ao longo dos últimos anos, já que pela característica da cadeia se tornou impossível ter acesso a qualquer tipo de material sistematizado de reflexão política produzido pelos militantes presos. Ao que indica a pesquisa realizada, esse material sequer existiu. Com isso, a primeira e mais importante conclusão sobre o lugar socioespacial da prisão é que, ainda que se tenha aferido alguns indícios sobre proposições de revisões coletivas e sistematizadas, não foi possível averiguar por documentos para além de depoimentos, que ainda que indiquem

esse processo, não abordam quais os termos e proposições políticas, estratégicas e táticas ocorreram nesse caso.

Ainda assim, isso não significa dizer que o momento de prisão não tenha servido para a revisão sobre a estratégia de luta e mesmo sobre as concepções políticas daqueles militantes que permaneciam presos. Ela ocorreu, sobretudo, de maneira individualizada ou realizada a partir das novas redes de sociabilidade que foram criadas no presídio, permeadas pelas vivências na clandestinidade, nos centros de tortura e na própria cadeia.

Ao afirmar que parte dessa revisão foi realizada de maneira individualizada requer uma problematização mais específica. Isso significa dizer que não houve um movimento articulado pela direção ou ainda pelos militantes das diversas organizações guerrilheiras que realizaram de maneira coletiva e em nome da organização um processo de autocrítica ou mesmo um debate sobre o que significou os anos de luta armada. Mas isso não significa dizer que esse processo não tenha acontecido em alguns coletivos. Como foi visto ao longo do capítulo, novos grupos foram se organizando dentro do espaço da cadeia e promoviam conversas e conclusões que projetaram novas ideias, seja de permanência da estratégia da luta armada, seja de ruptura com o modelo.

As causas desse processo são múltiplas e atuam em conjunto para produzir esse resultado, sem escalonamento de importância entre os fatores. Entre eles, o próprio espaço prisional em que o caráter de imprevisibilidade foi enorme, caracterizou esse período como sendo um compasso de espera. Ainda que pese o fato de que, como dizem os próprios militantes, ao chegar no Tiradentes significa sair do inferno, a prisão foi chamada por eles de purgatório. Não significou, portanto, o fim da imprevisibilidade e muito menos o término da repressão severa que recaiu sobre os militantes. Outro caráter importante do espaço da prisão é sua característica em apartar os militantes da ação e com isso causar um enorme debate entre aqueles que continuavam na luta e aqueles que haviam sido retirados dela, ainda que pela força da repressão. Esse embate foi, sem dúvida, menor do que a relação entre aqueles que permaneciam na luta e os exilados, conforme será abordado no próximo capítulo. Mas esse não lugar caracterizado pela cadeia também influenciou na ausência de uma autocrítica mais profunda.

Ainda relacionado com o espaço da prisão, mas mediado por outras características desse lugar, é preciso citar as relações entre militantes de diferentes organizações no momento em que os militantes foram presos. Marcelo Ridenti demonstrou como as esquerdas armadas brasileiras configuraram uma espécie de constelação de organizações. Mesmo que mediadas pelo ideal da luta armada e em grande medida impactadas

diretamente pelo foquismo, militar em uma organização identificava os militantes com certas bases ideológicas, táticas e estratégicas que eram próprias do grupo do qual eles participavam. Conforme foi possível observar nos relatos aqui estudados, o espaço prisional colocou em contato militantes de organizações variadas, o que levou a consequência do impedimento de um debate que fosse da organização em si, mesmo porque, até 1974, os grupos armados seguiram atuando no Brasil. Assim, o militante que propusesse, de dentro da cadeia, uma autocrítica com relação a estratégia de guerrilha, sofreu o rechaço dos companheiros que seguiam na luta, levando assim a rupturas e até mesmo expulsões.

Por outra parte, a cadeia também representou a formação de uma nova rede de sociabilidade entre aqueles militantes que permaneciam reclusos e o próprio espaço prisional também incidiu sobre a luta política realizada pelos militantes presos. Essa nova luta política não necessariamente foi pautada pela presença de novas ideologias ou mesmo a revisão das estratégias de luta, mas significou, sobretudo, uma luta coletiva permeada pelas questões próprias de quem estava preso. E nesse aspecto em específico, é preciso redimensionar o recorte temporal do espaço da pesquisa no que diz respeito especificamente à análise da prisão.

Seria necessário que uma pesquisa específica fosse realizada em caráter de análise demográfica para dar conta de responder os períodos em que os presos políticos ligados à luta armada permaneceram presos, para que se possa ter uma aferição mais exata dessa temporalidade. Os casos estudados aqui por meio dos depoimentos presentes na obra *Tiradentes* demonstram uma variedade grande do tempo de prisão. Ao mesmo tempo que alguns guerrilheiros foram libertados ainda no início da década de 1970, como Elza Lobo, que saiu do Tiradentes em 1971, outras fontes indicam a permanência de pessoas que seguiram presas mesmo após a promulgação da Lei de Anistia, como foi o caso de Luciano Almeida, que em dezembro de 1979 permanecia preso no Rio de Janeiro. Diante disso, o estudo sobre a trajetória e as ressignificações da luta no espaço prisional brasileiro requerem uma atenção específica e seria muito salutar que novas pesquisas pudessem avançar nesse sentido.

Porém, no que diz respeito à revisão acerca da luta armada em específico, é preciso dinamizar a importância de um movimento que se inicia já em 1975 e que durou ao longo de toda a década, resultando ao mesmo tempo em uma nova plataforma de lutas e no paulatino silenciamento dos debates sobre a luta armada e a revolução brasileira em si.

Já em 1975 é possível perceber como a esquerda brasileira foi se mobilizando em torno da pauta dos Direitos Humanos, especificamente sobre o processo de denúncia das torturas e dos crimes realizados pela Ditadura Militar brasileira. Mesmo antes disso, existe a ação de pessoas no Brasil que endereçaram cartas para a Anistia Internacional com o objetivo de realizar essas denúncias para enfraquecer o regime[35]. Em 1975, marca-se o início da campanha pela Anistia e de uma certa forma esse movimento resultou também na atuação de advogados, apoiados e incentivados por Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Hélder Câmara, da arquidiocese de São Paulo, que daria origem ao projeto Brasil: Nunca Mais, que reunia os processos do Superior Tribunal Militar como documentos para a comprovação das existências de tortura durante o regime militar. (ARNS, 2022)

O início desse processo é de caráter simbólico, mas é possível também encontrar a incidência desse tema nas publicações da esquerda clandestina que circularam durante o ano de 1975. Como exemplificação desse processo, é possível citar o editorial da revista *Debate,* produzida na França, e que será analisada detalhadamente no próximo capítulo. Na edição de agosto de 1975, no número 19 dessa revista é possível ler que: "A luta pela anistia geral e irrestrita a todos os presos e perseguidos por razões políticas constitui um dos elementos importantes, no Brasil atual, da luta pela democracia". (DEBATE, n.19, 1979)

A revista introduziu esse tema com a publicação de um artigo publicado originalmente pela revista do CEAS que abordava "a questão dos direitos garantidos individuais". Sobre o tema da Anistia, o editorial explica que:

> "Tomando a iniciativa de reproduzir este estudo, publicando em revista conhecida pela seriedade de seu trabalho teórico, DEBATE visa facilitar a todos os que se empenham no combate pela anistia o acesso ao que de mais importante sobre o tema se publica em nosso país" (EDITORIAL, n.19, 1979, p. 4)

A publicação de artigos que visam ancorar a luta pela anistia em uma revista de circulação no exílio dos militantes brasileiros é reveladora de como a segunda metade da década de 1970 foi marcada por um influxo no movimento das esquerdas brasileiras, seja na prisão, seja no exílio. E sobretudo, por promover um encontro entre esses dois espaços.

Como foi possível observar no editorial de *Debate,* há uma preocupação da revista de encampar a luta por anistia que havia se iniciado em solo brasileiro e repercuti-lo no

[35] O caso mais emblemático nesse aspecto foi Zuzu Angel, dada sua importância na comunidade internacional. No entanto, existe uma série de correspondências desse tipo apreendidas pelo DOPS que datam ainda de 1973. CF: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

exílio. Evidentemente que a luta por anistia impactava diretamente a comunidade de exilados brasileiros, mas também incidia ainda mais diretamente sobre aqueles que estavam presos. Longe de querer escalonar sofrimentos distintos, é perceptível que mesmo o exílio significando uma série de impedimentos por parte dos militantes políticos, ele não retirou a liberdade de nenhum deles. Isso significa dizer que uma vez iniciada a luta por anistia, os presos políticos abraçaram o movimento como catalisador de uma possibilidade de liberdade, o que evidentemente é a causa primeira de todos os que estão presos.

É possível dizer, portanto, que a partir do início da campanha da Anistia, a luta política dos presos políticos foi mobilizada diretamente para esse movimento, deixando pouco espaço - ao menos nas publicações que deixaram indícios - para revisões ou reflexões sobre a luta armada. Caracterizar-se como alguém que defenderia essa estratégia de luta poderia inclusive prejudicar a campanha.

Essa luta travada dentro da prisão foi feita com as armas que os presos políticos possuíam, auxiliados pelas armas que a esquerda brasileira foi reconstruindo ao longo da década de 1970. Perly Cipriano relatou as greves de fome realizadas como parte das estratégias daqueles que se mantinham presos. (CIPRIANO, 2019) Conforme foram se estruturando os novos órgãos de imprensa daquilo que ficou conhecida como a imprensa clandestina de esquerda no Brasil, essas greves de fome foram sendo visibilizadas por parte dessa imprensa. O jornal *Em Tempo,* de janeiro de 1980 publicou a notícia de que no presídio de Itamaracá, a greve de fome já passava de 30 dias: “Pela sétima vez, os presos políticos de Itamaracá, em Pernambuco recorrem à greve de fome. Agora, eles lutam por sua libertação imediata, apoiados por uma mobilização nacional liderada pelos movimentos de anistia”. (PRESOS..., n. 98, 1980, p. 5)

O jornal confirma a incidência dessa estratégia de luta e demonstra como o movimento pela anistia encampou a luta pelas liberdades dos presos políticos no Brasil. Portanto, o lugar socioespacial da prisão foi marcado por uma autocrítica limitada, tanto pelo tempo como pelo espaço, resultando assim em uma autocrítica fragmentada e praticamente individualizada. Esse processo resultou sobretudo um caráter de transitoriedade característica da cadeia e pela necessidade primeira da luta pela liberdade. Não significa dizer que a revisão não tenha ocorrido ali, mas quando ocorreu, não foi feita de forma sistematizada e também é expressada exclusivamente pelas memórias dos militantes, que por mais importantes que sejam, impõem certas limitações e perigos para uma interpretação única.

Mas no mesmo período, contudo, mas em outro ambiente, um grupo de militantes da luta armada já fazia um movimento crítico de releitura das teses guerrilheiras, não apenas em tom crítico como os que aparecem no Tiradentes, mas projetando uma mudança bastante significativa nas estratégias de luta política. Ao mesmo tempo em que um conjunto de militantes da luta armada caiam presos, outros conseguiram se exilar em diferentes países da América Latina e da Europa, já nos primeiros anos da década de 1970. E o espaço do exílio, como já citado, possibilitou uma maior abrangência dos debates, inclusive sistematizados em torno de organizações de esquerda atuantes na luta armada ou dissidências dela. O próximo capítulo da tese discorrerá, portanto, sobre o lugar socioespacial do exílio político de guerrilheiros brasileiros.

No início do próximo capítulo será analisado o caso da dissidência da ALN conhecida como *Tendência Leninista,* formada no Chile em 1971. Em seguida, será analisada outras experiências políticas organizadas em torno de projetos de imprensa, como jornais e revistas, que circularam no exílio brasileiro e trouxeram esse tema de revisão da luta armada. Nele, discutir-se-á como as derrotas, militar e política, foram enfrentadas pelas organizações guerrilheiras, e também como a vivência em outros contextos, possibilitou novas organizações de luta, incluindo aí outras pautas. A partir dessa análise, também será possível refletir como o ambiente vivenciado no exílio condicionou as reflexões, críticas e reelaborações da luta armada como estratégia de luta.

2. CAPÍTULO 2: O EXÍLIO COMO LUGAR SÓCIO ESPACIAL DA REVISÃO DA LUTA ARMADA.

2.1. Introdução.

O objetivo desse capítulo é analisar o exílio como um local socioespacial propício para o desenvolvimento do processo de reflexão acerca da experiência guerrilheira, verificando quais as análises foram feitas pelos militantes da esquerda armada no período em que estiveram afastados do Brasil, procurando compreender se esse afastamento os colocou em contato com outras perspectivas e se tal contato promoveu uma mudança nos aspectos ideológicos e táticos do projeto revolucionário empreendido durante a luta armada.

Para realizar essa análise procuramos selecionar um conjunto de publicações que foram feitas no exílio da chamada imprensa do exílio, que serviu não apenas para os debates acerca do projeto guerrilheiro, mas também como elemento catalisador dos militantes que os articulou e os orientou para o seguimento da luta.

Do ponto de vista teórico, abordaremos a questão mobilizando o conjunto de textos discutidos na introdução que apresenta o exílio enquanto um ambiente possível para a configuração de novos espaços e de novos movimentos de luta organizados pelos militantes da esquerda armada, se afastando de uma perspectiva teórica que pensa o exílio como um espaço de luta e espera.

A pesquisa demonstrou um processo profícuo de reflexão e ressignificação das agendas políticas das esquerdas revolucionárias no período em que permaneceram no exílio, não necessariamente pelo diálogo realizado com outras tendências políticas dos contextos em que os exilados viveram, mas sobretudo em constante dialogo e articulação com a luta travada no Brasil. Nesse sentido, foi possível observar como o exílio das organizações de esquerda não estiveram totalmente apartadas do território brasileiro e as autocríticas e reorganizações estiveram diretamente associadas aos contextos políticos no Brasil, sobretudo para que tais grupos pudessem seguir na luta, ainda que utilizando outras ferramentas.

Foi no espaço do exílio em que se verificou de maneira mais sintomática a vivência de uma melancolia de esquerda, uma vez que foi ali que paulatinamente os militantes de maneira individual e as organizações coletivamente passaram a compreender a luta armada como derrotada. Refletindo sobre a derrota, tanto militar como política, estabeleceram uma relação de melancolia que projetava para o futuro as análises dos erros cometidos no passado.

Para tratar desses aspectos, foram selecionadas publicações de coletivos de esquerda que circularam no exílio chileno e europeu, sobretudo na França e Suíça, selecionando aquelas publicações que se dedicaram a tratar do tema da luta armada, seja na sua elaboração política, seja como evento histórico a ser rememorado, ou ainda com os textos que ofereciam elementos críticos para a formulação de novas concepções de luta. Para isso, foram selecionadas edições das publicações *Debate, Unidade e Luta, Brasil Socialista* e *Nova Luta.* O recorte temporal selecionado para a composição do capítulo se inicia com a publicação do texto *Uma autocrítica necessária,* em 1971 e se estende até o ano de 1977, período em que as publicações passaram a direcionar seus apontamentos para o processo de distensão autoritária que estava em curso, sobretudo na campanha pela Lei de Anistia.

Antes de iniciar a análise da documentação, se faz necessário tecer alguns comentários acerca das diferentes visões que o exílio possuí na historiografia brasileira, tema este intensamente estudado. Procurou-se estabelecer inicialmente um estado da arte do tema para que seja possível localizar pontos de contato e distanciamento e assim localizar a pesquisa em seu próprio quadro historiográfico.

2.2. O exílio na historiografia brasileira.

O exílio é uma experiência complexa e de múltiplos significados, definida por Denise Rollemberg como um espaço em que cabe morte e vida, derrota de um projeto político e continuidade da luta em outras esferas. Enquadrado dentro desse prisma, é possível observar como os protagonistas das ações armadas tiveram um espaço social e político propício para a reflexão de suas ações.

A autora afirma que: “O exílio é uma experiência heterogênea, vivida em função de uma série de variáveis, inclusive dos traços de personalidade de cada um” e deve ser

compreendido como algo único para cada pessoa que o vivenciou, e sua definição deve ser entendida como um local de intenso estranhamento. (ROLLEMBERG, 2004, pp. 278 - 279) Esse estranhamento ocorre porque o exílio é ao mesmo tempo uma experiência de desenraizamento e luto, mas também de descobertas e aprendizagens, em que cada exilado se relacionou com ele de uma maneira própria. Rollemberg também defende que, ao deixar seu país de origem, os exilados tinham como identidade o pertencimento a um grupo político específico, neste caso aqui estudado, a luta armada, e que durante o tempo no exterior, vivenciaram o luto da derrota desse projeto político, ao mesmo tempo que tiveram contato com novas possibilidades de militância, uma vez que este ambiente é contraditório.

Partindo desse ponto de vista, é preciso dimensionar o exílio nessa experiência multifacetada e vivenciada a partir das subjetividades e questões práticas dos militantes que o viveram; as possibilidades de trabalho, os laços afetivos e a relação estabelecida com o local em que estiveram exilados compõem um quadro muito complexo, fazendo com que as generalizações sejam praticamente impossíveis de serem feitas. Diante dessa complexidade, foi feita a escolha de analisar os casos de exilados pertencente a esse grupo aqui intitulado de esquerdas revolucionárias, para compreender a formação de uma situação de exílio singular, a de exilados que se articularam em torno de projetos editoriais cujo objetivo foi o de que manter um certo grau de organização política, direta ou indiretamente associado aos grupos políticos que lutaram e em alguns casos continuavam lutando em solo brasileiro.

Outra importante pesquisadora que se debruçou sobre a questão do exílio foi Maria Cláudia Badan Ribeiro, que argumenta que os estudos sobre o exílio:

> (...) deixa de considerar também que o exílio e o sentimento de pertencimento dos que saíram ainda é tomado, sobretudo no período anterior ao golpe chileno (1964-1973), pela moral revolucionária, quando a concepção do homem engajado se estende até onde ele se encontra forjando laços entre diferentes linhas de esquerda e diferentes gerações de combatentes. (RIBEIRO, 2017, p.1).

Essa abordagem defendida pela autora permite realizar uma análise em que as ações dos exilados não estejam pautadas diretamente por uma ruptura no momento em que ocorreu o exílio, mas sim na permanência das vivências de guerrilheiro, mas quando estes se encontravam no exílio. A autora parece ser bastante assertiva ao dizer que esse

viés de pertencimento esteve mais fortemente presente até o golpe de 11 de setembro de 1973, que derrubou Salvador Allende no Chile.

Em entrevista concedida à Denise Rollemberg em 2000, Carlos Eugênio Paz relata que entre 1973 e 1974, percorrendo os países europeus em busca de contatar integrantes da ALN, ele percebia uma "primeira decepção porque eu percebi que esse pessoal que estava na Europa tinha vindo de duas derrotas e a maioria já estava saindo do golpe do Chile, então já vinha com a derrota do Brasil". (PAZ, 2000) Além do aspecto simbólico e político que o golpe militar chileno representou, Daniel Aarão Reis Filho, em entrevista concedida à Denise Rollemberg em 1996 retrata como o Chile foi, até setembro de 1973, a base de retorno dos militantes que saiam do país e utilizavam o país vizinho para retornar à luta no Brasil. Ele afirma que

> O plano era que eu fosse diretamente para o Chile e do Chile para o Brasil. (...) enquanto o exílio se estruturou de maneira articulada em torno das organizações de vanguarda brasileiras, e isso durou, de modo muito forte, até o golpe do Chile, nessa primeira fase do nosso exílio, que vai até o golpe no Chile, que as organizações tinham grande prestígio, as organizações articulavam a maioria dos exilados, nada se fazia sem a anuência dessas organizações. (REIS FILHO, 1996)

Diante desse quadro, é possível de fato estabelecer uma periodicidade no exílio brasileiro dos militantes da luta armada até 1973, sobretudo pelo papel que o Chile possuía para a reinserção dos militantes guerrilheiros de volta ao Brasil. Ao passo que a segunda derrota ocorre em setembro de 1973, também é possível verificar que a repressão em solo brasileiro se intensificava cada vez mais e, seja pelo contexto chileno, seja pelas derrotas militares sofridas pelas organizações em solo brasileiro, após esse período inicia-se realmente uma nova fase para os exilados das organizações guerrilheiras, uma vez que não havia mais a perspectiva de retorno para retomar a luta no Brasil. Carlos Eugênio Paz, que liderou a ALN na fase final da organização e que defendeu até o fim a continuidade das ações armadas explica o processo em entrevista concedida à Denise Rollemberg:

> Cheguei em março em Cuba de 73, ainda com a ideia inclusive de voltar ao Brasil, apesar de eu em Cuba ter percebido que a gente tinha já perdido a guerra. (...) nós voltaríamos até a Europa e contataríamos primeiro todos da ALN que estavam na Europa e eu voltaria sozinho ao Brasil pra retirar as últimas pessoas que estavam clandestinas para levar pra Cuba pra fazer esse Congresso lá. (PAZ, 2000)

A periodização proposta por Maria Claudia Badan Ribeiro encontra forte consonância nos depoimentos e atesta a possibilidade de utilizar esse recorte temporal do exílio até o golpe chileno como fortemente marcado por uma identidade de pertencimento à guerrilha, sobretudo pelas perspectivas de retorno ao Brasil, seguindo com as ações revolucionárias. Diante do golpe chileno e dos desmonte das organizações guerrilheiras, essa possibilidade de retorno à militância em solo brasileiro foi praticamente esgotada. No entanto, não parece que foi apenas a perda da identidade de guerrilheiro que se alterou após esse período, mas criou maiores possibilidades para que as leituras acerca do processo de luta armada pudessem ser realizadas de maneira mais aberta, substancial e que não fosse mais pautada por embates que existiam enquanto as guerrilhas ainda atuavam.

Ainda que, conforme será analisado ao longo desse capítulo, as revisões e a busca pela autocrítica entre os militantes das organizações revolucionárias tenham começado ainda com elas atuando, parece ser bastante plausível que elas se intensificaram à medida que as derrotas foram sendo aceitas por parte das organizações e que tenha findado as ações armadas. Mas de uma certa maneira, o fim dessas ações foi fundamental para que se intensificasse o processo de autocrítica por encerrar um embate que existiu entre aqueles que estavam de fora com relação àqueles que estavam dentro, conforme ressalta Daniel Aarão Reis Filho:

> Para aquela esquerda, quem era preso, ou quem saia pro exílio, nas duas hipóteses, saia da prática, do que se chamava prática, né? É... perdia completamente a condição, o direito de sugerir e de intervir. A ideia era de que só podia falar quem estivesse na prática revolucionária. (REIS, 1996)

A contribuição de Badan Ribeiro se faz importante na procura fundamental de entender as diferentes características dos exilados da luta armada, levando em consideração um marco fundamental nas trajetórias de exilados políticos no Brasil: o Golpe Militar de 1973 no Chile. Segundo a autora:

> O exílio brasileiro até o golpe chileno se manifestou mais na imagem do sujeito errante do que na do refugiado à espera de fixação. Os marcos temporais por isso, ao tratarem do tema, devem se ater ao tipo de trânsito realizado, aos "países de adoção" e ao elemento que determinou a permanência ou a fixação no exterior. Os vínculos permanentes com a luta também determinaram o pedido de estatuto de refugiado (Rollemberg, 1999; Chotil, 2015) ou a manutenção de situações híbridas. Houve exilados que conciliaram militância política com outras necessidades individuais como documentação, trabalho e moradia. Mas houve também quem era considerado militante profissionalizado e foi mantido pela organização no exterior. (RIBEIRO, 2017, p.3)

A autora identifica, portanto, duas distintas vivências dos exilados. Por um lado, àqueles que mantinham algum contato com a luta, permanecia em maior ou menor medida, ligado ao grupo que pertencia, as vezes cumprindo tarefas de organização em redes internacionais[36]. Por outro lado, estando mais afastado da luta, havia maior possibilidade do exilado procurar um estatuto de refugiado, o que garantiria, inclusive, garantias constitucionais. É nesse sentido que o Golpe de Estado no Chile se torna um marco importante na compreensão do exílio de guerrilheiros brasileiros.

Por isso que no que diz respeito à periodização da busca pela autocrítica realizada pelas organizações revolucionárias no exílio é fundamental estabelecer esse recorte demarcado com o golpe chileno e o fim das ações armadas, uma vez a partir de então, não havia mais a dicotomia entre quem estivesse dentro ou fora da prática revolucionária. Isso se verificará na prática ao longo da análise dos documentos, uma vez que até 1973 os embates eram circunscritos à ataques de ordem moral, justamente mobilizando a permanência na luta contra aqueles que estavam fora dela. Após esse período, as discussões passaram a se estabelecer em torno das diferentes concepções da revolução brasileira, dos sujeitos revolucionários e da necessidade ou não do uso da violência para a promoção do processo revolucionário.

Por outro lado, Badan Ribeiro também adverte que é necessário olhar especificamente para os diferentes contextos vivenciados pelos exilados no que diz respeito aos locais que serviram de exílio. É evidente que o território implica em mudanças nas possibilidades de vivência, militância e até mesmo debate sobre o tema, mas a autora destaca uma questão fundamental ao explicar que:

> A diplomacia francesa — país que contou com o maior número exilados brasileiros — tentava se desprender dos militantes políticos, ou daqueles que tinham posições políticas mais agressivas, ligadas à chamada "esquerda violenta" para não comprometer as boas relações diplomáticas mantidas com o Brasil, além de evitar que a oposição brasileira funcionasse como elemento catalisador da oposição interna francesa. (Rolland 2008, 73-75). Em território francês, os radicais da esquerda brasileira também foram alvos da perseguição do Estado. (RIBEIRO, 2017, p. 2)

Esse aspecto destacado pela autora é extremamente importante para esta pesquisa, como um alerta para não incorrer em generalizações mitificadas sobre o suporte dado por determinados países à exilados brasileiros, pois se é fato que a França em particular e a

[36] No artigo citado, Maria Cláudia Badan Ribeiro apresenta o caso de Luiz Eduardo Prado, mantido financeiramente pelo MR-8 na Argélia, em busca de construir uma rede revolucionária.

Europa no geral, foram territórios receptivos a maior parcela de exilados brasileiros, bem como o Chile até o período do golpe militar, àqueles identificados com a luta armada não encontraram em tais países um ambiente tal propício, conforme demonstra a historiadora. Portanto, pensar a especificidade dos espaços sociais temporais precisa ser feito levando em consideração a especificidade dos casos de guerrilheiros, e por isso foi feita a escolha de analisar os debates que estiveram circunscritos em torno das publicações de exilados, uma vez que elas criaram um ambiente de debate possível entre àqueles que pegaram em armas.

A principal hipótese levantada para este capítulo é de que o exílio proporcionou o primeiro momento de reflexão sistematizada sobre a estratégia de luta armada que foi adotada pelos guerrilheiros a partir da década de 1960. No momento em que as primeiras derrotas significativas passaram a acontecer, parte dos militantes guerrilheiros começaram a questionar a forma de luta, computando a ela a derrota e ao fracasso da esquerda no combate à Ditadura. Nesse momento, foi estabelecida uma cisão dentro da principal organização de luta armada no país, a ALN[37], na qual um grupo, intitulado de Tendência Leninista, divulgou uma série de textos criticando o uso da violência como método de luta, defendendo a realização de um trabalho junto das massas. (MALAGUTI, 2017, p. 152) No entanto, essa crítica não foi aceita pelos remanescentes da ALN e foi combatida com uma série de respostas a esse documento. Portanto, já no final da ação armada do grupo, foi estabelecido ali um outro conflito, dessa vez interno, que tinha como centro de discussão a própria ferramenta de luta, impactado pela dicotomia apresentada por Daniel Aarão Reis Filho, entre aqueles que permaneciam na luta e aqueles que estavam apartados dela.

Portanto, parece existir um caminho investigativo nessa cisão que revela como o exílio de alguns militantes da ALN no território chileno foi o palco para que as primeiras reflexões acerca da estratégia e luta ganhassem o espaço público. Parece ser seguro pensar que esses debates seguiram ocorrendo nos anos posteriores, inclusive em outras regiões[38].

[37] A Ação Libertadora Nacional foi vista pela historiografia do tema como a maior e o mais organizado grupo de luta armada no Brasil. Essa conclusão ocorre pelo seu pioneirismo nas ações guerrilheiras, a quantidade de membros em suas fileiras, além de ter sido liderada pela figura emblemática de Carlos Marighella. CF: RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: Unesp, 2010.

[38] Como parâmetro para o desenvolvimento dessa pesquisa, estamos seguindo o trabalho embrionário de Denise Rollemberg, cuja caracterização do Exílio se dá em duas gerações distintas: 1964 e 1968. Entendemos que os militantes da ALN compõem a geração de 1968, que segundo a autora, tiveram como comunidades de destino as cidades de Santiago, até o Golpe de Estado que tirou do poder Salvador Allende, e Paris. Como será discutido na revisão bibliográfica, neste trabalho, Rollemberg não recortou os militantes

Nesse sentido, a ideia do capítulo é investigar como se deram esses debates, compreendendo quais argumentos eram empregados e de que maneira ele se desenvolveu.

Para realizar esse capítulo, foram selecionadas de saída as revistas Debates, publicação da Tendência Leninista, grupo dissidente da ALN que se formou no Chile e passou a publicar esse periódico com vistas a discussão política sobre a ação violenta. Foram selecionadas 5 edições da revista publicadas no exílio entre os anos de 1970 e 1978, que concentram estritamente textos de militantes que participaram da luta armada pela ALN e que começaram a criticar a organização e adoção da luta armada.

Para iniciar essa análise, será abordado o surgimento da Tendência Leninista, identificada como um dos primeiros movimentos internos das organizações de luta armada de ruptura ao modelo guerrilheiro como estratégia de ação.

2.3. A Tendência Leninista e a defesa do partido de massas.

A Ação Libertadora Nacional foi um dos mais importantes grupos guerrilheiros que atuaram no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, tendo como fundador e principal liderança, Carlos Marighella, figura emblemática entre os guerrilheiros brasileiros. O destaque da ALN se verifica nas diversas ações revolucionárias de intenso destaque, como o assalto ao trem pagador, o primeiro sequestro de embaixadores realizado com o objetivo para realizar a soltura de militantes presos e outras ações de destaque na luta política. Além disso, o grupo se destaca por ter contado com um número expressivo de guerrilheiros. Mas talvez o elemento mais importante da trajetória da organização tenha sido o caráter embrionário da opção pelas armas, realizado com o processo de ruptura de Carlos Marighella ao PCB consolidado no ano de 1967[39].

O grupo foi um dos mais atuantes entre os anos de 1968 e 1969, realizando diversas ações armadas, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que ganharam destaque na cena pública brasileira como um todo. Esse período foi marcado

da ALN em específico, ou mesmo guerrilheiros em particular. Neste caso, uma das tarefas do trabalho será definir por meio de fontes documentais e entrevistas quais foram as cidades de destino. CF: ROLLEMBERG, Denise. 2004. Opus Cit. p. 283.

[39] Outras iniciativas de formação de grupos de luta armada já haviam acontecido antes de 1967, mas acabaram tendo pouca evidência nas suas ações e muitos dessas organizações não passaram do plano organizacional. CF: SALES, Jean. A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Perseu Abramo, 2007. p. 39

por um processo complexo em que a organização realinhou suas concepções estratégicas e táticas e passou a defender a intensificação das ações urbanas não apenas como ferramenta para desencadear a guerrilha rural, mas como uma parte tática para a propagação da revolução. Foi nesse mesmo período em que as ações militarizadas e de ação passaram a ter mais destaque, principalmente porque elas passaram a lograr muito êxito e com isso tais ações serviram como uma espécie de demonstração pública da força da organização. (MALAGUTI, 2018, p. 147).

Porém, o caminho trilhado pela ALN a partir de 1969 de intensificar as ações na cidade como sendo um elemento de demonstração de força tornou-se, internamente, um ponto de discórdia que levaria a uma dissidência interna no grupo. No entendimento de um conjunto de militantes, o aprofundamento das ações militares teria levado o grupo a uma crescente militarização e isso teria sido responsável por criar um distanciamento entre as massas e os militantes adeptos da luta armada. Essa crítica articulou um conjunto de militantes da ALN no período em que estiveram exilados no Chile, que romperam com a organização e formaram o grupo conhecido como "Tendência Leninista".

A Tendência Leninista (TL) foi formada no Chile em 1971 e utilizou a revista Debate para publicar um dos textos mais polêmicos sobre a luta armada brasileira. O artigo intitulado *Uma autocrítica necessária* foi endereçado às lideranças da ALN e possuiu como tema central de discussão o forte militarismo que abateu-se sobre a organização nos últimos anos. É um texto de 14 páginas que discorre sobre como a ALN teria tomado um caminho que a distanciou da esfera política, centrando sua atuação de modo exclusivo em ações militares.

O texto tem como tese central a ideia de que os movimentos revolucionários no Brasil se distanciaram das massas e que isso impediria o êxito no processo revolucionário, uma vez que na visão desses militantes, sem o apoio da população, a revolução não se consolidaria. E para corrigir esse erro, seria necessário que a organização modificasse sua estrutura e seus métodos de atuação, dando outra linha política a organização. Ou seja, os militantes que assinaram esse documento colocam um contraponto à concepção guerrilheira, podendo ser classificado como um documento que rompe com os aspectos estratégicos e táticos do modelo da luta armada, inclusive rompendo com certas matrizes ideológicas que perpassaram todas as organizações guerrilheiras no Brasil, como será abordado a partir da análise do documento.

O documento se inicia com uma espécie de balanço, buscando desconstruir dois supostos motivos apresentados pelas lideranças da ALN sobre os motivos que teriam afastado o movimento guerrilheiro das massas populares. O documento diz que:

> Uma análise mais profunda da história e do desenvolvimento da ALN nos revela que os sérios golpes que recebemos não são somente devidos a um brutal sistema repressivo que a Ditadura Militar (...) pôs em prática. (TL, 1971)

Eles negam que o afastamento das massas e a inexistência de apoio popular ao projeto guerrilheiro estejam atrelados exclusivamente a repressão imposta pelas forças do regime. E seguem descontruindo outro fator explicativo:

> Cremos também que está fora de cogitação o raciocínio simplista de que o surto de desenvolvimento econômica alcançado nos centros industriais do país no biênio 69/70 seja responsável pelo progressivo afastamento do povo do movimento de luta armada. (TL, 1971)

Tanto nos documentos internos da ALN como naqueles direcionados para as massas, nota-se que na visão da organização a falta de apoio popular ao grupo tinha origem na estrutura da Ditadura Militar, que censurava informações, perseguia os grupos de oposição e fazia propagandas ostensivas calcadas no crescimento econômico inorgânico e nocivo para a economia brasileira que marcou esse período. A Tendência Leninista deixa claro que, na sua visão, esses dois fatores não são determinantes para compreender essa falta de apoio, o que marca claramente uma visão distinta sobre as ações do grupo. Analisando os dois argumentos apresentando pela TL é possível perceber como eles procuraram refutar as duas principais explicações correntes sobre o refluxo da luta armada depois de 1968. Dentro dos debates internos dos movimentos guerrilheiros, afirmava-se que a não adesão das massas ao projeto revolucionário estaria ligado ao "milagre brasileiro" do crescimento econômico que foi fortemente divulgado pelas campanhas publicitárias do regime, somado a brutal repressão que não permitia que os grupos atuassem. A argumentação presente nesse documento da dissidência da ALN aponta para uma visão de autocrítica, conforme o título do texto indica.

Posteriormente, o documento aponta sua interpretação do problema, que era a linha militarista que o grupo rumou após 1968:

> Apesar de, em palavras, os defensores da linha militarista apregoarem mecanicamente a necessidade de uma revolução de longo prazo, isso é, com a

> participação das massas, toda a sua prática demonstra o contrário (...). (TL, 1971)

A Tendência Leninista aponta que a ALN perdeu sua política de contato com as massas, que marcava o ideário de fundação da organização. Cabe ressaltar que um dos primeiros documentos públicos da ALN, intitulado "Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil" destaca claramente a necessidade do apoio das massas como um fator fundamental para a estratégia revolucionária obter êxito:

> A luta ideológica deve ser levada ao conhecimento do povo com enorme audácia, confiança e amplitude, tendo em vista assegurar o apoio político e revolucionário das massas. Deve ser exposto às massas com muita clareza o objetivo político da guerrilha, ou seja, a expulsão do imperialismo dos Estado Unidos e a destruição total da ditadura e suas forças militares, para, em consequência, estabelecer-se o poder do povo. (MARIGHELLA, 1967)

Nota-se, portanto, que estava presente na concepção teórica da organização a necessidade de realizar ações que levassem a luta ideológica ao povo, estabelecendo assim uma política de massas para com a população. É possível observar uma tentativa de implementação dessa política de massas nos primeiros anos de atuação da ALN, sobretudo por meio de seu jornal intitulado *O Guerrilheiro*.

O Guerrilheiro teve dez edições, que circularam entre 1968 e 1973; sua primeira aparição aconteceu em abril de 1968. Essa edição embrionária foi totalmente diferente das demais edições, inclusive na disposição material da mesma, que se apresentou com a mesma estrutura de diagramação de um jornal. Na parte superior, em letras garrafais, encontra-se o título da publicação e, ao lado do título, o número da edição, a data de publicação e o preço. As características dos textos presentes nessa edição indicam que estava se falando para grupos que tinham alguma familiaridade com o linguajar da esquerda, como mostra a terminologia utilizada. Dessa forma, a hipótese aqui levantada é que essa primeira edição de *O Guerrilheiro* tinha o intuito de convencê-los da estratégia do uso de armas.

A publicação tem quatro páginas e trazia uma mescla de textos teóricos, como a reprodução do *Pronunciamento do agrupamento comunista* e a declaração da conferência da OLAS junto de outros textos mais curtos, versando sobre o papel da mulher na revolução ou abordando questões de funcionamento da luta armada. Na primeira página há uma apresentação, que o define como sendo o "órgão dos grupos guerrilheiros no

Brasil" e que "atuariam para colaborar com a implementação da guerrilha brasileira" (O GUERRILHEIRO, 1968, p.1). Os dois primeiros parágrafos de texto são reveladores das tradições pecebistas reproduzidas na ideologia da ALN. No subtítulo "frente anti-imperialista", se definia como "fundamental unir forças interessadas na expulsão do imperialismo e na libertação do país pela via armada" (Idem). Mobiliza-se o aparato de luta de libertação nacional e da união de forças para derrotar o imperialismo.

O segundo parágrafo traz como subtítulo "o bloco operário-camponês". Nesse ponto, os militantes afirmam que: "No que diz respeito a transformar a guerrilha em embrião do exército revolucionário de libertação, não o conseguiremos se não contarmos desde o início com um núcleo armado de operários e camponeses" (Idem).

O uso da terminologia indica como o jornal *O Guerrilheiro* estava articulado com o pensamento da ALN na sua concepção sobre quais massas estariam articuladas no projeto revolucionário da organização, o que indica como essa ferramenta foi um espaço da política de massas idealizada pelo grupo. No texto que está presente na segunda página do jornal, intitulado "A ação faz a vanguarda", essa política de massas se torna mais evidente:

> Assim, será a vanguarda da Revolução Brasileira aquela força que começará desde já a organizar para a ação revolucionária os grupos de operários e de camponeses, de estudantes e de intelectuais, de mulheres e de jovens, do funcionalismo púlico, enfim, todo o povo brasileiro, que é interessado na libertação da nossa pátria. (O GUERRILHEIRO, 1968, p.2)

Ao que indica a análise dos documentos, aquilo que foi preconizado em "Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil" estão aplicadas nas páginas de "O Guerrilheiro" no sentido de que no primeiro texto se defende a necessidade de levar às massas o entendimento da necessidade da ação guerrilheira em busca de seu apoio, o que está dito claramente no segundo texto, quando ele afirma que a vanguarda será responsável por organizar "todo o povo brasileiro interessado na libertação da nossa pátria".

Essa ação de política de massas, no entanto, foi a única estratégia desse tipo que foi realizada pela Ação Libertadora Nacional de modo mais sistematizado. Conforme foi dito anteriormente, o jornal *O Guerrilheiro* circulou entre os anos de 1968 e 1973, mas não de maneira sistematizada e sua importância e consistência foi diminuindo com o passar das edições. Ao mesmo tempo em que essas ações de política de massas foram perdendo espaço na atuação do grupo, foram se consolidando cada vez mais ações

militares, especialmente sequestros, assaltos à banco e justiçamentos. (MALAGUTI, 2018, p. 169)

Ainda é possível localizar outra ação da ALN com vistas à uma política de massas que ocorreu no ano de 1969: a tomada da Rádio Nacional. O assalto à Rádio Nacional ocorreu em agosto de 1969 e nessa ação, um grupo de 12 militantes da organização clandestina executou um plano para irradiar uma transmissão de um manifesto escrito por Marighella e previamente gravado em um estúdio com a voz de Gilberto Luciano Belloque, militante do movimento estudantil e que entrou na ALN após a promulgação do AI-5. O intuito do plano era divulgar a mensagem do grupo para a população, contando inclusive com o apoio do militante do partido comunista brasileiro, Hermínio Sacchetta, que era chefe de redação do jornal *Diário da Noite,* e recebeu previamente o manifesto que foi transmitido pela ALN, publicando-o na íntegra no jornal do dia seguinte. (MAGALHÃES, 2012, p. 452).

Sobre essa operação, é preciso destacar sua peculiaridade. Em primeiro lugar, foi Belloque e José Carlos Lessa Sabbag, um antigo companheiro do movimento estudantil que também havia entrado na ALN no final de 1968, que elaboraram o plano de assalto à Rádio Nacional e o apresentaram para Carlos Marighella e para Joaquim Câmara Ferreira, que aprovaram a ideia e passaram a arrecadar fundos para executar a ação. Desse modo, nota-se que a entrada de integrantes do movimento estudantil foi responsável por empregar um novo elemento nas propostas de ação do grupo, principalmente no que diz respeito a sua relação com a população em geral.

No que diz respeito ao conteúdo da mensagem divulgada pela Rádio Nacional, há uma tentativa direta de desconstruir a imagem de terrorista que a repressão buscava emplacar para os grupos de luta armada. Afirma-se que as ações ditas terroristas, são, na realidade atos revolucionários. E ressaltam que o combate é contra a ditadura e o imperialismo norte americano, reforçando a ideia de libertação nacional.

A tomada da Rádio Nacional foi uma ação peculiar pois teve a intenção de legitimação perante a sociedade, tentando refutar as acusações do regime militar ao mesmo tempo que construía a ideia de luta empreendida pelo "povo brasileiro". Desse modo, ela foi uma tática de contato com as massas externas aos círculos restritos da esquerda, seja ela radicalizada ou não. Mas é preciso salientar que essa abordagem perante os setores fora da esquerda não foi prática recorrente e sequer foi resultado de um plano

de contato com as massas. Ele foi uma ação esporádica que, como visto anteriormente, se apresentou diante das possibilidades materiais e dos contatos de alguns militantes. Portanto ele foi um ponto fora da curva no que diz respeito à política de massas.

Sendo assim, é possível identificar que a política de massas da Ação Libertadora Nacional não conseguiu efetivamente se sistematizar como uma prática da organização. Talvez tenha sido essa ausência de uma política mais efetiva de contato com as massas que tenha orientado essa crítica realizada pela Tendência Leninista. No entanto, cabe destacar que a TL apontava diretamente sua crítica para o grau de militarização que a ALN tinha chegado e a partir daí o texto "Uma autocrítica necessária" aponta para outros problemas observados.

Segundo o texto, esse nível de militarização teria sido resultado do "enorme afluxo de elementos da pequena burguesia radical, notadamente de estudantes, para a organização". (TL, 1971) O trecho revela que para a TL, a ALN tinha deixado de lado os sujeitos revolucionários tendo em suas fileiras de militantes os estudantes ligados a burguesia. Essa concepção, conforme será visto ao longo do capítulo, perpassou diferentes interpretações sobre os erros cometidos pelas organizações revolucionárias, o que configurou aquilo que Marcelo Ridenti nomeou de defeito de origem como fator explicativo para a derrota. (RIDENTI, 2007, p. 165)

Mas o fundamento da crítica estabelecido pela Tendência Leninista está na ausência de políticas de massas da ALN, uma vez que o texto afirma para a necessidade de se:

> (...) retomar, no fundamental, a linha política aprovada pelos comunistas de São Paulo da [...] concepção marxista-leninista da revolução como uma obra das massas, deixando claro que a violência das classes dominantes expressas na ditadura militar fascista determina a via armada para a tomada do poder político. (TL, 1971)

Segundo o entendimento do grupo que rompeu com a ALN, a luta armada se colocava como necessária para que se fizesse frente à violência empreendida pelo regime militar, mas ela não deveria ser a linha estruturante do projeto político revolucionário. O texto afirma que era necessário retomar a resolução proposta no "Pronunciamento do agrupamento comunista de São Paulo" de "enfatizar o trabalho político com as massas, em especial com a classe operária das grandes empresas industriais, onde se deveria

construir partido, sem o qual as tarefas da revolução não poderiam ser levadas adiante". (TL, 1971)

Nitidamente existe uma diferença em aspectos ideológicos preconizados pela Tendência Leninista com relação à ALN no que diz respeito as ações estratégias e táticas da organização política, demonstrando um claro afastamento dos ideais defendidos pela ALN que refutava a ideia do Partido ancorado em críticas estabelecidas ao Partido Comunista Brasileiro e sua inerte reação ao Golpe de 1964. (GORENDER, 2014, p. 24) Também anunciava aquilo que se estabeleceu como centro do debate em torno da derrota política do projeto guerrilheiro, que girou em torno da questão dos operários.

Esse afastamento do ponto de vista da estratégia e a defesa pelas retomadas dos valores marxista-leninistas e a defesa pela construção de um Partido que conduziria a revolução esteve atrelada à crítica realizada pela TL na penetração dos ideais revolucionários preconizados pela Revolução Cubana, por meio das sistematizações feitas por Régis Debray em sua obra que defende o foco guerrilheiro como sendo o condutor das massas na Revolução. O texto afirme que:

> A intensa penetração ideológica das teses sistematizadas pelo intelectual francês Regis Debray principalmente entre os elementos originados na pequena burguesia radical. Nessas condições foi possível introduzir na organização o que denominamos o contrabando ideológico do debraysmo. É importante hoje em dia criticar a teoria debraysta porque apesar dos enormes prejuízos que causou ao processo da nossa revolução, contra ela são levantadas pelas organizações revolucionárias apenas críticas 'técnicas' quanto a viabilidade ou não do foco guerrilheiro. (TL, 1971)

O trecho destacado atrela os dois problemas identificados pelo grupo dissidente: a entrada de militantes oriundos da "burguesia" e como essa entrada projetou uma interpretação equivocada da teoria foquista sistematizada por Regis Debray. O primeiro, já previamente explicado, se insere ao lado do segundo aspecto que ganhou força ao longo da década de 1970 como sendo um dos fatores mais intensamente criticados pelos os que se propuseram a analisar a derrota política da revolução armada. O foquismo debraysta, que incidiu fortemente no pensamento das esquerdas revolucionárias brasileiras na década de 1960, passou a ser lido na busca pela autocrítica como um dos fatores preponderantes para explicar a derrota política da luta armada. De modo geral, o militarismo característico dessa prática, o distanciamento das bases estruturantes do marxismo-leninismo e o suposto desprezo pela mobilização popular foram lidos como

fatores para que os postulados de Régis Debray tenham sido motivo para a derrota. Sendo assim, a TL não rompe com a radicalização, mas estabelece uma crítica ao foquismo, e projetavam a recuperação do que eles chamam de sentido ideológico da revolução, se aproximando novamente daqueles sujeitos entendidos como revolucionários:

> Em nossa opinião, nas condições brasileiras, somente a classe operária tem capacidade de dirigir e levar até o fim a luta pela derrubada da ditadura a fim de estabelecer um regime político que realize as tarefas de um programa nacional libertador democrático. (TL, 1971)

As proposições feitas por parte desse grupo de dissidentes são todas voltadas para realizar aquilo que eles chamam de política de massas. Um conjunto de tarefas para criar diálogo com a classe operária e contar com seu apoio direto e indireto na luta revolucionária. E para isso, eles defenderam outras formas de luta junto do viés armado:

> Isto não quer dizer que a luta armada é a única forma de luta. Os marxistas-leninistas tem o dever de utilizar todas as formas de luta que possibilitarem seu contato com as massas visando desperta-las, mobiliza-las e organiza-las para revolução. A luta armada é a principal forma de luta e devemos utilizar todas as outras formas, inclusive a luta eleitoral. (TL, 1971)

Há uma sensível modificação nas concepções políticas e até mesmo nas estratégias revolucionárias propostas a partir das críticas realizadas por esse conjunto de militantes. E ao eleger o operário como sujeito revolucionário a ser mobilizado e destacar novas formas de luta a serem utilizadas em conjunto com a via armada, a Tendência Leninista preparou o terreno para anunciar o seu projeto de criação de um partido político novo, de orientação marxista-leninista.

> A experiência dos povos que fizeram a revolução (...) evidencia a verdade universal do socialismo científico que sem o partido leninista de tipo novo não há condições de conduzir o processo revolucionário. Nas condições brasileiras a experiência dos últimos três anos mostra que não há a possibilidade de levar adiante a expressão mais elevada da luta de classes – a luta armada – sem um partido" (TL, 1971)

Com essa proposta de formação de um novo partido se concluiu os três pontos argumentados por parte da TL de quais caminhos a ALN deveria seguir. Seria necessário rever o militarismo e construir uma nova relação com as massas, principalmente com o operário. Para isso, outras formas de luta em conjunto com a via armada seriam incorporadas, criando um partido novo capaz de mobilizar as camadas populares. É

evidente o quanto esse conjunto de transformações sugeridos pelos militantes da Tendência Leninista vai de encontro com os princípios básicos projetados pela ALN.

A ideia da criação de um partido político foi atacada em diversos textos assinados por Carlos Marighella, que preconizava seu surgimento na própria luta guerrilheira e não criado a priori. O contexto de surgimento da organização revolucionária foi marcado pela crescente crítica direcionada ao Partido Comunista Brasileiro que foi identificado por parte dos militantes de esquerda no Brasil como um dos culpados para a efetivação do Golpe de Estado de 1964, seja pelo imobilismo político representado pelo partido, seja pela sua aliança com as classes dominantes. (GORENDER, 2014, p. 32) Nesse sentido, a proposta de criação partidária foi um elemento de ruptura desses militantes com aquilo que pode ser caracterizado como uma ideologia própria concebida dentro da ALN, marcando assim uma dissidência com o projeto revolucionário.

E por fim, um terceiro elemento substancial da crítica apresentada pelo documento *Uma autocrítica necessária* é a defesa da ação revolucionária e de luta contra a Ditadura por meio de outros mecanismos, incluindo aí o uso do sistema eleitoral, entendo essa ferramenta como "(...) uma brecha para o contato ainda que ultra limitado com as massas. O importante é não ter ilusões numa saída eleitoral, mas utilizar as eleições para denunciar e desmoralizar ainda mais a ditadura." (TL, 1971)

Os documentos internos e de orientação política da ALN rechaçaram qualquer utilização dos mecanismos eleitorais como via de transformação política, alegando em muitos momentos que aquilo resultaria no imobilismo partidário característico da atuação do PCB no contexto do Golpe de 1964. O uso de qualquer outra via política para desencadear a luta contra a Ditadura e pela Revolução Socialista estava fora de questão, e isso é bastante evidente quando se analisa o processo de formação da ALN, forjado sob a inspiração do modelo de revolução cubano, mas sobretudo, se colocando como um contraponto à atuação do PCB, tido como um dos responsáveis pelo Golpe de 1964, sobretudo por ter aderido à linha etapista que defendia a articulação com os setores da burguesia nacional e aderia à via eleitoral para o desencadeamento desse processo. Com isso, consolida-se as teses críticas defendidas pela Tendência Leninista em três pontos centrais: i. A urgência em se articular com as massas, rompendo com o viés exclusivamente militarista da ALN. ii. A necessidade de criar um partido que realize o trabalho de articulação com as massas e centralize a condução do processo revolucionário,

dando uma linha ao mesmo. iii. A incorporação de outras formas de luta contra a Ditadura e pela Revolução, incluindo aí a participação, ainda que crítica, em processos eleitorais.

Os significados dessa crítica elaborada pela TL e sua proposta de formação do partido podem ser amplos. Longe de oferecer uma explicação estanque, será apresentada algumas hipóteses interpretativas. O primeiro ponto a ser trabalho é sobre os caminhos que levaram o grupo a projetar esse novo caminho para a Revolução.

Esse texto, conforme foi dito anteriormente, foi escrito durante o exílio desse grupo de militantes no Chile em 1971. Diante disso, a primeira hipótese a ser levantada é sobre a relação entre o ambiente vivenciado por esses militantes e a proposta política dos mesmos.

No período em que a Tendência Leninista escreveu esse texto, o Chile era governado por Salvador Allende e pela ampla articulação da esquerda chilena em torno da Unidade Popular, a UP. O governo Allende representou a vitória da chamada *via democrática* para alcançar o socialismo, corrente política bastante distinta dos grupos de luta armada, que travou uma espécie de debate pela hegemonia da metodologia revolucionária na América Latina. (WINN, 2009) Observando o destaque dado a relação com as massas e ao crescente militarismo dentro da ALN, esse ponto se ressalta ainda mais, pois a UP representou uma possibilidade de forte aliança entre grupos políticos e contava com considerável apoio das massas chilenas. Nesse sentido, a união entre as experiências das derrotas sofridas na luta guerrilheira, a condição do exílio que levava a reflexão sobre as experiências de luta a incidência da via democrática que representava, à época, uma forte vitória das esquerdas pode ter sido importante para compor esse novo quadro do pensamento ideológico representado pela Tendência Leninista.

Essa hipótese não significa necessariamente uma relação direta entre a cultura política latente em um determinado ambiente e as proposições políticas realizadas por um grupo que vivenciava tal cultura, mas talvez uma possibilidade para que esses militantes que experienciavam o exílio pudessem permanecer em luta. O exílio, longe de significar um hiato no tempo e no espaço da militância, surge aqui como um ambiente propício para que a luta pudesse continuar, ainda que adaptações diante das necessidades fossem feitas. Maria Claudia Badan Ribeiro argumenta que “o exílio para uma grande parcela de militantes, não foi vivido como uma capitulação, mas antes como uma trincheira de luta”. (RIBEIRO, 2016, p. 320)

Partindo desse pressuposto, parece ser pertinente interpretar que as críticas formuladas por esses militantes dissidentes e a proposta apresentada por eles se enquadra nas possibilidades existentes dentro do que era vivenciado no Chile, que possuía um governo socialista, democrático e cuja construção política e consolidação no poder foi feita utilizando das estruturas partidárias. Somado a isso, o horizonte de expectativa desses militantes parecia ser a de permanecer no Chile e construir o Partido a partir de lá. Nesse sentido, é possível considerar a hipótese explicativa de que diante da incidência de novas propostas e abordagens políticas, houve um realinhamento político dos militantes que lutaram com armas para a implementação da Revolução, ressignificando suas ideologias no período em que permaneceram no exílio

O segundo ponto a ser debatido é o quanto o texto *Uma autocrítica necessária* suscitou um debate tão profundo, carregado de respostas e debates em torno de diferentes pontos e o quanto isso pode ter potencializado uma determinada interpretação da luta armada no Brasil.

Após ser direcionado aos membros da ALN que ainda estavam na luta, o texto *Uma autocrítica necessária* foi publicado na Revista DEBATE que circulava no Chile e na França, resultado de um esforço de João Quartim de Moraes de articular os exilados franceses a partir de 1969. Sua publicação em DEBATE ocorreu em setembro de 1971, no número 7 da revista. Dali até a edição número 12, que circulou no ano de 1973, a revista praticamente concentrou suas publicações em textos que debatiam as perspectivas colocadas pela Tendência Leninista. (PEZZONIA, 2011)

É possível considerar, portanto, que a ruptura da Tendência Leninista e publicação do texto *Uma autocrítica necessária* inaugurou o viés de crítica e reflexão sistematizadas acerca da luta armada como estratégia revolucionária, pois apresentou críticas ao modelo e sugeriu caminhos que questionavam essa ferramenta como a única possibilidade de agir. Cabe ressaltar que, como foi visto no capítulo 1 sobre o presídio Tiradentes, já havia presente entre alguns presos políticos esse sentimento de questionamento da luta armada, mas ela não foi feito de maneira sistematizada. Com a publicação desse texto, se inicia um período de debates sistematizados e que tiveram como palco a Revista Debate. Dada a importância desse espaço e das discussões realizadas na Revista, será realizada a análise das reações e dos debates realizados na Revista Debate entre os anos de 1971 e 1973.

2.4. Revista *Debate*: o espaço da crítica ao modelo da luta armada.

Debate foi uma publicação periódica de um grupo de militantes articulados por João Quartim de Morais, que foi militante da Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR. A revista, que surgiu entre 1969 e 1970, foi resultado de um esforço empreendido por Morais para reunir os exilados brasileiros na Europa afim de discutir os problemas do Brasil, divulgar os crimes cometidos pela Ditadura, estudar o processo histórico brasileiro e dialogar com os militantes que permaneciam no Brasil.

Rodrigo Pezzonia afirme que:

> DEBATE não nasce revista, e o seu desenvolver não é auto-suficiente. O boletim, ou revista DEBATE, nada mais é do que um veículo de externalização das principais inquietações e estudos que estavam sendo produzidos por membros de um coletivo naquele momento. (PEZZONIA, 2011, pp. 37 – 38)

Nesse sentido, Debate se configurou como um espaço de articulação entre os exilados brasileiros, não apenas na França, mas em outros territórios, o que implica em ser um espaço para que se divulgasse as ideias que estavam sendo desenvolvidas por esse grupo, não apenas como um espaço de reflexão, mas sobretudo com o objetivo de incidir no espaço político brasileiro. (PEZZONIA, 2011, p. 26) A abordagem realizada por Pezzonia sobre o ambiente criado por essa publicação é extremamente interessante e pode ser alargada para as demais experiências de produção de periódicos feitos no exílio, que para além de serem projetos editoriais, serviam sobretudo como um movimento de articulação política de determinados grupos, seja como continuidade das organizações que nasceram no Brasil ou como suas reconfigurações realizadas no exílio.

A Revista Debate se destacou por sua longevidade e por seu volume de produção, uma vez que ela teve 40 edições entre os anos de 1970 e 1982. Em sua primeira fase, que durou de 1970 até 1974 ela refletiu em suas páginas a efervescência da questão da luta armada, publicando diversos textos que refletiam sobre essa questão. Esse período, conforme analisado anteriormente a partir da entrevista de Daniel Aarão Reis Filho, ainda foi marcado fortemente pelos embates entre aqueles que permaneciam na luta e criticavam os que estavam apartados dela, sobretudo quando estes argumentavam a

necessidade de arrefecer as ações armadas. Portanto, é possível fazer a leitura do processo de crítica do modelo da guerrilha se desenvolver ao longo dessa primeira fase da Revista.

Na apresentação do primeiro número da Revista há uma defesa da luta armada como estratégia de luta quando é dito que: "com a transformação oligárquico-militar do regime a guerra revolucionária tornou-se o caminho fundamental da libertação do povo brasileiro e premissa histórica da revolução socialista". (DEBATE, 1970, n, 1) Essa demonstração de adesão à luta armada foi sistematizada no mesmo texto em que os autores apresentam a Revista como um espaço de discussão teórica das concepções políticas da questão da Revolução Brasileira e com isso, Debate se colocava claramente como parte integrante do processo revolucionário, cuja sua tarefa seria:

> (...) encarar o trabalho revolucionário no plano ideológico não como mera divulgação das ações armadas – como se a teoria revolucionária fosse uma espécie de torcida organizada que se contenta em bater palmas à prática revolucionária – mas como uma efetiva contribuição à agitação, à propaganda e à discussão dos problemas da revolução. (APRESENTAÇÃO, 1970, p.2)

Nesse aspecto, além da Revista estabelecer como tarefa fomentar o debate teórico em torno da Revolução Brasileira, ela também acabou se tornando responsável por publicar e divulgar documentos produzidos pelas organizações guerrilheiras. Sendo assim, nota-se a importância desse espaço, pois ele concentrou publicações que refletiram sobre a questão da luta armada no Brasil em dois aspectos: o primeiro, sendo o boletim dos exilados brasileiros que haviam pegado em armas quando estavam no Brasil, mas que já estavam inseridos em um outro espaço de atuação, agora no exílio e afastado das organizações. O segundo, documentos produzidos por membros das organizações guerrilheiras que ainda estavam atuando na luta armada. Com isso, Debate se tornou um campo de expressão intensa da reflexão acerca do movimento guerrilheiro no Brasil.

No que diz respeito a linha política adotada pela revista, ela parece caminhar para uma crítica a ausência da política de massas, alinhado com o que a Tendência Leninista defendia. Na segunda edição de Debate, o texto intitulado "introdução as teses de Debray", afirma-se que:

> (...) no momento em que a luta armada torna-se um dado objetivo e fundamental da política brasileira, a questão das relações entre as ações clandestinas dos destacamentos de vanguarda e a direção política do movimento popular assume importância decisiva. A manobra estratégica das classes dominantes consiste em isolar a vanguarda armada; a subestimação

> militarista da política de massas só pode facilitar esse esforço da oligarquia. (QUARTIM, 1970, p.7)

Na visão da Revista, portanto, haveria a necessidade de ampliar uma política de massas que não dependesse exclusivamente de ações militaristas e que não estivessem subordinadas a ela. É nesse sentido que a visão de Debate se aproxima da visão de *Uma autocrítica necessária,* pois ambas observam que as ações armadas não deveriam ser as únicas propostas de atuação política, mas que se deveria estabelecer uma política de massas voltada para garantir o apoio no processo revolucionário brasileiro.

Outra aproximação importante com *Uma autocrítica necessária* é a defesa da criação de um Partido Revolucionário, de orientação marxista-leninista. Em um texto intitulado Unidade de Esquerda, publicado em novembro de 1970, se defende que era "necessário construir na luta o partido marxista revolucionário em uma vasta frente (e não apenas uma frente de esquerda revolucionária) contra a ditadura e o imperialismo, reunindo todas as forças que se opõe à ditadura oligárquico-militar. (EDITORIAL, 1970, p. 3)

Observando as ideias existentes nos textos publicados em Debate é possível estabelecer uma proximidade entre aquilo que foi propagado pelo texto *Uma autocrítica necessária* com relação ao posicionamento político da revista. Seja por isso ou pela sua característica de ser um órgão plural de divulgação de diversos materiais das organizações revolucionária, o texto *Uma autocrítica necessária* foi publicado na edição de número 6 da Revista Debate, em setembro de 1971. Os embates em torno dele foram enormes e o boletim contou, posteriormente, com a publicação de seis edições na sequência que debateram exclusivamente esse texto, até 1973.

Cabe ressaltar que o documento *Uma autocrítica necessária,* apesar de não ter sido escrito por nenhum integrante do grupo Debate, acabou por ser celebrado no momento de sua publicação na Revista. Distintamente de outros textos, ele foi introduzido por uma apresentação que destacava a importância do texto que teria vindo exatamente "[...] um momento extremamente importante no processo de renovação do movimento marxista e revolucionário no Brasil", destacando que "os leninista da ALN rompem corajosamente com o vanguardismo militarista" e endossa a crítica presente no documento acusando a ALN de "prosseguir nos erros da guerrilha urbana, que vêm se

agravando cada vez mais na medida em que o radicalismo de classe média se tornou ideologia dominante no seio da Resistência Armada." (APRESENTAÇÂO, 1971, p. 30)

Analisando a introdução feita ao documento, evidencia-se que ambos os grupos, distintos em linhas políticas e oriundos de duas organizações diferentes – a Tendência Leninista que teve origem na ALN e o grupo Debate que teve origem na VPR – indicavam a mesma linha crítica à luta armada, apontando os mesmos erros e defendendo sua reestruturação com base na ação de massas e na criação do Partido. É pertinente destacar essa proximidade do viés crítico, uma vez que dois grupos distintos em localidades diferentes acabaram por partilhar o mesmo viés, permitindo a conclusão de uma primeira linha de crítica ao movimento armado, ancorado nos pontos presentes nesse documento histórico. Por isso, por mais que em outros momentos já fosse possível identificar teses críticas ao modelo revolucionário, foi a partir desse momento que a ideia se tornou mais sistematizada e difundida por duas questões centrais. A primeira, porque ela foi realizada por um grupo maior dentro das organizações da esquerda armada, tendo inclusive incidido em militantes de mais de um grupo. A segunda, porque essa crítica foi sistematizada em um documento político importante e veiculada por um boletim cuja circulação foi bastante representativa, não apenas entre os militantes exilados, mas também entre àqueles que ainda permaneciam na luta armada no Brasil. E como um desdobramento desse segundo ponto, nota-se como o documento reverberou fortemente quando se observa as reações gestadas pela sua leitura.

Ainda que no momento da publicação do texto *Uma autocrítica necessária* na Revista Debate tivesse ocorrido em um tom de celebração das ideias preconizadas na crítica, posteriormente, houve certas discordâncias com alguns pontos estabelecidos no texto, sobretudo no que diz respeito ao que teria ocasionado na linha militarista do grupo. Conforme foi analisado anteriormente, a TL entendia que a linha militarista da organização tinha se formado a partir da entrada massiva de integrantes das classes médias, sobretudo estudantes, que radicalizavam as ideias de Régis Debray e que abandonavam a necessidade de estabelecer contatos com as massas. Em diálogo com o texto *Uma autocrítica necessária,* a Revista Debate publicou, no mesmo número, um texto intitulado *Impressões de uma primeira leitura,* que procurou estabelecer outras linhas explicativas para o caráter militarista daquela organização e defendia que

> A responsabilidade do não aprofundamento da crítica, e a consequente falta de formação dos quadros das organizações cabem aos líderes da luta interna do PCB (no que se refere à ALN). Isso vai contribuir para que esses mesmos

> quadros dominem a organização com "o pequeno livro do sr. Debray numa mão e uma metralhadora na outra". Uma imagem que atraiu inúmeros militantes estudantis. (SILVA, 1971, p. 54)

Na leitura desse texto, o processo de criação da Ação Libertadora Nacional se realizou sob um viés crítico das organizações políticas de esquerda enraizadas no Brasil – o PCB a mais importante, mas junto dele, o PC do B e a POLOP. Portanto, esse texto discorda da argumentação de *Uma autocrítica necessária* e computa esse militarismo à fraqueza teórica do processo de formação da ALN. Esse viés distinto na interpretação – ainda que de acordo com a crítica estabelecida – pode ser entendido como parte da característica do grupo Debate. Segundo Pezzonia, um dos aspectos que orientou a formação do grupo e a realização da Revista foi a necessidade vista por seus integrantes de fortalecer o estudo crítico e as bases teóricas para a Revolução Brasileira. (PEZZONIA, 2011, p. 39)

O debate gerado pela publicação de *Uma autocrítica necessária* girou em torno dessa crítica acerca do militarismo presente na organização. No número 9 da Revista Debate, publicada em 1972, há um texto intitulado *A autocrítica que não foi feita,* em que se retoma o debate para a compreensão do que ocasionou esse militarismo. O texto afirma que:

> o comportamento da pequena burguesia (...) representa o apoio e o sustento da prática militarista. A classe operária não estava envolvida nesta onda de militarismo. Ausentes deste palco de lutas, os operários não conseguiam combinar sua luta concreta nas fábricas com as ações de expropriação. A tática de expropriar a burguesia através de assaltos não encontrou repercussões práticas no meio operário, nem se tornou instrumento de mobilização operária. (TAVARES, 1972, p. 35)

É interessante notar como esse texto está mais alinhado com o entendimento da crítica original feita pela TL, uma vez que retoma a ideia de que as ações militaristas terem se intensificado com o afluxo de militantes do movimento estudantil, pertencentes às classes médias brasileiras, e que suas ações de expropriação se intensificaram sem conseguir fazer repercutir e mobilizar as classes operárias brasileiras. Mas nesse mesmo texto, começa a reverberar uma crítica mais direcionada à Ação Libertadora Nacional e a sua tática de ação, calcada em uma autonomia do Grupo Tático Armado:

> Observando que os longos processos de discussão das outras organizações levavam a uma nova 'inércia', optou por um sistema de alianças com as organizações pequenas e dispersas no território nacional e assim formou uma

> grande organização sem programa único e sem estratégia única. Talvez um único princípio as unia – a ação armada. (TAVARES, 1972, p. 36)

A crítica estabelecida nesse texto é sobre a ausência de uma estratégia central por parte da ALN, que previa a autonomia das ações guerrilheiras, desde que estivessem ancoradas nos princípios de luta armada pela implementação da Revolução. Essa característica esteve presente nos documentos inicias da organização guerrilheira e um de seus exemplos mais ilustrativos foi a ação realizada em conjunto com o MR-8 que sequestrou o embaixador Charles Burke Elbrick (MALAGUTI, 2018, p. 135). No entendimento do texto *A autocrítica que não foi feita,* essa autonomia presente na concepção da ALN acabou resultando na ausência de um planejamento central, o que teria favorecido a linha militarista presente nas ações do grupo pós afluxo dos membros do movimento estudantil e essa prática teria sido responsável pelo afastamento das massas, sobretudo das classes operárias, das organizações guerrilheiras.

Analisando, à guisa de conclusão, a repercussão inicial do texto *Uma autocrítica necessária,* é possível considerar que esse texto consolidou uma visão crítica acerca do projeto guerrilheiro estabelecendo três pontos centrais, que se articulavam: militarismo, ausência estratégica de uma linha política central e, como consequência dessas duas primeiras, o fracasso em conquistar o apoio das massas proletárias ao seu projeto revolucionário. Ainda assim, é preciso destacar, que nem na crítica embrionária estabelecida pela TL, nem nos primeiros textos que repercutiram essas ideias na Revista Debate, estava uma proposta de largar a luta armada ou mesmo de sequer romper com a organização – no caso, a ALN. O último parágrafo de *Uma autocrítica necessária* afirma que o objetivo dos militantes era de:

> (...) aprofundar a discussão dentro da ALN, visando a realização do congresso. Não temos nenhuma intenção "fracionista" pois não pretendemos sair da ALN. "O que desejamos sim é o restabelecimento em um nível mais elevado da linha política elaborada por Carlos Marighella e os comunistas de São Paulo ao iniciar a luta armada em nosso pais. (TL 1971)

No entanto, esse viés de continuidade das ações armadas parece ter se alterado na continuidade das discussões realizadas em Debate, sobretudo a partir de 1972. Os textos começam a carregar um viés de profunda lamentação e o tom crítico não apenas ao modelo de luta, mas sobretudo aos militantes que permanecem atuando na guerrilha se

acentuam. Em um texto assinado por Fernando Andrade, pseudônimo de João Quartim de Moraes, essa abordagem começa a ganhar corpo:

> De um modo geral, algumas destas partes ainda refletem um período em que eu – como muitos outros comunistas – considerava que a luta entre marxistas e militaristas era uma espécie de luta interna no seio de um mesmo movimento de luta armada. Mudou o natal e mudei eu. A experiência de luta armada, tal como se desenvolveu concretamente, longe de unir os revolucionários, e especialmente os revolucionários marxistas (sendo estes últimos os únicos combatentes consequentes na luta pela transformação socialista de nossa sociedade) limitou-se a alterar o caráter e as modalidades de seu fracionamento. (ANDRADE, 1972, p.22)

É nítido o tom de lamentação e a disposição de uma leitura pessoal feita pelo militante, indicando uma mudança em seu pensamento sobre a questão da luta armada, indicando sobretudo a fragmentação como um dos motivos que o fez rever suas posições. Além disso, também se destaca a leitura feita por Moraes em que separa marxistas e militaristas em dois grupos distintos, indicando a permanência da crítica calcada em torno do vazio teórico presente na ação desses chamados "militaristas". Ao que indica a sequência do texto, também permanecia o entendimento de que esse militarismo teria resultado da penetração das classes médias nas organizações de esquerda:

> Ao mesmo tempo, assumiu um conteúdo de classe bastante nítido, deixando de ser a expressão indiferenciada da revolta das classes populares urbanas contra a ditadura, para assumir e veicular o ponto de vista elitista das modernas camadas médias urbanas (...) hoje não cabe mais tentar modificar por dentro os grupos de guerrilha urbana, nem de mostrar o irrealismo de seus projetos de guerrilha rural. Insistir nesta tarefa, já no quinto ano desde o inicio da resistência armada, seria dar murro em ponta de faca. Aliás, são os militaristas os primeiros a "não querer conversa" com os marxistas. Se continuarmos conversando, é a despeito deles... (ANDRADE, 1972, p.24)

O acentuado tom de decepção do trecho deixa nítido o descontentamento com os caminhos que a luta armada foi tomando no Brasil e anuncia, se não um rompimento definitivo com o modelo de luta, um rompimento com a perspectiva de debate com aqueles militantes que permaneciam na ação guerrilheira. Mas também chama a atenção como o tom crítico aos militantes é bastante direto e incisivo, principalmente ao ressaltar que a luta armada, naquele momento, expressava o "ponto de vista elitista das modernas camadas médias urbanas". Lembrando da perspectiva apresentada por Daniel Aarão Reis Filho em sua entrevista concedida à Denise Rollemberg, parece ser possível levantar a hipótese de que os embates entorno daqueles que estavam na luta e daqueles que estavam

apartados dela podem ter incidido de maneira extremamente forte nas discussões políticas, fazendo com que os termos tenham se deslocado para enfrentamentos morais, tornando assim as discussões mais intensas e deslocadas da centralidade política ou tática do movimento da revolução brasileira. As respostas ao documento *Uma autocrítica necessária* realizadas por militantes da ALN que permaneciam na luta guerrilheira no Brasil demonstram essa dicotomia anunciada por Daniel Aarão Reis Filho.

Esse tom de embate anunciado pelo texto de João Quartim de Moraes indica uma ruptura sob a questão da luta armada, que separava duas posições distintas os militantes da luta armada. Esse embate separava um grupo crítico ao militarismo, à fragmentação e à ausência de concepções teóricos – posição do grupo Debate, que articulava os exilados brasileiros no exterior – de um grupo que defendia que as ações armadas deveriam continuar e que somente elas teriam a eficácia para desenrolar a Revolução Brasileira.

Conforme foi salientado anteriormente, o viés de *Uma autocrítica necessária* não foi o de ruptura com a organização guerrilheira nem de rechaço direto da estratégia da luta armada. Mas esse texto não foi responsável apenas por desencadear um processo de debate entre os exilados brasileiros da luta armada, mas também reverberou entre os militantes que permaneceram no Brasil e o resultado foi a elaboração de um documento assinado pela "coordenação nacional da ALN" e publicado em março de 1972, que serviu como uma resposta à *Uma autocrítica necessária.* Esse documento talvez tenha sido o eixo central dessa ruptura anunciada no texto de João Quartim de Moraes, uma vez que seu conteúdo é extremamente crítico as teses da Tendência Leninista e seus argumentos partem para uma crítica quase que pessoal ao documento e aos militantes signatários do mesmo.

> Essa resposta elaborada pela coordenação nacional da ALN se inicia com a recusa da organização em atender ao pedido da TL de realizar um congresso nacional do grupo dizendo que: "não seria aceito o pedido de congresso, em virtude de o conjunto da ALN internamente, no Brasil, considerar que as posições políticas da ALN, continuam válidas no fundamental. (ALN, 1972) (grifo nosso)

Não parece ser mero acaso que a resposta da ALN faz questão de salientar que a decisão de não aceitar a realização do congresso e de que não reconheciam um desvio político do grupo foi feito por militantes que estavam no Brasil. O texto acusa o grupo de falar em nome da ALN e inclusive de criar células políticas intituladas "coletivos da

Tendência Leninista", atuando de modo angariar militantes políticos para a organização. É nesse ponto que a resposta da ALN à *Uma autocrítica necessária* retomada mais uma vez a dicotomia entre àqueles que permaneciam na luta no Brasil com relação aos militantes do exterior. O texto afirma que:

> Estes grupos passam então, a desenvolver toda uma atividade política paralela à organização, e contra ela, sendo sua atividade principal dirigida contra a ALN e seus aliados e não – como deveria ser – contra o regime dominante no Brasil. É importante salientar que era do conhecimento dos companheiros que nossa organização não efetiva o recrutamento ou religações de militantes, sem que cada caso seja discutido pela Direção e aceito pela mesma, no Brasil. (ALN, 1972) (grifo nosso)

Nota-se que a resposta da coordenação da ALN passa a fazer críticas direcionadas aos militantes, afirmando que os mesmos deixaram de fazer críticas ao regime e que passaram a atuar contra a própria organização e seus aliados, dando a entender que a direção da ALN entendeu o texto *Uma autocrítica necessária* como sendo um rechaço à luta armada. A resposta também se coloca contra ao processo de angariar novos militantes sem o conhecimento e a aceitação da direção e mais uma vez o texto faz questão de citar que isso deveria ocorrer no Brasil. A continuidade do texto revela de onde vêm a necessidade de salientar o território em tantas oportunidades ao dizer que "o critério fundamental para o recrutamento no exterior é a disposição do companheiro de voltar ao país quando for necessário e decidido pela Direção da Organização. (ALN, 1972)

Ao que indica a parte final do parágrafo, há uma concepção entre a coordenação da ALN expressa no texto de que não haveria espaço para discussões e recrutamento de militantes se isso não ocorresse entre aqueles que permaneciam no Brasil e no combate guerrilheiro. Essa visão atesta o que foi dito por Daniel Aarão Reis Filho, de que as organizações rechaçavam qualquer tipo de elaboração feita por quem não estava na prática revolucionária. E diante dessa divergência inicial, o texto sublinha uma série de ações que teriam ocorrido por parte de militantes da Tendência Leninista no exterior. O texto acusa a TL de realizarem:

> Denúncia pública da ALN e sua direção junto à organizações operárias e à esquerda italiana. Contato, em nome da Tendência Leninista, com partidos, organizações e governos progressistas e revolucionários, com os quais mantemos contato; deformação da posição política e tergiversação de posições e de companheiros (foram citados casos concretos); desenvolvimento de atividade paralela à organização, mas representando-a em nome da Tendência Leninista da ALN, e inclusive, usando o nome da organização em atividades alheias a sua prática. (ALN, 1972)

Evidencia-se nesse trecho como a repercussão das propostas da TL foram rechaçadas por parte da Direção da ALN e interpretadas como uma deturpação nas propostas revolucionárias e como indisciplina ao "comando de ação político-militar unificado). O documento se encerra afirmando que essa posição não seria aceita por ser parte de uma minoria dentro da ALN e por tais atos de insubordinação, estavam desligando os militantes e rompendo formalmente com a Tendência Leninista, salientando que "nossa posição com a Tendência Leninista será de solidariedade e fraternidade revolucionária e esforço por uma aliança nos pontos comuns que tivermos na luta contra a reação brasileira e o imperialismo. (ALN, 1972)

É possível concluir, portanto, que a reação da Ação Libertadora Nacional ao texto *Uma autocrítica necessária* e as posições da Tendência Leninista foi a de não aceitá-las, tomando a decisão de desligar da organização àqueles que as tivessem defendendo tais posições. É interessante observar que essa resposta da ALN data de março de 1972 e que o texto de João Quartim de Moraes foi publicado justamente na edição de abril de 1972 na Revista Debate. Ainda que o texto não mencione claramente a resposta da ALN, é possível considerar a hipótese de que as críticas de Moraes estariam direcionadas a essa posição da organização, sobretudo ao dizer que eram "os militaristas os primeiros a não querer conversa". E a partir desse momento, a Revista Debate começa a apresentar uma visão muito mais negativa da luta armada, principalmente após o número 10, que apresenta um editorial emblemático:

> A Revista DEBATE serve principalmente (1) aos que encontram nele um instrumento e uma tribuna para defender e fazer avançar as posições políticas que julgam as mais justas; (2) aos que, embora não concordem em linhas gerais ou com pontos específicos das concepções defendidas pelo coletivo DEBATE, consideram, no entanto, que nossa publicação constitui um fator positivo e necessário na clarificação das posições, na superação das divergências artificiais ou meramente residuais e no estabelecimento de uma nova polarização, correspondendo desta vez a divergências reais, que exprimem necessidades históricas da revolução no Brasil. (AVANÇAR, 1972, p. 3)

Nota-se que esse edital procura colocar a Revista Debate em uma posição plural entre os militantes da esquerda e sobretudo, como uma publicação que busque avançar as discussões com vistas à superação de novas polarizações políticas, vistas como artificiais. Ao analisar a sequência do editorial, não resta dúvida sobre qual é essa polarização citada:

> DEBATE não serve (3) aos círculos e organizações ainda marcados pelo sectarismo que tanto dano fez à causa da Revolução em nosso país e (4) aos militantes influenciados por um dogmatismo simplista, característico daqueles cuja revolta contra a ordem capitalista se encontra ainda em um estágio primário, e não adquiriu ainda a consistência teórica e política que constitui o patrimônio do marxismo e das melhores tradições do movimento operário e comunista internacional. (AVANÇAR, 1972, p. 3)

Ao afirmar que a publicação não serve à grupos sectaristas e ao ressaltar a característica desses grupos como marcados por um dogmatismo simplista e sem consistência teórica, evidencia-se que o grupo Debate e a revista de mesmo nome passou a adotar de maneira clara uma posição contrária àqueles grupos que permaneciam nas ações armadas. Destaca-se, sobretudo, a utilização do termo sectário, sobretudo como sendo uma acusação à resposta da coordenação da ALN às propostas da Tendência Leninista. A partir desse editorial, a Revista Debate passou a negar a proposta da luta armada como viés de luta revolucionário e sequer seguiu debatendo sua importância ou necessidade, defendendo a tese da criação de um partido comunista de base operária como fundamental para o processo revolucionário brasileiro ocorrer, apresentando uma tendência que se desenvolveria em diversas publicações de exilados da esquerda revolucionária no exterior.

Parece ser possível concluir que a publicação do texto *Uma autocrítica necessária* reverberou de maneira considerável entre os exilados brasileiros da luta armada, tendo sido responsável por pautar as discussões realizadas em uma das mais importantes revistas produzidas pelos militantes de esquerda no exterior. Nesse sentido, ainda que a Tendência Leninista tenha sido um grupo minoritário a realizar a crítica aos aspectos táticos e ideológicos da ALN, a repercussão dessa crítica ganhou força entre os exilados, sobretudo àqueles articulados em torno do grupo Debate. De modo dialético, também é possível concluir que o próprio grupo Debate se consolidou como um espaço importante de discussão teórica acerca da luta armada ao dar vasão a esse debate, com a publicação do texto *Uma autocrítica necessária* junto de considerações que saudavam os argumentos contidos nele. A linha política adotada pela Revista e a crescente crítica à luta armada nos textos publicados em Debate revelam a incidência desse pensamento entre seus participantes.

Tendo isso em vista, parece ser plausível supor que foi esse processo que iniciou o viés crítico e de revisão da estratégia armada entre os grupos guerrilheiros e não parece

ser ocasional que esse processo ocorreu especificamente no lugar socioespacial do exílio. De certa forma, essa discussão teórica que foi apresentada aqui a partir dos textos publicados em Debate e na resposta da coordenação da ALN revelam a dicotomia existente entre os guerrilheiros, que se dividiam entre aqueles que ainda permaneciam na luta e aqueles que a teriam abandonado. Estes últimos são justamente os exilados e essa dicotomia se expressa de maneira ainda mais evidente em uma outra resposta direcionada à Tendência Leninista e a *Uma autocrítica necessária.* Ela será mais detidamente analisada a partir de agora.

2.5. A ruptura ao modelo revolucionário da luta armada em torno da dicotomia entre aqueles militantes que permanecem na luta e os que estavam no exílio.

Conforme foi visto, houve um amplo debate suscitado pela publicação do texto *Uma autocrítica necessária*, fazendo com que ele se tornasse um elemento central no processo de revisão e crítica sobre a metodologia da luta armada. É preciso destacar, antes de seguir a análise desse processo, outras hipóteses que podem ser levantadas para que se possa entender a sua importância também como vetor de uma memória sobre a luta armada. Conforme foi abordado anteriormente, toda a argumentação do texto *Uma autocrítica necessária* partia do ponto de vista de que houve um distanciamento entre os grupos guerrilheiros e a massa. Esse distanciamento seria um dos motivos para as derrotas representadas pela morte de Carlos Marighella e pela prisão de centenas de membros da ALN até aquele momento. Para explicar esse afastamento das massas, a Tendência Leninista apontava para a militarização da organização guerrilheira, provocada pela entrada de jovens estudantes das classes médias.

Chama a atenção que essa argumentação foi posteriormente trabalhada em diversas produções historiográficas que se debruçaram a interpretar o fenômeno da luta armada no Brasil. Mais de uma geração de historiadores de diferentes campos historiográficos partilharam, de algum modo, dessa interpretação para a derrota do projeto revolucionário das organizações de esquerda. (ROLLEMBERG, 2010; GORENDER, 2014, RIDENTI, 2010). Nesse sentido, o documento *Uma autocrítica necessária* se torna

muito importante na trajetória das organizações de luta armada pois foi ali que essa interpretação apareceu pela primeira vez.

No entanto, à época de sua publicação, esse texto foi duramente criticado por diversos setores da esquerda. Uma das respostas mais contundentes foi assinada por João Silva, militante do Grupo Tático da ALN e que cumpria função de liderança nas ações armadas do grupo durante o ano de 1971. O documento tem a extensão de 20 páginas que abordam diretamente as críticas apresentadas pela Tendência Leninista, rejeitando-as na sua totalidade e desqualificando os militantes que a elaboraram. As críticas foram rejeitadas porque uma vez que tais militantes não estavam mais atuando na luta armada, eles não poderiam refletir sobre ela, que deveria nascer de uma relação entre teoria e prática. Como uma espécie de síntese dessa desqualificação, é escrito que: "Onde está a luta teórica tão apregoada por estes senhores que fogem ao debate onde ele se torna fundamental?" (SILVA, 1971).

O lugar fundamental para a luta teórica era a própria guerrilha e assim esse documento desqualifica totalmente *uma autocrítica necessária,* partindo do ponto de vista de que, como os militantes não estão mais na luta armada, eles não podem teorizar ou definir a linha política da organização. E nesse sentido, mesmo diante das rupturas apresentadas pela dissidência do grupo dos 28 e da Tendência Leninista, a ALN manteve sua atuação segundo sua concepção projetada na inevitabilidade da revolução via movimento armado.

A resposta elaborada pelo Grupo Tático Armado demonstra que entre os anos de 1971 e 1973 não houve um consenso entre os militantes sobre a necessidade de revisão das ações guerrilheiras. Sequer houve um consenso sobre esse afastamento das massas. Sendo assim, uma hipótese a ser levantada é o quanto o documento *Uma autocrítica necessária* pode ter sido o vetor de uma memória acerca da experiência da luta armada que acabou se consolidando como uma chave interpretativa desse fenômeno, potencializada pela repercussão, inclusive internacional desse documento, já que ele foi divulgado e debatido nas páginas da Revista Debate.

Isso indica uma perspectiva interessante a ser investigada que é o surgimento de uma dicotomia entre os militantes que seguiram na atuação guerrilheira e aqueles que tinham tomado o caminho do exílio. A hipótese a ser observada surge a partir dessa resposta assinada por João Silva como integrante do Grupo Tático Armado e destaca a

argumentação apresentada pelo mesmo de que não haveria espaço para a discussão com àqueles que estavam fora da ação. Acredita-se que essa hipótese se sustenta, uma vez que a análise da trajetória da ALN a partir de 1972 indica um conjunto de textos que ressaltam a importância de continuar na luta e que sobretudo criticam àqueles que faziam revisões ao modelo de luta armada. Analisando os boletins da ALN intitulados *O Guerrilheiro* é possível dimensionar a maneira pela qual as críticas à luta armada eram recebidas pelos militantes que permaneciam na guerrilha e assim será possível compreender de maneira mais aprofundada essa divisão entre os militantes no Brasil e no exílio.

Os números do jornal *O Guerrilheiro,* que foram publicados entre 1970 e 1973[40], possuem algumas semelhanças que permite sua análise em conjunto. Os principais temas abordados são os erros cometidos pela organização que levaram os mesmos aquela situação de derrota. Há uma intensa preocupação em fazer balanços sobre a trajetória da guerrilha para interpretar os erros e corrigi-los para assim fazer com que a revolução brasileira acontecesse. Na visão do grupo, foram alguns desvios casuais que teriam impedido, até aquele momento, que o processo revolucionário se desencadeasse. A metodologia da luta armada não foi questionada em nenhum momento.

A edição de número 5, correspondente aos meses de maio e junho de 1972, apresentava como primeiro artigo o texto intitulado "corrigir os erros e avançar na luta", um texto de 5 páginas que de saída apontava a continuação do projeto de revolução armada. Ao mesmo tempo, eles rebatem as críticas feitas pelos partidários do "criticismo pequeno-burguês", que apresentavam argumentos "vulgares e superficiais". Esse "criticismo pequeno-burguês" representava o grupo de ex-militantes da esquerda armada que apontavam a metodologia como uma escolha errada e buscaram rever a estratégia.

Para os militantes que continuaram na ALN as derrotas eram fruto da força que a repressão e da falta de preparo dos militantes. Esse é o único argumento apresentado como um erro cometido pela ALN até aquele momento. E esses erros seriam inócuos diante da inevitabilidade da revolução: "No futuro, o que será importante para os estudiosos dessa fase da história do nosso país não será tanto saber das derrotas passageiras, mas as causas

[40]Foram encontrados ao todo 6 edições dessa segunda versão de *O Guerrilheiro,* que se somou a primeira edição de 1968 anteriormente analisada. São elas: Nº 2, de novembro de 1970; Nº 5, maio/junho de 1972; Nº 6, agosto de 1972; Nº 8, outubro/novembro de 1972; Nº 9, janeiro de 1973 e Nº 10, abril de 1973. As demais edições não foram localizadas e o desmonte da organização logo em seguida ao número 10 indica que esse foi a última edição publicada. As edições de 1 a 8 encontram-se no Cedem/Unesp. As duas últimas edições no acervo Brasil Nunca Mais do AEL/Unicamp.

que determinaram a impossibilidade do inimigo de nos destruir" (O GUERRILHEIRO, 1972, n. 5).

Essa crença ainda mobilizava os militantes remanescentes e ainda que se aceite o momento de refluxo da luta e os erros cometidos, a guerrilha continua sendo defendida.

Por outro lado, no texto seguinte, algumas questões de ordem organizacional começaram a ser discutidas com o claro objetivo de recuperar o fôlego perdido com as recentes derrotas, apontando a ausência de inserção da organização em entidades sindicais, estudantis e setores intelectuais da sociedade brasileira, ressaltando a importância da política de massas:

> Esse trabalho é importante, pois nos proporciona canais de penetração e comunicação com as massas, dando-nos possibilidade de informação, recrutamento e apoio. Se não temos esses canais de comunicação, não podemos tornar conhecidas nossas posições, trazendo como consequência um isolamento político da guerrilha (O GUERRILHEIRO, 1972)

Essa visão atesta a modificação nas táticas guerrilheiras no sentido de procurar reorganizar a inserção política da organização na sociedade. O texto também refletia sobre o isolamento dos militantes diante do restante da população:

> Quando do lançamento da luta armada, houve uma radicalização de posições, justificada naquele momento, quanto à negação das formas legais de luta, em detrimento da luta armada. (...) Hoje porém, vivemos uma situação em que a luta armada esta definitivamente firmada como método de luta. (Idem).

A abertura para outras práticas de atuação foi justificada porque a via armada já havia sido enraizada como metodologia. Mas naquele momento, esse método estava sendo fortemente questionado. Assim, a revisão apontada no texto foi uma espécie de reação dos militantes remanescentes ao refluxo guerrilheiro e às derrotas vividas nos últimos anos.

A ALN entendia o processo de isolamento que estavam vivendo e de algum modo tentou reagir a isso, mas as condições radicalizadas da clandestinidade compuseram uma condição peculiar, na qual a prática cotidiana acabou por impedir a reorganização dos rumos dessa organização. Desse modo, ainda que se observe uma nítida presença da principal crítica estabelecida aos grupos guerrilheiros – seu afastamento com relação as massas – a resposta à essa crítica feita pelos militantes que permaneciam na luta foi feito de modo a estabelecer não um diálogo, mas sim um confronto, em que se mobilizavam diversos fatores para argumentar a defesa do projeto da luta armada.

Jacob Gorender apontou que nos últimos anos, a ALN se caracterizaria pelos os *justiçamentos* promovidos contra aqueles militantes que teriam traído a organização.

(GORENDER, 2014, pp. 281 – 282) Isso poderia ser um motivo da ausência de clareza sobre os últimos anos do grupo, pois tal tema foi encarado como tabu por alguns interpretes. Mas o que parece ser ainda mais fundamental para entender essa dificuldade é que seus militantes jamais aceitaram que ela havia sido derrotada, reafirmando sua força e permanecendo em luta.

A sobrevivência na situação de clandestinidade não foi o único fator a mobilizar os militantes nesse período. No campo simbólico, continuar atuando, mesmo que isso os levasse a morte, significava não abandonar o projeto revolucionário. Até os últimos escritos da organização essa questão esteve presente.

Os três últimos documentos da ALN que foram localizados datam do ano de 1973. Dois deles foram os últimos exemplares de *O Guerrilheiro,* respectivamente de janeiro e abril daquele ano. As duas edições são menores e a diagramação é menos elaborada, indicando uma condição maior de precariedade para que os jornais fossem produzidos.

A edição de número 9, datada de janeiro de 1973 trouxe um texto que indicava a continuação dos debates sobre o refluxo da luta armada. O texto é muito mais incisivo e direto nas afirmações que faz contra os que criticavam a metodologia:

> A série de derrotas táticas sofridas pelo movimento revolucionário brasileiro provocou a formação de uma estranha e variada frente única de opiniões que junta desde os grupamentos fascistas e Filinto Muller, até antigos defensores da luta armada que 'resolveram parar para pensar', passando pelos reformistas e pelegos sindicais. (O GUERRILHEIRO, 1973).

É emblemática a ênfase e a ironia ao colocarem os militantes que passaram a criticar o modelo da luta armada dentro dessa "frente única". Os demais parágrafos do texto continuam associando os setores de esquerda contrários ao uso das armas com a própria ditadura, como indica o seguinte trecho:

> Em um extremo a esquerda reformista e a oposição consentida, o imenso arraial de conciliadores de todas matizes, se indignam contra as ações armadas por eles tachadas como 'provocações'. No outro extremo a ditadura acena com os fantasmas do 'terrorismo e da subversão internacional' para justificar a repressão policial e a tirania que assolam o país. (O GUERRILHEIRO, 1973).

Para os militantes da ALN naquele momento, o uso de armas estava sofrendo críticas irresponsáveis por parte dos militantes tidos como desertores. Para reagir, reafirma-se a inevitabilidade da revolução via guerrilha. Qualquer crítica feita a esse modelo recebia essa reação por parte dos guerrilheiros.

Aqueles que havia atuado na luta armada e reavaliaram a metodologia são duramente criticados:

> (...) de algum tempo para cá, outras teses começaram a proliferar, coletivos de grupos ou pessoas que em seus documentos ou programas defenderam a luta armada, ou mesmo chegaram a se engajar na violência revolucionária. Incapazes de compreender os desvios que motivaram as series de derrotas táticas do movimento, passaram a acumulação de teorias e opiniões que, apesar de infestadas de citações clássicas passam a léguas de distância da tradição revolucionária marxista-leninista. (O GUERRILHEIRO, 1973).

A resposta apresentada pelos militantes que seguiam na luta armada era desqualificar a tradição que daria base ao modelo que refutava o uso da violência. E para desqualificarem essa posição, o texto apresentou uma obra de Vladmir Lênin, de 1906, na qual são abordados uma série de expropriações e *justiçamentos* que ocorreram naquele período na Europa. Ou seja, os militantes mobilizavam qualquer tipo de leitura política buscando reafirmar as escolhas pelo uso da violência revolucionária. E esse é o ponto central ao analisar a resposta da ALN às críticas colocadas à ela. Essa ideia será retomada na conclusão do capítulo.

2.6. Unidade e Luta: debate sobre a luta armada.

Como foi visto anteriormente, o grupo que elaborou e integrou a Revista Debate foi composta por integrantes de organizações guerrilheiras e teve como principal articulador João Quartim de Moraes, que foi integrante da VPR. Como característica desse grupo, destaca-se um movimento que pretendia colaborar com uma maior criticidade e teoria política nas ações revolucionárias dos comunistas brasileiros como uma espécie de contraponto à tendência militarista que foi disseminada ao longo da década de 1960. Ainda que não tenha sido exatamente esse o ponto levantado pelo documento *Uma autocrítica necessária*, seus viés questionador da centralidade das ações armadas foi fundamental para que ele tivesse um grande destaque e gerasse um profundo debate nas páginas da revista.

Porém, a Tendência Leninista, grupo que assinou a publicação de *Uma autocrítica necessária,* também criou uma revista própria durante o exílio dos seus militantes no Chile e utilizou dessa publicação para circular seu pensamento sobre as organizações guerrilheiras no Brasil e apontar as críticas ao modelo de luta. O jornal, intitulado

Unidade e Luta, circulou entre 1971 e 1973 e foi elaborado pela "Tendência Leninista da ALN e por militantes sem organização política definida", tinha como projeto a "reunificação dos marxistas-leninistas brasileiros". Assim como grande parte dos jornais publicados no exílio, a revista *Unidade e Luta* procurava publicar artigos teóricos e análises históricas e sociais sobre os diversos aspectos da vida social brasileira, analisando as questões referentes à esquerda, debatendo elementos teóricos e analisando os diferentes movimentos sociais, com destaque ao movimento operário brasileiro.

O viés crítico ao militarismo é estampado em suas publicações, quando se afirmava que:

> A atomização e a dispersão têm sua história. É a história da predominância da influência da ideologia pequeno-burguesa sobre o marxismo-leninismo no movimento revolucionário. Hoje, quando a esquerda se mobiliza para a autocrítica, é necessário ter em vista que no campo ideológica a luta principal é contra essa influência, que se manifesta no Brasil através do militarismo e do pacifismo. É necessário que os marxistas-leninistas conduzam esse processo, levando às ultimas consequências a luta ideológica. (EDITORIAL. 1972, p. 1)

A partir do trecho anterior, é possível compreender de maneira mais completa o pensamento do grupo intitulado "Tendência Leninista". Nota-se que para além da crítica ao militarismo, se destaca um viés que é caracterizado como pequeno-burguês, resultado de um pensamento que se estruturou no movimento de autocrítica das organizações guerrilheiras que condicionavam o militarismo a uma maior presença de militantes integrantes de outras camadas sociais distintas daqueles que deveriam ser os sujeitos da revolução: os operários. Nesse raciocínio, a ausência de integrantes do movimento operários nas organizações guerrilheiras resultava em uma tendência militarista por parte das mesmas.

A proposta da "Tendência Leninista" é a de articulação entre os militantes, o que também identifica como parte da crítica ao movimento guerrilheiro, as diferentes tendências e organizações que surgiram e se dissiparam no que Marcelo Ridenti intitulou como constelação da esquerda revolucionária. Mas mesmo com a fala de articulação, não se eximia de enquadrar as tendências militaristas no mesmo modelo incorreto em que estava o pacifismo. Isso significa dizer que mesmo diante do entendimento de que a proposta pelo foquismo da ALN tivesse sido entendida por parte dos militantes da Tendência Leninista como derrotada e equivocada, isso não significa dizer que foi revista a tese central que orientou os militantes à romperem com o PCB a partir de 1967. Ainda

se criticava de maneira intensa o pacifismo que foi caracterizado o PCB diante do golpe de 1964 e da repressão da Ditadura Militar.

Enquanto prática de ação política, a revista *Unidade e Luta* se destacou por expressar um viés bastante bem definido e, que portanto, se complementou como sendo estruturantes dos objetivos do grupo. Segundo Jean Sales:

> Entre os pontos defendidos pelo *Unidade e Luta*, chama atenção a discussão em torno das liberdades democráticas no Brasil. Enquanto alguns grupos eram intransigentes na negação dessa bandeira, os militantes da Tendência Leninista argumentavam que, no momento em que os movimentos sociais se encontravam em refluxo e as organizações revolucionárias estavam "golpeadas pela repressão" e isoladas da sociedade, as lutas democráticas poderiam ter uma dupla função. Em primeiro lugar, serviriam para reativar as lutas de massa no país, permitindo a criação de organismos que pudessem expressar seus interesses. Em segundo lugar, abririam caminho para a constituição do "partido revolucionário do proletário" (SALES, 2020)

Nesse sentido, a publicação se caracterizou tanto pela defesa da articulação da luta em torno das liberdades democráticas ao mesmo tempo que defendia uma intensa mobilização das camadas trabalhadoras pra que fossem protagonistas dessas lutas. O resultado, expressado no trecho anterior, deveria ser a constituição do "partido revolucionário do proletário", que já havia sido preconizado no documento *Uma autocrítica necessária.*

Para contribuir com esse movimento, o jornal procurou publicar em diversas edições análises sobre o contexto, as características e as condições do movimento operário brasileiro, como faz na sua segunda edição, de julho-agosto de 1972, em que foi publicada "O trabalho com o movimento operário", cujo objetivo foi

> (...) abordar como os companheiros da TL/ALN analisam a situação da classe operária brasileira diante da Ditadura Militar fascista e quais são as propostas para sua organização e mobilização política. (O TRABALHO. 1972, p. 9)

Esse texto se caracterizou por defender que:

> A tarefa da construção do partido do proletário revolucionário é inseparável das lutas da classe operária. Sem raízes profundas nas fábricas, nos sindicatos, nos bairros operários, sem a vivência cotidiana dos problemas, das formas espontâneas da resistência à exploração nenhuma organização pode reivindicar o título de Partido da Revolução. (O TRABALHO. 1972, p. 10)

Dessa forma, é possível concluir que a prática da autocrítica projetada pela Tendência Leninista da ALN esteve estruturada na questão central da necessidade do partido de caráter leninista como ferramenta revolucionária e que os sujeitos históricos

da revolução seriam os operários, considerando portanto essas as duas falhas que a organização cometeu durante o seu percurso armado.

Em seus números, *Unidade e Luta* também procurou responder as críticas realizadas por parte dos militantes que responderam a *Uma autocrítica necessária*. Na edição de maio e junho de 1972, publicada em português e que, portanto, foi voltada para a circulação no Brasil, é possível encontrar o texto "Como criticam os militaristas", assinado por José dos Santos e descrito como uma "resposta ao artigo do companheiro Hélcio Pereira Fortes sobre uma autocrítica necessária". (SANTOS, 1972, p. 4)

Chama a atenção, em primeiro lugar, como o conjunto de revistas brasileiras produzidas no exílio se configurou como um espaço de debate sobre o tema da luta armada, uma vez que o texto se inicia citando que a revista *Temas e debates* havia publicado no número 6 o texto de Hélcio Pereira Fortes sobre *Uma autocrítica necessária.* Assim, o espaço criado pelos brasileiros no exílio foi fundamental para que as avaliações pudessem ser debatidas entre a comunidade composta pelos militantes da esquerda revolucionária brasileira.

José dos Santos afirma que:

> (...) a auto-suficiencia pequeno-burguesa leva-os a crer que a 'Revolução no Brasil não se faz porque não estão cumprindo seu dever'. Como a teoria e a prática dos militaristas é a de tomar o lugar das massas, objetivamente desprezando-as, colocam como 'decisiva' a sua 'intervenção na História'. Esquecem do ensinamento de Giap de que 'a revolução é obra das massas'. (SANTOS, 1972, p. 5)

Evidencia-se a dicotomia existente nesse período entre aqueles militantes que procuravam criticar o militarismo como ferramenta de construção da revolução, tendência essa que radicalizou o viés do foquismo e defendia que a ação armada criaria as conjunturas necessárias para o desencadeamento da revolução no Brasil. Assim, defendiam que a luta armada deveria continuar e mais, deslegitimavam aqueles que criticavam a luta armada, responsabilizando-os como sendo culpa deles que a revolução não se desenvolvia, uma vez que na visão dos ditos militaristas, era necessário agir. No centro da crítica desenvolvida por José dos Santos está a questão das massas e o entendimento de que sem elas não se desenvolveria nenhum processo revolucionário. Somado a isso, uma crítica mais direta ao militarismo, já que segundo sua visão, não seria possível desencadear a revolução exclusivamente com as ações armadas.

É possível notar no texto que no entendimento da Tendência Leninista, o processo revolucionário brasileiro vivia um refluxo, o que fez com que eles propusessem à direção da ALN a retirada de "três companheiros visados para o exílio". Segundo o texto,

> Essa proposta, visando a preservação dos companheiros mais conhecidos, baseia-se nos ensinamentos de Lênin e Mao-Tse-Tung, sobre as medidas a serem adotadas nas épocas de refluxo e quando se impõem a retirada. (SANTOS, 1972, p. 5)

O texto também utiliza uma passagem de Mao-Tse-Tung para expressar sua visão de que naquele momento se vivia um refluxo das ações guerrilheiras:

> Mas não significa que os revolucionários não devam adotar nenhuma medida defensiva, quando se está em combate com um inimigo que goza de superioridade e exerce forte repressão sobre nós. Só um imbecil total raciocinaria assim. (SANTOS, 1972, p. 5)

Após citar os textos de Lênin sobre a capacidade do partido bolchevique de recuar estrategicamente nos momentos de refluxo e de apresentar a visão de Mao-Tse-Tung sobre e necessidade de ações defensivas, João dos Santos afirma que:

> Em lugar de aprender com Lênin, nossos militaristas quando vão aos sindicatos é de metralhadora na mão, para fazer 'ações' como aquela do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, que levou a interrupção de uma atividade cultural, cuja finalidade era a mobilização da categoria. Essa 'ação' revelava tanto desprezo pelas massas, que a própria Coordenação da ALN no exterior se 'desculpava', dizendo tratar-se de uma provocação policial. Surpreendentemente, no n. 5 de 'Venceremos' a ALN confirmou sua autoria. (SANTOS, 1972, p. 6)

É bastante sintomática a quantidade de referências ao termo ação, como sendo uma resposta aos críticos da Tendência Leninista, que quando procuravam defender a guerrilha, criticavam o grupo dizendo que eles estavam fugindo da ação. E o que chama atenção no trecho é como se expressa por meio da visão de José dos Santos quais seriam as tarefas necessárias a serem realizadas por parte dos revolucionários com relação ao movimento operário. Ao afirmar que a ALN só atuava no sindicato com metralhadoras nas mãos e ao citar que o grupo interrompeu uma atividade cultural, é possível concluir que na visão da Tendência Leninista, o militarismo não seria capaz de mobilizar os operários e que portanto se fazia necessária um outro tipo de política para com as massas.

Chama a atenção que na resposta de Hélcio Pereira Fortes esteja sendo mobilizada de maneira bastante central os escritos teóricos de Carlos Marighella acerca, sobretudo, da questão das guerrilhas. Parece que ao mobilizar o principal dirigente, criador e teórico da ALN, o militante procurava articular uma espécie de autoridade para defender a

continuidade das ações armadas como ferramentas da revolução. Diante da importância simbólica, militar e política de Carlos Marighella, não apenas para a ALN, mas para toda a esquerda brasileira, parece ser uma estratégia que resultaria certo êxito, já que deveria ser muito difícil discordar de alguém com tal poder. No entanto, João dos Santos é categórico ao dizer que:

> O nosso 'crítico' se refere a proposta que fizemos sobre o problema da estratégia e do programa da Revolução citando o companheiro Carlos Marighella, recurso que utiliza com frequência na perseguição de uma logica bíblica que não nos permitiria duvidar das formulações militaristas. Entretanto, os marxistas-leninistas diferenciam-se dos revolucionários pequeno-burgueses pela sua capacidade de aplicar corretamente a doutrina de Marx e Lênin e por sua confiança da ação das massas. Rejeitam o culto e a idolatria dos seus dirigentes, que leva a considerar como 'verdades absolutas' os seus escritos. (SANTOS, 1972, p. 6)

Sendo assim, independente da base teórica da ALN ter sido escrita por uma figura de dimensão tão impactante como Marighella e que esse pensamento ancorava-se nas ações armadas, a Tendência Leninista seguia seu viés crítico com relação à mesma. Diante disso, o texto estabelece críticas ao modelo unívoco de ação armada proposta por Marighella em Guerra de Guerrilhas no Brasil, citando Lênin:

> O marxismo, que rechaça incondicionalmente tudo o que seja fórmulas abstratas ou receitas doutrinárias, reclama que se preste a maior atenção a luta de massas em marcha, que, com o desenvolvimento do movimento, com o crescimento da consciência das massas, com o aguçamento das crises econômicas e políticas, engendra constantemente novos e cada vez mais diversos métodos de defesa e ataque. Daí que o marxismo não recuso incondicionalmente nenhuma forma de luta. (SANTOS, 1972, p. 7)

Sob esse ponto de vista, João dos Santos procura ancorar seu pensamento em Lênin como sendo expoente de uma autoridade superior dentro da cultura política de esquerda e ao utilizá-lo procurou defender que é necessário pensar em outras estratégias de luta no processo revolucionário, criticando assim o viés exclusivo que foi defendido por Marighella em seus escritos que teorizavam sobre a guerrilha no Brasil, e sobretudo, apontar os erros daqueles que criticavam a proposta da Tendência Leninista. Diante dessa defesa de ordem teórica, o texto também procurou apresentar uma visão mais detalhada sobre a proposta de frente ampla defendida em *Uma autocrítica necessária.* Nela, João Santos se defendia dos ataques feitos ao documento que chamavam essa proposta de "profundamente direitista e irrealista" e de defenderem uma frente ampla sobre a liderança do "fascista Lacerda". E mais uma vez a figura de Lênin é mobilizada para defender a frente ampla como projeto de luta para aquele momento:

> No que se relaciona a política de alianças, ficamos com Lênin, quando diz: "Pode ter medo a alianças temporárias, ainda que seja com gente insegura, unicamente aquele que tenha pouca confiança em si mesmo, e nenhum partido do proletariado poderia existir sem essas alianças". (SANTOS, 1972, p. 7)

E diante desse quadro, o texto procura responder também as críticas com relação à aproximação das propostas da Tendência Leninista com as do PCB. Apesar de afirmarem que "não temos nenhum preconceito anti-partido e não nos sentimos incomodados com quaisquer coincidências programáticas com o PCB, PC do B ou outra organização partidária", eles se colocam como distintos daquilo que defende o PCB pois "(...) nossa opinião é de que as classes dominantes, por intermédio da ditadura militar, exercem a violência armada contra as massas, determinando assim, ao proletariado e as forças progressistas, como saída revolucionária a via armada". (SANTOS, 1972, p. 4)

Diante do exposto, é possível concluir que na resposta de João dos Santos às críticas de Hélcio Pereira Fortes, evidencia-se algumas características da prática da autocrítica proposta pela Tendência Leninista. Em primeiro lugar, é explicitado que a luta armada ou a violência revolucionária não foi negada por parte dessa ruptura da ALN, mas sim que havia uma necessidade, na visão do grupo, de realizar um movimento de recuo das ações armadas diante do contexto político que as organizações viviam naquele período. Outro aspecto decisivo no pensamento na TL está centrado nas ações que visavam mobilizar as classe operária brasileira para que elas fossem protagonistas do processo revolucionário. E como síntese desse movimento de autocrítica, nota-se que para o grupo, as ações armadas não estavam sendo capazes de realizar essa mobilização, portanto a consequência disso seria o afastamento das mesmas do processo revolucionário. Foi diante desse quadro que o grupo passou a defender a frente ampla, incluindo elementos da burguesia nacional e quadros do MDB como parte da estratégia de luta daquele momento.

E no que diz respeito aos embates entre os militantes que permaneciam no Brasil, integrando ações armadas na ALN e os dissidentes da Tendência Leninista que se encontravam no Chile em 1972, é possível analisar alguns aspectos a partir do último tópico do texto. Nele, João dos Santos afirma que:

> Aos companheiros militaristas lançamos um repto: façam o congresso segundo nossa proposta unitária e nele teremos a ocasião, conforme disse o companheiro Hélcio, de apurar os atos de indisciplina, carreirismo, corrupção cometidos no exterior!. Nós somos os maiores interessados em apura-los. Entretanto, não vamos cometer a irresponsabilidade, como fez o companheiro Hélcio, de lançar publicamente acusações sem citar fatos, locais, nomes e datas. Não, isto nós não faremos, porque, como comunistas, defendemos, acima de tudo, os interesses do proletariado revolucionário, da revolução

> brasileira, e não nos subordinamos a prática leviana que serve ao inimigo de classe, tão frequentemente utilizada pela pequena-burguesia radical. (SANTOS, 1972, p. 8)

Os embates, acusações e enfrentamentos entre aqueles que criticavam a luta armada e aqueles que ainda a defendiam como ferramenta de luta naquela ocasião foram marcas dessa profunda tensão ocasionada pelas práticas de autocrítica realizadas dentro das guerrilhas. O texto de João dos Santos, inclusive, é finalizado com um anexo intitulado: "Comunicado da Tendência Leninista da ALN", em que se afirma que houve um comunicado da Coordenação Nacional da ALN informava o desligamento, por indisciplina, de quatro companheiros da TL/ALN. Diante disso, a TL respondia que: "Rejeitamos categoricamente a acusação de fracionismo que nos é feita. Ao contrário, conforme já afirmamos anteriormente, é o atual desvio militarista ainda predominante na direção da ALN que tem levado a liquidação de fato da organização". Os embates, portanto, levaram os militantes que seguiam lutando no Brasil a expulsar os integrantes da Tendência Leninista, sob a acusação de estarem promovendo uma luta fraccionista dentro da organização. Segundo isso, a TL respondia que:

> Não vemos nenhuma autoridade política na maioria militarista, que mantém por meios burocráticos a direção da ALN, para decidir pelo nosso desligamento. Por isso, pura e simplesmente, não o levamos em consideração. Nessa condições, a Tendência Leninista da ALN prossegue com maior empenho na luta interna, buscando a realização de um congresso da Organização. (SANTOS, 1972, p. 8)

Por mais que a Tendência Leninista da ALN procurasse, inclusive no nome, manter-se parte da organização, e conclamasse um congresso para a rearticulação em prol da unidade, o embate proposto pela autocrítica realizada por ela colocou o grupo em uma posição de ruptura. Sobretudo, porque em muitos aspectos, o jornal *Unidade e Luta* serviu como um mecanismo para a realização de uma prática de autocrítica que atacava profundamente aqueles que permaneciam na luta, como será visto a partir de agora.

As tensões existentes entre o grupo da Tendência Leninista e os militantes da ALN que seguiam na luta armada no Brasil se evidenciam nas páginas de *Unidade e Luta* na edição de maio e junho de 1972, quando a revista se propôs a analisar os conteúdos que foram publicados no jornal *O Guerrilheiro* número 4, publicação que a ALN mantinha no Brasil cujo objetivo foi o de divulgar suas ações revolucionárias com vistas a mobilização e apoio da população brasileira em prol da revolução.

Após a finalização do artigo de José dos Santos em resposta às críticas recebidas com a divulgação de *Uma autocrítica necessária, Unidade e Luta* publicou o seguinte parágrafo para analisar a edição de número 4 de *O Guerrilheiro:*

> "O Guerrilheiro" nº 4, órgão central da ALN, é uma excelente "amostra" do nível político, teórico e ideológico dos dirigentes dessa organização. Com o propósito de desenvolver a mais tenaz luta ideológica contra os militaristas, analisaremos pormenorizadamente essa publicação. Começaremos com o "caldo de cultura", uma invenção dos dirigentes da ALN exposta no artigo "Da chamada Zona de Retaguarda", que transcrevemos nas páginas seguintes. (BASTOS, 1972, p. 15)

O propósito dessa análise é evidenciado no texto seguinte à introdução, em que se procurou estabelecer um diálogo com o artigo intitulado "Da chamada zona de retaguarda", que atacava de maneira direta os militantes da ALN que estavam no exílio, argumentando que eles não estavam onde a luta revolucionária deveria ser realizada e que com seus desvios teóricos, conduziam uma luta fraticida entre os revolucionários brasileiros. Sobre essas acusações, a Tendência Leninista rebatia dizendo que:

> Se aprofundassem esta questão e outros problemas políticos importantes, ver-se-iam na necessidade imperiosa da autocrítica de sua prática e da reformulação das teorias que seguem. Mas é fato conhecido que esses dirigentes da ALN não estão a altura das tarefas que lhes são impostas pela revolução e se limitam a repetir a fraseologia oca e óbvia dos que não assumem as responsabilidades por seus erros, afirmando que em uma "condição de refluxo a situação agrave-se consideravelmente, "os resultados que surgem de tal panorama são tão diversos quanto as fontes que os originam". (BASTOS, 1972, p. 16)

O embate entre aqueles que estão em luta na direção da ALN em 1972 e o grupo que se articulou em torno da Tendência Leninista é explícito e configurar-se-ia em uma dissidência prática, ainda que a TL tenha mantido sua posição de luta interna para reformular o panorama da organização como um todo. O ponto dicotômico acabou se estabelecendo perante a relação do exílio, como se evidencia na sequência do texto de *Unidade e Luta:*

> A maior barbaridade política contida neste artigo está no fato de que todos os revolucionários no exterior são considerados em bloco, como se a localização geográfica – fora ou dentro do Brasil – fosse um critério válido para caracterizar as contradições. (BASTOS, 1972, p. 16)

Como se pode observar, na leitura feita por parte dos integrantes da Tendência Leninista identificou a crítica realizada pelos dirigentes da ALN que seguiam na luta no Brasil como sendo uma crítica ao espaço de atuação da TL. Ou seja, o fato dos militantes da Tendência Leninista se encontrarem no exílio no momento em que elaboraram a autocrítica fez com que eles fossem entendidos como sujeitos desqualificados para tal

tarefa. Diante disso, o grupo reagia justamente defendendo essa realização, mas com isso, criando essa dicotomia entre os espaços geográficos da luta armada e do exílio. E nesse debate, se estabeleceu uma visão distinta entre os motivos do exílio existir. Segundo os dirigentes da ALN, aqueles que partiram para o exílio "o fizeram unicamente para escapar de uma situação de terror policial e poderem viver e trabalhar com maior tranquilidade". Segundo o texto publicado em *O Guerrilheiro* nº 4, os elementos principais da cultura criada por esses militantes seria "a covardia, o oportunismo, a mentira e o desligamento da prática revolucionária".

Para os militantes da Tendência Leninista, seria fundamental entender "as razões do porque há tantos militantes no exílio, nas prisões e mortos pela Ditadura". Sobre isso, explicitam uma vez mais o elemento central da autocrítica promovida pela organização:

> Nos erros que cometemos está a razão principal da ditadura haver logrado prender e assassinar muitos companheiros nossos. O fracasso da linha militarista, isolando progressivamente as organizações revolucionárias das massas, criou insegurança entre os militantes. (BASTOS, 1972, p. 17)

Nota-se o quanto o debate é marcado pelo cotidiano violento e extremo da luta armada, configurando com isso uma premissa muito delicada para ser analisada. Nesse sentido, aqueles que permaneciam na luta, resistindo a cada vez maior intensidade da repressão se sentiam, de certa forma, traídos por aqueles que, de alguma maneira protegidos pelo exílio, apontavam para o recuo com relação as ações armadas. Como se pode notar, a crítica realizada pela Tendência Leninista aponta na direção do afastamento das ações revolucionárias perante as camadas populares o que seria fundamental para o desencadeamento da revolução. Assim, não é possível afirmar e seria extremamente leviano para qualquer historiador procurar identificar quem está certo ou errado nesse debate. O que é fundamental, porém, é apontar que cada um dos espaços vivenciados pelos militantes incide de maneira profunda na maneira pela qual se estabelece os argumentos no debate. Assim, os militantes da Tendência Leninista, impactados pelos pesos das derrotas políticas no Brasil e pela crescente mobilização popular chilena, apontam para o trabalho perante as massas e o recuo das ações armadas. Os dirigentes da ALN, sofrendo com a constante repressão recusavam-se a estabelecer um recuo, já que isso significaria, na visão de uma grande parte desses militantes, a derrota do projeto revolucionário.

É fundamental estabelecer aqui que não se pode criar uma ideia unívoca sobre o pensamento dos militantes no exílio e que, portanto, essa visão crítica que atestava para

o militarismo como sendo motivação para o afastamento das massas ao processo revolucionário foi uma característica evidenciada dentro da Tendência Leninista que esteve primeiramente no Chile e após o golpe que derrubou o governo de Salvador Allende se localizou na França. Isso significa dizer que não é possível afirmar que todos os militantes da luta armada que foram ao exílio defendiam o recuo da luta armada como prática de autocrítica. É possível reconhecer um conjunto de militantes que faziam do exílio um caminho em busca de regressar ao Brasil e voltar à luta armada, e que, assim, não partilhavam dessa autocrítica, ainda que estivessem exilados. Isso demonstra como o movimento de autocrítica é realizado de maneira bastante diversa e com variadas tendências, se tornando uma prática quase individualizada, ainda que seja possível observar práticas de autocrítica de grupo, como foi o caso da Tendência Leninista.

O embate entre os grupos segue no número 2 de *Unidade e Luta,* publicado nos meses de julho e agosto de 1972, com a sequência das críticas ao número 4 do jornal *O Guerrilheiro.* Os militantes da Tendência Leninista anunciam que:

> Neste número completamos a análise, tratando de outros artigos de O GUERRILHEIRO n. 4. Julgamos que a influência das posições errôneas da ALN sobre alguns setores de esquerda justifica que se trave com sua direção uma luta ideológica incessante. O militarismo, hoje em agonia, revelou os danos que pode causar o predomínio da ideologia pequeno-burguesa no movimento revolucionário do país. (BASTOS, 1972b, p. 25)

Na análise proposta no número 2 de *Unidade e Luta,* fica mais evidente a argumentação dos militantes da TL. Para estes, se critica a maneira exclusiva com que as ações militares são vistas como indicadores das vitórias ou derrotas do movimento revolucionário:

> O "método" para avaliar a experiência passada é a estatística das ações armadas. Se elas aumentam há uma vitória política; se diminuem, estamos em presença de um refluxo da organização. Sem entrar no caráter vanguardista das ações realizadas, já o "método" de avaliação expressa o predomínio que o fuzil tem sobre a política na ALN. (BASTOS, 1972b, p. 25)

Está claro que para os militantes da Tendência Leninista, havia a necessidade de realizar uma retomada das ações chamadas de política de massas ao mesmo tempo em que se buscava uma revigoração teórica para orientar as práticas políticas da organização. Não parece ser por acaso, portanto, que a Tendência Leninista se articulou de maneira intensa com o grupo da revista Debate, como visto anteriormente, defensora de um avanço teórico entre os revolucionários brasileiros. Críticos das ações militares, a TL defende

que elas são fatores cruciais para o isolamento da organização perante as massas e que resultaram diretamente na quantidade de baixas que a ALN sofreu nos últimos anos:

> É evidente que essa prática leva a um isolamento cada vez maior. É destituída de qualquer veracidade a afirmação que "a penetração política da ALN avançou". Os fatos tem demonstrado exatamente o contrário. A sucessão de quedas e assassinatos de companheiros nossos evidencia o alto grau de instabilidade e o isolamento político da organização. (...) Os dirigentes da ALN com um balanço contábil procuram exaltar uma atuação distanciada da luta de classes, incapaz de incorporar as forças motrizes da Revolução, sem a menor relação com as necessidades do proletário. E dessa maneira, inclusive, desfiguram totalmente a forma de luta principal em nossa revolução: a luta armada. (BASTOS, 1972b, p. 26)

Neste trecho é preciso destacar um elemento essencial da autocrítica praticada pela Tendência Leninista. Ela não nega a ação da luta armada como ferramenta de luta para o processo revolucionário, mas faz uma leitura de que a maneira pela qual a luta armada estava sendo utilizada no Brasil afastava a força motriz revolucionária, entendida como sendo os operários brasileiros e defende uma ação de mobilização desses proletários como tarefa necessária para aquele período.

É justamente por isso que, analisando o texto de *O Guerrilheiro,* a Tendência Leninista afirma que, na sua visão:

> (...) o problema de uma revolução é essencialmente político – na determinação do inimigo principal e dos aliados, no estabelecimento de diretrizes políticas capazes de sensibilizar, mobilizar e organizar as massas, etc. – e toda a técnica empregada está sempre, necessariamente, subordinada a política. (BASTOS, 1972b, p. 26)

Assim, configura-se a estrutura teórica daquilo que é possível chamar de autocrítica promovida pelo grupo articulado em torno da Tendência Leninista da ALN, articulada em torno da crítica ao militarismo, seu distanciamento das massas – fundamentalmente as operárias – e a necessidade de criação de um partido operário para que se realizasse o projeto da revolução brasileira. Do ponto de vista teórico, essa foi a autocrítica realizado pelo grupo e sustentada desde a publicação de *uma autocrítica necessária,* em 1971, até a última edição encontrada da revista *Unidade e Luta,* de janeiro a abril de 1973, edição essa que foi catalogada como número 5 e 6.

É preciso destacar que os últimos embates estabelecidos pela TL e os grupos remanescentes na luta armada no Brasil se encerraram na edição de número 2, de julho e agosto de 1972. Desde então, a revista se preocupou em exercer a prática da autocrítica promovida pela Tendência Leninista nas páginas de sua revista, conforme será analisado

o próximo tópico. Antes disso é preciso demonstrar como na última edição de *Unidade e Luta* localizada, do primeiro trimestre de 1973, as posições defendidas pela TL são reforçadas em um texto que se propôs a realizar uma genealogia histórica das esquerdas brasileiras. Nesse texto, intitulado "sobre os atuais partidos, organizações e grupos de esquerda", é possível observar mais uma vez que a associação realizada pelo grupo entre o militarismo característico do foquismo debraysta com o que eles chamam de caráter pequeno-burguês presente nas organizações. No texto é possível observar que *Unidade e Luta* procurou analisar a formação do movimento operário brasileiro e entender porque os proletários não se configuravam como um grupo consciente e revolucionário do mesmo nível de outros países. Após descrever a formação do conjunto operário como tendo origem no escravismo brasileiro, a influência do anarquismo e a violência característica do estado brasileiro na relação com o mesmo, o texto defende que isso:

> (...) não é suficiente para explicar o fato de que um partido, como o PCB tenha sofrido, nas últimas décadas, várias cisões, não só em suas bases, como também ao nível da sua direção, do seu Comitê Central e da própria Comissão Executiva do Comitê Central. Particularmente, no limiar dos seus cinquenta anos de existência (67/68), sofre sua mais importante cisão. (SOBRE..., 1973, p. 13)

Ao identificar o Partido Comunista Brasileiro como ferramenta de mobilização e atuação do movimento operário, é possível notar que a Tendência Leninista caminhou para uma maior aproximação ao partido a partir de 1973, e sobretudo, identifica nas cisões ocorridas entre os anos de 1967 e 1968, um grave problema para a movimento operário sem culpabilizar os próprios operários ou o partido:

> Em 1967 diversas bases universitárias e estudantis do partido cindem para formar as chamadas "dissidências". Com a radicalização da pequena burguesia urbana, da qual os setores estudantis eram os mais representativos, somaram-se como fatores externos a pressão de teorias como a do "cerco da cidade pelo campo" e principalmente a do "foco insurrecional". (SOBRE..., 1973, p. 13)

Fica claro que a revista *Unidade e Luta* identifica como sendo uma crise do movimento da esquerda na sua capacidade de mobilização dos operários o movimento que, segundo eles, foi liderado pelas bases universitárias e estudantis urbanas, influenciadas pelas teorias revolucionárias cubanas do "foquismo". Diferente da leitura realizada por setores amplos da esquerda que consideravam o PCB como culpado pela incapacidade de mobilizar os operários, a leitura feita pela TL foi a de que o partidão foi

vítima dessa ação "pequeno-burguesa" e da teoria do "foquismo". Eles afirmam isso de maneira categórica no texto:

> Para se ter uma ideia das "teorias" que exerceram sua influência na pequena burguesia urbana e na formação das dissidências é importante citar a sistematização feita pelo "teórico" Jamil da VPR. Segundo ele "a conferência de OLAS, a guerrilha do Che e os trabalhos de Régis Debray (principalmente Revolução da Revolução) foram os fatores que deram grande impulso na luta interna da esquerda e precipitaram as cisões". (SOBRE..., 1973, p. 14)

Não se pode deixar de notar o uso das aspas de maneira irônica nas palavras teoria e teórico, cujo objetivo parece ser justamente criticar o foquismo e seus defensores justamente por este não se configurar com base em uma teoria marxista, segundo a visão da TL e dos críticos do mesmo. E para além disso, o texto sistematiza como sendo essa influência o resultado das cisões e, portanto, o momento emblemático em que o movimento operário brasileiro passou a ser negligenciado pelas organizações e partidos de esquerda.

O texto procura, por fim, indicar que a crítica ao foquismo é a ausência de uma estratégia de organização política das massas e a sua substituição pela ação revolucionária, o que na visão da TL exporia o ponto de vista antimarxista da esquerda armada dizendo que:

> (...) apesar da falta de uma "estratégia que definisse as forças fundamentais, os aliados, os inimigos a combater e a isolar em cada etapa os grupos resultantes das cisões, definiram uma tarefa imediata – a guerrilha rural – e se lançaram a sua preparação – obtenção de armamento e dinheiro". A "esquerda armada" foi assim levada paradoxalmente a executar "tarefas" sem antes definir claramente uma estratégia e tática revolucionárias. (SOBRE..., 1973, p. 14)

Evidencia-se, portanto, que a autocrítica promovida pela Tendência Leninista é voltada de maneira bastante específica para a teoria foquista, sobretudo quando eles passam a analisar a maneira pela qual o campesinato se tornou, de maneira incorreta segundo eles próprios, protagonistas no processo revolucionário:

> A mentalidade vigente era a da necessidade de "ir ao campo" (...) Era a mesma linha histórica, o mesmo "fio da meada" das ideias básicas que em 1962 eram levantadas pelas Ligas Camponesas e pelo PC do B, que foram os precursores, do ponto de vista ideológico da "tendência camponesista" em nosso movimento revolucionário. (...) No entanto, é importante deixar claro que a teoria do "cerco da cidade pelo campo" defendida pelo PC do B e suas cisões é o resultado da correta aplicação dos princípios universais do marxismo-leninismo a um país agrário, semi-colonial e semi-feudal como era a China, enquanto que a teoria do "foco insurrecional" era tão somente produto de uma incorreta sistematização da experiência da revolução cubana. (SOBRE..., 1973, p. 14)

Estruturando sua autocrítica sobre as teorias debraystas e foquistas, identificando nas mesmas uma avaliação incorreta da realidade brasileira que resultou no afastamento das massas, a Tendência Leninista por meio da revista *Unidade e Luta,* organizou uma sistematização elaborada sobre o que teria levado à derrota política da luta armada no Brasil.

E ao fazer esse processo, a Tendência Leninista indica um possível caminho de retorno ao PCB, deixando claro que interpretava, ao menos naquele momento, um equívoco terem ocorrido tantas cisões dentro do partido. Ao que indica a leitura do documento, a TL procura dirimir as possíveis falhas do PCB em mobilizar a classe operária brasileira, afirmando que "É preciso assinalar que a luta ideológica se desenvolvia nas condições de um partido que em toda a sua história viveu, pela repressão das classes dominantes, praticamente na clandestinidade". (SOBRE..., 1973, p. 14)

Além disso, o texto procurou fazer uma cronologia explicando que entre os anos de 1966 e 1967, diante da luta interna que se estabelecia, foi convocada uma eleição para novos delegados do partido que abriria a possibilidade da criação de uma "ampla e profunda unidade de todos os comunistas brasileiros, através de uma correta aplicação dos princípios universais do marxismo-leninismo". O que teria evitado essa possibilidade foi a inclinação "do desvio esquerdista" que tomou conta de integrantes do partido, representada, segundo o texto, na própria ação do fundador da ALN: "É o próprio companheiro Carlos Marighella quem afirma: 'Além de renunciar publicamente a Comissão Executiva, mediante carta, aceitei o convite da OLAS e vim a Cuba sem permissão da direção'." (SOBRE..., 1973, p. 15) (Grifo original)

O texto publicado em *Unidade e Luta* parece querer indicar que o movimento de cisão liderado por Marighella e que foi acompanhado por diversos outros militantes impediu que o Partido Comunista Brasileiro pudesse se reconfigurar naquele período como sendo um partido de caráter leninista capaz de organizar os operários brasileiros. Isso não significa dizer que eles estavam revendo o movimento crítico que se estruturou na esquerda brasileira contra o PCB após o golpe de 1964. O texto se apressa em caracterizar a direção do partido daquele período como "direitista" ao expulsar os membros eleitos do Comitê Central.

Diante do exposto, parece ser bastante evidente que a prática de autocrítica da Tendência Leninista foi articulada sobretudo na necessidade de criação de um partido revolucionário que organizasse a classe trabalhadora e que fosse de orientação marxista. Diante desse prisma, a leitura realizada para o passado foi a de que o PCB, ainda que com

erros cometidos pelo Comitê Central, poderia ser essa ferramenta fundamental para o processo revolucionário. Esse aspecto é um indício da importância que o debate sobre a necessidade do partido revolucionário passou a ter na elaboração e na prática da autocrítica realizada pela esquerda armada. Por um lado, explicaria o regresso de integrantes da ALN para o PCB. Por outro lado, indica hipóteses explicativas sobre as parcelas dos integrantes das guerrilhas que aderiram ao projeto de construção do Partido dos Trabalhadores, conforme será discutido posteriormente no capítulo 3 desta tese.

Uma questão importante a ser ressaltada como conclusão desses intensos embates realizados entre àqueles militantes no exílio e os que permaneceram nas ações armadas foi o substancial esgotamento dos debates travados nas páginas de *Unidade e Luta* e que não foi verificado em nenhuma outra publicação de exilados após o ano de 1973. A data coincide com o encerramento das ações armadas realizadas pela ALN em solo brasileiro, o que acabou fazendo com que o grupo acabasse de maneira informal, conforme atesta a historiografia. No entanto, foi possível observar por meio da análise da entrevista de Carlos Eugênio Paz concedida à Denise Rollemberg que alguns integrantes da organização entenderam que naquele momento se fazia necessário realizar um congresso que debatesse os erros cometidos pela organização. Paz afirma que:

> (...) junto com os companheiros que estavam lá na época nós tomamos uma opinião conjunta que era a de tentar fazer um Congresso da ALN, para que a organização não tivesse o desfecho que ela acabou tendo, ou seja, ela acabou sendo dizimada fisicamente e desmobilizada e quem sobrou a maioria estava no exílio e algumas pessoas que eram ilegais estavam aqui no Brasil, outras que eram clandestinas continuavam no Brasil clandestinas até a época da anistia, mas eram poucas pessoas, então a ideia da gente lá em Cuba era propor, nós fizemos um documento chamado "Balanço Crítico – Autocrítico da ALN". (PAZ, 2000)

Esse documento não foi localizado nas pesquisas realizadas sobre a ALN e possivelmente tenha sido circunscrito exclusivamente dentro de Cuba, onde estava Carlos Eugênio Paz naquele período. O Congresso citado em seu depoimento não se realizou, uma vez que ele próprio não obteve êxito em articular os militantes da organização que estavam na Europa. Paz afirma que:

> (...) primeiro viajei por todos os países da Europa onde tinha companheiros da ALN, fui na Itália, fui na Suécia, fui na Alemanha, fui na Bélgica, saí correndo atrás de todo o mundo e tive uma primeira decepção por que eu percebi que esse pessoal que estava na Europa tinha vindo de duas derrotas e a maioria já estava saindo do golpe do Chile, então essa posição não teve nenhuma ressonância para essas pessoas, para esses companheiros, ou seja, as pessoas estavam querendo reconstruir as suas vidas e tratar dos seus fantasmas, tratar de suas feridas. (PAZ, 2000)

Seu depoimento revela como a ALN, mesmo tendo sido um dos principais grupos armados que o Brasil teve, não realizou um balanço sobre sua experiência na guerrilha, para além desse documento citado por Carlos Eugênio Paz, que não foi localizado. Assim, não há um posicionamento sistematizado que procurasse entender quais foram os erros cometidos e não se realizou de maneira coletiva um balanço sobre os anos de atuação. Possivelmente, o massacre pelo qual os militantes dessa organização passaram nos anos finais de luta foi um fator determinante para isso, pois muitos integrantes da ALN foram mortos pelas forças de repressão. Outros militantes que sobreviveram podem ter sido tão fortemente impactados pelas memórias traumáticas dos anos de guerrilha que se negaram a realizar tal balanço, conforme atesta a fala de Paz, sobre ter encontrado antigos companheiros que queriam refazer suas vidas e cuidar de seus fantasmas. Nesse sentido, aquilo que foi encontrado como sendo um balanço da ALN foi realizado nas páginas de Debate, Unidade e Luta e foi realizado sobretudo pelo grupo da TL, cujo número de militantes reduzido não atesta uma visão mais global dos militantes da ALN sobre a autocrítica realizada.

No entanto, conforme foi dito anteriormente, há uma discussão nas fontes que atestam para um retorno de integrantes da ALN para o Partido Comunista Brasileiro, o que talvez indique que, como prática de autocrítica, um conjunto importante de militantes da ALN procurou retornar ao principal partido de esquerda do Brasil. É possível que os debates acerca da experiência armada desses militantes tenham sido realizadas nos fóruns de debate do *Partidão,* como seus documentos de elaboração teórica, congressos e revistas partidárias. Diante das limitações dessa pesquisa não foi possível aferir tal hipótese, mas é importante deixá-la registrada como uma agenda de pesquisa a ser desenvolvida sobre o tema.

Por outro lado, também é interessante analisar como a Tendência Leninista promoveu nas páginas de *Unidade e Luta* uma prática de autocrítica voltada para suas concepções teóricas calcadas em duas plataformas políticas bem localizadas. O entendimento de que a classe operária brasileira seria o grupo protagonista do processo revolucionário e que por sua vez as organizações de esquerda teriam negligenciado seu papel fez com que a TL tivesse um olhar direcionado para essa classe, analisando as condições históricas da mesma e sobretudo, projetando possíveis lutas entre os operários. Além disso, a visão do coletivo de que o contexto da repressão se aprofundará no início da década de 1970 fez com que o grupo passasse a defender uma política de frente ampla voltada para a luta por liberdades democráticas, como uma ferramenta de articulação da

esquerda e aumento do seu poder de luta. Esses dois aspectos serão discutidos e analisados a partir de agora.

2.7. A prática da autocrítica: O papel do movimento operário e a luta pelas liberdades democráticas nas páginas de Unidade e Luta.

O primeiro número do jornal *Unidade e Luta* publicado em português contou com três artigos voltados para o debate central sobre a autocrítica proposta pela Tendência Leninista e já analisado até aqui. Os artigos "Como criticam os militaristas", "Comunicado da TL da ALN" e "A propósito de *O Guerrilheiro"* inserem o tema em uma importante centralidade para a organização da revista, uma vez que abrem a primeira edição da mesma e ocupam cerca de metade da quantidade de suas páginas. Na segunda parte da revista, observa-se como a mesma foi configurando dois temas centrais que podem ser vistas como práticas da autocrítica realizada pela mesma.

Como prática de autocrítica, entende-se um movimento de ação política voltada para aquilo que era apontado do ponto de vista teórico como sendo as falhas do militarismo da ALN. A Tendência Leninista defendeu em seu documento de fundação *Uma autocrítica necessária* a criação de um partido político que articulasse as esquerdas brasileiras de caráter leninista. Mas para além disso, também afirmava em diversos momentos do debate com os remanescentes da ALN em luta que havia a necessidade de realizar uma ação de mobilização perante as classes operárias brasileiras e que seria necessário recuar no processo de implementação do socialismo e formar uma frente ampla, com setores diferentes das classes populares, para defender as liberdades democráticas. Esses dois aspectos são expressados nas páginas da primeira edição de *Unidade e Luta.*

Além dos três artigos citados anteriormente que se dedicaram ao debate específico sobre a questão da luta armada, outros quatro textos foram publicados na edição de maio e junho de 1972: "Atuação da classe operária em Sorocaba", "Trabalhadores da CMTC fazem greve", "Primeiro de Maio no Brasil" e "Reconciliação ou luta pelas liberdades democrática?[41]" Diante dos temas escolhidos para a realização da primeira edição da revista é possível observar como ela procurou apresentar aspectos da realidade brasileira

[41] Também foi publicado o texto "O trabalho militar do partido entre os camponeses" de Ho Chi Ming. Todas as edições de *Unidade e Luta* contam com a publicação de textos teóricos que compõem o quadro do comunismo internacional com o objetivo de fomentar o debate teórico entre os leitores.

que visavam a defesa de sua prática de autocrítica. Diante da visão da Tendência Leninista de que a classe operária brasileira estava sendo negligenciada, ela procurou realizar um trabalho que visava contribuir com a mobilização da mesma.

O sentido do texto sobre a atuação da classe operária na cidade de Sorocaba, interior do estado de São Paulo, elucida a maneira pela qual a revista *Unidade e Luta* procurou realizar essa ação. O texto é um relato de um operário da cidade que procurou descrever de maneira bastante extensiva as condições de vida dos trabalhadores da região, destacando o arrocho salarial, as demissões em massa que geravam um alto desemprego e as intervenções nos sindicatos que colocaram lideranças controladas pelo regime militar nos mesmos. Ele cumpre, portanto, o objetivo de contextualizar as situações de violência que a classe trabalhadora é vítima para que sirva, de alguma forma, de fator analítico sobre possíveis focos de desencadeamento de lutas protagonizadas por elas.

O objetivo é bastante similar no texto sobre a greve na Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo de São Paulo, a CMTC, com o diferencial de que o texto aborda a mobilização realizada por parte dos trabalhadores desse grupo, que mesmo diante do regime militar, realizaram uma greve no mês de março do ano de 1972. Após descrever os motivos que levaram os trabalhadores à paralisação e como a polícia reprimiu os grevistas, o texto afirme que:

> A classe operária, esmagada pela ditadura, está procurando os meios de seguir em sua luta. A greve de motoristas e cobradores da CMTC bem o demonstra. Pequenos movimentos, contra o atraso de pagamento, são comuns. Mas, ao proletariado falta ainda a organização pela base, que lhe permita resistir a repressão que se abate inevitavelmente sobre seus sindicatos, sempre que estes assumem a defesa dos interesses da classe. (SITUAÇÃO..., 1972, p. 19)

A leitura realizada pela análise da mobilização aponta para a forte repressão realizada pela Ditadura Militar como sendo responsáveis pela falta de mobilização do operariado brasileiro. E indicam que para reverter o quadro, seria necessário defender uma bandeira específica na luta da classe operária:

> A organização nas empresas é, hoje, o problema central e mais imediato a ser resolvido pelos operários. É o primeiro passo da batalha pela constituição de sindicatos livres, independentes do Estado e dos pelegos, incapazes de conduzir sua luta e vencer. (SITUAÇÃO..., 1972, p. 19)

A defesa da criação de sindicatos livres como forma para mobilizar a classe operária brasileira indica a visão, por parte da TL, de realização de um trabalho de base no sentido de mobilizar essa classe, se opondo a prática foquista de fazer com que as mobilizações de massas viessem à reboque das ações armadas. O texto seguinte, que

aborda as mobilizações em torno do primeiro de maio no Brasil são expressivas desse aspecto. Após apresentar o caso do trabalhador Durval Vicente Ferreira, de 35 anos, que trabalha na construção civil, como forma de exemplificar as condições precárias da classe trabalhadora brasileira, e de indicar por meio das estatísticas oficiais como a classe operária sofre com o custo de vida elevado, a exploração e os baixos salários, *Unidade e Luta* volta a argumentar que:

> Esta incrível exploração, mantida somente através da mais bestial repressão – já são por demais conhecidas as torturas e assassinatos dos que se opõem a atual ditadura militar fascista – explica a completa apatia do trabalhador brasileiro no 1º de Maio, apesar das palavras demagógicas do ditador e do anunciado reajuste de 20% sobre os atuais níveis de salário mínimo. (SITUAÇÃO..., 1972, p. 20)

Para a argumentação do texto, a situação precária vivenciada pela classe operária brasileira, resultado da política econômica implementada pela Ditadura Militar brasileira, só foi estabelecida porque antes o regime havia encontrado mecanismos de controle da classe operária. O texto se presta, portanto, a nomear e descrever cada um dos aspectos de controle:

> Além da repressão aos dirigentes e trabalhadores mais combativos, a greve foi praticamente proibida pelo decreto 4330 (1/6/1964) e os sindicatos amordaçados. Em 1964, juntas interventoras nomeadas pelo governo substituíram as lideranças sindicais eleitas em cerca de 400 sindicatos, 40 federações e 3 confederações. (SITUAÇÃO..., 1972, p. 20)

Diante do exposto sobre a situação da classe operária brasileira, *Unidade e Luta* passou a defender que a ampliação das liberdades democráticas seria uma primeira etapa para a retomada da mobilização da classe operária brasileira. É isso que foi discutido no texto "Reconciliação nacional ou luta pelas liberdades democráticas?". O que motivou a escrita do texto pela Tendência Leninista foi a publicação do artigo de Tristão de Ataíde no jornal do Brasil em 24 de março de 1972. Nele, Ataíde critica o "grotesco carnaval montado pela ditadura militar fascista para festejar o sesquicentenário da Independência do Brasil" e que em sua visão seria melhor promover uma "nova independência com a revogação do Ato Institucional nº 5 e uma ampla anistia política". O texto de *Unidade e Luta* argumenta que a publicação do artigo de Ataíde é "sintoma da mudança no clima político do país e também é um exemplo das limitações desta oposição".

O artigo de *Unidade e Luta* argumenta que há uma crescente oposição se formando inclusive em órgãos que costumeiramente celebravam a Ditadura Militar e que o principal aspecto dessa mudança se dava pelo esgotamento do chamado "milagre brasileiro". Para eles, o modelo econômico imposto pelo regime afastou da política os

setores da burguesia nacional que faziam parte do controle político anteriormente, ao mesmo tempo que esses mesmos setores burgueses passaram a sofrer com a política econômica do regime. Diante desse quadro, o grupo argumenta que:

> Ignorar o clima de discussão que começa a surgir no país, como fazem muitas organizações revolucionárias (...) seria uma cegueira política indesculpável. Da mesma forma que identificar na nova conjuntura a possibilidade de redemocratização constituiria um absurdo criminoso. (RECONCILIAÇÃO..., 1972, p. 25)

Esse texto permite elucidar qual foi a proposta pela qual essa expressão da esquerda revolucionária aderiu a identificar que a luta armada não possuía mais espaço para a implementação do socialismo e a de que essa luta deveria passar por uma proposta de recuo. Eles argumentam que: "Os marxistas-leninistas tem que se saber avaliar claramente a importância, mas também os limites da nova conjuntura, para poder aproveitá-la em benefício da luta revolucionária". (SITUAÇÃO...,1972, p. 20)

E as premissas do apoio a um movimento de luta pelas liberdades democráticas são colocadas neste texto:

> Não está descartado – embora seja improvável – que a ditadura tente se apresentar com um ar mais democrático, utilizando melhor o parlamento fantoche, permitindo a volta de alguns cassados bem comportados, concedendo anistia parcial e substituindo a violência indiscriminada e aberta por uma repressão mais seletiva e sutil. (RECONCILIAÇÃO..., 1972, p. 25)

Vislumbrava-se, por parte desse grupo da esquerda revolucionária em 1972 que poderia ocorrer um processo de abertura "lenta, gradual e segura", conforme de fato ocorreria posteriormente por parte do regime militar brasileiro. E diante disso, o grupo da Tendência Leninista se mostrava duramente crítico e defender do viés revolucionário que defendia uma luta de classes presente no processo de abertura política:

> (...) esta liberalização, pouco provável, tem um limite intransponível: ela não pode permitir a manifestação dos setores que sofrem todo o peso da exploração capitalista. (...) Como a compressão salarial, que atinge os trabalhadores, é a peça chave para a manutenção do crescimento econômico, o controle sobre as organizações de massa e a repressão cruel deverão ser mantidos. (RECONCILIAÇÃO..., 1972, p. 26)

E a resposta para a derrubada da Ditadura Militar ainda contava com a violência revolucionária como ferramenta de luta: "O aparato militar-burocrático da ditadura só pode ser destruído pela violência revolucionária das massas. Seu exército repressivo só pode ser aniquilado pelo exército revolucionário do povo". (Idem)

Diante desse aspecto, cabe notar que a defesa pelas liberdades democráticas foram entendidas por parte da Tendência Leninista como sendo parte de um viés estratégico que

teria como objetivo retomar a mobilização das massas, justamente diante do contexto de forte repressão imposta pelo regime e de refluxo dos movimentos de massa, seja trabalhador ou seja estudantil: “No momento presente, em que o movimento de massas está em refluxo e as organizações revolucionárias golpeadas pela repressão e totalmente isoladas, a luta pelas liberdades democráticas pode ter uma dupla função”. (RECONCILIAÇÃO..., 1972, p. 27)

E essa dupla função anunciada por parte do texto mantinha o viés revolucionário presente no que diz respeito a construção de um governo de trabalhadores:

> Pode jogar um papel importante na reativação das massas, permitindo um primeiro passo na constituição de organismos independentes onde possam expressar seus interesses. E, além do mais, abrir aos revolucionários a oportunidade de romper o isolamento, criando as bases para a constituição do partido revolucionário do proletariado. (RECONCILIAÇÃO..., 1972, p. 27)

Não resta dúvidas que o papel de atuação que o grupo da Tendência Leninista concebeu para si mesmo diante da autocrítica elaborada e praticada com relação a luta armada seria a de lutar por liberdades democráticas para os trabalhadores rompessem com o momento de refluxo pelo qual a militância passava e diante disso essas massas organizadas poderiam participar ativamente da criação do partido que conduziria o Brasil ao movimento revolucionário. Diante dessa análise, é possível perceber dois aspectos centrais que serão mais detalhadamente apresentados no capítulo 3.

Em primeiro lugar, não é possível identificar em momento algum do exílio um movimento que promovesse a ruptura total com o viés revolucionário dentro das organizações da esquerda clandestina brasileira. Mesmo aquelas que mais veementemente criticaram a luta armada, o fizeram diante de uma interpretação do contexto e dinamizaram a sua viabilidade, mas não a negaram como ferramenta do processo de revolução. Diante disso, as lutas pelas liberdades democráticas não foram entendidas como um fim para essas organizações, mas sim um mecanismo para construir o Estado socialista que vislumbravam. Não parece ser correto, portanto, descaracterizar o viés revolucionário dessas organizações quando negaram à luta armada.

Em outra medida, também é importante ressaltar que a presença do partido revolucionário começou a ser cada vez mais debatida entre as esquerdas críticas da luta armada. E nas proposições projetadas por essa esquerda, o partido revolucionário surgiria justamente da retomada da mobilização da classe trabalhadora brasileira. É fundamental ter em mente de que em alguma medida, esse processo ocorreu quando os trabalhadores da região do ABCD em São Paulo retomaram greves massivas no final da década de 1970

e que esse núcleo de trabalhadores criaria um novo partido cujo modelo original possuía como característica o viés de implementação do socialismo.

É evidente que é preciso dinamizar esse processo para que não se recorra a uma visão teleológica. Conforme indicam os estudiosos do chamado "novo sindicalismo brasileiro", seu surgimento é marcado justamente por uma ruptura com relação as políticas operárias existentes até aquele período e que, portanto, seja necessário indicar que não há uma relação direta entre a proposta de *Unidade e Luta,* a mobilização dos trabalhadores do ABC paulista e a fundação do Partido dos Trabalhadores. Dito de outra forma, aquilo que foi projetado neste texto analisado não se concretizou por causa dele, mas sim apesar dele. Ainda assim, é possível projetar que no imaginário partilhado entre os militantes das esquerdas revolucionárias, sobretudo essas que realizaram esse movimento de autocrítica, as mobilizações do final da década de 1970 soavam como uma espécie de vitória desse processo de avaliação sobre as experiências pregressas das esquerdas revolucionárias. E dessa maneira, na visão de alguns militantes, a finalização desse processo de autocrítica seria militar pela criação do PT. Isso explicaria a entrada desse conjunto de militantes da luta armada no Partido dos Trabalhadores, conforme será discutido no próximo capítulo.

Ao longo das seis edições localizadas e analisadas da revista *Unidade e Luta* a perspectiva da prática da autocrítica destacada anteriormente se manteve uma vez que em todas as seis edições foram publicados textos analisando a situação da classe operária brasileira, destacando mobilizações de operários pelo Brasil, além de publicações de textos defendendo a luta pelas liberdades democráticas, sempre com o destaque para a necessidade dessas lutas serem táticas para o crescimento das ações de massas e defendendo que os trabalhadores construíssem a hegemonia na correlação de forças dessas lutas.

O segundo número de *Unidade e Luta* apresenta na sua primeira página uma lista com 13 objetivos da luta pelas liberdades democráticas. Defendia-se o fim da pena de morte, a anistia para todos os presos políticos após o golpe de 1964, o fim da censura entre artistas e intelectuais, o fim da intervenção nos sindicatos e nas universidades. Seguida dessa lista, a revista apresenta um texto que procurou, em primeiro lugar, analisar as condições históricos do período em que se anunciava a sucessão do ditador Emiliano Garrastazu Médici e o que implicava esse movimento. O texto demonstra que a leitura proposta pelo grupo que escreveu a revista vislumbrava um momento em que as críticas à Ditadura Militar voltavam a acontecer de maneira mais explícita, destacando nesse

contexto a Igreja Católica na figura de Dom Paulo Evaristo Arns, a Organização dos Advogados do Brasil (OAB) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), cujas pautas estavam associadas à denúncia da tortura e a distensão autoritária:

> A Igreja denuncia as torturas, as prisões arbitrárias, intercede pelos presos políticos, pede o restabelecimento do habeas corpus. A Ordem dos Advogados do Brasil reivindica o 'respeito à integridade física e moral dos presos', a 'observância das regras essenciais do direito de defesa (...) O MDB anuncia uma 'operação anti-impacto', através do debate de temas como a distribuição de renda, as empresas multinacionais, a comunicação de massas e pede o fim do AI-5. (A LUTA..., 1972, p. 3)

Acentua-se, portanto, a visão de que havia um movimento de mudança na sociedade brasileira no período e ao que tudo indica a Tendência Leninista fazia a leitura sobre a necessidade de aproveitar esse movimento. Havia portanto um debate sendo proposto pela revista para a comunidade integrante de seus leitores em que se defendia a união em torno das lutas pelas liberdades democráticas, ainda que elas tivessem os seus limites:

> A discussão foi aberta pela própria oposição não revolucionária. E por isso é limitada e não pode oferecer uma alternativa política clara à ditadura dos grupos monopolistas. Em que pese a diversidade enorme dos setores dessa oposição, sua tônica é antes a 'reforma' da ditadura militar fascista que sua liquidação. (A LUTA..., 1972, p. 3)

Para superar esses limites, a Tendência Leninista afirmava ser

> (...) necessário que o momento favorável seja aproveitado para uma intensa e profunda agitação que ultrapasse o círculo da oposição não revolucionária, atinja as massas – particularmente a classe operária – e vá criando as condições para que se possa romper o silêncio e o imobilismo que lhes impôs a ditadura militar fascista. (A LUTA..., 1972, p. 4)

E o grupo destaca que havia um debate em torno da questão dessa mobilização entre as esquerdas revolucionárias, dizendo que muitas delas cometiam o erro de não entender a necessidade de se lutar ao lado dessas forças não revolucionárias. Na visão de *Unidade e Luta*: "É claro que isoladas da classe operária e das massas populares elas jamais terão condições de ir além da pressão sobre a ditadura". Mas isso não implicaria que esses grupos não pudessem lutar, e, segundo o entendimento do grupo, poderiam somar forças para a derrubada da ditadura: "Mas sob a direção política do proletariado muitas dessas forças participarão da batalha pela derrubada <u>– necessariamente violenta –</u> da ditadura militar". (A LUTA..., 1972, p. 3) (Grifo original)

O tom, portanto, permanece o mesmo da edição anterior e a mobilização em torno de uma luta de frente ampla contra a Ditadura Militar não foi feita sem as ressalvas das questões de classe que permeavam o imaginário revolucionário da organização. Além

disso, ainda é possível notar de maneira evidenciada o entendimento de que a violência seria inerente ao processo revolucionário, o que permite afirmar que não houve a ruptura com relação a essa ideia ainda que se fizesse a crítica à guerrilha naquele período.

Do mesmo modo, o texto seguinte da segunda edição de *Unidade e Luta* apresentou outra vez a relação estabelecida pelo grupo entre a mobilização das classes trabalhadoras e a necessidade de criação de um partido revolucionário. O que é novidade no texto é a relação desses dois fatores com as lutas pelas liberdades democráticas que se anunciava:

> A função primordial do partido revolucionário é fazer com que a classe operária assuma o papel político que historicamente lhe corresponde (...) possibilitar a aglutinação em torno da classe operária de todas as forças interessadas em derrubar a ditadura e o domínio dos monopólios. Isso exige que sua vanguarda – os marxistas-leninistas – sem nenhum termo 'esquerdista', não só apoiem as reivindicações e os direitos democráticos de cada uma das classes e camadas sociais suscetíveis de serem atraídas, mas que sejam os campeões na luta pelas liberdades democráticas. (O TRABALHO..., 1972, p. 9)

Sendo assim, é possível afirmar que a adesão por parte desse grupo ao movimento de frente ampla pelas liberdades democráticas não se dissociou de um projeto revolucionário que ainda era vislumbrado pela organização em defesa do socialismo. Essa percepção por parte da organização que se expressa na revista *Unidade e Luta* não se alterou no número 3, ainda que seja possível notar um acréscimo importante na publicação. Nela, a primeira página é dedicada a apresentação de um conjunto de nomes de homens e mulheres que foram mortos pelas forças da repressão, escrito em vermelho e com um fundo claro, todos os nomes sobrepostos um ao lado do outro. Antes da apresentação desses nomes, é possível ler o texto:

> Eles tombaram na luta. Sua morte é o testemunho da brutalidade do fascismo da ditadura sem máscara dos grandes monopólios sobre o povo brasileiro. Á eles prestamos nossa homenagem de marxistas-leninistas, reafirmando nossa disposição combatente e nossa convicção de que só a violência revolucionária das massas guiadas pelo partido do proletário revolucionário, poderá por fim ao regime que transformou a tortura e o assassinato em sinistra rotina. Nossa mais veemente condenação dos crimes da ditadura militar fascista não diminui a visão crítica dos erros cometidos. (CONTRACAPA. 1972.)

Nota-se como o texto procurou manter a visão da autocrítica proposta pela organização da Tendência Leninista, mas insere uma denúncia sobre as violências cometidas pelo regime militar e procurou iniciar ali uma denúncia sobre elas, como parte integrante de um projeto político de luta pelas liberdades democráticas. Ela se acentua na edição de número 4 da revista *Unidade e Luta,* quando o editorial da mesma se dedicou

a defender que os grupos revolucionários deveriam atuar de modo a construir e solidificar o Tribunal Bertrand Russel.

O Tribunal Bertrand Russel foi criado sob a Coordenação do senador italiano Lelio Basso no ano de 1974, oficialmente chamado de Tribunal Bertrand Russel II foi constituído na Europa para denunciar as violações de direitos humanos perpetradas pelas ditaduras na América Latina. Segundo Maria Claudia Badan Ribeiro, ele:

> (...) foi a primeira experiência de um tribunal de opinião, uma instância não formal, desprovida de autoridade jurídica de fato, mas que prolongou a capacidade social de um protesto que não se encerrava na jurisdição dos tribunais, embora quisesse interferir nos rumos da história e sobretudo suscitar o clamor internacional para os abusos e toda sorte de violências perpetradas sob as ditaduras na América Latina. (RIBEIRO, 2022, p. 200)

Sua atuação não esteve circunscrita em nenhum ordenamento jurídico, de modo que o tribunal se configurou como um espaço de denúncia dos crimes perpetrados contra os Direitos Humanos pelas Ditaduras de Segurança Nacional em voga na América Latina durante os anos 1960 e 1970. Permitiu, segundo Teresa Marques, a exploração da atividade política fora do país sendo um espaço de luta contra o regime militar brasileiro. (MARQUES, 2011)

Sua bandeira política, conforme é evidenciado pela historiografia, se articulou em torno da defesa dos Direitos Humanos e procurou denunciar os casos de tortura que ganhavam destaque com a atuação de setores da sociedade civil não revolucionárias e muitas delas distantes dos ideais da esquerda. Conforme foi analisado na própria revista *Unidade e Luta,* o início da década de 1970 foi marcada pela efervescência de setores como a Igreja Católica, a OAB, a Agência de Inteligência Brasileira (AIB) e políticos do MDB que fortaleciam as críticas à Ditadura Militar em contexto de crescente repressão, violência perpetrada pelo Estado e esgotamento do modelo econômico que tinha criado o "milagre brasileiro". Internamente no Brasil, esses setores passaram a denunciar cada vez mais os casos de violação dos Direitos Humanos perpetrados pelo regime militar, o que culminou na catalogação dos depoimentos do Superior Tribunal Militar que documentavam as torturas e resultou na publicação do dossiê "Brasil: tortura nunca mais!", elaborada em conjunto pela atuação de advogados da OAB e de membros da Igreja Católica, principalmente com a atuação do Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns.

O que se pode notar no que diz respeito a essa pesquisa, é que é possível identificar como os grupos da esquerda revolucionária foram participantes ativos desse processo de denúncia a atuaram de modo a modificar sua pauta política, voltando-a para a questão referente aos Direitos Humanos e a denúncia das torturas como ferramenta política no momento em que identificaram ser necessário mudar a pauta no contexto em que a repressão praticamente dizimava os movimentos guerrilheiros e que se identificava um isolamento perante a sociedade civil, sobretudo as massas. A leitura das fontes indicam que a esquerda revolucionária identificou nessa pauta uma possibilidade de promover uma luta contra a Ditadura Militar capaz de mobilizar amplos setores da sociedade, rompendo com esse isolamento. A mudança, portanto, foi estratégica e não significou necessariamente um abandono do viés revolucionário, mas sim uma articulação com aquilo que já estava sendo construído por outros setores da sociedade, e sobretudo, praticar a autocrítica feita por esses grupos de que se fazia necessário para o movimento revolucionário estar associado à luta de massas.

Renata Meirelles afirma que há registros na Anistia Internacional de que em 1971 a agência passou a investigar e denunciar os casos de tortura que ocorriam no Brasil, após receber sistematicamente cartas enviadas por brasileiros que denunciavam esses casos. A Anistia Internacional, portanto, passou a articular sua ação após esta ser entendida como uma importante ferramenta para combater a Ditadura Militar brasileira. Diante desse novo contexto que surgiu após essa ação de denúncia das torturas, tem início a fase em que Luis Hidebrando identificou como sendo o momento de denúncia das torturas no exílio, iniciada justamente em 1971. Marcos Napolitano afirma que esse contexto criou um conjunto de Comitês de Denúncia contra as torturas realizadas pela Ditadura Militar brasileira e que se essa pauta foi capaz de suplantar divergências políticas e ideológicas entre a vasta comunidade de exilados na Europa. Denise Rollemberg demonstra como essas diversas matrizes ideológicas conseguiram se articular justamente em torno da pauta das denúncias das violações dos direitos humanos. (NAPOLITANO, 2014)

Foi nesse contexto, portanto, e diante da prática de autocrítica projetada pela Tendência Leninista que o grupo dedicou sua edição de número 4, de novembro e dezembro de 1972, a defender a criação do Tribunal Bertrand Russel, justamente para que se pudesse realizar esse processo de denúncia das torturas como ferramenta de luta contra a Ditadura Militar brasileira. No primeiro texto da edição em que declaram apoio ao Tribunal, os militantes da TL argumentam que o regime de terror implementado pela Ditadura Militar foi responsável por silenciar o movimento operário brasileiro e que sua

denúncia é fundamental para que se possa articular novamente uma ação de resistência protagonizada pelas massas:

> Submeter a classe operária e as massas a um regime de terror buscando evitar de todas as formas a sua mobilização e organização é a única saída que a ditadura militar fascista tem para garantir a fabulosa massa de mais-valia que os grandes monopólios extraem dos trabalhadores de nosso país. (APOIO..., 1972, p. 2)

A defesa da implementação do Tribunal Russel por parte da Tendência Leninista tem como objetivo denunciar os crimes cometidos pela Ditadura Militar com o objetivo de se inserir na luta pelas liberdades democráticas com o objetivo central de conseguir promover uma mobilização da classe trabalhadora, sempre vista pelo grupo como sendo aquela quem deve ser protagonista da luta para derrubar o regime militar.

> Como Tendência Leninista dentro de nossa organização – a Ação Libertadora Nacional (ALN) – imediatamente nos colocamos a disposição de tão importante iniciativa, pois julgamos que do ponto de vista do proletariado revolucionário a luta pelas liberdades democráticas, a luta anti-fascista, deve ser o centro de nossa agitação política. (APOIO..., 1972, p. 2)

Visto como tarefa dos grupos revolucionários em prol da luta pelas liberdades democráticas, a pauta dos Direitos Humanos parece ter atravessado o coletivo justamente por se constituir como algo que perpassa as mais variadas camadas sociais. Diante dessa possibilidade de "agitação das massas", a TL procurou defender a atuação dos revolucionários para conseguir construir ativamente o Tribunal Russel:

> Devemos, tendo em conta as limitações que a clandestinidade nos obriga, promover a formação de pequenos grupos de agitação para cumprir as tarefas decorrentes da realização do Tribunal. Esses pequenos grupos devem ter como objetivo principal ir as massas para não só denunciar a miséria, a opressão e o terror imposto pelo regime, mas também reunir e enviar ao Tribunal depoimentos, testemunhos e relatos do que é o Brasil de hoje. (APOIO..., 1972, p. 3)

Nota-se que a TL vislumbrou a partir desse tribunal uma possibilidade de atuação perante as massas, o que ia ao encontro da autocrítica que vinha sendo debatida entre a comunidade integrante das esquerdas armadas no exílio. A defesa da atuação prática de atuar nos mais diversos segmentos das massas brasileiras foi visto como uma maneira de voltar a "agitar" as massas para a luta contra a Ditadura Militar mas orientada por uma pauta capaz de articular esses amplos setores. Se, como foi visto anteriormente, a crítica aos militaristas era a de que a única maneira que eles enxergavam de mobilizar as massas era com o fuzil, a TL defendia a pauta das denúncias contra as violações dos Direitos

Humanos como uma ferramenta mais capaz de fazer esse processe. E o objetivo seguia sendo a revigoração das massas para a derrubada da Ditadura Militar:

> Desse modo, angariando um apoio de massas cada vez maior, venha o movimento de coleta de depoimentos, testemunhos e relatos dos crimes da ditadura para o Tribunal, impor uma maior legalidade, possibilitando assim a extensão do trabalho de agitação a setores mais amplos do movimento de massas. (APOIO..., 1972, p. 3)

A Tendência Leninista identificou na repressão imposta pela Ditadura Militar o motivo para o declínio dos movimentos de massas, sobretudo para o refluxo do movimento operário e isso teria sido fundamental para a derrota política das esquerdas armadas. Sendo assim, defendiam que as esquerdas revolucionárias deveriam construir o Tribunal Bertrand Russel como uma ferramenta para denunciar os crimes da Ditadura Militar brasileira e procurar diminuir o nível de repressão e controle. Obtendo êxito, o trabalho de massas, tão caro ao projeto do grupo, poderia ganhar novo alento e se iniciaria novamente a luta pela derrubada do regime militar e pela construção do socialismo.

Diante do exposto, parece ser bastante claro que mesmo ao aderirem a um movimento de Frente Ampla e de luta pelas liberdades democráticas, os grupos que mais intensamente criticaram o militarismo não fizeram uma guinada ideológica para uma pauta menos radical. Parece ser correto dizer que a implementação do socialismo não cedeu lugar a uma luta por liberdades democráticas ou pela construção de uma democracia de caráter liberal. Esse movimento foi parte de uma concepção tática que justamente esteve presente na autocrítica realizada por esse grupo que, de dentro da ALN, criticava o militarismo dessa organização. A maneira pela qual encontraram para praticar a autocrítica idealizada foi esse movimento de luta de frente ampla e pelas liberdades democráticas.

Porém, conforme foi dito anteriormente, é sempre necessário observar que se trata de um grupo bastante pequeno de pessoas que se articularam em torno dessa visão autocrítica. Certos militantes da ALN, da VPR e da Var-Palmares, que estiveram circunscritos em torno da articulação proposta pelas revistas *Debate* e *Unidade e Luta.* Mas o exílio das esquerdas revolucionárias contou com outras publicações cujos militantes estavam inseridos em outras organizações, inclusive algumas que sequer chegaram a praticar a luta armada durante as décadas de 1960 e 1970. Mas isso não os

impediu de praticar uma visão autocrítica durante o período em que permaneceram no exílio. Para concluir o capítulo, será analisada o conjunto dessa documentação.

Mas antes de fazê-lo, é importante construir uma breve caracterização das autocríticas com relação as organizações estudadas e citadas até aqui. Conforme foi indicado anteriormente, o segundo capítulo dessa tese se esforçou para analisar os debates que ocorriam no exílio das esquerdas revolucionárias brasileiras afim de identificar o movimento de revisão e autocrítica com relação as propostas das esquerdas armadas articuladas em maior ou menor medida com o foquismo, tais sejam a ALN, a VPR e a Var-Palmares, que mesmo com diferenças ideológicas presentes, caminharam em alguma medida dentro do mesmo prisma, tanto que chegaram a organizar ações em conjunto e mesmo articular uma atuação sistematizada entre as organizações, chamada de *Frente*[42].

De saída é fundamental afirmar que não parece ser possível identificar uma leitura de autocrítica realizada de maneira sistematizada por parte dessas organizações, o que foi resultado das características das suas práticas revolucionárias. Diante daquilo que foi projetado pelo lema que orientou suas lutas, pátria ou morte, as três organizações foram praticamente destruídas e acabaram sem qualquer formalismo, já que a grande maioria de seus integrantes foi exterminada e morreu ainda defendendo a luta armada e criticando veementemente aqueles que defendiam o recuo do uso da violência.

O caso mais emblemático nesse sentido foi o da ALN, conforme observado no debate travado entre a Tendência Leninista e os remanescentes no Brasil que lutaram até praticamente a extinção da organização. Parece ser seguro afirmar, portanto, que a revisão que efetivamente ocorreu no exílio, ainda que não tenha contado com a totalidade da organização, foi o da Tendência Leninista da ALN, uma vez que o grupo como um todo, após a comprovação da derrota política e militar, não realizou tal sistematização. Também é importante pontuar que o MR-8 concebeu um debate bastante sistematizado com relação a sua experiência de luta armada e projetou uma prática de autocrítica bem sistematizada e que foi analisada de maneira densa pela historiografia sobre o tema, e que por isso, e por questões de limitação temporal, não serão analisadas nessa pesquisa[43].

[42] A primeira tentativa de constituir uma frente de organizações clandestinas de luta armada foi através de uma reunião que aconteceu em novembro de 1969, mas que não prosperou no primeiro momento. A ideia se materializou através de articulação da ALN com a VPR, e sob a vontade de Câmara Ferreira de organizar uma união na esquerda brasileira após as derrotas causadas pela atuação da OBAN. Juntaram-se ao projeto o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), a Rede Democrática (REDE), o MR-8 e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCBR. CF: MALAGUTI, Carlos. Opus Cit. 2017. P. 157

[43] Destacam-se, nesse aspecto, os trabalhos de Higor Codarin e de Jeferson Godoy Athaydes. De modo geral, o MR-8 concebeu sua autocrítica a partir do entendimento de que as ações armadas afastavam as massas da luta e que portanto seria necessário realizar um trabalho em etapas para que essa mobilização

A autocrítica sistematizada pela Vanguarda Popular Revolucionária se expressou por meio das discussões em torno da revista *Debate*. Conforme analisado na primeira parte desse capítulo, esteve articulada também às questões da ausência das massas no processo revolucionário, mas inseriu também uma questão sobre a necessidade de avançar na teoria e aprofundar esses pontos para que a revolução pudesse de fato ser desencadeada. Somada à crítica do militarismo, é possível dizer que os grupos da VPR que se articularam em torno de *Debate,* sobretudo o grupo liderado por João Quartim de Morais, afirmava que um dos erros cometidos por parte das organizações revolucionárias foi ter deixado o aprofundamento teórico, quer seja nas leituras das matrizes do pensamento marxista revolucionário, quer seja nas interpretações sobre os dados concretos da realidade brasileira. Nesse sentido, praticaram a autocrítica construindo a revista *Debate* para contribuir com essa lacuna e com a revolução brasileira.

Já a Vanguarda Popular Revolucionária – Palmares se caracterizou por um aspecto muito peculiar. E justamente por esse caráter particular é que sua autocrítica será apresentada no tópico a seguir, como maneira de completar o processo de revisão realizada pelas três organizações destacadas nesse capítulo.

2.8. A Var-Palmares e a crítica ao foquismo.

A VAR-Palmares estruturou sua autocrítica por meio de uma publicação que foi lançada em dezembro de 1971, por meio de uma revista intitulada *Palmares: marxismo y revolución,* toda ela em língua espanhola e que circulou primeiramente no Chile e depois em alguns círculos de exilados na Europa[44]. Nessa revista de 34 páginas, é possível analisar a leitura da organização sobre a guerrilha e o papel da luta armada no processo

ocorresse. Codarin demonstra que essa visão não foi unívoca, mas que o grupo que sustentou a organização MR-8 no exílio e da redemocratização brasileira militou em torno dessa bandeira. Essa militância, conforme demonstra Athayde, resultou na defesa do MDB como sendo o partido capaz de realizar uma ação de frente ampla e que ele seria a ferramenta para romper com todo o entulho autoritário da Ditadura Militar. Após essa ruptura, o MR-8 defendia a construção de um partido de caráter socialista como ferramenta para as ações revolucionárias. CF: ATHAYDES, Jefferson Godoy. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8): da luta pelas liberdades democráticas à construção da Frente Nacional Democrática e Popular (1972-1982). 2023. Tese de Doutorado. [sn]. E CODARIN, Higor. A arma da crítica e a crítica das armas: a trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira.(1969-1972). 2018. Tese de Doutorado. [sn].

[44] Foi localizada apenas uma edição dessa revista e nenhum trabalhado acadêmico localizado até o momento a tomou como fonte de estudo. Nesse sentido, é impreciso afirmar quantas edições existiram e analisar de maneira mais destacada o seu ambiente de circulação.

revolucionário brasileiro. São publicados nove textos nas 34 páginas da revista *Palmares,* sendo o primeiro um editorial de apresentação da organização, dos objetivos da revista e das suas concepções políticas. O editorial destaca já no sumário os "cinco pontos de discussão sobre a revolução brasileira" que serão tratados no texto: "el carácter de la revolución, el partido, el papel de la classe obrera, el carácter continental de la revolución y la lucha armada". (EDITORIAL, 1971, p. 3)

Os dois textos seguintes à publicação do editorial revelam como a revista apresentou a concepção de autocrítica da organização clandestina. Cléa Silva assinou o texto "El neofoquismo: la nueva teoria pequño-burguesa de la revolución" e Luis Caio escreveu o texto "El subimperialismo: elementos para uma estrategia revolucionaria". Além desses textos que versam especificamente sobre a prática de autocrítica da organização, é possível observar uma forte celebração de Carlos Lamarca nas páginas da revista. São publicados três textos em referência ao guerrilheiro, sendo um deles as próprias cartas escritas por ele enquanto militava nas organizações de esquerda, um texto sobre o impacto de sua morte para o movimento revolucionário e um texto que transcreveu o discurso de militantes do MIR chileno que homenageava Lamarca. Também foi publicada uma análise sobre as mudanças conjunturais na esquerda e como a esquerda revolucionária se relacionava com essas mudanças, além de uma publicação de um conjunto de textos teóricos de Lênin, o que como foi visto anteriormente, é uma característica das publicações de exilados brasileiros na América Latina e na Europa.

Antes mesmo do editorial, a revista publicou uma nota prévia intitulada *¿Puede el reformismo ser juez?* Nessa nota, é explicitada a visão crítica sobre os erros cometidos por parte da esquerda brasileira em que se destaca o objetivo de contribuir para encontrar caminhos de unificação por parte dessas esquerdas:

> El objetivo de esta revista es contribuir a implementar el debate ideologico entre los múltiples sectores de la izquierda revolucionaria. Esta tarea es extremadamente importante sobre todo para uma izquierda como la brasileña, que ha cometido múltiples tipos de errores y de desviaciones que han conducido a la situación de grave crisis em la cual se encontra sumergido hoy el processo revolucionario. (¿PUEDE EL..., 1971, p. 2)

Mas ao que indica o texto, havia uma preocupação bastante considerável em fazer com que essas reflexões não se aproximassem da visão crítica à esquerda revolucionária brasileira que era propagada pelo PCB. O partidão é chamado de reformista e é inclusive culpabilizado pela precariedade da mobilização da classe operária brasileira:

> (...) La nueva izquierda ha cometido graves errores, pero ustedes no tienen autoridade, ni teórica, ni práctica, ni moral para levantar ahora la cabeza y venir a criticar el "izquierdismo" em la forma insolente como lo han hecho em Voz Operaria, órgano del Partido Comunista brasileño. (¿PUEDE EL..., 1971, p. 2)

Antes de seguir com a análise dessa nota prévia que indica o caráter da autocrítica proposta pela Var-Palmares, é preciso destacar algumas questões que estão para além da revisão sobre a esquerda armada em si. Em primeiro lugar, é fundamental pontuar a temporalidade aqui presente, o que valerá para a análise de toda a edição. Em dezembro de 1971, mesmo ano em que o texto *Uma autocrítica necessária* foi publicado, a Var-Palmares também estabelece, no exílio, um movimento que indica um caminho de avaliação sobre a experiência armada. Parece ser bastante seguro apontar para esse ano como sendo aquele que foi marcado pelas sistematizações das revisões feitas por integrantes das próprias organizações revolucionárias.

Também é fundamental problematizar a questão do debate que se formou entre os círculos da esquerda revolucionária a partir dos diversos órgãos de imprensa que proliferaram ao longo da década de 1970 e com essa esquerda revolucionária formou um círculo de leitura, debate e enfrentamento teórico e político por meio dessa imprensa. A formação dessa comunidade de leitores certamente intensificou os debates em torno das questões da revolução brasileira e abriu espaço para as revisões serem realizadas mas de modo a se expressarem a partir dos vieses políticos de cada organização.

Justamente por isso é que se torna tão importante dimensionar o lugar em que a Var-Palmares se enquadrou no início de 1971. Na nota prévia da primeira publicação voltada para uma análise da conjuntura da esquerda brasileira no período, houve uma preocupação em rebater aquilo que foi dito pelo PCB, acusando o partido de ser responsável pela crise que se estabelecia e desorganizava o processo revolucionário brasileiro. Nesse sentido, é possível localizar a Var-Palmares como tendo feito a autocrítica à luta armada sem que ela minimamente considerasse o papel do PCB, o que foi diferente daquilo que ocorreu com a Tendência Leninista da ALN, por exemplo.

Diante desses aspectos destacados, a nota prévia da revista *Palmares* procurou explicar em quais pontos discordava da crítica realizada pelo PCB sobre os movimentos de luta armada. O principal aspecto de divergência que a organização revolucionária procurou responder foi a acusação que o PCB fazia à época de que suas ações radicalizadas de uso de violência justificavam a ascensão de um maior terrorismo de Estado por parte da Ditadura Militar. Rebatendo essa acusação, o texto afirma que:

> Uma de las características principales de los reformistas es su incapacidad de hacer un análisis de dialéctica de la realidade económico-social. Por esto jamás logran explicar en base a qué y em función de qué surge y se desarrolla el fascismo. No comprenden que esta es una necessidade inexorable del sistema capitalista en determinadas circunstancias y momentos históricos, en los cuales las leyes que regulan la acumulación de capitales exigen que se lleve a cabo uma super explotación del Trabajo y que por lo tanto es imperioso reprimir y someter a la classe obrera, a fin de mantener el proceso de expansión del régimen. (¿PUEDE EL..., 1971, p. 2)

Ao procurarem se afastar das críticas feitas por parte do PCB sobre o quanto as ações armadas justificavam um maior uso de violência por parte das forças da repressão, a Var-Palmares fez uso de comparações com outros contextos históricos, questionando se: "¿Acaso, señores reformistas, fueron los judios los culpables del nazismo?" Portanto, o objetivo da publicação dessa revista parece ser claramente expressado no parágrafo final da nota prévia:

> Esta búsqueda passa por la critica y por la autocrítica revolucionarias, pero passa También por la liquidación de la soberbia y por la reflexión seria de toda la experiencia acumulada y pasa sobre todo por um esfuerzo total de superación de viejas y caducas concepciones, sean las reformistas como las foquistas. (¿PUEDE EL..., 1971, p. 3)

Ao se recusarem uma volta ao PCB, e sobretudo, rebatendo de maneira contundente as críticas feitas pelo *partidão*, a Var-Palmares concebe sua autocrítica se afastando tanto da tendência hegemônica da esquerda brasileira anterior ao ano de 1964, como também negando aquela tendência que surgiu como corrente hegemônica no final da década de 1960: o foquismo. Com relação a esse viés político, a leitura das páginas de *Palmares* indica que o foquismo mal chegou a se consolidar como corrente hegemônica na esquerda revolucionária e passou a ser severamente criticado, como o principal culpado pelo fracasso da revolução brasileira, como será analisado a seguir.

No editorial do número 1 de *Palmares,* a organização se apressa a interpretar a correlação de forças existentes e o lugar da Ditadura Militar no desenvolvimento histórico da sociedade brasileira. O grupo encarava o surgimento do regime militar como um passo do capitalismo na estruturação da exploração da classe trabalhadora e indicava que sua derrubada estaria associada ao combate da burguesia nacional e aos setores internacionais de exploração do capital, demonstrando que na sua visão, a luta extrapolaria até mesmo as fronteiras do Brasil:

> Es precisamente porque la fuerzas revolucionarias tienen que enfrentarse a fuerzas opresoras que incluyen tanto a la burguesia nacional como la burguesia imperialista, que la lucha de clases em Brasil tiende hacia uma lucha a muerte, uma guerra civil revolucionaria cuyo alcance desborda las fronteras mismas del pais. (EDITORIAL. 1971, p. 3)

Ao defender essa visão, se observa que não há a negação da necessidade da ruptura violenta para a derrubada da Ditadura Militar e para a construção da sociedade capitalismo. Diante desse quadro, o esforço seria o de:

> (...) encaminhar conjuntamente aquellas tareas más inmediatas que no están em discusión y que implican el reforzamiento de la presencia efectiva de la izquierda junto a las massas, hoy más que nunca carentes de orientación politica. (EDITORIAL. 1971, p. 3)

Nesse aspecto, a teoria da autocrítica proposta pela Var-Palmares no exílio se aproxima daquelas praticadas pela Tendência Leninista da ALN e pelos integrantes da VPR, de considerar como necessária realizar as ações de mobilização das massas que não foram conquistas e não aderiram ao projeto das esquerdas armadas. E ao caracterizar a Ditadura Militar brasileira como uma decorrência do processo de desenvolvimento da exploração econômica do capitalismo brasileiro, o papel da violência no processo revolucionário é apresentado como resultado de uma trajetória e não como desencadeadora dela:

> La principal consecuencia de ello se refiere a la manera como habrá que plantearse la cuestión de la lucha armada. Em efecto, si la destrucción de l actual sistema social brasileño passa necessariamente por la lucha armada, por la guerra civil revolucionaria, esta no se da como um punto de partida sino como um punto de llegada. (EDITORIAL. 1971, p. 4)

É notório como a organização se preocupa em não negar o uso da violência, mesmo aquelas praticadas em caráter de vanguarda, mas dinamiza sua importância e nega, como é própria da estratégia foquista, de que são essas ações armadas que, de maneira autônoma, desencadeariam a revolução brasileira:

> Esto no invalida em lo más mínimo el recurso de las acciones armadas por parte de la vanguardia em la etapa actual; quiere decir, apenas, que la lucha revolucionaria em Brasil no reviste todavia la forma del enfrentamento militar directo. Em esta etapa, lo que aparece em primer plano es la agudización de los conflitos de clases, la mobilización de las masas por sus reivindicaciones y la creación de las bases de um verdadeiro movimento revolucionario, y a ello deben subordinarse las acciones armadas. (EDITORIAL. 1971, p. 4)

Ao redimensionar o papel das ações armadas no processo revolucionário, a Var-Palmares indica um caminho muito próximo daquela autocrítica praticada pela TL da ALN. E demonstra isso defendendo a necessidade da criação de um partido revolucionário capaz de mobilizar as classes trabalhadoras, sobretudo as operárias no processo revolucionário:

> Un movimento revolucionario, que apunte de hecho a la conquista del poder, sólo puede ser efectivo em la medida misma de sua grado de organización. El rechazo, por ciertos elementos de izquierda, a la organización partidária, más allá de ser una herencia de su origen pequeno burgués, se debe También a la incomprensión de lo que esto significa. (...) lo que se trata es precisamente de – mediante el trabajo revolucionario com las massas – abrir al proletariado brasileño la posibilidad de conformar su organización de combate, su partido, y asegurarle así sua capacidade de conducir a la victoria ao movimiento de masas. (EDITORIAL. 1971, p. 4)

A crítica realizada ao PCB está na sua interpretação das camadas burguesas nacionais como aliadas no processo de luta. O editorial de *Palmares* defende a "hegemonia da burguesia na construção do partido revolucionário como método para enfrentar o reformismo". Este, característico do PCB, conforme já analisado anteriormente.

Outro aspecto interessante daquilo que é defendido no editorial de *Palmares* é o caráter continental do processo revolucionário brasileiro. O texto procura dissociar a ideia de revolução de uma libertação nacional, já que em sua visão, o imperialismo atua de modo a condicionar a América Latina dentro do seu quadro de dominação. Dessa forma, se anuncia que: "La visión del Che de uma revolución continental, que exprese em los hechos el internacionalismo proletário, se está pues haciendo realidad em América latina". (EDITORIAL. 1971, p. 4) Esse aspecto teórico demonstra que apesar do foquismo pequeno burguês ter sido rechaçado por parte da Var-Palmares, ainda havia uma permanência da cultura política disseminada principalmente pela prática revolucionária de Che Guevara, que ainda incida forte na organização, sobretudo na defesa de uma revolução continental e de uma ideia de integração da América Latina ainda presente. Mas no bojo dessa discussão, é possível notar sutilmente que não era mais Cuba que exercia certa influência nos rumos teóricos e políticos dos grupos de esquerda no exílio, mas também o desenvolvimento da política chilena por meio da frente ampla que se formou em torno da Unión Popular e que conduziu a esquerda chilena ao poder sob a liderança de Salvador Allende:

> Si em Brasil, el dilema revolucion-contrarrevolución hizo emerger el actual régimen militar, no há pasado lo mismo em otros países, siendo que em algunos de ellos, la lucha de clases condujo a correlaciones de fuerza mucho más favorables al movimiento revolucionario. Em consecuencia al polo subimperialista brasileño se contraponen hoy, particularmente em Chile, los gérmenes de um nuevo orden social, del que Cuba representa em primer eslabón. (EDITORIAL. 1971, p. 4)

De maneira bastante clara e incisiva, a Var-Palmares, que esteve exilada no Chile em 1971, expressou a maneira positiva pela qual analisavam a experiência de chegada ao

poder da esquerda chilena, inserindo esse processo como uma continuidade daquilo realizado em Cuba. É preciso ter em vista que esse processo da chegada da UP ao poder foi marcado por uma intensa mobilização dos setores populares chilenos, articulados por diversas organizações de esquerda, desde a Democracia Cristã, passando pelos tradicionais PC e PS chileno, chegando até no Movimiento de Izquierda Revolucionaria, o MIR chileno, que encontraram um denominador comum e realizaram um processo que resultou na vitória eleitoral de Salvador Allende. Esse processo, entendido de maneira dialética, pode ter influenciado de maneira direta ou indireta os exilados que estiveram nesse lugar socioespacial cujo impacto da esquerda no poder após um intenso processo de mobilização criava um caldo cultural e político tão intenso que pode ter projetado certas metamorfoses.

Teresa Cristina Schneider Marques argumenta que:

> (...) muito embora a possibilidade de registro de metamorfoses políticas no exílio seja praticamente constante, a possibilidade de prever a profundidade das transformações em termos de reivindicações e durabilidade de repertórios se torna indefinida. (MARQUES, 2017)

Ainda que seja indefinida, a autora concebeu duas maneiras pelas quais essas metamorfoses se expressaram, sendo as "adaptadas", aquelas em que reivindicações são mantidas, mas apresentadas por meio de novos repertórios ou discursos; e as "profundas" quando há uma transformação tanto das reivindicações quanto dos repertórios de ação. Marques identifica no exílio chileno um processo de metamorfose profunda por parte desses exilados, argumentando que:

> Os repertórios de ação utilizados no Chile, tais como a organização por meio de partidos – negada por muitos brasileiros após as críticas ao "partidão" – passou a ser vista como legítima, garantindo um novo olhar sobre a atuação política partidária. (Idem.)

Essa metamorfose, no entanto, parece ser apresentada de maneira esquemática e leva pouco em consideração aspectos dos embates já existentes dentro da esquerda armada brasileira, sobretudo as severas derrotas militares e o afastamento que as vanguardas armadas tiveram com relação as massas. Nesse sentido, ainda que se admita uma influência da cultura política chilena na formulação da autocrítica dos exilados que lá estiveram, não se pode atribuir apenas a ela o movimento de autocrítica presente em grupos como este que publicou a revista *Palmares*. Até porque, a própria autora demonstra que o comportamento dos exilados não foi unívoco, como muito marcado em edição da revista *Resistencia,* cujo conteúdo é marcado pela defesa da violência

revolucionária, como é explicitado no depoimento de Alfredo Sirkis, utilizado pela autora, em que o antigo militante da VPR afirmou que o clima não era para autocrítica.

Isso tudo demonstra certos aspectos fundamentais para a pesquisa apresentada aqui. Em primeiro lugar, parece ser bastante claro que não se pode afirmar um processo de autocrítica que tenha sido generalizado e que ocorreram intensos debates dentro da esquerda brasileira exilada. Em segundo lugar, mesmo concordando com a historiografia que trata da influência do espaço chileno, sobretudo no que diz respeito a concepção da necessidade do partido revolucionário como ferramenta de mobilização das massas, esses debates dentro da esquerda armada conviveram com outros temas constantes e as críticas estavam endereçadas ao um movimento que foi catalisador dentro da esquerda brasileira pós 1964. É justamente por isso que a publicação de *Palmares* destacou um texto inteiro para debater a questão do foquismo como sendo a questão mais necessária de revisar no quadro da revolução brasileira.

O texto que aborda a questão do foquismo e do que foi intitulado como neofoquismo[45] foi escrito em janeiro de 1971 por Cléa Silva. Há uma nota explicativa sobre os impactos que a teoria de Jamil Rodrigues, nome adotado por Ladislau Dowbor, militante da VPR e que travou um intenso debate acerca do militarismo com Fernando Rodrigues, nome adotado por João Quartim de Morais[46]. Na nota, explica-se que a influência do pensamento de Jamil Rodrigues se fazia muito presente na ocasião da escrita do texto, o que levou a autora a escrever algumas respostas sobre a sua defesa do militarismo, e que segundo a nota, haviam perdido intensidade naquele período, mas mesmo assim a importância do debate justificava sua publicação, em dezembro de 1971.

O texto é veementemente crítico ao neofoquismo defendido por Jamil Rodrigues nesse debate e argumenta que "la diferencia reside sólo em la extremación por parte del neofoquismo de la posición foquista". (SILVA, El neofoquismo. 1971, n.1, p. 10) A autora diz que em ambos, foquismo e neofoquismo, estão presentes as teses reformistas praticadas pelo PCB, representada sobretudo na possibilidade do foquismo e do

[45] Neofoquismo foi como ficou conhecido os pressupostos teóricos de Ladislau Dowbor ao estabelecer um novo viés teórico para o modelo que orientou as formulações armadas desse tipo no Brasil. De modo geral, acrescentava o caráter imperialista na luta por libertação nacional e associava a dominação de classes existente no Brasil com as ações dos grupos imperialistas, dimensionando a importância da burguesia nacional nessa luta e incorporando-a como possível classe a ser integrada à luta na etapa de libertação nacional.

[46] O debate entre essas duas figuras foi analisado na primeira parte deste capítulo. Para referências específicas sobre o mesmo, CF: PEZZONIA, Rodrigo. Entre o "massismo" e o "militarismo": embates teóricos da luta armada em Fernando Andrade e Jamil Rodrigues DOI10. 5216/o. v14i1. 28997. OPSIS, v. 14, n. 1, p. 38-59, 2014.

neofoquismo preverem a aliança com a burguesia e o caráter democrático burguês no processo revolucionário. O texto analisa ainda o equívoco que ambas as teorias cometem ao entender o processo de revolução brasileiro como de caráter de libertação nacional, revelando assim que há uma questão teórica na autocrítica realizada com relação ao foquismo.

O segundo aspecto que faz com que o texto critique o neofoquismo está relacionado ao papel que a classe trabalhadora tem nessa concepção teórica. O texto afirma que "El proletariado también era visto como una reserva potencial de combatientes que seria usada en las etapas finales de la lucha para apoyar el ejercito revolucionario". (SILVA, 1971, p. 11) Nesse sentido, percebe-se que as formulações de revisão acerca da luta armada feitas na revista *Palmares* estão inseridas naquelas que criticam a negligência que a classe operária teve nas concepções teóricas e nas ações revolucionárias por parte dos grupos armados.

Outro aspecto de semelhança está na crítica em como o militarismo suplantou a luta política e como esse viés se verificava no neofoquismo. E como consequência desse pressuposto, a negação do partido revolucionário como ferramenta de luta da classe trabalhadora é debatida e criticada como um erro que aproxima o foquismo e o neofoquismo:

> Amboms niegan, en parte como consecuencia de esto, la necesidad fundamental del partido revolucionario, si bien ambos reconocen su importancia en etapas más avanzadas de la guerra revolucionaria y plantean que "el partido se forma em la lucha", o sea, espontaneamente, como un subproducto de la guerra". (SILVA, 1971, p. 11)

Ao criticar essa aproximação entre foquismo e neofoquismo, o texto revela a concepção por parte do grupo que construiu a revista de fazer uma revisão bastante profunda na prática da luta armada realizada no Brasil até aquele momento. A premissa da crítica que associava foquismo ao neofoquismo foi resumida ao descrever ambas as teorias como residindo "en su carácter elitista que consiste en suponer que los pequenos grupitos de valientes dan el ejemplo de combatividad y las massas los **apoyan**. Ellos son pues, de hecho, el motor de la historia. (SILVA, 1971, p. 11)

O destaque a palavra apoio revela a percepção por parte de *Palmares* de que havia a necessidade do protagonismo das massas no processo de revolução brasileira e entendiam que aqueles que praticavam as ações armadas integravam um grupo de fora da classe trabalhadora, resultando em uma prática paternalista, que revelava inclusive um suposto desprezo com relação ao povo:

> Esta profunda presunción (que encubre un gra desprecio por el pueblo), revela las características paternalistas y caudillistas que la izquierda pequeñoburguesa há heredado del viejo populismo, y es en nombre de ella que se otorgan el derecho de considerarse vanguardia. (SILVA, 1971, p. 11)

Em síntese, esse texto expressa, ao criticar o neofoquismo, a autocrítica realizada por parte desse grupo de militantes da Var-Palmares que estiveram exilados no Chile durante o ano de 1971, a partir desses três pontos fundamentais. O que é interessante é notar que o foquismo começou a se estabelecer como sendo a teoria mais fortemente criticada por parte daqueles que fizeram a avaliação sobre a luta armada no Brasil, tendência que será mantida até o final da década e estará presente em outros espaços em que a autocrítica foi feita, como será analisado no capítulo 3.

Por fim, o último texto publicado na revista *Palmares* cujo conteúdo versava sobre debates acerca da esquerda e a questão da luta armada, foi o texto de Frederico Palmares, intitulado "La izquierda revolucionaria em la nueva coyuntura internacional". No texto em questão, o autor se propôs a realizar uma análise profunda sobre o desenvolvimento do capitalismo europeu e do imperialismo norte-americano e critica as tendências políticas em curso na União Soviética. Demarca em dez anos o nascimento "da esquerda revolucionária" da América Latina, sublinhando a influência que a Revolução Cubana, a Revolução Cultural Chinesa e a luta do povo vietnamita tiveram sobre ela, mas alerta que suas concepções políticas e táticas foram generalizadas, sobretudo na necessidade da luta armada como ferramenta do processo revolucionário. O texto, que procura alertar para os perigos que um suposto avanço de pautas democráticas e liberais pode ter na esquerda mundial, defende que a esquerda revolucionária deve se manter defensora de certos postulados principais, sendo o primeiro a ser destacado, a defesa do caráter socialista da revolução face à tendência nacional-democrática. Nesse ponto, é interessante notar como o caso chileno novamente emerge na discussão, mas como um exemplo de uma expressão da esquerda revolucionária tensionando o governo para um viés mais radical de atuação política:

> Hay que reafirmar el carácter socialista de la revolución (el cual fue reconocido, por ejemplo, por la Unidad Popular chilena al cambiar el viejo programa nacionalistademocrático del FRAP por um programa que pretende echar las bases del socialismo, incorporando, de manera exitosa, um postulado levantado por el pensamento de la izquierda revolucionaria que tiene fuerte influencia sobre la orientación ideológica del más fuerte partido de la Unidad Popular, el PS). (PALMARES, 1971, p. 21)

Na percepção de *Palmares,* caberia a esquerda revolucionária servir como centro de tensionamento para garantir que nesses governos de transição se direcionasse a pauta política para a construção de um socialismo diante dessa conjuntura que se colocava. E com isso, é possível identificar que não houve uma metamorfose profunda, ao menos nesse grupo, já eles observavam como a esquerda revolucionária continuaria cumprindo o seu papel perante a *Unidade Popular* chilena. Mas essa metamorfose não se verifica, sobretudo, no segundo ponto destacado no texto que defende que:

> Hay que reafirmar la necesidad de la lucha armada sin dejarse enganar por la situación actual de algunos países, pero hay que liquidar todas las tendencias foquistas y neofoquistas que absolutizan la lucha armada, niegan la posibilidad de combinar las varias formas de lucha armada, de masas y legalês, que confunden la lucha armada com la lucha guerrillera negando cualquier papel revolucionario al pueblo armado em milicias abiertas o clandestinas. (PALMARES, 1971, p. 21)

Evidencia-se que a autocrítica expressada por meio dessa revista revela que a questão da Var-Palmares não é negar a violência revolucionária, ao menos entre esses exilados chilenos no ano de 1971. Sua proposta de avaliação é a de romper com o foquismo e o neofoquismo, acusados de serem responsáveis por empreender uma ação guerrilheira desprendida dos pressupostos necessários para que o processo revolucionário se desenvolvesse. E sobretudo, essa avaliação revela como a questão central que marcou os grupos revolucionários armados no processo de autocrítica esteve presente também na que ocorreu em *Palmares:*

> Hay que liquidar definitivamente todas las tendencias antipartidarias, sean las de izquierda (que niegan el partido revolucionario para afirmar la prioridad de la organización armada o de las masas) sea las de derecha (que niegan el partido em nombre del derecho de libertad de opinión, la cual confunde toda forma de centralismo con el burocratismo). En la práctica, estas dos tendencias pueden encontrarse mescladas muchas veces, pues tienen um común origen pequñoburgués. (PALMARES, 1971, p. 21)

Nesse aspecto, há uma forte semelhança com o que foi praticado no desenvolvimento da autocrítica realizada pela Tendência Leninista da ALN, de destacar como tarefa fundamental para o desenvolvimento revolucionário a construção do partido político capaz de organizar as massas que devem ser protagonistas da revolução. Tal pressuposto estava diretamente associada a necessidade de organizar a classe operária, em outra aproximação com a TL:

> Hay que orientar definitivamente la agitación, propaganda y organización de la izquierda revolucionaria hacia la classe obrera, liquidadndo definitivamente todos los desvios idealistas y confucionistas que pretenden entregar el liderazgo de la lucha revolucionaria sea a los campesinos, sea a los marginales, sea hasta a los estudiantes. Trátase de crear una izquierda obrera, sin la cual toda la actividad de la izquierda revolucionaria no pasará de uma agitación de ideas. (PALMARES, 1971, p. 21)

Diante do exposto, é possível, portanto, afirmar que o movimento de autocrítica realizado por parte da Var-Palmares esteve alinhado com aquele que de maneira majoritária se propagou no exílio chileno, articulado em torno das revistas *Debate* e *Unidade e Luta.* Contudo, não foram apenas essas publicações que avaliaram as ações armadas que ocorreram no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970. Foi possível localizar esse debate em publicações que contaram com a participação de grupos da esquerda revolucionária que, mesmo não tendo pegado em armas em nenhum momento, se mostrou ideologicamente aberta a essa perspectiva. E disso resultou em uma avaliação da experiência realizada em suas publicações. Essas avaliações serão analisadas a seguir.

2.9. Brasil socialista e a centralidade do operariado na revolução brasileira.

Conforme foi sendo analisado ao longo do capítulo, um dos temas centrais que circunscreveram a avaliação crítica dos movimentos guerrilheiros no Brasil foi a questão do operariado como sujeito protagonista da revolução brasileira. Esse tema foi alvo de debates internos nas organizações clandestinas, tais como a Ação Libertadora Nacional, mas emergiu no movimento de derrocada das guerrilhas justamente como um fator teórico e político explicativo para que se compreendesse a derrota política do movimento armado. Esse tema perpassou a autocrítica realizada na revista *Debate,* em *Unidade e Luta* e também foi possível verificar sua incidência em *Palmares.* Ao que tudo indica, a autocrítica das organizações guerrilheiras projetou esse tema como essencial para que, da reavaliação, se projetasse a luta que se travaria dali em diante.

Essa tendência é afirmada com ainda maior centralidade quando ocorreu a aproximação de alguns integrantes da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e da Organização de Combate Marxista-Leninista Política Operária (OCML-PO) no projeto que daria origem a revista *Brasil Socialista*, publicada na França por militantes dessas organizações que se encontravam exilados naquele período. A revista foi publicada entre janeiro de 1975 e

janeiro de 1977 e contabilizou oito números, com ampla circulação entre os exilados brasileiros na Europa, mas também teve alguma circulação entre lideranças de grupos de esquerda no Brasil. (COELHO, 2020, p. 2)

A centralidade da questão do operariado pode ser verificada na proposta que foi apresentada no primeiro número da revista, cujo projeto defendia a criação da *Tendência Proletária* na esquerda brasileira, orientada pelo marxismo-leninismo, caracterizando o Brasil como sociedade capitalista dependente e tinha como objetivo lutar por uma revolução de caráter socialista que teria o proletariado industrial como força hegemônica.

O projeto editorial da *Brasil Socialista* nasceu justamente do intuito dessas três organizações de construir a *Tendência Proletária* da esquerda brasileira, portanto, o objetivo da revista seria justamente promover o debate acerca dos temas candentes desse espectro político, defender as visões expressadas pelos militantes e contribuir para a mobilização da classe operária industrial brasileira. Mas esse novo projeto político expressado por meio da revista não significou uma diluição dos pressupostos teóricos defendidos pelas organizações matrizes dos militantes que encaparam o projeto. Isso significa dizer que, de algum modo, a *Brasil Socialista* contava com as experiências políticas e de militância das organizações citadas anteriormente, das quais apenas o MR-8 efetivamente encampou a guerrilha como ferramenta de construção do socialismo no Brasil. Justamente por esse aspecto, é importante contextualizar brevemente as concepções políticas dessas três organizações e dimensionar do ponto de vista teórico o lugar de *Brasil Socialista* na avaliação crítica das ações armadas no Brasil.

O MR-8 se caracterizou como uma das mais importantes organizações de luta armada no Brasil no final da década de 1960, tendo sido protagonista das mais midiáticas ações realizadas por grupos guerrilheiros, como o primeiro sequestro de embaixadores que posteriormente se notabilizou como das mais emblemáticas ações das guerrilhas no Brasil. Justamente por esse aspecto é que ela também foi uma das organizações mais atingidas pela repressão e foi praticamente dizimada, contabilizando diversos assassinatos e desaparecimentos, além de prisões e da necessidade de vários militantes partirem para o exílio como forma de sobrevivência.

Foi marcado por esse quadro de violenta repressão que o MR-8 lançou as bases para o abandono da luta armada como ferramenta revolucionária. Isso ocorreu, segundo Higor Codarin, durante o ano de 1972, quando foi lançado o Boletim Central n. 1, em que modificam a tese da luta armada como construtora da revolução e passam a defender a

construção do partido político revolucionário, a atuação entre os sindicalistas e a propaganda política no lugar das agitações armadas. (CODARIN, pp. 286 – 287)

Foi diante desse quadro teórico que a organização como um todo partiu para sua atuação no exílio chileno e mesmo já tendo realizado o movimento de abandono da luta armada, viu uma divergência política se consolidar em uma ruptura dentro da organização. No exílio chileno, o encontro dos últimos militantes que saíram do Brasil com integrantes do *oito* que ainda defendiam a volta para o país e a continuidade das ações armadas gerou um conflito que resultou na criação de dois grupos distintos. De um lado, os que defendiam a volta ao Brasil para a retomada da luta armada foram taxados de "voltistas" ao passo que os que abandonaram a concepção guerrilheira em prol da construção partidária e da política operária foram intitulados de "recuístas". O embate foi tratado em Assembleia Geral da organização, dominada pelos "recuístas" o que resultou na expulsão dos integrantes "voltistas" da organização e com isso, o MR-8 enquanto organização clandestina, passou a defender politicamente aquela visão da autocrítica proposta no Boletim Central, marcado pela construção partidária e pela ação voltada para as classes operárias. (CODARIN, pp. 294 – 295) Foi justamente esse MR-8, já marcado pela autocrítica interna da organização e tendo abandonado a luta armada como ferramenta revolucionária que participou da construção do projeto de *Brasil Socialista.*

A Ação Popular Marxista Leninista nasceu oficialmente com esse nome em 1971, quando as tensões internas dentro da Ação Popular ascenderam ao limite e foi realizada a III Reunião Ampliada da Direção Nacional, cujo debate estava circunscrito ao entendimento do caráter da revolução brasileira, se seria socialista ou se teria a necessidade de cumprimento da etapa nacional-burguesa. O foco desse debate estava nas relações aproximadas com o maoísmo e a tendência de um determinado do grupo de defender a união com o PC do B no Brasil. Esse debate seguiu até meados de 1973, quando uma parcela se fundiu oficialmente ao PC do B e o restante dos militantes, liderados por Paulo Stuart Wright reorganizou a APML. Assassinado pelas forças da repressão em 1973, Wright foi um dos militantes históricos da Ação Popular desde o início da década de 1960, tendo se aproximado do guevarismo e realizado treinamento guerrilheiro em Cuba no ano de 1967. (RIDENTI, 2013, pp. 270 – 271)

Segundo Jacob Gorender, a característica da Ação Popular foi marcada por intensos debates disruptivos e que não seguiram certas linhas orgânicas. Ainda assim, é possível caracterizar a organização como tendo aceitado a tese da violência revolucionária, ainda que mediada pela influência cubana e pelo maoísmo, e sobretudo,

não ter transformado essa aproximação teórica em ação militar prática. (GORENDER, 2014. p. 127) Reginaldo Benedito Dias afirma que após o AI-5, a AP dedicou-se a preparação da luta armada sob a influência da matriz chinesa da guerra popular prolongada. (DIAS, 2009, p. 81)

Após a ruptura de 1973 que levou a drástica diminuição de seus quadros e após a morte de Paulo Wright, a trajetória da APML, sobretudo no exílio, foi marcada pela tese da luta pela frente ampla, pelas liberdades democráticas e pela construção da *Tendência Proletária* na esquerda brasileira. Disso resultaria a articulação e aproximação com o MR-8 durante o exílio na França. Além dessas aproximações teóricas, Marcelo Ridenti demonstra como o apoio de ambas as organizações à Lisâneas Maciel, candidato do MDB, nas eleições de 1974, também foram fundamentais para que essa aproximação ocorresse. Daí, resultou a criação do projeto da revista *Brasil Socialista* e como grupo político independente expressou naquele espaço suas visões acerca da questão da luta armada no Brasil. (RIDENTI, 2013, p. 239)

Os mesmos princípios também orientavam a Organização de Combate Marxista-Leninista da Política Operária no momento em que o grupo se aproximou do MR-8 e da APML para a construção da *Tendência Proletária* e da revista *Brasil Socialista.* Eles vinham sendo postulados, desde o surgimento em 1961, com o nome de Organização Revolucionária Marxista Política Operária, a ORM-PO, que ficou mais conhecida como POLOP. A POLOP sofreu como uma intensa luta interna que atravessou a organização, em 1967, e com isso o grupo dos militantes alinhados com a direção nacional aproximou-se de dissidências do Partido Comunista Brasileiro, sobretudo a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, e fundou o Partido Operário Comunista – POC. Já em 1970, o POC também sofreu com intensos debates, resultando em dissidências e saídas, e a maioria dos militantes oriundos da antiga POLOP saiu para construir a OCML-PO (BRITO, 2016).

A ideia da violência revolucionária havia sido incorporada ao programa da POLOP desde os anos 1960. Suas formulações em formato de luta armada guerrilheira constavam no Programa Socialista para o Brasil, documento de 1967 que foi adotado pelo POC e também pela OCML como matriz política central. Assim como na experiência da AP, não houve, uma experiência concreta da organização com a luta armada. Mas isso não impediu o coletivo de realizar uma série de críticas à guerrilha, denunciada como voluntarismo pequeno-burguês, que se acentuou e se radicalizou no início dos anos 1970 (COELHO, 2014).

Esse era o contexto teórico e político que marcava as organizações quando no momento da construção da revista *Brasil Socialista.* Diante desse quadro, a autocrítica foi realizada já com as ações militares da guerrilheira no Brasil derrotadas. Isso não modificou, nem para um lado, nem para o outro, o caráter da avaliação. E mesmo essas organizações cujos perfis foram distintos nas matrizes teóricas escaparam da crítica ao foquismo e do debate em torno da necessidade do protagonismo das classes operárias no processo revolucionário.

Os primeiros textos publicados em *Brasil Socialista* que versavam sobre as experiências guerrilheiras revelam que o entendimento das organizações sobre a necessidade do uso da violência para promover a construção do estado socialista se mantiveram presentes nas concepções de alguns militantes do projeto da *Tendência Proletária.* Isso fica marcado no texto de Fábio Almeida, militante do MR-8, que critica o regresso de militantes das vertentes armadas para o PCB. Ao mesmo tempo que entende que a luta armada faz parte dos processo revolucionários, ele avalia a experiência guerrilheira como esponeísta, criticando sobretudo o caráter "pequeno-burguês" da adesão ao foquismo. (ALMEIDA, 1975, p. 36)

Ao longo de suas edições, no entanto, a luta armada vai sendo cada vez mais deixada de lado conforme se intensifica a defesa de uma luta de frente ampla por liberdades democráticas. Isso se torna latente em texto publicado na edição de número 2, em abril de 1975. Nela, Fábio Almeida aborda as eleições de 1974, indicando uma reavaliação das estratégias de luta que devem ser empreendidas pelas esquerdas revolucionárias no Brasil:

> Devemos dar combate às concepções reformistas de luta contra a ditadura militar, dependente das frações burguesas e refratárias à organização independente do movimento operário e popular, e que não veem que a derrubada da ditadura militar é apenas uma solução preliminar e provisória para que as massas, livres dos atuais obstáculos, possam impulsionar a sociedade no caminho da Revolução Socialista. (ALMEIDA, 1975b, p. 3)

Com isso, evidencia-se que as lutas pelas liberdades democráticas se voltaram para a derrubada da Ditadura Militar brasileira como uma etapa na construção do socialismo e foi essa ótica sobre a pauta articulada pela frente ampla que orientou a militância da *Brasil Socialista.* A defesa realizada por parte da revista defenderia que essa pauta estaria inserida na realidade das massas brasileiras, o que estava diretamente associada a autocrítica realizada pela maioria dos integrantes das ações armadas:

> Por isso mesmo, devemos afastar-nos de quaisquer perspectivas doutrinaristas de luta ideológica, que terminam por reduzir nossos princípios revolucionários a um punhado de fórmulas desligadas do movimento real e que limitam nossa ação à mera expectativa crítica diante do movimento social. (ALMEIDA, 1975b, p. 3)

Diante da avaliação de que as organizações da esquerda revolucionária praticaram uma luta de caráter ideológico afastada do povo e das massas, caberia nesse novo momento para os grupos que compunham a *Brasil Socialista* defender um projeto que estivesse organicamente inserido nas lutas populares. Em decorrência disso, se nota que a leitura desses militantes era a de uma nova possibilidade de luta que se avizinhava no Brasil naquele período:

> A luta pelas liberdades democráticas interessa não somente a classe operária, mas também a outras classes e setores sociais. Particularmente, a pequena burguesia urbana tem nela um grande interesse e tem dado mostras, de 64 para cá, de quanto é capaz de participar dessa luta. (ALMEIDA, 1975b, p. 3)

Essa leitura possuía um objetivo tático fundamental de evita que a classe operária fosse isolada na luta contra a ditadura: "(...) Ao proletariado, não interessa isolar-se na luta ou mesmo querer fazê-la sozinho. Claro que ele não está em tais condições que possa dispensar ajudas, reforços, mesmo que estes lhe custem determinados preços". (Editorial, 1975. n. 2, p. 3)

E ao angariar forças, o papel da esquerda revolucionária é reiterado como o de articulador na construção do partido operário, visto como vanguarda da revolução socialista brasileira. Nesse sentido, a síntese da luta a ser travada para a construção daquele período, defendida pelo *Brasil Socialista* passava por:

> (...) persistir levantando a bandeira da unificação dos verdadeiros comunistas em torno da perspectiva da revolução socialista; devemos perseverar no caminho da aproximação entre as organizações políticas e da superação da dispersão dos grupos isolados; e devemos nos dedicar a um firme e paciente trabalho de construção de um aparato partidário nacional, profissional e centralizado. (ALMEIDA, 1975b, p. 3)

É possível entender essas tarefas como sendo uma prática da autocrítica realizada pelas organizações ao avaliar os erros cometidos na década anterior, justamente quando se observa esse papel de articulador das massas, justamente àquelas que faltaram na revolução:

> Pois, se a construção partidária – tarefa fundamental dos comunistas brasileiros hoje – só pode ganhar impulso e radicalidade em estreita consonância com a reorganização do movimento operário e popular, ela não depende apenas desse fator. Depende também do esforço consciente e planejado dos verdadeiros comunistas, especialmente de suas organizações políticas. (ALMEIDA, 1975b, p. 4)

Diante da leitura sobre os erros cometidos pelas organizações, as propostas presentes em *Brasil Socialista* estaria justamente em conseguir articular as massas para que elas fossem participantes da retomada da luta revolucionária. E para isso, se fazia tão necessária a luta pelas liberdades democráticas, que possibilitaria a reorganização partidárias e dos movimentos de massas, sobretudo dos movimentos operários. É dentro desse prisma que a *Brasil Socialista* passou a conceber o apoio e a participação de eleições, mesmo estas controladas pelo aparato repressivo da Ditadura Militar: "Poderemos vir a apoiar algum candidato? Nossa resposta é afirmativa, desde que esteja claro com que objetivos, dentro de que condições, com que vantagens e correndo que riscos". (ALMEIDA, 1975b, p. 4)

A posição tomada por *Brasil Socialista* nessa visão tática da reorganização da luta após a autocrítica da experiência armada foi um dos grandes debates que tomaram conta das esquerdas revolucionárias na segunda metade da década de 1970. Neste momento, hegemonizava-se uma tendência de luta em torno da frente ampla e das liberdades democráticas, mas esta ainda era vista com intensa crítica por parte das esquerdas revolucionárias. O próprio texto que defendeu o apoio em candidatos do MDB também se apressou a dizer que possíveis diferenças com outras organizações deveriam ser encaradas em um debate sobre concepções táticas:

> Entendemos que na prática de tal posição, se entrarmos em confrontação com outros setores da esquerda revolucionária (que, por acaso, mantenham-se na posição restrita ao voto nulo), não deveremos fazer de tal diferença de posições pontos de antagonização. Deve situar-se corretamente o pequeno limite da diferença de posições – ambas dentro do conjunto da tática. Não devemos permitir qualquer tipo de envolvimento emocional e provocativo, buscando sempre o caminho persuasivo do debate fraterno. (ALMEIDA, 1975b, p. 4)

A preocupação em defender essa posição é justificada pela tensão que o debate em torno da participação eleitoral provocava dentro da constelação das esquerdas revolucionárias, uma vez que todas elas, em maior ou menos medida, surgiram diante do posicionamento crítico com relação ao Partido Comunista Brasileiro, que desde os anos 1950 vinha defendendo a participação eleitoral e a união com outras classes como

mecanismo de construção do socialismo. Ao que tudo indica, as esquerdas que sugiram para confrontar esse posicionamento caracterizado por elas como *reformista,* não poderia ser defendido pelas mesmas esquerdas posteriormente.

Assim, é possível identificar uma tensão interna sobre a questão do apoio a participação eleitoral em *Brasil Socialista.* Em texto assinado pela Política Operária, há a anunciação dessa crítica como sendo uma prática de parte das esquerdas revolucionárias. Com isso, é possível notar que dentro do próprio grupo que procurou construir a *Tendência Proletária* no socialismo brasileiro ocorreram disputas em torno da tese da luta pelas liberdades democráticas. Na visão da PO, essa tendência era um desvio que deveria

> (...) ser combatido com a mesma violência como combatemos o militarismo; estamos afinal diante do delineamento de mais uma oportunidade histórica para fazer avançar o movimento revolucionário, e que progressivamente se aproxima, enquanto as forças revolucionárias se alinham junto ao movimento pequeno-burguês pela redemocratização. (PO, 1975, p. 66)

Por um lado, a aproximação da APML e do MR-8 foi articulada em torno da defesa da luta pela redemocratização, pautada inclusive pelo apoio ao mesmo candidato do MDB. Por outro lado, a OCML-PO repudiava a luta pela construção democrática e denunciava isso como um desvio a ser combatido, rechaçando, portanto, qualquer posicionamento em prol da participação eleitoral. Em entrevista concedida à Marcelo Ridenti, o militante da APML, Ricardo Azevedo, afirmou que o apoio à candidatos do MDB era um tabu de parte da esquerda revolucionária. (RIDENTI, 2013, p. 228) Ao que indica a leitura de *Brasil Socialista,* o MR-8 e a APML resolveram enfrentar esse tabu para seguir de acordo com a autocrítica praticada pelos integrantes e colocar em prática a resolução de lutar pelas liberdades democráticas como parte da tática de derrubada da Ditadura em prol da construção do socialismo, ainda que isso representasse as críticas realizadas por outros grupos das esquerdas revolucionárias que não aceitavam esse movimento tático, condenando-o.

Mas a tensão no debate entre as mobilizações em torno da participação eleitoral foram minando conforme a conjuntura política brasileira caminhava para um processo de distensão, anunciando com isso novas formas de luta e criando um movimento em direção à luta pelas liberdades democráticas e adesão ao frentismo eleitoral. Marcos Napolitano afirmou que A partir de 1975, os temas da Anistia e da redemocratização ancorada em movimentos de massa deram certa hegemonia aos defensores do frentismo e da luta pelas liberdades democráticas, obrigando os micropartidos da esquerda armada a encarar o

dilema do frentismo e o "combate democrático" com outras forças. (NAPOLITANO, 2014)

Diante disso, os embates dentro da *Brasil Socialista* em torno da questão eleitoral esfriaram e ganharam forças um movimento crítico à prática da luta armada, sobretudo ao foquismo. E foi nesse quesito que a revista também atuou de modo a condenar a vertente cubana da luta armada como a responsável pela derrota da guerrilha. Na mesma edição de *Brasil Socialista,* há um texto de Luis Tovar, ex militante do MR-8, que critica veementemente o foquismo, conceituando-o como antagonista dos postulados marxistas-leninistas, e portanto, uma ideologia que interpretou de maneira incorreta a luta de classes.

O texto defende que:

> Uma discussão nesses termos permitira que a esquerda proletária, enquanto um conjunto, se autocriticasse das posições foquistas e militaristas, que, em maior ou menos grau, marcaram a teoria e a prática de suas organizações e agrupamentos. Nós, que enquanto organização política, tivemos uma pesada responsabilidade nesse processo – que assumimos autocriticamente, achamos igualmente que essa tarefa cabe também ao coletivo da esquerda proletária. (TOVAR, 1975, p. 37)

É notório como a concepção foquista foi culpabilizada de maneira quase que irrestrita e aqueles que permaneciam defendendo essas concepções eram tensionados por parte de outros coletivos a realizarem esse movimento de criticar a concepção foquista. Nesse sentido, é possível afirmar que durante o período em que as esquerdas revolucionárias se realinhavam no exílio em prol de uma luta pelas liberdades democráticas, a autocrítica que se buscava em torno da questão da luta armada foi a de rechaçar o foquismo enquanto corrente ideológica que culminou nos erros cometidos pelas organizações, tais sendo o afastamento das massas como resultado do militarismo característico dessa ideologia.

Essa tendência se consolida na edição de número 3 da revista, de maio de 1975, quando um texto de Raul Villa rechaçava o vanguardismo característico das guerrilhas brasileiras por cometer certos erros que afastavam as massas do processo de luta. Segundo o texto, esse movimento "determina a incapacidade de transformar seus objetivos estratégicos em efetiva força social":

> Conhecemos esse fenômeno sob a forma típica do "vanguardismo", pela qual grupos armados desencadeiam "ações exemplares" imaginando pôr-se a cabeça do povo graças ao fato de seus interesses históricos. Na medida em que essas ações pretensas de vanguarda não se encontram com a dinâmica real das classes revolucionárias, elas passam a expressar – no contexto da situação presente que não dominam – interesses distintas dos das camadas trabalhadoras. (VILLA, 1975, p. 21)

Esse aspecto da crítica ao foquismo recorre ao que o próprio texto descreve como um "chavão" da autocrítica: a influência pequeno burguesa dentro da esquerda revolucionária:

> Trata-se do peso dominante da pequena burguesia radicalizada no interior das novas forças revolucionárias. Isto já foi dito mil vezes e virou chavão ou fórmula fácil para reformistas tentarem nos descaracterizar. Mas tampouco é séria a atitude daqueles que escondem o fato ou tiram-lhe importância. (VILLA, 1975, p. 21)

No centro da crítica, o autocrítica, como é apresentado no texto, está a incapacidade do vanguardismo característico do foquismo ser incapaz de se inserir organicamente na dinâmica concreta da luta de classes e não está necessariamente interligado apenas com as ações armadas isoladas: "Toda a manifestação de 'estratégias revolucionárias' que se afirmam independentemente da dinâmica concreta do movimento operário e das relações de forças em luta não será mais do que a persistência no mesmo vício" (VILLA, 1975, p. 21)

O que se pode concluir a partir dessa crítica ao vanguardismo característico do foquismo é que a prática da autocrítica realizada dentro da *Brasil Socialista* estava inserida na mesma questão que perpassou o impacto que a derrota política das experiências armadas causaram entre os seus militantes. Diante da incapacidade de desencadear a revolução em que faltaram as classes protagonistas do processo, seria necessário conceber uma luta articulada em uma dinâmica de classes da qual os operários estariam inseridos, para que fossem sujeitos da revolução. Nessa busca pela parte que faltou ao encontro, o foquismo e o vanguardismo das experiências guerrilheiras que preconizavam que a "ação faria a vanguarda" é que foram culpabilizados.

A busca pela inserção da esquerda revolucionária na dinâmica da luta das massas fez com que a experiência do MIR chileno fosse analisada de maneira extensiva no texto "Sobre questões táticas" escrito por Raul Villa na edição de número 3 de *Brasil Socialista*. Segundo o autor, o grupo chileno praticava "um ponto culminante para o movimento operário e revolucionário do continente e a atuação aí do MIR aponta com nitidez o caminho de superação dos vícios de juventude da nossa esquerda revolucionária". (VILLA, 1975, p. 21)

A leitura realizada pelo ex militante do MR-8 apontava para uma ação do grupo chileno que o inseriu na dinâmica da luta de classes dos operários no Chile, resultando em um modelo revolucionário cujo protagonismo pertenceu às classes operárias e não à vanguarda armada:

> (...) em termos gerais, o que assistimos é um processo pelo qual o MIR se afirma como um polo político para os crescentes setores revolucionários da massa trabalhadora. E isso graças a uma prática que implica sua inserção na dinâmica objetiva das massas ao mesmo tempo em que levantava a bandeira da revolução proletária e uma plataforma revolucionária de lutas para o período. (VILLA, 1975, p. 19)

Villa faz uma análise pormenorizada das etapas de atuação do MIR durante a mobilização em torno da UP, durante o governo de Allende e posteriormente ao golpe que derrubou o presidente em setembro de 1973. Em toda essa análise, o autor parece procurar demonstrar o caráter que a organização teve sempre em estar inserida na dinâmica da luta das massas, respeitando sua autonomia e atuando como ferramenta mobilizadora da mesma. Isso é sintetizado na análise realizada sobre o período posterior ao golpe de 1973, por meio da reprodução de um trecho do "El programa e las plataformas de lucha", documento assinado pelo MIR chileno e publicado em setembro de 1974. Raul Villa reproduz o seguinte trecho no seu texto sobre as novas estratégias de luta para a esquerda revolucionária brasileira:

> Até o 11 de setembro de 1973 o MIR levantou como objetivo de luta para as massas as reivindicações contidas no Programa do Povo; hoje agita uma Plataforma de Luta centrada em 4 grandes pontos: a restituição das liberdades democráticas, a defesa do nível de vida das massas, a derrubada da ditadura e o estabelecimento de um novo governo e a constituição do Movimento de Resistência Popular. A que se deve isso? Por acaso os objetivos de um Partido, sua razão de ser, seu programa, mudam segundo as circunstâncias, se acomodam à situação? Nada disso. O que acontece é que nem o "Programa do Povo" nem a atual "Plataforma de Luta" são o PROGRAMA DO MIR. Desde sua criação, há mais de 9 anos, o MIR tem um programa cujo conteúdo vem sendo apurado e melhorado mas que no substancial é o programa de resistência proletária chilena. (VILLA, 1975, p. 21)

Ao indicar o que pretende argumentar com essa longa citação sobre os pressupostos de luta defendidos pelo MIR chileno em 1974, Raul Villa revela que a visão positiva acerca da organização está relacionada à maneira pela qual o grupo submete a tática à dinâmica das massas, que são quem efetivamente conduzirá a plataforma de lutas: "(...) o Programa do Povo era uma Plataforma, com a particularidade de que, formulado num período pré-revolucionário, vinculava mais diretamente os objetivos táticos aos estratégicos". Destaca ainda que o grupo projeta sempre a necessidade de "Em cada período, em cada virada radical da luta de classes, o Partido Revolucionário do Proletariado levanta objetivos a lograr no curso do período". E esses objetivos eram sustentados por três pontos centrais:

> a) a estruturação da aliança de classes assinalada por seu programa; b) a elevação dos níveis de consciência, organização e capacidade de combate dos diversos setores sociais da aliança, incorporando-os à cena política e convertendo-o em forças sociais; c) a conquista da hegemonia do proletariado revolucionário no seio dessa aliança social para convertê-la em força social revolucionária. (VILLA, 1975, p. 22)

É interessante notar como os impactos políticos do MIR chileno não estavam necessariamente sustentados por uma vitória militar ou eleitoral, mas sim pela vitória política por parte do coletivo e essa vitória política estava associada a capacidade do grupo de estar inserido na dinâmica das lutas das massas chilenas. Ao que tudo indica, a maneira pela qual o grupo chileno foi capaz de mobilizar e articular o apoio da classe operária, fazendo-a emergir como protagonista no processo que levou Allende ao poder foi o que fez o grupo ter tanto destaque assim entre as esquerdas revolucionárias brasileiras. Ainda que ambas, a brasileira e a chilena, tenham sido derrotadas no objetivo de conquistar o poder, a forte mobilização dos operários chilenos em torno do MIR caracterizava o grupo como obtendo uma expressiva vitória política.

É justamente por isso que Villa concluir seu texto defendendo uma "tática proletária no Brasil", em que o autor afirma que:

> Só há um modo da esquerda brasileira enfrentar suas deficiências na definição tática: aplicando o marxismo-leninismo para caracterizar as tarefas que se colocam no momento atual. Só no encaminhamento prático da formulação e aplicação da tática será possível superar-se as lacunas e chegar à linha de encontro entre os objetivos estratégicos e a dinâmica imediata das forças sociais. E é por isso que a discussão sobre a tática domina a esquerda proletária brasileira, os agrupamentos revolucionários que se implantam no movimento operário para aí formar uma base de oposição ao regime. (VILLA, 1975, p. 22)

A fórmula chilena, portanto, inspirava a prática da autocrítica das esquerdas armadas brasileiras e a discussão profunda sobre as táticas que deveriam ser empregadas para lutar pelo processo de conscientização, mobilização e para que a classe operária se tornasse hegemônica no processo de revolução, definiam a matriz política. E dentro dela, caberia a defensa da luta pelas liberdades democráticas como sendo pertencentes à inserção na dinâmica própria de luta das massas, nos mesmos moldes como o MIR chileno defendia após o golpe de setembro de 1973.

Por isso que o texto se encerra apresentando uma reflexão sobre o que seria praticar a luta estando inserido na dinâmica das massas brasileiras naquele contexto histórico em que estavam submetidos. Essa reflexão se apresenta nos seguintes termos:

> Que objetivos vão permitir – ao nível da propaganda, da agitação, da ação – o avanço da consciência, organização e capacidade de luta das massas? Ao colocar a plataforma de lutas pelas liberdades democráticas, contra a superexploração e pela defesa das condições de vida das massas, contra a ditadura militar, estamos adequando a luta contra a exploração econômica e a opressão do período atual. (VILLA, 1975, p. 22)

E foi nesses termos de revisão tática projetada pela autocrítica elaborada e praticada por parte do grupo que cocebeu a *Brasil Socialista* que se passou a defender uma política de frente ampla, cujos objetivos foram destacados por parte de Raul Villa como realizando as denúncias contra:

> (...) o arrocho salarial, as más condições de trabalho, o desemprego, a falta de habitações dignas, o transporte caro, a falta de previdência e os remédios caros; a inexistência das próprias leis trabalhistas no campo, a espoliação dos camponeses pelos intermediários e plos proprietários da terra; a falta de liberdades sindicais, do direito de organizar-se em geral, falta do direito de greve, arbitrariedade policial, a inexistência de direitos jurídicos, as prisões, torturas e assassinatos políticos, a censura e perseguição a artistas e intelectuais, a falta de liberdade de organização e manifestação para estudantes; a falta de direitos políticos, de organização, de manifestação, etc. (VILLA, 1975, p. 25)

A extensa lista de pautas que perpassam diferentes grupos sociais e setores é a justificativa da luta pelas liberdades democráticas inserida na necessidade observada a partir da autocrítica de praticar uma ação que substituísse os postulados ideológicos das teorias comunistas por práticas associadas ao cotidiano da população brasileira. Segundo o texto, isso estaria inserida em uma "relação de objetivos capaz de mobilizar as massas num processo em que seus objetivos políticos revelem claramente a relação entre a luta elementar e os fins revolucionários".

É essa guinada na plataforma de lutas defendida por *Brasil Socialista* que aproximaria a esquerda revolucionária brasileira do MIR chileno, representando assim uma ação digna de uma esquerda proletária, como defende o grupo que construiu a Brasil Socialista. Essa plataforma de luta

> (...) levanta a bandeira da derrubada da ditadura militar e desenvolve uma plataforma de lutas concretas contra cada manifestação de opressão política e da exploração econômica; ela mantem a propaganda do socialismo que mostra às massas as causas reais da sua situação; ela impulsiona a organização das bases classistas sem as quais nenhuma política se mantem. (VILLA, 1975, p. 25)

De acordo com essa bandeira de luta defendida em *Brasil Socialista,* é possível analisar que houve uma autocrítica praticada por parte do projeto político da revista, que

deslocou as ações militaristas e inseriu em seu lugar uma plataforma de lutas de massa, concretas, cujo objetivo seria estar inserido na dinâmica das massas e fazer com que as mesmas se tornassem protagonistas da luta. Como o projeto político da revista estava diretamente inserido em uma concepção de atuação entre as esquerdas para a luta, a defesa dessa nova estratégia se configura como a prática da autocrítica formulada e realizada em bases teóricas, que ocorreu justamente por meio da adesão à frente ampla, a participação nas eleições com apoio aos candidatos alinhados com a sua plataforma política e sobretudo, a partir da atuação como política de massas de acordo com a lista de denúncias sistematizadas na revista.

No decorrer do projeto editorial de *Brasil Socialista,* houve ainda alguns momentos em que o grupo promoveu algumas análises mais conjunturais das organizações da esquerda brasileira inseridas naquele contexto. Na edição de número 5 de janeiro de 1976, justamente na ocasião em que celebrava um ano de circulação da revista, ela se propôs a fazer uma análise sobre três forças políticas dentro da esquerda brasileira: o PCB, o PC do B e a Esquerda Revolucionária.

No que diz respeito ao PCB, o partido foi visto como seguindo uma continuidade da sua política de alianças com a média burguesia, o que acarretaria em um problema evidente:

> (...) a medida em que a média burguesia vai enredando-se nas contradições de sua prática de pressões e compromissos com a ditadura, e em que o movimento de massas prossegue em sua reanimação, o caráter oportunista da política reformista vai revelando-se mais claramente. (COMITÊ..., 1976, p. 21)

A crítica com relação ao PCB se torna ainda mais latente ao analisar sua relação com o movimento operário: “No movimento operário, o PCB amplia seus esforços para aliar-se sem princípios com os mais odiados pelegos, afastando-se sistematicamente das oposições e tendências classistas”. (Idem)

Desse modo, na visão de *Brasil Socialista,* o PCB continua sendo associado ao reformismo e ao imobilismo, que para o grupo que articulou a construção da revista “nunca foi escola do combate”. De modo semelhante, a revista também analisa a atuação do PC do B, cuja experiência no Araguaia foi vista pela revista como sendo uma “transposição mecânica para a nossa realidade das teses do cerco da cidade pelos campos e da guerra popular de libertação nacional”. Após a experiência, a revista afirma que o partido não realizou uma autocrítica pública e que sua proposta de frente estava próxima àquela do PCB.

Já com relação a Esquerda Revolucionária, a visão da revista é a de celebrar a autocrítica realizada e a de analisar como ela vinha procurando se inserir na dinâmica da luta de massas:

> A ER que hoje se reorganiza em torna de uma alternativa proletária – a ER que não se desmoralizou com seus erros anteriores, que reconheceu-os abertamente e que foi às massas realizar essa autocrítica, que não abandonou um instante sequer as bandeiras da luta e que empenha-se em forjar a força social revolucionária, centrada no proletariado – vem dando importantes passos nessa conjuntura de reanimação do movimento operário popular. (COMITÊ..., 1976, p. 23)

Esse movimento é visto pela revista como o resultado de um amadurecimento por parte da Esquerda Revolucionária. É interessante notar como o texto cita que esse movimento é feito pela Esquerda Revolucionária que se articula em torno da "tendência proletária", ainda que não se faça críticas a outros grupos pertencentes a essa esquerda que por ventura não aderissem a essa linha. De alguma maneira, isso pode revelar uma certa disputa em torno das esquerdas revolucionárias que pegaram em armas e assim a *Brasil Socialista* procurava defender sua posição, justamente a de estar inserida na "tendência proletária", como um mecanismo de hegemonizar-se dentro do coletivo das esquerdas revolucionárias.

Por outro lado, também é importante observar que mesmo sem expressar esse viés de "tendência proletária", os demais coletivos oriundos das esquerdas armadas que foram analisadas nesse capítulo, promoveram uma autocrítica semelhante a essa expressada em *Brasil Socialista* e a praticaram justamente do mesmo modo, o de construir uma atuação voltada para os operários, vistos como sujeitos do processo revolucionário. Desse modo, é possível afirmar que a tendência que se expressou no conjunto de fontes analisado nesse capítulo foi o da prática da autocrítica por meio de uma ação política de frente ampla para que fosse possível corrigir os desvios indicados na revisão autocrítica desses coletivos e que fosse possível assim atuar junto das massas, sendo estas protagonistas do processo revolucionário. A análise de *Brasil Socialista,* indicaria ainda a construção do partido proletário como tarefa fundamental a ser realizada no ano de 1976:

> No entanto, ainda estamos longe de havermos resolvido a crise de direção das massas revolucionárias, através da construção do partido revolucionário dos trabalhadores. (...) É indispensável que a ER siga se fundindo crescentemente com o movimento operário e popular e radicalize ainda mais sua prática na construção partidária. (COMITÊ..., 1976, p. 21)

Nesse sentido, é possível afirmar que a revista *Brasil Socialista* realizou a autocrítica nas suas duas dimensões explicitadas nesse capítulo. Praticou a autocrítica

com formulações políticas, análises conjunturais e propostas que tinham como objetivo fazer com que a esquerda revolucionária, da qual ela própria participava, se inserisse na dinâmica das lutas das massas, sobretudo operários, e dessa forma respondesse ao erro que culminou na derrota política da luta armada. Mas *Brasil Socialista* também foi responsável por elaborar um conjunto de análises de autocríticas no âmbito teórico e o fez na sua edição de abril de 1976, em que um texto de Fábio Almeida se propôs a analisar todo o desenvolvimento da esquerda brasileira até aquele período. De todos os textos publicados em *Brasil Socialista,* ele foi o de maior dedicação a avaliar os movimentos armados dentro do Brasil.

Nele, Almeida procurou estabelecer uma análise do quadro internacional do movimento comunista e destacou, a partir dessa análise, suas primeiras críticas na relação da esquerda revolucionária com as influências internacionais:

> As discussões travadas na época entre as alternativas do "foco guerrilheiro" ou da "guerra popular de libertação nacional" refletem a influência da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa nos distintos setores da ER brasileira. Incapaz de traçar um rumo proletário para si, de integrar-se junto à classe operária e de desenvolver uma linha política que partisse do estudo aprofundado da realidade brasileira em todos os níveis, ela vai buscar nas experiências revolucionárias e outros países (aliás muito mal assimiladas) as linhas mestras básicas de sua política. (ALMEIDA, 1976, p. 9)

É interessante notar como na visão expressada na revista há uma deslegitimação das teorias revolucionárias estrangeiras, seja a matriz cubana, seja a matriz chinesa, e se defende que um modelo próprio seja a saída para a concepção teórica da revolução brasileira. Neste caso, a autocrítica elaborada perpassa uma necessidade de ampliar a análise da conjuntura brasileira como ferramenta para elaborar uma prática revolucionária própria, chamada de proletária por Fábio Almeida.

Por não ter realizado essa construção de uma teoria que se projetasse na realidade brasileira, a esquerda revolucionária teria negligenciado a mobilização das massas como resultado da ideia de vanguarda, fortemente criticada na avaliação publicada em *Brasil Socialista:*

> Auto-intitulando-se vanguarda proletária (ou em alguns casos, como o da VPR não se preocupando sequer com esse problema), ela crê já ter na "coluna guerrilheira" e suas variantes, ou na "guerra popular" as respostas políticas para os problemas centrais da revolução brasileira. Tratava-se de levar à prática uma linha política já formulada. E a mobilização do proletariado se desenvolveria no decorrer do processo, mais ou menos espontaneamente, através da influência exercida pela luta armada no campo. (ALMEIDA, 1976, p. 10)

O componente da mobilização da classe trabalhadora é um dos aspectos centrais da autocrítica promovida por esse texto, como de resto, perpassa toda a prática de autocrítica realizada em *Brasil Socialista.* Isso se refletiu no seu objetivo editorial de servir como ferramenta para ampliar o debate dentro da esquerda revolucionária sobre a realidade brasileira e a maneira de enfrentar essa desmobilização. Ao analisar a experiência armada, a derrota política, entendida como a ausência de participação das camadas operárias nos movimentos armados, é analisada profundamente. E nesse aspecto, Almeida traça um argumento que leva em consideração a classe social da esquerda revolucionária:

> Aqui não basta ver a falta de maturidade ou baixo nível teórico da esquerda revolucionária. De fato, tais componentes estavam presentes. Mas, por detrás deles e de outros, estava a posição de classe pequeno-burguesa da esquerda revolucionária. E aqui voltamos ao ponto de partida da análise: produto da radicalização de setores da pequena-burguesia, num momento em que o proletariado se encontrava disperso politicamente e no fundamental desorientado, a ER é incapaz de romper com sua classe de origem, buscando no proletariado e no marxismo a base para tal processo. Ao contrário, é na pequena-burguesia que ela mantem sua base social e é a dinâmica dessa classe que orienta a sua atividade política. (ALMEIDA, 1976, p. 11)

Na avaliação realizada por Fabio Almeida, o principal problema das esquerdas revolucionárias estava diretamente associada ao fato dela ser predominantemente pertencente as camadas pequeno-burguesas. Essa é uma das questões mais complexas de se analisar ao tratar da análise demográfica dos integrantes da esquerda armada brasileira. O trabalho de Marcelo Ridenti foi aquele que conseguiu dar conta de traçar um perfil de origem de classe no quadro das esquerdas revolucionárias por meio dos documentos dos processados pelo Superior Tribunal Militar. O autor caracteriza como pertencentes às camadas sociais de base os militantes processados cuja ocupação profissional era descrita como “lavrador”, “militar de baixa patente” e “trabalhadores manuais urbanos”. Esses militantes contabilizam 16,39% dos integrantes das esquerdas armadas no Brasil. (RIDENTI, 2010. p. 163)

A porcentagem, no entanto, é problematizado pelo próprio autor, que afirma que “esse número seria mais elevado se ao menos uma parcela dos estratos sociais estatisticamente classificados como ‘camadas de transição’ fosse computadas também as ‘camadas sociais de base’. (Idem). Esse acréscimo resultaria no aumento significativo de integrantes da luta armada pertencentes à classe trabalhadora, no sentido amplo ou no sentido estrito, chegando à 40,9% de todos os processados pelo Superior Tribunal Militar.

Esses dados permitem questionar se esse entendimento por parte da autocrítica promovida em *Brasil Socialista* era uma análise dos dados concretos da experiência armada ou apenas uma sensação causada pela memória, ou ainda uma incidência de uma determinada visão política que atestava à derrota a ausência massiva da classe trabalhadora. Ou ainda, essa visão pode ter sido impactada pela presença realmente massiva de estudantes universitários e secundaristas nos movimentos armados.

Mas mesmo sobre a questão dos estudantes, o trabalho de Ridenti traça uma análise bastante interessante sobre a relação de sua ocupação com a classe à qual pertencem. Os dados analisados pelo autor registraram 30,7% dos denunciados com vinculação aos grupos armados que foram considerados estudantes. (RIDENTI, 2010. p. 114). Os números, portanto, fazem com que o autor conclua que "a maioria dos componentes das organizações de esquerda armada era de estudantes e outras camadas intelectualizadas". Mas Ridenti estabeleceu uma análise que classificou os estudantes brasileiros não como pertencentes a uma classe média ascendente, mas sim como constituintes de uma situação específica e transitória, "entre as classes de origem dos universitários e as classes eu ajudarão a constituir depois de formados". Isso levou o autor a dinamizar a situação de classe dos estudantes da luta armada não como definida pela origem, mas como resultado da relação em três momentos específicos: "a origem, o período de transição na universidade e o lugar que a sociedade promete ao futuro profissional diplomado". (RIDENTI, 2010. pp. 137 – 138)

A partir dessa concepção teórica, Marcelo Ridenti concluiu que "do ponto de vista aqui adotado, bom número do que muitos pesquisadores chamam de 'camadas médias ascendentes' pode ser tomado como parte tendencialmente constituinte da classe trabalhadora, mesmo que não se trate de proletários propriamente ditos. (RIDENTI, 2010. p. 141)

A análise realizada pelo o autor tem justamente o interesse de discutir o que ele próprio chama a atenção como sendo corrente no meio da esquerda, assim resumida:

> (...) os grupos em armas eram integrados sobretudo por estudantes, com origem da classe pequeno-burguesa, tipicamente oscilante e sem posição política própria viável; logo, os estudantes transferiram para as esquerdas armadas os desvios de sua classe de origem, levando-as necessariamente ao fracasso. (RIDENTI, 2010. p. 137)

Como ficou evidenciado na análise do texto de Fabio Almeida publicado em *Brasil Socialista,* essa é justamente a interpretação expressada pela autocrítica realizada ali. E partindo do estudo de Marcelo Ridenti, é possível afirmar que esse entendimento

por parte da autocrítica expressada no documento, minimamente foi incapaz de reconhecer a representatividade dos integrantes das classes proletárias nas esquerdas armadas brasileiras. Mas isso não parece sequer estar em questão no texto publicado na revista. Na realidade, parece ser, como afirma o historiador, uma forma de deixar em segundo plano a questão das representatividades desses partidos e organizações, suas dificuldades e possibilidades, para se tornarem canal de mediação da classe trabalhadora na relação com e contra o outro.

Ainda, é possível conceber essa autocrítica como sendo a expressão de uma certa visão cristalizada sobre a classe operária por parte da cultura comunista, como estando livre de embates por ascensão social e que expressaria, portanto, uma identidade revolucionária pura. Essa visão idealizada da classe trabalhadora é uma marca bastante comum dos textos de autocrítica analisados ao longo dessa pesquisa e assim parece ser bastante plausível que esse viés tenha incidido para a autocrítica realizada por *Brasil Socialista*.

Mas ainda é preciso destacar como a análise proposta por *Brasil Socialista* se inseriu no quadro geral das buscas por autocríticas propostas nessa pesquisa. Ao estabelecer como parte constituinte da própria identidade o movimento de luta pela implementação do socialismo via revolução armada e diante da derrota militar e sobretudo política da experiência, foi necessário realizar por parte dos militantes um profundo processo de discussão do porque a falha ocorreu. E parte desse processo ocorreu, como argumenta Marcelo Ridenti, como uma forma de não encarar os próprios erros.

Por outro lado, esse processo também pode ser lido como um elemento constitutivo do trauma da derrota política e sua elaboração enquanto melancolia, já que seria inconcebível por parte dos militantes da esquerda revolucionária que as massas não aderissem àquele projeto ou mesmo que ele fracassasse. Parece que essa autocrítica que procurou estabelecer no desvio de classe a suposta resposta para o fracasso foi uma forma das esquerdas armadas lidarem com aquilo que corajosamente foi dito por Carlos Eugênio Paz, de que os militantes estavam preparados para vencer ou morrer, mas não para perder e continuar vivos. Ao continuarem vivos e tendo que lidar com o trauma da derrota, diversas autocríticas realizadas tergiversaram sobre a questão central das experiências armadas.

Outro fator relevante da avaliação proposta pelo texto de Fábio Almeida é sua análise sobre o caráter teórico das elaborações das organizações armadas. Sobre esse ponto, o autor aborda diferentes matrizes dos grupos que pegaram em armas:

> A primeiras delas, formada principalmente pelas cisões que saiam do PCB e cuja característica central era o militarismo, foi sem dúvida a corrente de maior influência, ainda que dispersa num grande número de O.s. Abarca um conjunto de grande variantes, que vão desde as formulações mais típicas e mesmo grotescas (tipo VPR e ALN) até formulações mais "sofisticadas" – que definiam o caráter socialista da revolução, viam a necessidade do Partido e a necessidade de combinar ações armadas com o trabalho de massas (caso da Var Palmares e do MR8). (ALMEIDA, 1976, p. 11)

Desse ponto de vista, é possível notar como a autocrítica expresasva uma análise que, de certa forma, estava inserida na maneira pela qual a própria organização de origem do militante que faz a autocrítica está inserido. Fábio Almeida, que integrou o MR-8, parece querer indicar que sua organização, apesar de ter cometido o erro de encarar as ações armadas como desencadeadoras do processo revolucionário, a enquadra como tendo sido "menos grotesca", uma vez que combinava as ações armadas com o trabalho de massas e também defendia a construção partidária, se opondo à ALN e VPR, que não defenderiam isso em seus postulados políticos.

Se por um lado, é verdade que a ALN foi uma das mais expoentes organizações que criticava veementemente a necessidade do partido, entendido como imobilista, ela não condenou o trabalho de massas durante toda a sua atuação, tendo inclusive criado setores responsáveis por essa tarefa. De qualquer modo, parece ser claro que há nessa avaliação de Almeida a incidência da militância no passado, mas sobretudo do pensamento político que estava presente no momento da autocrítica. Se a avaliação do coletivo de *Brasil Socialista* apontava para a necessidade do trabalho de massas e para a centralidade do partido como ferramenta da revolução, não é de se surpreender que eles avaliem positivamente as experiências guerrilheiras que em maior ou menos medida aceitavam esses pressupostos.

O segundo grupo caracterizado por Fábio Almeida é composto por Ação Popular e PC do B. As críticas a essas duas organizações são endereçadas ao caráter populista revolucionário, baseado numa transposição mecânica da experiência da revolução chinesa para o Brasil. A crítica reside no que é caracterizada como uma "linha direitista do ponto de vista estratégico (revolução nacional, democrática e popular). (ALMEIDA, 1976, p. 12)

Já o terceiro grupo, ligado à Política Operária, foi caracterizado como doutrinarista, que impediu de transformar a leitura marxista da realidade brasileira em intervenção concreta no movimento de massas. Assim, na visão de *Brasil Socialista,* as organizações ligadas à Política Operária, caíram em um "propagandismo dos princípios gerais, aliada muitas vezes, a um economicismo das proposições concretas". E mais uma vez a origem de classe é retomada como caráter explicativo dos desvios cometidos por esse terceiro grupo: "Pelas suas características próprias, o doutrintarismo atrai fundamentalmente determinados setores da intelectualidade pequeno-burguesa, sensíveis a um discurso 'marxista'. (Idem)

Em resumo, sistematizado no texto, Fabio Almeida anuncia que:

> O que é fundamental compreender na análise é que ainda que as manifestações políticas dos distintos desvios da esquerda revolucionária fossem diferentes, a base ideológica que embasa cada um deles é comum: o dogmatismo, o espontaneísmo, o voluntarismo estão presentes em cada uma das vertentes da esquerda revolucionária, demonstrando o caráter pequeno-burguês predominante ao nível de sua ideologia e refletindo o caráter parcial do rompimento com o PCB. (ALMEIDA, 1976, p. 12)

Esses traços comuns as organizações das esquerdas revolucionárias são indicados como tendo resultado na incapacidade delas de se "proletarizar" e assim inviabilizou a construção de um partido operário capaz de conduzir a classe vista como sujeita da revolução ao caminho de transformação social. Diante disso, o texto aborda que os balanços realizados por parte desses grupos armados caíram "em aspectos técnicos (estávamos despreparados), seja no teoricismo (precisamos estudar a realidade).

A autocrítica realizada pela revista *Brasil Socialista* indicava uma vertente prática e justamente por isso se avalia negativamente o movimento de regresso de setores que romperam com o PCB e que naquela ocasião caminhavam novamente ao *partidão,* que segue sendo classificado como imobilista, reformista e incapaz de se inserir na dinâmica de luta da classe operária brasileira.

> Alguns setores, principalmente no exterior, vêem na volta ao PCB a solução para a crise, demonstrando assim o caráter parcial do rompimento anterior. Esse fenômeno se dá principalmente nos anos 72-73, numa conjuntura bem precisa, com o movimento de massas e a esquerda revolucionária bastante debilitados, e a oposição da média burguesia homogeneizando inquestionavelmente a oposição à ditadura. (ALMEIDA, 1976, p. 9)

Segundo Marcos Napolitano, esse período efetivamente iniciou uma retomada do PCB como um importante centro aglutinador das lutas pelas liberdades democráticas realizadas fundamentalmente no exílio, pautada pela denúncia das torturas e pelas

campanhas por direitos democráticos e anistia. (NAPOLITANO, 2014.) Esse momento efetivamente marca um regresso, principalmente de militantes da ALN, ao Partido Comunista Brasileiro, sobretudo impactados pela necessidade de realizar uma luta de frente ampla diante da derrota política do movimento armado. Esse caráter da luta encampada pelo partido é analisado no texto de *Brasil Socialista,* que afirmava que:

> Esse quadro favorece objetivamente a política do PCB, que aparece aos olhos dos mais afoitos como "mais realista", "de pés no chão". Os setores que são assim atraídos, impactados pelo peso da derrota da ER e pelo (em geral muito super-estimado) do aparato do PCB, são incapazes de resgar os pontos positivos que a ER desenvolveu em sua prática e em sua crítica à política reformista, incapazes de compreender o próprio processo global por que passou a esquerda brasileira, fazendo assim um balanço parcial e precipitado de sua experiência anterior. (ALMEIDA, 1976, p. 15)

A prática de autocrítica proposta por *Brasil Socialista* se cristaliza na análise de Fábio Almeida. Não haveria espaço para o militarismo caracterizado como desvio de classe pequeno-burguês, ao mesmo tempo que não deveria se voltar ao imobilismo típico do período em que o PCB hegemonizava a esquerda brasileira. Diante desse paradoxo, surge a prática da autocrítica anunciada nas páginas da revista:

> Nesse processo todo, vem se forjando uma nova vanguarda social operária. Esses setores, que se desenvolvem de forma desigual, mas cuja presença se faz assinalar em todos os principais centros operários do país, se formam no bojo do processo de crítica, mais ou menos consciente, ao sindicalismo pelego, à política populista, ao reformismo, e de busca de um sindicalismo independente, classista, organizado pela base. (ALMEIDA, 1976, p. 15)

Diante da leitura apresentada pela revista sobre o quadro dos movimentos de massa da sociedade brasileira, uma questão interessante emerge como um problema de pesquisa que mesmo escapando da centralidade desta tese, deve ser anunciada como possibilidade de novos estudos. Na visão de Fábio Almeida, havia naquele contexto histórico um movimento de rearticulação do movimento operário brasileiro, que em sua visão não eram apenas espontaneístas, mas contavam com a participação de "setores avançados da vanguarda política brasileira". Nessa efervescência:

> Congregam desde setores de vanguarda que tiveram uma participação ativa em 68 – engajados nas mais diversas O.s da esquerda revolucionária e que depois romperam com estas voltando-se para um trabalho junto à classe – até setores mais jovens, que despontaram depois de 68. (ALMEIDA, 1976, p. 16)

É notório como a avaliação de Fabio Almeida atesta uma visão que coloca o movimento operário brasileiro como estando vivendo um momento no qual já se anunciava uma retomada das mobilizações e a ruptura com o "sindicalismo pelego", caracterizado pelo alto grau de controle exercido pelo regime militar brasileiro. Dois anos

depois, eclodiria a greve dos metalúrgicos do ABC, na região metropolitana de São Paulo que foi descrita por Marco Aurélio Santana como um movimento que rompia com os "limites estreitos estabelecidos pela lei antigreve, com o 'arrocho salarial' e o silêncio geral ao qual havia sido forçada a classe trabalhadora pelo menos desde as greves de Contagem e Osasco". (SANTANA, 2010. p. 287)

Marco Aurélio Santana descreve de maneira resumida o que a historiografia brasileira aborda quando trata do chamado "novo sindicalismo" brasileiro, fundamental na luta pelo fim do regime militar e que foi a gênese de onde se articulou o surgimento da principal força de esquerda do Brasil pós-Ditadura Militar, que foi o Partido dos Trabalhadores. Segundo Giovanni Alves, foi a partir da greve de 1978 que "tivemos o ressurgimento do movimento sindical no país, que iria tornar-se a 'ponta de lança' da resistência operária à superexploração da força de trabalho. (ALVES, 2000) Ricardo Antunes afirma que nessa data "a classe operária entra em cena" (ANTUNES, 1995).

O que se nota na análise da historiografia de referência é justamente as greves de 1978 como sendo o evento inicial de um processo que Santana chamou de "era de ouro do sindicalismo brasileiro". O que chama a atenção, no entanto, é a ausência de pesquisas que procurem analisar a maneira pela qual esse novo sindicalismo se forjou no período anterior ao evento que o expôs no espaço público. E isso se torna relevante quando se observa que o texto de *Brasil Socialista* não apenas relata esse movimento crescente de mobilização da classe operária brasileira, como também diz que:

> (...) isso não quer dizer que a classe apenas começa a retomar as lutas. Mas pela atuação constante que mantem, pelos rumos que apontam em sua prática, são os setores que tendem a assumir a direção de um novo fluxo do movimento operário, que aliás não está muito distante. (ALMEIDA, 1976, p. 18)

Visto dessa maneira, não é possível escapar da curiosidade de analisar a relação entre o que se anunciava nas páginas da revista e o que efetivamente ocorreu na política sindical brasileira dois depois do texto escrito. Se por um lado, é fundamental escapar da análise teleológica que correlaciona os dois pontos destacados, por outro, também não parece ser necessariamente um mero acaso que o texto tenha "acertado" em sua análise política. Conforme já anunciado, a análise específica sobre a penetração de setores da esquerda revolucionária no movimento operário antes dele emergir à cena pública brasileira no ano de 1978 escapa dos objetivos centrais dessa pesquisa, mas parece ser uma agenda de pesquisa interessante para ampliar a historiografia acerca do tema e

também avaliar qual a efetividade dessas propostas de "proletarização" das esquerdas revolucionárias que fizeram parte de praticamente todas as autocríticas desses grupos.

E essa autocrítica, elaborada e praticada pela *Brasil Socialista,* se finaliza com a conclusão do texto de Fábio Almeida, na edição de número 6, mas não sem antes expressar uma característica que estará presente em muitas das autocríticas promovidas no movimento de redemocratização brasileiro e que será analisado no capítulo 3. Em muitos aspectos, a autocrítica revela um movimento de embate entre as diversas organizações da esquerda brasileira no que concerne sua prática política do período em que se faz a avaliação. Dito de outra forma, no caso do texto publicado em *Brasil Socialista,* a autocrítica correta foi aquela realizada pelos grupos que integraram o projeto político da revista e que estavam articulados com a construção da *Tendência Proletária.* Isso se expressa quando Fabio Almeida conclui o texto afirmando que:

> Nesse sentido, poder-se-ia mesmo dizer que a AP e o MR-8 de hoje são e não são ao mesmo tempo a AP dogmática e direitista, que propugnava a revolução democrática e nacional através da estratégia da guerra popular e o MR-8 militarista das ações e sequestros de 69. (ALMEIDA, 1976, p. 18)

Essa é uma das características mais marcantes de todas as avaliações e autocríticas realizadas pelas organizações de esquerda no Brasil. Elas estão submetidas ao embate que ocorria sobre as novas formulações políticas em que estes grupos estavam se enquadrando. Não havia um esforço de elaboração coletivo para que se avaliasse de maneira distanciada as atuações das esquerdas armadas, mas sim uma revisão que foi pautada pelos desdobramentos das organizações após a experiência armada.

Como foi possível notar no trecho anterior, o texto aborda especificamente as mudanças positivas referentes à AP e ao MR-8 e não trata como positiva a autocrítica realizada pela Política Operária, cuja formulação política inicialmente integrou o projeto de *Brasil Socialista* sob a denominação de OCML/PO. Na análise do projeto editorial da revista notou-se como paulatinamente esse grupo passou a ser criticado, inclusive com textos que falavam sobre o erro dos demais grupos de avaliarem a Política Operária como tendo realizado um movimento de proletarização que não se configurou na prática. Isso é citado na edição de janeiro de 1976, que ao falar sobre a trajetória de um ano da revista, ressaltava esse "equívoco" como um dos "erros cometidos" pelo coletivo. Foi nesse contexto que a Política Operária rompeu com a *Brasil Socialista* e é justamente por isso que não se notou nenhum texto dessa organização dentro dos números analisados da revista em questão.

Porém, após a ruptura com o projeto de *Brasil Socialista,* a OCML/PO se reorganizou no coletivo que ficou conhecido como a *Fração Bolchevique*. Esse coletivo foi responsável por organizar a partir de 1973 uma outra revista que circulou no exílio brasileiro e que analisou algumas questões referentes as esquerdas revolucionárias armadas, em um movimento de autocrítica, além de tratar sobre alguns aspectos da política brasileira, que efervescia com o movimento de reabertura política anunciada pelo regime militar e vislumbrada pelas esquerdas, e que também observava a retomada da mobilização das camadas trabalhadoras. Para encerrar o capítulo, a revista *Nova Luta,* da Fração Bolchevique da Organização Comunista Marxista Leninista da Política Operária, será analisada.

2.10. *Nova Luta* e o proletário brasileiro como protagonista da revolução.

O jornal *Nova Luta*, do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) foi formado em congresso realizado em 1973 a partir da Fração Bolchevique da Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML/PO), grupo constituído em 1970 como uma dissidência da Política Operária, a POLOP. O periódico circulou entre 1973 e 1980, sem periodicidade definida dadas as condições de clandestinidade impostas pelo regime militar brasileiro. Nesse período, foram publicadas 25 edições do jornal, com variação distinta em seu tamanho e mesmo no caráter dos textos publicados. Ele circulou no Chile durante o ano de 1973 e posteriormente foi publicado em Portugal e Espanha, mas sempre com textos em português. Ainda assim, a conjuntura chilena é marcante nas páginas de *Nova Luta.*

A primeira edição localizada, por exemplo, possui apenas 14 páginas e se concentra em fazer denúncias da Ditadura Militar brasileira e celebrar as ações de derrubada do regime autoritário argentino durante o ano de 1973. A segunda edição possui 29 páginas e se dedica quase que exclusivamente em apresentar a conjuntura política chilena, tratando do Golpe de Estado de 1973 e dos movimentos de resistência que se organizaram a partir dali, destacando já de maneira especial em sua capa o papel dos proletários como agentes revolucionários.

Em dezembro de 1973, no número 8 de *Nova Luta,* publicada como um suplemento especial, há um único texto intitulado “Revolução socialista ou caricatura da revolução”. Nessa edição, o jornal apresenta pela primeira vez uma diretriz analítica sobre o

movimento comunista internacional, ocasionado pelos eventos que derrubaram Salvador Allende e implementaram a Ditadura Militar chilena, em setembro de 1973. Nesse texto, o jornal procurou analisar com profundidade todo o debate dentro da esquerda no século XX sobre a possibilidade de construção do socialismo por meio de reformas, utilizando como ponto de inflexão para esse debate o caso chileno. Segundo o texto, "(...) o processo que se desenrolou no Chile traz uma série de experiências e de tomadas de posição que servem como exemplos recentes de desvios (e suas consequências) antigos. (REVOLUÇÃO..., 1973, p. 8) Para a organização, o fracasso da chamada "via chilena" revelava que "A tentativa de se chegar ao socialismo por meios pacíficos realizada naquele país, justificada por suas lideranças como tendo sido 'aceita' por Marx, revela em si mesma uma contradição irreparável com o marxismo".

Esse viés crítico da experiência chilena que foi vivenciada pelos militantes da Política Operária que estiveram exilados no Chile denota uma questão bastante interessante sobre as transformações que a esquerda brasileira viveu durante a década de 1970, uma vez que diante de mais essa derrota que a esquerda da América Latina vivenciou naquele período, o grupo não se mostrou reticente nem com relação à construção do socialismo nem com relação a necessidade de imposição de uma ruptura violenta para a sua construção:

> Na verdade, o que estava em jogo no Chile de 1973 não era uma pretensa "segunda via" para o socialismo. Esta segunda via não existe na realidade (...) não existem dois caminhos para transformar a sociedade, mas um só: que apenas uma revolução é capaz de libertar verdadeiramente o proletariado e, finalmente, que não existem revoluções sem pólvora e sangue, pois, para fazer saltar os grilhões que acorrentam as massas trabalhadoras a exploração capitalista será preciso explodi-los. (REVOLUÇÃO..., 1973, p. 9)

Além da defesa da violência como mecanismo de transformação e de realizar a leitura do golpe de estado no Chile como uma expressão dos equívocos cometidos pelos "reformistas", esse texto também é expressivo de uma condição comum à esquerda latino-americana do período, intensamente marcada pelas derrotas e fracassos de seus projetos revolucionários. Ao analisar as experiências das esquerdas europeias no final do século XX, Enzo Traverso desenvolve a teoria da melancolia de esquerda como sendo uma formulação que se recusa a:

> (...) retirar-se para um universo fechado de sofrimento e lembranças; trata-se mais de uma constelação de emoções e sentimentos que envolvem uma transição histórica, única maneira que a busca por novas ideias e projetos pode

> coexistir com o pesar e o luto após o fim das experiências revolucionárias. (TRAVERSO, 2018. p. 17)

As formulações presentes nesse texto, bem como toda a maneira pela qual a esquerda revolucionária procurou praticar a autocrítica de suas ações pode ser interpretada dentro dessa chave teórica proposta pelo autor italiano. Ele afirma que essa prática é a própria "melancolia de uma esquerda que, mesmo aberta às lutas no presente, não foge à autocrítica em relação a seus fracassos no passado". (Idem) Conforme foi demonstrado ao longo de todo o capítulo e pode ser sintetizado por meio da análise da conjuntura chilena e de sua elaboração por parte de *Nova Luta,* as esquerdas revolucionárias brasileiras, ao serem derrotadas em seus projetos, não se furtaram de realizar análises sobre o passado, quer estivessem certos ou errados, em seu processo de revisão. E o sentido dessa avaliação crítica se expressou justamente em novas formulações de luta, em novas propostas apresentadas, em novos chamamentos, como o analisado anteriormente, de seguir em busca da revolução. E mesmo quando o viés de autocrítica apontava para outros caminhos em que a violência revolucionária não estava no cerne da transformação, o sentido dessa melancolia de esquerda segue presente. Praticar a autocrítica com relação à experiência armada foi elaborar novos projetos para a construção do socialismo, o que de resto, foi parte fundamental da identidade dos militantes de esquerda no século XX.

Já no que diz respeito as concepções teóricas de autocrítica elaboradas por parte de *Nova Luta,* o coletivo expressou, além da defesa veemente da necessidade da violência como a ferramenta de transformação social, outros aspectos que estavam direta ou indiretamente relacionados com os pressupostos que marcaram toda a esquerda revolucionária brasileira ao longo dos anos 1970. Foram três as tarefas destacadas por parte do jornal para a retomada da luta pela construção do socialismo. A primeira delas consistia em "(...) desempoeirar os clássicos do marxismo-leninismo, em estudar profundamente estes clássicos, na fonte (e não simplesmente resumos e comentários) e enriquecê-los com as novas experiências de luta de classes". (REVOLUÇÃO..., 1973, p. 14)

Desse ponto de vista, o coletivo da *Fração Bolchevique* defendeu como elaboração teórica de autocrítica um viés de aprofundamento da teoria marxista-leninista, como outras análises também o fizeram. A segunda tarefa também estava em consonância com

os demais coletivos de esquerda, uma vez que o texto aponta para a necessidade de "(...) dirigir-se a classe operária, enraizar-se solidamente no seu interior, e, deste modo, dirigir o proletariado no rumo correto de uma revolução socialista". (REVOLUÇÃO..., 1973, p. 14)

A projeção da classe operária como sujeito histórico da revolução se expressou também nessa organização, com a importante diferença de que há uma defesa constante de um viés mais exacerbado de vanguarda dirigente de classe. Comparando com a *Brasil Socialista* e mesmo com a *Unidade e Luta,* esse postulado não se evidenciava de maneira tão explícita e a classe operária aparece como sendo responsável pela sua organização, a partir de um partido revolucionário que surgisse dentro da classe. No caso de *Nova Luta,* há um postulado mais definido com relação a necessidade de uma vanguarda ser a direção das massas.

Por fim, há também o indicativo de que seria necessário fazer uma leitura mais profunda do movimento da dinâmica da luta de classes, para que fosse possível atuar no momento decisivo para projetar a transformação da sociedade. Nesse aspecto, a leitura realizada é a da ideia de que as esquerdas não foram capazes de analisar corretamente a evolução histórica e atuaram de maneira incorreta, outra marca também bastante comum das análises realizadas por parte desses coletivos. De modo geral, o jornal se colocou como uma ferramenta que buscava atuar de modo a construir um movimento operário autônomo e consciente, como sua tarefa para a construção do socialismo. De modo especial, se destaca o editorial do número 9, de março de 1974, em que o texto salienta uma conjuntura de retomada de lutas espontâneas dos operários e de demais trabalhadores brasileiros, sobretudo com relação às questões do custo de vida e da defasagem nos salários. Diante dessa leitura da conjuntura brasileira, o jornal defendia que cabia à esquerda cumprir o papel da mobilização e da conscientização das massas.

Ao longo dos anos de 1974 e 1975, o jornal *Nova Luta* se destacou por fazer um movimento de denúncias das violências cometidas pelo regime militar brasileiro, e principalmente, publicizar as lutas empreendidas sobretudo pelas classes trabalhadoras do Brasil, do Chile e Argentina, destacando mobilizações, greves e outras atividades de luta desse setor. Outro aspecto relevante do projeto editorial do jornal foi a de realizar uma série de análises sobre questões econômicas e sociais do Brasil, destacando sobretudo o aumento do custo de vida para as massas trabalhadoras e de denunciar a falta

de revisão dos salários entre os operários. Seja por meio de matérias ou então nos editoriais, esses dois anos foram marcados exclusivamente por esse tipo de abordagem.

Os únicos momentos em que os editoriais de *Nova Luta* destacaram análises de conjunturas políticas nesse biênio ocorreram próximos às eleições. E diante desse tema, o coletivo expressava sua análise de que o processo democrático não deveria ser encarado como uma ferramenta de combate ao regime militar. Diferente de outras organizações, tais quais, *Brasil Socialista* e *Unidade e Luta,* o jornal *Nova Luta* se destacou por não encarar as eleições como uma luta a ser travada pela esquerda revolucionária.

Na edição de número 11 do jornal, de setembro de 1974, o tema das eleições aparece pela primeira vez no editorial de *Nova Luta.* Ali, o coletivo que organizou o periódico se mostrava cético com relação a possibilidade aventada por outros coletivos da esquerda revolucionária de que se deveria apoiar os candidatos do MDB que encapavam as lutas dos trabalhadores, chamados de "autênticos". O editorial chama o processo eleitoral de farsa e afirma que: "Este lamentável espetáculo não traz nenhuma novidade para os que se recusam se iludir, para todos que se negam a fechar os olhos para a realidade brutal e selvagem da Ditadura Militar". (ELEIÇÕES..., 1974, p. 1)

Mais do que desclassificar o processo eleitoral como sendo uma ferramenta de luta contra a Ditadura Militar, o jornal também é incisivo em criticar aqueles que acreditam no processo eleitoral:

> (...) o número de pessoas que assim se comportam negando-se conscientemente à participar de tamanha farsa, é bastante reduzido, mesmo nas classes trabalhadoras. O nível extremamente baixo da consciência política do proletariado brasileiro no atual momento lhe impede de ver a realidade tal como ela é, permitindo deste modo que ele seja arrastado a participar no embuste promovido pela Ditadura, no qual tomou parte aventureiros e mesmo "sinceros democratas". (ELEIÇÕES..., 1974, p. 1)

O jornal procurou demonstrar como o MDB estava permeado por setores que não enfrentavam as lutas em prol da classe trabalhadora, além de identificar as oposições consentidas como táticas para a Ditadura Militar se perpetuar no poder. O texto procurou, portanto, alocar o coletivo da Fração Bolchevique como contrário a participação eleitoral, mas sem necessariamente travar um debate com outras correntes da esquerda revolucionária que defendiam a mobilização para a atuação nas eleições e até mesmo apoiavam candidatos "autênticos" do MDB.

A partir desse número, os editoriais de *Nova Luta* passaram a sistematizar o conjunto de lutas a serem empreendidas pelas esquerdas revolucionárias aliadas ao projeto da Fração Bolchevique. No editorial do número 15, de dezembro de 1975, é possível observar um movimento em que a leitura da conjuntura brasileira atesta para uma crescente repressão que se expressava justamente no momento em que o "milagre" econômico estava em declínio. E diante desse contexto, o editorial defendia que:

> As greves, manifestações sindicais e outras formas de luta operária por suas necessidades imediatas, como melhorias salariais, melhores condições de trabalho e de vida são agora os meios mais eficazes e consequentes de resistência das massas à ditadura. (EDITORIAL, 1975, p. 3)

O texto é incisivo em afirmar que:

> O crescimento dessa resistência, que certamente abalará os alicerces do regime uma vez na prática ela se opõem a super-exploração e ao cerceamento dos mínimos direitos das massas trabalhadoras, é também ajudado de maneira importante pelas lutas de resistência dos setores politizados da pequena burguesia que denunciam as arbitrariedades da ditadura e defendem a sua liberdade de se organizar e de se manifestar. (EDITORIAL, 1975, p. 4)

A proposta de luta defendida pelo coletivo, ao mesmo tempo que rechaçava a via eleitoral, entendia como positiva o fato dos setores externos à esquerda estarem praticando as denúncias dos crimes cometidos pelo regime militar. No que concernia às esquerdas revolucionárias, o papel seria o de "participar e mobilizar" as lutas dos operários, para que fosse possível "o surgimento de uma alternativa política em oposição à ditadura, de uma alternativa que seja do interesse dos trabalhadores e de outros setores e classes oprimidos".

O posicionamento da Fração Bolchevique perante os demais coletivos da esquerda revolucionária que aderiram a participação nas eleições foi expressado de maneira mais enfática no editorial do número 18, de setembro de 1976, às vésperas das eleições municipais. Na ocasião, *Nova Luta* procurou estabelecer uma análise conjuntural que argumentava que mesmo os "autênticos" foram impedidos de estabelecer uma luta pelo proletariado diante das amarras do regime e criticavam que estes tentavam submeter a criação de um regime democrático com práticas e presenças de representantes do autoritarismo. Diante dessa análise, eles afirmavam que:

> O apoio aos autênticos, visando isolar a ditadura e fortalecer esse setor dentro do MDB além de ter levado setores da esquerda a abandonar um programa de

> lutas independentes, substituindo-o pela exaltação de algumas reivindicações levantadas pelo MDB, como abolição do AI-5, liberdades democráticas, direitos humanos, também em nada contribuiu para isolar a ditadura e fortalecer o grupo mais combatido do MDB. (EDITORIAL, 1976, p. 2)

Diante disso, estabeleciam como tarefas para a esquerda revolucionária, denunciar a farsa eleitoral e alertar as massas para a criação de novos mecanismos de repressão, que segundo *Nova Luta,* se anunciavam para breve. Nota-se, portanto, que a Fração Bolchevique da OCML-PO estabeleceu uma relação crítica, tanto com a participação nas eleições apoiando candidatos do MDB, como também com relação a uma campanha pelas liberdades democráticas, se afastando assim de outros setores da esquerda revolucionária oriundas da luta armada.

O ano de 1977 foi marcado por uma inflexão das posições contrárias à chamada luta liberal democrática. No editorial do número 20, de março de 1977, *Nova Luta* defendia que: "(...) se não é do interesse da classe operária voltar sua luta contra a redemocratização ou reformas parciais desejadas pelos liberais de hoje, também não é do seu interesse lutar por esse objetivo político. (EDITORIAL 1977, p. 2)

O posicionamento do grupo herdeiro das tradições da Política Operária afirma que: "O interesse da classe operária em relação à luta contra o regime é ir bem mais longe do que querem os liberais, a tal ponto de tornar impossível, mesmo agora, caminhar junto com a burguesia". (EDITORIAL 1977, p. 2) O editorial foi publicado justamente no contexto em que se começava a articular de maneira mais forte as pautas políticas da luta pela anistia que serviram para unificar as lutas de oposição ao regime ao mesmo tempo que tinham o objetivo de aumentar a quantidade de pessoas presentes no país, libertando presos políticos e trazendo de volta os exilados. Mesmo assim, *Nova Luta* mantinha uma postura que entendia que:

> (...) uma só frente nacional pelas reformas na fachada da ditadura só é possível de se realizar a custa da conciliação dos interesses da classe operária com a burguesia e se os trabalhadores e outros setores oprimidos se dispuserem a não lutar além dos limites de uma oposição burguesa. (EDITORIAL 1977, p. 3)

Rechaçando qualquer perspectiva de integrar uma união de frente ampla com outras classes, a Fração Bolchevique defendia uma luta autônoma das classes operárias cujo objetivo seria fugir de uma situação em que não se entendia como sendo capaz de articular. Na visão do grupo, ao encampar um movimento pelas liberdades democráticas

estaria se jogando o jogo da classe média e isso deixaria mais uma vez as classes populares de lado. E diante desse pressuposto, o coletivo seguia defendendo o conjunto de tarefas a serem realizadas para a esquerda revolucionária com relação ao proletariado. E aqui, passa a tratar de um aspecto interessante:

Uma outra tarefa prática importante no movimento operário é o trabalho de bairro. Nos bairros pobres e de concentração proletária, esse trabalho enfrenta também os problemas mais urgentes e que maiores obstáculos causam ao crescimento e organização de resistência dos trabalhadores. Através de uma atividade comunitária, esse trabalho procura despertar os moradores para participarem das discussões e do enfrentamento de suas necessidades imediatas. Para fortalecer ou criar as organizações de massa nos bairros, para expandir a organização de atividades culturais, assistenciais ou de melhorias. Em todas essas organizações, esse trabalho visa despertar o interesse dos moradores pela política, pelos problemas sociais que os atingem.

Diante dessa tarefa citada por parte de *Nova Luta,* é importante refletir sobre alguns aspectos históricos e historiográficos do movimento de distensão autoritária que surgia ao final da década de 1970 e das transformações da esquerda brasileira ocorridas no período. Em primeiro lugar, é fundamental ressaltar que essa tarefa citada pelo jornal de voltar-se para bairros periféricos onde a classe trabalhadora brasileira vivia foi uma prática de nova atuação política que permeou diversos setores das esquerdas revolucionárias brasileiras ao longo dos anos 1970. Adriana Maria Ribeiro demonstra em sua pesquisa sobre a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil praticou essa atuação política em São Paulo e no Rio de Janeiro na segunda metade dos anos 1970. A autora afirma que:

> Visando ao fortalecimento das lutas travadas no mundo do trabalho, no decorrer dos anos 1970, dezenas de militantes se inseriram em atividades nos subúrbios do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nesses locais, participaram da criação de associações de moradores, de grupos teatrais, de centros culturais, de cursos de alfabetização de adultos e de jornais alternativos. Já no final daqueles anos, o bairro não era apenas a extensão da fábrica, mas lugar de luta política. (RIBEIRO, 2018, p. 190)

Assim, sem abrir mão da revolução socialista, a Ala atuou dentro desse novo horizonte de lutas que também foi defendido por parte da Fração Bolchevique em *Nota Luta.*

Eder Sader demonstra como diversos militantes das esquerdas revolucionárias aderiram a esse movimento voltado para os bairros e para as fábricas como um dos

mecanismos de resolução da principal questão que se colocou com a derrota política das vias armadas para a construção do socialismo. Uma vez que os militantes identificavam que entre as vanguardas e as massas faltou uma articulação, caberia a esses militantes voltarem ao "trabalho de base". O autor apresenta alguns casos emblemáticos de militantes da ALN, do MR-8, da Polop e da Ação Popular que realizaram essa prática da autocrítica na segunda metade dos anos 1970. (SADER, 1988. pp. 174 - 175)

O que parece ser pertinente ressaltar aqui, é que esse movimento não foi necessariamente uma ação de militantes isolados que teriam rompido com suas organizações de origem para praticar essa autocrítica em trabalhos de base, seja nas fábricas, seja nos bairros. Diversos coletivos de militantes da esquerda revolucionária defenderam essas ações nas páginas das revistas que publicaram no momento em que estiveram no exílio. Além de *Nova Luta* defender essa prática em suas páginas, denotando assim um postulado de trabalho político da organização que concebeu a revista, outros projetos editoriais que foram criados no período para sustentar essa nova ação também fizeram defesas semelhantes. Assim como *Brasil Socialista* defendia a inserção na dinâmica da luta de classes nas fábricas, ela também defendia a necessidade de se instaurar em bairros periféricos, cujo objetivo seria "lutar em prol dos objetivos cotidianos da classe operária". (ALMEIDA, 1976, p. 13)

Portanto, parece ser plausível sustentar que, mesmo organizações revolucionárias da esquerda de origens distintas se transformaram ao longo da década de 1970 para se voltarem as ações de mobilização das classes operárias como sendo a prática da autocrítica realizada por esses grupos com relação às derrotas anteriores. E essa mobilização não foi feita de maneira individualizada, mas sim como uma prática sistematizada pelos veículos de imprensa que foram criados justamente para que essa esquerda derrotada anteriormente pudesse construir suas novas lutas. E foi diante desse quadro que as organizações revolucionárias se reinventaram, defendendo e praticando essa nova postura de luta, inclusive com extensas análises acerca das conjunturas desses territórios e dessas fábricas. No número 20 de *Nova Luta,* publicada em março de 1977, é possível identificar uma dessas análises:

> Essa possibilidade de crescimento das lutas, mesmo que ainda frágeis e desorganizadas, afirma-se entre os fatos mais recentes quando, por exemplo, em São Paulo, com grandes sacrifícios e tendo contra si o sindicato pelego, os motoristas e trocadores de ônibus deflagraram uma greve por melhorias salarias. Quando em diversas fábricas as pequenas paralizações ou diminuição do ritmo de trabalho expressam o esforço dos operários em resistirem ao

> agravamento de suas condições de vida, como os casos recentes da Vilares, do Caneco, da Dreco, do Mac Laren, etc. (A GREVE..., 1977, p. 8)

Assim como levantado a partir da análise de *Brasil Socialista,* a revista *Nova Luta* parece fazer uma leitura de mobilizações de trabalhadores que estavam emergindo cada vez mais forte, anunciando uma ampla mobilização desses setores que, como se sabe, efetivamente ocorreriam cerca de um ano depois. Somado ao movimento de comunidades de bairros, os operários em greve a partir de 1978 são tratados pelas pesquisas como agentes fundamentais na luta que desestabilizou o regime autoritário brasileiro, levando-o ao seu enfraquecimento e posterior fim. De uma certa forma, parece que a historiografia consagrou esses "novos personagens em cena" como sendo aqueles que lutaram pelo fim da ditadura quando a esquerda revolucionária havia sido derrotada. E aqui cabe uma reflexão importante para que uma nova agenda de pesquisa possa ser lançada a fim de matizar melhor essa relação.

As análises das revistas que surgiram após a derrota da luta armada indicaram que houve um intenso esforço das esquerdas revolucionárias em debater, elaborar e, sobretudo, praticar uma autocrítica voltada sobretudo para a mobilização das classes operárias brasileiras. Diante da constante avaliação de que a derrota política foi causada pela ausência das massas como protagonistas do processo revolucionário, a prática da autocrítica se voltou justamente para elaborar formas de atuação que respondiam a esse erro. Em busca desse processo de estarem inseridas nas dinâmicas de luta das massas, as diversas vertentes das esquerdas revolucionárias defendiam a sua atuação nas fábricas, nos bairros, inserindo-se em pautas associadas às lutas reais e cotidianas desses setores da sociedade. Nesse sentido, houve uma relação, uma espécie de intercâmbio entre os "velhos atores" das esquerdas do final dos anos 1960 com os "novos atores" dos movimentos operários e de bairro que enfrentaram à Ditadura Militar no final dos anos 1970. O que resta é avançar em pesquisas que possam identificar a real relação entre esses dois grupos, pois parece ser necessário se afastar dos extremos da atuação dessa esquerda revolucionária, nem como condutora desses novos personagens, mas também não como sujeitos que foram a reboque deles.

De todo o modo, parece ser bastante importante que se avance em análises dessa relação na prática, pois do ponto de vista daquilo que foi formulado pelas ferramentas políticas dessas organizações, não resta dúvida que se procurou atuar junto desses agentes

que se colocavam em cena no último biênio da década de 1970. E o que é ainda mais interessante é notar que são esses três setores – operários, integrantes de comunidades de base e militantes oriundos das esquerdas revolucionárias – que estarão presentes no movimento que transformou radicalmente a esquerda brasileira: a fundação do Partido dos Trabalhadores. E o jornal *Nova Luta* acompanhará todo o movimento de formação do PT e se posicionará com relação a ele dizendo que "Nós devemos ser um polo revolucionário dentro do PT; queremos que esse polo cresça, as forças e as massas que aderem ao PT sejam influenciadas por uma política revolucionária". (AVALIAÇÃO, 1980, p. 8)

Conforme será argumentado no próximo capítulo, a criação do Partido dos Trabalhadores foi vista por parte significativa das esquerdas revolucionárias como a síntese da autocrítica elaborada anteriormente. Diante daquilo que foi exposto ao longo do capítulo, ficou evidente que a base da avaliação crítica sobre as experiências guerrilheiras alertaram para o problema da ausência das massas, sobretudo os operários. A criação do Partido dos Trabalhadores respondia a esse problema e, portanto, foi vista por grupos egressos da luta armada como a prática da sua autocrítica.

É importante ressaltar que isso não significa dizer que a grande parte dos integrantes das esquerdas revolucionárias tenham ingressado no Partido dos Trabalhadores quando este se formou em 1980. Diversos atores da luta armada, mesmo nesse processo de formação, registraram desconfianças diversas com relação ao projeto partidário. Ainda assim, o que se defende aqui é que o movimento de autocrítica realizado por parte significativa das esquerdas armadas foi influenciada e influenciou o movimento orgânico que daria origem à criação do PT e essa relação se estabeleceu pautada pela prática de autocrítica proposta por esses setores da esquerda.

Com isso, é importante ressaltar que período que vai do início de 1978 até a segunda metade de 1980 foi um momento fundamental no processo de elaboração das avaliações e na prática de autocrítica por parte das esquerdas revolucionárias brasileiras. Impactadas pela efervescência dos movimentos operários e possibilitada a discutir de maneira mais ampla – e sobretudo, no próprio país – as esquerdas passaram a formalizar intensos debates acerca das experiências armadas de uma década antes. Esse processo, em certa medida, encerrará o movimento de avaliação iniciado dez anos antes, conforme será discutido e analisado no terceiro capítulo. Antes disso, no entanto, é fundamental sistematizar algumas ideias expostas até aqui, à guisa de conclusão.

2.11. Conclusões.

De modo geral, as esquerdas armadas brasileiras estiveram articuladas em torno de um imaginário político que expressava a ideia da inevitabilidade da revolução socialista como resultado do processo de luta. Todas as tradições políticas - guevarismo, maoísmo ou mesmo os modelos da Argélia e do Vietnã eram ressaltados por terem como método o uso da violência e como experiências vitoriosas que estimulavam a luta e mostravam que o caminho seria desencadear o processo que não seria interrompido. Somado a essas experiências políticas vitoriosas em conjunturas internacionais – mas próximas da realidade econômica e social brasileira – incida também os postulados teóricos e filosóficos do marxismo, cuja interpretação como uma corrente filosófica centrada na realidade aumentava ainda mais na crença da inevitabilidade da vitória da revolução.

Quando se analisa os eventos derradeiros da luta armada, em um contexto de intensa refração e derrotas, essas as características permanecem, e toda a leitura política teria como função justificar a permanência na luta. Nesse caso, não admitir o erro de interpretação do modelo revolucionário significou não aceitar a derrota e não desistir da luta. Por isso que no fim da experiência de luta, a reação aos chamados "desertores" era maior do que contra a própria Ditadura, como indicaram os documentos. Como naquele momento os grupos armados já estavam praticamente derrotados do ponto de vista militar, seu combate se voltou para a própria esquerda que fazia críticas àquele modelo revolucionário. Continuar apostando na guerrilha seria uma forma de não aceitar a derrota do projeto revolucionário, que sempre foi visto como inevitável. Nesse sentido se visualiza a força do imaginário social criado em torno dessa imagem de que a luta armada seria a vanguarda que desencadearia a revolução. Ela foi um fator preponderante em toda a trajetória dessas organizações e foi responsável para que seu fim nunca fosse admitido.

Nesse sentido, é possível concordar com Marcelo Ridenti que diz que no final da experiência guerrilheira, as organizações armadas perderam seu projeto político e passaram a enfrentar a Ditadura de modo restrito (RIDENTI, 2010, p. 270). Acrescenta-se apenas que no campo político houve um deslocamento da luta. A disputa entre diferentes projetos revolucionários passaram a ser o grande foco, fazendo com que se

voltasse de forma virulenta contra os militantes que criticavam o uso de armas, criando assim essa dicotomia.

Foi nesse quadro que as discussões mais sistematizadas sobre a avaliação da experiência armada se iniciaram, e assim, parece ser possível concluir que o exílio brasileiro foi importante no processo de discussão acerca da metodologia da luta armada, ao observamos que foi no exílio que se consolidou essa visão crítica ao modelo de luta, primeiro com a elaboração do documento *Uma autocrítica necessária* no Chile, e a partir daí, sua disseminação pela Europa, sobretudo no exílio francês articulado em torno do grupo e da revista Debate. Com essa análise parece ser possível apontar a assertiva da hipótese estabelecida de que os debates em torno da centralidade da luta armada no processo revolucionário brasileiro se fundamentaram entre os guerrilheiros que permaneceram na luta em contrapartida àqueles que estavam no exílio, criando assim essa dicotomia.

Com a continuidade das discussões, porém, a defesa das ações armadas foram perdendo força e foi se hegemonizando nas publicações do exílio uma leitura de que não haveria espaço para que essas ações continuassem, admitindo assim que o projeto guerrilheiro teria sido derrotado. É importante ressaltar que em todas as publicações analisadas nesse capítulo, que contavam direta ou indiretamente com ex-militantes de organizações revolucionárias armadas, se negou a violência como necessária no processo revolucionário e como consequência, não abdicaram da luta pelo socialismo. O que houve foi uma avaliação pautada pela derrota militar, mas sobretudo política, que fez com que esses militantes se debruçassem sobre os motivos que impediram as diversas organizações de fazer com o que as massas integrassem o seu movimento. Foi diante desses embates que resultaram as práticas de autocrítica como novas propostas de ações políticas, voltadas sobretudo para trabalhos em fábricas e bairros, cujo objetivo seria inserir o conjunto das esquerdas revolucionárias nas dinâmicas de luta da classe trabalhadora.

Verificou-se com base nas leituras, alguns debates sobre as questões políticas dos países em que os exilados estiveram, bem como análises de mudanças conjunturais nos trabalhos da esquerda em contextos específicos. O Chile apareceu como o caso mais intensamente debatido, o que se justifica por um lado pela quantidade massiva de militantes políticos que estiveram no país, sobretudo até setembro de 1973. Mas além disso, o país latino-americano se destacou como um modelo político a ser debatido pelas tensões e lutas que ocorreram internamente, primeiramente com a vitória da experiência

democrática de chegada ao poder por parte da esquerda com a UP e posteriormente com o desmantelamento dessa possibilidade diante do golpe militar que matou o presidente Salvador Allende. Também foi possível identificar em menor medida e de maneira muito específica uma análise sobre conjunturas de lutas em países europeus, sobretudo no movimento operário espanhol e suas experiências de Comitês Organizacionais[47].

Com isso, foi possível concluir que as transformações realizadas na dinâmica de comportamento das esquerdas revolucionárias brasileiras no exílio não foram marcadamente impactadas por discussões acerca de valores da democracia liberal ou novas pautas políticas que começavam a efervescer, sobretudo na Europa ocidental no período[48]. De modo bastante específico, as questões referentes à democracia como valor universal não encontraram espaço nessas publicações, que defendiam veementemente a revolução socialista, ainda que concordassem que naquele momento seria necessário recuar com relação a estratégia de violência e preparar o momento em que ela seria novamente utilizada. Nesse sentido, as transformações pelas quais as esquerdas revolucionárias armadas passaram no exílio foram resultado de uma autocrítica extensa, mas que refletiu quase que exclusivamente questões particulares e internas da realidade dessas próprias organizações em específico e do Brasil, de modo geral. Foi justamente por isso que a prática da autocrítica dos grupos armados esteve diretamente voltado para a continuidade de suas ações políticas no Brasil. Com as transformações iniciadas no ano de 1978, essas questões se tornaram ainda mais candentes e necessárias e a novidade seria a abertura cada vez maior do próprio espaço brasileiro como lugar para realizar esse movimento, mediado por órgãos de imprensa que foram fundamentais na rearticulação da esquerda brasileira, tema do próximo capítulo.

[47] Presente no número 10 de *Brasil Socialista,* a matéria falava sobretudo da autonomia da classe operária espanhola e como sua dinâmica de organização poderia servir de aprendizado para a classe operária brasileira.

[48] Notou-se uma discussão crescente sobre questões de gênero nessas revistas, sobretudo em *Unidade e Luta.* Esse tema, amplamente trabalhado pela historiografia pode ser melhor compreendido em: CF: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Editora FGV, 2000.

3. CAPÍTULO 3: A CRÍTICA DA LUTA ARMADA NA REORGANIZAÇÃO DA ESQUERDA BRASILEIRA NO CONTEXTO DE DISTENSÃO AUTORITÁRIA.

3.1.Introdução.

Neste terceiro capítulo será analisado o processo de revisão sobre a luta armada que ocorre no lugar socioespacial configurado pela distensão política brasileira no período que vai de 1977 até 1980, recortando especificamente como objeto de estudo o ambiente político forjado no processo de redemocratização pelo qual o Brasil passava nos anos

finais da Ditadura Militar que perdurou entre os anos de 1964 até 1985. O recorte temporal se justifica em seu início no ano de 1977 por se tratar do momento em que diferentes atores políticos da esquerda começaram um processo de retomada dos debates e articulações políticas com vistas a dois objetivos específicos: combater o regime militar e reorganizar a esquerda brasileira após anos de refluxo causados pela perseguição perpetrada pelo regime militar. Foi nesse período que diferentes setores da esquerda brasileira criaram três jornais que fomentaram o debate e a articulação política no período: os jornais *Em Tempo* e *Movimento,* fontes que serão utilizadas para a construção desse capítulo.

A análise permitiu observar como o ambiente criado pelo processo de distensão autoritária foi ampliando os espaços de discussão da esquerda revolucionária, pautada naquele momento pela luta em prol da anistia dos presos e exilados políticos, pelo fim do regime autoritário e pela reorganização partidária. Foi nesse contexto que as esquerdas que pegaram em armas projetaram uma leitura crítica sobre sua atuação na década anterior com o objetivo de se inserir na luta que se apresentava naquele momento. Os jornais utilizados como fontes para esse estudo apresentaram leituras coletivas e individuais sobre a luta armada, revelaram diversas tensões, traumas e, sobretudo, um horizonte de possibilidades para que, a partir da revisão autocrítica, se praticasse uma nova forma de atuação política com vistas a corrigir os erros cometidos anteriormente.

Todo esse processo foi impactado pela ascensão dos movimentos operários, principalmente na região chamada de ABCD, na Grande São Paulo, que deu origem a criação do Partido dos Trabalhadores, em 1980. Uma discussão importante realizada ao longo do capítulo é a relação entre a autocrítica elaborada e praticada pelas esquerdas armadas, o processo de mobilização das camadas operárias e o surgimento do Partido dos Trabalhadores. Ainda que apenas uma minoria dos integrantes das esquerdas armadas tenha integrado o Partido dos Trabalhadores, é seguro afirmar que sua criação foi amplamente debatida durante esse período. E essa discussão articulava-se em torno do problema central identificado por aqueles que pegaram em armas: a ausência das massas no processo revolucionário. Desse maneira, o processo de construção do Partido dos Trabalhadores pode ser lido como uma das práticas de autocrítica elaboradas por alguns setores das esquerdas armadas, conforme será demonstrado ao longo do capítulo.

Dessa maneira, é importante estabelecer o contexto em que essa distensão ocorreu e de que maneira esse novo espaço político passou a se estruturar dentro do Brasil.

3.2. A reorganização da Esquerda brasileira no processo de distensão autoritária.

A escolha por analisar o conjunto material de fontes dos jornais *Em Tempo* e *Movimento* se justifica pela importância que os chamados jornais alternativos tiveram no período imediatamente posterior às derrotas dos projetos armados da esquerda brasileira, configurando assim em um espaço privilegiado de discussão da esquerda. Bernardo Kucinski afirma que:

> (...) a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo (...). Entre 1974 e 1977,([...), a história das esquerdas brasileiras praticamente se confunde com a história da imprensa alternativa (KUCINSKI, 1991: pp. 16 e 17).

Justamente pelo papel cumprido de rearticulação política criado a partir da propagação dessa imprensa alternativa é que a utilização desse material configura em uma possibilidade de analisar o lugar socioespacial político nacional que foi palco para as revisões e análises feitas sobre e pelas esquerdas armadas a fim de debater sobre esse fenômeno político.

Esse processo de rearticulação política resultou - não de maneira linear, é preciso salientar - na criação daquele que posteriormente se tornaria o partido hegemônico na esquerda brasileira: o Partido dos Trabalhadores, criado em 1980 em uma confluência de setores sindicais, grupos de intelectuais, membros da Igreja Católica, integrantes de comunidades de bairro que militavam sobretudo nas periferias do Brasil, de modo especial em São Paulo e no Rio de Janeiro e ex-militantes da esquerda armada. Dada a importância desse partido já no contexto da década de 1980 e ciente da presença massiva de integrantes da guerrilha entre os principais líderes políticos e intelectuais do PT, também será utilizado para construir o capítulo alguns documentos iniciais do partido. A importância do PT como uma possível síntese da autocrítica realizada pelas esquerdas revolucionárias e sua importância para a reorganização da esquerda brasileira fizeram com que se escolhesse o fim do recorte temporal da pesquisa o ano de 1980, justamente o momento em que o partido foi fundado, criando assim uma nova etapa na luta das esquerdas no Brasil, voltadas sobretudo para a ampliação da democracia. A historiografia brasileira apresentou diversos marcos para demarcar o processo de redemocratização no

Brasil, como a Lei de Anistia de 1979, a eleição de Tancredo Neves em 1985 e a promulgação da Constituição de 1988.[49]

Destaca-se nesse ambiente político a sensível mudança do caráter negativo marcado pelas experiências da prisão e do exílio, analisadas nos capítulos anteriores, que deu lugar a um clima mais positivo, marcado principalmente pela perspectiva de reconstrução da esquerda e sobretudo pelas crescentes mobilizações das classes operárias, processo que daria origem ao novo sindicalismo brasileiro. (DE BRITO, 2014) É nesse ambiente de perspectiva para o novo projeto da esquerda que será analisada a presença e a ausência dos debates sobre a experiência da esquerda armada no Brasil nos anos anteriores, procurando observar os seguintes pontos: i - a manutenção ou a inexistência de um debate aberto sobre a experiência da guerrilha no Brasil; ii - a sustentação ou a recusa da luta armada como estratégia de ação da construção do socialismo; iii - as justificativas e os debates sobre os motivos que levaram à derrota das guerrilhas no Brasil.

A partir dessa proposta, é fundamental apresentar algumas questões teórico-metodológicas sobre essa parte da pesquisa. Enzo Traverso, ao analisar todas as derrotas dos projetos das esquerdas europeias do século XX destaca que elas são rememoradas em uma estrutura psicossocial que ele descreve como *melancolia.* (TRAVERSO, 2018). Nesse sentido, toda a construção de memória e o processo de revisão e análise sobre a experiência da luta armada no Brasil, que foi feita após sua derrota, é realizado permeado por esse fenômeno de melancolia proposto pelo autor italiano. Com isso, o processo de revisão é realizado *a partir* da derrota, criando uma espécie de linha teleológica que procura explicar o fim e não o processo. Isso se apresenta em questões práticas, tais como

[49] É importante salientar que existe um debate nas ciências humanas no Brasil para determinar o que encerra o processo de redemocratização. Alguns autores destacam como marco temporal a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, fruto de um amplo processo democrático que resultou em uma carta constitucional que solidificou a política brasileira nas bases da democracia e da justiça social. Outros ainda consideram como data marcante o ano de 1989, em que ocorrem eleições diretas para a presidência da República, fato que não ocorria desde 1961 na eleição que conduziu Jânio Quadros como presidente. Por fim, há quem argumente que mesmo com a publicação da Constituição de 1988 e a eleição de 1989, o Brasil só encerrou o processo de transição quando o Estado brasileiro se debruçou sobre o período de exceção, o que ocorreu apenas entre os anos de 2012 e 2014, período em que a Comissão Nacional da Verdade atuou com o objetivo de investigar os "graves crimes contra os Direitos Humanos perpetrados pelo Estado brasileiro entre os anos de 1946 e 1985". A justificativa para encerrar o marco temporal dessa pesquisa em 1980 é o fato de que a partir dessa data a esquerda brasileira já teria encerrado seu movimento de revisão sobre as trajetórias do passado e diante daquilo que se colocava como novas pautas, projetava sua luta para o futuro. Portanto, a revisão sobre o passado dessa mesma esquerda dava lugar ao projeto para o seu futuro para os novos tempos que se anunciavam. CF: CHAUÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. Lua Nova: revista de cultura e política, p. 173-228, 2007; TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir Pinheiro. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. Boitempo Editorial, 2015. e DE SOUSA NUNES, Ramon. Justiça de Transição no Brasil. Justiça de Transição nos 25 anos da Constituição de 1988, p. 88, 2014.

o debate centrado na derrota, a explicação do porque a luta fracassou e sua consequente condenação.

Talvez esse fenômeno psicossocial que se percebe na revisão sobre o projeto armado tenha atuado de modo a orientar a construção da memória sobre as guerrilhas no Brasil, marcada por diferentes questões, como por exemplo, aquilo que foi chamado por Daniel Aarão Reis Filho de o mito da resistência democrática. (REIS FILHO, 2004), Mas de maneira mais decisiva para essa pesquisa, foi esse fenômeno que articulou a construção de um viés sobre a luta armada marcado pela necessidade de superação da mesma, já que ela havia sido derrotada. A melancolia da esquerda, segundo Traverso, é aquilo que impede esse espectro político de lançar seu olhar sobre o passado, positivá-lo, e orientá-lo para a construção do futuro. (TRAVERSO, 2018). Ao lançar seu olhar para o passado da derrota, a esquerda o revisita e o reelabora, justamente na necessidade de construir uma nova estratégia com vistas a vitória.

Isso criou, no período analisado, uma dificuldade bastante considerável para a pesquisa, pois uma vez que existe a necessidade de superar o fenômeno fracassado, a esquerda olha para ele de maneira enviesada, em um exercício de procurar atribuir um sentido para a derrota de um projeto impactado pela inevitabilidade que o materialismo histórico atribuiu aos processos revolucionários[50]. Portanto, é muito comum que a primeira vista, a luta armada não seja vista como um tema de discussão para o período, já que pouco ou nada se fala *diretamente* sobre ela. Mas é aqui que o pressuposto de Enzo Traverso ajuda a construir uma análise sobre o passado marcado por aquilo que Walter Benjamin chamou de leitura a contrapelo. (BENJAMIN, 1987). Caberá, portanto, analisar os silêncios produzidos pela esquerda no período, a fim de, a partir desses silêncios, construir uma interpretação sobre seus significados. Esses silêncios, como indicou a leitura das fontes, está também relacionado ao contexto autoritário do regime militar brasileiro, sobretudo com relação à lei de imprensa que fechava de variadas formas as possibilidades de debate nos espaços públicos, tais como os jornais *nanicos* ou clandestinos.

[50] Toma-se aqui a ideia do materialismo histórico-dialético como uma filosofia política que impactou as esquerdas do século XX, sobretudo a partir do marxismo-leninismo que configurou em 1917 a primeira revolução socialista vencedora. Esse processo, somado com as revoluções cubana, chinesa e vietnamita, estruturou a base do pensamento comunista das esquerdas radicais no século XX a partir de uma ideia presente nos escritos de Karl Marx, sobre o comunismo ser o resultado final do processo de luta de classes. Nesse sentido, a revolução seria inevitável, restando aos agentes históricos encontrar os caminhos para efetivá-la. Assim, as derrotas dos projetos revolucionários são entendidos como fracassos por parte desses agentes que não foram capazes de promover a inevitável consolidação do projeto comunista.

De modo correlato, é preciso também explicar do ponto de vista teórico-metodológico o porquê desse capítulo estar associado diretamente a construção do Partido dos Trabalhadores. Darlan Montenegro argumenta que o Partido dos Trabalhadores foi fundado a partir da ideia do anti-príncipe, presente na obra de Antônio Gramsci. Segundo o autor, não havia o interesse entre os membros que fundaram o partido de dirigir os diferentes grupos integrantes do sindicalismo brasileiro do período na construção do socialismo, mas sim a vontade de expressar as vontades dos diferentes setores sociais - sobretudo as classes operárias - por meio da instituição partidária. Assim, o PT seria marcado, desde os debates que levaram a sua fundação, pela fluidez programática e organizacional em detrimento de uma estrutura partidária fechada, imobilista e ortodoxa. (MONTENEGRO, 2011) Acrescente-se aqui, essa ideia de construir um partido para que as classes operárias pudessem participar ativamente do processo político brasileiro, projetando-as, pela primeira vez, como protagonistas desse desenrolar.

Ao analisar o processo de aparição das esquerdas armadas no Brasil durante a década de 1960 se nota um discurso que unifica a ampla constelação de organizações que optaram pelas armas: a constatação por parte desses militantes de que havia um imobilismo presente no PCB, que até a década de 1960 foi o partido hegemônico da esquerda brasileira. Somado a isso, também se percebe uma crítica à negligência do *partidão* com relação aos operários brasileiros. Essa ideia se sustenta na tese de que a ruptura formal com o PCB por parte dos militantes guerrilheiros se deu por base na centralidade da ação guerrilheira em contraposição ao tradicional partido de inspiração leninista. Nesse caso, é curioso observar que, em maior ou menor medida, todas as organizações desse prisma político partilharam a mesma matriz que personificava na guerrilha o caráter da revolução brasileira. E mesmo diante dessa crítica ao partido, ainda que exista um importante conjunto de militantes da luta armada no Brasil que ingressaram em outras agremiações políticas do período por distintos motivos, uma parcela deles vislumbrou no PT uma espécie de continuidade desse projeto crítico ao imobilismo característico da década de 1960.

Verifica-se que entre militantes e agrupamentos remanescentes, é possível identificar, na formação do PT, egressos da Ação Popular (AP), da Ação Libertadora Nacional (ALN), das dissidências estudantis do PCB (DI-RJ, DI-GB, DI-RS etc.), do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), da Organização Marxista Revolucionária – Política Operária (ORM-POLOP), da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-

Palmares), do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), do Partido Revolucionário Comunista (PRC), entre outros. (Idem)

Corrobora com essa sustentação a fala de Paulo de Tarso Venceslau, antigo militante da ALN, que participou de diversos episódios importantes da história da organização e, posteriormente, viria a participar da construção do PT e a ocupar funções de destaque em administrações municipais petistas (Campinas, São José dos Campos e São Paulo). Ele declarou, em entrevista à revista Teoria e Debate, em 1991:

> A ALN nunca teve uma estrutura de partido. Tanto que foi na cadeia que começamos a discutir a necessidade de um partido. Para nós, partido era uma espécie de palavrão: um negócio burocrático, que não permitia desenvolver ações revolucionárias."24 Da mesma forma, o já referido documento da ALN de 1969 afirma: "Os nossos métodos e formas de organização são subordinados à ação revolucionária e nada aceitamos que possa entravar ou limitar essa ação. Eliminamos de nossa organização o sistema complexo da direção que abrange escalões intermediários e uma cúpula numerosa, pesada e burocrática. A nossa função principal não é fazer reuniões, e sim desencadear a ação, para a qual se exige sempre rigoroso planejamento. (Opus Cit: MONTENEGRO, 2011)

A autocrítica, no entanto, não significava um abandono completo das concepções e visões de mundo que haviam pautado as ações anteriores desses grupos e militantes. Em muitos casos, tratava-se, na conjuntura do processo de abertura que se iniciava em meados da década de 70, de readequar essas perspectivas aos novos projetos e orientações possíveis que surgiam naquele contexto. Um aspecto que se manteve muito vivo entre grande parte dos egressos da luta armada foi a rejeição ao PCB, considerado burocratizado e conciliador. De forma talvez mais diluída, mas sempre significativa, aquilo que pode ser chamado de anti-teoricismo também sobreviveu, bem como o repúdio as formas tradicionais de organização e à participação no jogo político. O PT, que surgia com um discurso renovador dentro dos velhos jogos político-partidário, e cujos protagonistas foram membros das classes operárias brasileiras, seria justamente vislumbrado como uma possibilidade diante dessas críticas ainda presentes as ideias tradicionais de partido político.

Os novos influxos pareciam se somar aos elementos anteriores no sentido de produzir em algumas organizações (mas não em todas) a disposição por experimentar formatos organizativos distintos do modelo leninista do partido dirigente. O ascenso dos movimentos populares dos anos 1970, fortemente identificados com o pensamento cristão de base e, evidentemente, o advento do novo sindicalismo contribuiriam ainda mais para

reforçar um aspecto que sobrevivera, para muitos dos revolucionários dos 60, à derrota da luta armada: a rejeição à política, nos termos como esta era compreendida pela tradição de esquerda precedente, fosse ela comunista ou social-democrata.

Para tais organizações, a contradição se resolvia, em geral, com a opção por permanecer no PT como procedimento tático, não estratégico. Aos poucos, esses agrupamentos se integrariam de forma mais estável ao PT, contribuindo para que ganhasse mais espaço, no interior do partido, a matriz política que pode ser associada a Lênin e Gramsci e que, nas origens do Partido dos Trabalhadores, não haviam cumprido qualquer papel significativo. Mas, conforme será apresentado por meio da análise de documentos internos do partido, o que pode ter sido mais significativo na visão dos egressos das esquerdas revolucionárias é a identidade partidária do PT que se definia como um partido revolucionário, cujo objetivo vislumbrava a implementação do socialismo. Essa adesão tática ao partido é verificada quando se observa que foi a minoria dos egressos da luta armada que se filiaram formalmente. Mas ainda assim, é possível notar diversos casos de militantes que mesmo não sendo filiados, auxiliaram no processo de construção do PT como uma prática de autocrítica. Destaca-se nesse aspecto o caso de Alípio Freire, analisado no final deste capítulo.

Diante disso, ainda que a adesão ao PT não tenha sido majoritária, e outros militantes tenham optado por outros caminhos na reorganização partidária brasileira, interessa a essa pesquisa demonstrar a relação entre o movimento que deu origem ao PT e a prática de autocrítica promovida por alguns setores que pegaram em armas no Brasil. Acredita-se que, ao realizar essa análise, seja possível observar que as esquerdas armadas não apenas realizaram um movimento intenso de autocrítica, como também contribuíram intensamente no processo de reorganização político brasileiro.

A Lei da Anistia de 1979 é outro marco importante no processo de redemocratização do Brasil pois possibilitou a volta para o espaço público brasileiro de uma parcela considerável de militantes que, ou estavam no exílio desde o aumento da repressão política a partir de 1968, ou então que estavam presos. Portanto, esse momento marca uma mudança sensível nos debates sobre a luta armada no Brasil, por deslocar o espaço geográfico do debate e, também, por inserir um novo paradigma para as organizações revolucionárias: a construção de uma democracia possível.

De acordo com um conjunto importante de autores, a Democracia enquanto um valor político primário e inegociável foi se tornando uma ideia hegemônica na esquerda brasileira a partir da década de 1970. (JOFFILY, 2018) Essa suposta ideia hegemônica é

sinalizada como um viés político que incidiu entre as organizações armadas de esquerda, cujo pensamento político não se articulou em torno da democracia como um valor político primário. Inclusive, está ancorada neste pressuposto, a tese de Daniel Aarão Reis Filho, sobre a negação da guerrilha entre os próprios militantes da esquerda armada, justamente como um mecanismo para se inserir no debate político central da sociedade brasileira sobre como construir uma nova democracia para suplantar o viés autoritário da Ditadura Militar brasileira. (REIS, 2000)

A partir desse ponto de vista, o objetivo central desse capítulo é analisar como o debate sobre a luta armada ocorreu nesses espaços mediados pela centralidade da democracia como projeto. Questões como a renúncia da guerrilha como estratégia para a revolução brasileira, o caráter da mesma e a necessidade de construção de um partido de massas, estão no cerne dessa investigação, que procurará analisar esses pontos, primeiro em dois importantes jornais alternativos dos coletivos da esquerda brasileira, a saber, os jornais *Em Tempo* e *Movimento.* No segundo momento, este capítulo procurará fazer uma investigação sobre as mesmas questões entre os militantes que optaram em orientar sua militância para a construção de um novo partido que se tornaria ainda na década de 1980, o partido hegemônico dentro da esquerda brasileira: o Partido dos Trabalhadores[51]. Para realizar essa tarefa, será utilizada a documentação interna do partido, como jornais de tendências e resoluções políticas, cotejadas com as memórias desses militantes, relatadas em entrevistas produzidas em diferentes contextos históricos.

O problema que orienta este capítulo é averiguar quais foram os processos de revisão que se realizaram no espaço político construído no Brasil por meio de jornais de esquerda, bem como avaliar a maneira pela qual esses militantes modificaram o pensamento central de sua atuação política durante as décadas de 1960 e 1970, momento em que surgiram os grupos guerrilheiros, de matrizes guevarista e maoísta, que rechaçavam a ideia do Partido, aos moldes do pensamento leninista e defendiam que a vanguarda armada seria o condutor do processo revolucionário no lugar do partido político, visto como imobilista.

[51] Sobre o papel do Partido dos Trabalhadores na esquerda brasileira CF: SANTANA, Marco Aurélio. Partidos e trabalhadores na transição democrática: a luta pela hegemonia na esquerda brasileira. Dados, v. 55, p. 787-826, 2012.

3.3. O Jornal *Em Tempo* na reconstrução partidária brasileira no contexto da distensão autoritária.

Em Tempo foi um jornal alternativo organizado por diferentes militantes de esquerda que surgiu em 1977 após um racha interno dentro do grupo que construía o jornal *Movimento.* Segundo Bernardo Kucinski, os dissidentes "rejeitavam a prioridade dada a uma proposta de frente democrática, que – na avaliação da maioria deles – estava sendo hegemonizada por correntes liberais-burguesas, em detrimento da possibilidade de autonomia do movimento operário" (KUCINSKI, 2003. 162). O jornal Em Tempo foi publicado pela primeira vez em novembro de 1977 e reuniu um conjunto bastante heterogêneo de militantes da esquerda brasileira, sobretudo da luta armada, ainda que não tenha se restringido a ela. Em Tempo se caracterizou por possuir uma formação heterogênea, reunindo militantes do MEP, da APML, do MR-8, da Polop e de diferentes grupos de inspiração trotskista, como o grupo mineiro Centelha e o grupo gaúcho Nova Proposta. Mais tarde, esses dois últimos grupos juntaram-se, formando a organização Democracia Socialista, que em 1980 passou a deter o controle total do jornal após a saída dos outros grupos[52].

Sua primeira aparição é datada de novembro de 1977, chamada de edição 0. As três primeiras edições do jornal são chamadas de edições experimentais e, de certa forma, são responsáveis por situar o jornal em seu tempo político e dentro da esquerda do período. Já na sua primeira edição, aparece um editorial que explica as características daquele novo periódico, que segundo seus autores, estaria inserido no contexto de novos acontecimentos que fizeram emergir as vozes que estavam "submersas a sociedade e suas diversas forças de oposição". O editorial afirma que:

> EM TEMPO nasce de uma conjuntura de relativo avanço das forças sociais que estão por baixo, pois o momento do recuo começa a ser superado. Há hoje em todo o país uma sede de manifestação do pensamento, cuja diversidade se sente sufocada no diminuto espaço que lhe é reservado; daí ser necessário romper o casulo e só isto já e o suficiente para justificar o brotar de vários jornais independentes, todos eles uma espécie de tribuna para as vozes reprimidas. (EDITORIAL, 1977, p. 1)

[52] Sobre o jornal *Em Tempo* e suas características políticas e de projeto jornalístico CF: DE MORAES, Vaniucha. Mobilização jornalística nos anos 70: a imprensa alternativa como movimento social. Em Tese, v. 11, n. 2, p. 102-124, 2014. Para a relação entre o jornal *Em Tempo* e a fundação da Democracia

O jornal define sua posição política de oposição, mas é direto em se colocar como um núcleo de articulação e não como um jornal que defende um projeto político próprio:

> É com o propósito de não se omitir sobre as mais variadas questões da vida do nosso povo que assumimos o compromisso de subsidiar, ao nível da nossa produção jornalística, a articulação das forças oposicionistas. Pretendemos ir mais além: fazer todo o possível para que as nossas idéias contribuam para o predomínio daqueles que através das palavras e dos atos possam conduzir até o fim as lutas pelas liberdades democráticas, dando os passos necessários para a organização independente dos trabalhadores. (EDITORIAL, 1977, p. 1)

Essa posição política defendida pelo jornal *Em Tempo* faz com que sua definição como exclusivamente um periódico deva ser problematizada. Para além de um informativo, o jornal se colocava como um fomentador e um articulador para o conjunto da esquerda brasileira. Nas palavras de Bernardo Karam, jornalista que integrou o projeto de criação de *Em Tempo,* o periódico se assemelhava em muitos aspectos à um partido político:

> E o engraçado é que se cria um jornal com uma estrutura de partido, porque o "Em Tempo" na verdade só não tinha esse negócio de célula e não tinha nome de guerra, o nome era verdadeiro. Mas tirando isso, você formava comitês por regiões, o Rio também tinha, embora você tivesse a redação, que escrevia e tal havia também um comitê mais amplo que representava o Rio de Janeiro. Você tinha assembleias, onde eram escolhidas pessoas que representavam e depois você tinha alguma coisa que representava o comitê nacional. Isso ocorria em São Paulo e os congressos eram marcados normalmente no final de semana você passava uns três ou quatro dias. (KARAM, 1997)

Essa estrutura partidária configurava o jornal como um espaço muito além de um mero informativo. Karam diz que: "também por conta disso e até por coerência e por conseqüência não eram jornalistas, nem focas ou pessoas ligadas à área de jornalismo, eram militantes". (Idem) E diante disso, o jornal também se expressava em um viés plural, sem que determinadas linhas políticas concebidas por participação em outras organizações tenham orientado aquilo que se defendia no projeto editorial:

> E, portanto, dentro do "Em Tempo" você tinha linhas diferentes, o "Em Tempo", não só colocava o seu ponto de vista, as suas idéias para fora, mas aquilo não era uma idéia homogênea, o "Em Tempo" não era um todo que pensava daquela maneira. Você tinha grupos que pensavam de uma forma A, você tinha grupos que pensavam de uma forma B (...). (Idem)

Essas linhas diferentes e o caráter abrangente, que congregava diversas tendências e possibilitava o debate interno fez com que o jornal tivesse a participação de grupos

heterogêneos dentro da esquerda, articulando para além dos grupos citados anteriormente, aquilo que Karam definiu como os "independentes":

> Então nesse sentido você tinha essas pessoas como eu acredito que não era todo mundo da AP que entrava no "Em Tempo", então você tinha representações, agora, os independentes todos estavam no "Em Tempo" porque não tinham lugar para estar. O interessante foi isso porque os independentes é que davam o grande colorido ao "Em Tempo" ... porque em determinado momento tempo você tinha gente que apoiava mais a esquerda, gente que era mais à direita por aí a fora. (KARAM, 1997)

Outro aspecto interessante da entrevista de Karam, que atesta o jornal *Em Tempo* como um propício espaço para a articulação dessa esquerda se reorganizava era sua abrangência nacional: "E o "Em Tempo", ele tem uma característica interessante porque embora tenha começado no Rio, tinha repercussões em São Paulo e em Minas Gerais enfim, o jornal acabou sendo uma expressão nacional". (KARAM, 1997)

Desse modo, Em Tempo se colocou no espaço público brasileiro defendendo sua posição política à esquerda e ampliando seus olhares para a diversidade de pensamento. No primeiro editorial também se manifesta a importância dos sujeitos que seriam responsáveis por catalisar o conjunto diversos das vozes de oposição:

> O cansaço com a situação dos últimos 13 anos - e tudo que ela gerou - liberou a expressão de forças vivas, tornando vasto o campo da oposição e trazendo à cena um novo ator: os trabalhadores. Eles não acreditam mais no caráter ilusório da matemática oficial e ameaçam pisar um novo terreno. Opinar sobre política, exigir também a alteração do regime. (EDITORIAL, 1977, p. 1)

Assim, o projeto político que Em Tempo vislumbrou foi o de servir como um elemento catalisador da esquerda diante das crescentes mobilizações que os operários, sobretudo de São Paulo, vinham realizando, sendo visto pelo mesmo como sendo expressão da "conjuntura de relativo avanço das forças sociais". Tanto é assim, que essa primeira edição de apenas quatro páginas, reserva uma página inteira para se dedicar a uma análise sobre o que teria proporcionado o aumento significativo na mobilização dos operários em São Bernardo do Campo. Contudo, por ser um jornal majoritariamente de militantes da esquerda armada brasileira, chama a atenção a importância que o texto-apresentação do periódico dá para o debate sobre a democracia:

> A palavra democracia já serviu aos mais variados pretextos e em seu nome promoveram-se, por exemplo, vários golpes em " nuestra" América, e muitos dos conspiradores de ontem se fantasiam agora de salvadores da pátria. Se a

> democracia hoje unifica a oposição, convém buscar algo além da palavra, dar-lhe um conteúdo. (EDITORIAL, 1977, p. 1)

O posicionamento do editorial diante do termo democracia vai ao encontro daquilo exposto anteriormente sobre o valor que a construção das liberdades democráticas ganhou ao longo da década de 1970. Mas longe de aderir ao projeto de democracia que esvaziasse seu conteúdo classista, o jornal defende os sujeitos que devem estar presentes na construção desse novo modelo político:

> Historicamente a democracia é tão mais real quanto maior for a participação dos trabalhadores no processo político. Não se trata de altruísmo ou romantismo, mas do próprio sucesso das oposições brasileiras mais consequentes. E só é possível quebrar o fundo da garrafa onde estão comprimidas as forças oposicionistas se os trabalhadores se colocarem à frente das lutas pelas liberdades democráticas, assumindo o papel de sujeitos da transformação social. (EDITORIAL, 1977, p. 1)

O conjunto de militantes que se reuniu em torno do Jornal Em Tempo defendeu em seu editorial inaugural um projeto político que alinhavava os interesses da classe trabalhadora brasileira com a construção de uma sociedade democrática, utilizando para isso um periódico, cuja função central seria a de "subsidiar, ao nível da nossa produção jornalística, a articulação das forças oposicionistas." É notável a mudança no campo estratégico no que diz respeito do caráter da Revolução brasileira.

Na quarta edição do jornal *Em Tempo* as discussões sobre os rumos da política brasileira se aprofundaram e a partir desse momento é possível ter uma dimensão mais clara sobre a posição dos militantes no que diz respeito a reconstrução da esquerda brasileira no período que se iniciava.

O primeiro artigo que versava sobre o tema discutia que os setores da oposição brasileira "de dentro e de fora do MDB", articulavam a criação de ao menos dois novos partidos políticos: um de orientação trabalhista, que retomaria as bases e a estrutura do antigo Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, e um Partido Socialista, que segundo o jornal poderia ser "nos moldes da Social Democracia europeia ou à sua esquerda". (BAPTISTA, 1978, p. 5)

A reportagem é bastante crítica ao movimento de retomada do PTB, ainda que nos moldes antigos; o jornal acusa o viés político petebista como sendo oriundo de um "nacional-populismo de orientação getulista", mesmo em sua inclinação mais à esquerda, cuja defesa foi feita pelo então ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola,

principal líder político do PTB. Brizola é acusado na reportagem de defender uma social-democracia moderada e, segundo o texto, a refundação do PTB continuaria sem encarar as contradições brasileiras e apostaria na aliança entre trabalhadores e capital nacional, que segundo o jornal, repetiria o erro do período pré-1964.

Sobre a formação de um novo Partido Socialista, o texto apresenta duas tendências que se afloravam ao longo da reorganização partidária: um grupo que defenderia um projeto articulado com a social-democracia europeia, inclusive tendo contato direto com o líder do Partido Social-Democrata português, Mario Soares. Outra tendência, defenderia a "formação de um partido nitidamente socialista, mas abrangendo um largo espectro de opiniões e tendências. Ou seja, algo que mantenha o caráter frentista do MDB, mas seja qualitativamente superior ao atual partido de oposição". (BAPTISTA, 1978, p. 5)

A reportagem também cita um conjunto de militantes à esquerda que seria contrária a formação de novos partidos de esquerda. O texto afirma que:

> Existem resistências menos conjunturais. As correntes mais ortodoxas da esquerda combatem a idéia de qualquer partido socialista por temerem a perda da paternidade do idéario socialista. Estas correntes, além disso, estão hoje decididamente engajadas em propostas exatamente iguais às do antigo populismo, definindo a luta contra o imperialismo, visto de uma forma externa, como a luta principal. (BAPTISTA, 1978, p. 5)

Sem citar especificamente a quais pessoas ela se refere, é possível levantar a hipótese de que estejam sendo citados alguns ex-integrantes da luta armada no Brasil. Outro elemento interessante para refletir sobre essa maneira subjetiva pela qual se trata a questão da luta armada aparece na entrevista do Professor Luis Alberto Muniz Bandeira, ex-integrante da POLOP, um dos primeiros grupos organizados que romperam com o Partido Comunista Brasileiro, ainda em 1961 e que posteriormente aderiram ao projeto de guerrilha em sua concepção teórica, ainda que não a tenham efetivado. No entanto, a questão sobre a luta armada sequer é tratada na entrevista, iniciando uma tendência em um primeiro recorte do jornal, que não abordava em nenhum aspecto o uso da violência como estratégia para a implementação do socialismo dentro do Brasil. Mas nesse período, destacou-se diversas análises sobre essa estratégia em diversos contextos internacionais, que sempre foram apresentados e debatidos nas primeiras edições do jornal, como será visto a partir de agora.

3.4. As experiências armadas estrangeiras nas páginas de *Em Tempo*.

O que se verificou nas primeiras edições de *Em Tempo* foi uma apreciação da ideia de violência como ferramenta revolucionária em um caráter simbólico, por meio de análises de conjunturas internacionais em que esse mecanismo foi utilizado para a construção do socialismo. Assim, é notório como a experiência da luta de libertação nacional se faz presente nas publicações de *Em Tempo.* Na mesma edição de janeiro de 1978, o jornal dedica uma página inteira a uma entrevista com dois médicos que foram integrantes das Forças Armadas Revolucionárias do Povo, a FARP, que naquele momento havia vencido o movimento de guerrilha em Guiné-Bissau e se preparava para a organização do primeiro congresso em vistas à construção da nova sociedade. Destaca-se o trecho dedicado a análise dos motivos que levaram a vitória da guerrilha. Segundo os médicos entrevistados, as zonas libertadas eram imediatamente ocupadas pela FARP:

> Formava-se um comitê de base do PAIGC, composto por cinco membros, homens ou mulheres; instalavam-se brigadas móveis de saúde, que davam assistência de casa em casa, cuidando da população ; construíam-se escolas ao ar livre, apesar dos constantes bombardeios dos portugueses. (TIBÚRCIO, 1977, p.9)

O artigo continua dizendo:

> Nas zonas libertadas, segundo os médicos guineenses, as FARP instalavam também os "armazéns do povo". Neles, não só a população se abastecia diretamente, como também os poucos armazéns privados compravam mantimentos sob o controle do comitê de base do PAIGC. (TIBÚRCIO, 1977, p.9)

Cabe argumentar que se o jornal formasse um repúdio direto e veemente ao modelo de luta armada, ou ao uso da violência como estratégia para a revolução, não estaria citando de maneira tão complexa um movimento vitorioso desse molde. Nesse sentido, a hipótese que cabe apresentar é a de um direcionamento dos movimentos guerrilheiros para a defesa da construção de um partido político pelo convencimento de que a estratégia da luta armada havia fracassado no Brasil pelas características objetivas da realidade brasileira. Mas é notório como a questão da luta armada especificamente no Brasil é silenciada ao longo das primeiras edições do jornal *Em Tempo.*

Esse silenciamento com relação ao tema da guerrilha no Brasil permanece na edição de número 5, da última semana de março de 1978, em que o jornal apresenta um conjunto de matérias sobre a trajetória e a importância política de Alexandre Vannucchi Leme, morto em 1973 após sessões de tortura no DOI-CODI. O que chama a atenção é que na apresentação de sua trajetória de militância política, não existe nenhuma citação à participação de Vannucchi como militante da Ação Libertadora Nacional, a ALN. Vannucchi foi um dos mais importantes quadros da ALN na política estudantil dentro da organização, responsável direto pela mobilização dos estudantes para integrar os quadros da organização. A escolha da reportagem de sequer citar a organização deixa claro a posição do jornal em não citar o tema da luta armada em suas edições. O objetivo da matéria, inclusive, é demonstrar como a morte de Vannucchi foi fundamental para o processo de reorganização da oposição no que diz respeito às lutas por liberdades democráticas.

No mesmo número, há uma reportagem sobre a reorganização da esquerda argentina que vale uma análise mais profunda. Nessa matéria, o jornal apresenta a situação do regime militar argentino e posteriormente passa a descrever as cinco tendências políticas que, segundo o texto, continuam presentes na tentativa de mobilizar a população do país portenho. Em seguida, o jornal inicia, em caráter de relato, a descrição de como as organizações de esquerda estão encarando o processo de avaliação naquele momento de intensa refração: "No balanço político dos últimos anos surgem naturalmente algumas divergências. Uma das questões importantes é sem dúvida a luta armada."

A reportagem enfatiza o debate interno entre as organizações guerrilheiras sobre quais teriam sido os erros cometidos por essa tendência:

> Os setores que defendem a "tomada violenta do poder" consideram, portanto, que o "atual recuo da esquerda caracteriza apenas uma derrota tática", o que não invalidaria a proposta da luta armada. Para esses setores, "teria havido uma confusão de etapas na avaliação do processo argentino: parte importante da esquerda teria falhado na previsão do processo da luta política e social. (MARTINS, 1978, p. 9)

Desse modo, a reportagem passa a explicar os caminhos a serem seguidos pela esquerda argentina a partir dessa análise:

> Atualmente, para alguns setores da esquerda, permanecem as condições objetivas para a luta armada - miséria, fome, péssimo padrão de vida da população -, mas faltam as condições subjetivas: debilidade das organizações

> revolucionárias e a incerteza política das massas populares, confusas que estariam depois de sua frustrada experiência com o peronismo. (MARTINS, 1978, p. 9)

A reportagem afirma, portanto, que a esquerda armada argentina entendia que a luta armada é uma estratégia possível para o processo revolucionário, mas que as condições subjetivas para a guerra de libertação nacional não estavam colocadas:

> Esses grupos consideram, assim, a luta armada como "um processo longo". Nesse momento, a tarefa da esquerda seria lutar pela democracia. Seria preciso esperar o desenvolvimento da resistência popular. Nas,palavras de um dirigente sindical exilado na Holanda, seria preciso agora "reorganizar as forças revolucionárias, recuperando um vínculo consistente entre as vanguardas e as massas. (MARTINS, 1978, p. 9)

É importante destacar como a reportagem enfatiza a tarefa de criar um vínculo consistente entre as vanguardas e as massas, dialogando com aquilo que foi lido como sendo o principal erro cometido pelas esquerdas revolucionárias nos anos 1960 no Brasil. Nota-se, portanto, que apesar do jornal *Em Tempo* não apresentar diretamente um debate sobre a experiência da luta armada no Brasil, é possível analisar o entendimento desse jornal e de seus militantes a partir da análise que é feita em suas páginas das experiências estrangeiras sobre o tema. E dessa forma, é recorrente a presença de análises e casos que enfatizam a necessidade de construir o apoio popular entre as massas, tese essa que é bastante difundida na memória sobre os erros da guerrilha entre os militantes que pegam em armas.

A reportagem sobre o caso argentino se encerra destacando o papel dos militantes da esquerda argentina no exílio construindo uma rede de oposição que buscava denunciar os crimes contra os Direitos Humanos cometidos pelo regime ditatorial, o que também é o foco de grupos que permanecem atuando dentro do país:

> Dentro do país também funcionam alguns comitês de defesa dos presos políticos e de denúncia da repressão generalizada. São os Comitês de Famílias de Presos Políticos e Desaparecidos; a Liga pelos Direitos Humanos e a Assembléia pelos Direitos Humanos. (MARTINS, 1978, p. 9)

Encerrar a reportagem destacando o papel da luta pelos Direitos Humanos pode ser um indicativo do projeto político que o jornal defende, pois existe uma ênfase nas denúncias em diversas reportagens.

A tese de que a discussão sobre a luta armada nas páginas do jornal *Em Tempo* foi feita por meio das notícias sobre guerrilhas em outros países se fortalece ao avaliar a reportagem seguinte a essa sobre a esquerda argentina. Nela, o jornal apresenta o processo político da Nicarágua, destacando a atuação da Frente Sandinista de Libertação Nacional, a FSLN. Após descrever a atuação da esquerda no país, a reportagem enfatiza as diferentes visões políticas entre os sandinistas:

> A "guerra popular prolongada" é a tática daqueles que refutam qualquer compromisso com a burguesia e não aceitam outra solução que não seja a luta armada. Uma segunda tendência, chamada "proletária", acentuada organização política das massas, ao mesmo tempo em que se trava a luta armada. Por fim, os "terceristas" são favoráveis a uma aliança mais larga, chegando a propor a união com os setores avançados da burguesia. (FRANK, 1978, p. 9)

A reportagem mostra como a tendência interna da Nicarágua é de crescimento nas adesões da população ao projeto guerrilheiro, chegando a citar o caso do poeta Ernesto Cardenal, que em novembro de 1977, admite ser membro da FSLN, "com muito orgulho". Posteriormente, a reportagem passa a apresentar as ações norte-americanas ao longo dos séculos XIX e XX para relatar como se iniciou a luta dos sandinistas. É interessante notar que essa reportagem cumpre apenas informar aquilo que está acontecendo no país, sem, no entanto, apresentar qualquer análise sobre o caso.

Na edição de número 8, de abril de 1978, na sua parte de análise sobre a política internacional, a reportagem de *Em Tempo* entrevista Arnaldo Santos, membro do governo revolucionário de Angola e integrante do Movimento Popular de Libertação de Angola, o MPLA. Na entrevista que se propõem a debater exclusivamente sobre a questão da reforma agrária angolana, Santos é questionado sobre como o MPLA construiu e estava construindo a relação com a massa. A reincidência nesse tema faz com que seja possível perceber um interesse do jornal de fomentar, entre a esquerda brasileira, o debate sobre a importância da mobilização das massas no período.

Outra reportagem que evidencia em caráter ainda mais forte a tendência do jornal de realizar as críticas ao movimento armado por meio da análise dos casos internacionais ocorre na edição número 10 do jornal, de maio de 1978, cujo objetivo é apresentar a proposta do grupo Montoneros para a ação política que ocorreria durante a realização da Copa do Mundo de Futebol deste ano na Argentina.

Após a reportagem maior em que é apresentada a carta transmitida pelos Montoneros para os militantes do exílio, em que defendem que a estratégia da esquerda argentina deve ser a de denunciar os crimes contra os Direitos Humanos propagados pela

Junta Militar, o jornal apresenta um bloco especial intitulado “como e porque a esquerda errou”. Nesse sugestivo texto, o jornal apresenta o militante político de origem sindical chamado: “Armando Jaime, um líder sindicalista de 46 anos, nascido em Salta, é atualmente uma das figuras de oposição mais importantes da Argentina”. Jaime rompeu com o peronismo em 1967, tomando parte, em 1969, na formação da FRP (Frente Revolucionária Peronista), a qual, embora ainda definindo-se como peronista, assumiu abertamente posições ideológicas marxistas e defendeu alianças com grupos de esquerda, não peronistas. Posteriormente, o militante é apresentado como tendo sido um dos integrantes que criaram a Frente Revolucionária 17 de outubro. E é justamente ao falar sobre o FR-17 que o jornal indica outra vez mais uma interpretação da luta armada:

> (...) possível uma ação política das massas. Após o golpe militar de 1967, a FR-17 fez uma tentativa infeliz de luta de guerrilhas. Atualmente, a FR-17 é uma das poucas organizações operárias que sobrevive à violenta repressão. Embora pequena, possui influência considerável, principalmente no norte da Argentina. (grifo nosso). (PFAU, 1978, p. 9)

É importante ressaltar que o trecho destacado não é apresentado como a opinião de Armando Jaime, mas sim como uma opinião de quem está escrevendo o texto para o jornal, no caso, Cristina Pfau. Do mesmo modo, não há uma explicação ou avaliação do porque na opinião do autor do texto essa opção seria infeliz. Apenas é apresentado como uma constatação.

Ao apresentar a percepção de Jaime, porém, há um destaque para a visão do militante argentino sobre o fracasso das guerrilhas:

> Os revezes sofridos pelos movimentos de guerrilhas são o resultado de uma incapacidade de entender-se corretamente a relação entre a vanguarda revolucionária e as massas. Nenhuma luta revolucionária terá êxito sem a participação ativa das massas. Os grupos revolucionários fundamentavam sua propaganda política na luta armada. Partindo deste ponto de vista, tinham uma tendência militarista, “foquista”. Baseavam suas tarefas políticas em ações militares, e não no oposto. (PFAU, 1978, p. 9)

O jornal apresenta o trecho de uma carta enviada pelo militante ao jornal *Em Tempo* e nota-se a reprodução da visão hegemônica sobre a tese da derrota da luta armada que procurou associar seu fracasso a impossibilidade de articulação com as massas. Outro ponto que chama atenção é a crítica que Jaime faz ao que ficou conhecido como “militarismo” por parte dos grupos armados. Crítica essa, que como foi visto anteriormente, já aparece entre os grupos que romperam com a ALN e criaram a

Tendência Leninista. A novidade dessa reportagem é o aprofundamento da análise sobre a luta armada, intitulada em um subtítulo chamado de "autocrítica" em que mais uma vez se abre aspas para Jaime:

> Isto levou a uma confusão de dois momentos históricos, um que foi o da ditadura de Ongania, do Cordobazo, para a de Lanusse, quando as massas estavam em oposição aberta à ditadura e apoiavam qualquer tipo de ação política. E outro, de Lanusse a Isabel, quando parte da população apoiava o governo, parte exigia maiores concessões a um nível econômico, e, uma parte menor apoiava os movimentos revolucionários. Enfim, um período em que as condições subjetivas para uma luta armada não existiam. (PFAU, 1978, p. 9)

No entendimento do militante, houve um erro de análise da conjuntura política em que, segundo ele próprio, não havia condições para a guerrilha obter adesão popular, uma vez que a parcela da população que apoiaria essa estratégia era reduzida em comparação aos demais grupos cujo projeto político era distinto. Nesse sentido, além da crítica enfatizar o militarismo ela também observa o período histórico como fator explicativo para a derrota.

E como terceiro argumento dessa autocrítica, Jaime volta a sustentar a tese da incapacidade da luta armada de mobilizar as massas, levando a uma cisão entre a luta das camadas subalternas e a luta realizada pela vanguarda: "A classe operária, como um todo, simpatizava com a luta armada dos Montoneros e ERP, porém não participava. O que ocorreu então foi uma cisão entre a luta política das massas e a luta armada." (Idem)

Dessa maneira, o erro cometido pelos grupos armados argentinos seria: i - ênfase nas ações militares em detrimento das tarefas políticas. ii - equívoco na análise da conjuntura histórica do período. iii - incapacidade dos grupos guerrilheiros de ampliar o conjunto da sua militância entre a classe operária. Esses três erros, contudo, estão articulados a uma tese mais geral, que parece ganhar corpo no jornal durante o ano de 1978: as guerrilhas fracassaram porque não obtiveram apoio popular. Daí é que resulta os diversos debates e projetos apresentados pelo jornal *Em Tempo* cujo tema central sempre é a ampliação da participação política das massas.

Outro ineditismo dessa reportagem está na apresentação da visão do militante argentino sobre a situação atual da esquerda portenha no que diz respeito às ações armadas naquele período:

> Isto significa que, agora, quando a ação militar é necessária para acompanhar a luta de classe trabalhadora, torna-se impossível devido ao desgaste sofrido por tentativas feitas em um momento historicamente errado.Não me excluo destas críticas, pois, de uma maneira ou de outra, estava envolvido nesta experiência. (PFAU, 1978, p. 9)

É perceptível no trecho da carta de Jaime enviada ao jornal *Em Tempo* que a estratégia de ação militar não foi considerada superada por ele, mas que os erros cometidos pelos grupos guerrilheiros resultaram em um descarte da estratégia. E mais uma vez o jornal mantém sua característica de abordar o tema da luta armada por meio da análise de casos estrangeiros, sem citar diretamente o caso brasileiro.

A análise sobre o caso argentino parece ter tido um importante destaque por parte do *Em Tempo,* e na edição número 13, de maio de 1978, mais uma vez há um destaque para a repressão realizada pela Junta Militar do país vizinho. De modo especial, essa edição procura fazer uma análise e um relato sobre a barbárie provocada pela repressão em massa aos militantes políticos da esquerda daquele país, cuja reportagem aponta naquele momento para o número de cerca de 15 mil pessoas desaparecidas. O que chama a atenção é que existe a associação direta entre a repressão e a mudança na estratégia política dos grupos identificados como a "esquerda radical". Na segunda parte da reportagem dedicada a analisar o caso argentino, o jornal *Em Tempo* apresenta uma matéria intitulada: "concentração: luta armada e luta política". Na abertura da matéria, o texto cita que:

> Apesar do enorme sofrimento pessoal, a grande maioria dos membros e ex-membros dos movimentos revolucionários continua firme no seu compromisso ideológico. Contudo, depois dos sucessos espetaculares dos primeiros anos da década de 70, os reveses militares sofridos pelos movimentos estão levando alguns militantes a questionar não o compromisso ideológico básico, mas sim a estratégia revolucionária que foi adotada. (BRANDFORD, 1978, p. 7)

O que chama atenção nesse novo exemplo do que vem sendo destacado ao longo deste capítulo é que há uma associação direta entre a repressão e a autocrítica estabelecida pela esquerda armada:

> Essa autocrítica, feita por um militante cuja mulher foi sequestrada pelas forças da repressão, é indicativa do tipo de análise que está sendo feita. "Fomos cativados pela natureza enganosamente simples das ações de guerrilha e continuamos com elas num momento histórico errado. Durante a ditadura militar, de Ongania a Lariusse, o povo apoiava qualquer tipo de resistência. Tínhamos razão - e tínhamos êxito - em nossa prática guerrilheira. (BRANDFORD, 1978, p. 7)

O destaque da fala desse militante argentino para o êxito é o que deve ser destacado desse trecho, pois parece ser exemplar da relação estabelecida entre as severas baixas pelas quais a luta armada passou - resultando assim na derrota militar do projeto revolucionário - e a autocrítica realizada pelos militantes sobre a estratégia. Ao que indicam as fontes, o processo de revisão está condicionado ao fato de que as experiências guerrilheiras fracassaram em promover a revolução socialista e uma vez que esse fracassou ocorreu, se iniciou o processo de revisão sobre essa ferramenta de luta. Ao fazer esse movimento, há uma relação direta entre a estratégia e o fracasso e, portanto, é preciso explicar a derrota. A explicação se restringe à estratégia.

Ainda que seja bastante compreensível que essa relação seja estabelecida, é preciso considerar algumas nuances nessa prática. Quando os militantes procuram motivos para analisar as causas do fracasso, o debate se centrou no apoio popular dado às ações armadas: "(...) de 72 a 76, de Cámpora a Isabel, deveriamos ter desenvolvido a luta política. Deveriamos ter canalizado toda nossa energia na organização de um poderoso movimento de massas e de um partido operário". (BRANDFORD, 1978, p. 7) A tese apresentada pelo militante argentino parece ser partilhada pelo jornal *Em Tempo* e se configura como a explicação oficial e hegemônica entre os guerrilheiros:

> De certa forma, caímos na armadilha preparada pelas forças armadas. Eles queriam desviar-nos para um simples conflito militar, porque tinham confiança que nesse terreno finalmente nos venceríam. Era no nível político e ideológico que nos temiam profundamente. Apesar disso, deixamos que eles nos empurrassem para um campo de batalha que não tínhamos escolhido. Deixamos que nos isolassem das massas. (BRANDFORD, 1978, p. 7)

Defende-se, portanto, que o centralismo militarista da luta armada impediu que essa vanguarda obtivesse apoio popular em sua luta e a derrota ocorreu porque a guerrilha não conseguiu mobilizar as massas para obter apoio. O que chama a atenção nessa tese hegemônica localizada nesse período histórico estudado é que ela sequer questiona aspectos mais pormenorizados dos motivos das massas não terem se mobilizado. Na mesma reportagem, citando outro militante da esquerda armada argentina se apresenta a conclusão de que os motivos da não adesão das massas ao projeto revolucionário da esquerda armada ocorreu porque a estratégia da luta armada não era partilhada pelas massas:

> A classe operária sempre encarou - e ainda encara - a luta armada realizada pelos grupos revolucionários com grande simpatia. Mas como não foi a sua

> luta, o resultado de sua resistência política, não participou de forma maciça. A classe trabalhadora tem as suas próprias formas de resistência e no futuro os grupos revolucionários terão que se identificar muito mais com elas. (BRANDFORD, 1978, p. 7)

Segundo o militante, a classe operária tem simpatia pela luta armada, mas essa estratégia não é dela e, portanto, isso seria a explicação para essas classes não terem aderido massivamente ao projeto guerrilheiro. Ela se apresenta como uma explicação teleológica e não observa algumas nuances sobre essa não adesão das massas que poderia passar por questões como o radicalismo da proposta guerrilheira, a violência submetida ao militante que pega em armas, os riscos que essas pessoas estão submetidas e até mesmo aspectos mais ideológicos, tais como a proposta política representada pela guerrilha. Ao que indica a leitura apresentada nessa fonte, as massas não foram convencidas pelos militantes da esquerda radical a aderirem ao seu projeto exclusivamente pela proposta de luta. Sequer existe um questionamento sobre a identificação com o projeto político defendido pela esquerda radical ou sobre os cálculos que podem ter sido feito pelas massas ao não aderirem a esse projeto. Todas essas questões acabaram sendo sublimadas por essa tese hegemônica.

No entanto, essa narrativa hegemônica das questões do contexto histórico vivenciado no período e que talvez tenha de fato dado origem à memória hegemônica sobre essa experiência política em solo brasileiro. E ainda que a crítica apresentada na documentação vá ao encontro da tese defendida por Daniel Aarão Reis Filho sobre a memória construída pelos próprios militantes, que para se inserir na conjuntura política que estava muito mais em sintonia com os caminhos democráticos para a esquerda, algumas problematizações são necessárias.

Observando o contexto apresentado pelo próprio *Em Tempo,* é nítida a visão que o jornal tem sobre o tempo vivido por eles cuja característica política central é o da retomada das construções dos partidos políticos. Isso fica claro quando se constata que o grande tema das primeiras edições do jornal, ainda entre 1978 e 1979 é a reorganização partidária no Brasil e a abertura política que se anunciava. Não há dúvidas entre os militantes que construíram o jornal que o bipartidarismo estava no fim. Isso é citado em todas as primeiras edições do jornal. Desse modo, o contexto político se coloca de maneira muito presente, o que sem dúvida é fundamental para a revisão sobre a experiência da luta armada; para partilhar desse momento de possibilidade depois de quase duas décadas de regime militar, o militarismo é criticado.

Por outro lado, também é preciso considerar aspectos subjetivos para avaliar essa crítica. Enzo Traverso demonstra a partir da sua análise sobre os fracassos das experiências da esquerda europeia que após a derrota da experiência, a esquerda em conjunto procura avaliar suas derrotas permeado por uma melancolia caracterizada sobretudo pela necessidade de explicar o fracasso. Isso criaria, segundo ele, uma espécie de visão teleológica, que é justamente o que o autor chama de *melancolia de esquerda:* a necessidade de explicar a derrota faz com que se olhe para os erros para atribuir sentido ao porque o projeto foi derrotado e diante disso se constrói uma narrativa - se não única, ao menos hegemônica - que olha exclusivamente para o fracasso.

É a partir dessa ideia que resta questionar sobre a possível existência das vozes dissonantes à essa tese hegemônica sobre os motivos que levaram ao fracasso. Que essas vozes dissonantes existem, não parece restar muitas dúvidas. Mas é preciso procurar responder se elas foram silenciadas pelo contexto democrático que se avizinhava ou se foram silenciadas pela tese hegemônica sobre os motivos do fracasso. Ou ainda, procurar avaliar se essas vozes dissonantes ao menos foram ouvidas, e se não foram, procurar os motivos entre o auto-silenciamento ou a exclusão.

3.5. Uma autocrítica implícita: a questão armada em tempos de censura.

Na edição de número 15, em junho de 1978, aparece nas páginas de *Em Tempo* a primeira referência direta ao processo de guerrilha presente no Brasil a partir de uma entrevista realizada pelo jornal com o filósofo e militante francês Régis Debray. A chamada para a entrevista aparece na capa do jornal, o que demonstra a relevância que ela tem, e também é preciso destacar que já na chamada de capa se apresenta o teor da entrevista presente no título: “Guerrilha: Debray reconhece seus erros”. O título da matéria com a entrevista também chama atenção: “Debray revê a guerrilha”. O tom da entrevista, portanto, é direcionado para que o teórico do foco guerrilheiro possa apresentar um balanço crítico dessa experiência e a primeira pergunta da entrevista é justamente para que Debray faça esse balanço. E ao fazê-lo, o teórico francês apresenta já na primeira resposta seu ponto de vista sobre a luta armada realizada na América Latina:

> Antes de mais nada, quero deixar claro que considero este balanço indispensável. Ainda pior que cometer um erro é não tomá-lo em conta e analisá-lo detidamente. O primeiro dever dos revolucionários na América Latina é de fugir desta tentação de recalque psicanalítico, que consiste em

> passar por cima dos traumas e que, na verdade, faz reconduzir o traumatismo e perpetua os efeitos. (MATTOS, 1978, p. 9)

Ao apresentar seu balanço em uma perspectiva que visa explicar a derrota, Debray apresenta sua tese sobre ela:

> A ‘grosso modo’, as vanguardas revolucionárias armadas não estavam vinculadas ao movimento operário em expansão e, portanto, não eram revolucionárias senão no papel e nas suas cabeças. Assistimos assim a um fenômeno de “ armas sem povo” . Este fenômeno teve, de certa forma, sua contrapartida reflexa na experiência chilena com um “ povo sem armas” . O balanço destes dois movimentos, o militar e o político, é a derrota. A razão histórica destas derrotas: é a questão da maturidade da revolução socialista que se coloca. (MATTOS, 1978, p. 9)

Se até esse momento o jornal *Em Tempo* procurava apresentar de maneira indireta sua teoria explicativa para a derrota da luta armada, aqui, é preciso ressaltar, ela aparece de maneira mais direta. Ainda que essa crítica seja apresentada a partir das ideias de Debray em uma entrevista, é necessário ressaltar dois pontos fundamentais. O primeiro deles é o lugar de autoridade que Régis Debray possui no campo intelectual e fundamentalmente no campo político para a esquerda do mundo inteiro e em especial para a esquerda latino-americana, sobretudo com relação ao foquismo. Régis Debray é citado em diversos documentos fundacionais de organizações clandestinas guerrilheiras, como a ALN, por exemplo. A teoria do foco guerrilheiro e o livro “Revolução na revolução” foi alvo de intenso debate na esquerda brasileira assim que ele foi publicado. Nesse sentido, o jornal mobiliza esse lugar de autoridade nesse campo político que Debray possui para que, ainda que indiretamente, possa realizar essa autocrítica. O segundo aspecto é apresentar a entrevista sem que nenhum comentário adicional seja feito. Diferente de outros momentos no jornal, não há nenhum tipo de comentário adicionado na composição da matéria. São apenas as perguntas feitas por Mattos e as respostas de Debray.

Portanto, o jornal passa a apresentar uma reflexão e uma autocrítica à luta armada no campo brasileiro, mas ainda de maneira indireta. Depreende-se disso duas reflexões fundamentais para essa pesquisa. Por um lado, é preciso questionar se o fato dessa visão crítica e embasada na ideia de que a guerrilha falhou por não conseguir mobilizar as massas não ser apresentada diretamente em forma de uma opinião do jornal ocorreu porque entre os militantes que constroem o jornal havia discordância com relação a essa opinião. Por outro lado, há a possibilidade dessa visão não ser hegemônica no campo da

esquerda para fora do jornal e nesse sentido não se falava diretamente dessa crítica como uma posição do jornal para evitar reverberação entre a comunidade de leitores. Seja a primeira, a segunda ou ambas as hipóteses em consonância, o que não parece é ser mera coincidência o fato da visão crítica a luta armada não ser apresentada em forma de tese ou opinião do jornal.

Régis Debray continua respondendo seu primeiro questionamento sobre as experiências guerrilheiras na América Latina e ao procurar elaborar sobre os motivos das massas não terem sido mobilizadas pela guerrilha diz que:

> (...) muitas sociedades latinoamericanas não são mais maduras para uma revolução democrático burguesa (que comporta um desenvolvimento perigoso para uma eventual burguesia nacional) mas não são ainda maduras para uma revolução socialista, visto o pouco desenvolvimento ou consciência do proletariado industrial. (MATTOS, 1978, p. 9)

Aqui é preciso notar como a autocrítica sobre a experiência armada - ao menos aquela desenvolvida por Debray - projetou nas massas o fracasso da sua própria mobilização. Como é possível ler no trecho acima, a tese do francês é a de que o fracasso da guerrilha ocorreu porque o proletariado da América Latina não teria desenvolvido uma consciência de classe. Não é papel dessa pesquisa discordar das interpretações oferecidas no período histórico analisado, mas apenas analisá-las e procurar orientar o sentido delas. No entanto é fundamental destacar o quanto a autocrítica realizada nesse período procura explicar o fracasso do projeto guerrilheiro sem observar possíveis erros cometidos no próprio processo de luta. Ao realizar a autocrítica, ela se expressa ou no militarismo da estratégia, ou na incapacidade das massas de serem mobilizadas pelo seu próprio estágio do desenvolvimento social de seu pensamento político. A visão de Debray parece reproduzir um viés estruturalista e assim, propositalmente ou não, acaba não sendo uma autocrítica, pois ela não é feita a si mesmo, mas sim ao outro ou a estratégia.

E do ponto de vista do posicionamento do jornal *Em Tempo* com relação a essa autocrítica, é preciso refletir sobre a defesa do projeto político presente no próprio jornal e anunciado ao longo dos seus primeiros quinze números: a defesa da social-democracia como uma perspectiva possível para o Brasil que anunciava seu processo de redemocratização. A outra pergunta realizada à Régis Debray que aparece nessa edição é sobre o papel da social-democracia europeia com relação aos países latinoamericanos. Após fazer uma análise sobre as tendências que compõem esse campo em território europeu, Debray afirma que:

> (...) existe, de fato, um espaço para um acordo tático quanto à democratização, mesmo que esta seja de caráter burguês. Em certas condições nacionais na América Latina, eu creio que a social-democracia desempenha um papel positivo. Evidentemente, numa situação revolucionária, estando a revolução socialista na ordem-do-dia, talvez não se pudesse fazer esta avaliação. Mas creio não ser este o caso atualmente. Portanto, não acho que Willy Brandt possa ser considerado, América Latina, como um representante do imperialismo norteamericano - isto seria demasiado simplismo. Ele deveria ser considerado como alguém que vem aprofundar determinadas contradições para instaurar condições mais favoráveis (que as de antigamente) de luta para aqueles que se encontram aptos a lutar pela revolução. (MATTOS, 1978, p. 9)

Ao localizar o tempo histórico em que o jornal *Em Tempo* se desenvolve como sendo o momento em que o vislumbre da redemocratização se tornava imperativo na esquerda, marcado sobretudo pelas discussões sobre o pluripartidarismo e por um projeto de anistia, parece ser defendido pelo jornal um viés da social-democracia como uma possibilidade de construção política para aquele período com o objetivo de consolidar a democracia no Brasil, e a partir daí, conquistar outros ganhos políticos para a esquerda. O destaque dado a esse ponto, inclusive procurando referendar essa tese a partir daquilo que é dito por Debray parece ser muito significativo. Caso isso esteja correto, parece ser bastante plausível associar uma crítica à guerrilha com a proposta de construção de um partido social-democrata que amplie as tendências políticas para além da esquerda radical e que construa seu projeto com base na democracia liberal como uma primeira etapa no processo de rearticulação política das esquerdas brasileiras.

Após uma importante lacuna de tempo, entre o número 15 e o número 41, o tema da luta armada no Brasil volta a aparecer nas páginas do jornal *Em Tempo.* Essa lacuna demonstra que o tema central do jornal nesse período não foi sobre a discussão da luta armada, muito longe disso, e é possível observar como esse período foi marcado pelos intensos debates acerca dos movimentos democráticos, fundamentalmente do processo eleitoral de novembro de 1978. A ocasião que faz a luta armada voltar a ser tema é a rememoração do Ato Institucional número 5 e na edição de dezembro de 1978 há uma matéria especial dedicada a esse tema, entrevistando três nomes importantes da luta armada no Brasil: Jacob Gorender, que militou no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCBR, José Genoíno, que integrou o PC do B e lutou na guerrilha do Araguaia e Altino Rodrigues Dantas Junior, que dirigiu a UNE na década de 1960 e foi um dos fundadores do Partido Revolucionário dos Trabalhadores, o PRT.

Na entrevista com Jabob Gorender, a primeira pergunta do jornal solicita que o ex-guerrilheiro avalie os impactos do AI-5 na trajetória política das esquerdas. E nessa

análise que Gorender sustenta o crescimento da luta armada como uma consequência do fechamento do regime militar:

> A crença, falsa crença, de que o país continuava numa profunda crise econômica, e de que não havia saída para tal crise por parte do sistema dominante, levou à análise de que a repressão seria necessariamente sempre maior. Dai a única tática imediata era a tática revolucionária, da guerrilha urbana e da guerrilha rural. Foi o pensamento da esquerda que se generalizou naquela fase. (FALCÃO; BAPTISTA, 1978, p. 5)

Gorender chama de falsa a crença da esquerda naquele período sobre a crise econômica vivenciada pelo o Brasil, indicando um caminho para a interpretação sobre a derrota da guerrilha. Sua análise é estruturada no movimento de crescimento da economia brasileira que ficou conhecido como "milagre econômico":

> (...) pode ser com ritmo de 1,5% ao ano como de 10%, não importa, mas a tendência é para o crescimento do volume dos bens de serviços que a economia pode oferecer. Que ofereça de maneira desigual, isso é próprio do sistema. Esperar que ele seja igualitário seria ingênuo! Então não podemos dizer que só haverá crescimento da economia se houver reforma agrária, ou se as multinacionais forem expulsas do Brasil. (FALCÃO; BAPTISTA, 1978, p. 5)

A conclusão apresentada sobre a análise da conjuntura econômica é a de que:

> (...) a esquerda no Brasil deveria abandonar por inteiro a ideia de que sua luta se legítima ou não com relação ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido qualitativo: ou se adotam as medidas que ela propõe ou o país não cresce! Essa ideia está totalmente superada. (FALCÃO; BAPTISTA, 1978, p. 5)

É possível aferir que o movimento de análise econômica feita por Jacob Gorender indica uma análise mais complexa da conjuntura política colocada no período de efervescência dos movimentos guerrilheiros no Brasil, uma vez que ele indica para o movimento de crescimento econômico como característico daquele momento histórico. Resultaria dessa interpretação incorreta o equívoco das esquerdas:

> Depois de 64, vem 65 que ainda é ano de crise. 66 e 67 são anos de estagnação. O pensamento generalizado nas esquerdas é de que tudo se tratava de uma crise de estrutura, para a qual não existiria saída senão a revolucionária. Esse pensamento era mais ou menos generalizado. E se a esquerda prática, aquela que atuava politicamente, não tinha muito tempo para se deter em análise econômica, alguns economistas mais ou menos responsáveis elaboraram naqueles anos a teoria da estagnação. (FALCÃO; BAPTISTA, 1978, p. 5)

Por meio dessa análise sobre a conjuntura econômica, Jacob Gorender oferece uma nova análise crítica sobre o fracasso das experiências das esquerdas armadas. identificando que elas fizeram a leitura incorreta de um momento de crise econômica que

indicaria para a saída exclusiva por meio da revolução. Essa crise, no entanto, não foi verificada e o país seguiu para um crescimento econômico vertiginoso nos anos seguintes[53].

No entanto, é preciso que seja dito que essa análise é feita de maneira indireta uma vez que o jornal não questionou Gorender exclusivamente sobre a luta armada, inclusive nem no restante da entrevista. Nesse sentido, é possível notar mais uma vez a tendência de subliminar o tema dentro das páginas do jornal *Em Tempo.*

Já a entrevista de José Genoíno ao jornal *Em Tempo* faz com que algumas teses hegemônicas da memória da luta armada sejam apresentadas de maneira mais direta. O subtexto do título da sua entrevista demonstra isso de maneira clara:

> José Genoino Neto é o único membro da última diretoria da União Nacional dos Estudantes que se encontra no Brasil. Os reflexos do AI-5 na gestão da qual participou Genoino podem ser aferidos por um simples dado: na época, quatro diretores da UNE foram assassinados. Genoino conta a resistência «meio desesperada» da UNE e mostra como a luta armada se transformou numa resposta à violência do AI-5. (FALCÃO; BAPTISTA, 1978, p. 6)

A reportagem com José Genoíno parece construir uma narrativa que insere a luta armada como um resultado quase que determinado da expansão da repressão, culminando no AI-5. Diferente de Jacob Gorender, a matéria com Genoíno não é construída como uma entrevista, mas se apresenta a trajetória política do ex-guerrilheiro e nessa narrativa é inserida algumas falas de Genoíno. Após apresentar a conjuntura já problemática em 1968, quando Genoíno assumiu a presidência da UNE na cidade de Fortaleza, a reportagem relata todas as tentativas de articulação e luta política que a organização fez nesse período, enfatizando sobretudo a legalidade dessa luta:

> Apesar de todas essas circunstâncias adversas, houve uma resistência — que Genoino classifica de «meio desesperada». — da diretoria da UNE para segurar o processo de desarticulação já iniciado. Assim, se fez, ainda em 69, três conselhos da UNE, que consistiam na reunião da diretoria com dois representantes de cada estado. Se realizaram, também, lutas localizadas, como no Rio Grande do Sul, contra a demissão dos professores e em São Paulo, no aniversário da morte de Edson Luiz, em 1970. Havia, ainda, um jornal que

[53] É fundamental apontar a correlação entre o crescimento econômico e a desigualdade social acentuada no período do "milagre". O congelamento dos salários e dos investimentos em serviços públicos fizeram com que o crescimento do PIB que chegou a 7% em um ano fosse acompanhada de um aprofundamento das desigualdades sociais, fazendo com que o "milagre" atingisse as Elites econômicas e as classes médias, sobretudo as urbanas. CF: BARONE, Ricardo Stazzacappa; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; MATTOS, FAM de. A distribuição de renda durante o "milagre econômico" brasileiro: um balanço da controvérsia. Texto Para Discussão, IE/Unicamp, n. 251, 2015.

> pretendia a normalização dessas lutas e a propagação da proposta da UNE junto aos estudantes. (FALCÃO; BAPTISTA, 1978, p. 6)

Porém, a leitura apresentada pelo jornal aponta para uma inflexão na luta política mediada pelo AI-5 e indica que a escolha pela luta armada foi uma reação ao fechamento político, mesmo quando as aspas do militante indicam o contrário:

> Mas, a falta de opções que a oposição, na época, julgava existir — já que as ofensivas pacíficas pareciam não surtir o efeito desejado — levou ao caminho mais radical: a luta armada. Genoino, que também é ex-guerrilheiro da região do Araguaia, diz que "no meu caso específico, a luta armada não foi colocada como uma consequência do AI-5, uma vez que o movimento já estava sendo preparado desde 66". (FALCÃO; BAPTISTA, 1978, p. 6)

A tese apresentada nesse momento pelo jornal é a de que a luta armada resultou de uma consequência ao fechamento político e é sustentada em seguida: "De uma maneira mais geral, no entanto, pode-se afirmar que o AI-5 deflagrou a violência da oposição, que foi obrigada a responder à agressão através das armas para abrir os caminhos obstruídos pelo arbítrio". (Idem.)

Em seguida, o jornal apresenta uma longa fala de Genoíno cujo objetivo parece ser sustentar a tese apresentada:

> Você tem o balanço do AI-5: centenas de mortos, milhares de cassados, a falta de atividade política no país, as escolas fechadas, escolas invadidas, estudantes mortos, professores cassados. A liderança do movimento estudantil, da qual eu fazia parte, tinha um compromisso político e diante daquela violência institucionalizada, a resposta (a violência é produto de reações antagônicas) e se situa no bojo dessa violência. A resposta foi reagir usando novos meios, usando as armas para abrir os caminhos obstruídos pela violência do AI-5. A violência foi iniciativa do regime. Uma opção para alguns estudantes que eu conhecí era continuar a luta política. Essa opção era clara desde 68, mesmo com o arbítrio e clima de terror. Havia uma preocupação séria de continuar a luta, mesmo com a clandestinidade, com a ameaça de ser preso ou morto. A gente sabia que estavam prendendo, torturando. Era uma decisão consciente de continuar a luta. Houve um refluxo da atividade política mais geral da sociedade brasileira, o medo, a apatia, a falta de atividade política mais amplas, é claro que jogou o problema da luta armada, pela violência já institucionalizada, como uma das saídas, respostas para enfrentar a situação. (FALCÃO; BAPTISTA, 1978, p. 6)

Assim, o jornal apresenta quais foram os erros cometidos pela esquerda que se radicalizou: "Hoje, na posse de elementos que permitem uma avaliação mais crítica do período, a própria esquerda brasileira reconhece os erros cometidos". (Idem.)

É preciso destacar que o jornal fez uma generalização, afirmando que toda a esquerda reconheceu os erros cometidos no período. Em seguida, o jornal utiliza o

depoimento de Genoíno para mais uma vez sustentar a tese hegemônica que associava a derrota a incapacidade das esquerdas de conquistar as massas:

> (...) o problema maior foi a gente não ter sabido se situar no devido momento político. O processo de resistência teria que estar mais ligado com as massas e encontrar novas formas de incorporá-las ao processo político. Assim, se havia um clima de apatia e terror, tinha que haver uma correspondência nas formas de como se chegar ao povo. E, como isto não ocorreu, criou-se o grande problema do isolamento. (FALCÃO; BAPTISTA, 1978, p. 6)

O que chama a atenção é que, assim como na entrevista com Jacob Gorender, a questão econômica é apresentada como um elemento explicativo para a derrota do projeto da luta armada:

> Atualmente, ao fazer a autocrítica, a esquerda brasileira se penitencia, além do seu isolamento, do erro ao analisar as perspectivas de crescimento da economia brasileira. Genoino diz que «houve um certo menosprezo da capacidade de desenvolvimento econômico nacional». A longo prazo — continua Genoino — «a gente sabia que ia dar no que deu: inflação, custo de vida elevado, concentração da renda, etc. maléficos principalmente à classe operária. Mas, a curto prazo o rei feito foi contrário: o crescimento econômico chegou a atenuar alguns setores oposicionistas. A classe média e a pequena burguesia foram beneficiadas momentaneam ente por aquele processo. A repressão acabou sendo respaldada por esse crescimento econômico e muita gente se calou. Eu acho que esse elemento podería ter sido levado mais em conta naquela época». (FALCÃO; BAPTISTA, 1978, p. 6)

Ainda no conjunto das reportagens que procuravam refletir sobre o Ato Institucional número 5 está a matéria que aborda a trajetória de Altino Rodrigues Dantas Junior, ex-militante do PRT e que na ocasião ainda estava preso pelas participações nas ações armadas contra a Ditadura. A reportagem difere tanto da entrevista feita com Jacob Gorender como da matéria de José Genoíno; o jornal apresenta a figura de Altino na reportagem e em seguida publica um relato feito pelo próprio Altino sobre o que o AI-5 significou para ele. Nesse processo de reflexão, ele expõem seu ponto de vista sobre os erros cometidos pela esquerda radicalizada do final dos anos 1960:

> O PRT nasceu junto com o AI-5. Não foi - portando - uma resposta a este ato de força da ditadura. Hoje, ainda que consideremos correta a nossa proposição teórica, na pratica, não fugimos a regra do vanguardismo da maior parte das forças de esquerda daquele período. Vanguardismo que na época era marcado pela luta armada sem o respaldo da classe-operaria, e o que era mais grave: tentando substituí-la na luta de classes. (ARANTES, 1978, p. 6)

Ainda que o cerne da crítica apresentada por Altino esteja refletindo a ideia hegemônica que o jornal apresentava durante o ano de 1978, em que associava a derrota ao modelo da guerrilha que não conseguiu obter o apoio das massas, é interessante notar como sua visão apresentava dados mais concretos sobre a situação. De saída, o militante não entende a escolha pelas armas - ao menos do PRT - como uma reação ao AI-5, o que demonstra vozes dissonantes dentro desse movimento de reflexão e autocrítica projeto pelo *Em Tempo.* E também é interessante notar como a fala de Altino é mais carregada de crítica, sobretudo com relação a essa suposta substituição que a esquerda fez, que segundo ele próprio foi a de tentar trocar a classe operária por setores de classe média, classificados por ele de pequeno-burgueses:

> Este fato realmente surpreendeu alguns setores progressistas e mesmo de esquerda que enganosamente confundiam o fortalecimento dos movimentos estudantis, intelectuais, etc., com o ascenso das classes fundamentais, que fracamente começavam a se manifestar através de algumas greves (Osasco e Contagem, principalmente). (ARANTES, 1978, p. 6)

Na visão do dirigente do PRT, as mobilizações políticas que marcaram o ano de 1968 foram entendidas incorretamente pelas esquerdas, pois os movimentos de massa que colocaram muitas pessoas nas ruas contaram com a participação de setores da classe média, como intelectuais, artistas e estudantes, ao passo que os movimentos operários que se expressaram principalmente nas greves de Osasco (SP) e Contagem (MG) foram pouco expressivos no que diz respeito a quantidade de militantes mobilizados. Daí resulta a autocrítica feita por Altino, em que as esquerdas armadas não apenas foram incapazes de mobilizar as camadas subalternas, mas diante dessa incapacidade, acabaram por mobilizar os setores das classes médias, resultando daí o fracasso da experiência armada. É notório como Altino insere uma camada a mais no processo de autocrítica da experiência armada e ao fazê-lo ele projeta um aspecto da cultura política comunista enraizada na esquerda brasileira ao longo de toda a primeira metade do século XX[54].

Altino revela esse ponto de vista de maneira bastante clara em seu depoimento:

[54] A cultura política comunista foi sendo solidificada no Brasil por meio da atuação hegemônica que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve ao longo da primeira metade do século XX. Essa cultura política, marcada por diversos símbolos e projetos, consolidou como sujeitos da Revolução Brasileira o operário e o camponês. Esse caráter dos sujeitos que seria fundamentais para o processo revolucionário é tão enraizado na esquerda que os grupos armados, mesmo rompendo formalmente com o PCB na década de 1960, reproduziam esse aspecto da cultura política comunista em seus projetos revolucionários: CF: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. MOTTA, R.; NAPOLITANO, M.; CZAJKA, R. comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 15-37, 2013. p. 15 e MALAGUTI, Carlos. Opus Cit. 2017.

> (...) entre os estudantes a luta alcançou dimensão maior e teve expressão nitidamente política. Esta dissintonia entre o nível e o caráter da mobilização estudantil e o das demais forças sociais representava um sério obstáculo para uma vitória das forças democráticas. No entanto, a esta consciência não chegou o movimento estudantil. Ele era conduzido como se de manifestação em manifestação chegar-se-ia a derrubada da ditadura. A insistência em tal prática aumentou a distância que havia entre o movimento estudantil e as demais camadas sociais. (ARANTES, 1978, p. 6)

Seja por não ser a camada compreendida como sujeitos protagonistas do processo da revolução brasileira ou então porque os estudantes erraram ao longo de 1968, nota-se que um dos aspectos críticos apontados aqui fala de maneira mais detida sobre as classes sociais mobilizadas, o que efetivamente insere um traço a mais sobre o movimento de autocrítica.

Contudo, ainda que sua fala expresse mais camadas no complexo movimento de autocrítica, ao falar diretamente sobre os erros cometidos pela esquerda armada, Altino também aponta para o militarismo como sendo o erro fundamental cometido pelas guerrilhas:

> Não estaríamos sendo consequentes se não destacasse aqui a nossa profunda autocrítica com relação ao período militarista de 68 a 72. Afirmamos porem que esta autocrítica em nada modifica o carater da ditadura que implantou o terrorismo contra o povo brasileiro. (ARANTES, 1978, p. 6)

Ele é ainda mais taxativo em seguida ao afirmar que: “Nossa autocrítica não tem sentido de mea - culpa, mas de renovado compromisso com a luta dos trabalhadores contra o capital, que hoje passa necessariamente pela luta por democracia”. (ARANTES, 1978, p. 6)

Aqui é possível resumir o movimento de autocrítica apresentado por Altino em que o principal erro das esquerdas armadas seria o forte militarismo, que acarretou a uma fraca presença das camadas subalternas mobilizadas no projeto revolucionário, o que levou ao fracasso da experiência. E apesar de reafirmar o compromisso com a luta política revolucionária, Altino frisa que naquele período o que mais importava era a luta por democracia. De uma certa forma, essa autocrítica expressada por Altino talvez seja uma espécie de síntese da autocrítica expressada no espaço político-social projeto pelo jornal *Em Tempo* ao longo do ano de 1978. E além disso, ela também corrobora com a ideia de que, para além de elaborar uma concepção teórica acerca do passado, interessou muito mais à esquerda revolucionária, praticar a autocrítica no sentido de corrigir os erros de

não terem conseguido mobilizar as camadas subalternas, fazendo isso como um projeto para a luta daquela esquerda que se reorganizava no período.

Com a diminuição da censura imposta pelo regime militar, os jornais da chamada imprensa alternativa, posicionados à esquerda no espectro político ou críticos à Ditadura Militar, passaram a ter total liberdade para discutir os temas que quisessem em suas páginas. A partir desse momento, se nota um crescimento sobre os debates acerca da questão armada no Brasil, com apresentações das ações armadas realizadas pelas organizações e um debate mais direto e amplo sobre o tema. Inicia-se, portanto, ao longo do ano de 1979, o movimento de autocrítica promovido nas páginas do jornal *Em Tempo.*

Em abril de 1979, depois de um tempo considerável, a edição número 59 do jornal *Em Tempo* volta a apresentar o tema da luta armada no Brasil de maneira direta por meio da apresentação daquilo que eles chamaram de "uma das mais espetaculares ações militares da guerrilha urbana no Brasil". Na própria capa do jornal se apresenta a ação comandada por Carlos Lamarca, ex-militar que aderiu ao movimento da esquerda armada, criando o grupo chamado de Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR. Nessa reportagem, além de apresentar a ação organizada por Lamarca que roubou uma quantidade considerável de armas dos militares, também apresenta "um balanço crítico e auto-crítico da esquerda, feito pelo líder operário de Osasco, José Ibrahim, no prefácio ao livro 'A Esquerda Armada no Brasil 1967-1971'".

O foco da reportagem é apresentar essa obra de relatos apresentada como:

> Uma contribuição importante, contudo, já existe. É um livro de testemunhos de Popular Revolucionária (VPR). Um dos companheiros de Lamarca, o ex-sargento Darcy Rodrigues, revela como estudantes, operários e militares que se engajaram nas organizações de tendência política armada. (Rodrigues, é o autor dos testemunhos. co-militar, mas que até hoje ainda está inédito em nosso país. (OS ERROS..., 1979, p. 4)

De saída é importante pontuar um aspecto discutido no capítulo 2 da pesquisa apresentada aqui sobre o papel do exílio no movimento de autocrítica da esquerda armada brasileira e suas relações entre aquele espaço político com o Brasil e a formação e continuação da luta da esquerda neste país. A produção de um livro contendo as memórias e os relatos de um conjunto considerável de militantes da luta armada produzido e que circulou exclusivamente no exílio durante a década de 1970 revela a importância que o exílio teve no processo de avaliação sobre a trajetória da luta armada em solo brasileiro. Por outro lado, analisando a reportagem sobre essa obra no jornal *Em Tempo,* é possível

concluir que essa produção feita no exílio não esteve apartada daquilo que se discutia em solo nacional e que mesmo com as dificuldades materiais em estabelecer essa ponte - seja pelas dificuldades financeiras ou pela repressão que impedia a circulação dessas ideias e sobretudo desse livro - aquilo que foi discutido fora do país encontrou alguma ressonância interna. E como foi possível analisar no capítulo 2, a principal ponte estabelecida entre esses espaços foi o jornal *Em Tempo.*

Chama atenção o subtítulo da reportagem que se apressa em anunciar o tom dos depoimentos contidos na obra:

> "O tom geral do livro é o da época em que as ações estavam sendo realizadas, sem questionamentos. Por isso mesmo, é importante que se conheça também o balanço crítico e auto-crítico da esquerda armada, feito por um dos seus integrantes, o líder operário José Ibrahim, no prefácio da edição portuguesa". (OS ERROS..., 1979, p. 4)

Apesar de apresentar de maneira bastante laudatória a ação promovida pela VPR, o jornal é taxativo em apontar sua visão crítica sobre a luta armada e para isso aponta para o momento da produção dos testemunhos como sendo ainda o momento das ações militaristas das esquerdas armadas e que justamente por isso não está apresentada a autocrítica dessas ações. É por isso que o jornal cita o prefácio a edição portuguesa, que de uma certa forma oferece essa autocrítica para problematizar os depoimentos contidos no livro.

A primeira parte da reportagem, que procura apresentar Capitão Lamarca e a ação de roubo das armas ocorre por meio do depoimento de Darcy Rodrigues, ex-sargento do exército que também militou na VPR. Chama a atenção em seu depoimento sobre as origens das discussões sobre a luta armada no Brasil:

> Pelo conhecimento que tínhamos da capacidade repressiva das forças armadas brasileiras e das verdadeiras intenções dos que as comandavam, Lamarca e eu nunca estivemos de acordo com os partidários de aproveitar a legalidade burguesa para chegar ao poder, nem tão pouco com os que acreditavam na tão celebrada «tradição democrática» dos institutos militares do Brasil. Por isso mesmo, as nossas discussões giravam em torno da luta armada, embora ainda, nâquela época, com posições espontaneístas. (COMPANHEIRO..., 1979, p. 4)

Além de destacar como a luta armada surgiu internamente nos círculos militares progressistas e de esquerda, também chama a atenção que Rodrigues destaca o papel da Revolução Cubana como influência para que essa estratégia de luta fosse incorporada: "O exemplo da Revolução cubana provocou grandes discussões no seio das Forças Armadas

brasileiras e fez com que muitos oficiais e sargentos progressistas se interessassem por tais questões". (COMPANHEIRO..., 1979, p. 4)

Ao longo do depoimento, Rodrigues reconstitui todos os detalhes da operação de expropriação de armas, destacando certo imprevisto com alguns militantes que foram presos ainda durante a preparação, mas celebra o resultado positivo, inclusive do ponto de vista da quantidade de armas expropriadas neste dia. Apesar do depoimento conter uma certa celebração da ação, é sintomática a maneira pela qual o texto se encerra:

> O destino dos quatro veio a ser bem diferente. O companheiro Zanirato foi o primeiro a cair. Preso em junho de 1969, preferiu suicidar-se, temeroso de ceder informações à policia a meio das torturas a que foi submetido. O companheiro Mariani ainda continua na prisão e Carlos Lamarca continua lutando contra a ditadura no Brasil. Eu fui preso a 27 de abril de 1970, no Vale da Ribeira, e posteriormente trocado, com mais trinta e nove companheiros presos, pelo embaixador da República Federal da Alemanha sequestrado no Rio de Janeiro. Sai da prisão para a Argélia no dia 15 de junho de 1970. (COMPANHEIRO..., 1979, p. 4)

Ao finalizar com as perdas e as consequências das ações armadas, talvez se perceba o tom mais crítico, ainda que a narrativa do evento em si seja celebrada, justamente para fortalecer a memória de Carlos Lamarca.

Mas a crítica às armas não é apenas em aspectos subjetivos como na maneira pela qual o depoimento se encerra. Centralizado na página e inserido no meio do depoimento de Darcy Rodrigues, há uma caixa de texto com o título: "Os erros da esquerda armada Balanço crítico e auto-crítico de José Ibrahim". (OS ERROS..., 1979, p. 4)

Ibrahim, ex-militante da VPR e egresso do movimento sindical, foi preso em 1969 e logo em seguida foi trocado na ação do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick e a partir daí viveu dez anos no exílio. A caixa do texto que apresenta seu prefácio a edição portuguesa do livro "A esquerda armada no Brasil" começa com um trecho do próprio prefácio do livro reproduzido no *Em Tempo:*

> O livro, porque não dá uma visão crítica da prática da esquerda brasileira durante aquele período que vai até 1971, acaba por fazer tão somente a apologia das ações armadas. É uma limitação grave, porque retira ao leitor a possibilidade (mesmo aos mais atentos) de perceber ou desconfiar que toda aquela prática, depois do balanço geral, à qual foi submetida, teve um saldo negativo. (OS ERROS..., 1979, p. 4)

O posicionamento de Ibrahim é destacado pelo próprio jornal no acréscimo que concluí o primeiro parágrafo dessa caixa de texto: "Este é um dos trechos mais

contundentes do balanço que José Ibrahim faz do militarismo no prefácio ao livro 'A Esquerda Armada no Brasil'". (OS ERROS..., 1979, p. 4)

A contundência destacada pelo jornal se refere a uma fala que de algum modo desqualifica os depoimentos contidos na obra dizendo que os mesmos são datados pelo momento histórico em que eles foram colhidos. Desse modo, é como se Ibrahim condenasse a apologia que ele destaca nos depoimentos como característicos do período em que as ações armadas ainda seguiam e o balanço crítico não havia sido feito. E a posição do ex-militante é que, após o balanço crítico realizado, o saldo da experiência armada havia sido negativo e que isso deveria ser enfatizado pelos militantes que pegaram em armas.

Dessa forma, o prefácio de Ibrahim procura servir como uma chave interpretativa sobre as guerrilhas brasileiras como um todo:

> Segundo Ibrahim, sua introdução 'não deve ser entendida nem como aquelas que se fazem para ressaltar aspectos positivos de determinado livro, nem pretende servir como indicadora da leitura'. O seu objetivo é apenas enquadrar politicamente o que foi a experiência de luta armada no Brasil. (OS ERROS..., 1979, p. 4)

Portanto, o objetivo do autor - e é possível extrapolar dizendo que também o objetivo do jornal, ao menos naquele momento - é apresentar o balanço da luta armada no Brasil como já realizado em abril de 1979 e com uma conclusão já feita: a experiência fracassou e foi negativa. Em sua análise, a derrota foi provocada pelo afastamento das massas, que como está sendo visto ao longo de todo o capítulo, é apresentado naquele período como a explicação hegemônica para a falha da guerrilha. No entanto, é possível perceber uma inflexão mais impositiva feita por Ibrahim e o tom crítico apontado para o conjunto das esquerdas armadas é bastante incisivo:

> No seu isolamento consciente acabaram por constituir-se na negação do movimento de massas. Era a incapacidade política que levava a confundir a mobilização e organização revolucionária do proletariado com o trabalho tradicional, eleitoreiro e pacifista desenvolvido pelo reformismo e que devia, este sim, ser negado. O baixo nível político e a imaturidade politica da esquerda armada levou-a a confundir o caráter reboquista da linha política do PCB com a própria negação da necessidade da construção do partido revolucionário do proletariado. (OS ERROS..., 1979, p. 4)

Ibrahim conclui em seu prefácio que a esquerda armada se isolou de maneira consciente e que o afastamento das massas ocorreu pelo baixo nível político e imaturidade e como resultado da crítica ao imobilismo pecebista, que como é sabido, foi um dos desencadeadores da profusão de grupos armados que surgiram no Brasil após 1964. Ibrahim defende essa tese no trecho do prefácio reproduzido no jornal ao dizer que: "A esquerda revolucionária brasileira nasce após o golpe militar de 1964 que derrubou João Goulart e como resultado da falência do projeto reformista do Partido Comunista Brasileiro e das alternativas apresentadas pelo populismo de esquerda".[55] (OS ERROS..., 1979, p. 4)

É preciso destacar que a reportagem como um todo indica uma contradição nas visões apresentadas sobre a relação entre o golpe militar de 1964 e a proliferação de grupos armados dentro da esquerda. Conforme foi visto e analisado no depoimento de Darcy Rodrigues, ele e Carlos Lamarca, junto de outros integrantes do exército brasileiro, já debatiam o tema da guerrilha como elemento estratégico para a revolução brasileira. Seja ao acaso ou de propósito, a própria reportagem já tensiona essa interpretação feita por Ibrahim.

Entrementes, a tese de José Ibrahim sobre a relação entre o golpe de 1964 e o crescimento da esquerda armada é fundamental no balanço crítico proposto por ele, uma vez que ele associa esse movimento com a crítica que o conjunto das esquerdas armadas fez ao PCB por não ter reagido ao golpe. Portanto, Ibrahim procura argumentar que como as esquerdas armadas surgiram nesse viés de crítica ao PCB, centrado no imobilismo que ele diz ser caracterizado pelo "trabalho tradicional, eleitoreiro e pacifista desenvolvido pelo reformismo". Com isso, a esquerda armada teria confundido a crítica a esse aspecto com a ausência de necessidade de construir um partido político para atuar e canalizar o movimento de massas.

A visão de Ibrahim sobre as massas operárias brasileiras difere consideravelmente da interpretação que Altino Rodrigues Dantas Junior fez em seu depoimento na edição de número 41 do jornal *Em Tempo.* Enquanto o militante do PRT fazia a leitura de uma classe operária pouco mobilizada e atuante, Ibrahim diz que:

[55] É importante ressaltar que o debate sobre esse tema no campo historiográfico brasileiro é bastante profícuo e ao mesmo tempo que alguns historiadores apresentam uma tese parecida com a conclusão de José Ibrahim, outros autores procuram demonstrar como mesmo antes de 1964 já havia um interesse e uma mobilização da esquerda brasileira sobre o tema da luta armada. Parece ser mais efetivo interpretar o golpe de 1964 como um desencadeador dos projetos armados e da adesão de parte dos militantes políticos a ele, mas pensar essa relação como um efeito de causa e consequência parece ser uma visão teleológica da História.

> Depois da acefalia dos primeiros anos do pós-golpe, o movimento de massas conseguiu gerar uma nova liderança que começa a afirmar-se. No movimento operário procurava-se aprofundar-se a autocrítica dos erros do passado, contestando-se os intervenções sindicais, o burocratismo do aparato oficial, e tratava-se de organizar uma oposição sindical com a criação de comitês de fábrica e dirigindo as lutas da classe contra a política anti operária dos militares. Esta tendência revolucionária dentro do movimento operário estava, contudo, diluída no seio da classe. Não havia um partido que a aglutinasse e lhe desse viabilidade, tarefa para a qual as organizações armadas não mostravam o menor empenho. (OS ERROS..., 1979, p. 4)

A tese de Ibrahim para fazer a leitura da derrota, portanto, é a mesma considerada hegemônica na memória sobre o tema: as massas não foram mobilizadas. No entanto, diferente de outras figuras que apresentam sua interpretação, as massas não foram mobilizadas por falta de uma estrutura política capaz de fazê-lo, que na sua visão seria um partido político e não a guerrilha. Esta, segundo o operário e ex-militante da VPR, não mostrava empenho em fazer essa mobilização. Portanto, a derrota é explicada pela incapacidade ou falta de interesse da esquerda armada em mobilizar as massas e como foi destacado no primeiro trecho analisado, Ibrahim analisa o fenômeno político da guerrilha como negativo para o processo político brasileiro.

Para sustentar a argumentação dessa tese, é fundamental destacar o lugar social e político em que José Ibrahim esteve inserido. O fato dele ter sido um militante guerrilheiro advindo da classe operária não parece ser insignificante na avaliação que ele faz, primeiro sobre a esquerda armada e sua relação com os operários, e segundo o próprio viés positivo apresentado sobre as massas na década de 1960.

De qualquer forma, o que é fundamental de ser destacado é que de algum modo Ibrahim procura colocar a sua interpretação como sendo a conclusiva e indica que naquele momento o balanço crítico já havia sido feito e estava encerrado. O que é possível afirmar com relação a isso é que, de uma certa forma, esse debate jamais se encerrou na sua totalidade, uma vez que como vem sendo apresentado por meio da análise das fontes, a autocrítica e o balanço sobre a experiência foi realizado de maneira díspar, fragmentada e com vozes dissonantes sobre os motivos que levaram a derrota e o significado político da experiência armada no Brasil. Talvez, o único guarda-chuvas que articule todas as interpretações presentes no jornal *Em Tempo* é a condenação da via armada por não ter sido capaz de mobilizar as massas. E como um desdobramento dessa interpretação, ocorreu o silenciamento de vozes que discordassem dessa condenação, ao menos nesses espaços de debate celebrados pela esquerda brasileira. Esse silenciamento, porém, pode

ter uma relação direta com as necessidades que as lutas políticas daquele período criavam para os militantes das esquerdas revolucionárias, sobretudo a discussão acerca da anistia, conforme será debatido na sequência.

3.6. Lei da Anistia e o debate sobre os crimes de sangue: a narrativa da resistência.

Conforme os debates sobre o projeto de elaboração de uma lei de Anistia foram se intensificando, o jornal *Em Tempo* começou a se dedicar fortemente em ampliar as discussões sobre o tema com o nítido objetivo de defender um projeto de Anistia resumido nas palavras de ordem do movimento: ampla, geral e irrestrita. Na edição de número 69, datada de junho de 1979, duas semanas depois do projeto de Anistia ter sido encaminhado pelo congresso ao presidente-ditador Figueiredo, *Em Tempo* se dedica exclusivamente a debater e apresentar seu ponto de vista sobre o tema.

O foco central do debate que permeia essa edição está no critério utilizado para conceder anistia aos presos políticos: os crimes de sangue. Esse entendimento jurídico inserido no projeto de lei tinha como objetivo excetuar aqueles militantes que haviam participado das esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960 e 1970. Nesse caso, é bastante sintomático que o jornal seja extremamente crítico a esse entendimento jurídico e que publique na matéria principal dessa edição a íntegra daquilo que havia sido discutido no 3º encontro nacional de entidades pela anistia. Neste documento, chama muito a atenção o seguinte trecho:

> A oposição à ditadura implantada em 1964, quaisquer que tenham sido as formas de luta, não pode ser considerada crime, mas constitui-se num direito de todo o povo na defesa de seus interesses por melhores condições de vida e por liberdades políticas. (...) Crime de sangue, crime contra a humanidade quem os cometeu foi a própria ditadura, torturando e matando. Crime contra a humanidade é submeter o povo a tão violento arrocho salarial e retirar-lhe todos os canais de participação. (Grifo nosso) (ANDRADE, 1979, p. 5)

De saída é importante destacar que esse é um trecho do documento final do encontro das entidades sobre anistia que foi publicado de maneira centralizada na página 3 do jornal, com muito destaque. Ainda que seja o documento escrito pelas entidades, parece ser bastante evidente que o jornal procurava utilizar esse documento porque concorda

com a tese e sobretudo, procurou agir para dar visibilidade à ela. E também é bastante fundamental procurar analisar o discurso projetado por esse documento sobre a Anistia.

O documento construiu uma narrativa que procurou colocar as guerrilhas inseridas dentro do mesmo conjunto de resistências amplas dos movimentos de oposição ao regime militar, sustentando, inclusive, o argumento de que àqueles que pegaram em armas o fizeram porque a Ditadura fechou todos os meios de luta.

Esse ponto de vista parece estar orientado pela luta política travada naquele contexto de junho de 1979, permeado sobre a necessidade de ampliar a anistia para, em primeiro lugar, libertar a maior quantidade de pessoas possíveis e em seguida, promover, a partir dessas pessoas, uma ampliação nas participações, nos debates e na luta política contra a Ditadura. Nesse sentido, criticar o adendo aos crimes de sangue e sustentar uma argumentação para que aqueles que tenham pegado em armas também fossem libertados foi a prioridade daquele período e é justamente isso que explica essa narrativa.

Contudo, também é preciso que se observe como a historiografia sobre o tema debateu de maneira bastante intensa sobre esses aspectos e sobretudo como uma parcela considerável dela foi responsável por construir uma compreensão sobre a luta armada atrelado ao mesmo argumento. Conforme debate Marcelo Ridenti no texto *Resistência e mitificação da resistência armada contra a Ditadura,* o conceito de resistência democrática foi amplamente utilizado e serviu como uma espécie de guarda-chuvas em que cabiam as mais variadas experiências de oposição ao regime. Essa mitificação talvez seja expressada quase como uma síntese no texto sobre resistência à Ditadura Militar presente na coleção *História da Vida Privada no Brasil,* em um texto de Maria Hermínia Tavares e de Luiz Weis, intitulado *Carro zero e pau-de-arará: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar.*

Nesse texto, os autores procuram apresentar uma quantidade bastante ampla de experiências de resistência por pessoas que integravam à classe média brasileira durante os anos de autoritarismo, incluindo desde um movimento simbólico de torcer contra a seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970 até auxiliar militantes de organizações clandestinas. (TAVARES e WEIS, 1998) Nesse aspecto, forma-se quase que uma generalização daquilo que os autores chamam de oposição causando, no mínimo, uma falta de matização sobre as diversas experiências. É preciso ressaltar que o texto tem uma dimensão importante por fazer parte integrante de uma coleção bastante simbólica, seja pelo caráter material do projeto editorial, seja pelos crivos historiográficos, marcados sobretudo por Fernando Novais como diretor do projeto.

Atualmente é muito mais profundo o debate historiográfico sobre o tema que procura matizar a experiência da guerrilha e mesmo aquela que procura avançar sobre os debates acerca do tema da resistência[56]. Mas o Brasil pareceu viver ao menos até os anos 2010 na sua historiografia uma ideia quase que hegemônica que inseria a luta armada no bojo das oposições democráticas, conforme demonstrou o texto de Ridenti, publicado em 2004.

De maneira correlata, também é importante destacar que a historiografia brasileira também concluiu em muitos momentos uma interpretação sobre a luta armada como se ela fosse resultado direto do endurecimento do regime, marcado sobretudo pela promulgação do AI-5. O ponto de vista dessa argumentação é a de que com todos os canais fechados para resistir, sobrou exclusivamente a guerrilha como caminho possível para a luta.

Em síntese, duas conclusões hegemônicas da historiografia brasileira sobre o tema da luta armada estão presentes nesse documento publicado no jornal *Em Tempo:* i - a luta armada foi mais um movimento de oposição ao regime. ii - a luta armada foi uma consequência do recrudescimento do regime.

Não cabe a essa tese de doutoramento reproduzir aqui todo o debate acerca desse tema, mas é fundamental destacar duas contraposições a essa argumentação que, hoje, já são ideias consolidadas entre a historiografia sobre o tema. Em primeiro lugar, parece ser bastante claro que a luta armada não tinha como objetivo central a derrubada do regime militar instaurado em 1964. Ainda que sua luta fosse também contra a Ditadura, o projeto que guiava os grupos clandestinos era a construção de um estado socialista por meio da luta armada. (RIDENTI, 2004) Em segundo lugar, ainda que o Ato Institucional número 5 tenha sido visto por parcelas importantes de brasileiros e brasileiras que a partir daí optaram por integrar os mais diferentes grupos armados, ele não foi responsável direto pela criação de nenhuma organização. É importante que se diga, inclusive, que a discussão sobre o papel da guerrilha na implementação da revolução socialista no Brasil era debatido entre as esquerdas já em 1961, ou seja, até mesmo antes do Golpe Militar de 1964. (SALES, 2007)

[56] Um marco importante da historiografia brasileira foi o lançamento do livro *Resistência* de Denise Rollemberg, que estuda casos europeus no contexto da 2ª Guerra Mundial para avaliar e construir um arcabouço conceitual mais robusto para os casos brasileiros. CF: ROLLEMBERG, Denise. Resistência: memória da ocupação nazista na França e na Itália. São Paulo: Alameda, 2016.

E saindo dos debates presentes exclusivamente dentro da historiografia e olhando para a memória coletiva construída sobre o tema, nota-se de maneira ainda mais evidente que a memória hegemônica sobre a luta armada passa consideravelmente próxima dessa interpretação presente no documento do 3º encontro nacional de entidades pela anistia. Olhando exclusivamente para as produções audiovisuais brasileiras que trataram direta ou indiretamente sobre o tema da luta armada, observa-se que ela apresenta justamente uma interpretação bastante similar a essa[57].

É evidente que esse único documento apresentado no contexto do debate acerca da Lei da Anistia é muito pouco para fazer qualquer conclusão sobre a criação de uma narrativa que foi se consolidando como hegemônica ao longo da redemocratização brasileira. Ela indica, apenas, que as interpretações sobre a luta armada e seus significados foram múltiplos e sobretudo esteve constantemente em diálogo com os processos políticos contemporâneos ao movimento da autocrítica e do balanço realizado sobre essa experiência. Outras pesquisas poderão analisar de maneira mais clara os aspectos da historiografia e da construção da memória para estabelecer uma relação entre esses discursos presentes no período de 1979 em que se realizava o balanço e a construção de uma memória hegemônica com esse ponto de vista. O que foi possível observar aqui é um indício sobre uma determinada visão. E ao identificar que, no contexto em que o jornal esteve debatendo o AI-5, opiniões parecidas com essa, que associavam a adesão à luta armada como uma consequência do ato, esse indício se torna um tanto mais robusto sobre o jornal *Em Tempo,* de caso pensado ou não, reproduziu essa tese sobre a luta armada. A influência dela na historiografia ou na memória coletiva sobre o tema são questões que essa pesquisa, infelizmente, não terá possibilidade de investigar.

Feita essa discussão, é preciso analisar como essa tese que considerava a luta armada como parte integrante dos movimentos de resistência à Ditadura também foi desenvolvida por outras pessoas, inclusive aqueles que pegaram em armas. É o caso de Jacob Gorender, ex-militante do PCBR e que foi entrevistado na mesma edição de junho de 1979 para abordar o tema da anistia e esse entendimento jurídico presente na proposta enviada pelo congresso ao executivo. Gorender afirma que:

[57] GALVÃO, Gabriela Silva. A construção da memória coletiva acerca da Ditadura Militar brasileira através da teledramaturgia: os casos de Anos Rebeldes (1992) e Amor e Revolução (2011).ABDALA, Roberto. Brasil anos 1990: teleficção e ditadura-entre memórias e história. Topoi (Rio de Janeiro), v. 13, n. 25, p. 94-111, 2012.

> A anistia, ao meu ver, deve cobrir todos aqueles que se opuseram ao governo e que foram considerados infratores das leis vigentes. Pouco importa os meios que foram empregados na infração dessas leis — o que importa é a finalidade. Não se pode comparar um jovem estudante que empunhou armas na guerrilha urbana com um criminoso comum. Esse jovem estudante era um jovem idealista.- Se ele errou com isso, esse é um problema de autocrítica que deve ser feito pelas próprias organizações de esquerda. (ANDRADE, 1979, p. 5) (grifo nosso)

A estratégia política de construir uma argumentação que insere a luta armada dentro dos movimentos de oposição parece ser clara e partilhada por todos aqueles que estavam inseridos direta ou indiretamente na luta pela anistia travada em 1979. Diante da necessidade de construir uma anistia ampla, geral e irrestrita, o espaço público do debate foi permeado pela narrativa que inseriram às guerrilhas dentro dessa luta oposicionista para legitimar a lei que anistiaria todos os presos políticos, independente da ação ter sido militarizada ou não. Nota-se que Gorender também cita que cada organização deve fazer a sua autocrítica sobre essa estratégia. Seu ponto de vista é ainda mais claro ao dizer sobre como a lei deveria tratar aqueles que pegaram em armas: "Diante do fato político da anistia, o que importa é que ele era um adversário do regime, que foi mais longe do que os outros porque era mais adversário, era mais idealista, estava mais disposto a se sacrificar". (ANDRADE, 1979, p. 5)

Não há uma diferenciação entre os objetivos da luta, apenas um escalonamento. Como se aqueles que lutaram por meio das armas estivessem mais dispostos a derrubar o regime e se sublimou nessa interpretação o caráter revolucionário presentes em todas as organizações clandestinas. É preciso ressaltar mais uma vez a hipótese dessa interpretação estar atrelada à necessidade imposta pela luta política pela anistia. O que faz com que seja possível concluir que as narrativas sobre a luta armada estiveram diretamente associadas ao contexto político de diferentes períodos no processo de redemocratização brasileira. Modificar a experiência das guerrilhas para sustentar um argumento que defenderia a anistia ampla, geral e irrestrita parece que foi um caminho encontrado por alguns dos guerrilheiros. Em decorrência disso, cabe questionar se negar, criticar ou deslegitimar o fenômeno guerrilheiro também pode ter sido um caminho encontrado por esses militantes.

Gorender também reforça o entendimento de que a luta armada se intensificou como uma consequência do endurecimento do regime, dizendo que:

> (...) o que eu posso dizer é que a guerrilha urbana e rural que se desencadeou depois de 64 e sobretudo depois de 68 não pode ser pensada fora do contexto da subversão da ordem constitucional. O fato é que a ordem constitucional que existia no Brasil foi subvertida em 64 pelo regime militar. E as possibilidades

> de manifestação democrática foram se fechando ano a ano. Quero aqui lembrar o que aconteceu com os estudantes. Os estudantes que deram um grande contingente para 3 guerrilha urbana e rural eram estudantes que não podiam perder da sua recordação o incêndio da UNE, o incêndio da sua organização. O fato de que, depois de 64, tiveram que passar a se reunir clandestinamente, o fato de que suas organizações perderam a legalidade. (ANDRADE, 1979, p. 5) (Grifo nosso)

Depois de reforçar a tese de que a adesão à luta armada foi uma consequência desse movimento de fechamento das possibilidades democráticas de resistência, Gorender passa brevemente sobre as características ideológicas presentes nos movimentos guerrilheiros:

> Esses fatos e, é claro, muitas outras influências próprias da esquerda — influências endógenas, influências de caráter também internacional — tudo isso produziu os acontecimentos que se desencadearam de 68 a 72-75. Como tudo isso já cessou, como já se vive no clima da luta por reconquista das liberdades democráticas e aquelas formas de luta já não têm razão de ser e não deixam rastros, não há razão alguma para discriminar aqueles que se empenharam na luta armada nos anos passados. (ANDRADE, 1979, p. 5) (grifo nosso)

Gorender condena a experiência da luta armada ao encerrá-la no tempo, enfatizando que essa experiência não tem razão de ser no presente e não deixa rastro. Como se ela fosse um erro em si e como se ela não tivesse nada o que ensinar ou ser pensado para o presente e o futuro. Essa visão, no entanto, parece ser diretamente impactada pela necessidade de defender uma anistia que libertasse também aqueles acusados de terem cometido os "crimes de sangue". Nesse sentido, parece ser cabível questionar se a autocrítica e o balanço não foram induzidos pelas necessidades políticas que se colocaram na luta pela redemocratização.

Esse questionamento ganha ainda mais força quando se nota que, mesmo antes de falar sobre as questões da luta armada, Gorender se apressou-se em dizer que:

> O período em que ocorreu isso é ainda um período que precisa ser melhor estudado pelos historiadores, melhor analisado por aqueles que tomaram parte nesses acontecimentos, acontecimentos ainda muito vivos, dos quais ainda não se tem um certo distanciamento histórico. (ANDRADE, 1979, p. 5)

O próprio ex-guerrilheiro fala no início de sua entrevista que o tema carece de ser melhor analisado, tanto pela historiografia, como também por aqueles que o integraram, o que faz com que se conclua que ele próprio não tinha feito esse balanço e essa revisão. No entanto, para defender a anistia que também iria abarcar aqueles que pegaram em

armas, Gorender condena a luta armada dizendo que elas não deixam rastros no presente. Parece ser possível argumentar então que o balanço e autocrítica não foram feitos por sua iniciativa própria, mas sim porque havia a necessidade de fazê-lo diante da conjuntura política que se colocava no espaço público brasileiro.

É preciso destacar também que esse trecho lança luz para a reflexão sobre as multiplicidades de pensamentos entre os militantes da luta armada, no que diz respeito à busca pela autocrítica. Conforme foi visto anteriormente, a interpretação apresentada por José Ibrahim falava sobre um balanço e uma autocrítica já realizada e finalizada, que criticava a luta armada e a condenava como fenômeno político fracassado. Dado os aspectos objetivos e subjetivos da sua posição, dentre os mais importantes está o fato de que ele foi responsável por escrever o prefácio do primeiro livro que reuniu os depoimentos de integrantes dos movimentos armados, sua fala buscava construir uma autoridade como se ele falasse por todos aqueles que pegaram em armas. O trecho analisado de Jacob Gorender mostra um entendimento bastante diferente dessa situação, em que ele, também integrante de um grupo clandestino, é bastante direto em dizer que ainda carece de ser feito um balanço, inclusive por aqueles que participaram desse movimento. Esse é um importante indício sobre as múltiplas facetas dessa autocrítica e, provavelmente, de seu aspecto mais evidente: não é possível falar de uma autocrítica ou de um balanço. Foram tão múltiplos e diversos - ou mais - quanto a quantidade de organizações guerrilheiras no Brasil.

Na edição número 70, de julho de 1979, o jornal *Em Tempo* publica uma matéria de capa bastante impactante para as questões relacionadas a luta armada. Ainda que ela não fale diretamente sobre autocrítica ou revisão dos guerrilheiros, cabe analisar essa reportagem aqui por se tratar de um dos aspectos mais contraditórios quando se trata do tema: as traições e mudanças de posicionamento por parte dos que pegaram em armas. De modo especial, a reportagem de capa dessa edição publica o relato e uma entrevista com um personagem muito peculiar que integrou a guerrilha no Brasil. Manoel Henrique Ferreira, que militou na VPR e no MR-8, foi protagonista de uma passagem bastante curiosa do contexto da Ditadura Militar, quando ele deu um depoimento pela televisão negando a existência de torturas no Brasil, denunciando as violências cometidas pelas organizações de esquerda e demonstrando seu arrependimento de ter integrados essas organizações.

Essas ações de propaganda realizadas pela Ditadura Militar foi um expediente utilizado outras vezes, utilizando sempre jovens que integraram grupos clandestinos e

guerrilheiros. Em maio de 1970, por exemplo, um grupo de cinco militantes que integraram a VPR apresentaram dois manifestos demonstrando seu arrependimento e fazendo uma propaganda diretamente voltada para a juventude, procurando desqualificar a luta armada no Brasil. (GASPAROTTO, 2009) Essa prática de propaganda foi um dos importantes pilares da repressão política, principalmente voltada para lidar com a questão das guerrilhas. (FICO, 2003.)

O depoimento de Ferreira com relação ao seu ingresso no movimento guerrilheiro é bastante peculiar:

> O que me levou a ingressar numa organização revolucionária, o que me levou a procurar o caminho para o comunismo, não foi uma formação politico-ideológica, não foi um conhecimento científico da inevitabilidade histórica da ascensão do proletariado, da derrubada do capitalismo Nem tampouco foram influências sofridas de membros de organizações ou Partidos que porventura atuassem à minha volta. Os conhecimentos teóricos, políticos, que eu possuía, eram insuficientes para um embasamento maior. O que me impulsionava era, realmente, o conhecimento de uma realidade, era saber que existia um sistema injusto e que se podería mudá-lo. (MILITÂNCIA..., 1979, p. 6)

A origem humilde e o distanciamento das concepções teóricas e políticas contrastava com a ideia mais generalizada do ingresso na luta armada estar diretamente relacionado com a crítica ao imobilismo ou a influência de revoluções vitoriosas em países economicamente agrários, como Cuba ou China. Esse destaque apresentado pelo jornal talvez possa querer indicar um perfil distinto do guerrilheiro ou até mesmo associar a entrada nos movimentos armados a um contexto extremamente difícil vivenciado por Ferreira, uma vez que também se destaca sua origem humilde e marcada por um contexto familiar de perdas:

> Oriundo de uma família operária, viví até os 10 anos no interior de Minas Gerais. Após o falecimento do meu pai, em 1959, mudei-me com minha mãe e cinco irmãos para São Paulo. Era o mais velho dos irmãos e cheguei a São Paulo na condição, juntamente com minha mãe, de sustentáculo da família. (MILITÂNCIA..., 1979, p. 6)

O próprio relato de Ferreira, portanto, justifica sua entrada na luta armada como sendo o resultado da vivência em um contexto de escassez, visualizando a desigualdade social característica do Brasil e concluindo que sua forma de colaborar com a mudança seria por meio da luta armada com vistas à derrubada do capitalismo.

A reportagem continua dando um destaque especial para a tortura sofrida pelo militante em um relato pessoal bastante sensível: “Fui levado para o DOPS-GB, jogado

em uma sala cheia de policiais, que mesmo antes de qualquer pergunta colocaram-me no centro de uma roda e deram-me socos, pontapés e bateram-me na cabeça e no corpo todo com pedaços de pau". (MILITÂNCIA..., 1979, p. 6)

Diante desse quadro de tortura, Manoel Henrique Ferreira se caracteriza pessoalmente como alguém que não estava preparado para "cair", como se dizia no linguajar militante para designar alguém que havia sido preso e passava por sessões de tortura: "O fato de não estar preparado para a prisão ficou demonstrado desde o instante de minha queda, quando entrei em verdadeiro pânico" (Idem.)

O jornal corrobora com o depoimento de Ferreira:

> Manoel avalia, em seu testemunho, que 'frente às torturas e aos torturadores' o seu estado 'era de intenso terror'. E deixa claro: 'Isto levou-me a que passasse a ter um comportamento extremamente individualista, que se refletia diretamente no nível de colaboração que eu prestava aos torturadores' (MILITÂNCIA..., 1979, p. 6)

E aqui se estrutura o ponto central da reportagem que está inclusive na capa do jornal, ao se referir ao colaboracionismo praticado por ele próprio, quando foi até a televisão para difamar as organizações de esquerda e promover a Ditadura Militar. Observando a construção da reportagem, é possível identificar uma construção narrativa que atrela dois fatores distintos, mas que se complementam. De início, a origem humilde e os problemas sociais enfrentados desde seu nascimento e em seguida as atrocidades cometidas pelo regime durante as sessões de tortura. É quase como se houvesse uma necessidade da reportagem - e do próprio Manoel Henrique Ferreira - de justificar seu comportamento em frente às câmeras de TV.

É notório como Ferreira procura não apenas justificar seu comportamento diante das sessões de tortura, mas como também assume sua culpa e se caracteriza como alguém individualista:

> Assim como durante as torturas, o meu comportamento se calcou num individualismo egoísta, visando livrar-se daquilo, esse comportamento que acentuou agora, quando vislumbrou-se a possibilidade de uma rápida saída da prisão. Isso passou a ser meu objetivo e pensando poder conseguir isso, deixei definitivamente de me preocupar com a luta revolucionária. Para mim, pensava, a luta terminara, tinha dado a minha colaboração, fui preso: agora tinha que me preocupar apenas comigo, quem quisesse que continuasse a luta. Não conseguia interiorizar que a cadeia, para o militante político, é uma extensão, uma continuação da guerra revolucionária. E baseado nessa posição individualista, oportunista, aceitei negociar com a repressão. (MILITÂNCIA..., 1979, p. 6)

Na segunda página do depoimento, Ferreira explica de maneira detalhada toda a trajetória que o levou a realizar seu depoimento na televisão, os aspectos endossados pelos órgãos de repressão que deveriam ser tratados pelo militante, as promessas feitas pelos agentes - não cumpridas posteriormente - e os casos de tortura que seguiram após o seu depoimento. E no último trecho do depoimento publicado no *Em Tempo,* Ferreira demonstra seu arrependimento e que aquele depoimento tinha dois objetivos. O primeiro, pessoal:

> Quero acrescentar ainda, que este depoimento, antes de ter o sentido de uma retomada de posição revolucionária, ele é sobretudo e principalmente, a tentativa de um saldar de contas pessoal, Isto é, é um pagamento de uma dívida que tinha para comigo mesmo, pois entendo que a traição por mim cometida, não foi apenas uma traição revolucionária, uma traição política, ela foi também uma traição pessoal, uma traição a mim mesmo, uma traição a mais de quatro anos de uma prática na qual acreditava. (MILITÂNCIA..., 1979, p. 7)

O afastamento da posição revolucionária chama atenção, como também é bastante salutar evidenciar que Ferreira salienta muito mais o aspecto moral e individual daquilo que ele reconhece como erro e destaca uma espécie de dívida pessoal com sua traição. É evidente que não ele não deixa de reconhecer que suas ações foram prejudiciais para outros integrantes da luta armada, mas esse aspecto não ganhou o mesmo destaque em seu depoimento.

O segundo objetivo, político, ficou evidenciado ao longo de todo o depoimento e também é destacado no encerramento:

> Assim, um dos objetivos básicos desse depoimento é o desmascaramento de tais pronunciamentos públicos. Serve ainda como alerta àqueles que tiverem de enfrentar situação semelhante. Aqueles que tiverem de enfrentar a repressão, o que, hoje em dia no Brasil, ainda é muito comum, dado o grau de impunidade com que agem os elementos que formam os órgãos de segurança, respaldados que estão por uma política institucionalizada de opressão, torturas e assassinatos. (MILITÂNCIA..., 1979, p. 7)

Ao que tudo indica, esse depoimento publicado no jornal *Em Tempo* tem como objetivo continuar na linha editorial do periódico de denunciar as torturas existentes no Brasil e seguir sua luta pela abertura democrática. No entanto, também é necessário destacar que essa reportagem é sintomática porque abordou um dos aspectos mais sensíveis no que diz respeito à luta armada. Ao apresentar um caso entendido por parte dos integrantes da luta armada como traição e fraqueza diante da tortura, o jornal

aparentemente não se preocupa com as possíveis repercussões negativas que isso poderia gerar em outros militantes da luta armada.

Na edição de número 71, o tema da luta armada aparece em um editorial escrito por Perly Cipriano, que integrou a ALN e desde 1970 se encontrava preso no Rio de Janeiro. Sua coluna é intitulada "Porque entramos na luta armada" e sua visão apresenta uma autocrítica bastante próxima daquelas publicadas no *Em Tempo*, mas ela se distancia do argumento de que a opção pelas armas estaria atrelada diretamente ao endurecimento do regime*:*

> Já mesmo em 1962 se levantava no Brasil a questão da luta armada como possibilidade. Em 62 e 63 alguns grupos das Ligas Camponesas já falavam do problema, sób influência da revolução cubana. Depois do golpe de 64 houve uma série de esboços de reação, de preparação da luta armada. Inclusive antes do golpe houve o levante dos sargentos em Brasília. (CIPRIANO, 1979, p. 4)

Cipriano não faz a leitura sobre a influência das novas teorias internacionais sobre a luta armada, principalmente associadas à Régis Debray. Na sua visão, a opção pelas armas foi o resultado da crítica das visões reformistas, dentro e fora do Partido Comunista Brasileiro:

> As visões mais reformistas sofreram uma crise muito grande depois do golpe e os setores que se opunham ao reformismo buscavam uma alternativa que no entanto ainda não tinham muito claro. Caparaó foi um exemplo e que serviu para agregar vários setores. Enquanto isso, dentro do Partido Comunista começou a se travar uma luta interna, onde um dos divisores de água era a questão da luta armada. A ditadura não iria cair sem uma resistência armada, era o que muito se discutia na época. Por então, ainda não havia nada de debraysmo. E, embora Caparaó tivesse uma ligação com o brizolismo, dentro das organizações e partidos de esquerda nesta mesma época já se buscava uma solução alternativa que não fosse o caminho pacífico. (CIPRIANO, 1979, p. 4)

E ao apresentar sua visão, Cipriano revela concordar que a esquerda não foi capaz de fazer uma leitura sobre as características das classes subalternas no Brasil e a adesão a luta armada não foi alvo de uma análise mais criteriosa:

> O não amadurecimento de uma discussão mais aprofundada sobre a nossa realidade, de sua formação social — e até hoje parece que isto ainda não foi feito — serviu para que estas idéias simplistas juntadas ao desejo de combater o reformismo, desembocassem na luta armada. (CIPRIANO, 1979, p. 4)

O reformismo aqui é associado ao movimento que a esquerda brasileira fez no contexto do Governo João Goulart de aderir ao movimento pelas reformas de base,

fazendo assim uma aliança entre classes sociais distintas com vistas a trazer por meio das reformas um movimento em que desenvolvesse os direitos das classes trabalhadoras, no campo e na cidade. (FERREIRA, 2013) Diante do fracasso desse projeto e da violência com que a Ditadura Militar inseriu um novo modelo econômico brasileiro, grupos da esquerda passaram a associar essa adesão ao reformismo janguista com a instauração da Ditadura Militar e passaram a criticar aquilo que no conjunto ganhou o nome de reformismo. Cipriano é um dos que criticam o reformismo mas claramente indica que o erro dos guerrilheiros que pegaram em armas foi opor o reformismo a via armada:

> E na realidade acabamos não fazendo realmente uma crítica ao reformismo no sentido preciso do termo. Apenas fizemos uma opção pela luta armada, mas não colocamos uma alternativa à visão reformista, para as massas, uma visão revolucionária mais consequente. Não fomos capazes disto. ERRAMOS NA CRÍTICA AO REFORMISMO. Mas o fato de termos errado não significa que os reformistas estavam corretos. (CIPRIANO, 1979, p. 4)

Em sua visão, portanto, ao indicar que para combater o reformismo seria necessário introduzir a luta armada no contexto brasileiro, a esquerda errou em seu cálculo. E ele complementa sua análise indicando que o erro se deu ao avaliar incorretamente a adesão social aos quadros da luta armada:

> Em certo sentido, o fundamental foi que confundirmos um certo ascenso que se dava no movimento da pequena burguesia urbana, fundamentalmente estudantil, um certo desespero deste setor, com as perspectivas mais amplas de uma luta prolongada. Embora se falasse também dos setores operários e camponeses incorporados nesta luta, era muito simbólico, fundamentalmente contava-se com a pequena burguesia. (CIPRIANO, 1979, p. 4)

Perly Cipriano, portanto, afirma que o principal erro cometido pela luta armada foi a inexistência de uma participação efetiva dos setores operários e camponeses e de que dessa forma o fracasso estaria associado diretamente a uma leitura equivocada da esquerda no período. É interessante contrastar seu depoimento publicado em 1979 pelo jornal *Em Tempo* com sua fala para o projeto "Memória e História Oral" da fundação Perseu Abramo, de 2019. Ainda que Cipriano siga afirmando que o equívoco da luta armada foi, sobretudo, sua incapacidade de realizar uma mobilização das massas, ele é bastante taxativo em dizer que:

> Eu não tenho arrependimento de ter pegado em armas. Isso não significa dizer que nós fizemos tudo certo. Mas era necessário resistir, principalmente diante da grande derrota que nós tivemos em 1964. O Jango falava que tinha uma estrutura para resistir. O Prestes dizia que se os gorilas atacassem, nós iríamos

> enjaulá-los. Isso 15 dias antes do Golpe. Veio o Golpe e não teve resistência, isso quebrou a moral. (CIPRIANO, 2019)

É bastante sintomático como seu discurso em 2019 é mais direto com relação a defesa da luta armada no sentido de respeitar a decisão realizada naquele contexto, principalmente quando comparada com a crítica mais enfática feita em 1979. Para além de questões relacionadas as diversas operações de memória, parece ser bastante plausível apontar para dois fatores cruciais que explicariam essa transformação. Em primeiro lugar, e de modo mais generalizado, os diferentes contextos políticos em que os depoimentos foram colhidos. Em 1979, ainda diante do regime autoritário, Cipriano parece procurar falar com mais restrições do que em 2019, em um contexto de democracia mais consolidada. Mas em segundo lugar, o que parece ser mais decisivo é o compromisso político com a luta pela anistia que o seu depoimento de 1979 parece estar associado. Assim, parece ser cada vez mais notório que os discursos acerca da luta armada que estiveram presentes no jornal *Em Tempo* tinham uma relação direta com as discussões políticas realizadas naquele contexto.

Na edição número 75 do jornal *Em Tempo,* a luta armada volta a ganhar destaque mais uma vez como manchete do jornal em que se anuncia o depoimento de Cesar Queiroz Benjamin, que começou sua militância no movimento estudantil e integrou o MR-8, cujo título é "o porque da luta armada no Brasil". E nesse caso, uma vez mais aparece a questão da luta armada atrelada diretamente ao movimento pela anistia. É notório em todas as edições o espaço destinado a dar visibilidade as mobilizações de presos políticos e o debate sobre a anistia cujo projeto excluía àqueles considerados praticantes dos "crimes de sangue", taxados pelo regime e pelo projeto da lei de anistia como "terroristas". O depoimento de Benjamin se inicia justamente falando sobre esse projeto de anistia:

> Chegou, enfim, a anistia que o governo anunciava como parte de suas reformas democráticas", e ela veio de tal forma a excluir, segundo Figueiredo e a grande imprensa, "os terroristas, assaltantes, sequestradores e agressores da segurança de pessoas inocentes" já condenados pela Justiça Militar. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

A publicação da lei ocorreria no final daquele mês, mas os indícios já indicavam que nela se excluiria de anistia aqueles que integraram as guerrilhas, ao passo que anistiaria os perpetradores de torturas sob a alegação de que o que fizeram foi para combater esses "terroristas". Benjamin estrutura seu depoimento sob esse prisma:

> (...) acabam de ser anistiados todos os torturadores des te país, bem como o terrorismo de extrema direita que, como se sabe, nunca foram processados e conde nados por uma justiça caolha e capenga. Para protegê-los o regime reconhece, enfim, a figura do crime conexo e anistia "os crimes de qualquer natureza, relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política". Depois, naturalmente, a exceção para os militantes de esquerda que pegaram em armas. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

Seguindo a lógica da exclusão imposta pela Lei da Anistia, o militante se apressa em afirmar que seu objetivo é justamente discutir a questão dos guerrilheiros brasileiros:

> Eu gostaria de discutir aqui somente este aspecto do projeto: Quem são os que ficam de fora da anistia do governo? E gostaria de discuti-lo sob o ponto de vista dos companheiros que se incorporaram à luta nos anos recentes e que, apesar de desconhecerem esta época e seu balanço, foram profundamente influenciados por ela e pela situação que ela ajudou a criar. Pois, passados 8 anos sem poder caminhar pelas ruas do país, reconheço que, mais uma vez a memória do movimento popular foi rompida, de tal forma que as novas gerações conhecem tão somente a versão imposta pelos poderosos, vencedores do confronto, que, ainda na última década, opôs parte das vanguardas sociais ao poder mais forte e centralizado que tivemos em toda a nossa história. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

É interessante notar que ao anunciar que seu depoimento versará sobre aqueles que pegaram em armas, o militante revela sua inquietação com a memória desse período e indica talvez um suposto embate entre as gerações que ingressaram na oposição ao regime posteriormente ao período da luta armada. As indagações iniciais sobre a luta armada propostas por Benjamin são extremamente sintomáticas sobre aquilo que está sendo analisado ao longo do capítulo no que diz respeito às múltiplas visões quase individualizadas daqueles que pegaram em armas:

> Parte dos excluídos do projeto de anistia voltará breve do exílio. Quem são eles? O que aconteceu no passado recente? O que representam, efetivamente, e qual seu lugar na história da resistência? Que linha de continuidade há — e se há — entre eles e a atual oposição popular? Que balanço fazer da derrota? Este é um trabalho que ainda está por fazer. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

Destaca-se aqui dois aspectos muito centrais. Em primeiro lugar, a possibilidade de traçar uma linha de continuidade ou de adesão entre a resistência armada no contexto do início dos anos 1970 e a luta ampla de oposição à Ditadura característica do final dessa mesma década. Em segundo lugar, a centralidade que a derrota tem nessa concepção, apartando assim duas temporalidades - virada da década de 1960 para a década de 1970 e final da década de 1970 - e desdobrando assim duas lutas distintas: a luta revolucionária

pela implementação do socialismo via armas e a luta oposicionista pela abertura democrática dentro da legalidade institucional. A derrota tem uma centralidade tão destacada em sua visão que ela volta a aparecer diversas vezes em seu depoimento publicado no jornal: “Nós fomos derrotados, e contribuímos para isto com inúmeros e gravíssimos erros. Mas, se não pudemos fazer melhor foi também porque “o tempo que nos foi dado viver” era, objetivamente, muito duro.” (BENJAMIN, 1979, p. 10)

E como desdobramento desses aspectos apresentados por Benjamin, uma visão individual apresentada pelo militante de que essas perguntas ainda careciam de uma análise e uma avaliação, deixando claro que em sua visão, a revisão sobre os significados da luta armada ainda não havia sido feita, destoando de visões apresentadas anteriormente neste capítulo que indicavam a conclusão dessa avaliação, como por exemplo na visão de José Ibrahin.

Benjamin segue dizendo que:

> Na maioria das vezes a crítica é feita excessivamente “de fora”, já que, hoje, aquelas ações armadas do início da década parecem tão distantes e quase ininteligíveis. Entretanto, para que a crítica seja eficaz e para que se compreenda porque parte expressiva das vanguardas de então assumiram aquela postura, é preciso penetrar na lógica que presidiu o processo de radicalização rápida e crescente da luta no pós-68. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

É possível entender esse “de fora” em dois vieses. Por um lado, esse de fora pode significar uma crítica feita por aqueles que não pegaram em armas e, portanto, não tiveram a vivência necessária para refletir e criticar esse movimento. Por outro lado, o de fora também pode se referir aqueles que pegaram em armas mas conseguiram se exilar posteriormente. Essa segunda hipótese parece ser mais razoável por conta do lugar em que Benjamin esteve ao longo de toda a década de 1970, conforme será visto posteriormente. Em paralelo a essa discussão, se nota que Benjamin condiciona o afluxo de militantes à luta armada aos impactos que o ano de 1968 trouxe, sobretudo ao movimento estudantil:

> A geração de militantes que “fez” 68 e a luta armada viveu de forma intensa uma nova realidade — a de uma contra-revolução ascendente e vitoriosa — e teve que se defrontar com ela sem pontos de rèferêncla sólidos dos quais pudesse extrair uma linha de continuidade. Ao contrário, também naquela época, a ruptura de 64 jogou por terra a grande maioria das referências possíveis, que fazem a memória de um movimento. Tivemos quase que começar do zero, em parte também porque fomos incapazes de resgatar criticamente o acervo já acumulado. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

A centralidade do ano de 1968 na conjuntura política analisada por Benjamin está diretamente relacionada a sua trajetória como militante dentro do movimento estudantil e a isso se deve o destaque dado aos estudantes nesse contexto:

> Foi o Movimento Estudantil quem primeiro se recompôs da derrota de 1964 e assumiu, já em 1967, formas de luta e organização mais avançadas e "massivas", adquirindo uma enorme importância (desproporcional a seu peso social real) na conjuntura de então. E o ME quando dita sua própria dinâmica, facilmente se descola da conjuntura, adquirindo uma velocidade que não corresponde à real relação de forças entre as classes fundamentais, podendo transferir esta velocidade artificial ao conjunto do movimento popular, se este o seguir. Foi o que, a grosso modo, ocorreu em 68. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

Benjamin apresenta a visão de que o Movimento Estudantil tenha tido um destaque fundamental no reaquecimento das lutas populares que arrefeceram na derrota de 1964, mas que já em 1968 voltavam a se mobilizar. Ele claramente destaca o Movimento Estudantil como uma espécie de condutor desse processo:

> Foi o ME de 68, lutando nas universidades e nas ruas, que lhes abriu oportunidades de participação, e, neste sentido (embora não fossemos um partido político) o ascenso do ME e suas formas de organização cumpriram uma função partidária, naquele momento. E o movimento não foi só estudantil: foi em 68 que ganharam força as primeiras expressões — também esmagadas — do novo movimento operário brasi leiro, que colocavam na ordem do dia questões como as comissões de fábrica, a liberdade e autonomia sindical, etc. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

E na sua visão, as mobilizações de massa que marcaram o ano de 1968 tiveram um destaque tão importante e positivo que teria inaugurado uma nova forma de fazer política:

> Vemos aí uma nova experiência de política e quase que inauguramos um novo estilo, baseado na ação dos grupos sociais enquanto tais, na representação direta destes grupos no movimento, na concepção extra parlamentar de política, em formas da democracia direta, enfim, na colocação sem rodeios da questão da ruptura do sistema, criticando globalmente as formas tradicionais de política. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

Significa, portanto, que na visão de Benjamin, 1968 marca uma mudança profunda que ele própria identifica como o surgimento de um novo movimento:

> Neste sentido, e por tudo isto, embora o movimento tenha sido derrotado creio que é de fazer justiça a 68 afirmar que ele representou mais o início de algo novo do que estertores tardios, ou simples ecos (geralmente muito comuns) do velho processo encerrado radicalmente em 1964. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

Ao iniciar sua análise, Benjamin apresenta uma visão que se quer holística sobre os motivos da derrota e justamente pela complexidade do seu pensamento é necessário dividir os diversos pontos apresentados por ele, que inicia falando sobre a implementação da Ditadura como um dos motivos para a derrota da sua geração: "Fomos uma geração que, não por sua culpa, só conheceu um período histórico de contra-revolução e nos chocamos diretamente com ela em plena ascensão". (Idem.) Essa visão indica claramente que em sua revisão se destaca o caráter violento dos organismos de repressão como sendo um dos fatores que motivaram a derrota. Ele também destaca esse aspecto ao dizer que:

> (...) a ideia de que o capitalismo brasileiro vivia uma crônica estagnação, de que a burguesia não poderia mais voltar a ter uma sólida política de massas, sendo forçada a lançar mão, de forma permanente, da ditadura militar: que o dilema, portanto, era ditadura X socialismo, de que, consequentemente, "as condições objetivas estavam dadas", faltando criar as subjetivas. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

Somada ao caráter violento e autoritário do regime militar, Benjamin também apresenta aquilo que ele indica como um erro de cálculo sobre o caráter do desenvolvimento econômico brasileiro e o papel da Ditadura Militar nesse processo. E diante desse quadro de leitura sobre um caráter permanente da Ditadura e de que só haveria formas de superá-la por meio da implementação do socialismo, também se destaca em sua visão a influência da Revolução Cubana no processo que desencadearia a adesão a luta armada:

> A partir disto, e ainda vivendo a, influência da Revolução Cubana, não é difícil ver como chegamos às ideias de que a ação decidida de uma vanguarda poderia despertar o potencial revolucionário das massas, prestes a explodir, e que a guerra de guerrilhas era a forma privilegiada de ação. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

A análise apresentada por Benjamin possui um caráter bastante claro de justificativa para a adesão ao movimento revolucionário, quase como se ele quisesse justificar o erro que foi fazer essa leitura e essa adesão. Mas se chama a atenção esse esforço em procurar dar uma satisfação sobre aquilo que levou a aderir a luta armada, é ainda mais peculiar como ele analisa a derrota desse projeto:

> Com a derrota dos movimentos sociais de 1968, e a repressão que se seguiu, fomos expelidos do tecido social brasileiro. Nossos erros de concepção, entretanto, não tardaram em fazer disto uma vitória, enquadrando nossa marginalidade social numa teoria revolucionária. Filhos de uma classe média

> em agitação, que não encontrou um operariado capaz de dar consequência ao seu radicalismo, não conseguimos entender qual era, naquele momento, a dinâmica objetiva das lutas sociais, e nem tínhamos experiência para perceber que é preciso sempre se submeter a esta dinâmica para ajudar a transformá-la por dentro. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

São muitos aspectos relevantes apresentados nesse parágrafo e é necessário destacar ponto a ponto. De saída, aparece aqui uma vez mais a visão sobre a incapacidade dos movimentos armados de estarem inseridos entre as camadas sociais vistas como fundamentais para o processo revolucionário ter êxito. Nesse sentido, estarem apartados do tecido social e serem incapazes de mobilizar o operariado teria sido decisivo para a derrota. No entanto, se distanciando de algumas visões já analisadas aqui, Benjamin parece fazer a autocrítica a partir de sua própria incapacidade de "se submeter a esta dinâmica para ajudar a transformá-la por dentro", como se entendesse que foi a incapacidade da classe média estudantil - da qual ele fazia parte - que resultou na não mobilização da classe trabalhadora brasileira ao seu projeto e de que para isso seria necessário que esses estudantes de classe média se interessem entre os trabalhadores. E por fim, é importante demais destacar que a autocrítica feita por Benjamin revela de maneira bastante explícita um viés de classe na apresentação dessa autocrítica. O militante se coloca em todo o momento como um estudante de classe média.

Em seguida, Benjamin passa a analisar de maneira mais detida sobre o que teria levado ao isolamento dos grupos guerrilheiros:

> Fomos levados a radicalizar o processo político no momento em que o adversário era muito mais forte e, pior, o fizemos à revelia da ação popular organizada. Diante do fechamento total dos canais de participação (que, num raciocínio esquerdista típico, assimilamos à fraqueza da ditadura e das classes dominantes) e de não podermos desencadear imediatamente a guerrilha rural (estratégica) adotamos a guerrilha urbana como forma de luta e tivemos um auge que lançava, ele mesmo, as bases de um profundo impasse político-militar: breve não podíamos avançar mais, justamente por sermos guerrilha, isto é, pelas formas de organização adotadas, pelos objetivos (sempre táticos) que perseguimos nas ações e, fundamentalmente, pelo vácuo entre nossa ação radical e o baixo nível de mobilização popular. Neste vácuo e aproveitando-se dele tanto contra nós quanto contra o povo em geral, crescia a repressão. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

E diante desse quadro de isolamento, Benjamin apresenta como resultado um intenso combate entre os grupos guerrilheiros e a Ditadura Militar, em um processo estéril e que dizimou as organizações de esquerda que ele próprio chamou de "guerra revolucionária que só podia se desenrolar numa realidade imaginária ou marginal,

deflagraram uma bola de neve que passou a refletir cada vez mais o enfrentamento de grupos (representantes de si mesmos) contra o Estado". (BENJAMIN, 1979, p. 10)

E é curioso como Benjamin destaca o caráter do militarismo ao qual as organizações clandestinas caíram como sendo um dos aspectos mais centrais sobre os erros cometidos:

> Passamos alguns anos buscando uma saída para este descompasso, e sendo massacrados. Fizemos desde muito cedo uma série de auto-críticas parciais, mas já não havia saída possível que dependesse fundamentalmente de nosso esforço. Felizmente, neste momento (mais ou menos 1972), nosso esmagamento, embora utilizado pela ultra-direita para manter uma situação de terror generalizado, quase que só a nós dizia respeito, pois todo este processo já se desenvolvia à margem dos verdadeiros locais da sociedade brasileira onde se gestava uma nova conjuntura política, que acabou de aflorar. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

E em paralelo ao militarismo destacado como um aspecto central que deu origem a derrota do movimento, também se destaca a clandestinidade como sendo um dos fatores responsáveis pela derrota:

> Ficamos, assim, completamente "exteriores" ao sistema, vivendo como sua negação absoluta, incapazes, portanto, de realizar a política concreta que, por um largo período, se desenvolveu ainda em grande parte no interior do sistema e de seus mecanismos. Fomos escravos de uma só forma de luta: em vez de utilizar a guerrilha, nos moldamos à sua Imagem e semelhança, abdicando da flexibilidade necessária a todo movimento político revolucionário. No afã de reagir contra a grande política tradicional, corrompida e ineficaz, negamos a própria política — pelo menos em aspectos centrais — e fizemos da clandestinidade um fetiche. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

A visão de Benjamin talvez tenha sido até agora aquele mais abrangente que tenha perpassado por diversos fatores que, segundo a sua visão, teriam sido responsáveis pela derrota do projeto guerrilheiro. Ela indicou tanto aspectos de concepção e erros cometidos de análise, como também da ação em si, no que diz respeito a uma incidência militarista da qual não conseguiam escapar. Ele se apressa, no entanto, a apresentar algumas possíveis contribuições da guerrilha para o movimento da esquerda no Brasil, afirmando que:

> (...) tudo não foi uma grande loucura: no oeste baiano, trabalhando entre os camponeses, juntos estavam Zequinha (operário metalúrgico, um dos líderes da greve de Osasco), Salgado (Líder estudantil de 68, no Rio), Lamarca (egresso da geração de militares nacionalistas das décadas de 50 e 60) e um ex-militante do PCB. O trajeto que percorrem até lá, a partir de suas diferentes origens, é muito mais do que geográfico — é político - e seu encontro naquela área é bem um símbolo do momento em que vivíamos e do que foi a resistência armada, que terminou por agrupar parte importante das diversas vanguardas

> sociais forjadas em diferentes setores da vida nacional na década de 60. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

Mas os aspectos positivos apresentados por Benjamin, de expressar os impasses da política tradicional e a necessidade de criar novos mecanismos de luta política, não implica na sua conclusão ser extremamente radical com relação à crítica ao uso de armas:

> Apesar da profundidade da nossa derrota, creio que algo pode sobreviver, pois, encontramos respostas erradas para problemas verdadeiros. A falência dos modelos políticos e teóricos tradicionais, o esgotamento do populismo, a necessidade do surgimento de novas formas de ação e pressão política etc., tudo isto era real, e nós o expressamos em certo momento. Fomos apenas sua primeira e imatura expressão. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

No final do seu depoimento, a autocrítica segue sendo bastante forte, mas indicando uma espécie de caminho a ser defendido para esses militantes que pegaram em armas: "A derrota — que pagamos com nossos próprios corpos e com nossos mortos — nos afastou do cenário e forçou a reflexão, na prisão, no exílio ou, em alguns casos, na clandestinidade forçada até hoje. Começamos a ter um passado". (BENJAMIN, 1979, p. 10)

E diante dessa reflexão, Benjamin apresenta uma espécie de defesa como se quisesses justificar sua volta a esse cenário do qual sua geração foi apartada:

> Mas, nem que seja pe la nossa juventude, não podemos ser acusados de compromissos com o passado, e talvez tenha sido esta, aliás, a única acusação de que nos pouparam nestes negros tempos era que perdemos a voz, todos nós, o con junto da esquerda e o povo. Continuamos, entretanto, a ser pela democracia, o socialismo e a independência nacional. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

E pertencer a esse cenário é participar do movimento político da Anistia, como ele justifica:

> Se nos excluem na Anistia não é, evidentemente, devido à nossa importância política, que não temos, e muito menos devido a crimes bárbaros, que não cometemos. O regime precisa perpetuar seus mitos para poder sobreviver algum tempo mais. O que seria da doutrina da ESG sem a "guerra interna", a "agressão subversiva" e demais conceitos que nortearam e justificaram a ação do regime? Nossa exclusão é ideológica, voltada para dentro mesmo dos aparatos do poder onde tal doutrina ainda precisa manter sua vigência por mais tempo, enquanto a sociedade brasileira a empurra inexoravelmente para o lixo da história. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

Mas é muito interessante que a justificativa da defesa da integração dos guerrilheiros na lei de anistia é argumentada por um fator de combate ao regime, mas que

justifica a inserção desses militantes no novo momento político brasileiro, que ele próprio diz representar "um sopro de esperança". E dessa forma, conclui analisando a importância, a pertinência desse novo momento político e a vontade da sua geração de fazer parte dele:

> Novos movimentos sociais , sem dúvida muito mais importantes do que aqueles em que participamos diretamente em 68, desenvolveram-se e, junto com eles, naturalmente, novas vanguardas e lideranças, e toda a sociedade está organizada como nunca esteve nas últimas décadas. O problema político mais importante que esta nova geração (perdoem meus 25 anos) está enfrentando, ao contrário do de 10 ou 15 anos atrás, já não é mais o da implantação ou estabilização de uma ditadura, mas sim o de seu esgotamento e do tipo de transição que teremos para ela. Uma nova conjuntura se abre, em grande parte devido ao esforço e à maturidade deste novo movimento popular. (BENJAMIN, 1979, p. 10)

Diante dessa importante reportagem apresentada em forma de depoimento, é possível observar como o jornal *Em Tempo* foi se colocando como um dos mais importantes espaços sócio-políticos no contexto da distensão política realizada a partir do presidente-ditador Figueiredo. A possibilidade de reconstrução da sociedade brasileira criou quase como um clima de euforia que é marcante nas páginas desse jornal e acabou por mobilizar a luta armada em seu viés de revisão em uma ação cujos militantes que pegaram em armas realizaram autocríticas, de modos e pressupostos variados, mas com o objetivo central de estar inserido e participando desse novo momento político que anunciava o conjunto de possibilidades. Nesse sentido, parece ser possível apresentar dois vieses da mobilização feita pelo jornal com relação ao tema da luta armada no Brasil, nesse contexto de distensão autoritária. O primeiro viés diz respeito ao uso dos discursos sobre as guerrilhas que serviam de argumentação para a implementação de um projeto de anistia mais amplo, que abarcasse sobretudo os militantes enquadrados no corpus jurídico de crime de sangue. Assim, as publicações acerca do tema possuíam um sentido mais amplo, que procurava de diversas maneiras inserir a luta armada em um quadro de resistência, indicando-a como tendo sido necessária diante das atrocidades do regime e esvaziando seu caráter revolucionário de implementação do socialismo. O segundo viés diz respeito a singularidade dos discursos representados por ex-integrantes da luta armada que expressavam de maneira individual suas leituras sobre a experiência guerrilheira. Diante disso, o jornal também foi uma espécie de espaço propiciado para que fosse possível que esses integrantes das esquerdas armadas buscassem a sua autocrítica. E como um desdobramento desse segundo ponto, a busca pela autocrítica desses militantes se

relacionava com a busca por participar daquele momento político de abertura que se anunciava.

O próprio jornal faz essa celebração da distensão e anuncia no seu número 76, de agosto de 1979, um conjunto de reportagens que será iniciada no número subsequente com o título "Contribuição à História da Esquerda Brasileira". O subtítulo do jornal indica que:

> A série "Contribuição à História da Esquerda Brasileira" , que será iniciada no próximo número, cobrirá do início dos anos 60 até a segunda metade da década de 70. O apogeu e a crise do Partido Comunista Brasileiro (PCB); o surgimento da Organização Revolucionária Marxista "Política Operária" (POLOP), em 1961; do PC do B, em 1,962; da Ação Popular (AP); o golpe de 64 e as dissidências do reformismo; a formação da ALN, do PCBR, do MR-8, do POC, da VAR, da VPR, da Ala Vermelha do PCdoB" e de tantas outras organizações; os grupos trotskistas; o nacionalismo revolucionário. E mais: a revelação de episódios desconhecidos e de outros contados pela metade ou deturpados pela grande imprensa; perfis de líderes revolucionários como Marighella, Lamarca e outros; o Vale da Ribeira; a Guerrilha do Araguaia; e a esquerda dos pós 74. Tudo isso contado de forma clara e bem amarrada politicamente, em grandes reportagens e depoimentos exclusivos. Tudo isso contado pela própria esquerda. (GARCIA, 1979, p. 7)

O próprio jornal anuncia o conjunto de reportagens que irá produzir como sendo um dever da esquerda diante daquilo clima político que se avizinhava, dizendo que:

> O clima da "abertura" figueiredista permite e, ao mesmo tempo, exige que tal balanço sistemático comece a ser realizado. Permite, na medida em que os donos do poder não têm mais condições de continuar envolvendo na névoa aspectos tão relevantes de nossa história recente. Exige, tendo em vista a forma pela qual o passado e o presente da esquerda brasileira emerge hoje, seja na linguagem oficial, seja na imprensa oficiosa ou mesmo naquele que guarda Veleidades oposicionistas. (GARCIA, 1979, p. 7)

O jornal indica que sua contribuição é inclusive para desmistificar o caráter arbitrário pela qual as organizações clandestinas foram taxadas ao longo das últimas décadas:

> Para a ditadura, é fundamental apresentar aqueles que se opuseram de forma radical ao estado de coisas implantado a partir de 1964, como verdadeiros marginais, que devem ser excluídos da vida política brasileira ("terroristas" e "criminosos de sangue") ou incorporados sob reserva. Este é o sentido da anistia restrita e dos perdões condicionais com os quais os porta-vozes do governo querem aplacar a indignação que seu projeto suscitou. (GARCIA, 1979, p. 7)

Seguindo o mesmo parâmetro do depoimento de Cesar Queiroz Benjamin na edição de número 75, agora de maneira oficial como parte da política do jornal, *Em Tempo*

procura se colocar ao lado da luta por anistia ampla, geral e irrestrita, condenando o projeto que excluiu aqueles que pegaram em armas. Nesse sentido, o projeto tem como objetivo trazer memória para essas organizações.

Interessante também notar que ao abordar as dificuldades dessa iniciativa, *Em Tempo* afirma que existe um problema para fazer tal balanço:

> É difícil realizar um estudo aprofundado sobre acontecimentos ainda "quentes". Não só pela dispersão das fontes (muitas delas nas mãos dos aparelhos repressivos) como pelo fato de que o próprio processo de avaliação política de grande parte deste período não foi realizado de forma sistemática, tendo muitas vezes sido dramaticamente interrompido. (GARCIA, 1979, p. 7)

Conforme foi citado anteriormente, em diversos depoimentos pessoais publicados no jornal, apareceram visões distintas sobre o processo de avaliação da experiência da luta armada no Brasil. O que há de similaridade nessas apresentações é que em nenhuma delas o jornal colocava o seu posicionamento político nesse debate, o que muda sensivelmente a partir desse ponto, uma vez que ao iniciar a série de publicações sobre a trajetória dos grupos clandestinos no Brasil, o jornal fala de uma avaliação não realizada de maneira sistemática e dramaticamente interrompida. Portanto, aqui é possível afirmar pela primeira vez que no que diz respeito a opinião do jornal e dos grupos que o integravam, a revisão sobre aquele processo de mobilização armada não havia sido realizada. E de certa forma, ainda que não tendo dito explicitamente, essa série de reportagens pode ser entendida como o início de um processo de revisão, se não da luta armada em geral - o que é praticamente impossível - ao menos daqueles que estavam articulados em torno do projeto de *Em Tempo,* uma vez que o jornal anuncia um conjunto amplo e variado de textos que serão abarcados nessa série:

> Nosso propósito foi o de reconstruir, a partir do início dos anos 60, os elementos mais essenciais da trajetória da esquerda brasileira, reunindo análises, depoimentos, transcrevendo documentos, fixando perfis, revelando episódios desconhecidos, pouco conhecidos ou tòtalmente tergiversados destes anos tumultuosos. (GARCIA, 1979, p. 7)

E é possível entender esse conjunto de reportagens como sendo uma espécie de revisão coletiva da luta armada pelo caráter mais abrangente que o jornal indica em seu projeto:

> Compreendendo o difícil que representa ser objetivo em matérias como esta, EM TEMPO abre-se desde já para acolher em suas páginas todas as

> contribuições, que, dos mais distintos ângulos, nos permitam melhor captar e reconstituir a trajetória da esquerda brasileira nestas quase duas décadas. (GARCIA, 1979, p. 7)

A circulação do jornal *Em Tempo,* com uma abrangência nacional, somado ao papel que esses jornais articulados à esquerda brasileira tiveram durante esse contexto permite afirmar que eles criaram uma espécie de comunidade de leitores, que é bastante complexo de precisar quem fazia parte, mas não é incorreto afirmar que uma parcela considerável das pessoas que militaram em grupos clandestinos integravam essa comunidade de leitores. Desse modo, parece ser possível afirmar que uma importante revisão dos movimentos armados no Brasil estiveram articulados em torno do projeto "contribuições para a História da esquerda no Brasil", que será analisado a partir de agora.

3.7. Contribuições para a História da Esquerda no Brasil: a revisão da luta armada sistematizadas nas páginas de *Em Tempo*.

A edição de número 77 do jornal *Em Tempo* inicia a série intitulada "Contribuições para a História da esquerda no Brasil" destacando na página central do jornal o objetivo de começar por meio de uma genealogia dos quadros políticos mais importantes que habitam dentro desse espectro. A chamada de capa apresenta a "mais completa árvore genealógica da esquerda brasileira", enquanto que é publicada uma charge com personagens internacionais que compuseram ao longo dos séculos XIX e XX o pensamento político comunista em suas mais variadas tendências.

É importante ressaltar que esse número, além de iniciar essa série importante no debate dentro da esquerda, também apresenta um texto intitulado "Em tempo: um novo programa para a Frente jornalística". Nesse texto, o jornal apresenta sua nova posição decidida em assembleia com aqueles que integram o semanário, cujo novo sentido é o de:

> (...) estimular e difundir as formas de organização autônoma das massas nas suas mais variadas experiências secundariamente o jornal também abrirá um debate teórico e ideológico de todas as questões referentes à construção de uma corrente revolucionária hoje no país, incorporando para tanto também contribuições internacionais. (EM TEMPO..., 1979, p. 4)

O informativo anuncia que o jornal vai se afastar de conteúdos mais factuais e vai direcionar sua publicação para o aprofundamento de debates com o objetivo de fomentar

e integrar a luta junto com todos os coletivos que "enfrentem com as manifestações diretas ou indiretas da ordem ditatorial e do sistema de dominação capitalista em nosso país". (EM TEMPO..., 1979, p. 4)

Essa nova diretriz inaugura, portanto, um período em que as páginas do jornal intensificaram os debates teóricos em torno do projeto político defendido pelo semanário e ele vai ao encontro desse conjunto de debates apresentado sob o signo de "Contribuições para a História da esquerda no Brasil".

A primeira página de apresentação dessa série é emblemática no que diz respeito ao projeto como um todo, pois o jornal procura estabelecer seus objetivos de maneira direta já no subtítulo da matéria:

> Nossa preocupação foi a de reconstituir esquematicamente o intrincado quadro de partidos, grupos e movimentos que emergiram, se desenvolveram e, em muitos casos, desapareceram neste conturbado período de nossa história. (GARCIA, 1979a, p. 8)

Aquilo que for apresentado de maneira sintética, segundo o jornal, por necessidade prática, será suprido: "(...)nos próximos capítulos (...), nos limites objetivos que tal trabalho apresenta, estas lacunas expressas no esquematismo do organograma que elaboramos e nas breves indicações para caracterizar cada uma das organizações. (GARCIA, 1979a, p. 8)

E a preocupação do semanário de abranger a totalidade das organizações de esquerda que surgiram no Brasil a partir de 1960 se traduz no esforço de apresentação esquemática publicado na primeira página da série:

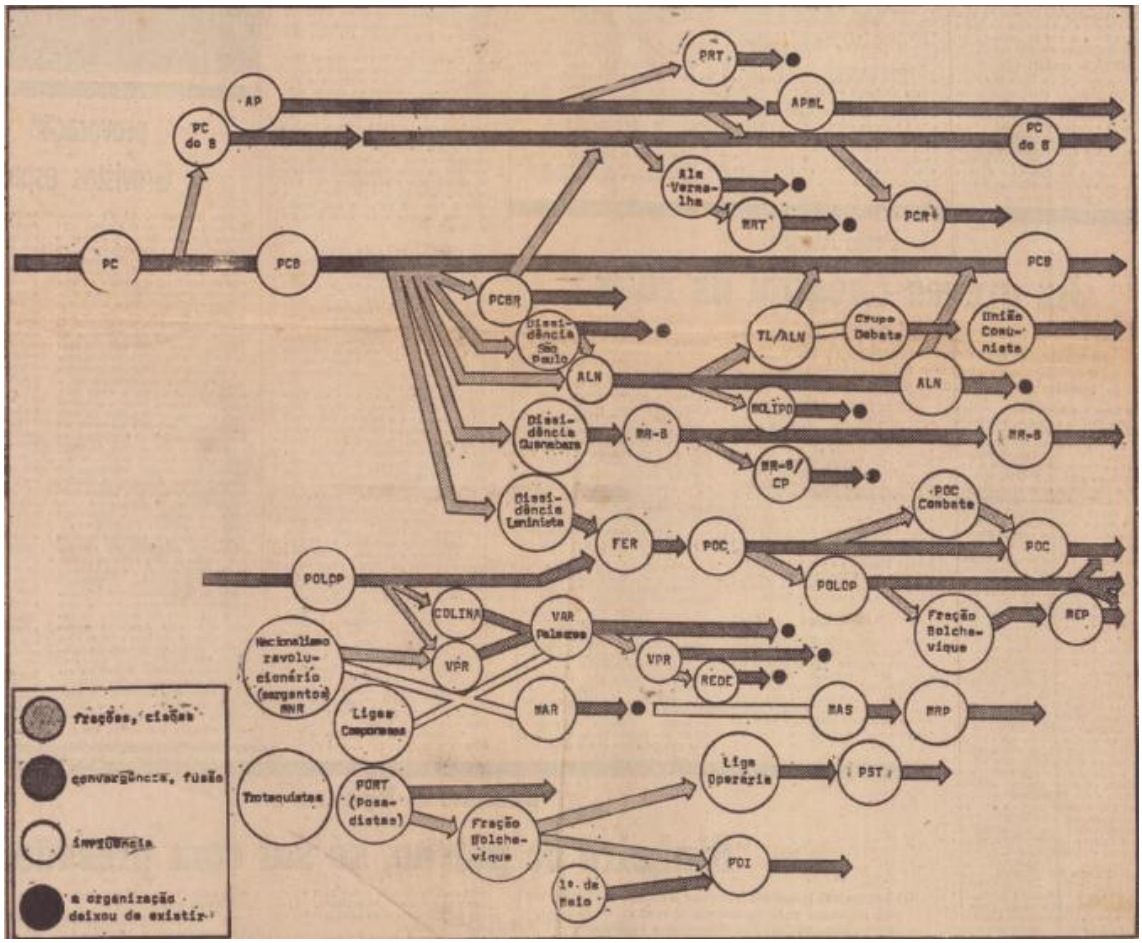

Figura 1. Em Tempo. N. 77. 1979.

Em Tempo publicou nesse organograma um total de 53 organizações, entre partidos políticos, grupos clandestinos, de luta armada ou não, que surgiram no Brasil a partir do ano de 1960[58]. Esse número e a preocupação em abranger a totalidade das organizações vai ao encontro daquilo que o jornal coloca como objetivo:

> Todo compromisso com a história é um compromisso com a política e, por esta razão mesmo, com a verdade, Nossa contribuição não será feita na perspectiva de arquivista ou naquela de colocar no “mercado jornalístico" um “produto" para o qual há muita “demanda". Nós sabemos que esta “demanda" existe, mas conhecemos a sua significação política. As novas e velhas gerações sentem a necessidade de enfrentar e/ou confrontar-se com seu passado para melhor compreender e agir sobre o presente. (GARCIA, 1979a, p. 8)

[58] Algumas organizações e partidos, destacadamente o Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas datam de um período anterior ao início da década de 1960 e podem ser entendidas como matrizes de duas linhas políticas distintas. E de uma forma ou de outra, os grupos apresentados pelo jornal se relacionam com essas duas matrizes. CF: CHADAREVIAN, Pedro C. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). Política & Sociedade, v. 11, n. 20, p. 255-284, 2012. e STEDILE, João Pedro. Questão agrária no Brasil v. 4. História e natureza das Ligas Camponesas, 1954-1964. In: Questão agrária no Brasil v. 4. História e natureza das Ligas Camponesas, 1954-1964. 2006. p. 223-223.

Parece ser bastante claro que essa série apresentada pelo jornal é tratada como um elemento de revisão e análise sobre as experiências desses grupos que proliferaram no contexto da década de 1960 e que seu objetivo é fazer desse movimento um catalisador para as novas experiências políticas que estavam surgindo naquele contexto. Ou seja, no mesmo número em que se anuncia o papel do jornal como sendo o de atuar de modo participar de um novo projeto político com vistas a superação do capitalismo, *Em Tempo* se colocou como um espaço para fomentar esse projeto a partir da análise dos diferentes grupos de esquerda no Brasil nas últimas décadas. Nesse sentido, é possível entender como sendo o momento em que esse espaço sociopolítico da redemocratização brasileira iniciou o seu movimento de revisão sobre a luta armada, ainda que inserida em outras organizações que não aderiram a essa metodologia de transformação social.

Esse projeto desenvolvido por *Em Tempo* parece ter ocupado uma lacuna no processo de autocrítica das organizações das esquerdas armadas, lacuna essa que foi percebida por quem construía o projeto editorial do periódico. Bernardo Karam, questionado sobre se os grupos armados teriam feito uma autocrítica, afirma que:

> (...) é uma autocrítica que no meu modo de ver não quer dizer que não tenha sido feita. Você não teve uma autocrítica formal, até porque as organizações deixaram de existir, então você não tem uma seqüência que seria, digamos o ideal. Agora... então essa autocrítica, eu acho que ela é prejudicada, primeiro porque quando você tem uma instância formal pra fazer a autocrítica e faz congressos, vai ampliando o debate, no meu modo de entender, eu acho que teria feito uma avaliação, uma análise acredito eu, e até uma autocrítica mais profunda, mas quando os partidos clandestinos deixaram de existir por conseqüência essa autocrítica desta forma deixou de existir e ela foi feita por fora. Então você tem uma autocrítica que ela existe, ela é feita por fora e por isso que eu acho que é feita de uma forma... (KARAM, 1997)

Em sua entrevista concedida à Maria de Paula Araújo, Karam corrobora com a ideia desenvolvida aqui de que as autocríticas não foram realizadas de maneira formal e sistematizadas e indica que, na sua visão, elas foram feitas de maneira externa às organizações:

> É feita por pessoas... até dentro da própria organização que sobreviveram etc e tal, mas não foi uma coisa sistemática, quer dizer, você na verdade não tem ... você não sistematizou este processo de discussão por conta que o próprio instrumento que teria condições pra fazer isso seria o próprio partido mas deixou de existir. (Idem).

Ao indicar que as autocríticas foram realizadas individualmente nesse período, Karam indica um aspecto que parece se verificar nas análises daquilo que foi publicado no período e dos debates que foram realizados. Se no exílio, foi mais comum as

autocríticas terem sido elaboradas ainda em um caráter coletivo que, em maior ou menos medida, se articulava com as organizações de origem, nesse final da década de 1970 elas foram realizadas de maneira individual e independente dos grupos políticos de origem dos militantes. O desdobramento disso, segundo Karam, seria: "uma série de debates em que as pessoas divergiam, acusações mútuas de pessoas e de grupos e se falava assim: 'Ah, por que vocês foram fazer a luta armada e deu no que deu'". (KARAM, 1997).

Diante de todos esses aspectos, parece ser bastante plausível entender que a série história "Contribuições para a história da esquerda no Brasil" procurou preencher essas lacunas identificadas por Bernardo Karam. Na primeira parte da série histórica, o jornal procurou publicar em ordem alfabética, um pequeno resumo histórico e político das principais organizações apresentadas no organograma. Os tamanhos dos textos variam de acordo com o tamanho da organização e a reverberação de suas ações. Esse aspecto é representado na quantidade de parágrafos utilizados para caracterizar ALN, MR-8 e PCB, contando cada uma com quatro longos parágrafos. Por outro lado, organizações como a Molipo, por exemplo, são apresentadas em apenas um parágrafo[59].

Nesses textos de apresentação, chama a atenção como o semanário destaca o que ocorreu com cada grupo após o seu envolvimento na luta armada. Começando pela ALN, é interessante observar como eles abordam a questão da revisão sobre a experiência armada e a continuidade do grupo:

> Alvo de uma repressão que custou a vida de dezenas de seus militantes, inclusive as de Marighela e Câmara Ferreira, a ALN iniciou um penoso balanço político de sua experiência, dificultado pelo caráter federado de sua estrutura. Cisões se formam e os remanescentes, muitos dos quais no exílio, decidem ingressar no PCB, o que não impede que militantes isolados reivindicam hoje a herança da ALN. (GARCIA, 1979a, p. 8)

A caracterização da ALN como uma organização federada e sem uma estrutura organizativa rígida e centralizada é citada como sendo motivação para a dificuldade de realização do balanço político. Por outro lado, chama a atenção como o jornal informa que naquele período ainda existiam militantes isolados que reivindicavam a herança do grupo armado, ainda que ele não seja citado. Com relação as dissidências, o texto cita àquelas que se originaram na ALN, a Molipo e a Tendência Leninista. A Molipo é

[59] É evidente que não se quer aqui escalonar em grau de importância cada organização de esquerda e também não parece ser esse o sentido da matéria apresentada no jornal. Estamos apenas ressaltando que a quantidade de integrantes e a quantidade de ações realizadas por essas organizações acabou projetando um tamanho maior desses grupos no que diz respeito a sua presença nesse debate.

apresentada de maneira muito sucinta, citando o seu caráter militarista e a repressão que sofreu. Já a Tendência Leninista é apresentada como uma dissidência que se formou "na crise da ALN" e que depois daria origem, a partir da revista Debate, a um coletivo intitulado União dos Comunistas, cuja plataforma política estaria muito próxima do eurocomunismo.

Ao apresentar o MR-8, o jornal também cita algumas dissidências e as análises que acarretaram a essas separações: "Atingido pela repressão, a maioria de seus integrantes se encontra no exílio no começo dos anos 70. é então que se produz uma divisão, com a formação de uma cisão chamada Mr-3 CP (Construção Partidária) que se dissolverá mais tarde". (GARCIA, 1979a, p. 9)

Nota-se que em ambos os casos de dissidência, o jornal cita a presença dos militantes no exílio, o que vai ao encontro daquilo que foi analisado no capítulo anterior. Na sequência, o jornal também fala de outros movimentos de análise realizados pelo MR-8: "Após o fracasso da experiência de implantação no interior da Bahia, na qual morre o ex-capitão Carlos Lamarca que havia rompido com a VPR e ingressado no MR-8, a organização inicia uma revisão de sua política". (Idem.) Essa revisão teria privilegiado a luta democrática como centro tático da organização e em paralelo o grupo se aproximaria da política operária, inclusive com a expectativa de fusão com a Ação Popular e com a Polop. A reportagem finaliza apresentando o grupo, à época, editando duas revistas voltadas para o seu projeto de Frente Popular: os jornais Unidade Proletária e Brasil Socialista.

Por fim, também se destaca a apresentação do jornal do grupo Var-Palmares, que segundo eles deu origem a "um grupo dissidente da VAR — a DVP — editou o jornal UNIDADE, crítico às posições militaristas e aberto para as questões das lutas democráticas." (Idem.)

É possível concluir, portanto, que segundo a apresentação inicial da série "Contribuições para a História da esquerda no Brasil", três dos principais grupos armados fizeram seus movimentos de autocrítica mediados por publicações que circularam sobretudo no exílio, conforme foi analisado no capítulo anterior. No entanto, é fundamental ressaltar que o movimento que iniciou esse processo de revisão foram rupturas e dissidências dentro das organizações, caracterizadas justamente por conjuntos de militantes que, ao defenderem as revisões com relação as posições armadas, romperam com o grupo original. Esse rompimento é resultado da impossibilidade de discutir ou revisar o movimento de luta armada dentro dessas organizações naquele período, uma

vez que essas propostas foram sempre mal recebidas por parte do conjunto de militantes que ainda defendiam a luta armada, conforme foi evidenciado no debate em torno da publicação *Uma autocrítica necessária,* que deu origem a Tendência Leninista.

Partindo dessa questão, parece ser possível argumentar que não houve um espaço coletivo em que as organizações que pegaram em armas fizeram uma leitura sobre suas ações para elaborar uma análise sobre as mesmas. Esses movimentos de revisão aconteceram sempre setorizados, ou como será apresentado posteriormente, individualizados. Com isso, parece ser possível concluir que não se pode afirmar que houve uma revisão coletiva feita em conjunto pelas organizações guerrilheiras, tão pouco se realizou uma revisão particular de cada organização. Essa conclusão ressalta ainda mais a importância desse espaço criado pelo jornal *Em Tempo,* uma vez ele parece ser o primeiro momento em que esses temas aparecem em um espaço público e coletivo, ainda que não necessariamente realizado pelos próprios militantes.

Após as primeiras matérias que explicam a origem, as primeiras dissidências e a crise que vivenciou o PCB após o golpe militar de 1964, a série "Contribuições para a História da esquerda no Brasil" apresenta no número 81 do jornal *Em Tempo* o início da sua análise sobre o surgimento da esquerda armada. É bastante interessante notar que a apresentação da matéria indica o viés pelo qual o jornal apresenta suas concepções sobre a guerrilha, chamada inclusive de polêmica:

> A particularidade dessa polêmica, contudo, é que ela não se dá ligada ao movimento social, o que faz com que se perca ou num doutrinarismo programático ou num pragmatismo militarista. Aqui, o levantamento dessa fase, das influências de fora e as concepções que fizeram surgir a esquerda armada brasileira. (GARCIA, 1979b, p. 12)

O viés crítico ao movimento armado é expressado em três aspectos, que dialogam com as visões mais comumente apresentadas sobre a luta armada. i. a inexistência de um movimento social que sustentasse a guerrilha, implicando, portanto, a ideia de que ela foi feita sem base nas camadas subalternas do Brasil. ii. a influência doutrinária das concepções políticas internacionais, sobretudo a influência da teoria do foco guerrilheiro, que é entendida pelo jornal como um doutrinarismo programático. iii. o abandono da linha política que daria origem a uma ação militarista e pragmática. Os três argumentos em conjunto demonstram que a posição do jornal é crítico à maneira pela qual a luta armada se estruturou no Brasil.

O texto apresentado como revisão histórica e análise crítica do processo de formação das novas esquerdas de caráter armado no Brasil expressa a ideia de que o problema central da luta armada foi ter sido feita por integrantes da classe média e portanto não conseguiu articular as camadas subalternas, sobretudo, os operários:

> O certo, no entanto, é que à cabeça das lutas contra o governo militar se situariam setores das classes médias atingidos pelos efeitos da política econômica e sensibilizados pelos rumos crescentemente autoritários e repressivos que o regime ia assumindo. A ausência de uma tradição de independência e autonomia do movimento operário, facilitou que o essencial do debate político-ideológico se desenvolvesse no interior da pequena burguesia, em particular no movimento estudantil, tendo em vista o caráter mais orgânico que este setor da sociedade apresentava. (GARCIA, 1979b, p. 12)

Ao que indica a análise do trecho, a concepção apresentada pelo jornal é a de que há um erro na formação das organizações armadas uma vez que elas surgiram quase que integralmente compostas por grupos pertencentes às classes médias, sobretudo aos estudantes. Essa questão é alvo de um intenso debate na historiografia brasileira, que construiu uma interpretação hegemônica sobre a luta armada ter sido integrada de maneira majoritária por integrantes das classes médias estudantis[60]. Voltando a análise pormenorizada realizada a partir da obra de Marcelo Ridenti no capítulo 2 desta tese, observa-se que o número de estudantes que integraram as esquerdas armadas no Brasil foi de cerca de 31% daqueles que pegaram em armas. Isso não significa dizer que os grupos guerrilheiros não contaram também com a presença de integrantes de outras classes sociais, incluindo operários, lavradores e trabalhadores urbanos de outras naturezas, como bancários, por exemplo. Sobretudo, pois, conforme explicado anteriormente, Ridenti argumenta que grande parte desses estudantes pertenciam ao que ele intitulou de camadas de transição.

Chama a atenção, portanto, a dimensão enfocada na análise apresentada pelo jornal, como se a derrota fosse explicada pela composição de classe dos integrantes, e ainda que se destaque como a repressão política foi responsável por sufocar o movimento operário e portanto impedir a adesão desses sujeitos na luta armada, a derrota é explicada pela composição de classes como se isso fosse o impeditivo do enraizamento da ideia da luta armada entre a sociedade brasileira:

[60] As obras cinematográficas e televisivas que trataram desse fenômeno foram fortemente responsáveis por cristalizar essa ideia na sociedade brasileira: CF: SELIPRANDY, Fernando. A luta armada no cinema: ficção, documentário, memória. São Paulo: Intermeios Casa de Artes e Livros, 2015.

> Sem querer cair num sociologísmo vulgar, é necessário ressaltar este componente de classe para explicar porque um importante debate que a crise de 64 havia suscitado se perdería, primeiro, nas filigranas de uma discussão estratégica e. pos teriormente, se diluiría num militantismo que fazia da teoria uma perda de tempo. (GARCIA, 1979b, p. 12)

Nota-se que para o semanário há uma relação direta e indissociável dos erros cometidos pela luta armada com a classe social que majoritariamente compunha seus integrantes. E nesse sentido, a revisão proposta por *Em Tempo* para entender os erros cometidos pelos integrantes da luta armada enfocam as próprias concepções dos grupos que romperam com a política do PCB pós-1964. Esse enfoque é apresentado pelo jornal como decorrência da Revolução Cubana:

> A evolução do processo cubano, especialmente a partir de 1961, e a incidência que ele passa a ter em países como a Guatemala. Nicarágua. Venezuela, Colômbia, Peru. Bolívia, e mesmo no Chile. Argentina e Uruguai, reabre para a esquerda latino- americana e brasileira a discussão sobre três questões que estavam cristalizadas no seu pensamento só tendo recebido contestação até então por grupos que, por suas dimensões e significação social, eram claramente marginais. (GARCIA, 1979b, p. 12)

Essas três questões são apresentadas pelo semanário e podem ser resumidas em: i. o caráter socialista da revolução na América Latina e a impossibilidade das burguesias nacionais nesse continente comporem os quadros revolucionários. ii. a impossibilidade de a revolução acontecer por meio da via pacífica e a necessidade de utilizar a luta armada como mecanismos de transformação social. iii. a ineficiência ou até mesmo o impedimento que um partido comunista traria para o processo revolucionário, uma vez que Cuba faria a revolução não apenas sem o apoio do partido comunista, mas até mesmo contra ele. O jornal *Em Tempo* ressalta que essas três características apresentadas acabaram por engendrar um problema para as esquerdas pós-1964:

> No Brasil, estes três temas, centrais na crítica e na auto-crítica da esquerda pós-64, se manifestam no entanto de forma relativamente marginal ao movimento de massas o que contribui para que a discussão assuma um caráter altamente especulativo. O nível em que os problemas se colocam não se traduz em uma linha de massas e quando as novas forças de esquerda conseguem abrir caminhos em direção aos trabalhadores, como ocorreu em Contagem e Osasco, elas o fazem a partir de sua visão imediatista de quem vê o capitalismo brasileiro, desde uma ética catastrofista, à beira do desastre. (GARCIA, 1979b, p. 12)

O jornal demonstra claramente que em sua visão o fracasso da luta armada esteve condicionado diretamente pela falta de participação e articulação das massas operárias e isso teria ocorrido porque as discussões não operaram de modo a elaborar uma política de massas. É importante ressaltar que se nota em diversas análises sobre os grupos guerrilheiros a estruturação de uma política de massas em sua prática política, notadamente no caso daquela que é vista como a organização mais próxima do viés cubano, como a ALN. (MALAGUTI, 2017) (RIDENTI, 2010)

E dentro desse viés, o jornal fortalece uma espécie de defesa das camadas operárias, o que é sintomático sobre o momento político vivenciado pelo jornal e pela reorganização que a esquerda passava em fins da década de 1970:

> Tudo se passa como se em 1964 a contra-revolução houvesse sido vitoriosa exclusivamente pela debilidade (ou traição) das direções operárias então hegemônicas. Construía-se uma ideia, sem dúvida sugerida por algumas fórmulas de Guevara, de que as "condições objetivas" para a revolução estavam reunidas na América Latina e que faltava somente resolver o problema dos "fatores subjetivos", isto é, da vanguarda. (GARCIA, 1979b, p. 12)

A maneira pela qual a análise é proposta revela como no entendimento do jornal *Em Tempo* o maior erro cometido por parte das organizações de vanguarda foi ter sido incapaz de mobilizar as camadas operárias ou até mesmo abandoná-las no movimento em favor do desencadeamento da revolução por meio das ações armadas que criariam os "fatores subjetivos". Somado a isso, o jornal também destaca como uma análise incorreta o abandono da necessidade de um partido no processo revolucionário. Ao observar os debates que estão sendo feitos e tendo em vista detalhadamente o projeto político defendido nas páginas de *Em Tempo,* é possível relacionar esse projeto defendido pelo jornal no ano de 1979 com a crítica realizada em suas páginas sobre os erros cometidos pela esquerda uma década antes.

O jornal, desde a sua criação, mas sobretudo a partir do novo direcionamento apresentado no número 77, passa a expressar um viés de defesa na formação de um novo partido político proposto sobretudo pela articulação do novo sindicalismo brasileiro que nasceu na região da Grande São Paulo, conhecida como ABCD, onde o movimento operário brasileiro havia emergido com muita força a partir das greves lideradas por Luis Ignácio da Silva, o Lula. O dirigente sempre teve um destaque importante nas páginas de *Em Tempo,* bem como o movimento liderado por ele foi fortemente saudado e até mesmo citado como uma influência para o surgimento do projeto do semanário. No contexto

desse número analisado, as matérias sobre a trajetória da esquerda armada dividem as páginas com os debates acerca da criação de um novo partido surgido entre os trabalhadores operários brasileiros, já na época nomeado como Partido dos Trabalhadores, cujo projeto estava sendo gestado, debatido e apresentado em outras regiões brasileiras. Nesse sentido, parece ser possível afirmar que o viés crítico ao movimento armado que tem sua derrota associada a ausência de um partido político e a ausência dos operários nesse projeto se confunde com o momento político em que essa análise é publicada, justamente o momento em que emerge na cena política brasileira um partido político criado por operários. A crítica à guerrilha, nesse caso, se estabelece quase como uma justificativa para a formação desse novo partido político, sobretudo quando se recorda que na apresentação dessa série sobre a esquerda brasileira o projeto do jornal indicava a necessidade de revisitar o passado para a construção de um futuro. Assim, parece que aquilo que poderia ser uma análise sobre a trajetória dos grupos armados se torna enviesada por um olhar que quer encontrar um erro para justificar a criação de um novo paradigma político.

Esse contexto de renovação política é citado por Bernardo Karam, jornalista que participou ativamente do projeto editorial de *Em Tempo.* Em entrevista concedida à Maria de Paula Araújo, em 1997, ele fala sobre o contexto político da segunda metade da década de 1970 e seus impactos no jornal:

> Quando chegamos em 1978 ou então em 1975, momento em que já se tem uma reaproximação das pessoas não mais pelo ponto de vista: "Eu sou do PCBR ou eu sou da VAR-.Palmares", mas se aproximam por serem pessoas amigas, que sobreviveram a uma determinada época. Eu acho que esse início foi interessante e importante. Na verdade tem a ver com a História Política do Brasil. Em 1978 o momento é das greves, da eclosão do ABC, do surgimento das grandes lideranças sindicais, da crise econômica que se aprofunda nos anos 70 de uma forma muito intensa e que vai se aprofundar ainda mais no início dos anos 80. (KARAM, 1997)

Seu relato apresenta, por um lado, como aquele período foi responsável por promover uma rearticulação política em que não havia mais tão presente os diversos aspectos específicos de cada organização revolucionária dos anos anteriores incidindo nas relações entre os militantes. Ainda que isso possa ser questionado com relação à memória do entrevistado e também tomando o cuidado para evitar generalizações, parece que sua visão atesta para um período em que se havia a possibilidade de contato entre membros de diferentes organizações, justamente por aquilo que ele cita como fator para essa possibilidade de coalizão. O impacto das greves operárias é citada por ele como um fator

importante, inclusive para que fosse possível articular a esquerda revolucionário novamente, e agora, a partir dos agentes vislumbrados como necessários para encampar o projeto revolucionário: os operários.

E é diante dessa nova conjuntura que parece ganhar cada vez mais força o caráter crítico e o tom de repúdio à guerrilha se verifica nos últimos parágrafos desse texto, cujo título é sintomático: militarismo é doutrinarismo. Atesta-se assim, como esse texto está ressaltando e analisando as concepções políticas e militares para realizar a análise sobre a trajetória da esquerda armada brasileira. E termina com um viés crítico direcionado sobretudo a influência cubana no processo que inseriu a luta armada como ferramenta de transformação social no Brasil, dizendo inclusive que o castrismo estava fora do lugar:

> A luta armada, como forma generalizada e central de luta da esquerda brasileira chega ao país, quando o modelo castrista que a havia inspirado enfrentava já uma grave crise. Derrotas profundas na Venezuela. Guatemala. Peru e Bolívia. Impasses na Colômbia e uma incipiente articulação em outras zonas. A própria direção cubana refletia sobre seu isolamento político e atitude de Fidel quando da invasão da Checoslováquia denotava uma tentativa de reaproximação política com a União Soviética. O Vietnã havia saído de sua "solidão" por suas próprias forças mediante a grande ofensiva do Tel. em fevereiro de 68. A classe operária na França e na Itália desmentia praticamente os mitos sobre seu aburguesamento realizando as mais longas greves da história contemporânea. (GARCIA, 1979b, p. 12)

O texto parece querer o tempo todo argumentar que o principal erro cometido por parte das organizações que pegaram em armas foi a de aderir de maneira engessada a via cubana, sobretudo quando ela já dava sinais de desgaste. E também chama a atenção o fato de que o texto cita novamente as mobilizações operárias nos contextos francês e italiano para argumentar mais uma vez sobre o papel decisivo que o operariado possui em diversas transformações populares. E de maneira ainda mais incisiva, o texto dessa edição finaliza dizendo que:

> (...) ignorando as experiências históricas latinoamericanas, mesmo as mais recentes, a esquerda brasileira se aprestava a repetir muitos dos erros cometidos por aqueles que na sua ânsia de romper com teorias e práticas esclerosadas, haviam tentado "tomar os céus de assalto"-. A história se repetiria como tragédia. (GARCIA, 1979b, p. 12)

A crítica sequer chega a ser velada, uma vez que a expressão "tomar o céu de assalto" orbitou em diversos grupos revolucionários como uma espécie de inscrito simbólico que conclamava a ação imediata para o processo revolucionário. E sobretudo, a conclusão sobre como o jornal *Em Tempo* faz o balanço das experiências da esquerda

brasileira é notoriamente destacado ao finalizar essa análise dizendo que a esquerda brasileira estava caminhando para cometer muitos erros.

A partir daquilo que foi exposto e analisado nessa edição, se torna fundamental discorrer e problematizar alguns aspectos relevantes para a tese aqui desenvolvida. Chama a atenção como a crítica realizada pelo jornal *Em Tempo* pode ser caracterizada como sendo estruturada por uma visão teleológica no seguinte sentido. Parte-se do ponto de vista da derrota da experiência armada e busca-se explicar essa derrota a partir das concepções ideológicas que compuseram essa prática. Ou seja, o texto trata a derrota como sendo o único caminho daquele movimento, uma vez que, segundo o semanário, ele começou equivocado. Como desdobramento disso, nota-se que em nenhum momento se leva em consideração questões como a incapacidade militar daqueles que integraram a luta, falta de preparo físico ou mesmo a correlação de forças militares propriamente ditas, uma vez que todo o aparato de repressão do Estado brasileiro foi mobilizado para combater essas organizações.

Por fim, também cabe destacar um aspecto que vem sendo desenvolvido cada vez mais pela historiografia acerca do tema. Como foi possível observar no texto apresentado e analisado aqui, toda a crítica esteve diretamente relacionada a influência que o pensamento que se originou na Revolução cubana teve nas organizações de esquerda armada. Essa influência, chamada no texto de castrista, mas que muitas vezes é apresentada como debreysta ou guevarista vem sendo cada vez mais relativizada como influência decisiva para o desencadeamento das guerrilhas no Brasil, seja em concepções teóricas e mesmo nas práticas que essas organizações tomaram.

É possível verificar na trajetória da ALN, por exemplo, a relutância em definir o compromisso da organização com modelos teóricos específicos. As aspirações ideológicas da ALN também negavam qualquer alinhamento político que não estivesse enraizado na prática revolucionária. Essa ideia pode ser resumida na análise do texto de 1969, escrito por Carlos Marighella e que apresentava como título *O papel da ação revolucionária na organização revolucionária.* Nesse documento, Marighella afirmava que: "Nossos métodos, nossas ações são subordinadas à ação revolucionária que visa a tomada de poder por meio da violência da guerra revolucionária. (...) Nós não temos como principal motivação fazer reuniões e sim desencadear a ação". (MARIGHELLA, 1969)

De certo modo, esse condicionamento da ideologia perante a ação foi resultado do evento que desmoralizou as esquerdas no Brasil. A derrota representada pelo golpe militar

de 1964 para o caso brasileiro fez com que parte das esquerdas deste país enxergasse o esgotamento da atuação partidária. E o fim da credulidade da transformação pelas vias democráticas foi substituído por modelos que apresentavam a violência armada como mecanismo para chegar à nova sociedade.

Foi nesse quadro que se forjou um imaginário social que orientou e mobilizou toda a trajetória das organizações. Nele se preconizava a inevitabilidade da revolução por meio da violência armada.

Bronislaw Baczko demonstra que os sujeitos históricos e os imaginários coletivos compõem um quadro unívoco em diversos aspectos da sociedade, como por exemplo, no que se refere ao poder político. (BACZKO, 1985, p. 298) Compreendendo que a formação de um imaginário social é a operação de aglutinar certas aspirações individuais e coletivas, que se apresentam a partir de certos símbolos e discursos, podemos entender que uma certa atuação política específica também contribui para compor um imaginário social. (Idem, p. 311)

A construção desse imaginário se fortaleceu na medida em que experiências de luta armada venceram, ainda que pontualmente, o maior inimigo das esquerdas latino-americanas: os Estados Unidos, em especial, no caso cubano. Quando a revolução cubana se sagrou vitoriosa em 1959 ofereceu mais do que um modelo tático ou uma nova ideologia política: o sentido simbólico de conseguir derrotar a maior potência do mundo e empreender a *libertação nacional*. Do mesmo modo, a resistência em condições mínima de subsistência da população do Vietnã diante da ofensiva bélica da maior potência do mundo também projetou a possibilidade de expulsar as investidas imperialistas.

Portanto, não é correto entender a ALN como um grupo de orientação castrista, debreysta ou mesmo guevarista. Foi um grupo que se formou em um contexto extremamente violento e pautado pelo imobilismo pecebista e o autoritarismo militar. Nesse sentido, cabe dimensionar a um outro nível a relação entre as organizações de esquerda no Brasil com a influência da Revolução, uma vez que nem mesmo a organização mais próxima de Cuba possui essas características. Sendo assim, mais uma vez é possível notar como o texto apresentado no número 81 do semanário *Em Tempo* mobiliza um conjunto de pensamentos arraigados em uma espécie de memória construída e compartilhada por setores da esquerda que integravam o projeto do jornal. E mais uma

vez é possível argumentar que a crítica realizada sobre a luta armada tem como objetivo justificar um novo modelo político que o grupo fazia parte.

Sendo assim, é latente como o viés da política expressada pelo jornal se coloca crítico ao foquismo como sendo responsável por uma espécie de projeto de abandono da política de massas. No número 85 do semanário *Em Tempo,* a série que reconstitui a trajetória das esquerdas no Brasil analisa o surgimento do Partido Operário Comunista e expressa em dois momentos distintos sua visão sobre como a influência foquista possui um pressuposto de abandono das massas:

> O ano de 1968, quando se forma o POC, seria decisivo para a definição do perfil da esquerda brasileira para todo este período. Se é certo que a emergência do movimento operário exemplificada pelas greves de Osasco e Contagem e pela manifestação do primeiro de maio em São Paulo, desmentia as teses foquistas sobre as dificuldades no encaminhamento das lutas de massas e, neste sentido, reforçava as teses que o POC defendia, não é menos certo que não foi esta organização que se revelou capaz de conduzir ou capitalizar as explosões operárias e populares. (GARCIA, 1979c, p. 13)

Apreende-se aqui que na visão do jornal as teses foquistas se desenvolviam na análise conjuntural das esquerdas do período sobre um refluxo de movimento de massas, o que teria se mostrado incorreto diante das mobilizações operárias que ocorreram no ano de 1968. Nesse sentido, nota-se que a visão crítica apresentada pela revisão do jornal sobre as esquerdas armadas foi centrada também no suposto abandono dessas organizações frente uma política de massas. O que chama a atenção é justamente o fato de que as organizações armadas não apenas mantiveram uma política voltada para as massas, como o próprio texto de revisão publicado no jornal referenda esse aspecto ao dizer que: “os grupos que já atuavam com uma perspectiva foquista que vão ter maior gravitação sobretudo sobre as lideranças operárias que se destacaram nos conflitos sociais daquele período”. (GARCIA, 1979c, p. 13)

O que decorre disso é dimensão que o movimento operário ganhou para o projeto político expressado pelo jornal *Em Tempo,* e parece que essa importância conferida às massas operárias se tornou condutora do movimento de reflexão e crítica aos movimentos armados. E o que se faz necessário problematizar é o esquematismo proposto por essa reflexão em duas dimensões. A primeira diz respeito ao que já foi explicado anteriormente, sobre uma espécie de abandono da política de massas contida na própria dimensão estratégica das organizações guerrilheiras. A segunda, mais crítica, diz respeito

a uma visão teleológica como se o erro e o fracasso das guerrilhas estivessem condicionados a essa dinâmica que não previu um movimento voltado às bases operárias.

E se dá em paralelo a essa crítica voltada para a ausência de uma política de massas, a forte crítica ao militarismo presente nesses textos de balanço. Sob o subtítulo "a tentação militar", lê-se que o POC:

> (...) apesar dos 700 a 800 militantes que teve em sete estado do País no período 68/69. somado a inconsistência de sua formulação tática e, especialmente, a incapacidade que evidenciava de construir uma base operária, contribuiu para que um malestar se produzisse no interior de suas fileiras. Ao lado de um setor mais conservador, que não consegue opor aos desafios da realidade outra coisa que teses estratégicas, se constitui uma corrente que vê no "enfrentamento das tarefas militares" a solução para os impasses que começavam a manifestar-se. (GARCIA, 1979c, p. 13)

A crítica realizada a adesão das armas é evidente em diversos pontos, tais como chamar aqueles que propuseram a via armada como integrantes de um setor mais conservador e também entender a luta armada como uma espécie de desvio do foco daquilo que realmente seria significativo como tarefa ao movimento revolucionário. Parece ser bastante seguro concluir que a crítica feita sobre a guerrilha nas páginas de *Em Tempo* não procurou analisar a trajetória dos grupos armados, mas sim desferir críticas ao modelo previamente estabelecidas pelos integrantes desse projeto político expressado por meio desse jornal, articuladas ao projeto político que *Em Tempo* defendia, cujo cerne estava as mobilizações operárias do final da década de 1970.

Para além das discussões que propuseram uma análise com relação aos métodos, as concepções e, em suma, ao papel da luta armada dentro das organizações de esquerda no Brasil, a série "Contribuições para a História da esquerda no Brasil" evidenciam como havia dentro desse campo político uma certa ânsia por aprofundar os debates e lidar com esses temas. Isso se verifica no número 86 em que é publicada junto com a série uma carta enviada por uma leitora que se identifica como ex-militante do PRT e nela são feitos alguns comentários acerca da trajetória da AP e do PRT e também sobre a entrevista de Altino Dantas Junior.

Na carta, que não foi publicada integralmente, são realizadas alguns comentários com vistas a problematizar algumas questões que foram colocadas na reportagem. O que é interessante desse movimento de debate travado entre os leitores do jornal e as publicações da série não está necessariamente nas discussões teóricas e divergências travadas, mas sim no estabelecimento de uma espécie de comunidade de leitores que pode

ser verificada a partir desse exemplo. É bastante sintomático notar que as publicações realizadas por *Em Tempo* estavam reverberando e provocando movimentos entre os militantes que participaram dessas organizações da esquerda armada, forjando assim um espaço de discussão que não foi apenas individual por parte do projeto do semanário, mas em alguma medida, coletivo entre os integrantes da esquerda do país.

E em paralelo a isso, a leitora afirma que: "Não é possível que a cabeça de um único elemento seja depositária de todo um período da História. A complexidade da prática política, os meandros, as posições de combate a outras posições, tudo isso foi muito maior para apenas um indivíduo guardar. (A AP..., 1979, p. 14)

Sua crítica ao projeto se dá, portanto, em toda a trajetória e a revisão das organizações de esquerda estaria sendo realizada de maneira unilateral. Ela avança na sua crítica sugerindo que: "toda vez que se pretender montar a história de uma Organização ou Grupo, na medida do possível, procure-se organizar um debate com um grupo de militantes dessa Organização. Desta forma, evitaremos visões parciais e estaríamos, portanto, mais próximos da verdade. (A AP..., 1979, p. 14)

Diante do exposto na carta, observa-se um movimento dessa comunidade de leitores de dialogar com a ideia da revisão acerca das experiências das esquerdas revolucionárias e aprofundar sua prática, considerando inclusive a organização de debates públicos para que posteriormente pudesse gerar como resultado a publicação da trajetória e dos balanços. O estabelecimento desse contraponto a partir da carta dessa ex-militante do PRT indica claramente como havia entre os integrantes da esquerda brasileira uma vontade ou até mesmo uma necessidade para que esse balanço fosse feito, como também revela que na visão dessa comunidade de leitores havia um limite na experiência proposta pela série publicada no semanário *Em Tempo.*

A resposta publicada pelo jornal após a apresentação dos trechos da carta também é reveladora de como a série reverberou entre a esquerda brasileira do período:

> A realização desta Contribuição à História da Esquerda tem se defrontado com algumas poucas incompreensões; no fundamental, no entanto, pensamos que ela tem provocado um salutar debate no interior daqueles setores que estão preocupados em pensar "nossa herança" sem triunfalismos nem ressentimentos. (A AP..., 1979, p. 14)

A indicação das incompreensões e dos debates que são citados atestam a movimentação realizada a partir da publicação dessa série. Por outro lado, é importante destacar como há uma espécie de expressão de um lugar de poder na publicação,

destacado no trecho em que cita pensar a herança da esquerda brasileira "sem triunfalismos nem ressentimentos". Ao que indica o trecho, a posição assumida pelo jornal é de uma pretensa neutralidade analítica ou até mesmo científica, como se o projeto tivesse um lugar de poder especial para realizar essa análise e esse balanço. Ainda que o jornal em si assuma seus pressupostos políticos, ao compor a análise e o balanço da História da esquerda, ele acaba por se colocar nessa posição, que, propositalmente ou não, pressupõem um *lugar de poder* ao realizar essa análise, que condiciona um entendimento de que esse é o balanço correto a ser feito e que ele não possui viés. Conforme foi sendo analisado ao longo da série, parece ser bastante evidente de que essa crítica proposta pelo jornal possui um claro viés que, portanto, faz o balanço a partir da perspectiva política do próprio grupo que compõem o semanário.

E no número 87 do jornal *Em Tempo* a posição política do jornal, já decisivamente compondo a construção do Partido dos Trabalhadores, revela que tem o objetivo de conclamar as organizações clandestinas de esquerda para comporem o projeto do novo partido que estava em franca efervescência de criação naquele período. Em um artigo assinado por Marco Aurélio Garcia e claramente endereçado aos que compuseram ou, ainda naquele período, compõem o quadro das esquerdas clandestinas, há uma clara defesa e convocação para que os militantes desses grupos façam parte do PT. Garcia afirma que:

> (...) é evidente que a fase atual de construção do Partido impõe a todos os que nela estão comprometidos uma reflexão aprofundada sobre as condições mesmas nas quais se desenvolverá este processo. Um dos problemas importantes é a relação que guardam entre si o Partido dos Trabalhadores nascente e as forças da esquerda hoje ainda confinadas à clandestinidade. (GARCIA, 1979d, p. 5)

O texto é praticamente todo direcionado para essas organizações, ainda que o autor procure se posicionar diante de alguns grupos que, à época, já se mostravam contrários a formação de um partido com as características propostas pelos que integraram o movimento pela criação do PT: "Deixemos de lado, é claro, os reformistas históricos e recentes para os quais o partido dos trabalhadores já existe estrategicamente, cabendo taticamente reforçar o MDB ou criar organizações do tipo policlassista". (GARCIA, 1979d, p. 5)

A discussão sobre a reorganização dos grupos nesse período histórico indica uma conjuntura bastante complexa e díspar, em que, por exemplo, o MR-8 acabou por definir

em seu horizonte de atuação a defesa da permanência na luta dentro do MDB, defendendo uma política de frente ampla e pluriclassista como viés tático no combate à Ditadura e pela redemocratização. (CODARIN, 2019) Já alguns grupos minoritários, defenderam o retorno ao PCB como sendo tradicionalmente o partido histórico dos operários brasileiros. Posteriormente, também se articulou o retorno de alguns militantes para o PC do B, que vivenciou uma crise forte posterior ao desmonte da Guerrilha do Araguaia.

No entanto, mais do que uma adesão formal das organizações clandestinas na construção do PT, parece que o texto procura mobilizar certas matrizes teóricas e históricas da esquerda brasileira para defender-se enquanto um partido voltado para o mesmo fim objetivado por aqueles que pegaram em armas:

> Nunca será exagerado relembrar o movimento real a partir do qual surge a ideia do PT. Ele corresponde basicamente, por um lado, à irrupção de grandes massas no cenário social, que passam a lutar por seus interesses imediatos e que tem sua expressão mais significativa, ainda que não única, nas greves operárias do ano passado e deste, e, de outro lado, na compreensão de que essas lutas só poderiam ser levadas de forma consequente quan do o proletariado e os setores populares resolvessem sua histórica crise de representação, cons truindo um instrumento de novo tipo, que os conduzisse no caminho da plena emancipação social e política. (GARCIA, 1979d, p. 5)

Sob um determinado aspecto, o autor defende o surgimento do embrião da formação do Partido dos Trabalhadores em um movimento massivo dentro das camadas operárias e da necessidade dessa classe se organizar em seu levante. Como já indicado aqui, é muito presente dentro do imaginário comunista brasileiro a figura do operariado como sujeito histórico do processo revolucionário, em que mesmo com as influências de novas matrizes teóricas, como a cubana por exemplo, nunca deixaram de serem lidos como sujeitos da revolução. Também é preciso destacar como se mobiliza o surgimento do PT como um instrumento de novo tipo, ou seja, procura-se legitimar esse partido para além da concepção partidária clássica e criticada durante os anos 1960 como imobilista. Por fim, a busca do partido visaria um determinado fim partilhado pelas organizações revolucionárias: a plena emancipação social e política, o que pode ser lido como a revolução.

Em outros momentos se destaca esse partido como um instrumento afastado do tradicionalismo político:

> Surgido ao mesmo tempo em que o regime ditatorial dava sinais de desgaste e buscava novos instrumentos para o exercício da dominação do capital no Brasil, o PT aparecia, em contrapartida, como um instrumento pelo qual os

> setores populares mais avançados deste amplo movimento social buscavam apropriar-se da política e romper com as tutelas partidárias que haviam sido responsáveis por uma alienação de décadas. (GARCIA, 1979d, p. 5)

Legitimada a ideia do partido, o texto procura apresentar o PT como: "um partido de massas" que teria "condições, assim, para que as ideias de esquerda deixem o confinamento dos pequenos grupos ou se diluem nos programas nacionalistas e liberais-burgueses de reformismo ou do populismo". (GARCIA, 1979d, p. 5)

Há uma clara inclinação no texto para angariar o apoio de militantes que partilhem desse ideal de esquerda, conclamando sobretudo uma articulação entre esses pequenos grupos para a formação de um movimento mais amplo com vistas à transformação da realidade brasileira e procurando defender esse posicionamento contrário a posições partidárias do período interpretadas como reformistas, no caso do PCB ou populistas, no caso do PDT.

Marco Aurélio Garcia conclui seu texto de maneira direta:

> As esquerdas, da mesma forma que os explorados, suportaram o peso destes anos de opressão e hoje, no momento em que se criam as condições para a verdadeira fusão, em um só movimento, das amplas massas com aqueles que — certos ou errados — estiveram na primeira linha do confronto com a ditadura. (Grifo original) (GARCIA, 1979d, p. 5)

Além de expressar uma espécie de solidariedade com as esquerdas, afirmando seu papel de resistência, também chama a atenção como o texto defende a integração das massas operárias com esses grupos que combateram a Ditadura nas organizações clandestinas. E é ainda mais sintomático o destaque para "certos ou errados". Ainda que maneira implícita, parece que se procura conclamar organizações que aderiram à luta armada e que no pressuposto do artigo, o fizeram de maneira incorreta.

E parece que se partilha um certo entendimento de que a adesão ao projeto da luta armada como vanguarda da classe trabalhadora foi um equívoco, uma vez que o texto se encerra dizendo que:

> Socialmente representando todos os explorados e oprimidos, e politicamente classista, o PT se anuncia com uma organização de massas capaz de resolver a crise de representação dos explorados e de subverter todas as ideias herdadas sobre o que deve ser uma vanguarda de classe. (GARCIA, 1979d, p. 5)

Para os grupos revolucionários que pegaram em armas entre as décadas de 1960 e 1970, a guerrilha cumpriria justamente o papel de vanguarda para desencadear o processo

de transformação social, conduzindo as massas e criando os fatores objetivos para a revolução. Ao defender que o PT subverteria a ideia de vanguarda e se colocaria como cumpridor desse papel, é possível concluir que existe uma espécie de chamamento para os integrantes da luta armada para aderirem a esse novo modelo de luta política estabelecida. Em decorrência dessa hipótese, é preciso destacar também que há uma espécie de generalização apresentada no texto, no sentido de não se dirigir diretamente para nenhuma organização, ainda que, dado a conjuntura do contexto político do período, estejam sendo excluídos sobretudo os integrantes do MR-8 que estavam articulados com o MDB dentro da proposta de frente ampla. Isso significa dizer que, não necessariamente o texto tinha o objetivo de angariar o apoio formal de organizações clandestinas, mas sim contar com a participação efetiva dos militantes que integraram essas organizações. E como consequência desse processo, as organizações em si não foram integradas na construção do PT, o que decorre uma espécie de abandono da metodologia da luta armada como ferramenta de transformação política. Não é possível afirmar, evidentemente, que a revisão crítica que condena e abandona a luta armada tenha sido feita exclusivamente para que os guerrilheiros aderissem ao projeto do Partido dos Trabalhadores. Mas sem sombra de dúvidas, esse novo projeto político incide sobre a relação estabelecida entre os militantes e o uso de armas.

3.8. O caráter simbólico da ação libertadora nacional nas páginas de *Em Tempo*.

O caráter crítico presente na série sobre a esquerda brasileira que tem sido analisada aqui nesse capítulo é bastante evidente, sobretudo as críticas realizadas por parte do jornal com relação as teorias foquistas apresentadas a partir da Revolução Cubana e do pensamento de Che Guevara e de Régis Debray. Em diversos momentos foi possível observar como o tom da crítica é exacerbado nos momentos em que se aborda o foquismo enquanto experiência política, sobretudo por conta do abandono da função partidária, da suposta ausência de uma política voltada para as massas e pelo militarismo característicos das organizações que militar dentro desse prisma ideológico. É preciso destacar essa característica observada até esse momento para que se possa ressaltar o desvio dessa prática do jornal quando eles apresentam a trajetória da Ação Libertadora Nacional no

número 89 do semanário, dentro da série "Contribuições para a História da Esquerda no Brasil". A mudança de perspectiva é o modo pelo qual o jornal caracteriza a organização é sem dúvida alguma um objeto de enorme interesse analítico.

A publicação dessa edição ocorreu em novembro de 1979, justamente quando completava-se dez anos do assassinato do principal líder da ALN, Carlos Marighella. O texto sobre essa organização faz justamente essa referência e apresenta como as circunstâncias da morte de Marighella, à época, estavam sendo revisitadas. E em seguida, o jornal, mesmo afirmando que a importância da ALN não está circunscrita apenas na proeminência de seu principal líder, apresenta a trajetória da organização com amplo destaque para ele:

> Começar a história da Aliança de Libertação Nacional, a ALN, por uma referência tão pessoal a Carlos Marighela, não significa reduzir a trajetória dessa organização à personalidade de seu mais destacado dirigente. Todos que o conheceram, antes e depois de seu rompimento em 1967 com o PCB são unânimes em ressaltar sua forte personalidade e em afirmar categoricamente o quão difícil é separar a história de Marighela da organização que ele viria formar depois desta ruptura. (GARCIA, 1979e, p. 12)

Começar por esse trecho é fundamental para tentar tecer algumas considerações e hipótese sobre as motivações do jornal ser tão elogioso a uma organização que expressou de maneira mais bem acabada o foquismo[61] que foi amplamente criticado por parte do jornal nessa série de revisões históricas. Possivelmente, aquele que é citado como sendo "a personalidade da esquerda brasileira de maior notoriedade desde 1964" seja o principal ponto explicativo para que a ALN não seja criticada nos mesmos moldes que o foquismo foi. Marighella tem sua trajetória apresentada e destaca-se o seu carisma como sendo apenas inferior ao de Luiz Carlos Prestes:

> A presença deste mulato de olhos verdes que faria suas primeiras experiências com a repressão após o fracasso da insurreição da ANL, que ele, como estudante de engenharia havia apoiado, é assinalada na história das lutas políticas do Brasil desde 1935. Sua participação na reorganização clandestina.do PCB em São Paulo, durante o Estado Novo, inspirou Jorge Amado que o transformou numa personagem de sua trilogia Os Subterrâneos da Liberdade. Mais tarde, seja como parlamentar no período de legalidade do

[61] Ainda que na sua ação prática e mesmo em aspectos teóricos a ALN não tenha incorporado todos os elementos presentes na teoria foquista sintetizada por Debray e Guevara, parece ser correto dizer que ela foi a organização que mais se aproximou desse viés político, sobretudo ao observar as relações estabelecidas por ela e Cuba, em aspectos teóricos e práticos. CF: ROLLEMBERG, Denise. O Apoio de Cuba à Luta Armada do Brasil. Rio de Janeiro, Mauad, 2001; , SALES, Jean Rodrigues. A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Perseu Abramo, 2007 e MALAGUTI, Carlos. 2017, opus cit.

> PCB, seja nos anos que se seguiram. Marighela sempre foi visto como um dirigente marcante, talvez aquele que, depois de Prestes, possuísse no interior do Partidão maior carisma. (GARCIA, 1979e, p. 12)

Mas não é apenas sua trajetória prévia ao golpe de 1964 que é elogiada por parte do jornal *Em Tempo.* Ao ressaltar a importância que a ALN teve na trajetória da esquerda brasileira do período, se destaca a maneira clara e direta pela qual as posições de Marighella e de sua organização foram anunciadas:

> O destaque que Carlos Marighela e a ALN tiveram na história recente da esquerda brasileira advém menos da profundidade de suas posições ou da extensão de sua prática do que da forma clara e direta pela qual suas teses foram anunciadas. Se a qualificação "foquista" pode ser com toda propriedade atribuída a uma organização no Brasil, sem dúvida ela o será à ALN. (GARCIA, 1979e, p. 12)

A clareza e a coerência de Marighella são destacadas no texto e sua importância como líder da organização é tão evidenciado que o jornal afirma que seu discurso se confunde com o discurso da própria organização:

> Expressando, sem subterfúgios as posições a respeito contidas nos escritos de Régis Debray. Marighela disse, alto e bom som, aquilo que, finalmente, quase toda a esquerda brasileira acabou fazendo naquele momento sem o dizer. Seu discurso, que se confunde aqui com o discurso da ALN, apresenta uma extraordinária coerência, a mesma coerência que marcou a própria trajetória de Marighela e que mesmo seus adversários mais ferrenhos no Partidão são até hoje pródigos em reconhecer. (GARCIA, 1979e, p. 12)

É possível observar como a figura de Marighella é respeitada e celebrada por parte daqueles que compuseram essa apresentação da História da esquerda brasileira, aponto de ser negada a posição do jornal de fazer a crítica a sua trajetória, o que como foi visto anteriormente, não ocorreu com outras organizações:

> Dez anos após sua morte, mudadas em grande medida as condições da luta política no Brasil, não nos cabe aqui realizar o balanço acerca do que representou para a esquerda brasileira a personalidade de Carlos Marighela. Não levar de imediato esta necessária tarefa não nos exime, no entanto, de curvar-nos diante de seu exemplo de lutador pela causa dos explorados. (GARCIA, 1979e, p. 12)

É evidente como o jornal distancia sua orientação política daquele defendida por Marighella e pela ALN, inclusive utilizando como argumentação a ideia de que havia mudado as condições de luta política no Brasil, ou seja, não haveria mais espaço naquele

período para a adesão às teses foquistas ou mesmo ao uso da luta armada como instrumento de transformação social. Mas a maneira pela qual se apresenta a trajetória de Carlos Marighella é reveladora do papel que ele tem no imaginário da esquerda brasileira, ainda que seja aquela crítica ao que representou o seu pensamento.

Não se pode deixar de argumentar também que esse posicionamento celebrativo de Marighella e da ALN pode indicar questões contemporâneas para o grupo que integrava o jornal *Em Tempo.* Cabe destacar, de início, que essa publicação está no mesmo número do texto que convoca os integrantes da esquerda clandestina a aderirem ao projeto político encapado por *Em Tempo* na construção do Partido dos Trabalhadores. Mais do que isso, um conjunto importante de militantes que integraram o projeto jornalístico de *Em Tempo* adveio do grupo que se formou em torno da revista Debate, cujos integrantes pertenceram à ALN. (KARAM, 1997). De uma forma ou de outra, é possível concluir que, mesmo representando o aposto daquilo que foi expressado pelo jornal desde a sua fundação, a ALN e Carlos Marighella não foram vítimas de críticas profundas como outros grupos sofreram.

A importância simbólica que Marighella possui no imaginário da esquerda brasileira pode ser observada no número seguinte de *Em Tempo,* quando José Sales, integrante do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro é questionado sobre a importância do líder da ALN no pensamento político brasileiro:

> O Mariga, durante décadas foi nosso dirigente, morreu por seus ideais, e merece todo nosso res peito enquanto homem. Mas nós discordamos das teses que ele defendeu e isto desde nosso último congresso. Nós pensamos e pensamos que a luta contra o arbítrio ditatorial deveria ser levada no terreno das grandes massas. Por mais heroicos que fossem, determinados grupos não resolverem esta questão, podendo até provocar prejuízos. A política que Marighela defendeu com ardor não nos parece contribuir para a unidade das forças antiditatoriais, pelo contrário, ela dificultou o processo de unidade, não facilitou o processo de ascenso do movimento operário. E isto dizemos para sermos leais com o próprio Marighela. Nós fomos solidários com todos os que se opuseram à ditadura, mas pensamos que o caminho seguido por Marighela e outros foi prejudicial na luta contra o arbítrio. (GARCIA, 1979f, p. 12)

Apesar do destacamento da importância simbólica que Marighella possui, fica evidente como a luta armada continua sendo entendida por parte dos integrantes do PCB no período de distensão política. A maneira pela qual a organização foi tratada, portanto, pode ser representativo da figura de seu principal líder dentro do imaginário da esquerda brasileira naquele período.

Na edição de número 91, publicada em novembro de 1979, o semanário *Em Tempo* dedica a analisar a trajetória da Ação Libertadora Nacional com exclusividade. No subtítulo da matéria, há um indicativo de um aspecto interessante: "A trajetória da Aliança Libertadora Nacional. Sua ruptura com o PCB. Suas propostas políticas e formas de organização. As ações e o ataque fatal da repressão. E, finalmente, a volta ao PCB". (GARCIA, 1979g, p. 10)

A indicação da matéria é a de que a trajetória da ALN, após sua derrota militar provocada pela intensa repressão que abateu o grupo, terminou com o regresso dos militantes ao PCB, em clara alusão a uma ideia de reconhecimento de que o rompimento e a adesão à luta armada foram encaradas como um equívoco por parte da organização fazendo com que eles regressassem ao partidão. De fato, é possível observar em muitos aspectos esse regresso de integrantes do grupo para o *partidão* após a experiência da luta armada, ainda que sua generalização não parece ser correta. (NAPOLITANO, 2014) Um importante indicativo dessa questão é observar que Carlos Eugênio Paz, que foi líder da ALN da morte de Joaquim Câmara Ferreira até o fim da organização não fez esse movimento de retorno, no que foi acompanhado de outros importantes militantes da organização. (PAZ, 1996)

Esse entendimento parte do ponto de vista do jornal que analisa a ALN em uma relação tão imbricada com o Partido Comunista Brasileiro, que se discutia se ela configurou uma organização própria ou foi uma espécie de braço amarado do PCB:

> A complexidade destas relações pode ser medida através de vários elementos, cabendo sempre perguntar até que ponto a ALN havia representado — e se considerava ela própria — uma verdadeira ruptura em relação ao Partidão. Pergunta que se fez mais atual na medida em que especialmente a partir de 1973 começa a se desenvolver no interior da Aliança um movimento de militantes em direção ao PCB, fluxo que se acelera um ano depois quando a organização passa "de facto" a inexistir enquanto tal. (GARCIA, 1979g, p. 10)

Alguns apontamentos se fazem necessários para dimensionar as afirmações existentes na matéria. É bastante pertinente a análise sobre a relação existente entre a ALN e o PCB, uma vez que sua fundação está diretamente relacionada a crítica que resultou na ruptura, não apenas de Carlos Marighella, mas de outros integrantes do Comitê Central do PCB, junto de demais militantes do partido, principalmente após a crise que o mesmo passou depois do golpe militar de 1964, influenciado sobretudo pelas ideias fundamentadas a partir da Revolução Cubana. Isso, no entanto, não é o mesmo que

dizer que a ALN não representou uma ruptura com relação ao partido, tanto do ponto de vista teórico como prático.

A figura de Marighella, sobretudo, é central para analisar a maneira pela qual essa ruptura foi sendo gestada desde o golpe de 1964, quando foi publicado o texto “porque resisti à prisão”, em que as primeiras críticas com relação ao posicionamento do PCB são expressadas por parte de Marighella. Paulatinamente, vai se estruturando no pensamento dele a necessidade de modificação na estratégia de luta e suas ideias são sempre publicizadas entre a comunidade da esquerda brasileira. (MAGALHÃES, 2012) O desligamento formalizado na ocasião em que Marighella participava do congresso da OLAS demarca essa ruptura formal e no ponto de vista do pensamento teórico comunista suas ideias são expressamente opostas daquelas defendidas pelo partido, sobretudo no que diz respeito ao caráter da revolução brasileira, à participação da burguesia no processo revolucionário e na utilização da luta armada. (ROLLEMBERG, 2001 e SALES, 2007)

É verdade que em muitos aspectos a ALN conservou certos prismas ideológicos da presentes na composição da cultura política comunista hegemonizada pelo PCB ao longo da primeira metade do século XX no território brasileiro. (MALAGUTI, 2018) Mas daí a afirmar que a própria organização não se entendia como uma ruptura com relação ao PCB parece ser muito mais uma análise impactada pela conjuntura política do período no qual estava sendo feita essa revisão no final de 1979. E cabe aqui procurar levantar algumas hipóteses a partir da leitura das fontes para interpretar essas motivações.

A análise proposta pelo jornal expressa alguns aspectos interessantes sobre Carlos Marighella, sobretudo seu personalismo como sendo fundamental para a ruptura marcada pela criação da ALN:

> Ainda que possa parecer "psicologismo" não se deve ocultar que muitas das posturas adotadas por Marighela na direção, até mesmo depois de golpe, apareciam mais como o resultado de uma personalidade "forte” do que expressão de um comportamento divergente fundado em um projeto político claramente alternativo. Com o golpe, no entanto, as atitudes pessoais de Marighela vão assumir, independentemente de suas intenções, uma constatação política mais expressa. (GARCIA, 1979g, p. 10)

Além de defender a visão de que a ALN não foi um projeto político alternativo ao PCB, o texto também indica certas percepções pessoais acerca da figura de Marighella que teriam condicionado essa ruptura. E aqui, é pertinente observar, que um dos indícios

apresentados pela análise de *Em Tempo* foi o posicionamento de Marighella na crise vivenciada em 1962 quando houve a ruptura entre PC do B e PCB:

> Os dissidentes do PC do B. que em fevereiro de 1962 formalizaram sua ruptura com o PCB (ou o "reconstruíram", para ficarmos fiéis à sua retórica) apesar de reconhecerem que Marighela não foi dos mais furibundos na polêmica que sacudiu o Partidão e de sublinharem que ele continuou a manter relações cordiais com os rupturistas mesmo depois da cisão insistem, no entanto, que, politicamente, ele assumiu total e convictamente a defesa das posições sustentadas por Prestes no conflito. (GARCIA, 1979g, p. 11)

Ao que indica o trecho, na visão do jornal, a ruptura formalizada pelo PC do B em 1962 foi interpretada como um problema muito forte dentro do comunismo brasileiro e é alvo de crítica e comentários ácidos, como o que é sublinhado aqui. E como consequência disso, a permanência de Marighella no partido naquela ocasião e sua defesa ao grupo que permaneceu aliado à Prestes é celebrada e vista como um indício, ao menos por parte do semanário, de uma expressão de maior continuidade e não de ruptura da ALN com relação ao PCB. Tendo em vista que o projeto político e editorial do jornal *Em Tempo* se formou a partir da ruptura com o jornal *Movimento,* e que este era liderado por integrantes do PC do B, é possível levantar a hipótese de que essa celebração da ALN, de Marighella e da volta dos militantes do grupo armado ao *partidão* estaria mais diretamente relacionada às disputas políticas daquele período de reorganização das esquerdas brasileiras no final da década de 1970.

O viés crítico é iniciado na análise justamente no momento em que é narrado o período de maior tensão entre o PCB e o grupo articulado em torno de Marighella, datado sobretudo durante o ano de 1967, quando ele parte para o Congresso da OLAS. Aqui é possível notar como se estrutura a argumentação da revisão proposta pelo jornal de não entender a ALN como uma ruptura do PCB quando o texto reproduz trechos de uma entrevista concedida por Marighella para o jornal *Juventud Rebelde:*

> Não teria sentido fazer tal campanha divisionista, por quanto isso seria perder tempo. Aqueles que têm a convicção de que somente a luta armada é capaz de resolver os problemas brasileiros e de que a questão fundamental é de preparar-se para desencadear esta luta, jamais perderão tempo fundando um novo partido comunista. Também não estou expulso do Partido, como dizem os jornais brasileiros, nem tenho desejo de ser expulso por indisciplina. (GARCIA, 1979g, p. 10)

Para *Em Tempo*, as palavras ditas por Marighella na ocasião da sua participação no congresso da OLAS indicam que na sua visão não se deveria formar um novo partido e

justamente por isso o jornal entende que a ALN não foi uma ruptura com relação ao PCB. O texto narra, inclusive, o desligamento de Marighella como uma formalização de sua expulsão: “Em dezembro do mesmo ano ele (o congresso) se reúne. Todos os delegados contestadores já estão fora da reunião, o que permite ao PCB aprovar tranquilamente as teses propostas à discussão. Marighela, com outros dissidentes, é formalmente expulso do Partido”. E o texto insiste que: “Ele e seus partidários persistem, no entanto, na disposição de não criar um "outro partido comunista”. (GARCIA, 1979g, p. 10)

Para justificar esse pensamento, o jornal utiliza aquilo que é visto pela historiografia como sendo o manifesto de lançamento da ALN, o editorial do primeiro jornal da organização que era intitulado *O Guerrilheiro:*

> Em fevereiro de 1968, é lançado o jornal O Guerrilheiro, cujo editorial está assinado pelo Grupamento Comunista de São Paulo e no qual são expressas as novas concepções organizativas, como a que diz: “Nossa estratégia é partir para a ação, para a luta armada. O conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz a vanguarda”. Este princípio geral leva o Grupamento a negar todas as formas organizativas herdadas do PCB. Como diz o editorial, “O Comitê Estadual não tem mais razão de ser nem os seus órgãos subordinados”. E prossegue: “Comitês intermediários, como os municipais e distritais, o Comitê Universitário e vários outros de setores profissionais já não têm porque existir, uma vez que faziam parte de uma estrutura superada (...) essencialmente em contradição com os objetivos revolucionários. (GARCIA, 1979g, p. 10)

Essa justificativa, porém, incorreu em uma análise sem a perspectiva histórica do período em que ocorre o lançamento de *O Guerrilheiro* e da ALN em si. As formulações críticas por parte do grupo clandestino indicam o esgotamento do modelo defendido pelo PCB que foi visto no período como sendo imobilista, justamente por não promover nenhuma reação a implementação da Ditadura Militar em 1964. Para além dos aspectos teóricos sobre o caráter da revolução brasileira, o papel do campesinato e adoção da luta armada, o que mobilizou a crítica de Marighella e de seu grupo e articulou o projeto de fundação da ALN foi a crítica ao modelo partidário como um todo, visto como imobilista, burocratizado e incapaz de promover a luta contra a Ditadura e pela implementação do comunismo. (MALAGUTI, 2018.). Nesse ponto é preciso ressaltar que seria inclusive incoerente por parte da ALN a proposição de um novo partido político e isso não é justificativa para afirmar que a ALN não se configurou como uma ruptura com relação ao PCB. E talvez uma das hipóteses que possam ser utilizadas para explicar essa visão seja a incidência da conjuntura política do período, em que a defesa da luta institucional feita dentro do partido tenha voltado com muita força, marcada sobretudo pela luta do

movimento que procurava criar o Partido dos Trabalhadores e pelo entendimento por parte do grupo que compunha o jornal *Em Tempo* de que aquele caminho seria fundamental para a luta contra a Ditadura e a construção do socialismo.

Dito isso, a matéria segue apresentando o manifesto de lançamento da organização e avança em suas críticas:

> O documento enumera os três princípios pelos quais se guia a organização: "o primeiro é que o dever de todo o revolucionário é fazer a revolução; o segundo é que não pedimos licença para praticar atos revolucionários; o terceiro é que só temos compromissos com a revolução." As posições do.Grupamento defendidas em fevereiro de 1968, para muitos a data em que surge a ALN. fundada em vagos princípios, como os anteriormente enunciados, introduzem um clima de instabilidade orgânica, que, de certa maneira, marcará toda a história da organização. (GARCIA, 1979g, p. 10)

Além de chamar os aspectos norteadores da ALN de vagos princípios, o jornal condiciona a eles a instabilidade que eles dizem caracterizar a organização. E também se ressalta como a estrutura de organização impediu a implementação de uma estrutura voltada a um objetivo central:

> A "autonomia tática" destes grupos é erigido em um princípio básico. A sua multiciplidade e a diversidade de suas iniciativas deveria encontrar um denominador comum, um projeto estratégico central. Mas a coordenação e mesmo explicitação deste projeto se faz difícil na medida em que a organização não se dota formalmente de uma direção. Formalmente, porque na realidade o peso de Marighela e, em menor medida de Câmara Ferreira (o Toledo) são de tal ordem que é através deles que se dá a verdadeira centralização que a organização buscava obter pela implementação das tarefas estratégicas. (GARCIA, 1979g, p. 10)

E mais uma vez a crítica com relação ao foquismo se expressa:

> Há. pois, a incidência desta matriz catastrofista que, mais do que qualquer detalhe formal, está na base mesma de uma concepção dominante na América Latina nos anos sessenta e que representava a resposta empírica e dramática a décadas de pacifismo e cretinismo parlamentar por parte das esquerdas tradicionais, práticas que as classes dominantes não hesitavam em abandonar. (GARCIA, 1979g, p. 10)

No que diz respeito a análise de sua trajetória em si, o texto de revisão indica a ausência de uma centralidade do pensamento que teria sido responsável pela incapacidade de implementação daquilo que foi preconizado pelo pensamento teórico de Marighella: a implementação da guerrilha rural. Segundo o texto, os impactos que as mortes de Carlos Marighella e de Joaquim Câmara Ferreira tiveram foram decisivas para o desmonte da

organização e uma espécie de crise vivenciada entre 1970 - data da morte de Ferreira - e 1974 - data em que o texto indica como sendo o de desaparecimento da ALN[62]:

> A ALN enfrenta, em menos de um ano, uma segunda grave crise. Seus projetos estratégicos ficarão definitiva mente comprometidos e a direção que asssume e que, com algumas modificações permanece até 1974, quando a organização praticamente deixa de,, existir, terá como tarefa central administrar uma grave crise interna, da qual não estão excluídas cisões como a da Tendência Leninista e a do "grupo primavera", em realidade chamado Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) — deserções ou mesmo a execução de um de seus dirigentes pelos próprios companheiros. (GARCIA, 1979g, p. 10)

Alguns aspectos podem ser discutidos para finalizar a análise da revisão proposta pelo jornal *Em Tempo* sobre a ALN. Há uma latente crítica a estrutura menos rígida proposta pelos princípios do grupo, somado a uma análise que condiciona a atuação dos militantes a centralidade que Marighella e Toledo possuíam:

> Se esta euforia pôde dar a ALN a força indiscutível e a gravitação mesmo internacional que ela teve em seus primeiros anos — amparada em grande medida pela forte personalidade de Carlos Marighela — ela não foi capaz de coesioná-la e aprofundar sua elaboração política, garantindo uma prática coerente, quando os golpes da repressão se fizeram duros atingindo os melhores de seus militantes e em especial aquele que desempenhava dentro da organização as funções de um farol". (GARCIA, 1979g, p. 10)

Também se nota uma certa melancolia presente no texto sobre o período final de ação da organização:

> A despeito da reconversão que se esboça para um trabalho de massas nos anos 73-74 e que estimula um processo de discussão interna, a multiplicação de jornais e a tentativa de uma conformação orgânica mais estável', a organização não resiste. A repressão continuada, o desgaste psicológico de dirigentes e militantes desesperançados, as deserções, as ilusões perdidas, enfim, selam a sorte da organização. (GARCIA, 1979g, p. 10)

Parece que na visão expressada pelo texto, a ALN teve um processo de encerramento de suas ações marcado por uma total melancolia, incluindo aí algumas ações controversas, tais como os justiçamentos promovidos internamente e que são citados em um texto a parte. No entanto, chama a atenção para o fato de que o jornal fala

[62] Não se encontra nenhuma referência em documentação que atestam um data para o fim da organização. Não existe um documento de encerramento de suas atividades. Ao que indicam as fontes, nos últimos quatro anos, os militantes que ainda integravam a organização mantinham a um custo elevadíssimo o grupo a partir de ações de guerrilha urbana, inclusive articuladas com outras organizações guerrilheiras. Carlos Eugênio Paz, líder do grupo em sua última fase, afirmou que foi em 1973, quando esteve em Cuba, que percebeu que "a guerra havia sido perdida". CF: MALAGUTI, 2017. Opus Cit. PAZ, 2000, Opus Cit.

sobre como a ALN encerrou suas ações: “A ALN desaparece como havia surgido: sem formalidades. Seus militantes voltam para o PC de onde provinham. Um PC que tentava renascer não só de seus escombros políticos, mas das cinzas de uma geração de militantes e de organizações. (GARCIA, 1979g, p. 10)

Ao afirmarem que os militantes da ALN voltaram para integrar o PCB o jornal talvez procure finalizar sua análise da trajetória do grupo construindo o argumento de que não houve a ruptura formal indicada anteriormente no texto. Essa afirmação, contudo, precisa ser problematizada. Não existe consenso entre a historiografia de um retorno formal dos militantes que aderiram ao projeto da ALN de volta ao PCB. Por outro lado, caso isso tenha de fato ocorrido, isso ocorreu sem que houvesse um debate ou uma avaliação, o que resulta na ausência de uma decisão coletiva realizada por parte da organização. Alguns militantes efetivamente voltaram ao *partidão,* outros militaram em outras organizações ainda existentes, muitos permaneceram independentes, outros tantos se afastaram de qualquer luta política, sobretudo no exílio. (PAZ, 2000) Em todo o caso, cabe destacar como uma possível agenda de pesquisa futura a averiguação nos canais internos do PCB para avaliar a presença de membros da ALN no partido, bem como analisar possíveis revisões e avaliações que teriam acontecido nesses espaços.

Por fim, ao analisar a parte do texto que se debruça sobre aspectos relacionados a desestruturação da organização, nota-se como não se furtou a abordar aquilo que a historiografia sempre intitulou como o mais espinhoso tema da luta armada, que foi a execução de Márcio Toledo, integrante da ALN, por parte da própria organização:

> Márcio, antes mesmo da morte de Câmara (Ferreira, já havia defendido algumas posições próximas das do PC, propondo entre outras coisas uma reavaliação do papel da burguesia nacional no processo revolucionário. Ele aprofunda esta posição após a morte de Câmara Ferreira, defendendo uma volta às posições do PCB. A organização e o próprio Márcio propõem sua saída. A direção julga problemática esta fórmula, tendo em vista que Márcio controlava um grande número de informações “estratégicas” e decide simplesmente eliminá-lo. Segundo algumas versões, ele é atraído para um ponto no qual supostamente lhe seriam dados documentos para sair do país e é abatido por um comando da ALN. (GARCIA, 1979g, p. 10)

Na visão do texto de *Em Tempo,* há uma relação direta entre a morte das principais lideranças da ALN e sua suposta deterioração política que resultará nessa prática que a organização chamou de justiçamento e que é claramente criticada por parte da revisão proposta pelo jornal. O semanário atribui a essa ação o desencadeamento de críticas por parte da classe dominante e da Ditadura que utilizaram essa ação para promover o

aniquilamento da esquerda brasileira. E também se anuncia esse fato como sendo determinante para duas das principais cisões que ocorreram dentro da ALN:

> Dentro deste clima não é surpreendente o surgimento de cisões na ALN. Um grupo que se encontrava em treinamento em Cuba - e que (usava o nome código de "Primavera" se opõe às teses oficiais e termina por se constituir no (Movimento De Libertação Popular (MOLIPO). grande parte destes militantes, um total de 28, é (morta pouco depois de entrar no Brasil. Mais tarde, forma-se ainda no exterior, a (Tendência Leninista da ALN. (GARCIA, 1979g, p. 10)

Cabe destacar que essas cisões foram justificadas, ao menos por parte dos próprios documentos em que os militantes as anunciam, por questões de orientação teórica, política ou mesmo por discordâncias com relação a política de massas e o uso da estratégia de luta armada.

A MOLIPO se formou ainda na segunda metade do ano de 1970, na articulação de estudantes universitários de São Paulo, que realizavam treinamento militar em Cuba durante o ano de 1970 e formaram ali o chamado "grupo dos 28". Eles criticam dois pontos: a inexistência de relação com as massas e o afastamento do objetivo principal da guerrilha, que era lançar a campanha rural. (RIDENTI, 2010, pp. 40 e 41)

O primeiro objetivo do Grupo dos 28 foi a volta ao Brasil para tentar reorganizar as redes de informação e mobilização no campo perdidas com a morte de Marighella. (CABRAL, 2013, p. 91) Seguindo esse plano, o grupo regressou ao Brasil ainda no final de 1970, e se juntaram com outros quatro militantes que haviam se afastado da ALN por criticar a ênfase militarista que o grupo havia constituído naqueles últimos meses, em que o Grupo Tático Armado acabou tomando conta da direção política da organização, baseando toda a ideologia política na força militar do grupo. Formou-se assim o Movimento de Libertação Popular, MOLIPO[63]. Para a nova organização a luta seria realizada em forma de colunas guerrilheiras no meio rural, encorpadas com a futura adesão das camadas urbanas. A formação da MOLIPO, com o objetivo de conseguir criar a luta no campo, demonstra como a ideia do meio rural como ambiente favorável para criar a guerra revolucionária compôs o imaginário dos militantes radicalizados da

[63]Há poucas referências bibliográficas sobre a experiência da MOLIPO, sobretudo porque ela praticamente se constituiu apenas como um projeto. Segundo Ridenti, a forte repressão policial e o sistema de informações do exército que já havia mapeado as conexões com Cuba levaram a organização a ser totalmente destroçada já em 1973, sem que tivessem obtido qualquer tipo de prática guerrilheira. A grande maioria dos integrantes dessa organização foram assassinados e poucos militantes conseguiram ir para o exílio. RIDENTI, Marcelo. 2010. Opus cit. p. 223

esquerda brasileira e foi um elemento de mobilização para vários desses sujeitos, criando dissidências e servindo como horizonte de expectativa na luta revolucionária.

Pela ausência de documentos acerca da MOLIPO e até mesmo pelo massacre pelo o qual seus militantes passaram[64] é bastante difícil aferir como esse imaginário se expressou entre eles e quais elementos fundamentaram essa inflexão ideológica. Algumas hipóteses podem ser testadas, contudo sem a possibilidade de serem respondidas aqui.

A principal delas relaciona-se diretamente ao impacto direto do pensamento revolucionário propagado em Cuba durante a realização do treinamento do III exército da ALN que esteve em Cuba para receber treinamento militar. Uma vez em Cuba fazendo tal treinamento é possível levantar a hipótese de que o viés revolucionário cubano pautado no guevarismo, no foco guerrilheiro e na guerra nos meios rurais tenha incidido de maneira direta no grupo. (ROLLEMBERG, 2010, pp. 34 – 35)

Denise Rollemberg demonstrou como a tentativa cubana de influenciar a revolução brasileira foi um dos motes para a cisão do "Grupo dos 28" e a formação do MOLIPO. A autora também afirmou que ao romper com a ALN, os militantes do III Exército da ALN receberam total apoio do governo cubano. Portanto, há um alinhamento claro entre o projeto de Cuba para a revolução brasileira e a formação da primeira dissidência da ALN. O que serve de base para a hipótese levantada de que o debate em torno da necessidade de implementar a guerrilha rural – foco da dissidência – teria relação direta com a influência do modelo revolucionário de Cuba, que incidiu de maneira material no MOLIPO, uma vez que ele foi formado na ilha. (Idem, p. 47)

Em nota relacionada, as avaliações e mesmo a constituição de uma melhor compreensão acerca da MOLIPO ficaram intensamente prejudicadas por duas questões centrais. A primeira, e mais fundamental, é o genocídio realizado pelas forças de

[64]Dos 32 militantes que teriam formado a MOLIPO no final de 1970, a grande maioria foi assassinado pela própria repressão em um dos casos mais emblemáticos de como o DOI-Codi teve eficácia no desmonte da luta armada. Dos membros sobreviventes e localizáveis, está José Dirceu, líder estudantil na década de 1960, um dos organizadores do Grupo dos 28 e quadro político fundamental do Partido dos Trabalhadores e do primeiro Governo Lula (2003 – 2007). Envolvido no escândalo do Mensalão, Dirceu atualmente cumpre pena. Em 2013, o "Fórum de ex-presos políticos" que organiza ainda hoje a atividade "Sábados Resistentes" no memorial da Resistência em São Paulo tentou organizar um seminário com Dirceu e outros sobreviventes do MOLIPO, mas diante do forte apelo da mídia no caso do Mensalão, a atividade foi cancelada. CF: CABRAL, Otávio. Dirceu: a biografia. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 92. Esquerda revolucionárias armadas nos anos 1960 e 1970. RIDENTI, Marcelo. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs). As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia pós 64. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007. pp. 39 e 40.

repressão perante os membros da organização, que teriam sido alvos de uma suposta traição que talvez tenha sido responsável pelos ataques que levaram à morte de quase todos os seus militantes. O mais famoso dos integrantes da MOLIPO que sobreviveu ao extermínio provocado pelas forças de repressão foi José Dirceu, que se destacou como figura política dentro do Partido dos Trabalhadores desde sua fundação até o seu afastamento, ocasionado pela crise política do governo *Lula 1,* em 2005, conhecido como *escândalo do mensalão.* Mas ainda durante os anos 1990, historiadores como Marcelo Ridenti e Denise Rollemberg, interessados em estudar o caso da MOLIPO, questionavam integrantes da ALN sobre a ruptura que teria ocorrido em Cuba. Takao Amano e Carlos Fayal, em entrevistas concedidas à Marcelo Ridenti diziam que a melhor pessoa para falar sobre a Molipo seria José Dirceu. Ridenti responde nessas entrevistas que já havia tentado, mas que o Dirceu não falava. (AMANO, 1986) (FAYAL, 1986)

Carlos Eugênio Paz, em entrevista concedida à Denise Rollemberg em 2000 é mais incisivo com relação a esse silêncio de José Dirceu e toca em um ponto bastante sensível com relação à MOLIPO. Ao ser questionado sobre a ruptura, Paz relata um momento em que foi ao encontro de Dirceu em 1973, quando ambos estavam em Cuba. Lá, Dirceu teria proposto uma reunião para que fosse possível reunir novamente a ALN. A essa proposta, Carlos Eugênio Paz respondeu:

> Zé, vamos colocar os 18 mortos em cima da mesa que aí a gente tem qualquer diálogo a partir daí, antes de colocar os 18 mortos em cima da messa e a sua responsabilidade na participação disso nessa volta, nesse massacre provocado de uma forma completamente antiética onde vocês quebraram completamente a disciplina da organização vocês se juntaram com os cubanos, vocês aceitaram a ingerência de um partido no poder, de um Estado, (...) você promove uma volta de 28 pessoas das quais morreram 18, que é bom botar na mesa e discutir porque tudo que eu cometi eu boto na mesa e discuto, quer? "Não quero". Então não tem nada pra gente discutir, e não haverá nenhum tipo de discussão política entre nós enquanto esses 18 mortos não forem colocados na mesa e sua responsabilidade inclusive o nível de promiscuidade que você teve com o serviço secreto cubano. (PAZ, 2000).

O depoimento de Carlos Eugênio Paz é revelador daquilo que a historiografia atesta sobre a MOLIPO, como sua trajetória foi marcada por uma violência que configurou um trauma impeditivo de tratar do tema. Não cabe fazer nenhum tipo de julgamento às acusações feitas por Paz sobre a responsabilidade de José Dirceu, como também não é pertinente avaliar os motivos que o levaram a se silenciar diante de sua trajetória como guerrilheiro, já anteriormente citada nesta tese. O que é fundamental sobre

esse aspecto é notar que o surgimento da MOLIPO não se relaciona diretamente aos justiçamentos promovidos pela ALN, e que sua trajetória foi marcada pela forte repressão e pelo silenciamento acerca do tema, fazendo com que não se tenha quaisquer aspectos de revisão interna realizado pela organização.

Já com relação a Tendência Leninista, não foi o lugar privilegiado para o palco da revolução o tema que gerou discórdia. Esse grupo, como discutido anteriormente, questionou o aprofundamento das ações militares que teria levado o grupo a uma crescente militarização que teria sido responsável por criar um distanciamento entre as massas e os militantes adeptos da luta armada.

Por mais complexo e espinhoso que seja realizar a análise sobre a prática dos justiçamentos promovidos pelas esquerdas armadas durante a Ditadura, ao que indicam as fontes e a literatura sobre o tema, as duas rupturas citadas no texto de *Em Tempo* não estão relacionadas diretamente a esse evento.

A figura de Carlos Marighella segue sendo bastante presente e de maneira celebrativa nas páginas de *Em Tempo,* sendo possível observar o isso no número 94 do semanário em que, na ocasião do translado dos restos mortais do dirigente da ALN, foi realizada uma entrevista com Carlos Augusto Marighella, seu filho. O subtítulo da reportagem cita que o movimento liderado pelos familiares de Marighella - sobretudo sua companheira, Clara Sharf - e a Comissão Executiva Nacional dos Movimentos de Anistia e foi acompanhado por outros importantes lideranças de organizações clandestinas da esquerda brasileira, armadas ou não. Sobre esse evento, o jornal destaca que:

> (...) todos discursaram, ressaltando a bravura de Marighela e a preocupação com a regeneração de seu nome "deturpado pela ditadura". Apolônio de Carvalho lembrou o "espírito limpo, cristalino, de Marighela, que foi levado à luta armada pela violência, arbítrio e monstruosidade do regime militar implantado a partir de 64". (Em Tempo, n 94, 1979) O E sublinha que: "(...) o único tom discordante foi dado pelo discurso de Prestes, no qual este critica a opção de Marighela pela luta armada. (PRATA; HENRIQUE, 1979, p. 5)

Diante do exposto até aqui, parece ser possível observar um destaque realizado por parte da série "Contribuições à História da Esquerda no Brasil" dado à Carlos Marighela e a Ação Libertadora Nacional. Esse destaque não furtou da série de seguir orientando as críticas à luta armada baseadas na influência que o foquismo teve entre os grupos guerrilheiros, mas as críticas pontuais a essa relação estabelecida entre a ALN e a teoria debrayista são menores quando comparadas às avaliações feitas à outras organizações,

como será debatido posteriormente. Ainda assim, a questão central da maneira pela qual a série avalia a ALN pode estar diretamente relacionada com as disputas políticas que ocorriam no momento de distensão autoritária, conforme será apresentado agora.

3.9. A revisão da luta armada e as disputas na reorganização da Esquerda brasileira.

Ao observar a maneira pela qual as demais organizações guerrilheiras foram tratadas nas páginas de *Em Tempo* e relacionando esse processo com a rearticulação política do período, parece ser bastante plausível levantar a hipótese de que as avaliações propostas na série "Contribuições para a História da esquerda no Brasil" estiveram diretamente relacionadas com tais disputas.

No número 93 do jornal *Em Tempo,* a série "Contribuições para a História da esquerda no Brasil" se debruça sobre o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCBR, cuja importância é bastante evidente na trajetória das esquerdas armadas no Brasil. É importante ressaltar que integrantes importantes dessa organização, tais como Jacob Gorender, que veio a ser uma de suas principais lideranças, já apareceu nas páginas de *Em Tempo,* tecendo questões inclusive sobre a trajetória crítica da luta armada no Brasil. O viés de apresentação do título evidencia outra vez o viés crítico da publicação sobre um dos aspectos fundamentais da luta armada: "PCBR: da formação a tentação militarista". (GARCIA, 1979h, p. 10)

O aspecto crítico endereçado ao chamado militarismo presente em diversos textos é revelado em dois trechos que expressam duas questões distintas. Em primeiro lugar, revela-se que o distanciamento que o PCBR trilhou da teoria da guerra popular revolucionária e o alinhamento a uma ideia mais ligada ao foquismo é entendido como um problema por parte da análise da proposta por *Em Tempo:*

> Sem abandonar a tese da guerrilha rural — ins trumento estratégico essencial para a construção de um exército que deveria conduzir a guerra popular prolongada, segundo as definições anteriores, surge a ideia das "guerrilhas locais", isto é, um processo de formação de grupos táticos locais, em zonas camponeses, operando no campo em forma análoga aos grupos de guerrilha urbana. (GARCIA, 1979h, p. 10)

A modificação analisada no trecho, sobre o surgimento de guerrilhas locais nos mesmos moldes de grupos de guerrilha urbana indica que, na visão do semanário, incidiu

sobre a organização uma tendência mais próxima às teses cubanas do foquismo, viés que é profundamente criticado por parte do jornal. Por outra parte, também é interessante notar como se computa ao endurecimento do regime expressado por meio do AI-5 um encaminhamento das organizações para uma linha mais militarista:

> Mas o descenso que se observa nos últimos meses de 68 e que desemboca no endurecimento de 13 de dezembro — a promulgação do Ato Institucional n° 5 — tem suas consequências sobre a vida da organização e nisto o PCBR não é um caso original. Impõe-se, em um primeiro momento, uma maior militarização das iniciativas políticas, mesmo daquelas "de massas" e em segundo lugar, uma cor respondente "proletarização" do partido. (GARCIA, 1979h, p. 10)

E segundo a análise, o PCBR enfrentou uma disputa interna entre integrantes que aderiram a defesa de um movimento de política de massas contra aqueles que acusavam a organização de um certo pacifismo e de adiar o início das ações militares:

> A forma distinta pela qual é percebida a conjuntura no interior da organização provoca conflitos, num momento em que toda ênfase é dada na questão da "passagem para a luta armada". Os grupos do nordeste insistem na necessidade de acelerar o ritmo desta passagem e acusam os militantes do Rio de desvios "massistas". Em agosto de 1969, a direção tenta equacionar a discussão em um texto, "Raízes ideológicas de nossos desvios: militarismo e massismo". O documento, no entanto, não é capaz de deter a maré militarista que invade o PCBR, como, de resto, quase toda esquerda brasileira naquele período. (GARCIA, 1979h, p. 10)

É a partir daí que o PCBR, pressionado pela linha militarista, teria agido de modo a preparar sua primeira ação de expropriação de banco de um modo que serviria sobretudo para dar uma satisfação àqueles grupos que o pressionaram para as ações militaristas. E é interessante notar que a matéria aborda esse fato e o relaciona com uma crítica que permeou de maneira indireta toda a série aqui analisada:

> O episódio é sumamente revelador de uma dinâmica que atravessava o conjunto das organizações da esquerda naquele período paralisando qualquer discussão que pudesse sugerir linhas distintas de uma ofensiva que se fundava na convicção de que o regime estava à beira de uma catástrofe. (GARCIA, 1979h, p. 10)

Por diversas vezes é apresentada essa visão, vista como incorreta por parte de *Em Tempo,* de que as organizações guerrilheiras erraram na análise conjuntural do período. Segundo o semanário, os grupos que pegaram em armas fizeram a leitura de que o regime

vivia um retrocesso e de que sua desestruturação seria iminente, o que justificaria pegar em armas.

Ao encaminhar para o fim da trajetória do PCBR, *Em Tempo* aborda de maneira crítica as decisões realizadas por parte dos militantes do grupo que encaminharam cada vez mais a organização para uma linha militarista:

> Pressionado pelo militarismo — que provocava uma erosão de seus quadros, em direção da ALN sobretudo, o PCBR se via compelido a reforçar suas estruturas clandestinas e, por esta via, caía no círculo infernal de ter que manter uma atividade militar constante para sustentar um aparato que se ampliava com estas ações e assim por diante. Mas o que é mais grave ainda, toda esta situação tinha sido criticada prévia e lucidamente por seus dirigentes, representando, assim, uma desnaturação empírica de suas formulações políticas. (GARCIA, 1979h, p. 10)

Fica evidenciado como no caso específico do PCBR, se lamenta que a organização teve suas lideranças atingidas pela repressão "justamente num momento em que se preparava para realizar um balanço que talvez pudesse ter freado esta dinâmica e mudado o curso dos acontecimentos".

E já na edição de número 95, *Em Tempo* traz uma entrevista com um dos principais dirigentes do PCBR, Apolônio de Carvalho, que evidencia a tese que vem se delineando na construção desse capítulo, sobre a relação entre a maneira pela qual o jornal *Em Tempo* encaminha suas conclusões sobre a luta armada e a incidência que a construção do Partido dos Trabalhadores tem sobre esse grupo que articulou a construção do jornal. Ao inserir o subtítulo da entrevista, é possível ler: "Apolônio de Carvalho: Da insurreição de 35 ao Partido dos Trabalhadores. O decano da esquerda revolucionária brasileira fala da conjuntura atual, do PT e da própria esquerda". (GARCIA, 1979i, p. 18)

A trajetória de Apolônio é apresentada de maneira extremamente elogiosa, referindo-se a inspiração que Jorge Amado teve nele para a construção do livro *Nos subterrâneos da liberdade.* Também é citado seu passado como um combatente na insurreição de 1935 e na resistência francesa durante a ocupação nazista. Mas a apresentação chama a atenção quando diz que:

> Apolônio não quer ser no entanto um 'ex-combatente'. Portador de uma tradição de lutador revolucionário, ele não se deixou esclerosar pelos dogmas de um marxismo pervertido, assumindo lúcida e corajosamente uma postura crítica e autocrítica característica dos que têm um profundo compromisso com a verdade. (GARCIA, 1979i, p. 18)

A entrevista ocorreu justamente no momento em que Apolônio de Carvalha rompia com a organização que ele ajudou a criar, o PCBR, e o jornal cita uma rusga entre ele e a principal figura do comunismo brasileiro, Luiz Carlos Prestes:

> Hoje um militante independente — ele prefere não falar de sua saída recente do PCBR — Apolônio foi há poucos dias acusado por Luiz Carlos Prestes de 'desencaminhar a juventude'. O ex-tenente sorri das palavras do ex-capitão. Não tendo sido no passado um cavaleiro da esperança, hoje Apolônio não é um cavaleiro da triste figura. Com humanidade, mas com paixão, ele nos falou do passado, mas sobretudo do presente e do futuro. (GARCIA, 1979i, p. 18)

A postura elogiosa com a qual o jornal trata a figura de Apolônio de Carvalho é muito sintomática e reveladora de como o jornal esteve disposto a elogiar e sobretudo a enfatizar as ideias daqueles que criticavam a luta armada e aderiram ao movimento pela formação do PT. Prestes, que não contou com o mesmo tom celebrativo - ao menos nesta reportagem - fez o primeiro movimento, mas não o segundo. Apolônio, por sua vez, faz a crítica aos movimentos de vanguarda marcados pela esquerda revolucionária e observa como emblemático o nascimento de um novo partido político entre as massas trabalhadoras:

> Esta crise dos projetos da esquerda (tradicional e revolucionária) é fundamental para explicar o novo fenômeno a que estamos assistindo: o movimento operário levando à frente um projeto de constituição de um partido próprio, consciente da necessidade de sua participação em bases próprias, independentes. (GARCIA, 1979i, p. 18)

Em sua visão, a formulação de um partido que nasceu dentro do movimento operário representa uma espécie de resposta, tanto à crise vivenciada pelo PCB no período em que este teria se afastado da política operária, mas também demonstraria um avanço com relação às propostas das esquerdas armadas que, seguindo a teoria da guerrilha como vanguarda revolucionária, teria sido incapaz de mobilizar essa classe social:

> O Partido dos Trabalhadores é um avanço extraordinário dos setores de vanguarda da classe operária, tendo uma grande receptividade nos trabalhadores em geral. O regime autoritário exige uma resposta das forças populares que ainda se encontram dispersas e o PT pode dá-la. (GARCIA, 1979i, p. 18)

Os ex-militante do PCBR parece estar inserido entre os militantes das esquerdas revolucionárias que, ao elaborarem a autocrítica voltada para a questão da participação das massas, praticaram essa autocrítica ao participarem da construção de um partido

político de novos moldes, capitaneado, organizado e liderado pelos operários brasileiros. E ao identificar o novo partido como um avanço com relação as ações anteriores, Apolônio apresenta sua visão crítica com relação à luta armada:

> Mesmos os que quisemos ser alternativa ao reformismo, erramos ao tentar constituir uma vanguarda política da classe operária à margem da classe operária, ao mesmo tempo em que não levamos em conta a correlação de forças no país, a situação de defensiva e de desorganização em que nos encontrávamos. Não soubemos assimilar as experiências nacionais e internacionais da luta de classes, não dominávamos todas estas formas da luta de classes e desconhecemos mesmo as reivindicações capazes de unir todos os oprimidos. (GARCIA, 1979i, p. 18)

Mas uma outra marca daquilo que é apresentado nos relatos dos militantes do período também é expressado por Apolônio de Carvalho:

> A auto-crítica destes erros se fez difícil pela dispersão e pelas duras condições de repressão de inícios da década. Muitas organizações desapareceram da cena política; outras, aproveitando o lento crescimento do movimento popular em meados dos anos 70 conseguiram romper um pouco seu isolamento. Mas isto não significa que tenhamos feito uma auto-crítica do processo de formação dos núcleos de vanguarda no Brasil. Este é um desafio, sobretudo para a velha guarda". A assimilação sem espírito crítico de modelos vindos do exterior, sem ter em conta a realidade nacional, a repetição de situações calcadas nestes modelos, tudo isto impõe uma reflexão muito séria sobre o que deve ser a vanguarda política da classe operária. Como ela deve criar-se no bojo da luta de classes, como seu desdobramento. (GARCIA, 1979i, p. 18)

Alguns aspectos interessantes com relação a crítica às armas é expressada em sua fala, com destaque por exemplo a adesão formal e incorreta, na sua percepção, das teses advindas do exterior. Aqui, é possível pensar que ele esteja se referindo tanto a linha foquista de origem cubana ou a tática de guerra prolonga, cuja a matriz originou-se na China. No entanto, é precisa ressaltar a fala do ex dirigente do PCBR com relação a uma espécie de autocrítica que sempre estava por vir. Por mais que ele indique os pontos que, segundo ele devem ser debatidos, ele destaca que isso ainda deve acontecer. Chama a atenção sua fala, uma vez que Apolônio de Carvalho passou um tempo considerável no exílio, articulado em torno de grupos de esquerda, bastante ativo em diversos debates. Voltando ao Brasil, ele afirma que essa autocrítica ainda não havia sido feita, o que pode indicar algumas questões e hipóteses a serem discutidas posteriormente. No momento, cabe levantar a seguinte hipótese: se segundo um conjunto importante de militantes a autocrítica ainda não havia sido feita e se no momento em que se tem espaço para a volta da articulação política em solo brasileiro, o Brasil está sendo movimentado por amplas

discussões, tais como o reaquecimento do movimento operário, a discussão sobre a Anistia, a distensão política e a formação de um novo partido de origem operária, esse ebulição de questões pode ter impossibilitado essa autocrítica de ser realizada, ao menos para esses militantes que diziam que a autocrítica ainda não havia sido feita.

Outra importante voz dentre os guerrilheiros da esquerda brasileira que foi entrevistado por *Em Tempo* foi Fernando Gabeira, que ao voltar do exílio fala na edição de número 97 sobre diversas questões relacionadas à esquerda armada dos anos 1960. Na sua fala, se estruturam um conjunto de críticas à luta armada, sobretudo com relação ao papel da vanguarda e sua incapacidade de mobilização da luta de massas:

> Este é um erro muito sério, pois pressupõe que é possível elaborar um programa de lutas tirado da cabeça de algumas pessoas iluminadas. Na verdade, um programa de lutas é a sistematização das lutas que existem, e a esquerda não foi capaz naquele momento de auscultar e sistematizar as lutas que existiam. Eu penso que se a esquerda tivesse sistematizado essas lutas, ela teria tido uma capacidade muito maior de formular uma tática democrática, diferente da tática que empregava. (RAMOS; RESENDE, 1980, p. 11)

Nota-se uma revisão mais profunda e a insistência de que a esquerda se equivocou ao forjar uma luta que não foi capaz de se imbuir das lutas das massas e que deveria ter estruturado aquilo que ele próprio chama de luta democrática. O que chama a atenção no discurso de Gabeira é o aprofundamento que ele faz da questão da mobilização das massas:

> Pois da mesma forma que o político e o ideológico existem em relação ao econômico, o indivíduo também existe em relação às classe sociais. Karel Kosik coloca bem esta questão ao dizer que Kafka é um pequeno burguês, mas nem todo pequeno burguês é um Kafka. É claro que o ser social determina a consciência, mas a maneira como as relações sociais atuam sobre cada indivíduo é mediada pela história pessoal do indivíduo, e essa dimensão importante da psicologia tem sido esquecida pela esquerda. Eu acho que isso empobreceu terrivelmente as análises da esquerda, que não têm sido capaz de dar respostas a uma série de manifestações político- ideológico-culturais. (RAMOS; RESENDE, 1980, p. 11)

Para Gabeira, a relação existente entre as classes sociais e a economia apresentam uma limitação na identificação das massas com sua própria identidade de classe, o que levaria a falta de articulação entre as esquerdas e as classes subalternas. Ele oferece, portanto, uma visão sobre o porque as esquerdas não foram capazes de articular as massas em seu projeto revolucionário, o que é preciso salientar, é uma inovação no discurso de autocrítica apresentado nas fontes analisadas até aqui, uma vez que na maioria das vezes,

aqueles que apontavam para a incapacidade das esquerdas mobilizarem as massas não indicavam as raízes desse fracasso.

Outro aspecto bastante inovador com relação a entrevista de Gabeira é sua reflexão acerca daquilo que pode ser entendido como lutas setoriais, que envolviam por exemplo o movimento homossexual, o movimento feminista e questões relacionadas ao meio ambiente. É interessante notar como a sua trajetória sui generis durante o seu tempo de exílio acabou incidindo sobre o seu pensamento, tanto no ponto de vista intelectual, como no político, uma vez que é recorrente em sua fala a citação aos movimentos em defesa do meio ambiente:

> As pessoas não se sentem mais representadas pelos partidos políticos, elas preferem desenvolver suas lutas e contar com os partidos quando necessário. Nesse sentido a ecologia representa algo de novo, porque ao contrário do que muita gente pensa, o movimento ecológico não é apenas uma crítica à devastação do verde, ele é até mesmo uma crítica à política, à visão partidária, aos modelos de desenvolvimento apresentados tanto pelo capitalismo como pelo socialismo, colocando a concepção de uma nova qualidade de vida. (RAMOS; RESENDE, 1980, p. 11)

Além da sua clara adesão aos projetos políticos que englobava a questão do meio ambiente, tema que estava em grande voga na Europa nos anos 1970, também se nota uma crítica com relação ao papel que os partidos políticos possuíam, evidenciando assim uma análise de conjuntura que percebia uma ausência de representatividade por parte desses partidos com relação ao povo.

Gabeira também é bastante sensível com relação a outros temas setoriais, como as liberdades sexuais e a questão racial, e ao falar sobre as rusgas existentes entre Caetano Veloso, Gilberto Gil e alguns setores da esquerda, ele revela que, em seu entendimento, existe um certo conservadorismo das esquerdas brasileiras:

> A crítica ao Gil porque ele usa trancinhas, que um negro nâo deve usar trancinhas porque é uma coisa alienígena, não percebe que o Gil usa trancinhas e essas roupas porque está se identificando com a raça dele, com a cultura dele, e esperam que o Gil apresente uma imagem bem comportada do negro, que é a imagem do colonizador, e falam isto em nome do progresso, em nome dos valores nacionais. Então, a tentativa foi mostrar que todas estas críticas que fazem ao Gil e ao Caetano, seja do Gil assumir a sua negritude ou do Caetano assumir uma certa bissexualidade. são críticas colocadas num espaço conser vador. e com isso eles vão se afastar da juventude, que gosta dos dois cantores inclusive por isso. (RAMOS; RESENDE, 1980, p. 11)

Atentar a esses três temas presentes em sua fala, quais sejam: i. o meio ambiente ii. a liberdade sexual. iii. as questões raciais, Fernando Gabeira expressa uma visão bastante

distinta daquela bastante comum às gerações de 1964 e 1968 e também evidencia uma diferenciação com relação a demais integrantes da esquerda que mesmo no fim dos anos 1970 não citavam tais temas como integrantes das suas concepções políticas. Isso não significa dizer que a esquerda brasileira esteve alheia desses temas naquele contexto de distensão política do final dos anos 1970 e início de 1980. O próprio jornal *Em Tempo* que está sendo analisado aqui trazia em praticamente todos os seus números reportagens e temas sobre o movimento feminista, a questão racial e temas de liberdade sexual. No entanto, com relação a integrantes da esquerda armada, a primeira figura a tocar de maneira central nesses temas foi Fernando Gabeira, o que mais uma vez pode indicar que sua trajetória no exílio não esteve circunscrita especificamente à setores tradicionais da esquerda, mas que ele circulou por outros ambientes em que tais temas estavam presentes e isso incidiu sobre o seu pensamento político.

Fernando Gabeira foi citado em diversas entrevistas realizadas com ex-membros da luta armada, e sua trajetória posteriormente ao movimento armado foi muito relativizada. Renato Tapajós, em entrevista concedida à Mário Augusto Medeiros da Silva em 2004 avalia que Gabeira não realizou uma crítica de dentro da esquerda, revelando sua independência com relação a esse espectro político após o seu afastamento da luta armada:

> A nossa autocrítica foi uma autocrítica dentro da esquerda, foi uma autocrítica dentro de uma visão marxista, dentro de uma visão leninista. (...) Nós tentamos entender o nosso erro dentro dos parâmetros em que o marxismo e o leninismo define os erros possíveis de você cometer numa luta, dentro da luta de classes. Eu acho que o Gabeira, ele não fez isso. O Gabeira definiu o erro, né? A partir de uma negação da própria validade dessa luta. Ou seja, ele passou pra fora desse confronto da luta de classes e fez entre aspas, "a autocrítica dele". (TAPAJÓS, 2004)

Partindo do relato de Renato Tapajós, é possível definir alguns aspectos relevantes para a orientação dessa pesquisa. O mais relevante e significativo é como ele corrobora em sua fala para uma ideia de múltiplas autocríticas realizadas, seja coletiva ou individualmente, seja dentro ou fora do espectro da esquerda. A de Gabeira, diante do exposto da sua entrevista ao *Em Tempo,* parece ser evidente que se realizou de fora da esquerda. Tapajós também atesta um indício de que, as autocríticas realizadas de dentro da esquerda foram permeadas pelas teorias do marxismo-leninismo e talvez tenha sido justamente esse caminho que levou ao entendimento de que as falhas ocorreram por desvios das lideranças, seja nas concepções de luta, seja no entendimento da realidade brasileira, ou ainda na incapacidade de mobilizar as massas. Qualquer que seja a

explicação para a derrota que foi ofertada por aqueles que estavam dentro das esquerdas revolucionárias, praticamente nenhuma citava a correlação desigual de forças para enfrentar todo o aparato repressivo constituído pelo Estado brasileiro e mobilizado para combater os guerrilheiros, muitos sem qualquer tipo de treinamento militar. Chama a atenção que isso nunca apareça nas autocríticas e diante do exposto por Tapajós, parece fortalecer a tese de que a ideia da inevitabilidade da revolução que estava presente dentro do materialismo histórico-dialético condicionou a análise para os erros cometidos pela própria esquerda, uma vez que, se a revolução era inevitável, a sua falha só poderia ser a falha daqueles que lutaram por ela.

Na mesma edição em que está presente a entrevista de Gabeira, a série "Contribuições para a História da esquerda brasileira" apresentou uma análise da trajetória do Movimento Revolucionário oito de outubro, o MR-8, organização à qual Gabeira pertenceu. Nessas páginas, a postura com a qual a organização é tratada revela o quanto o movimento de crítica proporcionado nas páginas do jornal esteve inserido fortemente nos debates que permearam a reconstrução da esquerda brasileira no período de distensão política. A apresentação da organização é feita de modo a criticar diversos aspectos da mesma:

> A trajetória política do Movimento Revolucionário — 8 de Outubro reflete a tipologia da autoproclamada "esquerda revolucionária" brasileira. Em suas origens, rompeu empiricamente com o PCB, preconizou a revolução socialista e a luta política de massas do proletariado. Logo em seguida, enveredou pelos caminhos da luta-armada e do guerrilheirismo urbano. Posteriormente fez autocrítica descobrindo o " sufrágio universal" e a democracia burguesa. E finalmente, caiu de novo nos braços do stalinismo, retomando a velha tese histórica do menchevismo segundo a qual a aliança do proletariado com a democracia liberal burguesa é o atalho mais curto para o crepúsculo das ditaduras despóticas. (MAIA, 1980, p. 13)

O jornal faz questão de demarcar essa trajetória como oportunista e aventureira:

> A marca registrada do MR-8 foram as bruscas paradas, os zigue-zagues, as oscilações entre oportunismo e aventura. As conquistas foram poucas e as derrotas sucessivas. Analisar este processo específico da prática política do MR-8 é fundamental como parte integrante de uma análise mais global da crise de direção por que passam atualmente todas as correntes da esquerda brasileira. (MAIA, 1980, p. 13)

É notória a visão que o jornal *Em Tempo* possui do MR-8 e é necessário iniciar a análise indicando um importante aspecto com relação à conjuntura de distensão política

vivenciada no período da publicação deste texto. A caracterização do MR-8 como tendo voltado ao "stalinismo" e afirmando que o grupo estava "retomando a tese histórica do menchevismo segundo a qual a aliança do proletariado com a democracia liberal burguesa é o atalho para o crepúsculo das ditaduras despóticas" faz uma alusão direta ao movimento que o grupo revolucionário fez em aderir ao MDB naquele contexto, por entender que o partido seria o melhor caminho para a propagação daquilo que foi visto como a tarefa para a derrubada da Ditadura que seria compor uma articulação de frente ampla com diversos setores da sociedade com vistas a derrubada da Ditadura. (ATHAYDES, 2023). Ao tomar esse posicionamento em prol do MDB, a organização foi alvo de severas críticas com relação ao grupo que estava presente no projeto editorial e político do jornal *Em Tempo,* que por sua vez tomou como tarefa a construção de um novo partido de origem operária para organizar as massas e derrubar a Ditadura. Portanto, é possível levantar a hipótese de que todo o viés crítico apresentado ao MR-8 dentro das páginas deste semanário estejam diretamente articulados às disputas políticas que se travavam na redemocratização brasileira, o que mais uma vez revela que a autocrítica da luta armada foi feita com vistas a um novo projeto político em construção, e não para entender ou refletir sobre o projeto político passado.

Na análise da trajetória histórica da organização, também se expressa certas interpretações que podem transparecer esse posicionamento crítico do jornal com relação a organização por conta de debates políticos daquele presente. Ao falar sobre os impactos das mobilizações populares durante o ano de 1968, por exemplo, o texto cita que o MR-8:

> Interpreta as mobilizações como um ascenso contínuo das lutas. Os seus quadros não se dão conta de que a classe operária, com exceção de manifestações mais localizadas em São Paulo, era ainda um elemento ausente na política nacional. Recusa-se as reivindicações democráticas, tão importantes nas mobilizações de 1968 - na realidade o principal fator inconsciente de mobilização das massas e dinamizador da luta de classes sob a alegação de que eram reformistas. O ultra-esquerdismo começa a nascer como ação política imediata. (MAIA, 1980, p. 13)

O jornal interpretava o conjunto de erros cometidos, na sua visão, por parte de todos os movimentos da esquerda revolucionária, mas é sensível como o tom crítico é mais exacerbado, principalmente na caracterização do grupo como ultra-esquerdista. E mesmo com relação a ações individuais dos integrantes da organização, existe um tom crítico presente em todo o texto:

> Alguns acontecimentos cômicos ilustram a ausência de pés na terra. Enquanto era procurado pela polícia, Vladimir Palmeira ia ao DOPS discutir as condições para um salvo-conduto (o que não foi aceito por Vladimir) ou então encontrava-se com o ministro Andreazza para sondagens políticas. Estes fatos em si não significam grande coisa, mas em conjunto com o destaque e projeção dos quadros da dissidência no movimento de massas, criaram uma falsa expectativa, uma ilusão de um "poder" que efetivamente não tinha enquanto pequena organização de estudantes, limitada ao Estado da Guanabara. (MAIA, 1980, p. 13)

Além de destacar uma certa ação política que o jornal procura caracterizar como ambígua, também se faz uma análise que interpretava o MR-8 como um grupo que assumia possuir mais influência e força do que realmente tinha, sempre segundo o jornal.

Mas o que mais é importante do artigo sobre o MR-8 é que ele foi o primeiro da série histórica que foi escrito e assinado por uma pessoa diferente daquele que se encarregou de organizar a série. Todos os textos da "Contribuições para a História da esquerda no Brasil" foram escritos, até essa edição, por Marcos Antônio Garcia, intelectual brasileiro e um dos mais importantes articuladores da criação do projeto de *Em Tempo.* Nesse número, a matéria sobre o MR-8 foi escrita por Cid Queiroz Benjamin, que se apresenta durante o texto como um ex-integrante da organização e que já havia aparecido em outros textos do jornal *Em Tempo* destacando um viés crítico a luta armada no geral. Nesse texto, especificamente sobre o MR-8, além de apontar todas as questões anteriores, ele faz questão de demarcar sua oposição às teses "ultra-esquerdistas" que teriam caracterizado o grupo em fins de 1969:

> Cabe destacar que esta posição não vingou sem reações. O autor deste artigo e mais uma série de militantes, quase todos da área operária, e portanto sensíveis ao estado de ânimo das massas, preconizavam o oposto. Consideramos que a conjuntura refluia, que o capitalismo se expandia e que não estava em crise, sendo portanto necessário reforçar a organização independente dos trabalhadores nos locais de trabalho, os comitês de empresa, como forma da classe reagir à exploração. Já nesta época incorporamos em nossos textos o caráter permanente da revolução socialista no Brasil, o que implicava na fusão das lutas democráticas com a luta anticapitalista geral. Procurávamos uma opção também socialista anti-burocrática e anti- stalinista. (MAIA, 1980, p. 13)

Segundo Higor Codarin, a inflexão do *Oito* para uma política de propaganda armada ocorreu durante o ano de 1969, em que se promovia um conjunto de ações armadas que tinha por objetivo mobilizar as camadas operárias, ações essas que ocorriam em conjunto com a panfletagem voltada para os trabalhadores das fábricas. (CODARIN, 2019, pp. 182 - 183) O mesmo autor também cita que neste mesmo período a organização se reestrutura

e Cid Benjamin passou, neste ano, a Frente de Táticas Armadas, o FTA, ocupando assim uma posição de dirigente da organização até sua prisão, em 1970. É evidente que suas posições pessoais podem ter sido colocadas de lado para seguir na militância dentro do grupo, mas chama a atenção como não houve no período nenhum dado que aludisse a essa reação contra as posições armadas que ele diz ter feito parte nesse texto em 1979, o que levanta mais uma vez a hipótese de que a realização da autocrítica foi feita com o objetivo de integrar as movimentações políticas do período de distensão.

Mas o que chama a atenção com relação ao depoimento de Cid Benjamin analisado no jornal *Em Tempo* é que sua fala estava bastante próxima de uma negação ou arrependimento do uso da violência como movimento de luta pelo ideal socialista ou mesmo como resistência à Ditadura. Essa visão apresentada pelo ex-integrante do MR-8 é bastante distinta daquela que ele apresentada em depoimento concedido à Gisele Chagas em 2002. Ao ser questionado sobre a visão que ele possuía sobre a experiência armada da qual havia participado, ele responde que:

> Em geral é positiva, é positiva... eu nunca... escondi, nem no exterior, nem quando eu voltei, é... determinadas coisas que eu fiz, eu nunca escondi o que eu fiz, se eu deixo de falar algumas coisas, é porque são detalhes operacionais, que eu acho que foram feitos na clandestinidade, então eu acho que não tem sentido... ficar... abrindo, agora! Enfrento qualquer discussão, e tenho participado... agora menos... mas quando eu voltei do exílio, participei de várias, é... sobre esse processo, quer dizer, eu me orgulho da opção que fiz, faria de novo. (...) (BENJAMIN, 2002)

Além de mostrar como seu entendimento sobre a experiência da guerrilha no Brasil apontava para uma visão positiva, é preciso destacar que Benjamin também mostrava em 2002 uma continuidade da defesa do uso da violência como mecanismos de resistência ou de luta:

> (...) não tenho nenhum problema moral de ter participado de forma violenta, desde São Tomás de Aquino, a própria Igreja diz que é legítimo quando existe opressão, a carta de Direitos Humanos da ONU reconhece esse direito, então a minha reflexão, autocrítica, é basicamente, o que de fato é... a forma que tomou a resistência, não foi uma forma mais eficaz, a história mostrou... então, tudo bem, neste sentido, não usaria tudo de novo; agora do ponto de vista de uma opção mais geral, eu... a manteria, como a mantenho até hoje. (Idem.)

Conforme apresentado anteriormente com relação aos diversos debates acerca da relação entre História e Memória, àquela operada em 1979 e àquela operada em 2002 são mobilizadas por questões do presente e, em nenhum caso, devem ser tomadas como retratos verdadeiros. Isso posto, cabe tentar problematizar as diferentes nuances presentes em cada um dos contextos históricos.

De modo geral, a avaliação realizada por Cid Benjamin em 1979 estava diretamente relacionada ao contexto político do período, marcado por uma série de questões que se colocavam com urgência. Em primeiro lugar, os debates acerca da anistia, pois mesmo que a lei já tivesse sido aprovada no Congresso, as esquerdas ainda procuravam se mobilizar para ampliar a anistia para aqueles condenados por terem cometido crimes de sangue. Outra questão que pode ser ressaltada é o processo de distensão política e a derrubada da Ditadura Militar, que estava em debate no campo das esquerdas e diante disso, fazer a crítica à luta armada talvez pudesse ser importante no sentido de ampliar a mobilização contra o regime militar. E talvez também caiba citar a própria mobilização em torno do projeto de criação do Partido dos Trabalhadores, uma vez que o próprio Cid Benjamin cita sua participação efetiva no processo de criação do partido. Todas essas questões podem ser citadas como elementos de compreensão para as mudanças com relação à avaliação realizada por Cid Benjamin, sendo que a característica mais marcante é a sensível mudança de perspectiva apresentada em contextos históricos distintos.

Na edição de número 98 o semanário concluiu suas análises com relação ao MR-8 com a volta de Marco Aurélio Garcia para escrever o texto intitulado "os destinos de uma autocrítica". Nele, continua sendo expressada uma ideia negativa com relação ao MR-8, sobretudo a suposta falta de organização e direcionamento político mais delineado. Há uma indicação de que na visão do jornal *Em Tempo* o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick que ocorreu em 1969 em uma ação realizada em conjunto do MR-8 com a ALN, teria desencadeado as violentas repressões do regime militar:

> As consequências do sequestro foram múltiplas. O peso dos setores "duros" das Forças Armadas, já hegemônicos naquele momento, se reforçou ainda mais e o regime buscou dotar-se dos instrumentos (pela via de Atos Institucionais e complementares) capazes de reforçar o poderio repressivo do Estado em um período que se anunciava como de auge da "guerra revolucionária". A prisão perpétua e a pena de morte são adotadas, por exemplo. (GARCIA, 1980a, p. 12)

É importante observar que essa visão incorre em uma certa noção explicativa de caráter teleológico, uma vez que se atesta uma relação de causa e consequência e, sobretudo, que atesta uma responsabilidade para os militantes desta ação o resultado do endurecimento do regime. Também é recorrente a crítica feita ao grupo sobre sua quase que total ausência de base sociais para além de setores de classe média do Rio de Janeiro, o que foi motivo de um comentário ácido presente no texto: "Os dirigentes do MR-8

padeciam da falta total de base social, "uma organização que tivera no passado sólidas ligações com amplas camadas da pequena burguesia carioca. Não raro foram obrigados a dormir na praia, por falta de "aparelho". (Idem.)

Sobre o sequestro do embaixador, a matéria de *Em Tempo* reservou um texto especial publicado em um box junto da análise da trajetória da organização que é revelador da postura que o jornal adota para tratar do MR-8. São citados dois eventos no processo de preparação para a ação de sequestro que possuem claramente o objetivo de demonstrar um suposto despreparo do grupo. O primeiro cita uma ação para a obtenção de carteiras de identidade no instituto Félix Pacheco:

> Previamente, uma jovem se apresentou às autoridades policiais como jornalista interessada em fazer uma reportagem sobre a repartição. Em realidade o que ela pôde realizar foi um exaustivo levantamento do local, dos horários mais convenientes é dos hábitos dos funcionários. Dias depois da "reportagem" um comando fortemente armado irrompia no local, quase na hora do término do expediente. O levantamento da "repórter" tinha uma falha, no entanto. A esta hora chegaram os despachantes para serem atendidos atrás do balcão. O comando foi obrigado a admitir uma quantidade enorme deles enquanto recolhia o material desejado. A porta se abria e um militante de arma em punho gentilmente dizia um "passe por favor" para os atônitos despachantes de pastilhas na mão. (GARCIA, 1980a, p. 13)

O segundo narra um assalto realizado pelo grupo na casa de um deputado da ARENA para a obtenção de reservas de dinheiro que ele possuía em casa. O subterfúgio utilizado pela organização foi propor ao deputado uma reportagem sobre a extensa galeria de artes que ele possuía em casa. Mas a estratégia também foi impactada um inconveniente:

> No dia aprazado, "dois fotógrafos", mais um "crítico de arte" vestido na forma pouco convencional que se imagina ser a dos críticos de arte, chegam à casa do deputado. No momento da foto da família diante dos quadros, os "fotógrafos" tiraram suas armas e exigiram o dinheiro. E aí retorna a "babá" da casa com as crianças que tinha levado para passear. Diante da cena insólita do deputado e sua família ameaçados por armas lhe foi dito tratar-se de uma filmagem na qual ela deveria igualmente aparecer… (GARCIA, 1980a, p. 13)

Os dois episódios são narrados de uma forma que claramente pretende demonstrar que a organização não tinha uma estrutura e uma preparação sólidas para realizar tais ações e nesse sentido são destacadas justamente para desqualificar a mesma. Tendo em vista que naquele período o MR-8 se distanciava de demais organizações da esquerda revolucionária e defendia a militância no MDB em contraposição à formação do PT,

talvez essa avaliação negativa esteja mais relacionada aos embates políticos daquele contexto do que uma avaliação sobre as experiências pregressas.

É interessante notar como a matéria apresenta o movimento de autocrítica iniciado a partir de 1971, quando ocorre o encontro dos últimos remanescentes da organização que fugiram do país diante do cerco fechado da repressão com aqueles que já havia se exilado, principalmente a partir das ações de sequestros de embaixadores que foram estrategicamente utilizadas para a libertação de quadros políticos das organizações revolucionárias. O encontro ocorre no Chile e se destaca duas visões distintas:

> O grupo que vinha do Brasil, tendia a uma autocrítica da prática militarista da organização, inspirada fundamentalmente pelas posições defendidas pela Polop, neste momento, consideradas por outros setores como excessivamente "obreiristas", ou "massistas", para não sair do jargão. (GARCIA, 1980a, p. 13)

Higor Codarim analisa esse momento histórico do MR-8 como um embate em que estavam "De um lado, os militantes que estavam exilados há mais tempo, desconectados da realidade no Brasil, e principalmente das condições precárias da organização, que mantinha parcos militantes totalmente cercados". (CODARIN, 2019. p. 294). Diante dessa desconexão com a realidade, esse grupo defendeu a todo o custo a luta armada, objetivando o reativamento do projeto no campo brasileiro, tarefa que havia sido incubida à Carlos Lamarca, mas interrompida na ocasião da sua morte. Esse grupo sofreu forte oposição dos que haviam acabado de chegar ao exílio chileno, que "com maior conhecimento da realidade da organização, insistiam na perspectiva de abandonar a luta armada, com o objetivo de dar início a um trabalho político junto as classes operárias". (Idem, p. 295) A partir da análise do autor, é possível perceber como os impactos da repressão projetaram as posições críticas com relação a manutenção ou não das ações armadas. No entanto, o jornal *Em Tempo* narra esse debate de maneira a desqualificar as implicações teóricas e práticas que incidiam sobre os guerrilheiros:

> Não é estranho, assim, que um conflito bastante mais matizado se transforme em um choque de "massistas" contra "militaristas" e que um clima de desconfiança se instaure, sobretudo quando a direção aplica critérios de funcionamento questionados pela base, sobretudo pelos históricos que se encontravam há mais tempo no exterior. Estes reclamam, por exemplo, a forma pela qual as células foram organizadas, reunindo nas mesmas bases todos aqueles que têm a mesma posição e impedindo, assim, uma maior irradiação de posições. Denunciam, em seguida, que a direção se organiza como tendência, e que as tendências eram proibidas. A gota d'água é o rocambolesco episódio do grupo por um opositor caderno de atas da tendência da direção, no qual eram registradas todas as reuniões que ela fazia. Com a "prova" na mão,

> o grupo de oposição denuncia as práticas da direção e o choque chega ao seu final. Os dois grupos se expulsam reciprocamente e os asilados políticos no Chile passam a saber da existência de dois MR-8, o "oficial" (DG) e o contestador (CP, Construção Partidária). (GARCIA, 1980a, p. 12)

Chama muito a atenção que um momento tão delicado da trajetória de uma organização que foi marcada por uma intensa repressão tenha o episódio de debates internos narrado de maneira tão desqualificante. Ao que indica a leitura da análise do jornal *Em Tempo,* o MR-8 não contava com a mesma visão positiva com a qual a ALN foi tratada nos textos sobre a organização de Carlos Marighella. As explicações para esses distintos olhares podem passar pelas diferenças entre os quadros políticos das organizações e suas concepções teóricas, como os textos escritos por Marcos Aurélio Garcia indicam. No entanto, também podem explicitar uma relação entre os militantes da ALN e do MR-8 com relação a construção partidária do PT, que não fez parte da política do MR-8 posterior ao seu envolvimento na luta armada:

> No plano político geral, seu apoio crescente ao MDB e uma ênfase toda especial no trabalho eleitoral. No plano sindical, o abandono da perspectiva das oposições sindicais e o entrosamento com setores de notórios pelegos, em nome da unidade sindical e em parceria com o PCB. (GARCIA, 1980a, p. 12)

O MR-8, como citado anteriormente, fazia uma política de defesa da construção de uma frente ampla que defendia no MDB o partido capaz de realizar esse processo. Diante dessa postura, o jornal *Em Tempo,* fortemente crítico do partido aceito pelo regime e defendendo uma postura de construção da esquerda a partir do Partido dos Trabalhadores, condena o direcionamento político do MR-8. Essa organização foi àquela tratada de maneira mais crítica dentro da série "Contribuições para a História da Esquerda no Brasil", o que indicaria uma possível relação entre a avaliação das experiências da esquerda revolucionária e a adesão ao novo partido que surgia naquele período. Ainda assim, as outras organizações guerrilheiras que se destacaram entre as décadas de 1960 e 1970 também foram analisadas por essa série, como será apresentado a seguir.

3.10. As ações da VPR nas páginas de *Em Tempo*:

Na edição de número 99 do jornal *Em Tempo,* publicado em fevereiro de 1980, as ações das organizações Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR e da Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares, a VAR-Palmares, são analisadas em uma conjuntura

cujo jornal destaca ser complexa, fundamentalmente pela escassez de documentação, tanto interna como aquelas produzidas pelo regime acerca dos grupos. Também se indica a dificuldade com relação a apresentação das memórias dos militantes das organizações, seja pela quantidade de mortos e desaparecidos, seja pela negativa dos sobreviventes de retratar o período de suas lutas:

> Uma grande parte dos protagonistas desta parte da história da esquerda brasileira estão mortos ou "desaparecidos" — não esqueçamos que VPR e VAR foram das organizações mais atingidas pela repressão — e os vivos são muitas vezes reticentes em debruçar-se sobre um passado, cheio de pontos obscuros ou de experiências dolorosas, que parecem resumir em grande medida a tragédia da esquerda brasileira durante estes anos difíceis. (GARCIA, 1980b, p. 16)

Ao realizar uma comparação entre as visões do jornal acerca dessas organizações com relação ao MR-8 previamente analisado aqui, indicam uma distinção bastante sensível. Quando é narrada a ação realizada dentro do Quartel General do II exército em São Paulo, em uma ação vista como sendo integrante da propaganda armada por parte da VPR, o tom não é de desqualificação nem se atribuiu a essa ação o desencadeamento de uma estrutura mais repressiva:

> Esta ação de propaganda-armada, sem maiores consequências práticas imediatas para a .VPR, demonstra uma disposição de apressar o enfrentamento com as Forças Armadas. Implicitamente seus dirigentes acreditavam que poderiam fustigar o aparelho repressivo sem que isto repercutisse sobre o desdobramento da luta. (GARCIA, 1980b, p. 16)

Além dessa primeira ação de propaganda armada, o jornal também cita uma das ações mais conhecidas realizadas pela VPR que foi o assalto ao quartel general de Quitaúna, motivado pela necessidade de expropriação de fuzis. Na narrativa de *Em Tempo,* nem mesmo as sucessivas necessidades de adaptações para o plano ser posto em prática resultou em nenhum comentário ácido ou desqualificação por parte do jornal:

> Era uma sexta-feira, faltavam dois dias para o assalto ao quartel. A princípio, os três puderam sustentar a história de que eram contrabandistas, versão que desmoronou quando o Exército se inteirou do fato e passou a ocupar-se diretamente do caso, retirando os presos da pequena delegacia de Itapecerica da Serra. Houve tempo suficiente, no entanto, para que a ação fosse redefinida. Em primeiro lugar, decidiu-se pela antecipação da mesma e, em segundo lugar, pela redução de suas dimensões. Lamarca e outros companheiros levariam um número menor de armamento utilizando uma pequena camionete. (GARCIA, 1980b, p. 16)

Além de ser curioso notar como não houve uma interpretação por parte da análise que condicionava as necessidades de adaptação da ação a uma falta de organização da VPR, também há outra questão a ser destacada. Mariana Joffily mostra como a instauração da Operação Bandeirante foi decisiva para desarticular as organizações de esquerda armada através da obtenção de informação de maneira instantânea para combater atos "terroristas". (JOFFILY, 2013, pp. 39 – 40) A autora destaca que para combater as ações realizadas pela guerrilha urbana, a repressão criou uma operação baseada na obtenção de informações, que por sua vez, seriam coletadas através da tortura de militantes presos. Os órgãos de repressão formaram uma ação em conjunto com diversas unidades do 2º Exército, cujo objetivo era investigar as ações de cunho político. Recolheriam todas as informações possíveis sobre o tema e analisariam os processos que tinham como alvo militantes de organizações armadas. (Idem, p. 42) A partir da formação desse núcleo especializado, diversos militantes das organizações clandestinas já atuantes começaram a ser presos, resultando assim em severas baixas para as organizações. A autora demonstra como a estruturação dessa operação que foi responsável pela violenta repressão que abateram as organizações de esquerda no país foram resultado direto das ações feitas nos quarteis generais do exército, principalmente em São Paulo.

No fim da edição, mais uma expressão de um olhar que celebra a organização. Ao explicar que as quedas de integrantes importantes da VPR resultaram na reorganização do grupo, que veio a se fundir com o Comando de Libertação Nacional, o Colina, dando origem a uma nova organização chamada de VAR-Palmares, o jornal finaliza o texto dizendo que esse grupo foi "responsável pela mais espetacular ação realizada no Brasil por uma organização revolucionária: o roubo do cofre pertencente ao ex-governador Adhemar de Barros". (GARCIA, 1980b, p. 17)

Na edição seguinte, a de número 100, nota-se como o olhar de *Em Tempo* é positivo com relação a essa ação de expropriação na casa do ex governador de São Paulo, que ganha destaque na capa com o título: "A maior ação da esquerda armada: 125 milhões de cruzeiros" e em letras garrafais e vermelhas em um fundo preto lê-se: "o roubo do cofre de Ademar". (GARCIA, 1980c, p. 13)

A reportagem sobre a ação narra diversas nuances e com detalhes muito específicos com relação a expropriação do cofre, sendo extremamente elogiosa e caracterizando como a maior ação por parte das esquerdas armadas.

O que cabe destacar da apresentação e da análise que o jornal propõem sobre a VPR e a VAR-Palmares é a relação mais cordial e até mesmo celebrativa dessas duas

organizações. Evidencia-se a crítica que é sistematicamente apresentada nas páginas de *Em Tempo* com relação a experiência armada, sobretudo nos três pontos mais comumente criticados, tais como o militarismo, o foquismo e a vanguarda que não estabelece um projeto voltado para a mobilização das massas. No entanto, mesmo que esses pontos sejam apresentados ao longo das quatro matérias sobre as organizações, comparando com a visão apresentada sobre o MR-8 é perceptível a diferença e a VPR e a VAR-Palmares são celebradas de uma maneira mais próxima da maneira pela qual a ALN foi vista. Diante do quadro apresentado sobre essas quatro organizações, é possível levantar algumas hipóteses e estabelecer algumas conclusões sobre o balanço realizado por *Em Tempo* sobre as esquerdas armadas.

3.11. As Organizações Revolucionárias e a reorganização partidária brasileira.

Para iniciar a discussão, é preciso estabelecer uma síntese com relação as organizações apresentadas na série "Contribuições para a História da esquerda no Brasil", projeto bastante extenso do jornal *Em Tempo,* que durou trinta edições, do número 77 até o número 107. Não foram apenas as organizações armadas que foram apresentadas nessas edições, mas uma grande parte delas se dedicou ao tema e é possível observar que todos os grupos armados da esquerda pós-1964 tiveram suas trajetórias apresentadas e analisadas nessa série. Pela quantidade de militantes, as expressivas ações armadas, suas características teóricas e os impactos na esquerda brasileira, foi observado mais atentamente nessa pesquisa quatro organizações guerrilheiras: ALN, MR-8, VPR e VAR-Palmares. A partir disso, foi possível estabelecer alguns pontos em comum e outros individuais sobre como se criticou as experiências armadas realizadas por essas quatro organizações.

Os quatro grupos partilharam, em menor ou em maior medida, uma mesma matriz teórica que acabou por resultar na adesão às armas: o foquismo estruturado a partir da Revolução Cubana e sistematizado nos escritos de Che Guevara e de Régis Debray[65].

[65] A ALN foi a organização que mais partilhou e expressou os valores do foquismo, tanto do ponto de vista teórico como na configuração de suas ações armadas. VPR e VAR-Palmares, cujas matrizes teóricas foram pouco sistematizadas à época, expressaram em suas ações armadas uma adesão ao foquismo. O MR-8 surgiu, ainda como Dissidência Comunista da Guanabara, defendendo um viés mais próximo ao maoísmo, principalmente na defesa da guerra popular prolongada, mas foi aos poucos sofrendo a influência do foquismo. CF: RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: Unesp, 2010.

Essa matriz teórica foi fortemente criticada nas páginas de *Em Tempo,* mesmo antes da apresentação da série. Talvez o maior indício da maneira pela qual o foquismo foi visto nas páginas do semanário seja o destaque da publicação da entrevista de Régis Debray, que no final da década de 1970 expressou nas páginas do jornal uma revisão a essa estratégia. Em todas as matérias sobre as organizações guerrilheiras foram destacadas críticas veementes a estratégia do foquismo, sobretudo com relação a ela pretender substituir o papel do partido nos processos revolucionários e expressar uma ideia de vanguarda a partir da luta armada. De maneira correlata, o foquismo também foi criticado por influenciar uma leitura equivocada da realidade brasileira por parte dos grupos armados, em que, nas palavras de *Em Tempo,* preconizou o eminente colapso da Ditadura Militar, sendo um erro fundamental cometido por tais organizações.

Essa leitura equivocada da realidade brasileira, que teria sido partilhada entre os quatro grupos, também foi alvo de crítica por parte da série. Nesse sentido, o equívoco foi avaliar incorretamente a estrutura da Ditadura Militar, principalmente no que diz respeito ao seu respaldo popular, obtido sobretudo pelos anos de crescimento econômico que ficou conhecido como "milagre brasileiro". Mais do que a estrutura militar do Estado brasileiro voltado para o combate prático à essas organizações, teria sido a falta de leitura do processo histórico que teria levado à derrota do projeto armado. E de certa forma, como decorrência disso, o terceiro aspecto criticado, que foi a ausência de uma política voltada para as massas, sobretudo para as camadas operárias.

O que chama a atenção sobre as críticas apresentadas sobre as organizações é que, mesmo que todas elas tenham sido apontadas como tendo cometido esses erros, não se pode afirmar que as quatro tiveram o mesmo tratamento por parte da série. Enquanto ALN, VPR e VAR-Palmares contaram com um olhar mais sensível e que em alguma medida celebrava as trajetórias, o MR-8 não teve o mesmo tratamento.

Quando foi analisada a trajetória da ALN, a figura de Carlos Marighella apareceu nas páginas de *Em Tempo* com um viés extremamente respeitoso, tanto com relação ao período anterior, mas mesmo durante a experiência armada do líder da ALN. Com relação à VPR e a VAR-Palmares, os destaques foram dados a algumas ações armadas muito celebradas, como por exemplo o assalto na casa do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros. Também com relação a VPR, chama a atenção como Carlos Lamarca foi celebrado, inclusive antes da série sobre as esquerdas, quando foi feito um perfil em celebração aos dez anos de seu assassinato.

Partindo desses exemplos, é possível levantar a hipótese de que o olhar mais complacente do jornal ocorreu pela importância das figuras que estavam presentes nas organizações ou mesmo a importância e a simbologia das suas ações. Porém, quando se observa o MR-8, é possível notar que nenhum dos dois pontos ajuda a explicar tal visão. O MR-8 foi responsável direto pela organização de uma das ações simbolicamente mais expressivas dos grupos armados que foi o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Além da ação ter sido bem sucedida, tanto em termos práticos como na consequente libertação de quinze presos políticos, ela também desencadeou outras ações similares feitas por outras tantas organizações guerrilheiras posteriormente. No entanto, apesar de destacarem o sequestro, um texto que revelou a preparação do mesmo foi bastante ácido e crítico com relação a organização do MR-8. Também cabe destacar que, mesmo Carlos Lamarca tendo sido assassinado quando militava pelo *Oito,* isso não fez com que o jornal escrevesse nenhuma linha elogiosa sobre o grupo.

Sendo assim, cabe observar outras hipóteses para explicar a diferença entre os tratamentos destacados às diferentes organizações e assim se observa que dentre os quatro grupos anteriores, o único que no final da década de 1970 se mantinha enquanto uma organização existente na esquerda clandestina era o MR-8. E como foi visto, naquele período de distensão e abertura política, os integrantes do *Oito* defendiam que a esquerda deveria militar no MDB para compor uma política de frente ampla contra a Ditadura, o que ia de encontro ao projeto defendido pelo *Em Tempo.*

Ao analisar os quadros políticos mais destacados do período de abertura política que participaram da luta armada, nota-se por exemplo figuras como José Ibrahim, Apolônio de Carvalho, Cid Benjamin e Paulo de Tarso Venceslau. Além de terem pegado em armas, todos eles possuem outra similaridade: assinaram a ata de fundação do PT na assembleia de fundação partidária que ocorreu em 1980 no colégio Sion, em São Paulo.

Dessas figuras todas, cabe destacar Cid Benjamin, ex-militante do MR-8, justamente aquele que foi responsável por escrever o artigo crítico do grupo na série "Contribuições para a História da esquerda no Brasil" e um destacado fundador do Partido dos Trabalhadores. Outro aspecto importante de ressaltar foi a figura de José Ibrahim, militante da VPR de origem operária e também um dos fundadores do PT. Essas duas figuras merecem destaque para que seja possível analisar a relação entre a revisão da experiência armada e a construção do partido político que seria hegemônico dentro da esquerda brasileira a partir da década de 1980.

Esses dois quadros políticos se notabilizaram por estruturarem críticas a luta armada a partir de um espectro analítico que se tornaria hegemônico com relação a essa experiência. Eles partem do pressuposto de que foi um erro aderir aquela metodologia de luta e por mais que justifiquem a partir das questões apresentadas anteriormente, é preciso ressaltar esse ponto de vista estruturante. Na visão desses militantes, a luta armada foi um erro. Do mesmo modo, os outros quadros políticos, como Apolônio de Carvalho e Paulo de Tarso também partilhavam desse mesmo ponto de vista. Nesse sentido, é possível concluir que a relação estabelecida entre os militantes políticos da luta armada e a fundação do PT foi feita a partir desse prisma. Integraram a fundação do partido aqueles militantes que fizeram a revisão destacando esse viés inicial. Não é possível observar uma estrutura de pressão por parte do movimento de fundação do Partido, seja os intelectuais, seja os operários, impedindo que aqueles que não viam a luta armada de modo a condená-la fizessem parte do partido. Mas o programa que se formou nessa defesa, estruturando um perfil partidário a partir da efetiva participação dos trabalhadores e seu viés partidário não abria espaço para aqueles que não entendiam a adesão à guerrilha como um erro.

De maneira dialética, é preciso destacar também que a formação de um partido de massas feito no seio dos operários brasileiros também veio ao encontro daqueles militantes que tiveram em seu pensamento uma ideia crítica da luta armada por ela ter sido incapaz ou mesmo ter afastado as massas populares, sobretudo as operárias dessa participação. Para Daniel Aarão Reis, "as organizações revolucionárias continuavam imaginando-se como vanguardas, no sentido leninista do termo, concebendo o Partido como uma frente política, um campo de influência e de recrutamento, destinado a ser dirigido politicamente por elas". (REIS, 2007, p. 12) Nesse sentido, se a luta armada enquanto vanguarda política teria sido incapaz de mobilizar o povo para o processo revolucionário, o novo partido poderia cumprir essa função. Assim, houve o casamento entre uma proposta política partidária e militantes, individuais ou ainda organizados, na construção de um novo modelo de luta, em que a metodologia da luta armada não possuía espaço e precisava ser destacadamente criticada. Dessa maneira, o jornal *Em Tempo,* ferrenho defensor da construção partidária propagou essa visão unívoca da revisão da luta armada.

A estruturação dessa ideia é expressada no número 108 do jornal, em um editorial intitulado "o que a esquerda pensa do PT". o subtítulo da matéria anuncia uma mudança de perspectiva naquele momento dizendo que:

> Poucas foram as organizações da esquerda brasileira que desde a primeira hora apoiaram o surgimento da proposta do Partido dos Trabalhadores: A grande maioria hesitou um bom tempo, perplexa e vacilante diante do caráter "revolucionário" do PT frente a seus esquemas de análise da sociedade brasileira. Hoje, no entanto, o quadro é diferente. A grande maioria da esquerda apoia a proposta, embora quase que cada uma a seu estilo. (O QUE A ESQUERDA..., 1980, p. 2)

Nota-se que o alvo da discussão seria o caráter revolucionário do PT, ou seja, se sua proposta política configurava-se dentro do viés socialista ou defendia uma atuação institucional dentro da estrutura político-econômica vigente. Para o jornal, o movimento operário ocupou um papel transformador no entendimento político dessas organizações:

> A eclosão dos movimentos grevistas a partir de 78 e principalmente o surgimento da proposta do Partido dos Trabalhadores em princípios de 79, são dois fatos que deixaram a maioria das organizações da esquerda brasileira perplexas num primeiro momento e, em alguma medida confusas até hoje. Completamente fora de suas previsões, estes dois acontecimentos obrigaram-nas a repensar radicalmente seus esquemas de análise da realidade brasileira e, por decorrência, seus projetos políticos. (O QUE A ESQUERDA..., 1980, p. 2)

Isso atesta, que, ao menos no entendimento de *Em Tempo,* o fator desencadeador desse novo viés dentro da esquerda brasileira foi a irrupção do movimento operário que deflagrou um conjunto de lutas sindicais, resultando em diversos momentos de greve desde 1978. Nesse sentido, os impactos que o novo sindicalismo teve dentro da cultura política brasileira são fundamentais para entender sua nova configuração. (MARTINEZ, 2007)

O editorial afirma que as organizações de esquerda se mostraram reticentes durante os primeiros sinais dos operários na criação de um partido da classe trabalhadora, seja por questões teóricas dos grupos, seja pela maneira em que a reforma partidária estava sendo executada ou mesmo pelo viés político desse partido. Porém, o jornal afirma que quando a proposta ganhou corpo, elas aderiram ao projeto:

> Hoje, com exceção do Partido Comunista Brasileiro - PCB, do Partido Comunista do Brasil — PCdoB, e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR 8, ao que se sabe, todas as demais organizações da esquerda brasileira se posicionam favoravelmente ao PT. (O QUE A ESQUERDA..., 1980, p. 2)

Segundo a visão do jornal *Em Tempo*, a única organização que não havia aderido ao projeto do PT foi o MR-8, o que sustenta o argumento de que isso teria levado ao viés mais crítico com relação a essa organização revolucionária. O editorial segue destacando

os posicionamentos de diversas organizações de origem trotskista, como a Frente Operária e a Convergência Socialista. Também analisa a posição do Movimento pela Emancipação do Proletariado e se detém de maneira direta sobre o PCBR dizendo que:

> Um documento seu de março, deste ano, deixa claro que no Brasil de hoje há uma nítida "diferença entre um partido de massas e um partido revolucionário". Segundo o PCBR o PT deveria se constituir num partido "de luta e de massas", canal de expressão política de todos os setores populares. (O QUE A ESQUERDA..., 1980, p. 2)

Nesse sentido, o PCBR defendia a criação e a militância dentro do PT para que ele se transformasse num instrumento de derrubada da ditadura militar através de um "programa de mobilização e não um programa de governo". (Idem.) Essa posição, ao que indica o editorial, é bastante aceita, pois não foi criticada como posteriormente serão outros posicionamentos das demais organizações da esquerda brasileira.

Outras duas organizações que em seu passado estiveram envolvidas com a luta armada são citadas no editorial:

> (...) no caso da Ala Vermelha e do grupo Unidade, não dão muito a conhecer suas posições através de documento de circulação menos restrita. Mas, resumidamente, têm uma visão próxima àquela da AP e do PCBR ao definirem o PT como um partido tão somente tático e de caráter popular. (O QUE A ESQUERDA..., 1980, p. 2)

Portanto, as organizações que pegaram em armas e que foram favoráveis a criação do partido são vistas de maneira positiva por parte do editorial publicado no jornal. Nota-se que não se estabelece nenhuma crítica com relação ao posicionamento, inclusive com relação àquelas que não entendiam o partido como um instrumento revolucionário, mas apenas como um fator catalisador das massas trabalhadoras:

> Em meio a todo este emaranhado de definições e propostas é de se destacar no entanto que estas organizações e muitas outras não mencionadas, apesar de equívocos que se pode lhes atribuir, tiveram a sensibilidade de optar pelo campo do PT para o desenvolvimento de suas definições. Todas elas estão abertas, em maior ou menor medida, para a possível experiência inédita na história brasileira, de uma oportunidade singular de junção do movimento operário com a vanguarda revolucionária. (O QUE A ESQUERDA..., 1980, p. 2)

O que importava seria o apoio para construção do partido e a participação nesse momento que foi visto como singular na história das esquerdas brasileiras. Já àqueles que são críticos com relação a sua fundação, PCB, PC do B e MR-8, citados de início como

os únicos que não aderiram ao movimento, recebem o tratamento ácido e desqualificante que foi característico do jornal ao tratar de grupos adversários:

> O que não se pode dizer das três organizações mencionadas mais acima as quais, do alto de sua arrogância. dogmatismo e ao mesmo tempo reformismo, fecharam-se em copas diante do fenômeno PT e se encrustaram no PMDB proclamando-se elas próprias já o Partido do Proletariado. Como se isso já não bastasse, o PCB teve o desatino de, em editorial recente do Voz da Unidade, proclamar que "hoje no Brasil existe espaço para um partido à direita" dele próprio. Ou seja, o espaço que eles, presunçosamente, reservam para o PT. Para estes fica a velha frase de Marx: 'De vocês, a história já falou' (O QUE A ESQUERDA..., 1980, p. 2)

Portanto é preciso concluir que a visão expressada pelo jornal *Em Tempo* sobre as organizações que aderiram ao projeto do PT contou com uma visão muito mais favorável ao passo que foi destinado um olhar muito crítico para aqueles que fizeram parte do projeto. Mesmo que históricos prévios de embates teóricos dessas organizações possam incidir nessa visão, parece ser muito mais o embate travado naquele momento que foi determinante para que ele se estabelecesse. Nesse sentido, parece ser possível concluir que a revisão sobre a luta armada que ocorreu nas páginas de *Em Tempo* esteve enviesada por um projeto político do presente e voltado para o futuro e pouco importou uma análise pormenorizada do passado. Sobretudo, o caráter analítico das publicações esteve fortemente relacionado aos movimentos estarem articulados ou não com o projeto político que o jornal defendia.

O Jornal *Em Tempo,* após a legalização do Partido dos Trabalhadores em 1980, passou a delinear cada vez mais fortemente suas matérias e reportagens para o seu sentido político proposto, de ser um organismo de articulação para a luta da classe trabalhadora por meio do projeto do partido recém criado. Em suas páginas não se lê mais nada com relação aos movimentos de luta armada, sendo um indício que para este importante jornal da imprensa de esquerda do Brasil, a análise crítica já havia sido realizada, aos moldes do que foi interpretado aqui.

No mesmo período em que o jornal *Em Tempo* se dedicou a realizar uma avaliação das atuações das esquerdas revolucionárias que atuaram no Brasil nas décadas anteriores, houve também uma forte presença desse debate nas páginas de outro importante semanário que se configurou como um articulador da reorganização da esquerda brasileira no período de distensão autoritária que marcaram os últimos anos da década de 1970. O jornal *Movimento* foi um importante espaço para o debate sobre as ações

guerrilheiras, se configurando também como um lugar em que as avaliações sobre as experiências armadas foram feitas, conforme será debatido a partir de agora.

3.12. O jornal *Movimento* como espaço do debate das esquerdas armadas.

O jornal *Movimento* foi um empreendimento jornalístico criado em 1975 a partir de uma ruptura de uma ruptura que existiu com um dos pioneiros periódicos da imprensa alternativa chamado *Opinião,* que surgiu ainda em 1972. *Movimento* e o conjunto de pessoas que formou seu projeto editorial defendiam uma luta de frente ampla contra a Ditadura Militar e essa ideia se expressou na variedade de militantes políticos que se articularam em torno do jornal, conforme afirma Bernardo Kucinski:

> Praticamente todos os remanescentes de antigos grupos se aproximaram de MOVIMENTO e apoiam o projeto: antigos militantes da POLOP, da Dissidência e da Ala Vermelha, (...), remanescentes do COLINA, da ALN, ex-membros da AP que rejeitaram a fusão com o PC do B e alguns intelectuais do PC. Também se aproxima do MOVIMENTO um grupo novo, de estudantes de Belo Horizonte, (...) posteriormente conhecido pelo nome Centelha (...) (KUCINSKI, 1991, p. 290).

Essa pluralidade de militantes e sobretudo a presença de integrantes das esquerdas armadas demonstra a importância que o periódico possui para investigar a maneira pela qual esses militantes e seus pares utilizaram esse espaço para refletir sobre as experiências pregressas da esquerda brasileira e, sobretudo, forjar novas.

Segundo Inara Sousa, *Movimento* foi um jornal que circulou muito mais dentro de um espaço intelectualizado, sobretudo pela linguagem e preço do semanário. A autora também afirma que: "O jornal Movimento teve um número de vendas mais reduzido, 20 mil exemplares por tiragem em média. Mas sua abrangência foi grande. Tinha, pelo menos, uma sucursal em cada região brasileira e, algumas vezes, era entregue no exterior". (INARA SOUSA, 2014, p. 46).

Dada a sua abrangência, o perfil daqueles que compunham seu projeto editorial e o caráter das matérias publicadas, *Movimento* sofreu fortemente com a censura. Sousa destaca que além de atrasar e dificultar a produção do semanário, a censura piorou substancialmente a partir do número 20, publicado em novembro de 1975, quando o jornal foi obrigado a submeter suas matérias para o centro da censura em Brasília/DF, o que fazia com que o jornal trabalhasse com até quatro matérias de capa distintas. (SOUSA,

2014, pp. 68 - 69) Essa prática durou até outubro de 1978. Até essa data foram vetados pela censura 3093 artigos na íntegra, 450 mil linhas de textos parcialmente, 3162 desenhos, mais de 4,5 milhões de palavras, ou seja, 40 % do conteúdo produzido foi vetado. (Idem.)

Diante desse quadro de censura em constante atuação, não é de se espantar que não existam textos ou matérias que debatam a questão da esquerda armada até o fim da censura com a revogação do AI-5, em outubro de 1978. Portanto, nos primeiros três anos e meio de existência de *O Movimento* não foram localizadas nenhuma linha escrita sobre o tema. Foi nesse período que o jornal passou por embates internos que acabaram por configurar uma linha editorial mais alinhada com o pensamento de Duarte do Lago Brasil Pacheco Pereira, ex-militante da AP e integrante do PC do B, que clandestinamente escrevia os textos da coluna "Ensaios Populares", dedicada a avaliar questões políticas brasileiras e que delineava a linha editorial do semanário. (KUCINSKI, 191, p. 298)

O Movimento, inclusive, veria como resultado desse processo a cisão de um grupo de jornalistas e militantes da esquerda que formaria em 1977 o coletivo que criou o jornal *Em Tempo.* Nesse aspecto, por mais plural que ambas as experiências jornalísticas aqui analisadas possam expressar, é possível observar uma posição *pecedebista* em *Movimento* enquanto que a linha de *Em Tempo* expressou principalmente o projeto político *trotskista,* ainda que, conforme analisado anteriormente, *Em Tempo* tenha sido idealizado e desenvolvido em uma característica mais plural de setores das esquerdas brasileira. Para além das questões de matrizes teóricas da esquerda, é preciso salientar que esse embate entre os grupos incidiu sobre a maneira pela qual a revisão sobre a luta armada foi feita nas páginas dos jornais, objeto central de análise deste capítulo.

O jornal *Movimento* publicou diversas matérias e análises - inclusive cartas de leitores - sobre o tema da luta armada entre as edições 186 e 235, que datam de janeiro de 1979 até dezembro de 1980. Esse foi o período em que os jornais alternativos de esquerda se concentraram no debate acerca das questões relacionadas à luta armada e é possível estabelecer duas hipóteses que explicam o início e o fim do período. Até fins 1978, a censura imperava nos meios de comunicação brasileiros com todo o aparato jurídico e legal que se estabeleceu no regime militar. Conforme foi visto a partir da bibliografia de referência, o jornal *Movimento,* por exemplo, foi alvo de intensa censura por parte da Ditadura Militar e isso impediu que o tema fosse debatido nas páginas dos jornais clandestinos. O próprio jornal atesta a censura geral sobre o tema da luta armada ao

publicar, na edição de número 195, de março de 1979, uma nota sobre o livro *Em câmera lenta,* de Renato Tapajós, dizendo que:

> O último ato do ex-ministro da Justiça, Armando Falcão (...) foi liberar a circulação do romance 'Em Câmera Lenta', de Renato Carvalho Tapajós. Por causa dele, há dois anos atrás, o autor foi preso e processado pela Justiça Militar, sendo posteriormente absolvido. O livro foi recolhido das livrarias e, durante muito tempo, teve como único crítico e leitor o então secretário (...) Erasmo Dias, que se referiu várias vezes a ele como sendo 'obra notoriamente subversiva'. (A GUERRILHA..., 1979, p. 21)

Nos dois anos que se seguiram ao fim da lei da censura, observa-se um aumento considerável de publicações sobre o tema, mas que se encerram a partir de 1981. Ao que tudo indica, os jornais de esquerda passam a orientar suas publicações para outros temas considerados mais pungentes naquele momento histórico, sobretudo a reorganização partidária que se iniciou justamente no ano de 1980. Ao que tudo indica, conforme se anunciava a redemocratização brasileira, sintetizada por meio do surgimento e reestruturação dos partidos políticos, os jornais canalizaram suas ações voltadas para esse processo e não mais para o movimento de análise das ações da esquerda até então.

Cabe também pensar que naquele momento as esquerdas brasileiras iniciaram as ações para a pauta das eleições diretas para os cargos executivos, que culminaria dois anos depois na ampla mobilização para a aprovação da emenda "Dante de Oliveira", que ficou conhecida como campanha pelas "Diretas Já". Portanto, o período de revisão que condicionou a esquerda brasileira - ao menos aquela articulada por esses jornais clandestinos - a olhar para o passado existiu entre 1979 e 1980. Após esse período, as esquerdas brasileiras tinham o objetivo de olhar e construir o futuro.

O principal destaque da avaliação da luta armada presente nas páginas de *Movimento* foi o lugar especial dedicado às questões referentes à Guerrilha do Araguaia, uma das mais importantes campanhas guerrilheiras que ocorreu no Brasil na primeira metade da década de 1970 e foi organizada por integrantes do Partido Comunista do Brasil, o PC do B. Membros desse partido, inclusive, foram responsáveis pela organização do periódico, o que em larga medida explica a presença de debates acerca dessa experiência guerrilheira nas páginas de *Movimento.* Sendo assim, o semanário foi palco de um movimento intenso de revisão da Guerrilha do Araguaia, conforme será analisado a partir de agora.

3.13. A Guerrilha do Araguaia nas páginas de *Movimento*.

Apesar da forte incidência do tema da luta armada nas páginas de *Movimento,* é preciso dimensionar um aspecto muito relevante para sua análise. A maior parte das questões sobre as esquerdas armadas que aparecem nas páginas do semanário versam sobre a *Guerrilha do Araguaia,* movimento armado concentrado no norte do Brasil e organizado pelo PC do B. Essa presença massiva de textos sobre o tema está diretamente relacionada a forte ligação que *Movimento* possuía com este partido político, como explicado anteriormente. Porém, existem alguns outros aspectos que são importantes de destacar aqui sobre a importância da Guerrilha do Araguaia, sobretudo para aquele período.

A Guerrilha do Araguaia ficou conhecida entre os episódios de luta armada no Brasil como sendo um processo distinto daqueles mais costumeiramente estudados e representados em diversos vetores de memória[66]. Essa diferenciação ocorre pelas questões organizacionais e pela periodicidade em que ocorreu a Guerrilha, e também pela violência ocorrida contra ela. O PC do B passou a fazer a leitura do processo histórico de luta das esquerdas brasileiras no início da década de 1970 de modo a entender que não havia possibilidade de estabelecer uma guerrilha nos centros urbanos brasileiros diante da estrutura repressiva com o qual a Ditadura Militar contava naquele período. A avaliação, ainda que permeada por debates de fundo teórico, que levavam em consideração a tática da guerra popular prolongada e de elementos do foquismo, tinha uma origem prática. Jean Sales afirma que no período de preparação da guerrilha, o PC do B refletia sobre:

> (...) de que forma fazer contestação nas cidades diante da ação cada vez mais organizada dos órgãos de repressão - que, por volta de 1972, já haviam destruído praticamente todos os grupos da esquerda revolucionária brasileira - e, ao mesmo tempo, preparar a luta armada? (...) (SALES, 2007b, p. 87)

Ou seja, para além dos influxos teóricos, o que motivou a instauração da campanha no norte brasileiro foi a leitura daquilo que havia acontecido com as organizações que agiram nas cidades. E essa análise também motivou que o projeto, além de se estabelecer em território afastado dos grandes centros urbanos, também tivesse um grau de

[66] Seja no cinema, na literatura e mesmo na historiografia, nota-se sempre uma maior incidência de temas relacionados à Guerrilha Urbana.

clandestinidade ainda mais elevado do que o normal para os grupos guerrilheiro: “O partido respondeu a essa questão com uma organização absolutamente clandestina de seu projeto guerrilheiro: nem mesmo todos os membros do Comitê Central sabiam da existência das ações no Araguaia”. (SALES, 2007b, p. 88)

Diante dessas questões, a Guerrilha do Araguaia se estabeleceu como uma experiência única dentro do tema da luta armada brasileira. Um conjunto de guerrilheiros se embrenhou nas regiões de mata e procurou se enraizar entre os moradores da região a fim de desencadear a partir dali a luta que promoveria a revolução brasileira. Esse projeto durou entre 1972 e 1974, quando praticamente todos os 70 guerrilheiros que estiveram na região foram violentamente assassinados pelas forças do regime[67]. A partir do desmonte da Guerrilha do Araguaia e da violência empregada pelo Estado brasileiro na sua repressão, iniciou-se um movimento que alguns historiadores identificaram como propagador de um apagamento da História. Isso se visualiza em diversos aspectos, sendo o mais evidente deles, o próprio Estado brasileiro negar a existência da guerrilha e das violações perpetradas no seu combate. Apenas com a publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, é que o Estado brasileiro reconheceu oficialmente que houve uma “política deliberada de extermínio extrajudicial dos guerrilheiros encontrados na mata” (BRASIL, 2014, p. 717).

Esse extermínio extrajudicial teve como uma de suas políticas mais marcantes o desaparecimento dos corpos de inúmeros integrantes da guerrilha. Estima-se que cerca de 66 corpos de guerrilheiros ainda estejam desaparecidos como vítimas da ação realizada pelo exército brasileiro no combate da campanha. Esse desaparecimento - para além das terríveis consequências que provocaram em questões com relação ao luto - provocou uma enorme confusão entre os militantes do PC do B e dificultou inclusive uma avaliação sobre a experiência armada. Mas para além disso, iniciou essa política de esquecimento que reverbera até os dias hoje na memória do Brasil e que não contou apenas com a tática de desaparecimento de cadáveres, como também com uma política cuja finalidade foi a de desaparecer com arquivos sobre as três campanhas dos anos anteriores para “eliminar os vestígios de conflito armado e das atrocidades cometidas pelos militares na região” (REIS; MARCOS; MOREIRA, 2021, p. 185)

Esse lugar distinto que a Guerrilha do Araguaia ocupa na historiografia e na memória do Brasil implica na necessidade de fazer uma análise específica desse projeto

[67] Estima-se que menos de 20 guerrilheiros sobreviveram da campanha. Muitos deles, depois de fugirem, foram capturados pela Ditadura Militar.

guerrilheiro, como será feito aqui. Ao que a análise do tema nas páginas de *Movimento*, já no final da década de 1970 havia uma ação de integrantes da esquerda brasileira de fazer um contraponto a esse esquecimento, o que talvez justifique a quantidade de referências a esse tema que aparece no jornal durante esse período. Somado a isso, também existe a relação existente entre *Movimento* e PC do B. A partir de todas essas questões é que se justifica a análise específica que será feita a partir de agora sobre a revisão da Guerrilha do Araguaia nas páginas do jorna *Movimento.*

Na edição de número 186, de janeiro de 1979, inicia-se as apresentações da Guerrilha do Araguaia nas páginas do *Movimento* com uma nota referente às reportagens que o jornalista Fernando Portella fez para o *Jornal da Tarde,* que deu origem a um livro intitulado *Guerra de guerrilhas no Brasil - a saga do araguaia.* A nota apresenta o conjunto de reportagens e o lançamento do livro e fala sobre como ele foi importante para que o tema ganhasse espaço no debate público brasileiro. Ao apresentar a obra, o jornal cita o conjunto de fontes que foram utilizadas pelo jornalista - entrevistas, sobretudo - em contraposição a inexistência de fontes oficiais, que não são disponibilizadas por conta de uma política que o jornalista diz ter como objetivo ignorar para esfriar. Sobre a obra, o jornal afirma que:

> A série traz detalhes importantes e minuciosos das diversas fases da luta e mostra, pela voz de um oficial (anônimo) o despreparo tático, físico e moral das tropas do governo na fase inicial de combate aos guerrilheiros, inclusive confirmando o elogio público que um oficial comandante faz a um guerrilheiro morto. (...) Ainda do depoimento desse oficial, confirma-se a grande estima, apoio e respeito mútuo entre a população e os chamados 'paulistas', como eram chamados os guerrilheiros. (UM REPORTER..., 1979, p. 3)

Ainda que de maneira sutil, a nota traz um importante aspecto de autocrítica sobre a experiência quando cita a fala de José Genoíno, sobrevivente da guerrilha. É interessante notar como a própria nota faz questão de apresentar a fala de Genoíno como um contraponto a um entendimento de que a experiência foi equivocada:

> Em seu depoimento, o guerrilheiro José Genuíno Neto, preso antes do início dos combates, torturado e condenado a 5 anos de prisão enfrentou com calma as provocações do autor (expressão do próprio Portella): 'Não foi um delírio. Trata-se de um movimento político oposicionista, que surgiu numa região onde os conflitos pela posse da terra alcançaram seu nível mais agudo. (...) Não fomos simplesmente cativar a população ou fazer proselitismo. (...) A ideia tomou forma sofrendo, mergulhando na realidade social e política da região.' (Idem.) (grifo nosso)

O destaque dado ao jornal sobre a relação estabelecida entre o guerrilheiro que dá o depoimento e o jornalista que escreve o livro é reveladora de diversos aspectos importantes sobre a Guerrilha do Araguaia e sobretudo sobre a visão crítica que quem participou do evento tem sobre a experiência. Ao identificar as perguntas como provocações, a nota do jornal expressa que na visão do jornalista Fernando Portella, a guerrilha foi um delírio. Genoíno, ao confrontar essa "provocação", deixa explícito que sua visão é oposta e apresenta um ponto de vista interessante sobre sua visão acerca do Araguaia.

Um ponto que merece destaque foi a relação estabelecida entre os ex-guerrilheiros com a chamada grande imprensa para tratar do tema da luta armada no Brasil. Em entrevista concedida à Jean Sales em 2019, Genoíno relembra do momento em que o jornalista Fernando Portella apresentou a matéria que estava escrevendo sobre o Araguaia, solicitando que o militante desse seu depoimento sobre o tema. Preocupado com a maneira pela qual o jornal trataria a experiência, Genoíno consultou seu advogado sobre qual atitude tomar e foi orientado a:

> (...) fazer uma exigência a qual o *Jornal da Tarde* não pudesse cumprir. Então eu disse ao jornalista que eu falaria e entregaria os documentos diante da assinatura de uma carta do dono do jornal de que tudo aquilo que eu entregasse e tudo o que eu falasse sairia na íntegra. Ele aceitou e o conteúdo foi divulgado ao longo de uma semana. (GENOÍNO, 2019)

Dessa maneira, o tema da Guerrilha do Araguaia passou a ser amplamente divulgado em diversos setores da sociedade brasileira. Ao longo da pesquisa e da leitura da bibliografia de referência, foi identificada uma ideia hegemônica sobre a crítica às experiências guerrilheiras com relação a incapacidade das vanguardas de mobilizarem as massas e justamente por isso não foi obtido o apoio das mesmas. Quando Genoíno diz que a guerrilha nasceu dos problemas agrários enfrentados pela população local e que a "ideia tomou forma mergulhando na realidade social e política da região" ele está defendendo o processo de formação da guerrilha como um movimento que surgiu dos problemas do povo e que por isso contou com, mais do que o apoio, a participação do campesinato local.

Esse aspecto da relação estabelecida entre os integrantes da guerrilha com o campesinato local e, principalmente, o estabelecimento do local como efervescente por conta das lutas por terra que existiam naquele território é reiterado pela historiografia. Patrícia Mechi afirma que:

> Há inúmeras evidências de que se estabeleceu uma continuidade entre a violência perpetrada aos posseiros e trabalhadores rurais em geral, a partir do episódio da guerrilha do Araguaia e as lutas contemporâneas pela terra. Considerando as condições de fortalecimento do latifúndio que estavam sendo gestadas e a presença de um movimento guerrilheiro que, na visão dos governos militares, por si só deveria ter sido exterminado; a extrema violência no Araguaia direcionada aos camponeses tinha causas que extrapolavam a guerrilha. (MECHI, 2013, p. 174)

Por outra parte, a fala de José Genoíno indica uma visão que atesta como correta o estabelecimento da guerrilha naquela região, pelos motivos que ficaram explícitos em sua fala reproduzida no jornal, no final da década de 1970, o que pode ser visto como um movimento para defender a guerrilha. O mesmo José Genoíno, em entrevista concedida para o Grupo de Estudos do Sentido ligado à Universidade Federal do Tocantins em 2020, atesta a ideia de uma região já conflituosa que teria sido motivação para a escolha do lugar:

> Era uma região tensa, já era tensa a região. Tinha muitos conflitos. Aliás, eu vou mostrar para vocês aqui um livro (...): O nome da morte. É a história de um pistoleiro que matou 492 pessoas: Júlio Santana. Esse pistoleiro foi a pessoa que atirou em mim quando eu fui preso. E ele conta as mortes que ele praticava na região. Então, era uma região desse tipo. A gente convivia com isso, a gente vivia nesse meio. Era uma região que começou a ter problema de posse da terra, início dos conflitos. (...) E esse relato desse livro aqui, "O nome da morte", retrata bem como as questões eram resolvidas lá no sul do Pará. E tinha um lema que as pessoas diziam. Tinha muito cearense lá no sul do Pará na época. Diziam um lema do Padre Cícero: "Quem atravessasse o Araguaia nos anos 70, não atravessaria mais, porque o Araguaia ia pegar fogo, através de uma guerra". (FIGUEIREDO; REIS; SOUSA. 2020, p. 283)

Como é possível notar, o ex-guerrilheiro segue defendendo mesmo quarenta anos depois que o estabelecimento da guerrilha naquela região estava associada a uma avaliação prévia que identificava no território um conflito fundamental para o processo revolucionário brasileiro que era a questão agrária.

O jornal *Movimento* apresenta na edição de número 197, de abril de 1979 mais uma nota bastante parecida com a anterior, destacando o lançamento de outra obra sobre a experiência do PC do B no Araguaia. Nessa nota, o jornal destaca a publicação do livro *Diário da Guerrilha do Araguaia,* publicado pelo jornalista José Carlos Ruy. De saída, a publicação denota o interesse de jornalistas brasileiros com relação ao tema. Mas a nota chama a atenção por outros aspectos. Ela se inicia dizendo que:

> A guerrilha do Araguaia é um dos episódios mais em evidência da história recente de nosso país. Apesar disso, faz parte de uma série de episódios sangrentos que pontilham nossa história. Tem razão Clóvis Moura quando diz, na apresentação do Diário da Guerrilha do Araguaia, que 'no Brasil esses movimentos são uma constante. Desde os quilombos, passando pelas guerrilhas contra os holandeses, a Inconfidência Mineira, Inconfidência Baiana, Canudos, Contestado, Muckers e tantos outros. (...) Esses movimentos atestam: a História sempre se movimentou por meio de fatos surgidos das camadas oprimidas, desejosas de mudança social'. (RUY, 1979, p. 19)

Além de reproduzir a fala de Clóvis Moura na apresentação do livro, *Movimento* também faz questão de inserir a guerrilha "na série de movimentos populares que, em nosso país, colocaram frente a frente as massas oprimidas do campo e as estruturas dominantes do latifúndio e de seus representantes políticos, protegidos pelas asas do estado". (Idem.). A nota se conclui destacando a importância da guerrilha na História brasileira, dizendo que:

> (...) seja qual for o lado que possamos assumir em relação ao evento - de sua validade, de sua criminalidade ou de seu possível radicalismo -, a guerrilha do Araguaia, apesar de constituir 'uma das áreas proibidas de nossa história atual', faz parte da história viva dos tempos atuais (Idem.)

A nota insere a Guerrilha do Araguaia em um conjunto de levantes populares históricos e, por mais que procure tratar com certa nuance o processo interpretativo com relação aos seus êxitos, celebra a sua importância, sobretudo como um evento histórico que deve ser conhecido.

A primeira vez que o semanário *Movimento* apresenta posicionamentos mais estruturados sobre a experiência da Guerrilha do Araguaia foi na edição de número 199, publicada em abril de 1979, iniciando um movimento de debate público sobre a experiência no norte do país que duraria praticamente até o final do ano de 1979 e seria marcado por publicações de documentos internos, entrevistas, notas e até mesmo cartas de leitores sobre o evento. Na edição que abre o debate, foi publicada uma carta escrita por Pedro Pomar, em julho de 1976 que expressa diversos aspectos com relação aos erros cometidos pelos guerrilheiros no Araguaia. Além da carta contar com uma chamada na capa do jornal com o título: "Guerrilha: a guerrilha do Araguaia criticada por um dirigente do PC do Brasil", ela também ocupa duas páginas inteiras do semanário. O jornal faz uma apresentação breve da guerrilha em si, dos movimentos realizados pela imprensa clandestinas e mesmo pela grande imprensa para impulsionar a divulgação dos eventos e também explica a trajetória de Pedro Pomar no movimento de autocrítica realizado internamente pelo PC do B, ressaltando que o:

> (...) Comitê Central do PC do Brasil esteve empenhado num debate de avaliação entre 1974 e 1976. A carta de Pedro Pomar, que agora publicamos, é uma peça desse debate. Embora encerre apenas um ponto de vista pessoal, tem valor para os futuros historiadores desse período e desde já para os analistas e militantes políticos de todas as tendências. (GUERRILHA, 1979, p. 12)

Não é possível afirmar a partir da apresentação realizada pelo semanário que exista um determinado ponto vista defendido por ele nesse debate. O que mais chama a atenção é como *Movimento* se colocou, ao publicar o documento escrito por Pedro Pomar, como um espaço que teria como objetivo justamente fomentar a discussão sobre o tema, como eles afirmavam explicitamente. Por outra parte, também cabe ressaltar que, mesmo o jornal tendo relações diretas com o PC do B, conforme já foi visto anteriormente, ele não expressa - como inclusive será observado posteriormente na entrevista com João Amazonas - o posicionamento oficial do partido sobre a experiência do Araguaia em suas páginas. Isso apresenta elementos para que seja possível concluir que o semanário *Movimento* se configurou como um lugar socioespacial que serviu para a revisão da luta armada no Brasil.

O semanário defende, inclusive em outras edições, que seu espaço destinou-se a realização desse movimento de autocrítica, conforme se nota na publicação de número 220, publicada em setembro de 1979, cuja matéria apresentava a visão de José Genoíno Neto, guerrilheiro que sobreviveu da campanha no Araguaia e que fazia, naquela edição, o seu balanço sobre a experiência. Nos parágrafos introdutórios do depoimento de Genoíno, ele afirma que:

> Com a amplitude da divulgação dos acontecimentos do Araguaia, torna-se ainda mais necessária uma avaliação profunda do significado da experiência e das causas de sua derrota. Algumas publicações já apresentaram elementos de análise. (...) a parte da entrevista de João Amazonas a MOVIMENTO n. 215, bem como a carta de Pedro Pomar divulgada no MOVIMENTO n. 199. São opiniões polêmicas, divergentes entre si e importantes para o debate do balanço da experiência. (PARA A..., 1979, p. 12)

Portanto, o próprio guerrilheiro que participou da experiência no sul do Pará entendia como sendo responsável por utilizar aquele lugar socioespacial para que se realizasse o debate acerca dos movimentos guerrilheiros, neste caso específico, a Guerrilha do Araguaia. Genoíno reiterou em outras entrevistas concedidas posteriormente que sua abordagem com relação à divulgação do tema para a sociedade respondia à diversos dilemas éticos e morais que permeavam sua militância, o que justifica ele ter

sido um dos principais porta-vozes desse tema. Ele relata, inclusive, que seu posicionamento individual de divulgar o que tinha acontecido no Araguaia, sobretudo pela relação pessoal que tinha com ex-militantes que foram mortos e com suas famílias, acabou por ser um dos aspectos que fez romper com o PC do B, indicando uma tensão interna dentro do partido com relação a divulgação ou não da experiência, sua avaliação e outros aspectos relacionados.

O espaço destinado ao debate sobre a experiência guerrilheira no jornal *Movimento* foi bastante importante, é preciso dizer, pois apresentou a possibilidade de três conjuntos distintos de pessoas expressarem suas críticas à experiência, a saber: i. militantes de esquerda, armados ou não. ii. pessoas que possuíam relações com guerrilheiros que pegaram em armas. iii. admiradores ou críticos da experiência guerrilheira como um evento histórico. Ao longo das próximas páginas, esses três conjuntos de personagens serão analisados.

E um dado bastante relevante desse papel desempenhado pelo jornal *Movimento* na divulgação da Guerrilha do Araguaia é a centralidade que sua avaliação tomou internamente dentro do PC do B, levando a intensos embates internos desde o episódio da "Chacina da Lapa" em 1976, até a volta de João Amazonas ao Brasil, em 1979. Oséas Duarte, integrante do PC do B, revelou em entrevista concedida à Jean Sales em 2000, que "nas reuniões que ocorriam no aparelho da Lapa 'o pau estava torando' sobre as questões do Araguaia". Ele também afirmava que "o foco da divergência era a avaliação da queda, a avaliação do Araguaia, o comportamento moral do Amazonas". (DUARTE, 2000). Essa tensão existente dentro do Partido Comunista do Brasil após a experiência no norte do país permeia toda a avaliação da guerrilha realizada nas páginas de *Em Tempo,* conforme será discutido a partir de agora, e revela como o jornal foi responsável por explicitar todas essas questões internas do partido.

O primeiro personagem apresentado nas páginas de *Movimento* foi Pedro Pomar, militante que pegou em armas na região do Araguaia e que estruturou sua avaliação da experiência armada a partir da crítica de que na guerrilha havia muito ação de caráter foquista. Segundo Oséas Duarte:

> (...) o Pomar achava que ali teve muito de foquismo e a outra tendência não. Nós fizemos uma avaliação do Araguaia já depois disso no 6º congresso do PC do B aqui ainda clandestino. E prevaleceu esses movimentos, de que não foi foco, apesar de ter suas limitações, alguns erros militares e políticos que foram cometidos, etc. (DUARTE, 2000)

Dessa forma, estrutura-se um embate entre aquilo que foi defendido como principal característica do erro cometido pela Guerrilha do Araguaia, o foquismo, e, em consequência disso, a ausência de mobilização popular na região. Conforme será analisado nas próximas páginas, todo o debate acerca da experiência no norte do país se estrutura dentro desse prisma.

O documento publicado na edição de número 199 de *Movimento* é a carta escrita e apresentada por Pomar já em 1976 nos embates internos do partido, como sendo uma autocrítica para tirar lições e indicar caminhos, sendo que no seu ponto de vista, já se tardava o exercício de reflexão:

> Camaradas! O debate, ao nível do Comitê Central, da experiência da luta guerrilheira do Araguaia dará, segundo penso, resultados que todos almejamos. Sem dúvida, estamos tardando demasiado em tirar as lições fundamentais. As condições políticas atuais bem como a nossa inexperiência e outras debilidades, vem dificultando e retardando os esforços nesse sentido. Mas se quisermos ficar à altura de nossos deveres, temos de empreender sem maiores dilações a avaliação crítica e autocrítica dessa luta. (POMAR, 1979, p. 12)

Ao apresentar o projeto de realizar a autocrítica da experiência, Pomar anuncia que os escritos de João Amazonas que informam sobre a experiência devem servir de base, mas ele adverte para que individualmente cada sujeito possa avaliar os significados e as contribuições dessa experiência. É necessário adiantar aqui que o embate central sobre a avaliação do Araguaia se estrutura justamente entre o posicionamento de Pedro Pomar contra João Amazonas, sobretudo com relação ao caráter da guerrilha ter sido vitoriosa em seu viés político de contar com a participação das massas locais (posicionamento de Amazonas) ou derrotada, justamente por não ter conseguido tornar os camponeses que habitavam a região protagonistas da luta (tese de Pedro Pomar).

Na sequência da carta, Pomar aponta o seu entendimento mais abrangente com relação a proposta de luta armada e seu caráter revolucionário dentro da esfera do marxismo-leninismo, caracterizando o Partido Comunista do Brasil em seu viés revolucionário em contraposição ao que ele próprio designa como um partido revisionista, no caso, o PCB:

> Em torno do caminho, da concepção e do método da luta armada sempre surgiram divergências. O caráter revolucionário de nosso Partido, sua linha política, seu comportamento sempre foram aferidos pela posição assumida em face da luta armada e pela maneira de procurar concretizá-la. A fidelidade dos marxistas-leninistas a essa ideia e o esforço para fazê-la triunfante os distinguem de todos os demais agrupamentos populares. Isso determinou a

> ruptura com os revisionistas contemporâneos, principalmente com o bando de Prestes. (POMAR, 1979, p. 12)

Sua defesa da luta armada como característica norteadora do PC do B se expressa na maneira pela qual o levante comunista armado de 1935 é celebrada como evento histórico que mobiliza o partido:

> Não por acaso a bandeira da insurreição popular de 1935 serve atualmente de parâmetro para a atividade dos comunistas. É essa bandeira que hoje devemos erguer com maior força e audácia, se quisermos libertar definitivamente o povo brasileiro e nos tornar os verdadeiros dirigentes da revolução no país. (POMAR, 1979, p. 12)

Segundo indica a introdução de sua carta, Pedro Pomar não procura estabelecer uma análise que indica que a escolha pelas armas caracterizou um erro em si, fazendo com que ele aponte, inclusive, determinados aspectos positivos da experiência armada no norte do país:

> A experiência do Araguaia, pelo que entendi, apresenta aspectos bastante positivos. (...) a firme decisão do Comitê Central de realizar a tarefa que aprovou, de implantar em algumas áreas do mais remoto interior brasileiro, dezenas de camaradas que demonstraram disposição de suportar todos os sacrifícios, a fim de prepararem e desencadearem a luta armada. (POMAR, 1979, p. 12)

Dentre os pontos positivos que Pomar mais destaca, está justamente a dedicação e determinação dos guerrilheiros, a escolha da região e a mobilização da população local:

> Destaco também a escolha da área que, nas condições atuais do país, se revelou propícia à nossa estratégia. (...) Considero igualmente importante que, após o surgimento da luta armada, os camaradas da guerrilha se tivessem empenhado na conquistas das massas e conseguido sensibilizá-las num grau elevado, ganhando sua simpatia e, mesmo, o apoio ativo de alguns camponeses pobres. (...) Dessa forma, procuram interpretar os anseios de amplas forças sociais e políticas no plano social, não se constituindo, portanto, como mais um grupo sectário, isolado ou regionalista. (POMAR, 1979, p. 12)

Ao que demonstra o documento, Pomar não discorda em nenhum aspecto das questões práticas que estiveram circunscritas à experiência armada. Em sua visão, não houve um isolamento das massas, o local escolhido para a ação foi assertivo e os guerrilheiros demonstraram bravura no desencadeamento da ação. Isso não o impediu de estabelecer uma série de questionamentos, voltados sobretudo para os significados exteriores da experiência guerrilheira e, sobretudo, o preço que ela custou:

> (...) continua sendo difícil para nós avaliar todo o significado da luta armada no Araguaia. Qual de fato seu alcance histórico? Deu os resultados que dela se esperava? Compensou o sacrifício dos camaradas que lá morreram; os melhores que contávamos? (POMAR, 1979, p. 12)

Na sequência, Pomar ressalta, de um lado, tanto o caráter mobilizador que a experiência causou dentro do PC do B e mesmo em outras organizações, inclusive de fora do Brasil, como também explicita que a maneira pela qual o regime militar se articulou para reprimir e silenciar a guerrilha indica a potência da mesma. Mas mesmo diante desses aspectos, ele é taxativo em dizer que:

> Entretanto, é preciso enfrentar a dura realidade. A luta iniciada a 12 de abril de 1972, com todo o heroísmo que conhecemos, e que se manteve organizadamente até fins de 1973 ou princípios de 1974, deixou praticamente de existir como tal a partir deste período. A 3ª campanha do inimigo (...) conseguiu em menos de três meses dispersar os destacamentos guerrilheiros, dizimar a maior parte dos combatentes e até mesmo atingir e desmantelar a Comissão Militar. A direção do Partido perdeu o contato com os combatentes do sul do Pará, e atualmente não sabem quanto deles sobreviveram. (POMAR, 1979, p. 13)

É importante destacar essa parte no seguinte sentido. As características da estruturação da Guerrilha do Araguaia criaram uma experiência que levou até as últimas consequências a necessidade de clandestinidade para que fosse possível estabelecer a guerrilha naquele território. Por conta disso, os contatos com quem estava fora da região do Araguaia eram mínimos e apenas ocorriam para cumprir o objetivo revolucionário. Ou seja, não havia contatos pessoais, os familiares não tinham notícias de seus parentes e mesmo outros militantes do partido não tinham informações concretas sobre suas vidas. Quando a campanha de repressão começou a ocorrer, a situação piorou ainda mais, uma vez que as forças repressivas omitiram as informações com relação aos participantes da guerrilha. Nesse sentido, nem os membros do partido nem familiares sabiam o que havia acontecido com eles. Portanto, o trecho acima é revelador do grau de desinformação que havia sobre os militantes do Araguaia, ao mesmo tempo que também representa um membro do Comitê Central assumindo a derrota militar do projeto guerrilheiro. Esse tom de assumir a derrota diante dos membros do Partido Comunista do Brasil e o nível de desinformação sobre os acontecimentos no norte do país é expressado por Pomar quando ele afirma que: “Há dois anos, o Comitê Central e o partido se acham num compasso de espera, confiando que alguma notícia ou informação venham desfazer as dúvidas sobre

os destinos dos camaradas que se encontravam no Araguaia, sobre o fim ou não da luta guerrilheira". (Idem.)

E diante desse quadro, Pedro Pomar assume textualmente em sua carta voltada para os integrantes dos PC do B que a derrota da Guerrilha do Araguaia não foi apenas temporária, como defendia João Amazonas, mas sim definitiva. Ele enumera os pontos que representam seu ponto de vista:

> Que objetivos eram esses? Primeiro conflagrar a área; segundo, libertá-la; e terceiro, convertê-la, com o tempo, numa sólida base de apoio. Portanto, não há como fugir da amarga constatação: ao cessar a resistência organizada, ao não ter alcançado nenhum dos objetivos a que se propôs, a guerrilha, apesar dos resultados positivos apresentados, sofreu uma derrota completa e não temporária. (POMAR, 1979, p. 13)

Ainda que seja veemente ao explicitar que a experiência foi derrotada em definitivo, é notório que Pedro Pomar não vê a experiência armada como tendo sido equivocada, diferente das demais autocríticas apresentadas, principalmente no contexto urbano, como foi visto anteriormente. Ele inclusive indica a possibilidade de retomada da ação, ainda que observe algumas mudanças, principalmente na conjuntura:

> E mesmo que consigamos retomar o processo armado iniciado em 1972 o lapso se tornou tão grande, as condições se apresentam de tal modo tão distintas etc., que essa retomada não será no mesmo nível nem se identificará com o processo anterior, embora os personagens possam ser os mesmos. (POMAR, 1979, p. 13)

Parece ser possível identificar que o que mobiliza a autocrítica proposta por Pomar foi um movimento de reconhecer aquela experiência como derrotada diante dos acontecimentos em si, principalmente as enormes perdas causadas pela repressão. E diante desse quadro, Pomar procura apresentar sua visão para explicar a derrota do ponto de vista da estratégia militar, discordando dos apontamentos feitos por João Amazonas. Este, dizia que o equívoco da guerrilha teria sido concentrar suas forças ao invés de dispersá-las, de não ter expandido a base guerrilheira e de que o agrupamento não conseguiu se adaptar às forças de repressão quando estas aprenderam como a guerrilha se organizava do ponto de vista militar. Já para Pomar, a derrota esteve diretamente associada a força repressiva que conseguiu desarticular a relação estabelecida entre os centros urbanos, que serviriam de base, e a guerrilha rural:

> O fato é que se o inimigo desferiu pesadíssimos golpes sobre as organizações partidárias das cidades e blasonar ter, assim, isolado grandemente a guerrilha. Nossas iniciativas, embora justas e oportunas, foram muito limitadas, aquém mesmo das possibilidades e necessidades. Quem sabe, num balanço mais completo, com a contribuição do conjunto, o papel do Partido venha a ser ainda mais bem avaliado? (POMAR, 1979, p. 13)

Pomar também procurava desconstruir toda a argumentação proposta por João Amazonas, principalmente com relação ao ponto do apoio que o Partido deveria dar e da preparação dos guerrilheiros. Para ele, toda a preparação foi feita de maneira correta e ele sustenta que:

> Do ponto de vista político os motivos e a decisão para o desencadeamento da luta também ficariam sob a responsabilidade do CM (Comando Militar). As forças Guerrilheiras seriam o braço armado do Partido em desafio à ditadura. A bandeira política, embora de amplo sentido democrático e libertador, devia ser arvorada assim que se iniciasse a luta, que se daria por meio de uma ação de repercussão nacional. As contradições sociais e políticas da área, as motivações locais, deveriam apenas respaldar a ação nacional; serviriam para atrair as massas da área e incorporá-las à luta, no processo. Em suma, tudo se condicionou ao êxito da luta armada que se preparava no Araguaia. (POMAR, 1979, p. 13)

E é justamente por conta dessas questões que a derrota esteve diretamente associada a efetiva reação das forças militares que destruíram os guerrilheiros, o que aconteceu em abril de 1972, quando a guerrilha foi denunciada e descoberta e as forças militares atacaram através de uma investida surpresa que visava a destruição dos núcleos guerrilheiros. Aqui, no entanto, as divergências entre o posicionamento de João Amazonas e Pedro Pomar se tornam claras. Amazonas apontou que o Comando Militar (CM), ao ser atacado, deveria ter recorrido à dispersão. Sobre esse questionamento, Pomar é extremamente taxativo e procurou argumentar que a própria estrutura da organização levou os guerrilheiros a não dispersarem:

> O camarada J. coloca a questão em termos de opção entre abandonar e resistir. A opção foi pela resistência. Mas não esclarece quais os objetivos imediatos e futuros perseguidos por essa resistência. E não faz porque tais objetivos estavam de há muito fixados. Quero dizer que, na realidade, decorreu de toda a concepção do trabalho realizado: do número de elementos dispostos na área, de sua organização, do plano geral de luta. A concentração de forças e a centralização do comando eram parte integrante e fundamental dessa concepção. (...) Em virtude de tal preparação e da ideia política predominante, dificilmente a CM poderia recorrer a outra opção. (POMAR, 1979, p. 13)

Em seu ponto de vista, João Amazonas criticou a ação do CM de não ter tomado certas decisões de ordem militares quando na realidade a estrutura organizativa da

guerrilha, centralizada, não permitiria essa tomada de decisões. E é diante desses aspectos que Pedro Pomar apresenta sua discordância com relação a continuidade da guerrilha, se contrapondo ao que Amazonas defendia:

> Apesar dessas constatações e da derrota sofrida, o camarada J. dá como aceita a concepção que prevaleceu na luta do Araguaia. Pondera que devemos continuar trilhando-a. Sinceramente, discordo dessa opinião. Certamente, como já disse, a experiência do Araguaia tem aspectos de valor que devem ser sistematizados e aproveitados. (...) Mas para determinar a validade de uma experiência isso apenas não basta. O fundamental, no caso concreto e como já ficou esclarecido em documentos relacionados com a guerra de guerrilhas, é a sobrevivência e o desenvolvimento da mesma. (POMAR, 1979, p. 13)

Ou seja, para Pedro Pomar, seria fundamental aceitar que a guerrilha havia sido derrotada militarmente e que isso impediu sua propagação como ferramenta para desencadear a guerra popular prolongada, ao mesmo que significava a necessidade de iniciar o processo de preparação, não como queria Amazonas, de retomar a mesma guerrilha. Mas outra discordância bastante importante entre as duas lideranças foi a participação das massas dentro da Guerrilha do Araguaia. Amazonas, como será melhor analisado posteriormente, defendia fortemente que a principal vitória da guerrilha tinha sido a mobilização das massas. Por sua vez, Pedro Pomar afirma que:

> Em certa medida, as derrotas e os erros serão inevitáveis, mas poderemos sem dificuldades avaliar seu resultado político (ou sua sobrevivência) pelo nível de incorporação das massas, por seu apoio ativo à luta guerrilheira. Ora, exatamente é com essa dificuldade que nos deparamos ao tratar da experiência do Araguaia. O número de elementos de massas ganhos para a guerrilha foi insignificante. (POMAR, 1979, p. 13)

Desse modo, talvez esteja aqui o principal enfrentamento entre as duas opiniões distintas com relação a análise da guerrilha. De um lado, João Amazonas defendia a continuidade, ressaltando a efetiva e numerosa participação das massas no processo revolucionário. Em contrapartida, Pedro Pomar contestava essa participação massiva e apontava para esse como o maior erro cometido no Araguaia. E talvez essa percepção da ausência de efetiva participação das massas esteja diretamente relacionada com aquilo que Oséas Duarte afirmava em entrevista concedida à Jean Sales, sobre o fato de que Pedro Pomar achava que havia tido muito foquismo no Araguaia. De uma forma ou de outra, fica evidente que a mobilização das massas esteve na centralidade da discussão sobre a experiência no norte do Brasil, fazendo com que isso diferenciasse a experiência do partido com outras guerrilhas urbanas, por exemplo:

> Aí reside, a meu ver, o maior erro, o mais negativo da experiência do Araguaia. Pos, a conquista política das massas não pode ser efetuada só depois da formação do grupo guerrilheiro. Tampouco este deve ser constituído única e exclusivamente de comunistas. E não se diga que a orientação contida nos documentos e resoluções do Partido não sejam cristalinas a respeito. Tanto pela letra como pelo espírito, dos documentos partidários, essencialmente dirigidos contra as teses pequeno-burguesas e foquistas. (POMAR, 1979, p. 13)

A partir da análise da carta escrita por Pedro Pomar, algumas conclusões acerca do debate interno do PC do B sobre a experiência da guerrilha do Araguaia podem começar a se delinear. É interessante notar como as posições de Pomar se apressavam em afastar as características da Guerrilha do Araguaia com relação as experiências guerrilheiras dos centros urbanos, identificadas com a tática foquista e chamada muitas vezes de "pequeno-burguesas", cuja crítica central seria justamente não agir de modo a obter a mobilização das massas para a ação revolucionária. Mas por outro lado, Oséas Duarte afirmava que, internamente, ele dizia que havia muito foquismo naquela experiência. Dessa forma, talvez em sua carta que teria uma circulação mais ampla, não havia espaço para essa crítica.

No entanto, Pomar finaliza sua carta afirmando que:

> Ao invés de se considerar que só será viável o trabalho de preparação à base dessa concepção, o certo é primeiro realizar o trabalho político, procurando através de uma ação planificada, cuidadosa, paciente, clandestina e tendo em conta o movimento camponês real, criar a base de massas necessária para desencadear a luta. (POMAR, 1979, p. 13)

Portanto, mesmo com a orientação determinada por parte do partido para realizar tal ação, observa-se que ela não ocorreu e acabou sendo vista por sua parte como determinante para a derrota da guerrilha. Ou seja, mesmo sem explicitar, mais uma vez se nota que a explicação de todas as organizações de esquerda para a derrota do projeto guerrilheiro foi a ausência da mobilização ou participação popular no projeto revolucionário. Tendo a orientação política foquista ou não, a ausência das massas pode ser entendida como o principal fantasma que permeou as avaliações das guerrilhas brasileira. Nem mesmo a organização que procurou se afastar das teses foquistas e da concepção de vanguarda evitou esse "erro". Na realidade, Pomar talvez tenha chegado o mais próximo possível de uma questão mais abrangente com relação as pautas da esquerda e as massas brasileiras: "como ganhar as massas, convencê-las, a fim de que se armem e elevem o nível de suas ações revolucionárias?". (Idem.) Essa foi a pergunta que

todas as organizações guerrilheiras fizeram após terem o seu projeto militar derrotado e ao que tudo indica ninguém foi capaz de responder. E diante dessa não resposta para uma questão tão fundamental é que se apresentaram os demais debates profundos acerca da experiência guerrilheira.

O jornal *Movimento* voltou a apresentar análises sobre a Guerrilha do Araguaia na edição de número 215, publicada em agosto de 1979. Ela ocorreu por meio de uma matéria que tem uma entrevista de João Amazonas, integrante do Comitê Central do PC do B e que participou da guerrilha. O que motivou a entrevista foi o encerramento do VII congresso do PC do B que havia se encerrado dias antes da realização da entrevista. Ao questionarem Amazonas sobre a Guerrilha do Araguaia, os jornalistas de *Movimento* o questionam diretamente sobre as diferentes visões estabelecidas por dois grupos distintos dentro do PC do B sobre as análises referentes à experiência, que devem ser explicadas de antemão.

Segundo Jean Sales, em março de 1976, houve o estabelecimento de duas posições distintas internamente no partido sobre a experiência guerrilheira. Uma delas foi defendida por Ângelo Arroio, um sobrevivente da guerrilha, que por meio do documento "Um grande acontecimento na vida do país", ressaltava os aspectos positivos do enfrentamento, sobretudo a relação estabelecida entre os guerrilheiros e as massas camponesas, fazendo assim uma análise "altamente positiva". Por outra parte, Pedro Pomar critica justamente esse aspecto de mobilização das massas, pois para ele o equívoco da guerrilha teria sido o de partir para o enfrentamento militar, fazendo com que ele conclua que essa experiência foi a derrota completa e não temporária. (SALES, 2007b, pp. 88 - 89)

As duas posições, inconciliáveis, geraram outros tantos embates internos dentro do PC do B, mas que foram violentamente interrompidas pelo "massacre da Lapa", ocasião em que as forças da repressão invadiram o "aparelho" do PC do B e assassinaram Angelo Arroio e Pedro Pomar. Essa questão não resolvida abriu uma fenda dentro do partido, resultando inclusive em rupturas internas e saídas de dirigentes, uma vez que alguns integrantes não admitiam a visão de vitória e questionava os erros cometidos pela organização. Diante desse quadro, João Amazonas foi questionado na entrevista que concedeu ao *Movimento* justamente sobre o posicionamento do PC do B sobre a Guerrilha do Araguaia, diante da publicação de documentos que questionavam o êxito da experiência. E ele responde que:

> A posição oficial do nosso Partido consta de um documento intitulado 'Gloriosa jornada de luta', aprovado pela Comissão Executiva em agosto de 1976. (...) Recentemente, a VII Conferência Nacional aprovou esse documento como 'ponto de partida para a sistematização daquela experiência'. (VILLAS; NETO, 1979, p. 12)

Amazonas demonstra que a posição oficial do PC do B, reiterada no congresso que acabara de ocorrer, segue a tendência da avaliação positiva da guerrilha. Ele, inclusive, ressalta a premissa de que a vitória esteve associada ao grau de mobilização que os militantes conseguiram promover entre os camponeses:

> Inúmeros são os matérias do Partido, os testemunhos de pessoas participantes da luta e de residentes naquela área demonstrando o apoio e a simpatia que os guerrilheiros desfrutavam entre a população. Esse apoio, segundo afirmações insuspeitas de alguém influente e conhecedor do povo da região, chegou a mais de 90% dos que lá viviam. Angelo Arroio, destacado dirigente dessa luta, assassinado em São Paulo em fins de 1976, fez ao Comitê Central um impressionante e comovente relato do apoio popular à guerrilha. Historiou igualmente as diversas formas de atuação das massas camponesas locais na resistência armada. (VILLAS; NETO, 1979, p. 12)

Diante dessas afirmações feitas por João Amazonas, não resta dúvida de que na visão do principal líder PC do B no final da década de 1970, a experiência no Araguaia foi positiva. Esse posicionamento defendido por Amazonas e aprovado no VII congresso do partido parte do ponto de vista de que a concepção sobre o que seria decisivo para decretar a experiência como vitoriosa ou derrotada seria a mobilização das massas ao projeto revolucionário. Nesse sentido, a participação de camponeses da região norte do Brasil ao projeto guerrilheiro foi lido como sendo a expressão desse objetivo. Esse aspecto é tão relevante na visão de João Amazonas que ele enumera os diversos exemplos em que se nota esse apoio:

> Ainda um outro exemplo: os guerrilheiros mantiveram-se quase três anos em armas. Quem os alimentou durante todo esse tempo sob o fogo da perseguição feroz dos inimigos fardados? Um movimento armado no campo, dispondo de parcos recursos, somente pode sobreviver tanto tempo se contar com o apoio e a ajuda da população. Afinal, os camponeses do Araguaia sofreram junto com os seus guerrilheiros. Centenas e centenas deles foram presos, selvagemente torturados, expulsos de suas roças. (...) E até hoje são vigiados. Em certo sentido o apoio à guerrilha foi bem maior do que se podia esperar. (VILLAS; NETO, 1979, p. 13)

Após afirmar que o partido avalia a experiência de maneira positiva e apresentar seus argumentos, Amazonas se posiciona com relação aos contrapontos feitos por Pedro Pomar sobre a experiência guerrilheira:

> Quanto ao referido documento de Pomar, gostaria de não falar muito dele. Mesmo porque era um documento interno, elaborado para a discussão interna. Essa discussão não houve por causa da repressão, onde Pomar morreu. Não se pode então dizer que esse documento seria a posição definitiva de Pomar e seria injusto polemizar com ele estando morto. Não se pode saber a evolução de seu pensamento diante da discussão, que não houve, inde inclusive seriam apresentados relatórios importantes, como o de Angelo Arroio. (VILLAS; NETO, 1979, p. 13)

João Amazonas contemporiza o embate travado entre as duas posições internas do partido e procura passar uma visão na qual indica que possivelmente Pomar poderia mudar sua percepção diante dos dados apresentados, que ele próprio destacou na entrevista. Ou seja, Amazonas procura expressar esse posicionamento como um viés coletivo do partido, o que vai ao encontro com a maneira pela qual o PC do B tratou a experiência guerrilheira na sua memória, que é vista como sendo um exemplo de luta e de coerência com os objetivos revolucionários do partido. No entanto, é preciso ressaltar que mesmo com a brutalidade do "massacre da Lapa" tendo impedido que o debate seguisse, isso não impediu que uma ruptura dentro do PC do B ocorresse. E segundo Jean Sales: "A versão oficial sobre o Araguaia, nunca conseguiu aglutinar completamente em torno de si a totalidade dos membros do partido e abriu fendas que acarretaram graves consequências para o PC do B". (SALES, 2007b, p. 90) Partindo desse ponto de vista, a reflexão apresentada por João Amazonas nas páginas de *Movimento* não expressa a visão de toda a organização e o lugar de poder que ela ocupa - aprovada em congresso partidário e tomada como posição oficial da organização - acabou por silenciar vozes dissonantes.

O que chama muito a atenção nessa entrevista realizada pelo semanário *Movimento* é que os entrevistadores insistem muito no tema da luta armada, perguntando em dois momentos distintos sobre se o partido reviu sua posição ou continua defendendo essa ferramenta como mecanismos de transformação social. Ao questionarem Amazonas sobre se o posicionamento do partido segue o mesmo daquele defendido no documento Guerra Popular - o caminho da luta armada no Brasil, ele responde que:

> Esse problema, vocês compreendem, é um problema que não pode ser tratado assim numa entrevista. Naturalmente que o nosso pensamento evoluiu. A luta armada não é um ato voluntarista, ela obedece a um processo objetivo. Não quero dizer que ela seja um processo espontâneo, mas que ela requer situações que são criadas e que permitem sua eclosão. (VILLAS; NETO, 1979, p. 13)

Essa crítica ao espontaneísmo de certas interpretações da luta armada voltará na entrevista de Amazonas, mas é interessante notar como ele, ainda que diga que não se deveria tratar desse assunto em uma entrevista, anuncia uma evolução no pensamento do partido. E essa evolução estaria alinhada com uma leitura das transformações da sociedade brasileira e o impacto que a ascensão do movimento operário teve nas organizações de esquerda no Brasil:

> Nós devemos ter muito presentes estas grandes modificações ocorridas nas cidades com o desenvolvimento da classe operária. O contingente da classe operária de 15 anos atrás se multiplicou hoje por 2 ou 3 vezes. Neste últimos anos se formou um proletariado numeroso, sobretudo nos grandes centros. (...) As próprias greves que estão se dando, com sua extensão e profundidade demonstram isso. O proletariado surge como uma grande força social disposta a jogar o seu papel. É claro que em termos de luta revolucionária este fator tem que ser suficientemente considerado. No exame dessa questão nós podemos dizer que a luta pode tomar formas diversas e se completar com uma forma que em última consequência é a insurreição geral, em todo o país. (VILLAS; NETO, 1979, p. 13)

A partir dessa resposta, evidencia-se como as mobilizações dos operários no final da década de 1970 impactaram fortemente as esquerdas brasileiras. Mas observando com atenção a resposta de Amazonas, cabe destacar um aspecto interessante sobre esse impacto. No que diz respeito ao processo revolucionário, a luta armada nos anos 1960 e 1970 teve - mesmo diante de todas as suas vertentes e diferenças - um papel de servir como processo de desencadeamento da revolução, levando a uma insurreição geral. Observando a fala de Amazonas, é possível notar que ele - e possivelmente o Partido Comunista do Brasil como um todo - passou a identificar as greves operárias como um fator de desencadeamento da insurreição geral. Tanto é assim, que ao ser questionado mais uma vez pelos jornalistas de *Movimento,* que perguntam para ele: "Pelo o que o senhor fala, podemos então concluir que o seu partido ainda insiste na defesa da luta armada quando inúmeras organizações de esquerda parecem ter desistido desse caminho?", sua resposta volta a tocar no fator da violência como ferramenta da revolução:

> Nós somos um partido revolucionário que se guia por uma teoria revolucionária - marxismo-leninismo. Esta teoria demonstrou cientificamente e há muito tempo que todo o processo da evolução social se faz através de encarniçadas lutas de classe, recorrendo-se à violência revolucionária para esmagar a violência contra revolucionária. (...) Onde ocorreu a revolução por meios pacíficos? Quem luta realmente pelo avanço da sociedade, pelo progresso social, pela revolução, jamais pode abdicar do princípio filosófico da violência revolucionária, que não depende de desejos voluntaristas mas de uma imposição da realidade objetiva. (VILLAS; NETO, 1979, p. 13)

Ao citar que a violência como princípio filosófico do movimento revolucionário deve ser uma imposição da realidade objetiva, parece ser assertivo afirmar que na visão de Amazonas, não haveria nenhum processo revolucionário que não fosse por meio de uma insurreição armada, mas isso não significa dizer que ele defenda que a luta armada desencadeasse o processo, por mais que sua visão fosse positiva com relação a experiência do Araguaia. Isso fica evidente quando ele diz que:

> Eis porque nosso partido - sem cair no primarismo foquista das ações armadas desligadas das massas e do próprio curso da política - continua a defender a ideia de que o povo tem pleno direito de fazer a revolução, uma verdadeira revolução, para que o Brasil deixe de ser uma nação de uns poucos senhores e de muitos escravos (...) (VILLAS; NETO, 1979, p. 13)

Parece ser seguro afirmar que, mesmo diante de uma posição individual e partidária de analisar a experiência da Guerrilha do Araguaia como positiva, isso não significa dizer que Amazonas e o PC do B defendam que ela se repita nos mesmos parâmetros. O uso da violência aparece na sua visão como aquilo que resultaria de um processo de desenvolvimento da sociedade brasileira com uma articulação das camadas subalternas, ou seja, da mobilização das massas. E é justamente por isso que de dentro do PC do B se avalia como positiva a experiência no Araguaia, pois para as esquerdas revolucionárias que surgiram no Brasil nos anos 1960, o imperativo da revolução seria mobilizar as massas. O "primarismo foquista" não foi capaz de fazer, na visão do PC do B e de outras autocríticas feitas, inclusive por grupos foquistas. Por outro lado, a Guerrilha do Araguaia teria atingido esse objetivo, sobretudo com relação a participação dos camponeses da região no movimento.

No entanto, por mais que a estruturação partidária configure um lugar de poder no qual João Amazonas e o próprio PC do B procuraram construir uma autocrítica que valorize a Guerrilha do Araguaia enquanto experiência histórica positiva pelos aspectos de mobilização e participação das massas camponesas conforme descrito anteriormente, é evidente também que existiam aqueles que questionavam essa interpretação. Dois vestígios expressam essa tendência. A posição de discordância de Pedro Pomar e a ruptura que levou contingentes importantes que integravam o PC do B para outras organizações de esquerda, sobretudo a AP no final dos anos 1970. Mas para além dos vestígios, as discordâncias foram colocadas no espaço público promovido pelo jornal *Movimento* a

partir de uma sessão bastante importante que existiu durante os anos de circulação do mesmo: a sessão cartas.

3.14. A seção cartas e o debate ampliado sobre a Guerrilha do Araguaia.

Assim como o jornal *Em Tempo,* o semanário *Movimento* estabeleceu uma sessão destinada às cartas enviadas pelos leitores com o intuito de fortalecer o debate entre aqueles que acompanhavam suas publicações, estabelecendo assim uma espécie de comunidade de leitores dentro da esquerda brasileira, que discutiam os temas mais candentes do período. A partir da publicação da entrevista de João Amazonas, inicia-se um período em que a Guerrilha do Araguaia se torna profundamente debatida nessa sessão. Já na edição de número 217, de agosto de 1979, foi publicada uma carta escrita por Rachel Pomar, nora de Pedro Pomar, que contesta as falas de João Amazonas. Ela, que se apressa em dizer que, por mais que não seja integrante do PC do B, esteve "ligada afetivamente a esse partido", escreveu para "expressar sua indignação pelas referências que o senhor João Amazonas fez ao meu sogro". (POMAR, 1979, p. 22).

É possível notar como as questões políticas se misturam com uma defesa pessoal da memória de Pedro Pomar, quando o enfrento tem em seu cerne as visões distintas expressadas pelos dois documentos opostos sobre a Guerrilha do Araguaia:

> O sr. João Amazonas diz 'não querer polemizar com Pomar por ele estar morto', mas incoerentemente utiliza como argumento contra o mesmo um relatório que teria sido escrito por Arroio… que também está morto! Quer dizer, argumento para ele só quando não encontra contestação. Pior ainda: ao mesmo tempo que se nega a discutir um documento conhecido por todos, exalta outro, insinuadamente antagônico, que ninguém conhece, segundo suas próprias palavras. (POMAR, 1979, p. 22).

Nota-se como Rachel Pomar argumenta que o documento tomado como base e aprovado em congresso partidário não foi amplamente debatido e discutido ao passo que aquele escrito por Pedro Pomar seria "conhecido por todos". Desse modo, ela acusa Amazonas de "insinuar que Pomar fizera um documento sem base concreta, sem ouvir o sobrevivente Arroio, sem pensar nas consequências". (POMAR, 1979, p. 22).

E ao contrapor as questões colocadas por Amazonas, Rachel Pomar, a partir das sociabilidades afetivas estabelecidas, revela aspectos sensíveis que permearam a autocrítica feita por Pedro Pomar sobre a experiência guerrilheira:

> Refuto veementemente essas insinuações do sr. João Amazonas porque tenho certeza do quanto deve ter sido doloroso para o meu sogro escrever tal documento, tendo-o feito por sua profunda honestidade intelectual e política. Muitas vezes eu o ouvi amargurado dizer que o partido não poderia continuar a esconder as mortes dos companheiros, principalmente a de Maurício Grabois, líder conhecido nacionalmente. (POMAR, 1979, p. 22).

É possível perceber que o que mobiliza a crítica estabelecida por Rachel Pomar é a violência com a qual a repressão lidou com os guerrilheiros, que não apenas promoveu um verdadeiro extermínio sem respeitar nenhum tipo de regra, mas sobretudo desapareceu com os corpos daqueles que foram vítimas de tal massacre[68]. Desse modo, o contraponto estabelecido não perpassa aspectos relativos à política, mas sim ao de exaltar como positiva uma campanha que vitimou tantas pessoas[69]. Ao finalizar a carta-resposta, ela diz que ouviu muitas vezes Pedro Pomar dizer:

> "Se o governo esconde, e nós também, quem o fará?' perguntava ele. A bem da verdade devo dizer que ele repetia constantemente uma frase do Arroio: 'nossa gente sabia morrer, mas não sabia matar'. Não haviam sido treinados para isso e a guerrilha agonizava… Só uma profunda convicção e apego à verdade poderiam ter produzido um documento do peso e do valor daquele dado a público por Movimento e meu sogro não o faria se não tivesse a honradez e a coragem que sempre o caracterizaram. (POMAR, 1979, p. 22).

Após expor com veemência o posicionamento de Pedro Pomar, a nora do político ressalta que sua família, amigos e companheiros de militância exigem que Amazonas não fuja do debate e encerra sua carta-resposta.

A partir desse debate travado nas páginas de *Movimento,* é possível sustentar o argumento de que afirmar que houve uma autocrítica definitiva com relação a luta armada no Brasil é incorreto, seja nas experiências urbanas ou na experiência rural do Araguaia.

---

[68] Um dado importante de ressaltar é que dos 69 desaparecidos políticos da região do Araguaia, apenas 3 foram encontrados e identificados, mesmo diante dos esforços realizados pelo Estado brasileiro após a sua condenação na Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2011, justamente pelos crimes cometidos no Araguaia. CF: BRASIL, 2014.

[69] É fundamental observar que pelas características da organização guerrilheira, a clandestinidade e o segredo foram levados até a última consequência e nesse aspecto nem os familiares nem os companheiros do partido que estavam foram da região possuíam notícias sobre os guerrilheiros. Somado a isso, o Estado, naquele período, não reconhecia a existência do combate e se negava a dar informações sobre as vítimas. Tudo isso caracteriza a Guerrilha do Araguaia como sendo um dos episódios mais complexos e traumáticos para todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente com a experiência guerrilheira.

O que existiu foram posicionamentos que se estabeleceram como hegemônicos ou dominantes de acordo com os lugares de poder em que os militantes estavam inseridos ao realizar essas críticas. Mas isso não significou que não tenha existido vozes dissonantes a esses posicionamentos oficiais ou hegemônicos. Algumas delas podem ter sido silenciadas, mas outras encontraram caminhos para serem propagadas.

O que chama muito a atenção nesse aspecto é o papel que o jornal *Movimento* teve no estabelecimento de um lugar em que essas vozes dissonantes encontraram caminhos para serem irradiadas, inclusive vozes que não tinham absolutamente nenhuma relação com as guerrilhas, sobretudo nas sessões de cartas do semanário. Isso se evidencia na edição número 219, publicada em setembro de 1979 em que foi publicada uma carta escrita por Lúcia Ramos, que se apresenta como uma leitora do jornal interessada nos temas abordados pelo mesmo. Não é possível aferir muitas informações sobre ela. Sua profissão, por exemplo, é uma incógnita. Ela diz, na abertura da carta que "Há muito tempo queria escrever (...) Nunca deu. Agora aproveito a ausência do 'chefinho' do escritório para fazê-lo". Pelas aspas colocadas no termo "chefinho", não parece se tratar de um ambiente de trabalho. Posteriormente, ao dizer que esteja gostando muito dos últimos números do jornal, afirma que: "Embora não seja leitora assídua (por causa do preço) sempre dou um jeito para 'caronar' um. Apesar de não ficar claro, é possível que Lúcia Ramos seja apenas uma estudante secundarista, uma vez que ela diz que:

> Tem acontecimentos que prendem a atenção da gente de uma forma definitiva. Isso se deu com a guerrilha do Araguaia. E esse acontecimento é tão importante que tem provocado toda essa polêmica. Na minha escola, a cada publicação, discutimos o assunto. (RAMOS, 1979, p. 22)

Além de indicar sua posição enquanto estudante secundarista, Ramos também explicita nesse trecho que o que a motivou a escrever para o jornal foram as reportagens sobre a Guerrilha do Araguaia e sobretudo a carta de Rachel Pomar, publicada dois números antes. Sobre a guerrilha em si, ela diz que o evento: "criou um elo de ligação (póstumo, infelizmente) com todos aqueles que estiveram no melhor de suas vidas dedicando tanto tempo a ajudar os camponeses sofridos daquela região". (Idem.)

Lúcia Ramos escreveu para o jornal *Movimento* para expressar uma espécie de celebração da Guerrilha do Araguaia e ao fazer isso critica veementemente aqueles que afirmam que a experiência foi um erro:

> É fácil, hoje, para nós que estamos vivos e muitas vezes sem fazer muita coisa por aquela gente sofrida que continua explorada, afirmar que a guerrilha foi

> um erro, que não tinha apoio (o que é desmentido pela reportagem de Fernando Portela) e tantas coisas mais. (RAMOS, 1979, p. 22)

É notório que sua defesa não parte de um ponto de vista partidário e que não perpassa por ela nenhum aspecto tático ou estratégico na organização ou concepção da luta armada. Ela observou, a partir das notícias publicadas nos jornais clandestinos, a importância daqueles que procuraram agir diante de um quadro de opressão:

> Eu não sei onde li um negócio que diz: contemplar e analisar a história é fácil; o difícil é fazer a história. A impressão que eu tenho é a de que os que criticam o Araguaia sem ver o que ele representou caem na primeira parte da frase. (...) Agora, os que morrem no Araguaias, não, ELES FIZERAM A HISTÓRIA. Podem ter cometido alguns erros, MAS ELES TIVERAM A CORAGEM DE IR ATÉ ONDE ESTAVAM OS CAMPONESES E BUSCARAM LÁ ENCONTRAR O CAMINHO. (RAMOS, 1979, p. 22)

O posicionamento de Lúcia Ramos se configura como representativo de um conjunto de pessoas muito peculiares com relação à experiência da luta armada no Brasil. Ela não foi militante de nenhum grupo clandestino, armado ou não, e de nenhum partido político ligado à esquerda, que por questões políticas faziam a reflexão sobre a estratégia da luta armada para analisar os possíveis erros e acertos e projetar as ações futuras. Tão pouco foi alguém com algum laço de outra ordem com guerrilheiros, familiares por exemplo, que por vínculos afetivos se sentiam impelidos em refletir sobre a experiência como uma ferramenta para lidar com o luto e o trauma provocado pelas consequências dessas ações. Ela foi uma pessoa que estava inserida dentro da comunidade leitora do jornal *Movimento,* portanto uma pessoa de esquerda, que admirava a trajetória dos guerrilheiros no Araguaia e celebrava suas ações de luta com um claro posicionamento de que o povo poderia e deveria agir, independentemente de qual fosse a forma de agir, para luta contra a sua dominação:

> Mas o que mais me estranha mesmo é que ninguém fala - os que criticam o Araguaia - se o negócio de pegar em armas é certo ou errado. Será que esse pessoal não concorda com o que foi feito na Nicarágua? Quando uma pessoa é atacada não deve se defender? (RAMOS, 1979, p. 22)

Sua fala, por não ter compromisso partidário ou estar atrelada a concepções teóricas da esquerda, observa o caráter mais primário com relação a estratégia da luta armada: o imperativo de agir. Seu posicionamento é bastante elucidativo de como a revisão feita por aqueles que estavam inseridos em organizações de esquerda, armadas ou não, estavam fortemente impactados por discussões teóricas que, ou remontavam a debates e rupturas do passado - caso das críticas à postura pecebista, adoção do foquismo, etc - ou

perpassavam posicionamentos futuros - caso da reorganização partidária, fundação do PT e o caráter da vanguarda. Por não estar diretamente inserida nesses debates, a maneira pela qual ela analisa a trajetória da luta armada no caso do Araguaia é simples e extremamente profunda, sintetizada no questionamento de "se uma pessoa é atacada ela não tem o direito de se defender?"

E por não fazer parte daqueles que possuem vínculos afetivos com guerrilheiros que perderam a vida diante das ações armadas, Lúcia Ramos também estabelece uma crítica ao posicionamento de Rachel Pomar, que como foi visto, motivou a escrita de sua carta:

> Mas eu falei no começo da carta de Dona Rachel. Eu tenho a impressão de que a raiva dela está com a direção errada. Ela deve estar revoltada, e tem razão, por terem matado o sogro dela. Mas quem matou ele foi a repressão e é contra ela que sua raiva deve se voltar. (RAMOS, 1979, p. 22)

Com a análise da carta de Lúcia Ramos é possível estabelecer um terceiro lugar de onde se parte diferentes pontos de vista sobre a experiência guerrilheira, no que diz respeito às vozes dissonantes que não estavam inseridas em lugares de poder estruturados pelas organizações partidárias. Nesse sentido, além das avaliações institucionais, ou seja, aquelas realizadas dentro dos partidos e organizações que pegaram em armas e fizeram a luta armada, que é possível de ser chamada como versões oficiais de autocrítica, também foi possível perceber três conjuntos daquilo que está sendo chamado de vozes dissonantes: i. aqueles militantes que não se sentiram contemplados pelo posicionamento de suas organizações e expressaram suas diferenças com relação a análise sobre a experiência guerrilheira, expressando divergências teóricas sobre aspectos políticos. ii. aquelas pessoas que possuíam vínculos afetivos com quem pegou em armas e teve sua vida impactada por essa experiência, ressaltando indagações de cunho pessoais. iii. um grupo que integra, no espectro político, um viés de esquerda ou até mesmo comunista-revolucionário, sem necessariamente estar inserido em alguma organização institucional e que apresenta um ponto de vista que leva em consideração a guerrilha como evento histórico.

Com relação a autocrítica da Guerrilha do Araguaia, é preciso sistematizar o posicionamento oficial do PC do B e, a partir daí, reconhecer as vozes dissonantes que se apresentaram no espaço do jornal *Movimento.* A posição oficial do PC do B sobre a Guerrilha do Araguaia foi estruturada a partir do documento "Gloriosa jornada de luta", que foi referendada pelo VII Congresso partidário em 1979. Como foi visto aqui a partir da entrevista do principal dirigente do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas,

havia uma leitura oficial que ressaltava a experiência guerrilheira como positiva, negava a derrota definitiva da luta armada e destacava fundamentalmente a participação dos camponeses no movimento; também impedia qualquer tipo de abertura para discussões mais profundas sobre o tema, desqualificando o posicionamento daqueles que defendiam uma análise mais profunda do Araguaia.

É preciso destacar que essa posição não foi aceita integralmente nem por todos os integrantes do PC do B no período de distensão do regime. Jean Sales afirma que, segundo o Comitê Regional da Bahia:

> (...) não se discute o Araguaia aberta e profundamente e não se reconhecem em profundidade os seus prováveis erros, mas não se pretende repetir a experiência e tal e qual, pelo menos agora; repudia-se brusca e radicalmente o pensamento de Mao [Mao Tsé-Tung]. como se nunca o tivéssemos absorvido; tenta-se mostrar como nunca assumimos as concepções da política externa chinesa, sem adotar uma postura autocrítica e sem que se diga uma linha sobre a nossa omissão em criticá-la. (Apud SALES, 2007b, p.99)

Diante desse período conturbado, os dirigentes do Comitê Central do PC do B adotaram uma política que impedia as divergências internas e expulsou aqueles militantes que questionavam seus posicionamentos. Portanto, parece ser correto definir que a posição oficial do PC do B perante a guerrilha do Araguaia seja aquela apresentada por João Amazonas, ancorada no documento "Gloriosa jornada de luta". É importante destacar a temporalidade dessa tese.

Nos debates que começaram a ocorrer entre 1974 e 1976, ela foi defendida por João Amazonas, mas questionada por outros dois integrantes do Comitê Central do PC do B que estiveram presentes no sul do Pará e que participaram ativamente do balanço crítico realizado nesse período: Pedro Pomar e Angelo Arroio. Ambos os dirigentes possuem faziam frente a tese defendida por João Amazonas sobre o Araguaia e foram responsáveis por tensionar a autocrítica do partido durante esse período, interrompida de maneira drástica com o assassinato de ambos na chacina da Lapa, em dezembro de 1976. Foi justamente a partir daí que o documento "Gloriosa jornada de luta" passou a ser tomado como a avaliação do partido com relação ao Araguaia, tendo sido posteriormente aprovado no VII congresso. No entanto, mesmo com a sua oficialização realizada pelo congresso e a despeito da morte dos dois principais críticos a essa tese, ela continuou encontrando vozes dissonantes e as páginas de *Movimento* foram fundamentais para dar ressonância a elas. Conforme foi visto anteriormente, a carta de Pedro Pomar cujo conteúdo criticava fortemente as posições de João Amazonas acerca do Araguaia repercutiram na avaliação da guerrilha.

E não foi apenas Pomar que teve seus pensamentos divulgados neste espaço. Na edição de número 222, de outubro de 1979, o semanário publicou o "relatório Arroio" com a seguinte chamada de subtítulo: "inédito: a avaliação política e militar da guerrilha do Araguaia feita por Angelo Arroio, um de seus comandantes militares, morto em 1976, em São Paulo. Para ele, 'aprende-se a nadar, nadando. Aprende-se a lutar, lutando'". (ARROIO, 1979, p. 20)

Dentro da estrutura proposta nessa pesquisa, Angelo Arroio - junto com Pedro Pomar - se encaixa no conjunto i. de vozes dissonantes, ou seja, aqueles que questionavam as versões oficias das organizações. É evidente que é preciso entender essas vozes a partir de uma temporalidade muito complexa, uma vez que suas discordâncias foram colocadas ainda no momento de debate interno no partido, no período que vai do fim da guerrilha em 1974 até a morte de ambos em 1976. Nesse período não é possível chamar suas críticas de divergentes da versão oficial, pois sequer existia uma versão oficial. Suas críticas não evoluíram pela maneira trágica como suas vidas foram ceifadas pelas forças da repressão. Mesmo assim, seus posicionamentos estão sendo chamados de vozes dissonantes aqui porque eles ganharam o espaço público apenas em 1979, momento em que já havia sido estabelecida a tese oficial do PC do B. Portanto, mesmo não sendo possível afirmar que Angelo Arroio e Pedro Pomar seriam vozes dissonantes à versão oficial do partido em 1979 - dado a morte de ambos em 1976 - entendesse que a ação do jornal de publicar seus documentos críticos a guerrilha os coloca nesse lugar. Dito de outra forma, o lugar socioespacial constituído pelo jornal *Movimento* inseriu os textos de Pomar e Arroio como contrapontos a visão oficial do Partido Comunista do Brasil sobre a Guerrilha do Araguaia.

Na introdução da publicação do documento intitulado "Relatório Arroio", o semanário explica que ele foi preparado em 1974 e debatido pelos integrantes do Comitê Central em 1976, mas que após o "massacre da Lapa", caiu nas mãos da repressão e por isso que o jornal o divulga como inédito em outubro de 1979. Eles também explicam que esse documento sofreu críticas do Comitê Central, inclusive feitas por Pedro Pomar. É interessante notar que *Movimento* sustenta sua ideia de ser um espaço de debate sobre o evento histórico do Araguaia, citando por exemplo a publicação da carta de Pomar e o depoimento de José Genoíno, que será analisado aqui posteriormente. Chama a atenção que o jornal afirma que:

> (...) a avaliação de Genoíno, o documento de Pomar e este de Arroio não esgotam o debate sobre a guerrilha do Araguaia, que certamente se aprofundará. Essas avaliações por outro lado, não representam a posição oficial do PC do B sobre o assunto; pelo que se sabe, esse partido ainda realiza debates sobre o tema. Na divulgação que deu à sua recente VII Conferência Consultiva, o PC do Brasil fala de um documento, 'Gloriosa jornada de luta', que seria uma avaliação preliminar sobre a questão, para ser discutida nas bases. (APRENDE-SE..., 1979, p. 20)

Além de ressaltar que as publicações dessas vozes constituem, na percepção do semanário, um movimento de autocrítica sobre a guerrilha, também é interessante observar que mesmo entendendo o documento "Gloriosa jornada de luta" como a versão oficial do PC do B sobre o tema, eles insistem que o debate interno ainda estava sendo realizado. Conforme foi visto, esse debate não encontrou forças para ser continuado, sobretudo pelas posições do Comitê Central, que insistiu na defesa da sua visão oficial expressada em "Gloriosa jornada de luta".

Arroio se posiciona de modo a defender o espaço geográfico escolhido para a realização da guerrilha partindo de pressupostos materiais e políticos:

> Na situação atual, a luta armada, para manter-se e ampliar-se, necessita localizar-se em regiões muito favoráveis, onde a reação encontre sérias dificuldades para enfrentá-la. Não em regiões de fácil acesso ao inimigo e onde ele possa empregar todos os recursos bélicos de que se dispõe. (...) A região do Araguaia oferece condições propícias. E zona de mata, e na mata o inimigo não pode usar tanques, artilharia, bombardeio aéreo de precisão, etc. (...) E uma zona de massa pobre e explorada (frente pioneira de penetração da massa camponesa sem terra), circundada por povoados e cidades pequenas e médias também de grande pobreza. (ARROIO, 1979, p. 20)

Nota-se que tanto do ponto de vista tático como também estratégico, Arroio expressa o entendimento partidário da escolha da luta armada nas regiões rurais, seja pela facilidade de combate militar às forças de repressão, seja pelo entendimento que compôs o imaginário da revolução partilhado pelo PC do B de que os sujeitos protagonistas do processo revolucionário seria o camponês[70]. Dessa forma, sua avaliação crítica se inicia defendendo que a escolha cuja orientação foi feita a partir de debates profundos dentro do partido foi acertada.

[70] O debate sobre onde iniciar a luta revolucionária foi objeto de intenso debate nas esquerdas brasileiras, que se debruçaram ainda dentro do PCB mesmo antes da cisão que deu origem ao PC do B e do golpe de 1964 sobre os papéis do operariado urbano e do camponês rural no processo revolucionário. O PC do B, ao estruturar a Guerrilha do Araguaia foi enfático no papel central das massas rurais. CF: SALES, 2007. Opus Cit.

Diante disso, o primeiro apontamento crítico feito por Angelo Arroio está relacionado às questões militares que se fundamentaram na estruturação da guerrilha, ou seja, no momento de preparação da mesma. Ele afirma que:

> Inicialmente, pensava-se em criar várias frentes de luta. Este, porém, é igualmente um problema concreto. O número depende da força do Partido, da quantidade de quadros, da ação policial. Sempre se admitiu que, se houvesse gente disponível, devia-se preparar três, cinco, dez frentes iguais ao Araguaia. No começo da execução da tarefa especial contava-se com três frentes: uma em Goiás, no Maranhão e a do Araguaia. Acontece que a de Goiás desmantelou-se (...); a do Maranhão ficou ameaçada de ser denunciada (...); ficou apenas a do Araguaia. (ARROIO, 1979, p. 20)

De certo modo, ele anuncia as dificuldades encontradas pelo partido na estruturação da guerrilha apontando os problemas enfrentados nesse momento fundamental. Mas ainda assim, Arroio entendia esses problemas como inerentes do processo revolucionário. E ainda em seu processo de avaliação inicial da proposta estabelecida na guerrilha, retoma aquele que é o tema fundamental, tanto na propagação da mesma como na sua avaliação: o papel das massas. Sua visão acerca do tema vai ao encontro da apresentada por Pedro Pomar em sua autoavaliação:

> Estimava-se que o Partido devia ser o núcleo fundamental da guerrilha, e que desde o início da luta, era preciso ganhar e incorporar as massas. Estas sempre estiveram no centro da preocupação dos que se encontravam no Araguaia. Ainda que durante a preparação, por motivos de segurança, não se pudesse abrir o jogo, todos se preparavam para desenvolver, começada a luta ou pouco antes, intensa propaganda revolucionária. Por isso dedicou-se especial atenção às reivindicações das massas e a auscultar seus sentimentos e aspirações. (ARROIO, 1979, p. 20)

Conforme esteve presente no projeto guerrilheiro tomado no documento do PC do B “Caminho da luta armada no Brasil”, a guerrilha não poderia se constituir sem a presença efetiva das massas. Isso é expressado por Arroio no seu texto:

> Os companheiros adestrar-se não só para ser combatentes como também comandantes de grupos revolucionários de massas. Sempre tiveram confiança em que se podia ganhar o povo pobre e a compreensão de que a guerra popular tem que ser feita pela massa sob a direção do Partido.(...) Considerava-se errado colocar o movimento guerrilheiro como sendo o braço armado do Partido. (ARROIO, 1979, p. 20)

Após explicitar a sua concepção sobre os aspectos de preparação, Arroio assume a derrota do movimento, mas assim como Pedro Pomar, não refuta a tese da luta armada

como estratégia de transformação social. “No fundamental, a vida comprovou-os. Mostrou ser correta a nossa concepção sobre luta armada, embora se revelassem insuficiências, lacunas, despreparos, erros que precisam ser examinados”. (Idem.)

Seu ponto de vista é claro. A luta armada não foi uma opção incorreta, ainda que ele admita que o movimento tenha cometido equívocos. Esses erros, porém, são todos referentes à aspectos militares e não políticos. Em seu relatório ele enumera diversos erros cometidos pelos guerrilheiros que passam, dentre outras coisas, pela falta de estabelecimento de contatos entre aqueles que estavam no destacamento militar e as zonas de segurança ao redor, a necessidade de fazer a guerrilha ser mais dinâmica no lugar de se concentrar em um mesmo espaço, a excessiva centralização do comando militar, a necessidade de realizar mais ações militares e de construir mais áreas de refúgio. Também se expressa algumas questões de ordem mais práticas, como por exemplo a necessidade de agir rapidamente para eliminar membros do exército que se inseriram na região do Araguaia como infiltrados, a obtenção de armas de maior qualidade o estabelecimento de maiores incursões dos guerrilheiros para regiões mais afastadas, com o objetivo de criar novos destacamentos militares.

Diante das exposições, Angelo Arroio resume os motivos que levaram à derrota da seguinte forma:

> O que levou a derrota “A Comissão Militar dirigiu com relativa justeza a força guerrilheira durante a primeira e a segunda campanhas de cerco e aniquilamento, embora já uma série de falhas se apresentassem. Soube orientar o emprego da força, no período da trégua, para o trabalho de massa. No entanto, em face da terceira campanha, a CM não foi capaz de fazer correta avaliação do inimigo e do conjunto da situação militar. (ARROIO, 1979, p. 21)

Dessa forma, se observa que a autocrítica estabelecida por Arroio está relacionada a uma incapacidade de leitura militar que os guerrilheiros não foram capazes de fazer, resultando assim na derrota militar da campanha. Ele evidencia em diversos momentos de seu texto que, caso esses erros não tivessem sido cometidos, a campanha poderia ter sido vitoriosa:

> Se a CM tivesse tido uma visão correta ou aproximada do plano do inimigo, teria usado outra tática e certamente obtido êxito, teria evitado, no fundamental, os golpes sérios que sofreram as forças guerrilheiras. Se, por exemplo, dispersasse essas forças em vasta área ou tentasse sair da área conhecida, o inimigo seria uma vez mais derrotado. Não poderia permanecer longo tempo numa ofensiva frustrada, sofreria desgastes e cairia na rotina. (ARROIO, 1979, p. 21)

Observa-se ao longo de toda a avaliação a maneira elogiosa que Arroio trata os guerrilheiros, destacando sua capacidade de luta, adaptação ao ambiente, audácia das ações militares, preparação e vários outros aspectos. Nesse sentido, sua autocrítica é praticamente uma leitura realizada sobre a experiência guerrilheira no Araguaia como sendo uma espécie de treinamento para seguir com o viés de luta armada exatamente nos mesmos moldes políticos, estratégicos e táticos daquele realizado. O Araguaia é visto por ele como uma necessária aprendizagem prática para a revolução, sintetizada em sua defesa do Comando Militar da guerrilha:

> Isto porém não nega o lado grandemente positivo do trabalho da CM, o valor e a contribuição que deu na realização de tão importante tarefa. Aprende-se a nadar, nadando. Aprende-se a luta, lutando. Os acertos e os erros formam um todo. Uns e outros aumentam nosso conhecimento. (ARROIO, 1979, p. 21)

Não resta dúvida sobre a maneira pela qual Angelo Arroio analisa a experiência guerrilheira no Araguaia. Para ele, o único erro foi cometido do ponto de vista da estratégia militar e mesmo assim esse erro não deveria desmobilizar a ação do partido voltado para a luta armada. Ao contrário, deveria ser entendido como inerente ao processo de aprendizado, sintetizada na frase "aprende-se a nadar, nadando".

Diante disso, sua leitura política sobre o que a guerrilha representou para a luta contra a Ditadura, para o Partido Comunista do Brasil e pela implementação do socialismo são amplamente positivas, vistas, inclusive, como vitórias:

> A guerrilha foi um marcante acontecimento na vida do país e na vida do Partido. Não alcançou ainda vasta repercussão devido à censura e à repressão feroz. Assinala, porém, o marco de um novo caminho, inicia uma nova etapa na luta do nosso povo, a luta armada, sob a direção do Partido do proletariado. (ARROIO, 1979, p. 21)

Ao longo de toda a sua leitura, além de procurar identificar a Guerrilha do Araguaia como um marco histórico do processo político brasileiro, ele segue dando indícios de uma defesa da estratégia da luta armada, mesmo diante da derrota militar no sul do Pará. Sua argumentação dessa continuidade se sustenta com as avaliações dos ganhos políticos que a experiência resultou. Em primeiro lugar, Arroio defende que a maneira pela qual o regime militar se empenhou para o aniquilamento da guerrilha demonstra sua importância como um evento político altamente relevante:

> Quando a ditadura dizia ter esmagado todas as forças revolucionárias, buscava dissuadir qualquer tentativa de oposição e procurava se consolidar - surgiu a guerrilha no Araguaia. Foi um golpe sério na ditadura. Os generais pensaram que a liquidariam rapidamente. Não o conseguiram. Ao todo mobilizaram uns 20 mil homens. (ARROIO, 1979, p. 21)

Além de defender a importância da Guerrilha do Araguaia como marcante na luta contra a Ditadura Militar, Arroio também argumenta que as ações dos guerrilheiros foram vitoriosas na mobilização da população local, questão fundamental para o enraizamento da guerrilha na visão do PC do B:

> A luta do Araguaia se constituiu num verdadeiro teste sobre a justeza da linha do Partido. (...) Obteve, na área conflagrada, o apoio de mais de 90% da população. Conquistou aliados como comerciantes, elementos de prestígio local. Esta resistência ajudou as massas a ver quem são seus verdadeiros inimigos e como lutar contra eles. O exército, antes bem visto ou sobre o qual havia muitas ilusões, passou a ser alvo do ódio popular. (ARROIO, 1979, p. 21)

Ressaltar o apoio popular é um aspecto muito relevante para a concepção da Guerrilha do Araguaia, uma vez que, como foi visto anteriormente, se defendia que as massas deveriam efetivamente participar das ações armadas. Arroio cita a necessidade de ampliar essa participação ao longo de seu texto, mas não polemiza com a visão de Pedro Pomar, que defendia que isso não tinha acontecido e que justificava o erro a partir desse aspecto. Ou seja, Arroio não concordava com a visão de Pomar sobre os erros da guerrilha. Enquanto Pomar observou uma incapacidade de fazer com que as massas lutassem pela guerrilha, Arroio analisava exclusivamente os erros militares. Diante disso, sua defesa da continuidade da luta armada como estratégia para realizar a revolução se torna cada vez mais forte:

> A resistência encetada representa um grande capital político. E uma ação concreta em favor da libertação do povo do interior e uma mensagem em prol da emancipação nacional. Araguaia mostrou ser viável a luta do povo pobre, demonstrou que a luta armada responde a uma necessidade objetiva. Seu aparecimento indica que a revolução no Brasil vai-se transformando em uma questão prática, concreta. (ARROIO, 1979, p. 21)

A pertinência e a assertividade na escolha da estratégia de luta não são apenas ressaltadas para a consolidação do movimento revolucionário brasileiro, mas também serviu para que Angelo Arroio estruturasse um pensamento em torno da defesa e da exaltação do Partido Comunista do Brasil utilizando a campanha do Araguaia como um fator que resultaria no crescimento do partido:

> Mas se a resistência do Araguaia é um grande acontecimento na vida política o é igualmente na vida do Partido. Desde que surgiu, em 1922, o PC aspira a levar nosso povo à revolução. A luta armada, porém, foi sempre relegada, apesar da existência em diferentes épocas de condições propícias ao movimento revolucionário. (...) Ainda que no momento não se reflita de maneira aberta e ampla, o prestígio do Partido cresceu e crescerá mais ainda. Sua autoridade aumentou entre os aliados. As massas oprimidas tendem a se voltar para a organização que encarna a luta revolucionária consequente. Nossos camaradas que morreram nessa arrancada são heróis e mártires do povo brasileiro. (ARROIO, 1979, p. 21)

Além de procurar inserir os guerrilheiros mortos em uma espécie de panteão que serviria para justificar e articular o movimento revolucionário em torno da experiência no Araguaia, Arroio também expressa sua leitura de que o partido ganharia notoriedade, dentro e fora do movimento comunista, por cumprir o objetivo de finalmente iniciar as ações revolucionárias no Brasil.

Diante de toda a argumentação estabelecida em torno das vitórias políticas que a estratégia da luta armada obteve a partir da campanha do Araguaia, Angelo Arroio sintetiza seu pensamento afirmando que:

> Sem dúvida alguma, a experiência fundamental destes dois anos é que o caminho indicado pelo Partido para libertar o povo brasileiro da opressão é correto. A vida mostrou que a luta armada pode-se desenvolver com sucesso no interior. Vencendo inúmeras dificuldades e num processo longo, transformar-se-á em guerra popular, que envolvendo a maioria da nação, acabará conquistando a vitória. (ARROIO, 1979, p. 21)

Diante desse importante documento de Angelo Arroio e observando o pensamento dos três principais membros do Comitê Central do PC do B que estiveram no sul do Pará - além de Arroio, Pedro Pomar e João Amazonas - é possível traçar algumas conclusões sobre o balanço interno da experiência guerrilheira dentro do partido. A visão oficial, defendida por João Amazonas e estruturada no documento "Gloriosa jornada de luta" partia do princípio de que não havia derrota definitiva naquele período e seria possível continuar o embate, ressaltando a participação das massas no movimento e desconsiderando os números da violenta repressão. Sua visão parece ser bastante próxima da de Angelo Arroio. Ainda que este, em seu documento "Relatório Arroio" expresse a derrota da Guerrilha do Araguaia, ele ressalta sua importância e defende a continuidade da estratégia de luta. Quem parece mais se distanciar desse posicionamento é Pedro Pomar, que além de reconhecer a derrota da guerrilha e destacar a quantidade de vítimas que dela resultaram, apresenta um argumento diferente dos outros dois. Para Pomar, o

principal erro cometido no Araguaia foi a incapacidade de fazer da luta guerrilheira a luta de massas. Esse é o aspecto de maior divergência entre eles e faz com que Pomar reveja a luta armada, não como ideal revolucionário, mas com a necessidade de realizar um trabalho de mobilização das massas mais eficiente antes da propagação da guerrilha.

No entanto, é preciso destacar que nenhum dos três dirigentes avaliou como um erro o evento no sul do Pará. Ou seja, para os três integrantes do Comitê Central que participaram dos debates entre 1974 e 1976, a estratégia de implementar uma luta guerrilheira na região do Araguaia não representou um erro, o que indica uma clara diferença da Guerrilha do Araguaia com relação às guerrilhas urbanas, que como foi visto ao longo da pesquisa, por diversas vezes foi entendida como um erro. É possível concluir, portanto, que na visão do PC do B, mesmo daqueles que foram vozes dissonantes da versão oficial, a luta armada nunca foi rechaçada como estratégia de luta.

É justamente por isso que chama muito a atenção a fala de João Amazonas publicada no número 231 do semanário *Movimento,* de dezembro de 1979. Neste momento, o dirigente do PC do B retornava ao Brasil após sua experiência no exílio e o jornal o questiona sobre a luta armada, sobre os erros cometidos no Araguaia e sobre a autocrítica realizada sobre a experiência armada travada pelo PC do B. Sobre a estratégia da luta armada, Amazonas diz que:

> A perspectiva dentro da atual situação é a da luta das grandes massas. Há um objetivo tático mais geral que é a conquista da plena liberdade política. Depois disso as alternativas aparecem. Atualmente a luta armada não é a luta principal. (FALA...,1979, p. 9)

O dirigente do PC do B expressava claramente os impactos do período da abertura política nas esquerdas brasileiras do período, fazendo com que elas projetassem uma nova perspectiva do caminho das lutas. Tanto as mobilizações populares feitas pelos operários como também as movimentações do governo que sinalizava uma abertura democrática projetaram no PC do B uma movimentação para a defesa da luta de massas em prol das liberdades democráticas. Ainda assim, é interessante notar como Amazonas não rechaça a luta armada. E ele é incisivo nessa defesa, pois na mesma reportagem, ao ser questionado sobre a autocrítica realizada sobre a campanha no Araguaia, ele diz que não há: "Nenhuma. Reconhecemos os erros e queremos aprender com eles. Mas fazer autocrítica da luta armada desenvolvida no Araguaia é negar a luta armada. E isto eu não faço." (Idem.)

Com isso, é possível afirmar que durante o período e o espaço em que se configurou um debate e uma avaliação sobre a luta armada e a Guerrilha do Araguaia, os membros integrantes do Comitê Central, lideranças do partido e integrantes da experiência, nunca rechaçaram as armas como estratégia de luta, ainda que tenham, em menor ou maior medida, reconhecido os erros táticos e estratégicos. E é interessante notar como essa manutenção se estrutura em relação com os impactos políticos da distensão democrática brasileira no final da década de 1970.

Angelo Arroio e Pedro Pomar não vivenciaram o período de redemocratização, não foram impactados nem pelo movimento de reestruturação partidária e não observaram o reaparecimento das massas operárias quando realizaram suas avaliações e defenderam a luta armada como ferramenta de luta. Já João Amazonas vivenciou esse movimento e mesmo assim continuou expressando a defesa da luta armada como estratégia, ainda que observasse o momento político como voltado para a luta de massas e pelas liberdades democráticas. Isso faz com que seja possível concluir que o PC do B não negou a luta armada como estratégia de luta na autocrítica que realizou.

Essa autocrítica, no entanto, não ficou restrita aos documentos e personagens que participaram ativamente do balanço realizado pelo partido entre 1974 e 1976, como foram os casos dos três membros do Comitê Central. O semanário *Movimento* contou com a presença da autocrítica realizada por um ex-guerrilheiro do Araguaia que não foi membro do Comitê Central e que foi um dos poucos sobreviventes da guerrilha, justamente por ter sido preso logo no momento em que as forças de repressão descobriram os planos dos comunistas. Na edição de número 220, o jornal apresenta a análise que José Genoíno Neto fez sobre a experiência no Araguaia, configurando-se como uma das principais vozes dissonantes que avaliaram a experiência guerrilheira no sul do Pará.

3.15. Memória e trauma na avaliação do Araguaia: o papel de José Genoíno.

José Genoíno Neto foi militante do movimento estudantil durante os anos 1960 e integrou o PC do B no final dessa década e acabou se tornando um dos guerrilheiros que foram para o Araguaia no ano de 1968 com a tarefa de estruturação da guerrilha. Foi preso em 1972 e julgado pelo Superior Tribunal Militar, tendo sido condenado a cinco anos de

prisão. Foi solto em 1977 e partir dali continuou sua trajetória de militância na esquerda brasileira, tendo se filiado ao Partido dos Trabalhadores logo no início da década de 1980.

Genoíno tornou-se uma figura importante para a memória da Guerrilha do Araguaia, além de ser sido um dos pioneiros a falar na imprensa e denunciar as violências sofridas pelos guerrilheiros, também foi responsável por procurar familiares de desaparecidos da região com o objetivo de informar as famílias sobre seus paradeiros. Segundo entrevista concedida ao Grupo de Estudos do Sentido - Tocantins (GESTO), ligado à Universidade Federal do Tocantins, no período após a sua prisão até sua filiação ao PT em 1980, foi um período de hiato na sua militância política institucionalizada. (FIGUEREDO; REIS; SILVA; 2020 p. 301). Portanto, quando fez o seu depoimento publicado na edição número 220 de setembro de 1979 no semanário *Movimento,* ele não possuía uma militância política formalizada, tendo se desligado do PC do B. Na apresentação de seu depoimento ele é descrito como ex-guerrilheiro e que naquele momento atuava como professor.

Genoíno inicia seu depoimento ao semanário afirmando que a experiência guerrilheira tem sido vista com bons olhos de maneira geral, uma vez que suas ações armadas estiveram voltadas para a luta contra a exploração da população pobre e que naquele período já se tinham uma dimensão bastante completa dos fatos, restando fazer uma profunda avaliação da experiência em si. Ele faz seu depoimento após as falas de João Amazonas e da publicação dos textos de Angelo Arroio e Pedro Pomar, inclusive citando a importância do jornal *Movimento* ser um espaço para se realizar a autocrítica da experiência; coloca-se assim, como alguém que estava contribuindo para a autocrítica realizada naquele lugar socioespacial. É interessante notar que ele, de uma certa forma, elege a carta de Pedro Pomar como sendo a verdadeira autocrítica realizada:

> Dessa opiniões, a que abordou certas questões de fundo e que fornece importantes indicações para situar a análise é a carta de Pedro Pomar, antigo combatente de vanguarda, assinado em 1976 em São Paulo. As outras ainda se fixam unilateralmente nos aspectos positivos ou, parcialmente, abordam pontos negativos da experiência. (GENOÍNO, 1979, p. 12)

Diante dessas colocações, é possível perceber que a autocrítica proposta por José Genoíno dialoga de maneira direta com aquela realizada por Pedro Pomar. Não significa dizer que ambos possuem o mesmo pensamento com relação a avaliação sobre a guerrilha do Araguaia, mas em alguns pontos cruciais elas são muito semelhantes. Principalmente quando se trata do fato da guerrilha ter sido derrotada ou não, aspecto central da análise,

que mesmo parecendo uma questão óbvia do ponto de vista militar, mas que para os movimento de reflexão sobre os significados da luta armada tem uma conotação muito profunda, como será discutido posteriormente. Genoíno, nesse ponto, concorda com Pedro Pomar e é categórico na afirmação da derrota da guerrilha:

> (...) a Guerrilha do Araguaia foi derrotada. Pelo próprio significado daquela luta, a derrota ali sofrida foi profunda e não pode ser menosprezada. Não foram apenas revezes parciais, nem paralisação temporária dos combates. Ao lado de todos os aspectos positivos há uma realidade muito concreta: o movimento guerrilheiro foi destruído e deixou de existir. Admitir isso é o primeiro passo para poder analisá-lo corretamente. (GENOÍNO, 1979, p. 12)

Cabe observar que o posicionamento de Genoíno vai de encontro as teses hegemônicas do partido, defendidas por João Amazonas e também presentes no relatório Arroio. Esses personagens falavam de derrotas parciais e de refluxo e não de derrota definitiva; Amazonas, inclusive, defendeu na sua entrevista na edição de número 215 que a campanha poderia ser retomada nos mesmos moldes e no mesmo lugar, observando aquele momento apenas como uma espécie de paralisação das ações revolucionárias. É se contraponto a isso que Genoíno enfatiza que a derrota foi "profunda" e que não foi uma "paralisação temporária". Esse é o primeiro aspecto de aproximação entre a sua avaliação e a de Pedro Pomar. Mas não é a única. Ele também analisa que um dos principais problemas enfrentados pelo movimento guerrilheiro foi a sua incapacidade de fazer com que a luta da guerrilha fosse a própria luta das massas:

> Os guerrilheiros, fiéis à concepção geral que orientou o movimento armado, a partir do início da luta iniciaram o trabalho político com vistas a esclarecer seus objetivos e, com a simpatia e respeito dos moradores conseguidos na preparação, obtiveram o apoio da maioria da população local. A guerrilha era o próprio trabalho político. Mesmo com a incorporação de alguns lavradores, ela não se transformou em luta do próprio povo. (GENOÍNO, 1979, p. 12)

Em diversos momentos seu ponto de vista com relação a esse erro vai sendo expressado. É bastante evidente que, na sua percepção, a principal revisão a ser feita é conseguir fazer com que as massas façam parte da guerrilha para além de um apoio formal: "Após o desencadeamento das ações, os guerrilheiros lutaram para ganhar o apoio da população (há diferenças entre apoio e participação efetiva) e conseguiram determinados êxitos nesse sentido". (Idem.)

Ao que tudo indica, ainda que de maneira indireta, José Genoíno rebate as teses apresentadas por João Amazonas que são baseadas na participação das massas

camponesas na guerrilha. Como foi visto anteriormente, um dos principais aspectos sobre os quais Amazonas defende a vitória guerrilheira foi o engajamento da população local à causa. Assim como Pedro Pomar, José Genoíno procura dimensionar esse engajamento e insiste que, na sua visão, ali ocorreu um apoio, que seria diferente de participação efetiva. E para ele, é aí que reside o significado da derrota. Uma vez que a proposta da guerrilha seria desenvolver uma guerra popular com as massas, essa ausência de participação significou uma falha no projeto guerrilheiro:

> A luta guerrilheira no sul do Pará, que pretendia ser uma etapa da guerra popular, não foi uma forma de luta das massas e nem sua força armada. Seu conteúdo não foi de massas, apesar da simpatia de que sempre desfrutou na região. (...) Na verdade, fizemos a luta para elas e, no máximo, ganhamos o seu apoio. (GENOÍNO, 1979, p. 12)

Uma vez estabelecido o erro central, Genoíno procurou apresentar seu ponto de vista sobre os motivos daquele erro ter ocorrido. Nesse momento ele passa a estabelecer alguns argumentos que não estavam presentes na tese de Pomar sobre a derrota, configurando assim em um movimento de autocrítica inédito no espaço público naquele momento:

> A derrota foi, acima de tudo, do plano geral que concebeu aquela forma de iniciar a guerra popular e da concepção que a orientou. A formação do movimento guerrilheiro foi baseada apenas em pessoas de vanguarda, preparada e iniciada numa região prioritária, à margem do processo objetivo e subjetivo da luta de classes no país e não inseridos no movimento das massas camponesas. (GENOÍNO, 1979, p. 13)

Na visão de Genoíno, não foi necessariamente uma falta de ação de preparação do movimento de massas que teria ocorrido. Para ele, a guerrilha projetou um espaço incorreto e, sobretudo, uma classe social incorreta para fazer a luta e daí resultaria o problema das massas não terem feito da guerrilha a sua própria luta:

> Na definição de alguns elementos gerais que orientaram a experiência do Araguaia, na análise de certas condições históricas, da experiência revolucionária e de determinadas características nacionais, foi incorreto considerar o campo como o principal centro do trabalho político. Isso, além de subestimar o papel dos grandes centros urbanos, que no Brasil, representam grande força política e econômica, levou ao erro mais grave que foi o menosprezo da classe operária, força dirigente e fundamental no processo de transformação radical da sociedade brasileira. (GENOÍNO, 1979, p. 13)

É muito significativa a maneira pela qual José Genoíno insere as camadas operárias no seu movimento de autocrítica com relação aos erros cometidos pela experiência no Araguaia. Conforme foi visto na análise de Pedro Pomar, João Amazonas e Angelo Arroio, não havia discussão sobre os sujeitos protagonistas do processo revolucionário brasileiros. Os três integrantes do Comitê Central, ainda que discordassem de outros aspectos, não questionaram o camponês como classe dirigente do processo revolucionário brasileiro. Genoíno faz isso de maneira explícita e defende que é a classe operária que cumpre esse papel:

> É verdade que no campo brasileiro está o aliado principal da classe operária e onde existem fatores favoráveis à luta armada. Mas é sabido que a consequência da luta (...) depende do desenvolvimento da luta dos trabalhadores industriais, onde se constroem as condições para a concretização da aliança operário-camponesa. Portanto, o principal é a força da classe operária. (...) A conquista e a mobilização do povo pobre e explorado do interior para os objetivos nacionais e democráticos da revolução passa pela sua unidade com a classe operária e tendo-a como dirigente. (GENOÍNO, 1979, p. 13)

Uma das hipóteses possíveis a serem levantadas sobre as motivações que levaram Genoíno a defender a classe operária como dirigente do movimento revolucionário é a ascensão que os trabalhadores industriais tiveram na cena pública da política brasileira a partir das greves que começaram a se intensificar a partir de 1978. Conforme vem sendo argumentado ao longo dessa tese, os guerrilheiros - e a esquerda de maneira geral - foi vítima de um intenso refluxo causado sobretudo pelas forças da repressão e das derrotas dos diversos projetos de luta, armados ou não, durante toda a década de 1970. Diante de tantos reveses, aquilo que Enzo Traverso chamou de melancolia de esquerda se estruturou diante de seus militantes. Em meio a essa melancolia, o movimento operário brasileiro, por suas características e condições próprias de luta pelos seus direitos, se mobilizou por meio de intensas greves operárias que impactaram fortemente o imaginário dos militantes de esquerda que vivenciavam essa melancolia. Na necessidade de encontrar explicação para a derrota, observaram na classe operária um ator mais consciente para a luta revolucionária e assim expressaram que o erro cometido foi uma avaliação incorreta da classe protagonista da revolução, conforme diz Genoíno.

Em entrevista concedida à Jean Sales em 2019, Genoíno corrobora com essa tese, quando ele afirma que quando a direção do PC do B veio para o Brasil após a Lei de Anistia, ele estava em um processo de tensionamento diante do partido, tendo organizado

justamente uma dissidência com o partido. O impacto das mobilizações operárias do final da década de 1970 é citada como desencadeadora desse movimento de dissidência:

> O que aconteceu, quando vieram o movimento das greves, carestia, a figura do Lula, o ABC e os comitês, a gente que já vinha de uma avaliação da cadeia, do isolamento da esquerda, da derrota da luta armada, da necessidade da gente estabelecer novas relações com a população, a gente viu ali uma janela política. Então aquilo ali, de uma certa maneira, atraiu a simpatia, a adesão, a militância, porque era o que existia, enquanto que a direção do PC do B era contra a criação do PT. (GENOÍNO, 2019)

Sua fala, além de indicar seu posicionamento pessoal com relação ao processo que o fez aderir ao movimento da criação do Partido dos Trabalhadores, é um indício de como houve um encontro entre o movimento autocrítico realizado por parte das esquerdas armadas e a criação do PT, justamente por este representar o protagonismo das classes operárias no processo revolucionário brasileiro, justamente aquilo que foi lido como sendo o principal problema que evitou que o processo revolucionário tivesse sido vitorioso.

Ao considerar tais aspectos subjetivos para a análise da derrota é preciso dimensionar a figura de Genoíno nesse processo. Conforme foi descrito anteriormente, no momento em que ele faz sua revisão ele não estava falando em nome do PC do B e nem expressava um posicionamento coletivo de qualquer outra organização. Seu movimento de autocrítica tinha também o objetivo de projetar novos espaços e formas de luta, como ele procura deixar claro em seu texto:

> Analisando corretamente as suas lições positivas e negativas, observando as transformações em curso na sociedade brasileira e à luz do marxismo-leninismo, certamente, os verdadeiros revolucionários saberão indicar melhor o caminho que o povo brasileiro terá de percorrer para pôr fim à opressão e à exploração. (GENOÍNO, 1979, p. 13)

Mas ainda que sua proposta de autocrítica tenha o sentido de avaliar a experiência com vistas a novos momentos de luta, ele não o faz inserido em uma organização. Nesse sentido, ele se configura como uma voz dissonante. E sendo uma voz dissonante, é possível pensar que um de seus compromissos no processo de autocrítica seja com ele mesmo e por isso fala sobre o erro de avaliação de qual classe seria dirigente do processo revolucionário. Ao lutar pela implementação de um projeto revolucionário que representava um sonho de um imaginário coletivo partilhado pelos comunistas e ver esse projeto derrotado, Genoíno - e muitos outros guerrilheiros - procuram fazer um movimento que busca configurar um sentido para a derrota desse projeto, representativo

e um imaginário coletivo. E isso é ainda intensificado pelas concepções filosóficas do marxismo-leninismo, que emprestaram a esse imaginário um pensamento que tratava a revolução como inerente do desenvolvimento histórico. Ou seja, as sociedades estavam destinadas a realização da revolução. E se não bastasse a revolução estar inserida dentro um quadro teórico-filosófico como o marxismo-leninismo, a geração da década de 1960 conviveu com o êxito de diversos processos revolucionários que partilhavam desse quadro, como foram os casos de China, Cuba e Vietnã. Ao analisar todos esses fatores que compunham o imaginário comunista do período é de se concluir que se projetava para aquela geração uma possibilidade real e efetiva de fazer a revolução. Ao perceber que ela não foi feita, só restaria a esses militantes lidarem com a melancolia da derrota e é aí que as subjetividades se expressam, já que é necessário encontrar ferramentas para dar sentido a ela.

E diante dessa melancolia em lidar com o fracasso em realizar o projeto coletivo partilhado pelos comunistas, é fundamental observar que a geração que pegou em armas lidou com uma questão de ordem extremamente traumática, uma vez que as forças militares foram extremamente violentas e provocaram a morte de uma quantidade enorme de militantes. Nesse sentido, aqueles que sobreviveram, além de terem a necessidade de lidar com a derrota do projeto partilhado enquanto imaginário coletivo, também tiveram que conviver com a memória traumática dos eventos de extrema violência que conviveram, somados ao fato de terem sobrevivido enquanto outros companheiros não. Essas subjetividades também estão presentes na autocrítica de José Genoíno. Tanto é assim que ele aborda por diversas vezes seus companheiros de guerrilha que perderam a vida no processo:

> Essa é a maneira das derrotas se transformarem em vitórias. E a homenagem consequente aos heróicos combatentes do Araguaia que, com decisão e coragem, deram sua vida e derramaram seu sangue. E a maneira correta de dar continuidade à causa e à bandeira pelas quais morreram. (GENOÍNO, 1979, p. 13)

Genoíno parece procurar o tempo inteiro mobilizar a memória daqueles que foram mortos pela repressão em seu processo de autocrítica, como se elas fossem fundamentais na projeção da continuidade da luta e como se houvesse uma dívida com relação a esses companheiros. Suas memórias são intensamente celebradas, sobretudo quando ele ressalta a bravura empreendida na luta dos guerrilheiros que:

> Praticamente partiram do nada e construíram um movimento guerrilheiro que enfrentou por mais de dois anos a ditadura e suas forças repressivas mais sofisticadas e melhor preparadas. Enfrentando todo tipo de adversidades tiveram a coragem e a bravura de pegar em armas, resistindo a um inimigo forte e violento. (GENOÍNO, 1979, p. 13)

A celebração do heroísmo de seus companheiros foi destacada intensamente na autocrítica proposta por Genoíno, como se fosse o fator mais importante da experiência, destacando inclusive o papel das mulheres na guerrilha: "O desprendimento e o heroísmo dos combatentes evidenciaram-se em muitos episódios e destaque relevante merece a participação das mulheres, tanto na fase preparatória como na guerra propriamente dita". (Idem.)

É como se houvesse uma espécie de compromisso dele para com a memória daqueles que lutaram ao seu lado e pagaram o preço mais alto. Genoíno ressalta por diversas vezes o sangue derramado pelos guerrilheiros e guerrilheiras no processo de luta:

> Para entender o significado da derrota é preciso ainda levar em conta o peso dado anteriormente pelos guerrilheiros ao que foi construído na região e depois desbaratado, o número e as qualidades individuais das pessoas que lá viveram, lutaram e morreram e os objetivos da luta guerrilheira, não alcançados com a derrota. (GENOÍNO, 1979, p. 13)

Sua proposta de autocrítica vai além de uma análise política, mas faz questão de destacar, como ele diz, "as qualidades individuais" daqueles que morreram no processo, como se quisesse inserir na avaliação da derrota as vidas que se perderam e o sangue derramado pelos companheiros. Sua própria proposta de revisão, cujo interesse também é o de projetar a análise dos erros para novas propostas de luta, leva em consideração os que foram mortos pela repressão:

> São opiniões imbuídas da certeza de que assim agindo estarei honrando os valorosos companheiros que construíram a experiência e lá deram sua vida e derramaram seu sangue. Estão embasadas na preocupação de reafirmar e aprofundar o que mais importante aquela luta indicou. (GENOÍNO, 1979, p. 13)

Ao inserir na sua autocrítica a memória daqueles companheiros que perderam suas vidas, Genoíno revela um dado subjetivo que pouco aparece nos exercícios de revisão realizados naquela conjuntura do final dos anos 1970, que se transforma em memória traumática por diversos aspectos e níveis individuais e coletivos. Do ponto de vista individual, o trauma está relacionado às violências às quais os guerrilheiros foram

submetidos ao longo da sua trajetória de luta e no caso dos sobreviventes, as perdas dos companheiros que lutaram e viveram ao seu lado. Do ponto de vista coletivo, o trauma está ancorado na derrota de um projeto político cuja ideia se formavam a partir de um imaginário coletivo partilhado justamente por aqueles que foram mortos no processo. Como síntese desses dois vieses de trauma, a necessidade de seguir vivendo com a derrota desse projeto enquanto seus companheiros foram mortos.

Freud caracteriza a memória traumática como resultado de uma experiência que é codificada de forma inexata pelo indivíduo. O trauma é um acontecimento que fica retido na memória do corpo, mas sem ter a função de lembrança. Para o autor, o trauma é uma marca psíquica formada por impressões muito fortes. No texto *Recordar, repetir e elaborar,* o psicanalista alemão afirma que eventos traumáticos ficam restritos ao inconsciente humano, marcado pela não-verbalização. Desse modo, os eventos traumáticos não são narrados pelas vítimas do trauma e assim são repetidos, não como lembrança, mas como compulsão à repetição: o trauma é repetido na ação como um mecanismo de evitar sua lembrança. (FREUD, 1969, p.196-197). Já no texto *Luto e melancolia,* Freud explica que uma perda significativa traz a consequente necessidade do sujeito de criar representações do objeto perdido, para mantê-lo vivo, experiência fada ao fracasso e que só poderia ser superada com a vivência do luto. No entanto, dada a dificuldade na tarefa de vivenciar o luto e abandonar o objeto perdido, o sujeito transfere o luto à melancolia.

Paul Ricouer se ancora nessa categoria freudiana de recalque para a defender a tese de que a História encarrega-se dos mortos de antigamente, considerando assim o ato de narrar o passado como um sepultamento do mesmo. Segundo o filósofo francês "essa sepultura escriturária prolonga no plano da história o trabalho da memória e o trabalho de luto" (RICOEUR, 2007, p.506). Dessa forma, esse trabalho do luto seria fundamental para separar o passado do presente, criando assim possibilidades de se pensar o futuro. Ao incorporar as contribuições da psicanálise para os estudos da sociedade, Ricoeur apresenta a possibilidade de encarar a História como uma ferramenta na elaboração da memória traumática, encerrando o recalque e a reelaborando.

De uma certa forma, a maneira pela qual José Genoíno realizou o processo de revisão sobre a experiência do Araguaia pode ser encarada como uma ferramenta utilizada para a elaboração da sua memória traumática, ainda que ele próprio tenha admitido posteriormente a necessidade de seguir convivendo com esse trauma. Na entrevista

concedida em 2020 ao GESTO, ele fala justamente sobre o peso de realizar a avaliação sobre a experiência carregando consigo a memória daqueles que foram mortos no processo. Ao falar sobre a contribuição que ele deu ao jornalista Fernando Portela para realizar o conjunto de reportagens publicadas no *Jornal da Tarde* sobre o Araguaia, ele diz que:

> Isso foi... foi uma coisa que eu fiz, mas isso aí gerou problemas na esquerda, porque foi uma avaliação muito traumática. Não foi fácil. Foi muito duro, muito choro, com muito pesadelo, porque você fazer uma avaliação com mortes! E mortes não eram quaisquer mortes. Então, foi um processo muito violento, muito duro. E eu vivi isso intensamente, porque eu era sobrevivente, eu tinha sido processado, tinha a minha carta na Auditoria. Então, eu tinha que divulgar. E eu resolvi divulgar. (FIGUEIREDO; REIS; SILVA; SOUSA, 2020, pp. 303 - 304)

Fica latente em seu relato que sua avaliação sobre o Araguaia foi feita diante da convivência com uma memória traumática muito presente, influenciada sobretudo pela perda de militantes, alguns que ele mantinha uma relação para além da guerrilha. E parte do seu processo de elaboração da memória traumática esteve justamente inserido no fato de partilhar e divulgar as informações sobre as violências sofridas pelos companheiros e sobretudo em prestar informações sobre os mortos. E é justamente nesse processo que as expressões sobre a dramaticidade do processo de elaboração da memória traumática se expressavam em seu depoimento:

> Algumas famílias eu conhecia, a família, quando eu era estudante. Eu quero deixar claro que, quando eu fui participar do translado dos restos mortais do Bergson, a mãe dele era bem velhinha e, aliás, 15 dias depois, ela faleceu. Parece que ela estava esperando para enterrar o Bergson. Quando eu fui lá, o pessoal dizia: "Pô, mas ele morreu e você está vivo". Veja bem o drama que isso aparece. Quando eu fui em Cachoeiro do Itapemirim, a terra do Arildo, o pessoal dizia: "Você escapou. Você ficou preso, mas a pessoamorreu". Eu dizia: "É. Eu estou relatando". O quê que eu ia dizer? Eu não tinha o que dizer! Eu dizia para a família: "Eu estou dando a informação para aumentar a dor ou aliviar a dor. Eu não posso ficar com essa informação só para mim. (FIGUEIREDO; REIS; SILVA; SOUSA, 2020, p. 305)

Diante desse trauma explicitado, Genoíno afirma em 2020 o quanto esse trauma, de certa maneira, seguiu presente consigo, levando-o a abordá-lo pela primeira vez apenas

nessa entrevista, realizada depois de quase meio século dos eventos traumáticos. Sua fala é tão intensa que justifica o longo trecho destacado:

> Eu tenho uma relação de considerar a importância da minha militância no PCdoB no Ceará e, depois, no Araguaia, na UNE. E eu considero muito, mas foi uma coisa muito dramática: como conviver com essa história toda? E você sabe que aconteceu uma coisa pior, que pela primeira vez eu estou revelando para vocês aqui. Como eu era sobrevivente, a gente tinha uma culpa por ter sobrevivido. Era barra pesada, porque os companheiros morreram, eu sobrevivi. Por que que eu sobrevivi? Então, eu sentia culpa por ter sobrevivido. Olha a loucura que é! A quantidade de pesadelo, a quantidade de noite mal dormida, a quantidade de coisas interiores... Porque esse é um lado da história, um lado que... (Normalmente, eu estou colocando isso pela primeira vez para vocês porque eu não posso deixar de analisar todos os aspectos dessa memória que vocês estão fazendo para uma universidade que, quando eu estava aí, não existia, porque não tinha nem Tocantins, tinha norte de Goiás. Então, eu acho que eu tenho até um dever ético comigo mesmo de colocar essas coisas) foi muito! (FIGUEIREDO; REIS; SILVA; SOUSA, 2020, pp. 304 - 305)

Mas ele próprio afirma na mesma entrevista que diante disso tudo, tomou como seu dever como sobrevivente agir de modo a divulgar os acontecimentos do Araguaia, apresentando informações, divulgando documentos como fotografias e dando relatos sobre:

> Mas eu fiz isso (...) com a ideia de que a minha tarefa era recuperar a memória dos companheiros que deram a vida no Araguaia. Eu jamais poderia deixar o que eu sabia escondido. Para mim, isso era uma obsessão, desde que eu fiz a carta na Auditoria Militar. Inclusive, a minha advogada disse: 'Você vai fazer essa carta, mas essa carta é condenação certa'. Eu disse: 'Eu vou ser condenado, não interessa mais ou menos'. Então, aí, isso para mim era uma questão da memória. (FIGUEIREDO; REIS; SILVA; SOUSA, 2020, p. 302)

Diante desse relato, é possível estabelecer algumas conclusões acerca da relação entre memória e trauma no que diz respeito à luta armada e ao caso do Araguaia. Ainda que expressada individualmente por um militante, a fala de Genoíno é indiciária[71] de uma característica subjetiva muito relevante sobre a luta armada dentro do tema geral da

[71] Segundo Carlo Ginzburg, alguns temas candentes dentro da historiografia são impedidos de serem abordados pela escassez de registros sobre o tema. A luta armada, sua revisão e sobretudo o trauma causado nos protagonistas dessa experiência são expressões desse caso. Mas ainda assim, o historiador italiano indica certos caminhos para que, a partir de certas reminiscências do passado, seja possível criar certas interpretações. CF: GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais. São Paulo, Cia das Letras, 2011. p. 268.

Ditadura Militar brasileira. O processo de abertura política no Brasil pós Ditadura foi marcado por disputas de memória e ações, seja do Estado brasileiro, seja de diferentes atores políticos, de silenciamento sobre diversos eventos. Por diferentes aspectos, a luta armada é um tema em que mais se verifica essas disputas e, sobretudo, o silenciamento. Seja no caso do Araguaia, seja nas guerrilhas urbanas, o regime militar matou os guerrilheiros e se negou a informar as condições nas quais as mortes ocorreram. Em muitos casos, ocultou os cadáveres impedindo que as vítimas tivessem, até hoje, seus corpos identificados por seus familiares. No caso específico da Guerrilha do Araguaia, a Ditadura Militar negou durante muito tempo a própria existência da mesma. E mesmo quando o Estado brasileiro, já revestido de seu viés democrático, criou a Comissão Nacional da Verdade com o objetivo de investigar tais casos, evitou em diversos momentos tratar especificamente da questão da luta armada no Brasil.

Freud explicou que o silenciamento é um dos fatores que faz com que a memória traumática siga sendo propagada, transformando-se assim em recalque. Não resta dúvidas que a memória das guerrilhas e de seus protagonistas foram vítimas desse silenciamento. E o exemplo de José Genoíno é um caso emblemático para analisar a maneira como ele, em contextos históricos diferentes, procurou e segue procurando espaços para que essa memória seja elaborada. E, se for possível, como defende Paul Ricoeur, extrapolar o conjunto de memórias individuais na configuração de uma memória coletiva ou de grupo, é possível concluir que a luta armada seja uma memória recalcada para o conjunto que compõem a esquerda brasileira, e que ela segue carecendo de espaços para que possa ser elaborada.

Dessa discussão acerca da experiência de elaboração da memória de José Genoíno, depreende-se duas questões centrais e interligadas irremediavelmente. É certo afirmar que um dos motivos que ele realizou o processo de autocrítica foi para procurar caminhos para elaborar sua memória traumática. Nesse sentido, para além de um espaço de autocrítica político sobre a experiência da luta armada, seu texto publicado no semanário *Movimento,* bem como sua preocupação em procurar familiares de vítimas da guerrilha, também deve ser lido como parte constituinte desse processo. Não é possível ter elementos concretos sobre a incidência desse trauma na maneira pela qual ele fez a sua avaliação política do tema. Mas independente disso, a sua análise teve impactos nas discussões políticas internas no PC do B, conforme ele próprio relata na entrevista

concedida em 2020. Ao comentar sobre o momento em que iniciou a divulgar aquilo que havia acontecido com os militantes mortos no Araguaia, Genoíno afirma que:

> Esse foi um dos motivos que me levou a iniciar algumas divergências com o PCdoB, porque, quando eu saí da prisão, em 77 (...) a direção do PCdoB tinha uma postura de dizer o seguinte: "O Araguaia não acabou. Nós temos que defender o Araguaia, Guerrilha Heroica". E eu dizia: "Não. Nós temos que prestar contas à população, relatar o que aconteceu. Está vindo um processo de democratização e nós temos que discutir o Araguaia". (...) "Nós temos que homenagear os companheiros e contar a história. (FIGUEIREDO; REIS; SILVA; SOUSA, 2020, p. 302)

Segundo seu relato em 2020, ele discordava da posição hegemônica do PC do B, sistematizada e expressada pelo texto "Gloriosa jornada de luta". Em seu depoimento também se evidencia, conforme foi ressaltado anteriormente, sua proximidade com as posições destacadas por Pedro Pomar:

> E eu tive... O PCdoB, a direção da época não concordava muito com essa questão. Havia uma certa ressalva, que o PCdoB fazia. Mas, nessa época, eu era do PCdoB, mas não era militante orgânico. Então, eu achava que a gente tinha que relatar o que sabia,o que conhecia, e fazer uma espécie de avaliação política. Esse debate foi para o Comitê Central, e ele estava nos relatos da Queda da Lapa, principalmente a posição puxada por Pedro Pomar, que foi assassinado na Lapa. Havia, portanto, um debate interno no PCdoB sobre o significado do Araguaia, a avaliação do Araguaia. E eu me alinhava com as posições iniciais do Pedro Pomar e de outros companheiros, que era discutir o Araguaia. (FIGUEIREDO; REIS; SILVA; SOUSA, 2020, p. 303)

A partir do seu relato, é possível observar que houve de fato um movimento de autocrítica condicionado por questões de ordem partidária e de defesa de estratégias políticas dentro do PC do B, levando inclusive a certos afastamentos, como é o caso do próprio Genoíno, o que resultou em posicionamentos distintos e debates acirrados. Jean Sales afirmou que nesse período, a postura do PC do B era a de não aceitar posições internas conflituantes. (SALES, 2007b. p. 92) No entanto, os conflitos sobre o Araguaia extrapolaram os debates internos do partido e ganharam as páginas da sessão de cartas do jornal *Movimento,* que entre as edições 217 e 224, publicaram diversas posições, motivadas sobretudo pela crítica feita por Rachel Pomar as ideias de João Amazonas, analisadas aqui anteriormente. A partir de agora, será realizada a análise de como a crítica da nora de Pedro Pomar repercutiu entre os setores de esquerda que compunham a

comunidade de leitores do semanário *Movimento,* e que a partir do debate sobre a Guerrilha do Araguaia, expressava certas defesas políticas e concepções partidárias.

3.16. Seção de cartas: espaço de discussão pública sobre a luta armada.

Conforme foi visto anteriormente, Rachel Pomar, nora de Pedro Pomar, escreveu uma carta ao jornal *Movimento* comentando diversos aspectos da entrevista de João Amazonas sobre a Guerrilha do Araguaia. O ponto fundamental que foi destacado por ela em sua carta era a necessidade de reviver o debate sobre o tema, criticando sobretudo aquilo que ela dizia ser a posição do partido de "esconder as mortes no Araguaia". A publicação dessa carta no semanário ocorreu na edição de número 217 do mesmo e ao que indicam as publicações subsequentes, suas críticas reverberaram entre a comunidade leitora do semanário, pois entre as edições 219 e 225, apenas nas edições 222 e 223 não houve a publicação de cartas debatendo a Guerrilha do Araguaia de maneira geral e o posicionamento de Rachel Pomar em específico. Na edição 225, inclusive, a seção *Cartas Abertas* foi destinada exclusivamente para as publicações sobre o Araguaia.

Além disso reforçar a ideia de que o semanário *Movimento* foi um lugar socioespacial em que o debate acerca da luta armada se realizou, também demonstra que ele se projetou como um espaço de debate ampliado, não estão circunscritos apenas àqueles que tinham alguma militância organizada ou que pegaram em armas; o jornal fomentava o tema perante sua comunidade de leitores e essa comunidade de leitores se sentia compelida em participar do debate. A partir daí, o jornal abriu espaço para que as ideias circulassem.

A carta presente na edição de número 219 já foi analisada aqui anteriormente, cuja remetente foi Lúcia Ramos, que apesar de dizer que o que a fez escrever foi a carta de Rachel Pomar, sobre o assunto, ela se limita a dizer que o "ódio deve ser destinado aos que oprimiram os guerrilheiros". Ainda que de maneira sutil, ela expôs um entendimento de que não se deveria criticar o líder do PC do B, João Amazonas. Na edição de número 220 do jornal, de setembro de 1979, o debate começou a se intensificar e ganhar contornos de um embate em que se defende fortemente João Amazonas. Maria Clara de Souza, de São Paulo, que não se identifica com nenhuma outra característica em seu texto, diz que

"não poderia se calar e deixar de partir em defesa do sr. Pedro Pomar e do sr. João Amazonas pela gloriosa e corajosa luta que representam pela minha pátria". Ela chama a atenção de Rachel Pomar, dizendo que para ela, "em nenhum momento transparece a dúvida sobre a consequência política do sr. Pedro Pomar. Aparece sim, o respeito pelo companheiro assassinado brutalmente pela repressão e que o afastou do debate e da luta prematuramente". (DE SOUZA, 1979, p. 23) Ela também diz que "Penso que o sr. Pedro Pomar sempre zelou pela unidade da organização à qual pertenceu até o último dia de sua vida". (Idem.)

Não tendo maiores informações sobre uma possível militância política ou alinhamento com o PC do B fica muito difícil levantar qualquer hipótese explicativa mais profunda. Ainda assim, para além da clarividente defesa do líder do partido, também é interessante perceber que existe a defesa da unidade partidária. De uma certa forma, o debate que se estabelece em torno dessa questão na seção de cartas de *Movimento* gira muito mais em torno de uma defesa da unidade partidária a partir da figura de João Amazonas do que um debate profundo sobre a experiência da luta armada ou do Araguaia em si. E é justamente por isso que essas cartas são reveladoras de como a autocrítica sobre a guerrilha do sul do Pará está articulada diretamente as projeções, mobilizações e lutas do PC do B a partir dali.

Na edição de número 221, a carta foi escrita por Pedro Maurício, da Bahia, cujas informações sobre militância política ou profissão também são desconhecidas. A partir da sua carta, as respostas ficam cada vez agressivas e virulentas, na mesma medida que tomam contornos de defesa pessoal da figura de João Amazonas, a quem Pedro Maurício destaca como sendo: "(...) destacado e experimentado dirigente marxista-leninista, anti-revisionista, militante revolucionário sincero, que dedica sua vida à causa da classe operária há mais de 40 anos". (MAURÍCIO, 1979, p. 23) Ele acusa Rachel Pomar de dizer "com fúria e ódio", que João Amazonas faz alusões que faltam com respeito a Pedro Pomar. Segundo o remetente da carta: "esta conclusão é apenas da senhora, pois em momento nenhum da entrevista, João Amazonas faltou com respeito a Pedro Pomar. Me espanta (...) que exatamente a senhora chegue a tal conclusão, e a pretexto disso, se proponha a desfechar um ataque aventureiro". (Idem.). Pedro Maurício segue defendendo João Amazonas, dizendo que: "(...) me sinto no direito e dever de refutar suas acusações de que João Amazonas tentou esconder do Partido e do povo brasileiro, os crimes perpetrados pelo governo e seus propósitos, principalmente os assassinatos de heróicos

guerrilheiros no Araguaia. (...) Será que a senhora já se esqueceu da Rádio Tirana (...) onde o PC do Brasil divulgou o massacre do Araguaia?" (MAURÍCIO, 1979, p. 23)

Além da defesa do líder do partido, Pedro Maurício acusa Rachel Pomar de "oportunismo de quem pretende usar a memória honrada de Pomar para buscar promoção pessoal". E por fim, ele revela que, de alguma forma, faz parte da militância do PC do B ao encerrar a carta dizendo que:

> (...) a senhora cometeu um erro grave, pois o PC do Brasil é um partido revolucionário (...) que absorve os princípios de democracia interna, disciplina e política e luta ideológica, se fortalecendo e resguardando contra reformas de diversas matrizes. Portanto, esteja certa, que neste momento, sua carta está sendo analisada e debatida por todos os membros do Partido (...) mais uma vez sairão todos destemperados, aplicando a justa linha revolucionária e o programa do partido para a conquista da democracia popular rumo ao socialismo. (MAURÍCIO, 1979, p. 23)

Como é possível observar, a carta de Rachel Pomar foi capaz de reverberar fortemente a partir das páginas do *Movimento* a ponto de, segundo Pedro Mauricio, ser levada para debate interno no PC do B. As questões mais sensíveis, além da defesa da honra revolucionária de João Amazonas, estava o fato das divulgações das mortes que ocorreram na região do Araguaia.

A mesma linha de defesa pessoal de João Amazonas é seguida por Pedro Neto, de Contagem, MG, que responde à Rachel Pomar em carta publicada na edição de número 224 do semanário *Movimento*. Em sua carta, ele afirma que o erro de Rachel Pomar é utilizar sua relação afetiva para fazer um questionamento político a João Amazonas. Ele acusa Rachel Pomar de:

> (...) questionar o sr. João Amazonas e seu partido sobre a Guerrilha do Araguaia (esperando não uma resposta, pois esta Amazonas dá em sua entrevista, mas a resposta que ela gostaria de ouvir: a negação da violência revolucionária). Mas não o faz explicitamente e muito menos a partir de questionamentos políticos, apresentando dados e argumentos concretos. (NETO, 1979, p. 22)

Pedro Neto, assim como Pedro Maurício, acusa Rachel Pomar de "forjar em cima disso uma pretensa oposição entre Pomar e Amazonas visando semear a divisão dentro do partido dos dois!" (Idem.)

Diante dessa crítica, o autor da carta procura argumentar que os laços afetivos entre Rachel e Pedro Pomar não configuram a nora como herdeira política de Pedro Pomar e que a carta do mesmo, divulgada no número 199 do jornal não refletia o seu posicionamento definitivo, uma vez que era voltado para "a busca, através da discussão interna, da unidade, do consenso dentro de seu partido e nunca o objetivo de dividi-lo". Ele é enfático ao afirmar que:

> "Pomar jamais tomaria a atitude de divulgar ou discutir fora das fileiras partidárias os segredos e as divergências internas de seu partido. Jamais concordaria também com aqueles que como d. Raquel e seus assemelhados procuram desacreditar seu partido. (...) Os herdeiros de Pomar são os continuadores de sua obra: (...) os membros do partido, particularmente sua direção central. Em termos pessoais, João Amazonas e não a sra Raquel poderia se dizer 'herdeiro' e porta-voz de Pedro Pomar". (NETO, 1979, p. 22)

A radicalidade da defesa da unidade partidária é bastante característica dos militantes do PC do B e sua defesa dos debates se realizarem internamente expressa de maneira claro as tendências internas aferidas pelos principais historiadores do partido. Justamente por isso que o tom de crítica é tão exacerbado, uma vez que se ressalta diversas vezes que a postura crítica causaria rupturas e desacreditaria o partido. No entanto, um elemento que aparece na carta de Pedro Neto é a acusação de que Rachel Pomar teria se irritado porque: "Amazonas e seu partido, através de uma conferência nacional, não abrirem mão de sua linha revolucionária, de terem inclusive, como revela sua entrevista, avançado na compreensão de como levá-la à prática, particularmente no tocante à questão da violência". (Idem.)

Nesse aspecto, o debate circunscrito na seção debates ganhou nesse momento novos contornos, uma vez que Pedro Neto acusa um suposto grupo articulado em torno de Rachel Pomar de ser crítico à visão do PC do B de seguir defendendo a luta revolucionária feita por meio da via armada. Conforme foi observado anteriormente, a própria fala de João Amazonas ao retornar ao Brasil, falava da luta de massas que se colocava naquela conjuntura, mas que ele não revia a luta armada como estratégia revolucionária. Ao que tudo indica, a posição de Pedro Neto é justamente essa, que pode ser entendida como a posição oficial do PC do B com relação ao tema. Sua carta também é reveladora do centralismo defendido pelo partido, pois quando ele afirma que a VII conferência aprovou as posições sobre a guerrilha, ele diz que:

> (...) quem fala sobre o Araguaia algo diferente do documento 'Gloriosa Jornada de Luta' e do que disse João Amazonas em sua entrevista não fala em nome do PC do B! Quem fala de público e fora dos canais partidários, uma linguagem diferente das resoluções de sua VII Conferência não são porta-vozes autorizados deste partido! (NETO, 1979, p. 23)

Sua postura, portanto, atesta a atitude centralista do PC do B e não deixa dúvidas de se tratar de um militante ativo do partido. Sendo assim, é possível notar que os questionamentos feitos por militantes articulados às ideias descritas por Pedro Pomar em sua carta reverberam forte e negativamente dentro do Comitê Central do PC do B, a ponto de Pedro Neto escrever que:

> (...)a carta é um documento interno de seu partido; aqueles que o divulgaram, que usaram suas mãos para fazê-lo chegar à imprensa, o distribuíram fora dos canais partidários, quebraram a disciplina deste partido. Partira para o divisionismo aberto (...) cujo objetivo é o de solapar a unidade deste partido, fracioná-lo. (NETO, 1979, p. 23)

Tomando por base o tom de agressividade presente nessa carta, aqueles que elaboraram críticas, mais ou menos aproximadas das ideais que estão presentes na carta de Pedro Pomar, foram considerados traidores da classe trabalhadora:

> Não será agora também que uma corja de traidores, de concepção direitistas e com atitudes de caráter nitidamente trotskista, conseguirá este intento: não conseguirão destruí-lo nem desviá-lo de seu caminho e além disso receberão a repulsa dura que a classe operária reserva a seus inimigos de classe. (NETO, 1979, p. 23)

Pedro Neto destina o restante da sua carta a questionar o semanário *Movimento* com relação a este ser um espaço que propiciou e destacou a carta de Rachel Pomar seguindo a mesma lógica das suas críticas apresentadas aqui. Ou seja, a carta de Neto representa um ponto de vista interno do PC do B que não aceitava visões distintas com relação a interpretação oficial tomada pelo partido. A argumentação seguia sempre a lógica propagada por João Amazonas, de defender a figura histórica de Pedro Pomar e afirmar que sua carta foi voltada para o debate interno e que sua posição não era definitiva quando a escreveu. Nesse sentido, aqueles militantes que concordavam com ela, seriam

rechaçados da mesma maneira que Rachel Pomar foi nas páginas da seção cartas de *Movimento.*

Os debates partidários seguiram reverberando de maneira intensa na edição de número 225, publicada em outubro de 1979. No entanto, nessa edição, eles ganham outra conotação. São publicadas três cartas referentes à Guerrilha do Araguaia, sendo que duas delas apenas tomaram como mote a carta que iniciou o debate, de Rachel Pomar. É interessante notar que nessa edição da seção cartas de *Movimento,* uma página inteira é destinada para a publicação das três cartas, cujo título na parte superior da página diz "Leitores debatem a guerrilha do Araguaia". Na primeira carta, o leitor Maurício Pedro, de São Paulo, observa-se o título "Disfarçando, J. Amazonas criticou Pomar". A carta do leitor é uma espécie de revisão crítica dos debates realizados entre Rachel Pomar e Pedro Maurício que foram feitos a partir das cartas. Ele introduz sua revisão dizendo que:

> Pela presente manifesto minha opinião sobre a 'carta aberta a Raquel Pomar' do leitor Pedro Maurício, divulgada em Movimento 221. Para tanto, começo por confrontar o teor da carta de Pedro Pomar sobre a Guerrilha do Araguaia, publicada por esse jornal, em sua edição 199, com o trecho correspondente da entrevista de João Amazonas, publicada na edição 215 de Movimento. (PEDRO, 1979, p. 23)

O objetivo de Maurício Pedro é justamente analisar de maneira crítica, quase como uma revisão ensaísta de um artigo acadêmico, se há fundamento nas denúncias feitas por Rachel Pomar na carta que deu origem à celeuma. Após destacar e confrontar as posições de João Amazonas com o texto de Pedro Pomar, o remetente procura confrontar a ideia de João Amazonas, compartilhada por Pedro Maurício, por exemplo, de que a invalidade do debate estava encerrada no fato de que a carta de Pedro Pomar era destinada ao debate interno do partido. Sobre essa questão, Maurício Pedro afirma que: "Quanto a tratar-se de um documento originalmente interno, isto tem pouco peso pos, com sua publicação em Movimento passou a ser público e Amazonas critica publicamente seu conteúdo". (Idem.)

Defendendo, portanto, a validade do debate realizado em espaço público, é preciso ressaltar que essa posição não condiz com a postura de militantes do PC do B, conforme foi analisado anteriormente. O remetente não se caracteriza como militante político, mas diante dessa aceitação do debate se estabelecer no espaço público e a de não desqualificar a validade do documento de Pomar, pode-se concluir que ele não fazia parte do PC do B

e estava interessado em analisar o debate estabelecido no jornal. Diante disso, ele estabelece algumas conclusões:

> Parece-me claro que João Amazonas já tinha citado antes, na entrevista, os dados do relatório de Arroio, e já havia contra-argumentado em cima deles, se conseguir, porém, refutar Pomar. Assim, a posição política de Pedro Pomar no documento, as ideias em si contidas, continuam de pé até hoje. Desta maneira, surge como mais um contra-argumento de João Amazonas, mas com caráter puramente especulativo, a sua suposição de que Pomar reformularia a posição. (PEDRO, 1979, p. 23)

E conclui seu raciocínio analítico afirmando que Rachel Pomar possui razão nas críticas endereçadas à João Amazonas:

> Por tudo isso, considero que, no essencial, a crítica de Raquel Pomar a Amazonas foi procedente. Ela percebe a maneira errada como Amazonas trata as suas divergências com Pedro Pomar, mas não é capaz de demonstrá-lo pois acaba fazendo carga contra as intenções subjetivas de João Amazonas. (PEDRO, 1979, p. 23)

É interessante notar que além de defender Rachel Pomar diante de seus questionamentos, ele procurou também argumentar contra as críticas realizadas por Pedro Maurício, sobretudo no que diz respeito as acusações dele sobre um suposto "serviço que pretende golpear a vanguarda do partido proletário do Brasil". Sobre isso, Maurício Pedro afirma que:

> (...) chego à conclusão de que na sua crítica, Raquel procura, única e exclusivamente, preservar as ideias de Pomar sobre a guerrilha, abordadas de maneira realmente errada por Amazonas. Não encontro, pois, nenhum fundamento para a acusação de que Raquel (...) estaria se colocando a favor de golpear a vanguarda do proletariado. Prefiro, inclusive, considerar que Pedro Maurício, com raciocínio embaçado pelo sectarismo, não pensou bem nas implicações lógicas dessas acusações desaparatadas. (PEDRO, 1979, p. 23)

Algumas questões chamam a atenção ao analisar essa carta. Em primeiro lugar, é interessante perceber como ela representa o espaço de debate proporcionado por *Movimento* em sua seção de cartas. A vontade dos leitores de opinarem sobre os debates de maneira crítica e bem argumentada demonstra a importância desse espaço como centro de debate político das esquerdas que estavam circunscritas em torno do semanário. Outro ponto importante é notar como o debate específico em torno da questão do Araguaia

efervesceu nas páginas de *Movimento,* chegando ao ponto de ter uma página inteira destinada a esse debate, cuja primeira carta é praticamente um ensaio crítico que visava apresentar as conclusões sobre os diferentes pontos de vista. Por fim, não pode passar despercebido que o jornal procurou publicar diferentes pontos de vista, fomentando assim o debate e não se esquivando dele. A próxima missiva, inclusive, apresenta uma linha distinta daquela expressada por Maurício Pedro.

Joaquim G. Matos, de Salvador, escreveu uma carta cujo título o jornal apresenta como "Divergências não devem ser levadas a público". Nela, o autor apresenta seu objetivo dizendo que o que o levou a escrever para o jornal "é o desejo de contribuir para uma melhor compreensão de alguns fatos que são levantados via cartas e matérias publicadas neste e em outros jornais progressistas, no que diz respeito ao Partido Comunista do Brasil". (Idem.)

Ele diz concordar com o posicionamento de Maurício Pedro acerca da sua resposta à Raquel Pomar, mas acrescenta que:

> (...) os problemas ou divergências que ocorrem em qualquer organização, principalmente revolucionária, não só são salutares, mas principalmente normais. Todavia, tais problemas ou divergências tem seu conduto próprio. Não é tornando de conhecimento público (a direita a esta altura está batendo palmas) que se chegará a unidade tão arduamente buscada. (MATOS, 1979, p. 23)

Como se pode observar, ele defende a ideia da unidade e também enfatiza que as divergências devem ser resolvidas em espaços destinados a isso, criticando, portanto, que elas sejam feitas nas páginas dos jornais de maneira aberta.

Já a terceira carta presente nessa seção destinada ao debate sobre o Araguaia fugiu do debate acerca da polêmica carta de Rachel Pomar. Sob o título "Faltou um partido para organizar a massa", Elbio Rodrigues, de Porto Alegre, escreveu suas impressões e ponto de vista a partir da autocrítica realizada por José Genoíno nas páginas de *Movimento.* Ele diz que lendo o texto de Genoíno, chegou a uma reflexão crítica sobre o conceito de revolução. Nessa reflexão, ele afirma que:

> A guerrilha é uma luta que se expressa abertamente, o que não é um choque meramente de forças antagônicas no espaço social. No momento histórico em que se deu não existia um partido capaz de levar os movimentos e dar-lhes uma direção orgânica. Os partidos atuais afastam-se e repudiam a ação radical de determinados grupos, sem entender que o uso da violência é a forma

> encontrada, na impossibilidade da ação política real, configurada na teoria revolucionária. (RODRIGUES, 1979, p. 23)

É interessante notar como o processo de autocrítica feito nas páginas do semanário *Movimento* promoveu uma reflexão sobre a luta armada de atores externos, que estavam inseridos na comunidade de leitores do jornal. Rodrigues, nesse caso, participa da crítica de maneira distanciada, defende o uso da violência como ação revolucionária, mas conclui defendendo a necessidade de um partido atuar como fator de mobilização das massas: "A possibilidade de ser levada a luta revolucionária no campo está ligada à necessidade de um organismo coletivo (partido), que permita levar as massas a aproximar-se das lutas unitariamente. (Idem.)

A seção de cartas da edição 225 é sintomática para observar que o semanário *Movimento,* além de ser um espaço destinado para que a autocrítica sobre a luta armada fosse realizada, também se configurou como um espaço de fomento sobre o debate dessa estratégia de luta. E a partir desse fomento, é possível notar que a comunidade de leitores que estava articulada em torno do semanário discutiu intensamente o tema da luta armada, sobretudo as questões relacionadas à guerrilha do sul do Pará.

Na edição 228, ocorre a última aparição de cartas de leitores destinada ao tema da Guerrilha do Araguaia. Nessa edição, uma página inteira foi dedicada a publicação de cartas sobre o episódio do Araguaia, mas no entanto, são publicadas apenas duas cartas sobre o tema. Elas foram escritas por Daniel Lajes, de São Paulo e por Ricardo Azevedo, de Salvador. A carta de Lajes é maior, ocupando praticamente toda a página destinada para as publicações da seção *cartas* do periódico *Movimento.* O jornal a apresenta com um título e um subtítulo, em que se pode ler: "Conspiração armada de um pequeno grupo de heróis". No subtítulo, está escrito: "tentar esconder críticas, diz leitor, não faz parte da tradição revolucionária". (LAJES, 1979, p. 23)

Daniel Lajes inicia sua missiva dizendo afirmando que:

> Considero a publicação da carta de Pedro Pomar sobre a guerrilha do Araguaia, completada com a publicação do informe de Angelo Arroio, uma das mais importantes contribuições para a elucidação de um tema que envolve questões essenciais para a vanguarda do movimento operário em nosso país. (LAJES, 1979, p. 23)

Ele se apressa em celebrar a realização do debate e do partido de modo geral: “Que outra corrente política pode se orgulhar de ter produzido um episódio de heroísmo como o Araguaia, e ao mesmo tempo, um exemplo de seriedade de análise como a carta de Pomar?” (LAJES, 1979, p. 23)

Nota-se que ele procurou explicitar um viés positivo sobre a experiência no Araguaia ao mesmo tempo que expressava sua admiração na publicação e no conteúdo da avaliação realizada por Pedro Pomar, destacando sua coragem e seriedade para avaliar os erros cometidos pela organização na experiência guerrilheira. Também é importante ressaltar que ele celebra a ação de *Movimento* ao publicizar o documento e fomentar o debate sobre o tema: “Publicando tais documentos, que já pertencem à história - e ao melhor da nossa história - Movimento prestou um serviço inestimável à causa da libertação de nosso povo”. (LAJES, 1979, p. 23)

De saída, observa-se que Daniel Laje não se opõem a realização do debate no espaço público destinado a ele nas páginas do jornal *Movimento,* o que indica um posicionamento diferente de outros explicitados nas cartas publicadas nas demais edições. Ele procurou identificar e debater acerca do que considera o aspecto mais importante da reflexão proposta por Pedro Pomar, dizendo que:

> (...) o que Pomar coloca é a questão de saber se a concepção que gerou a Guerrilha do Araguaia não é a antiga e conhecida ideia de que a revolução pode ser iniciada a partir de uma conspiração armada de pequeno grupo. (...) Ela implica, necessariamente, o pressuposto de que a massa segue a ação armada, desencadeada pelo grupo de revolucionários por um ato de vontade, independente do surgimento ou não de uma situação revolucionária - ou seja, em bases voluntaristas. (LAJES, 1979, p. 23)

O que o autor da carta quer debater a partir das ideias expressadas por Pomar, é saber se: “(...) a derrota da Guerrilha do Araguaia deveu-se apenas a erros circunstanciais e secundários ou se resultou do fato de ela ter sido organizada a partir dessa concepção”. (Idem.) De maneira explícita, Daniel Laje apresenta uma ideia que permeava o debate sobre as teses oficiais do PC do B e de suas vozes dissonantes no movimento de autocrítica sobre a experiência no sul do Pará. De um lado, o grupo que se articulou em torno das teses de Pomar, defendia que a derrota não ocorreu apenas por conjuntura da repressão feita pelo exército, mas ela foi resultado da incorreta preparação e lançamento da guerrilha, por não ter feito as massas lutarem pela e na guerrilha. Contrapondo essa ideia, a versão oficial do PC do B defendia que as massas lutaram pela guerrilha e na

guerrilha, justamente por isso que a conjuntura teria derrotado a experiência, mas ela poderia e deveria se instalar nos mesmos moldes. Em suma, como o próprio Laje explicita em seu texto, é saber se:

> (...) o partido agiu corretamente ao dedicar o melhor de suas forças à organização dessa conspiração ou se deveria tê-las empregado no tipo de trabalho que sempre caracterizou os partidos marxistas (...) o trabalho de propaganda, agitação e organização junto à classe que constituiu sua razão de ser: o proletariado - de modo a capacitá-lo para intervir como massa consciente e organizada quando sobrevém uma situação revolucionária. (LAJES, 1979, p. 23)

Desse modo, é possível concluir que o Partido Comunista do Brasil não esteve isento do debate sobre os possíveis erros cometidos em sua experiência armada que permeavam o imaginário e todas as autocríticas realizadas pelas esquerdas clandestinas do Brasil: o erro cometido teria sido abandonar o trabalho de massas e agir de maneira voluntarista na expectativa que as massas fossem aderir ao movimento revolucionário. Ao não aderirem, voltaram-se para a reflexão sobre essa não adesão e debatiam se a culpa seria do partido de não ter feito o trabalho necessário.

Diante da apresentação clara e direta do que pretende discutir, o autor da carta também expressa claramente seu ponto de vista. Em primeiro lugar, diz que não se pode camuflar a essência "conspirativa e foquista do Araguaia" e afirma que: "(...) se Pomar viesse a mudar de opinião, eu não mudaria a minha, pois concordo com a crítica expressa na sua carta por considerá-la correta e não por ser de Pomar". (LAJES, 1979, p. 23)

Além de defender a posição crítica de Pomar perante a versão oficial do partido, é interessante notar que Daniel Laje também faz a defesa do debate público acerca do tema, e ao fazê-lo, expressa uma vez mais a importância do espaço de cartas de *Movimento* como salutar para o desenvolvimento da autocrítica. Ele, inclusive, faz uma longa explanação sobre como a tradição marxista-leninista não escondeu os debates partidários e que isso deveria servir de inspiração, dizendo que:

> Essa é a velha tradição marxista e proletária. Diante do público, diante de sua classe, o partido não tem segredo de natureza política e ideológica, não teme expor suas divergências internas porque sabe que a discussão educa não só os militantes, ao mesmo tempo, que, ao contrário do que afirma a propaganda reacionária, o partido não é um bando de fanáticos incapaz de pensar (...). (LAJES, 1979, p. 23)

Ele também revela o quanto os debates travados naquela seção estavam suscitando intensas reflexões na comunidade de leitores, tecendo comentários sobre toda a celeuma iniciada com a carta de Rachel Pomar, a quem defende, e crítica as posições virulentas de Pedro Maurício e Pedro Neto - este a quem acusa de censor, inclusive - e destaca seu posicionamento contrário ao de Joaquim Matos no que diz respeito a necessidade de debater o tema no espaço público.

A outra carta publicada na edição, que o jornal apresentou com o título de "O erro de Movimento: divulgar os documentos de Pomar e Arroio sem consulta", escrita por Ricardo Rezende, de Salvador, é bem mais curta e se concentra exclusivamente no aspecto do debate se realizar no espaço público. Seu posicionamento é contrário ao debate se realizar no espaço público e considera um erro a divulgação dos documentos de Pedro Pomar e Angelo Arroio no jornal: "Movimento (...) errou ao publicar os informes de Pomar e Arroio sem o consentimento do coletivo da direção do partido dos comunistas brasileiros". (REZENDE, 1979, p. 23) Ele acusa o jornal, inclusive, de tomar parte dos posicionamentos ao divulgar essas informações:

> Essa divulgação serviu e serve inegavelmente para dar um alento e respaldo a um certo julgamento da experiência guerrilheira que pretende ser realista e judicioso. Por tudo isso, não creio que Movimento, com esse gesto, só quis informar criticamente seus leitores. (...) não deixou de existir a atitude de propaganda. Além desse objetivo, que me pareceu o principal, o gesto parece que visa se justificar (legitimar) como fiador de um debate amplo e democrático sobre a questão, como se a discussão estivesse sendo obstruída. (REZENDE, 1979, p. 23)

A partir dessa análise realizada sobre a seção de cartas do jornal *Movimento* que debateram a questão do Araguaia, é preciso tecer alguns comentários conclusivos sobre os significados da revisão da experiência realizada nesse espaço.

Parece ser possível concluir que houve naquele período um debate intenso dos setores da esquerda ligados direta ou indiretamente ao PC do B sobre os significados do Araguaia para o partido. Esse debate esteve circunscrito na avaliação da experiência guerrilheira, sua validade e sua possível repetição, embora não houvesse uma defesa de uma nova incursão guerrilheira de maneira imediata. De modo geral, o debate girou em torno da questão da participação efetiva das massas. Aqueles que observaram a experiência como positiva e a defendiam, afirmavam que as massas participaram

efetivamente da campanha. Aqueles que falavam de maneira clara e direta de derrota, diziam que as massas apenas apoiavam os guerrilheiros, mas não tomaram parte na luta.

No entanto, é possível dizer que um debate foi travado em torno do jornal *Movimento,* e de sua posição de divulgador, fomentador e de um espaço para a realização da avaliação. Muito mais do que debater as posições divergentes, o espaço de cartas do semanário foi invadido por um debate sobre se era correto ou não realizar o debate em um espaço público. Sobre essas posições, àqueles que defendiam que o debate deveria ser realizado internamente, criticavam sobretudo a publicização dos documentos de Pedro Pomar e de Angelo Arroio. Os defensores do debate para além das paredes partidárias, defendiam e celebravam a posição do jornal em tornar esses documentos públicos.

E diante desses dois aspectos, é preciso ressaltar a posição do próprio jornal com relação ao debate. De saída, parece ser correto concluir que a comunidade de leitores de *Movimento* foi participativa no debate e que o jornal foi ativo na movimentação das reflexões sobre o tema do Araguaia. No que diz respeito a publicação dos posicionamentos dessa comunidade, foi possível perceber uma tentativa de publicação igualitária dos dois pontos de vista. No entanto, é preciso problematizar um aspecto importante. A posição oficial do PC do B, inclusive explicitado nas próprias páginas de *Movimento* pelo seu secretário geral, João Amazonas, era a da defesa desse debate se realizar internamente, caracterizando os documentos como voltados ao debate interno e inconclusos. Diante disso, é possível concluir que *Movimento* contrariou a posição oficial do partido, divulgando e fomentando o debate. Se fez isso por posições políticas daqueles que compunham o jornal ou se fez isso por entender que era o seu papel como agente articulador da esquerda brasileira, não é possível dizer aqui, pois isso requer uma análise mais profunda das tensões e intenções internas do periódico, o que foge do objetivo dessa pesquisa.

Mas o espaço de *Movimento* destinado para o debate acerca das questões referentes à luta armada não parou na edição de número 228, com o fim das publicações das cartas da comunidade leitora. Dali em diante, não se observou mais nenhuma carta que discutia a questão do Araguaia. Mas o jornal expressou seu objetivo de debater a luta armada dedicando o número 235 integralmente para o tema da luta armada. Essa edição consolida o espaço de *Movimento* como sendo aquele em que as guerrilhas foram debatidas e avaliadas no lugar socioespacial brasileiro na reorganização e na transformação da esquerda brasileira no contexto de distensão autoritária no final da

década de 1970. A edição possui características peculiares que demonstram isso, conforme será analisado a partir de agora.

3.17. Edição especial de *Movimento*: por que a luta armada não deu certo?

O número 235 do semanário *Movimento* é apresentado como uma edição especial na sua própria capa, cujo título é "Luta armada: por que não deu certo". Na capa é possível ler os nomes de Apolônio de Carvalho, Franklin Martins, Hércules Corrêa, José Genoíno Neto, Mário Carvalho de Jesus e - destacando a profissão - Fernando Portela[72]. O semanário escreve que essas pessoas fizeram um "balanço das causas, dos resultados, dos erros e acertos da resistência armada no Brasil nos últimos 15 anos". A edição, a última do ano de 1979, foi publicada em 31 de dezembro daquele ano e seu conteúdo é voltado exclusivamente para o tema da luta armada no Brasil. O que motivou sua publicação foi um debate realizado pelo jornal *Movimento* na sua redação, que convidou os 6 personagens anunciados na capa para realizar um debate sobre a luta armada no Brasil. O jornal afirma que o debate durou cerca de 5 horas e que estava publicando apenas as avaliações resultadas desse debate. É importante que se diga que o jornal explicitamente publicou as próprias falas transcritas daquilo que foi dito nesse encontro, que eles afirmam ter resultado em 200 laudas, que foram reduzidas para 60, excluindo "temas não programados como as considerações em torno da atual conjuntura e a acalorada polêmica sobre a situação atual dos metalúrgicos de São Paulo". Além da publicação dessas avaliações, a revista conta com a apresentação feita por Roldão de Oliveira, que além de descrever o que motivou o debate e como ele ocorreu, também traça uma espécie de trajetória histórica com o objetivo de situar o leitor sobre o que foi a luta armada no Brasil. Esse texto possui duas páginas e tem caráter de apresentação propriamente dita. Na sua introdução, o escritor do texto afirma que os livros "Diário da guerrilha do Araguaia", de Fernando Portela e "O que é isso, companheiro?" de Fernando Gabeira, figuravam nas listas entre os livros mais vendidos do Brasil, o que justificaria, portanto, a motivação para a realização daquele debate. Em seguida, ele apresenta a trajetória histórica da luta armada no Brasil dizendo que:

[72] O jornalista Fernando Portela tinha muito interesse no tema da luta armada e havia sido responsável por fazer uma longa reportagem sobre o tema no *Jornal da Tarde.* Seu nome correto é grafado Portella. No entanto, o semanário *Movimento* escreve Portela. Escolhemos utilizar como está no original da fonte.

> O regime sempre procurou esconder que houve uma verdadeira guerra no Brasil nos últimos 15 anos, particularmente após a edição do AI-5, em dezembro de 68. (...) Pouca gente lembra. E desses, um número ainda menor saberia dizer com clareza o que pretendiam esses combatentes, aonde queriam chegar. O regime os apresentava perante a opinião pública como delinquentes e exigia que fossem denunciados. (...) (OLIVEIRA, 1979, p. 2)

O texto parece procurar justificar a existência da luta armada como sendo uma resposta à violência do regime:

> As organizações armadas surgiram muito depois do regime já ter se transformado abertamente numa instituição terrorista e assassina, que atuava não somente contra essas organizações, mas contra as mais amplas camadas da população. (...) As organizações armadas eram o bode expiatório para a violência do regime. (...) As provas disso são incontáveis. (OLIVEIRA, 1979, p. 2)

Após realizar essa introdução, o texto passa a apresentar a trajetória da Ditadura Militar a cada ano, até chegar no AI-5 e assim descreve o surgimento das organizações armadas no Brasil. É preciso observar que ela não o faz de modo a ser uma espécie de reação ao "golpe dentro do golpe", conforme algumas memórias expressam. O texto diz que:

> As organizações consideradas marxistas enveredar por esse caminho principalmente a partir de 67, quando (...) surgem cisões entre os militantes, que divergem na avaliação das causas que levaram ao golpe de 64 e da estratégia a ser traçada em função da nova situação. Vários dissidentes aderem a ideia de que o regime só iria ser derrubado através da luta armada (...) e que esta apontaria ao povo o caminho da libertação. (OLIVEIRA, 1979, p. 2)

Mesmo assim, há uma nítida interpretação do texto da luta armada como resultado direto do regime:

> Foi numa tentativa desesperada de fazer frente a esse regime de violência inaudita que várias organizações políticas fizeram a opção por enfrentá-lo abertamente, através do que hoje se convencionou chamar de ações armadas'. Elas se desenvolveram principalmente a partir de 69, mas desde o golpe algumas organizações nacionalistas radicais fizeram tentativa nesse sentido. (OLIVEIRA, 1979, p. 2)

Posteriormente, o texto apresenta as principais ações que a luta armada em contexto urbano realizou, destacando sobretudo os sequestros que foram realizados por elas. Por fim, apresenta brevemente a Guerrilha do Araguaia, destacando a frase de um general que participou da repressão ao movimento, que teria dito que: "Foi o mais importante movimento armado rural já ocorrido no Brasil, principalmente por ter sido o mais organizado". (Idem.)

Em seguida, o jornal apresenta a fotografia e uma breve biografia de um parágrafo de cada um dos debatedores que participaram do movimento de revisão. É importante destacar que o jornal *Movimento* fez questão de ter uma abordagem plural entre os integrantes do debate, destacando isso nas biografias dos personagens. Dos seis integrantes, Apolônio de Carvalho, Franklin Martins e José Genoíno Neto, foram integrantes de organizações guerrilheiras. Os outros três são oposicionistas do regime, mas que não participaram de ações armadas. Mas é curioso notar os destaques dados nas suas biografias. Hércules Correâ, ao ser apresentado, é dito sobre ele que: "Fez várias declarações, recentemente, nos jornais, sobre a questão da luta armada, que considera um meio complementar, mas nem sempre necessário na luta dos povos". (Idem.) Já Márcio Carvalho Jesus tem, na sua foto, a legenda: "advogado sindical, defensor da não violência". Fernando Portela, por sua vez, é destacado como um jornalista historicamente interessado em registrar e relatar as trajetórias das guerrilhas, tendo inclusive realizado reportagens sobre as Ligas Camponesas anteriormente.

Nesse sentido, é possível concluir que o semanário realizou um debate com a preocupação de ser amplo e provocar uma visão mais geral acerca do tema, que sintetiza o entendimento do mesmo como um espaço voltado para a revisão da luta armada.

A publicação do resultado do debate nas páginas de *Movimento* se inicia com falas de considerações iniciais sobre as causas que desencadearam a adesão à luta armada no Brasil. O primeiro a se expressar é José Genoíno Neto, que analisa o golpe de 1964 como sendo a reação das forças conservadoras brasileira - burguesia nacional e internacional e proprietários rurais, tendo a frente as forças militares - que puseram fim ao movimento de massas articulado em torno de pautas "nacionais-reformistas". Genoíno afirma que o movimento operário e outros setores populares articularam uma resistência que culminou nos movimentos de 1968 e que disso resultou o AI-5, chamado por ele de "golpe dentro do golpe". Assim, ele afirma que:

> (...) as forças organizadas da sociedade brasileira responderam à violência institucionalizada com a violência revolucionária, particularmente a partir de 1969. Essa violência revolucionária, quero frisar desde já, foi legitima. Foi o exercício do direito de se contrapor à violência do Estado. E, parcialmente, o recurso à violência foi também uma tentativa honesta, valiosa, salutar e louvável de se fazer uma autocrítica das causas que levaram à derrota o movimento de massas em 1964. (GENOÍNO, 1979b, p. 5)

Genoíno articula sua argumentação em torno do viés expressado pelo jornal na apresentação da luta armada. Defende que o uso legítimo da violência ocorreu diante do processo de violência adotado pelo Estado brasileiro. Mas também aponta que a adesão à luta armada foi um movimento realizado a partir da análise dos erros cometidos pela esquerda que resultaram no golpe de 1964. Mas diante disso, ele também se apressa em observar que a crítica aos erros cometidos por esse "movimento de massas" diante do processo que levou ao golpe foi incorreto, expressando sua posição de que a adesão à luta armada foi um erro: "(...) as tentativas desenvolvidas no sentido de se resolver o problema da luta armada, nos planos teórico e prático, foram marcadas por erro. Não foi uma autocrítica profunda". (Idem.)

Apolônio de Carvalho diz concordar com a avaliação de Genoíno sobre a:

> (...) legitimidade da violência como resposta à violência institucionalizada. Penso que o recurso da luta armada não deve ser colocado como obra do desejo, do voluntarismo, digamos assim, de certos setores avançados da população. A origem desta violência está no próprio sistema estabelecido, no próprio tipo de relações entre o poder de Estado e a imensa maioria da população, com a eliminação de todos os elementos de confronto de opiniões, de crítica, de participação política e cultural. (...) (CARVALHO, 1979, p. 5)

Além de procurar dissociar a luta armada de um voluntarismo propagado por "setores avançados", ou seja, as vanguardas políticas das esquerdas, Carvalho procurou também inserir a violência do Estado brasileiro na longa duração:

> Penso que deveríamos ir um pouco mais longe ainda para entender essa violência. O golpe de 64 realmente agravou a situação do povo, mas a sociedade brasileira está marcada, desde antes do período republicano, por uma grande discriminação do povo. (...) Assim, a luta pelos direitos sociais e pelas liberdades políticas tem sido forçada a se orientar muitas vezes no sentido de uma resposta pela violência à violência institucionalizada através do poder do Estado. (CARVALHO, 1979, p. 5)

Franklin Martins faz coro a essa interpretação e descreve como a Ditadura Militar foi responsável por fazer com que as classes trabalhadoras tenham perdido inúmeros direitos conquistados ao longo da história para que as classes dominantes conseguissem impor seu modelo político-econômico de desenvolvimento capitalista: "O regime precisava quebrar a espinha dorsal do povo para poder operar as transformações no plano da economia, exigidas pelo avanço do processo de monopolização". (MARTINS, 1979, p. 5)

Porém, ele discorda que a ação não tenha sido movida pelo voluntarismo de militantes políticos engajados:

> Creio que a causa de fundo que moveu esses grupos (...) foi basicamente o voluntarismo na apreciação das condições reais para o desenvolvimento daquele tipo de ação. ou seja: contamos mais com nossa vontade do que com as condições de consciência e mobilização das massas populares, que são aquelas que podem sustentar qualquer tipo de luta política, seja por meios pacíficos, seja por meios militares. (MARTINS, 1979, p. 5)

Martins adianta sua posição crítica sobre os erros cometidos por aqueles que pegaram em armas, afirmando que não havia meios da guerrilha se sustentar pela ausência de mobilização das massas. Ele, inclusive diz que no Brasil existiu algo que "(...) não é propriamente uma luta armada, como teremos oportunidade de discutir depois, no Brasil ocorreram mais ações guerrilheiras, de fustigamento. Foram ações preliminares de um combate cuja expressão maior não aconteceu". (Idem.)

Segundo o seu ponto de vista, foi a derrota humilhante de 1964 que fez com que os militantes aderissem ao projeto armado, como uma necessidade de reagir àquele contexto:

> "As massas populares podem perder batalhas, mas depende de como as perdem. Em 1964 perderam acreditando que se encontravam às portas do triunfo, sem estarem preparadas para a rebordosa. (...) Este último aspecto serviu como um terreno fértil para que surgissem desvios". (MARTINS, 1979, p. 6)

Segundo seu ponto de vista, a profundidade da derrota do projeto reformista articulado em torno das "Reformas de Base" do governo de João Goulart foi intensa e desmoralizante e provocou nas esquerdas a adesão para outros projetos políticos e outras estratégias de luta.

A visão dos três guerrilheiros que participaram do debate, portanto, foi a de procurar justificar a adesão à luta armada por fatores que se expressam na violência do Estado representadas em diferentes contextos históricos, seja na estrutura violenta que o Estado brasileiro se constituiu ao longo da sua formação, seja no evento que impôs o regime militar o aprofundamento desse autoritarismo. A defesa da legitimidade da luta armada também é defendida por Murilo Carvalho de Jesus, que assume desde sua primeira fala um caráter de não-violência em seu viés de luta:

> Em primeiro lugar, gostaria de deixar claro que sigo a linha da não-violência, que não é a mesma coisa que passividade. No meio operário, onde atuamos, essa não-violência é chamada de firmeza permanente. (...) Insisto que não é passividade; e também concordo com o Gandhi quando dizia que se você não puder ser não violento até o fim, então seja violento. (JESUS, 1979, p. 6)

Jesus afirma que houve motivos para a adesão às armas, mas questiona:

> Por que não usar armas diferentes? (...) Como os oprimidos podem agir pela violência, com fronteiras controladas para a entrada de armas? Do ponto de vista pragmático seria realmente impossível querer insistir numa linha de revolução armada… A experiência demonstrou que não dava certo. Precisamos rever com clareza. (JESUS, 1979, p. 6)

Ele expressa um ponto de vista voltado para questões de ordem prática quando se fala em mobilização e conscientização das classes trabalhadoras:

> Se os grupos ideológicos tiverem a cabeça no lugar e o povo for preparado pelas bases, a gente ainda transforma essa democracia relativa em efetiva, com a partilha e a rotatividade do poder. Isso pode demorar alguns anos, mas nós temos que ensinar o povo que está aí, que quer saber do seu salário e não de questões ideológicas. Isso vem depois, virá. Mas é preciso amar esse povo e não somente odiar o repressor. (JESUS, 1979, p. 6)

A questão das classes subalternas também perpassa a fala inicial de Hércules Correa, que procurou estabelecer uma análise das classes sociais brasileiras de uma maneira mais profunda do que apenas uma leitura dicotômica entre burguesia e proletariado:

> Embora seja certo conceber a classe burguesa como uma unidade seria errôneo pensar que, para efeito de atuação política, ela é estruturada e que todos são

> iguaizinhos. E se nós pegarmos o proletariado veremos que a coisa também é muito complicada neste aspecto e está se agravando. Há setores do proletariado que tem diante dessa estrutura econômica situações completamente diferentes da de outros setores, e que as vezes até numa luta salarial não se afinam. (CORREA, 1979, p. 6)

A partir desse entendimento, Correa afirma que as lutas que ocorreram no Brasil após a Proclamação da República, orientadas de uma maneira ou de outra pelas esquerdas, não foram as lutas das classes subalternas, mas sim a luta dessas organizações que substituíram o povo nesse processo. Segundo o seu entendimento, o levante dos tenentistas da década de 1920 e o movimento da Aliança Nacional Libertadora, de 1935 se enquadram nesse ponto de vista. E ele faz uma leitura parecida sobre o golpe de 1964, dizendo que:

> (...) o grau de organização do proletariado era um; as tarefas que começamos a colocar na ordem do dia eram tremendamente superiores a essa organização. Todas as forças fizeram isso, particularmente o Brizola. O nível de organização não era suficiente para você chegar numa reunião popular e propor 'reforma agrária na lei ou na marra'. Entretanto, todos nós radicalizávamos o processo de cima para baixo. Todos nós!. (CORREA, 1979, p. 6)

Seu argumento, portanto, também é a da leitura equivocada das mobilizações de massa no Brasil, e atestando que o erro das esquerdas foi o de não ter contato com a participação efetiva das camadas subalternas. A novidade, em seu caso, é incluir isso em uma análise de longa duração, e é por isso que ele conclui dizendo que: "(...) o surgimento da luta armada depois de 1964 ainda foi resultado dessa concepção errônea". (Idem.)

Diante disso, ele apresenta sua concepção sobre o uso da violência no processo de transformação política:

> (...) a força do movimento revolucionário está fundamentalmente na unidade e na organização das massas, e essa organização das massas não está como instrumento do aparato militar. Quando a massa tem unidade e organização, a solução complementar no campo militar - que não é obrigatória - vem naturalmente. E às vezes havendo unidade e organização em termos satisfatórios, é possível evitar a complementação militar. (CORREA, 1979, p. 6)

Fica evidenciado no seu ponto de vista que o fator preponderante nos processos revolucionários é a mobilização e participação popular, e que ele descarta, inclusive, a necessidade de uso da violência como fator de propagação da revolução.

O último a fazer suas colocações iniciais, é Fernando Portela, que procura deixar claro seu posicionamento com relação ao debate antes de iniciar sua fala:

> Pouco antes do debate começar eu estava aqui conversando e dizendo que tenho uma tendência de ir muito mais pela observação do que pelo o que eu penso. É uma tendência profissional. Não sou político e sim jornalista. E é sob este prisma que farei minhas observações. (PORTELA, 1979, p. 7)

Após se posicionar como jornalista e observador do processo, ele afirma que:

> Objetivamente esse país está dividido desde o descobrimento em três classes: o povo completamente abandonado, a classe dominante e os candidatos a classe dominante. A luta armada, pelo o que tenho visto andando pelo Brasil (...) já existe há muito tempo. É a luta espontânea do povo contra quem o oprime. (PORTELA, 1979, p. 7)

Fica latente em sua interpretação que ele observa como os integrantes da luta armada estiveram apartados da luta espontânea do povo contra quem os oprime, chegando inclusive a destacar os participantes da luta armada como candidatos a classe dominante. Com isso, evidencia-se que, mesmo se apresentando sob o ponto de vista de jornalista, ele indica um posicionamento político sobre a questão ao afirmar que:

> O quadro para mim é este: enquanto o povo se põe a lutar armado, desde há muito tempo, e a classe dominante lhe dá todas as condições para se organizar, por incompetência, a outra classe, que abrange os órgãos políticos, a resistência, marxista ou não, é incompetente para fazer com que esse povo, pacificamente ou não, leve adiante seu movimento contra a classe dominante. (PORTELA, 1979, p. 7)

Assim como Murilo Carvalho de Jesus, Portela procurava criticar as organizações de esquerda por uma suposta preocupação em discussões teóricas e o distanciamento de situações práticas do dia a dia:

> Há muita insensibilidade da parte das forças chamadas progressistas em relação ao povo. Agora, por exemplo, está havendo um debate muito grande sobre os novos partidos. Mas se você fizer um inquérito na rua para saber do povo o que acha deste assunto, verá que ele não está nem sabendo disso. O problema concreto é o preço da carne. (PORTELA, 1979, p. 7)

Seu posicionamento, portanto, é o de criticar com certa virulência as esquerdas, às quais ele chama de candidatos à classe dominante. E afirma que: "esse pessoal é muito teórico, muito centralizador e dispersivo, deixando o povo completamente abandonado. (...) Fica falando para uma plateia de líderes ou de candidatos a líderes, que aplaudem muito o que dizem. Mas o povo está muito longe desta plateia". (PORTELA, 1979, p. 7)

De uma certa forma, é possível afirmar que, em maior ou menor medida, há um certo entendimento que permeia o debate em que a ideia de que as derrotas dos projetos armados ocorreram sobretudo pelo distanciamento produzido entre vanguarda e massa. Portanto, parece possível concluir que a tese central defendida pelos historiadores acerca do tema encontra validade na análise das fontes no processo de revisão sobre a experiência armada. Em diversos momentos, seja em vozes oficiais das organizações ou vozes dissonantes, esse fator é preponderante no processo de avaliação. Ainda assim, cabe discutir e problematizar esse movimento, o que será feito posteriormente.

Por outro lado, também se nota durante o debate um movimento em que se procura defender a violência como parte integrante dos movimentos revolucionários. O primeiro indicativo desse processo no debate realizado na redação de *Movimento* ocorre quando Franklin Martins questiona Hércules Corrêa sobre o tema:

> (...) a respeito de uma declaração sua, numa entrevista para o Jornal do Brasil, de que o Partido Comunista Brasileiro não mais colocaria o problema da luta armada, na medida em que a classe operária é contrária a esse tipo de ação, odeia a mortandade. Queria saber se você disse isso mesmo, se você fecha qualquer possibilidade nesse sentido. (MARTINS, 1979, p. 7)

Diante desse questionamento, Correa responde que:

> Não abro nem fecho porque isso não depende de mim. A vida é que vai colocando os problemas, cabendo você analisá-los e tomar decisões. Eu parto da realidade. Em relação a entrevista, o jornalista me perguntou se nós colocaríamos o problema da luta armada. Respondi: 'Nesse instante jamais colocaremos'. Mas o JB torceu meu pensamento. (CORREA, 1979, p. 7)

Por mais que Correa se apresse em indicar que o Jornal do Brasil teria distorcido sua fala com relação à luta armada, ela indica claramente que naquele período, Hércules Correa, e o PCB de maneira geral, não iria colocar a questão da luta armada no debate da esquerda brasileira. O que de resto, segue a linha adotada pelo partido em todos os momentos de crise da esquerda brasileira desde o início da década de 1960. Durante o resto do debate, ele indicará mais de uma vez sua contrariedade com relação a defesa do uso da violência no processo político, inclusive acusando os guerrilheiros em diversos momentos, como será visto posteriormente.

Na sequência do debate, é possível perceber como a proposta de *Movimento* em inserir visões plurais sobre o tema deu resultado no sentido do confronto de ideias. Após Franklin Martins fazer seu questionamento sobre o posicionamento de Hércules Correa, foi a vez de José Genoíno contrapor o seu pensamento com relação aquilo que foi dito por Fernando Portela em sua fala inicial:

> (...) eu vou começar falando disto já discordando daquilo que o Portella colocou. Na verdade existem duas classes na sociedade brasileira: a classe dos exploradores e a classe dos explorados. Mas isso não implica a existência de três classes, mesmo porque a distinção fundamental é a seguinte: de um lado estão os que detêm os meios de produção e do outro os detêm apenas o seu trabalho e seus explorados. Os grupos que recorreram às armas estavam ao lado dos explorados e oprimidos. Sempre estiveram deste lado, mesmo tendo cometido erros na forma como resolver a questão. (GENOÍNO, 1979b, p. 7)

Ao tentar estabelecer a relação existente entre a vanguarda e as classes trabalhadoras a partir do viés de que estavam do mesmo lado, Fernando Portella interpela e contrapõem aquilo que foi dito por Genoíno, dizendo que: “Um desses erros foi estar muito longe dos oprimidos”.

Fernando Portella procurou sustentar durante todo o debate sua ideia de que à luta armada foi feita por um grupo de pessoas que nunca esteve envolvida diretamente com as massas oprimidas. Ainda que de maneira implícita, ele parece defender a tese de que o enfrentamento ocorreu entre os que integraram o Estado durante os anos de regime e um conjunto de pessoas que queria derrubar este Estado e impor um novo regime, que pertenciam a uma determinada classe social mais elevada do que as massas, por quem eles lutavam. É perceptível que ele revela um ponto de vista muito próximo aquilo que a historiografia consagrou como *teoria dos dois demônios*, que explicou o fenômeno da

violência, da tortura e da repressão durante a Ditadura Militar como sendo o enfrentamento de dois lados radicalizados ao passo em que as massas assistiram à esse enfrentamento violento. (OLIVEIRA; REIS, 2021). O fato de Portella ser um jornalista da grande mídia faz com que uma hipótese de pesquisa seja levantada aqui, ainda que extrapole os objetivos e o alcance desse trabalho e possa ser desenvolvida como uma agenda de pesquisa para outros historiadores: qual foi o papel da grande mídia na construção da teoria dos dois demônios durante o período de distensão autoritária?

Diante do apontamento de Portella, Genoíno rebate sua tese, defendendo que os militantes de esquerda não estavam longe das massas "do ponto de vista dos objetivos, mas sim na forma de tratar a luta". A partir daí, Genoíno explana sobre um caráter dos processos de revolução nos séculos XIX e XX e o papel da violência dentro deles:

> (...) do ponto de vista revolucionário, que considerado referencial, a luta armada é uma forma de luta de massas. Os grandes clássicos do pensamento social dizem mesmo que ela é uma imposição das classes dominantes, à qual os dominados recorrem para se libertar. Daí ser a violência uma parteira da história. É uma necessidade para se destruir a força brutal que o Estado usa contra os dominados. (GENOÍNO, 1979b, p. 7)

Com isso, Genoíno construiu uma defesa do uso da violência como fator propagador dos movimentos revolucionários, ainda que relativize seu papel como inerente do processo:

> Não acho que o caminho da violência está na frente de tudo. O problema da violência deve ser conjugado com o desenvolvimento da crise política, com os reflexos dessa crise nas condições de vida econômica e social das massas, levando-se em conta ainda a necessidade imposta pelo processo real de mudanças de formas de luta - de lutas pacíficas para outras violentas. Esse é o papel da vanguarda. (GENOÍNO, 1979b, p. 7)

Esse papel da vanguarda como condutora de um estado de violência, que serviria para organizar as massas é retomado em sua fala:

> Lênin, quando tratou da questão das formas de luta (...) diz ele que a vanguarda não cria ou inventa uma forma de luta. Inserida na luta das massas, essa vanguarda deve ir organizando e sistematizando as experiências e os avanços e, no momento adequado, responder a questão da forma de luta. (GENOÍNO, 1979b, p. 7)

Portanto, Genoíno não nega a luta armada e nem o papel da vanguarda política nesse processo. Inclusive, é interessante notar que para sustentar sua argumentação ele recorre aos escritos de Lênin, como sendo um *lugar de poder* para justificar o papel da vanguarda. Nota-se também que ele seguia defendendo que o uso da violência é inerente ao processo de transformação social. Ele procurou, inclusive, apresentar uma leitura histórica do desenvolvimento brasileiro como sendo marcado pela violência nas massas das classes dominantes:

> Acho que a formação econômica e social brasileira tem uma característica marcante desde o período colonial: é a dominação de classe através da violência. Isso tem obrigado os oprimidos a recorrer à violência como forma de defesa, desde o período colonial, quando tivemos célebres lutas populares. (GENOÍNO, 1979b, p. 7)

Diante dessa sua análise, fica claro que ele defende e justifica o papel da violência no processo de transformação social e enxergava que a vanguarda política deveria ser responsável por organizar esse traço violento em processos revolucionários. Seu discurso encontra consonância nas ideias defendidas por Franklin Martins no debate, sobre a inevitabilidade do uso da violência. Contudo, Martins indica, por meio de análises históricas, aquilo que promoverá o desencadeamento da revolução:

> Acho que existe um erro comum e que é o principal, tanto na experiência da guerrilha urbana quanto da guerrilha no Campo. Não se considerou que a passagem da luta política para a luta militar exige condições precisas ao nível da sociedade. É aquilo que os clássicos, especialmente Lênin, chamavam de crise revolucionária: uma situação social onde os de cima não podem mais dominar, como estavam dominando e os de baixo não aceitavam mais a dominação: uma situação de grande efervescência social e de grande participação política de amplas camadas da população. (...) por exemplo, da sociedade russa de 1917. (MARTINS, 1979, p. 8)

Tanto José Genoíno como Franklin Martins defenderam durante o debate realizado por *Movimento* que a violência deveria ser parte do processo revolucionário. Ou seja, não aceitavam que o projeto das organizações guerrilheiras tinha errado numa questão de método, mas apenas de ação. E ambos concordavam que o maior erro cometido por elas teria sido o de avaliar incorretamente que essa crise citada por Martins tinha seu epicentro na cidade: Franklin diz que é fácil falar que não se tinha avaliado

corretamente a crise brasileira e diz que a crise revolucionária brasileira passa pela cidade. Revela que o operariado é na sua visão o lugar da revolução:

> Mesmo porque uma crise revolucionária no país passa basicamente pela cidade. (...) O centro do país, a meu ver, é a fábrica, é a classe operária, é aquilo que está na cidade. Na cidade está a cabeça da reação e a esperança fundamental da revolução. (MARTINS, 1979, p. 8)

Nota-se aqui uma maior centralidade da avaliação incorreta das características históricas como sendo um fator explicativo para a derrota das guerrilhas. Esse argumento, que já havia aparecido em outras autocríticas, é mais elaborado nesse debate, sobretudo com a inserção das questões referentes ao desenvolvimento das camadas subalternas urbanas. E nesse caso, a centralidade da fábrica e da classe operária, como citado na fala anterior estava diretamente relacionada com a ascensão dos movimentos de trabalhadores na Grande São Paulo. Além disso, Genoíno também expôs seu ponto de vista acerca da leitura equivocada do período, em que ele ressalta que as esquerdas identificaram como momento de ascenso revolucionário, quando na realidade, estava crescendo a repressão:

> Na nossa análise da correlação de forças, concluímos que era um momento de ascenso revolucionário, que o negócio era quebrar a camisa de força imposta pelo AI-5. Dizia-se até que a repressão - cada vez maior nas greves e passeatas - era uma prova de fraqueza da classe dominante (quando na verdade, se ela apelava para a repressão naquele momento, é porque tinha condições para isso). (GENOÍNO, 1979, p.8)

Em seu texto de autocrítica analisado anteriormente, foi possível observar que José Genoíno admite que um dos erros cometidos pelas guerrilhas foi de avaliar o campo brasileiro e seu campesinato como o centro revolucionário para o desencadeamento das ações militares. Durante o debate realizado pelo semanário *Movimento* ele insiste na ideia: "Mesmo considerando o potencial político representado pelas massas camponesas e os trabalhadores do campo, sabemos que a força de vanguarda está na classe operária".

Genoíno, diante dessa exposição com relação a essa postura dos guerrilheiros com relação ao movimento operário, e sobretudo diante do equívoco na leitura da conjuntura, chega a descrever o movimento armado como voluntarista:

> A análise voluntarista e conspirativa - não levando em conta a real situação da massa - fez com que a revolução fosse interpretada não pelas suas leis sociais, concretas, mas como um ato de vontade. Esse erro, que podemos chamar de

> voluntarismo, deu desdobramento a uma série de outros. (GENOÍNO, 1979b, p. 10)

Ele também revela que, segundo o seu entendimento, faltou ao movimento armado entender a correlação de forças e retroceder nas ações militaristas:

> Fico abismado com algumas coisas que aconteciam naquele período de sufoco. Não se podia, por exemplo, falar em recuo - parecia que quem falava nisso estava abdicando da luta revolucionária, que se compreendia somente como 'pegar em armas'. (GENOÍNO, 1979b, p. 10)

Sua fala com relação a impossibilidade de retroceder é muito interessante vai ao encontro de certos debates realizados em outras organizações para além do PC do B, em que Genoíno militou nos tempos da guerrilha. A Tendência Leninista, por exemplo, que defendia um movimento de regredir nas ações guerrilheiras foi alvo de intensas críticas por parte de militantes que ainda seguiam na luta armada dentro da ALN, por exemplo. (MALAGUTI, 2021.)

Com relação à defesa da luta armada como estratégia de luta, é possível identificar que José Genoíno e Franklin Martins compartilhavam da necessidade do seu uso no desencadeamento da revolução, ainda que entendessem que aquela correlação de forças do período não indicava que seria naquele contexto o seu uso. Tinha muita consonância também seus argumentos com relação aos erros cometidos pelas guerrilhas. Na via oposta, estão Márcio Carvalho de Jesus e Hércules Correa. O primeiro parece rechaçar o uso de violência em praticamente qualquer contexto, indicando seu uso como sendo utilizado em último caso:

> É uma escada. Nós, que defendemos a doutrina social, ecumênica e cristã, não somos contrários à violência - e há testemunhos concretos neste sentido - depois de esgotado todos os recursos. O que tem faltado é exatamente esse caminhar degrau por degrau. No caso de hoje, por exemplo, a formação do povo exige que ataquem em questões como o custo de vida, a lei salarial, a questão da produtividade, a gasolina, a mudança da capital de São Paulo. Com esses casos concretos é que poderemos levar nossos irmãos que estão lá em baixo, a perceberem que a questão não é só salário. (JESUS, 1979, p. 9)

Há um certo encontro entre Márcio e os outros militantes que pegaram em armas sobre a necessidade de fazer da luta política uma luta de massas, inclusive destacando os

aspectos práticos da vida da classe trabalhadora como fator que desencadearia uma luta mais politizada. Ele parece querer justificar uma prática política que defende o uso da ação armada em situações limite, mas expressa seu posicionamento crítico com relação a essa escolha feita entre as organizações clandestinas das décadas anteriores: Ele defende que ainda havia recursos para a luta fora da violência: "Diziam que tudo já havia se esgotado, que não havia mais nenhum recurso a não ser a violência. E eu perguntei: mas quem foi que disse a vocês? Qual foi o oráculo?" (JESUS, 1979, p. 9)

Diante do exposto, é possível sintetizar as posições que foram expostas no debate. Os seis integrantes da autocrítica realizada na redação de *Movimento* concordam que não há espaço naquela conjuntura política para a continuidade das ações armadas. Já com relação à concepção política dos projetos de revolução, José Genoíno, Franklin Martins e Apolônio de Carvalho são incisivos em observar que a violência faz parte dos processos revolucionários. Márcio Carvalho de Jesus e Hércules Correa são mais reticentes nessa afirmação, pois apesar de reconhecerem que existe espaços para seu uso, defendem sua aplicação em contextos sem definição material. Já Fernando Portela não fala claramente sobre o assunto[73]. Nesse sentido, aqueles que defendem o uso da violência foram os militantes que passaram pela experiência guerrilheira anteriormente, ao passo que Márcio Carvalho de Jesus, oriundo do movimento operário, e Hércules Correa, militante do PCB, não fazem essa defesa.

A última parte do debate foi dedicada à avaliação mais concreta das ações guerrilheiras nas décadas de 1960 e 1970. Foi justamente nesse momento que os confrontos se tornaram mais diretos, revelando uma certa permanência dos conflitos iniciados no início da década de 1960 com a crise do PCB, que sob um determinado prisma, foi a crise da esquerda brasileira[74]. Ao fazer sua leitura sobre os erros de avaliação cometidos pelas esquerdas armadas, Apolônio de Carvalho procurou dinamizar tais erros das esquerdas e os compartilhou com o movimento operário brasileiro do período. No entanto, seu alvo não eram os trabalhadores das fábricas, e sim o PCB:

> Seria muito fácil, mas seria unilateral ficar no plano da análise dos erros cometidos pelas forças que se opuseram ao regime militar e que utilizaram

[73] O jornalista inclusive não participou do debate até o fim. Há uma nota indicando que ele precisou sair no meio do debate por questões profissionais.

[74] Retoma-se aqui uma ideia exposta na introdução dessa tese e defendida na dissertação de mestrado defendida na Unifesp em 2018: O PCB hegemonizou a esquerda brasileira até sua crise que se iniciou em 1958 e se concretizou com o golpe de 1964: CF: MALAGUTI. Carlos. 2017. Opus Cit.

> como recurso o enfrentamento direto, sem analisar também as condições que levaram à vitória fácil do bloco militar e à profunda omissão da classe operária e do conjunto das forças populares face àquele conflito. (CARVALHO, 1979, p. 10)

Segundo Apolônio de Carvalho, a derrota de 1964 e a falta de participação das massas operárias teve como fruto a política estabelecida pelo PCB, responsável por organizar as massas:

> Para mim o problema fundamental da derrota em 1964 está na orientação traçada para a classe operária a partir dos anos 45, 46 e que tem como centro uma política de alianças orientadas fundamentalmente para os setores liberais da burguesia, a chamada burguesia nacional. Essa orientação colocou a classe operária numa situação onde não dispunha de um sistema de forças a seu lado, capaz de assegurar a independência de suas posições. (CARVALHO, 1979, p. 10)

Apolônio de Carvalho retoma todo o movimento que orientou os militantes do PCB a romperem com o partido a partir do golpe militar de 1964, cuja principalmente crítica foi o movimento de adesão à política nacional-reformista articulada em torno das Reformas de Base de João Goulart. O PCB foi duramente criticado pelo seu posicionamento em prol das reformas por ela representar uma política de aliança com as chamadas classes dominantes brasileiras. Hércules Correa, que foi um dos integrantes do PCB que permaneceu no partido defendendo todas as teses do mesmo durante a Ditadura, e que continuava integrando o partido naquele período, rebate a crítica de Apolônio de Carvalho, dizendo que na realidade, não havia sido uma política do PCB para as massas trabalhadoras: “Foi o contrário: o movimento operário foi adquirindo independência. Na prática, o movimento operário foi independente, naquela época, em relação às classes dominantes, e foi isso que as assustou”. (Idem.)

Apolônio de Carvalho interrompeu Hércules Correa para rebater seu argumento dizendo que:

> A classe operária não foi chamada a participar da resistência. Absolutamente. A direção, em vez de organizar essa resistência, fazia constantes chamamentos para que tivéssemos confiança no dispositivo militar do governo e nas medidas que ele tomava. (CARVALHO, 1979, p. 11)

Em seu ponto de vista, o que teria desencadeado os erros cometidos pelas esquerdas armadas - que ele não nega - foi o erro primário do PCB, chegando inclusive a cobrar uma autocrítica do partido:

> A análise dessas responsabilidades é necessária porque, em primeiro lugar, a autocrítica é a primeira mostra da seriedade e responsabilidade de uma organização, particularmente daquele que se pretende representante da classe operária; e em segundo lugar, porque há uma profunda dívida para com o nosso povo que precisa ficar clara. (CARVALHO, 1979, p. 11)

Ele aponta para o erro cometido na orientação do partido durante a década de 1940 e que teria se desdobrado na derrota do movimento operário diante do golpe militar de 1964:

> (...) penso que essas debilidades, essa ausência do domínio da ciência social, é em grande parte responsabilidade da orientação do PCB. A sua direção desenvolveu uma atuação, a partir fundamentalmente de 45 e 46, dentro de uma política que não tem como eixo principal a luta de classes do proletariado, através de uma política independente, com seus meios próprios, a caminho de suas alianças fundamentais. Não preparamos os quadros de militantes para o desdobramento da luta de classes com bases científicas e segundo a realidade nacional. (CARVALHO, 1979, p. 11)

Ele, inclusive, relata como vivenciou o golpe junto às classes trabalhadoras e revela que observou certa perplexidade da mesma diante do imobilismo da orientação do partido naquela conjuntura:

> Estive no Rio de Janeiro desde o dia 1 de abril e senti a perplexidade dos operários, senti a perplexidade dos camponeses, mesmo daqueles que queriam resistir através de ações armadas, como em Caxias e suas imediações. (...) É preciso reconhecer os erros dessa aventura e seus efeitos: é preciso reconhecer a responsabilidade da vanguarda - e a única vanguarda existente no nosso país durante 40 anos foi o PCB. (CARVALHO, 1979, p. 11)

Com relação a esse aspecto, parece ser possível perceber como mais uma vez a análise sobre a experiência armada é utilizada para um debate que tem uma relação apenas indireta sobre o assunto. Assim como ele permeou fortemente os debates sobre as organizações partidárias no movimento de abertura democrática, ele também se relacionou com um tema extremamente polêmico e catalisador dos movimentos que as

esquerdas brasileiras tomaram a partir de 1964. Nesse sentido, o debate acerca da luta armada e sua avaliação crítica foi acompanhado de um debate maior, sobre as ações, erros e omissões das esquerdas que teriam levado ao golpe militar de 1964.

O último momento do debate realizado por *Movimento* procurou questionar os militantes envolvidos no mesmo sobre qual a imagem que as ações armadas teriam deixado perante o povo brasileiro. Nesse aspecto, mais uma vez se observa a polarização existente entre aqueles que participaram efetivamente da luta armada e os dois militantes que não vivenciaram essas ações. Apolônio de Carvalho, por exemplo, destaca que a imagem do povo perante a guerrilha foi extremamente arranhada pelo regime, com propagandas, desqualificações e a caracterização das ações como atos terroristas. Mas ele afirma que os sequestros dos embaixadores contavam com forte apoio das massas, chamando isso de solidariedade potencial. Seu ponto de vista é compartilhado por Franklin Martins, que inclusive faz uma leitura projetando o futuro a partir do fim da Ditadura em que os guerrilheiros serão vistos como heróis:

> (...) não tenho a menor dúvida de que o conjunto de companheiros que participaram daquelas ações armadas, tanto no campo, como na cidade, não tenho a menor dúvida de que, com o decorrer da luta popular, serão reivindicados como heróis da luta da classe operária e do povo brasileiro; os companheiros tombados serão assumidos pelo povo como seus filhos que tombaram na luta contra seus inimigos e serão honrados através dos tempos. (MARTINS, 1979, p. 11)

Genoíno concorda com os outros dois militantes e inclusive fala que a luta armada contribuiu na luta contra a Ditadura, mesmo que tenham pagado um preço enorme. Ele diz que:

> É essa imagem que, paulatinamente, na medida em que avança a luta política no país, vai sendo colocada para o povo. Está começando a predominar uma imagem de admiração por aqueles que se contrapuseram ao regime, mesmo com erros, mesmo com atitudes isolacionistas. (GENOÍNO, 1979b, p. 11)

É muito difícil medir como as ações armadas foram vistas naquele período histórico, sobretudo com relação a uma análise que leve em consideração aspectos de orientação política ou pertencimento de classe social. No entanto, de modo geral, foi visto que o assunto estava realmente ganhando importância, com a publicação de diversas obras

sobre o tema e seu aparecimento inclusive na chamada grande imprensa, conforme as reportagens de Fernando Portella atestam. Mas ainda que não seja possível medir qual foi a maneira que a população encarou a luta armada, Hércules Correa discordou frontalmente dessa leitura feita pelos três guerrilheiros. Segundo ele, o povo não defenderia a luta armada:

> Quando há um conflito entre o bandido - o regime - e o mocinho - as forças que queriam combatê-lo -, a população normalmente fica ao lado do mocinho. Mas fica na expectativa, na simpatia, se perguntando como ele vai conseguir resolver o novo impasse, o novo problema que surge. Não houve simpatia, portanto, àquela forma específica de luta. Seria equivocado acreditar - como foi dito aqui - que a massa passa a admirar. Mas admirar o quê? A quem? A massa admira e respeita todas as pessoas que foram brutalmente reprimidas, perseguidas, indistintamente. Não existe nenhuma simpatia à forma de luta. (CORREA, 1979, p.12)

Parece que existe uma espécie de embate entre os militantes que pegaram em armas e aqueles que não o fizeram, como se Hércules Correa quisesse defender que mesmo aqueles que não optaram por esse caminho e foram perseguidos sejam considerados heróis como os guerrilheiros. Esse aspecto é relevante de ser observado pois, conforme apontava Marcelo Ridenti, o processo de mistificação da luta armada também contou com o desenvolvimento de uma ideia de que houve uma espécie de maior atuação por parte daqueles que pegaram em armas, como se fizessem parte de uma resistência maior. (RIDENTI, 2004) Esse embate parece estar bastante presente nas avaliações realizadas sobre o tema, conforme pode ser visto no debate analisado aqui.

E assim, se desencadeia o último enfrentamento no debate realizado por *Movimento* sobre aqueles que pegaram em armas e aqueles que não o fizeram. Diante desse comentário feito por Hércules Correa, o jornal questiona se seria correto interpretar que a adesão à luta armada enrijeceu ainda mais o regime. O militante do PCB afirma que sim e diz que:

> A luta a que estamos nos referindo, se não determinou o enrijecimento do regime, serviu de pretexto para ele se justificar. (...) A luta armada permitiu ao regime coesionar forças, que, em outras circunstâncias, não se agrupariam. Ela dificultou o processo de organização da massas, na medida em que permitiu ao regime se justificar perante a opinião pública, espalhando a repressão. O objetivo principal do regime era manter a classe operária sob seu cerco, para que não lutasse, pois sabia que dela viria tudo que era necessário para o processo de acumulação capitalista. Então, tudo aquilo que justificasse uma

> repressão generalizada funcionou a favor do regime para manter a classe operária coagida durante maior tempo. Ele poderia ter mantido essa coação por um período de tempo menor se não tivesse uma justificativa. (CORREA, 1979, p.12)

Nesse sentido, Hércules Correa é taxativo em considerar que as ações armadas tiveram apenas um saldo negativo diante das esquerdas e das massas, revelando uma postura extremamente crítica justamente após rebater os apontamentos dos três guerrilheiros que participaram do debate sobre a maneira pela qual a população veria a luta armada. Diante desse novo enfrentamento, a reação dos ex-guerrilheiros que participaram do debate é eminente e incisiva. Franklin Martins é o primeiro a criticar a fala de Hércules Correa, dizendo que:

> Creio que não é correto dizer que as ações armadas conduziram a um fortalecimento do regime. O próprio AI-5, que do ponto de vista simbólico representa o acontecimento do golpe dentro do golpe, precede à eclosão da maioria das ações armadas. (MARTINS, 1979, p. 12)

Conforme foi analisado nas primeiras explanações dos debatedores e mesmo no texto de apresentação do jornal sobre a luta armada, há uma insistência nessa leitura de que as ações armadas foram uma resposta ao fechamento que o regime promoveu dos espaços de resistência, marcado sobretudo pelo AI-5. Martins também ressalta que:

> Há uma frase do Jarbas Passarinho, dita em Contagem, naquela época, que eu acho que expressa o pensamento da burguesia no momento. Ele disse que havia uma oposição política ao governo e uma oposição ideológica. Ele se referia de um lado à oposição política do setor descontente da classe dominante; e de outro, à oposição ideológica vinha do povo. Dizia: 'não podemos deixar que essas duas posições se unam'. Isso explica porque o processo do AI-5 não vem em função das ações armadas. (MARTINS, 1979, p. 12)

Há, portanto, uma tentativa de rebater a associação que se faz entre as ações guerrilheiras e o aumento da repressão, como se os guerrilheiros procurassem se livrar dessa suposta culpa atribuída a eles, ao menos do que expressou Hércules Correa.

Mas no que diz respeito a algo que todos os participantes desse debate concordam, é o papel das massas em qualquer movimento de transformação social. Apolònio de Carvalho faz essa leitura ao ser questionado sobre o motivo das organizações guerrilheiras terem sido destruídas pela repressão. Ele cita, inclusive, que mesmo as massas estudantis

se afastaram das organizações de esquerda após as prisões que aconteceram em Ibiúna, no congresso da UNE de 1968. Franklin Martins afirma que "o erro das organizações não foi fazer a luta armada, mas foi tentar fazê-la sem o povo". Hércules Correa chegou a afirmar que:

> Em certos momentos, algumas organizações que haviam optado pela luta armada passaram a admitir a participação no movimento de massas, pregando até mesmo voto branco nas eleições; começaram a desenvolver alguma movimentação em direção à massa, saindo do círculo fechado. Isso deve ter impedido o seu aniquilamento total. Quem não fez isso foi desarticulado. (CORREA, 1979, p. 12)

Ou seja, tanto os ex guerrilheiros, como militantes de outras organizações, como o PCB, associam diretamente à derrota e o fracasso das ações guerrilheiras como resultado da não participação das massas no processo. E chama a atenção que essa interpretação não foi apenas vista do ponto de vista político, mas também nas questões práticas. Não se citou, por exemplo, em nenhum momento, a disparidade das forças militares ou o treinamento militar que a repressão possuía.

Mas o que chama a atenção na defesa de Hércules Correa sobre a importância das massas nos processos revolucionários é a associação que ele faz dessa sua interpretação com o momento histórico que estavam vivenciando naquele momento. Hércules defende o seu posicionamento e está diretamente articulado com o período histórico vivenciado em 1979:

> Defendemos que a luta tinha que ser de massa e não armada. Tinha que ser de unidade, com a participação da classe operária e da massa trabalhadora. E que nas circunstâncias de então, o canal que se apresentava para a massa que se exteriorizava, era o processo eleitoral. Chamavam isso de reformismo, mas essa proposta acabou prevalecendo. É o mesmo quadro dessa luta atual. (CORREA, 1979, p. 12)

E nesse aspecto de luta de massas em contraposição às ações armadas, o militante do PCB parece identificar que as massas reagiram mais negativamente as ações guerrilheiras e não aderiram ao seu movimento, justamente pelo emprego da violência. Ele faz essa crítica observando a necessidade que as esquerdas armadas tinham de justificar suas ações perante o povo e mais uma vez há uma espécie de enfrentamento entre aqueles que pegaram em armas e aqueles que sustentaram a tese pecebista:

> Há uma outra coisa dita aqui que me deixou preocupado. É a ideia da inevitabilidade no processo político. Se diz que o endurecimento do regime em 1968 era inevitável; que o golpe de 1964 era inevitável. Se adotarmos a tese da inevitabilidade vamos chegar à conclusão de que hoje o retrocesso à direita é inevitável. (CORREA, 1979, p. 12)

Claramente ele procurou rebater os argumentos dos guerrilheiros que procuravam afastar a relação entre as ações armadas e o aumento da repressão. E diante disso, indica sua preocupação com os projetos de luta contra a Ditadura que se colocavam naquele período:

> Agora, será inevitável o retrocesso? Acho que não. Ele só será possível se cometermos os mesmos erros do passado, se não tivermos inteligência suficiente para articular uma proposta unitária em torno das coisas que dão consenso. A esquerda no Brasil tem essa capacidade? Me parece que não. Parece que cada organização quer provar, a cada momento, que é dona da verdade. (CORREA, 1979, p. 12)

A partir desses apontamentos críticos, é possível notar uma espécie de ponto em que as possibilidades de diálogo passam a não existir mais. E é dessa forma que o debate cujo objetivo seria analisar as esquerdas armadas no Brasil, revela diversos aspectos daquilo que compunha o imaginário das esquerdas brasileiras. E a é a partir da análise desse imaginário, que se debruçar sobre alguns aspectos, à guisa de conclusão do capítulo.

3.18. Conclusão: das armas ao partido.

Após analisar os espaços de revisão criados pelos periódicos que serviram de reorganização para a esquerda brasileira no período de distensão autoritária, ficou evidenciado que os debates acerca da experiência armada no Brasil foram feitos por diferentes conjuntos de pessoas, algumas organizadas em torno de grupos ou partidos políticos e outras individualmente. Nesse sentido, cabe retomar alguns aspectos desses coletivos para realizar a conclusão desse capítulo.

Foi possível observar que o grupo mais coeso a realizar a autocrítica da experiência armada foi o PC do B, em torno da experiência da Guerrilha do Araguaia. Nesse caso, após os eventos do Massacre da Lapa, João Amazonas despontou como o principal dirigente do partido e seu posicionamento refletia de maneira dialética o próprio

entendimento do partido sobre a experiência guerrilheira no norte do país. Amazonas - e portanto, o PC do B de maneira oficial - defendia que a experiência guerrilheira no sul do Pará foi vitoriosa por ter obtido a mobilização da população local, enfrentou de maneira ferrenha a repressão e se colocou como um ponto de inflexão nas experiências das esquerdas revolucionárias no Brasil. Apesar de demonstrar que naquele período de abertura política a estratégia de luta armada tinha sido colocada de lado diante da conjuntura política, o secretário geral do partido não negava o uso da violência e inclusive falava em diversos momentos sobre a pretensão de retomar o projeto, nos mesmos moldes e no mesmo espaço, inclusive indicando que os sujeitos revolucionários mobilizados pela ação armada seriam justamente aqueles que viviam no campo brasileiro.

De dentro do próprio partido, surgiram vozes dissonantes, que pretendiam realizar uma leitura distinta daquela que virou a revisão oficial do PC do B. Nesse lugar, destacam-se Angelo Arroio e Pedro Pomar, que antes de serem mortos no Massacre da Lapa, elaboraram documentos para serem debatidos nas reuniões do partido em que apontavam para uma visão diferente daquela que João Amazonas defendia. Arroio e Pomar observavam de maneira mais crítica a experiência guerrilheira na região do Araguaia. O primeiro, apesar de ressaltar as potencialidades das ações armadas, discutia o papel do camponês no processo revolucionário e defendia a inclusão de um movimento que articulasse também os operários, além de defender um movimento de massas mais forte. Pomar, mais crítico da guerrilha, alertava para a falta de apoio no estabelecimento da guerrilha e destacava a quantidade de mortos entre os militantes como um fato emblemático e traumático. Conforme foi analisado durante o partido, as visões desses dois líderes do PC do B acabaram sendo subtraídas diante da tese hegemônica do partido, defendida por João Amazonas.

É nesse sentido que o jornal *Movimento* se destacou como um lugar importante para a realização da autocrítica sobre a experiência guerrilheira no norte do Brasil, uma vez que foram nas páginas desse jornal que os documentos de Arroio e Pomar foram divulgados, criando assim um movimento cujo resultado foi a ampliação do debate acerca da luta armada, o que desencadeou o aparecimento de vozes dissonantes, seja de pessoas que integraram a guerrilha e o partido e mesmo pessoas que estavam inseridas no espectro da esquerda, mas que não militavam diretamente em organizações políticas ou mesmo pegaram em armas.

Assim, surge a presença de José Genoíno Neto como um dos mais importantes guerrilheiros a realizar a revisão da experiência armada e seu ponto de vista é sui generis

na revisão da Guerrilha do Araguaia e mesmo na luta armada em geral. Seu ponto de vista é mais próximo do de Pedro Pomar, mas ele radicaliza ainda mais seus argumentos. Concorda com Pomar que o Araguaia foi derrotado, pois mesmo conseguindo o apoio da população local, não fez com que essa população pegasse em armas, o que resultou, na visão desses dois militantes, em uma derrota política da experiência. Seu posicionamento crítico também ressalta a necessidade de inserir o operário no processo revolucionário brasileiro, como sujeitos fundamentais das ações políticas. Nesse sentido, Genoíno se estabelece como a principal voz dissonante do PC do B na autocrítica da luta armada, uma vez que ele foi um guerrilheiro que esteve presente no Araguaia e discordava frontalmente das teses do partido.

Outro aspecto importante da revisão realizada por José Genoíno Neto é a presença marcante do trauma ocasionado pela experiência guerrilheira, incidindo na longa duração quando este faz sua revisão sobre a luta armada. Desde o primeiro texto de Genoíno, publicado na edição de número 220 do jornal *Movimento* até sua entrevista realizada pela Universidade Federal do Tocantins, em 2020, ele demonstra o quanto a experiência guerrilheira foi dramática, sobretudo pela presença das mortes, dos desaparecimentos de corpos e da violência que marcou a trajetória daqueles que lutaram no sul do Pará. Seu exercício de avaliação esteve diretamente envolvido com o desejo de defender a memória da experiência e dos militantes mortos, seja na década de 1979, quando defendia a divulgação dos eventos do Araguaia para a sociedade brasileira, seja em 2020, quando destacava a bravura desses militantes, demonstrando como os protagonistas da luta armada projetaram nessa ação de memória um sentido para a elaboração do trauma vivenciado nessa experiência. E cabe destacar que encontraram poucos espaços públicos para realizar isso, apesar da quantidade de livros publicados sobre o tema.

Em nota relacionada, é preciso observar como os jornais alternativos de esquerda se colocaram como um importante espaço para a revisão da experiência armada ocorrer. O *Movimento* se destacou nesse sentido, pois além das publicações dos documentos sobre o Araguaia e de abrir espaço para o debate sobre o tema se realizar nas seções de cartas do periódico, também organizou um evento cujo objetivo foi justamente responder porque a luta armada no Brasil não deu certo. Esse evento revelou como os pontos de vista no final da década de 1970 estavam permeados por objetivos políticos que se anunciavam na reconstrução da Esquerda brasileira, ou por disputas políticas passadas duas décadas antes, na crise da esquerda brasileira ocasionada pelo golpe de 1964.

Sobre essa crise, foi possível perceber como os militantes que seguiram articulados no PCB mesmo diante da crise estabelecida no partido foram as vozes mais críticas das experiências armadas, sobretudo pelo argumento de que as ações guerrilheiras afastaram as massas do projeto da esquerda. O movimento de avaliação olhava exclusivamente para o rompimento e a crítica realizada no final da década de 1960 pelas esquerdas revolucionárias com relação ao PCB. Como uma espécie de resposta, os militantes do *partidão* procuravam salientar os erros dessa esquerda revolucionária, atribuindo a elas a intensificação da repressão. Já os militantes que tiveram protagonismo nesses eventos e que haviam rompido com as determinações do *partidão* defendiam que a experiência armada tinha razão de ter existido e tinha obtido alguns êxitos, ainda que fossem taxativos com relação a derrota e ao sublinhar os erros cometidos por essa estratégia.

Já com relação as disputas políticas que se anunciavam com a redemocratização, as questões possuem mais nuances e tanto aquilo que foi publicado nas páginas do *Movimento*, mas sobretudo os debates travados nas páginas de *Em Tempo,* revelam como a revisão da experiência armada não foi feita como uma ação de rever a experiência em si, mas foi feita com o objetivo de defender um novo modelo de luta política. E nesse aspecto, a conjuntura política do período incidiu de maneira muito evidente, sobretudo as mobilizações operárias que ocorreram entre 1978 e 1980 na região do ABCD em São Paulo e que resultaram na criação do Partido dos Trabalhadores.

José Genoíno, em entrevista realizada na fundação Perseu Abramo, diz que:

> Quando vieram os movimentos das greves, carestia, a figura do Lula, ABC, a gente que já vinha de uma avaliação do período de isolamento da esquerda, da derrota da luta armada, da necessidade da gente estabelecer novas relações com a população, a gente viu ali uma janela política. Então isso aí atraiu a simpatia, a adesão, a militância. Porque era o que existia. Enquanto que a direção do PC do B, a direção do PCB, a direção do MDB era contra a criação do PT. (GENOÍNO, 2019)

A partir da fala do ex-guerrilheiro, é possível perceber que diante daquele período de revisão sobre a experiência armada, em que o aspecto mais discutido foi a falta de adesão da população brasileira às organizações de esquerda, observar as mobilizações dos operários foi impactante no posicionamento político de alguns militantes. Diante dessa fala de Genoíno, é possível concluir que sua revisão sobre a experiência armada foi marcada pela efervescência daqueles movimentos operários.

Seu ponto de vista vai ao encontro de outro militante da esquerda armada que também abordam esse momento de retomada das mobilizações da classe trabalhadora.

Perly Cipriano afirma que: “Você vê: preso, desde 1960 ligado a esquerda, ao comunismo, ouvir falar que os operários estavam fazendo greve, aquilo era a coisa mais importante do mundo. (CIPRIANO, 2019).

O impacto da derrota do projeto guerrilheiro foi marcado, sobretudo, por uma questão muito maior do que a derrota militar. Foi a derrota política que marcou a geração que pegou em armas no Brasil e essa derrota política teve como grande marco a incapacidade da luta armada de mobilizar as massas brasileiras. Como afirmou Carlos Eugênio Paz: os guerrilheiros “estavam preparados para vencer ou morrer; não para perder e continuar vivo”. (TAPAJÓS, VENTURINI, 2002). Diante da melancolia que tomou conta dos militantes que foram obrigados a conviver com a derrota política, sobretudo marcada pela ausência das massas no projeto da esquerda, o movimento operário brasileiro projetou entre esses militantes uma potencialidade de rearticulação e de se recolocar na luta dentro da esquerda. E além de tudo, esse movimento apresentou justamente aqueles sujeitos que faltaram ao encontro da revolução: os operários.

Não é por acaso, portanto, que o jornal *Em Tempo,* cujo grupo que o dirigiu foi mais atuante na construção da proposta do Partido dos Trabalhadores, apresentou uma visão mais crítica sobre a experiência armada. Era preciso apontar os erros cometidos por aquele movimento para que fosse possível valorizar o novo projeto que se construía. Portanto. é possível concluir que durante a distensão política, período em que se debatia sobre os erros do passado para construção de um novo projeto político para a esquerda, os operários da região do ABCD na Grande São Paulo e o partido que surgiu dessa experiência, foram vistos como uma maneira para encarar a melancolia gerada pela derrota do projeto anterior. Mesmo que os integrantes das esquerdas armadas não tenham integrado o projeto da construção do Partido dos Trabalhadores, é inegável que o movimento social orgânico que organizou sua construção foi extremamente impactante no pensamento político desses ex-guerrilheiros.

O relato de Renato Tapajós, em entrevista concedida à Mário Augusto Medeiros da Silva em 2004 é bastante sintomático sobre essa relação que procurou ser estabelecida neste capítulo ao longo da análise dos documentos de revisão sobre a experiência armada. Ele demonstra ainda a percepção que atesta que, na visão das esquerdas armadas, a derrota política foi não conseguir fazer com que as massas fossem protagonistas do processo de luta, chegando a afirmar que aquilo desencadeou uma crise para as esquerdas revolucionárias. E para superar essa crise:

> A gente terminava propondo que a alternativa à luta armada era ligar-se às massas, sobretudo ao proletariado organizado nos sindicatos. Coisa que veio a se mostrar como orientação absolutamente correta porque quando começou o movimento em São Bernardo, Diadema, todo aquele processo que foi dar no surgimento do Lula, do PT, nós estávamos todos lá. Eu tava lá, o Alípio Freire tava lá, enfim. Praticamente todo o mundo que tinha participado do processo de autocrítica já tava em São Bernardo em 77, 78. (...) porque foi um acerto nessa visão de que o próximo passo vinha da classe operária e do movimento sindical e que um centro disso daí seria São Bernardo. (TAPAJÓS, 2004)

Dessa maneira, parece correto indicar que uma parte das esquerdas revolucionárias encontrou na formação do Partido dos Trabalhadores uma prática de autocrítica ligada à identificação do principal erro cometido por elas uma década antes. Uma vez que a derrota política foi a não participação das massas, seria fundamental corrigir esse erro. No entanto, é preciso dinamizar um aspecto ressaltado por Tapajós. Diferente do que foi citado por José Dirceu no documentário *Entreatos,* a autocrítica não foi a criação do PT necessariamente, mas sim a integração com o movimento operário e, sobretudo, participar do movimento cujo protagonismo pertencia às classes subalternas urbanas. A prática da autocrítica foi realizar o trabalho de base voltado às classes operárias. Nesse processo, o conjunto das classes operárias, as comunidades de base, intelectuais e alguns integrantes das esquerdas armadas, construíram um novo partido, justamente com o interesse deste ser o organismo de mobilização das classes trabalhadoras brasileiras. Ou seja, a criação do PT não pode ser vista como a prática da autocrítica; a prática da autocrítica foi a mobilização em torno das camadas operárias. Tanto é assim, que foi a minoria dos integrantes das esquerdas armadas que participaram efetivamente da construção do PT. E mesmo àqueles que participaram, discordaram de vários aspectos, gerando divergências e cisões, conforme será indicado posteriormente.

Mas esse conjunto de integrantes das esquerdas armadas que integraram o projeto político do PT, o fizeram por identificar no partido uma síntese da autocrítica realizada ao longo da década de 1970. Para discutir esse aspecto, é importante dimensionar o lugar do Partido dos Trabalhadores no horizonte das esquerdas revolucionárias durante sua fundação. É evidente que o PT possuiu, desde a sua fundação, uma proeminência bastante acentuada das lideranças sindicais do novo sindicalismo surgido com as greves do ABCD, em fins da década de 1970. Estes, chamados de sindicalistas autênticos, ficaram inclusive com as principais posições de mando da primeira executiva do Partido dos Trabalhadores, formada em abril de 1980. Porém, evidencia-se a presença da esquerda revolucionária nessa formação do novo partido político. Daniel Aarão Reis Filho, destaca uma influência realizada por esses setores no novo sindicalismo:

> Entretanto, não houve rendição unilateral às lideranças sindicais. Estas igualmente renderam-se à retórica revolucionária, que impregnou a atmosfera, o ato e os textos de fundação. A dimensão internacionalista, a independência de classe, o anti-capitalismo explícito, o compromisso, convenientemente impreciso, com o socialismo, era o Verbo revolucionário cumprindo a função de silenciar os ruídos que poderiam advir de outras imprecisões, obscuridades e pontos cegos. (REIS FILHO, 2005. p. 5.)

O autor caracteriza esse verbo revolucionário como sendo esvaziado de significados políticos mais concretos, em que as formulações possuíam pouco conteúdo material, conforme ele próprio anuncia:

> Por exemplo: o partido declarava-se socialista, mas que tipo de socialismo exatamente pretendia? E através de que meios? Reforma ou revolução? E de que formas de luta? Pressões e movimentos sociais? Lutas institucionais? E a atitude em relação aos marcos legais? Respeito escrupuloso, ou infração, se, e quando, fosse o caso? Como se combinariam na prática a unidade de ação e a pluralidade de tendências constituintes? Como funcionaria a democracia interna? Questões candentes, não resolvidas cabalmente no ato de fundação (Idem.)

Diante desse quadro de indeterminações ideológicas, estratégicas e táticas, é possível observar uma característica bastante importante no processo de formação do Partido dos Trabalhadores no contexto da revisão autocrítica realizada pelas esquerdas armadas brasileiras. Diante desse quadro de indeterminação ideológica, militar de maneira formal ou informal dentro do Partido dos Trabalhadores não significaria necessariamente uma ruptura formal com o socialismo e nem mesmo com a premissa de que a violência seria necessária para a propagação da revolução.

A conclusão de todas as experiências guerrilheiras no Brasil considerou que a derrota política da guerrilha foi sua incapacidade de mobilizar a população brasileira para fazer com que ela lutasse pela revolução. Na tese dos grupos considerados foquistas – ALN, MR-8, VAR-Palmares e VPR – a guerrilha seria o catalisador dessa força massiva e a luta desencadearia o processo revolucionário feito pelas massas, o que, portanto, significaria que não seria necessário um partido político para realizar essa mobilização e luta. O fracasso dessa experiência fez com que a totalidade das organizações criticassem essa estratégia, resultando assim em uma crítica e autocrítica ao foquismo, baseada sobretudo na necessidade de mobilização das massas a partir do partido político.

Aqueles grupos que não aderiram ao foquismo e que beberam em outras vertentes das teorias revolucionárias, fundamentalmente o PC do B, com o lançamento da Guerrilha

do Araguaia, não escaparam de realizar uma autocrítica voltada sobretudo à questão das massas. Mesmo com um processo de longa preparação do movimento guerrilheiro, que contou com a inserção de militantes na realidade local do sul do Pará e sua presença em territórios ao redor da região escolhida para o lançamento da guerrilha, o PC do B também apontou para o problema do apoio das massas ao realizar a autocrítica. Ainda que a versão oficial da autocrítica realizada pelo partido defendesse que a vitória política da guerrilha teria sido justamente a participação das massas locais na campanha, ela foi atacada por diversos integrantes da organização, e mesmo a sua visão oficial falava da necessidade de inserir os operários no processo revolucionário.

Portanto, a premissa dos integrantes da esquerda armada brasileira ao aderir à fundação do Partido dos Trabalhadores foi, em primeiro lugar, concretizar na prática a autocrítica realizada sobre as ações armadas da década anterior. E isso se deu, conforme demonstraram os depoimentos, pelo protagonismo que os operários tinham naquele movimento. Ao entender autocrítica como um processo de análise dos erros cometidos para que se possa reformular a ação e seguir na luta política estabelecida, é possível entender que a entrada dos militantes da esquerda revolucionária no PT é justamente a prática da autocrítica, feita sobretudo com relação ao mecanismo de luta que fizesse com que a massa operária – sujeitos da revolução na visão desses militantes – fosse protagonista do processo político.

Mas isso não significa dizer que esse movimento de autocrítica condenava a violência revolucionária ou sequer esvaziasse o sentido político da luta, que se manteve voltada para a construção do socialismo no Brasil. Conforme demonstrou Daniel Aarão Reis, o PT foi fundado como um partido que cumpriria a tarefa de construir o socialismo no Brasil. Saia, portanto, a luta armada como condutora desse processo e entraria em seu lugar a construção de um partido de massas, cuja novidade estava em ser conduzido pelas classes operárias, diferente da ideia de um partido como vanguarda. Essa experiência que inovadora é observada no primeiro estatuto do partido, publicado ainda em 1980, que definia que o PT seria construído “de baixo para cima”, respeitando, portanto, o princípio das massas como condutoras do processo revolucionário.

Em 24 de janeiro de 1979 foi aprovada pelo conjunto de metalúrgicos o documento que ficou conhecido como “tese de Santo André-Lins”, que defendia o partido político como ferramenta determinante da luta da classe trabalhadora brasileira nos seguintes termos:

> A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político. Por isso, os trabalhadores têm que organizar os seus partidos que, englobando todo o proletariado, lutem por efetiva libertação da exploração. Hoje, diante da atual conjuntura política, econômica e social que vive a sociedade brasileira, essa necessidade, com o peso de sua importância, se faz sentir. (A TESE..., 1979, p.1)

Ao entender que um dos erros identificados, sobretudo pela autocrítica realizada pelos grupos foquistas, foi a necessidade de construção de um partido político para conduzir a luta da classe trabalhadora, a orientação da tese apresentada para a criação do PT parece ir efetivamente ao encontro dessa autocrítica. Portanto, àqueles militantes das esquerdas armadas que criticaram o foquismo por ser incapaz de mobilizar os operários aderiram ao projeto do PT como a efetivação dessas discussões realizadas desde o início da década de 1970.

Mas a "tese de Santo André-Lins" também procurou orientar as características da luta cujo partido que seria criado deveria travar:

> Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste País, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político. (A TESE, 1979. p. 1)

A orientação de criar um partido cujo objetivo central fosse lutar pelo fim da exploração da classe trabalhadora inseria o viés revolucionário no processo, argumentando que sob a égide do capitalismo não haveria espaço para o fim desses abusos e para a emancipação da classe trabalhadora.

É interessante notar que esse documento foi aprovado democraticamente no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP), evento que, portanto, reunia apenas a classe trabalhadora que foi uma das forças sociais que construíram o Partido dos Trabalhadores. Não é possível afirmar, portanto, que os militantes da esquerda revolucionária exerciam alguma influência na orientação da plataforma de luta. Sendo assim, o viés revolucionário esteve presente nesse importante documento que orientou o processo de construção do PT.

E nesse documento que é visto como sendo o horizonte que projetou a construção do partido, foi defendido que ele "seja um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas

reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores". (A TESE, 1979, p. 2)

Portanto, quando se construía o modelo do partido que seria criado, esteve presente o viés revolucionário em seu horizonte. E em maio de 1979, a primeira Comissão Nacional Provisória, formada sobretudo por lideranças sindicais do Estado de São Paulo e do Rio Grande do Sul, reafirma de maneira explícita o caráter socialista presente naquele partido:

> O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem. O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóiafrias, profissionais liberais, estudantes, etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política. O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo. (CARTA DE PRINCÍPIOS, 1979, p. 5)

Portanto, é possível identificar que a criação do PT foi vislumbrada por parte dos guerrilheiros como uma possibilidade de atuação política que ainda resguardava a proposta de revolução. Em consequência dessa afirmação, é importante ressaltar, por fim, que não houve necessariamente uma operação de memória, que esvaziava o sentido revolucionário ao aderir a construção do Partido dos Trabalhadores, uma vez que ele próprio se colocava como uma ferramenta para a construção do socialismo. Essa operação de memória pode ter sido realizada posteriormente, para justificar a permanência de alguns integrantes das esquerdas revolucionárias nas fileiras do PT, sobretudo em períodos em que o partido esvaziava seu viés revolucionário. O que se reviu foi o uso da violência como modelo para a efetivação da revolução e a ideia de uso da violência foi revista de maneira majoritária pelos integrantes das esquerdas armadas, diante da conjuntura política estabelecida no final da década de 1970. E esse processo foi marcado sobretudo pelo impacto dramático da derrota que as guerrilhas sofreram e a necessidade de se mobilizar novamente para retomar a luta.

Diante do exposto, cabe destacar dois aspectos para finalizar o capítulo. Em primeiro lugar, não significa dizer que todos aqueles militantes das esquerdas revolucionárias aderiram à construção do Partido dos Trabalhadores. Em alguns casos, a não adesão está relacionada a outros projetos defendidos pelas organizações ou partidos

das esquerdas revolucionárias, como se destacam os casos do MR-8[75] ou do PC do B[76]. Já em outros casos, alguns integrantes das organizações revolucionárias que mesmo com sua autocrítica voltada a esse prisma, não optaram por construir o PT. Destacam-se, nesse caso, dois importantes personagens: Alfredo Sirkis, que militou no MR-8 e Alípio Freire, integrante da Ala-Vermelha do PC do B. Cada um deles estabeleceu diferentes olhares para com o Partido dos Trabalhadores e não fez o caminho de adesão ao partido como parte de sua prática de autocrítica.

Alfredo Sirkis, em entrevista concedida à Mário Augusto Medeiros da Silva em 2005 apresenta sua divergência com o projeto político do PT sustentada na ideia de que o Partido dos Trabalhadores, à época, não inseria em seu programa políticos as pautas identitárias e o ambientalismo, conforme o ex-militante do MR-8 desejava:

> Porque o PT rejeitava exatamente aquelas bandeiras que configuravam exatamente a parte moderna do que a gente queria acoplar. O PT cagava para o Ambientalismo. Achava, logo nos seus primórdios, que era besteira, coisa de veado. E que "primeiro temos que resolver o problema da miséria, pra depois se preocupar com o Meio Ambiente". Tô caricaturando um pouco mas era mais ou menos por aí. E porra! Questão de minorias, homossexuais, não sei o que. "O negócio é luta de classes!". E no Rio também o PT nunca conseguiu se criar. Tive um breve momento em que me aproximei um pouco, mas percebi que não tinha espaço no PT pras nossas bandeiras. (SIRKIS, 2005)

A falta de espaço para as pautas identitárias e o ambientalismo foram fundamentais para que Alfredo Sirkis se comportasse de maneira diferente do conjunto das esquerdas revolucionárias, questão essa que se desdobra em duas possíveis problematizações. Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que não foi a questão de ser um partido revolucionário ou não que o afastou da entrada no Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, é um indício dos limites que a tese de operação de memória defendida, ou ao menos, um alerta para que ela não seja generalizada para todas as experiências. Em segundo lugar, o caso de Sirkis também é salutar para analisar como as vivências no exílio compuseram certa influência nas transformações dos pensamentos políticos daqueles que vivenciaram essa experiência. No seu caso, ele relata como sendo fundamental o período em que passou na Europa para aderir ao movimento ambientalista. Ao ser questionado sobre como a pauta da ecologia ganhou espaço em sua militância, ele responde que foi:

[75] *Oito* e sua adesão ao modelo de frente ampla, atuando em prol do MDB e crítico ao PT.
[76] PC do B tendo integrado a base do PT, se distanciado em 1984 e seguido como um partido independente, mas com relações próximas ao PT.

> (...) na última fase do exílio, a partir de 77, 78. Muito Movimento Ambientalista na Europa, Movimento Anti-Nuclear. A gente vendo aquelas coisas acontecer e fomos nos aproximando e conhecendo dirigentes e sendo influenciados por eles e querendo fazer uma coisa similar no Brasil. No Brasil já havia um movimento ambientalista, no sul, sobretudo. O Lutzemberger, Marta Hener, um pessoal que começou antes da gente, mas, a Ecologia Política, acho que foi introduzida no Brasil com a volta dos exilados. (SIRKIS, 2005.)

Conforme Denise Rollemberg adverte sobre o exílio, ele foi uma experiência ao mesmo tempo individual e coletiva, vivenciada de maneira distinta por cada militante inserido em diferentes contextos sociais, políticos e culturais. (ROLLEMBERG, 2004) Observando a experiência de Alfredo Sirkis, se observa como que alguns militantes transformaram sua ação política e a defesa de suas pautas de acordo com sua vivência e a proximidade no círculo político e cultural em que estavam inseridos. Ainda que, como foi demonstrado no capítulo 2, essas novas pautas não foram tão determinantes nas avaliações coletivas, individualmente, para alguns casos, isso acabou sendo decisivo.

As vivências individuais também parecem ter incidido, ao menos no caso de Alfredo Sirkis, na sua militância partidária durante o período de redemocratização brasileira. No processo de redemocratização brasileira, Sirkis integrou a reestruturação do Partido Trabalhista do Brasil, liderado por Leonel Brizola e que disputou a hegemonia na esquerda brasileira com o Partido dos Trabalhadores. Ao ser questionado sobre como teria ocorrido essa aproximação e a adesão ao projeto *petebista,* Sirkis responde que durante o exílio:

> (...) viramos meio social-democratas e com uma sensibilidade ambientalista, e passamos a trabalhar muito ligados ao Partido Socialista Português, do Mário Soares. E aí nessa hora, justamente, 78, pimba: o Brizola chega em Lisboa e vislumbra-se a possibilidade de usar a liderança do Brizola e a tradição histórica do Partido Trabalhista Brasileiro pra se criar um Partido Socialista, de cunho social-democrata, baseado numa história, com raízes históricas, no Brasil. (SIRKIS, 2005)

Conforme indica seu depoimento, o contexto político e cultural de Portugal, com a efervescência do Partido Socialista Português e a ascensão que a social-democracia europeia teve naquele período foram marcantes na vivência de Alfredo Sirkis, demonstrando como o contexto específico do exílio impactou de maneira individual o pensamento político dos militantes das esquerdas armadas. E como um desdobramento desse impacto, também se estruturava as novas relações políticas estabelecidas, o que resultou em uma adesão de Sirkis ao PTB e à liderança de Leonel Brizola. Isso, somado ao já destacado com relação à visão que o ex-guerrilheiro tinha do PT, foi o que

condicionou sua escolha política no processo de reinserção na vida partidária brasileira. Assim, Sirkis se configurou como uma figura da luta armada que mesmo tendo realizado o movimento de autocrítica de maneira semelhante àqueles que entraram no PT, por questões relacionadas à sua vivência no exílio, a prática dessa autocrítica não resultou na construção do Partido dos Trabalhadores, mas sim em uma militância dentro do PTB.

Já o caso de Alípio Freire, ex-militante da Ala Vermelha do PC do B, a sua prática de autocrítica é reveladora do posicionamento das esquerdas armadas no momento em que sua derrota militar e política foi constatada, uma vez que ele afirmou em entrevista concedida à Mário Augusto Medeiros da Silva em 2005, que o balanço realizado por elas concluiu que:

> A derrota foi tão fragorosa a nossa, nós estamos tão isolados que se trata, isso sim, de construir as organizações do povo numa Frente Ampla, pela conjuntura de início de declínio da ditadura, por suas contradições internas, e construir uma democracia ainda que burguesa. E fazer uma propaganda das nossas ideias e ter um trabalho mais efetivo de organização do povo, porque sem isso não se vai transformar o país. (FREIRE, 2005)

Conforme foi defendido no capítulo 2 e reitera-se aqui na conclusão do terceiro capítulo desta pesquisa, as adesões de parte das esquerdas armadas à um projeto de Frente Ampla e pelas liberdades democráticas não se configurou em uma operação de memória ou uma modificação dos postulados políticos, abandonando a defesa da revolução comunista. Ela foi, em muitos casos, uma mudança tática operada diante da autocrítica que identificou na ausência das massas o maior problema da revolução brasileira. Com base nas avaliações que identificaram na ausência das massas operárias o principal motivo da derrota política das esquerdas armadas, essas esquerdas modificaram sua atuação para organizar a sociedade brasileira e, em primeiro lugar, derrubar a Ditadura Militar, para que posteriormente se pudesse conquistar mais direitos e construir assim o processo revolucionário. E se muitos militantes das esquerdas armadas, como José Genoíno e Perly Cipriano, citavam as mobilizações do ABC como sendo impactantes na prática de autocrítica e na adesão ao Partido dos Trabalhadores, Alípio Freire reivindica que essas mobilizações dos operários de São Paulo também foram resultado das ações das esquerdas armadas, quando praticaram sua autocrítica:

> Essa força popular foi uma construção! Desses militantes e dos trabalhadores, entende? Então, é preciso entender também, que aquele movimento do final dos anos 70 é uma construção da esquerda, dentro da possibilidade histórica que tava posta, óbvio. O fato é que as coisas foram como foram e nós tínhamos esse projeto e emplacamos esse projeto naquele momento. (FREIRE, 2005)

O relato de Alípio Freire demonstra que mesmo antes de praticarem uma autocrítica no processo de adesão ao Partido dos Trabalhadores, parte das esquerdas revolucionárias já havia realizado essa autocrítica no movimento de participação política nas comunidades de base, nas associações de bairro e nos sindicatos. Assim como indicado no capítulo 2, essa parece ser uma importante agenda de pesquisa para que novas contribuições possam analisar de maneira mais concreta a relação estabelecida entre esses militantes das esquerdas revolucionárias e os novos sujeitos que surgiram na cena política brasileira ao longo dos anos 1980. Parece ser bastante plausível concluir que houve alguma relação entre esses antigos e novos agentes históricos. Alípio Freire, em seu depoimento, é enfático em determinar a importância dessa relação entre as esquerdas revolucionárias e o movimento operário da região do ABCD paulista naquele período:

> E é lógico que o ABC tenha saído na frente, porque é lógico que o ABC tenha saído na frente? Porque as organizações de esquerda, elas escolheram exatamente o lugar do capitalismo mais desenvolvido, o lugar de ponta da produção, lugares estratégicos de produção para realizar seu trabalho. Então, onde é que nós estávamos, fundamentalmente, no estado de São Paulo? No ABC, na zona sul de São Paulo, na zona leste de São Paulo, em Campinas, em Guarulhos. Quando a greve eclode nesses pontos, como estava correta a estratégia, é preciso que se diga isso, porque fica parecendo que a esquerda só comete erros, né? Não é verdade. O que tem de bom nessa sociedade quem conquistou foi a esquerda, com todos os seus defeitos, com todos os nossos defeitos, porque eu não me ponho fora disso, tá? (...). Não existe o herói mítico que chega num estádio e diz: "E faça-se a greve!" E o povo acorda e faz a greve!" (FREIRE, 2005)

Diante de sua entrevista e a partir dos indícios apreendidos por meio das análises das propostas que as esquerda revolucionárias desenvolveram como prática de autocrítica, essa agenda de pesquisa sobre a relação entre as esquerdas revolucionárias e as mobilizações do movimento operário do ABC talvez fossem muito importantes no sentido de ampliar as discussões historiográficas sobre o tema e desmistificar certas imagens heroicizadas de alguns personagens.

E o relato de Alípio Freire também é emblemático para considerar alguns aspectos que generalizaram supostos movimentos políticos em que integrantes das esquerdas revolucionárias teriam abandonado a revolução como um projeto político. Ele afirma que: "Tudo bem, nós podemos dizer: 'Muitos deles aderiram à nova ordem, a uma nova política, a uma nova maneira de ser, a um novo pensamento, não pensam mais em revolução, etc.' É verdade! Eu continuo querendo!" (FREIRE, 2005)

O seu posicionamento, como aquele foi verificado analisando os debates realizados em publicações do exílio, atestam que não houve um abandono da perspectiva revolucionária no momento em que realizaram à autocrítica. E mesmo àqueles que integraram o PT, o fizeram ainda dentro de uma perspectiva revolucionária, que como foi visto anteriormente, estava no projeto de criação do partido. Sobre isso, Freire também indica o ponto de vista daqueles que praticaram a autocrítica aderindo ao projeto petista, dizendo que:

> Nós sofremos uma derrota, no meio, dentro do PT. A gente tem que encarar isso! Nós fomos derrotados dentro do PT! Ou encara isso ou não vai entender o que está acontecendo. Agora, não estamos mortos. Nós continuamos a ter uma representatividade dentro de vários setores, sendo capazes de pensar a política, de querer pensar a política. (FREIRE, 2005)

Essa derrota é justamente no enfrentamento interno dentro do partido, que foi perdendo sua característica revolucionária de construção do socialismo. No entanto, sua fala implica em uma acepção por parte dos militantes que aderiram ao PT de que o partido estava em disputa e que ele poderia ser uma ferramenta importante na construção do socialismo. E ele afirmava na entrevista seu descontentamento com relação aos caminhos que o partido que ele participou da criação tomou ao longo dos anos.

> Nós fundamos o PT. A Ala fundou o PT junto. Eu saí da Ala, mas ao mesmo tempo me afastei da direção do PT, da qual era vice-presidente em São Paulo. Mas eu me afastei. E não era um problema da rejeição de fazer política ou de me descomprometer com as minhas teses. Ao contrário: eu achei que ali ia descambar. E descambou. E eu não tinha cacife para mudar. (...) Mas continuei no PT, ainda sou filiado até hoje, trabalhando em administrações petistas, passei por vários debates e tal. E tô muito insatisfeito. Cada vez mais insatisfeito com o PT. (FREIRE, 2005)

A sua insatisfação é representativa do processo que ocorreu internamente dentro do Partido dos Trabalhadores, que por questões relacionadas à tentativa de chegar ao poder, foi cada vez mais se afastando de um partido cujo objetivo seria a construção do socialismo. Conforme aquilo que foi analisado na introdução, referente à campanha eleitoral que levou o partido à vitória no executivo federal, houve um movimento de afastamento que pode ser sintetizado na fala de Lula, ao dizer que "não tinha nada a ganhar se caracterizando como alguém à esquerda". Portanto, aderir ao PT no período de sua fundação, significou um movimento de autocrítica voltado para a avaliação feita pelas esquerdas armadas, mas isso não significou que essas esquerdas tenham abandonado o

projeto revolucionário. Foi o Partido dos Trabalhadores que se afastou da perspectiva de revolução.

Mas o ex-militante da Ala Vermelha do PC do B fazia a leitura de que aquilo fazia parte dos embates políticos e de que se sentia, ainda, "no curso da História". E ele finalizou seu depoimento evidenciando seu posicionamento com relação à perspectiva do uso da violência como ferramenta propagadora da revolução:

> Não fiz a autocrítica também da violência revolucionária. A autocrítica que eu fiz – quero deixar bem clarinho – é que, naquela correlação de forças e quando você não tem o povo organizado, você não substitui o povo na ação política do confronto com a burguesia. É só isso. Foi a única que eu fiz! (Risos) (FREIRE, 2005)

Diante de sua fala, parece ser possível concluir que a prática da autocrítica realizada por parte das esquerdas revolucionárias identificou na ausência de mobilização das camadas subalternas como o principal erro que as guerrilhas cometeram e a modificação da tática de luta não representou necessariamente o rompimento com esse viés, muito menos um rompimento com o caráter socialista que foi defendido em seus projetos políticos. Foi justamente esse processo que fez com que alguns integrantes das esquerdas armadas vislumbrassem no Partido dos Trabalhadores uma ferramenta possível para seguir esse processo, corrigindo os erros identificados no processo de autocrítica realizado por essa parte das esquerdas armadas.

Ainda que não tenha sido a maior parcela das esquerdas armadas que tenha aderido ao projeto do PT, essa análise parece ser importante por ser uma espécie de paradigma indiciário dos processos realizados pelos integrantes das esquerdas armadas na sua reinserção na vida política brasileira no contexto de distensão autoritária. Diante dos limites dessa pesquisa, é preciso anunciar que não foi possível fazer um levantamento sobre todos os processos realizados por todos os integrantes das esquerdas armadas, sobretudo diante das variedades de suas escolhas nesse contexto. Alguns militantes seguiram em grupos criados no contexto da renovação da esquerda, como o MR-8; outros aderiram à partidos históricos brasileiros, como o PTB, o PCB ou o PC do B. Houve aqueles que seguiram em outras instâncias de militância, em organizações não governamentais, em comunidades de base, etc. E evidentemente há casos de militantes que deixaram a cena política. Nessa pesquisa, foi possível analisar apenas as escolhas daqueles que integraram o Partido dos Trabalhadores, observando qual a relação entre a autocrítica feita por essa parcela de militantes e o projeto do PT. Diante disso, é preciso

finalizar a pesquisa discutindo alguns aspectos gerais referentes aos objetivos propostos e desenvolvidos ao longo de toda a pesquisa.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa desenvolvida aqui procurou preencher algumas lacunas que foram identificadas por Jean Sales sobre o tema do processo de modificação das bandeiras e a atuação política da parte das esquerdas revolucionárias. Segundo o autor, essa esquerda, envolvida com o movimento mais amplo de redemocratização da sociedade, deixou para trás um projeto revolucionário e de luta armada. Sales defende que temas como a autocrítica feita pelos diversos grupos sobre a luta armada, os espaços sociais, temporais e institucionais em que essa discussão fora realizada, as divergências e propostas variadas para a atuação na nova conjuntura política, mereceriam uma maior atenção e aprofundamento por parte da historiografia brasileira. (SALES, 2020)

Ao sintetizar o balanço historiográfico sobre o tema, Jean Sales apresenta a importante contribuição feita por Daniel Aarão Reis Filho ao debate. Segundo Reis Filho, houve uma operação de memória feita pelos militantes no exílio, que os apresentava como o polo mais radical de defesa da democracia. Isso possibilitou que eles participassem dos movimentos pela anistia. (REIS, 2000). Além disso, o autor também argumenta que os guerrilheiros teriam afirmado que a luta armada se dera como resposta ao fechamento do regime com o AI-5. Essas afirmações constituem, para o autor, um movimento de construção de uma memória apaziguadora. Como resultado desse processo, as identidades de guerrilheiros se transformariam em democratas, ocultando assim os aspectos da proposta ofensiva do projeto socialista. (REIS, 2014)

De acordo com o que se pode verificar nessa pesquisa e conforme foi apresentado, sobretudo nos capítulos 2 e 3, essa ideia generalizada não se aplicou, ao menos no conjunto de fontes investigadas. Durante o exílio, as publicações que concentraram em discutir o tema da luta armada procurou realizar diversos balanços na tentativa de identificar os erros cometidos e elaborar a derrota, mas esse processo não ocorreu mediante a uma negação da identidade guerrilheira, da defesa na luta pela democracia ou mesmo na negação do socialismo. De modo especial, ao observar o momento de reinserção desses personagens na arena política brasileira, foi possível observar como, mesmo diante da avaliação de que não haveria espaço para a revolução comunista naquela correlação de forças, ela não foi abandonada por parte considerável das esquerdas analisadas nesta pesquisa.

Ao observar os debates publicados nas páginas do jornal *Movimento,* oriundos da reunião de avaliação realizada por diferentes guerrilheiros, foi possível observar como no contexto de distensão autoritária que marcava o ano de 1979, o tema da violência como mecanismos para a transformação social foi defendida por importantes personagens, tais como Jacob Gorender, Franklin Martins e José Genoíno.

Ao realizar a análise utilizando depoimentos colhidos posteriormente, na tentativa de tensionar a narrativa dos militantes da luta armada em diferentes contextos, foi possível observar uma permanência desses valores construídos dentro das esquerdas revolucionárias. Nesse sentido, o depoimento de Alípio Freire foi sintomático e elucidativo, demonstrando que essa suposta operação de memória que serviria para adentrar nas novas arenas políticas brasileiras foi feita como um cálculo voltado para a construção do socialismo.

Seguindo a historiografia de referência sobre o tema, Denise Rollemberg também faz uso da proposta analítica de Aarão Reis, e afirma que as esquerdas quiseram esquecer elementos marcantes da luta armada, como o seu próprio isolamento social, a violência, as mortes, etc. Dessa maneira, as próprias esquerdas também contribuem para o esquecimento, para um "lembrar que esquece", na medida em que não transparecem os aspectos ofensivos acima mencionados (ROLLEMBERG, 2006, p. 90).

Nesse caso, as fontes aqui analisadas parecem demonstrar justamente o contrário. Seja durante o período em que estiveram presos, seja no exílio, ou na reorganização política brasileira, as avaliações que foram feitas por parte importante das esquerdas armadas encarou de maneira bastante profunda o tema do seu isolamento político, tratando esse como o principal aspecto da derrota, configurando naquilo que foi intitulado aqui de derrota política das experiências guerrilheiras. Ou seja, para além de aceitar a derrota militar da luta armada, os militantes das esquerdas revolucionários também identificaram e enfrentaram a derrota política, caracterizada pela ausência de participação efetiva das camadas subalternas no projeto defendido por essas esquerdas. Uma parte considerável da busca pela autocrítica desses militantes foi justamente encontrar mecanismos para, a partir da identificação do erro, corrigi-lo, e então, retomar a luta.

Nesse sentido, procurou-se dividir aqui dois movimentos de autocrítica realizadas pelas esquerdas revolucionárias. A primeira delas consistiu na elaboração teórica, análise política e de conjuntura para identificar quais erros foram cometidos que impediram a vitória do movimento. Conforme observado no primeiro capítulo, o período que vai de 1969 até 1973 – momento em que as guerrilhas urbanas ainda seguiam atuando – foi

marcado por uma dicotomia existente entre àqueles que estavam de fora e àqueles que estavam de dentro da luta. Nesse período, a busca pela autocrítica foi notoriamente marcada por embates morais que resultaram enfrentamentos pessoais. Além disso, no lugar socioespacial da prisão, analisada aqui, existia pouco espaço para a realização de uma avaliação mais sistematizada. Isso fez com que a busca pela autocrítica naquele espaço e naquele momento tenha sido individualizada e feita de acordo com critérios subjetivos.

Com as guerrilhas tendo sido vencidas e grande parte dos sobreviventes dela no exílio, a busca pela autocrítica se intensificou e o tema se deslocou de embates morais e pessoais e passou a se realizar no campo da teoria política. Foi nesse lugar socioespacial do exílio que o foquismo se destacou como sendo um dos principais fatores para a derrota, uma vez que sua proposta política negligenciava exercícios de mobilização das massas. E foi nesse momento que se encontrou o movimento de elaboração teórica sobre as guerrilhas, que identificaram no isolamento das organizações revolucionárias o fator preponderante para sua derrota. Diferente do que afirmou Denise Rollemberg, não houve um esquecimento do isolamento, mas sim um debate profundo sobre ele, que serviria justamente para identificar quais motivos levaram a esse isolamento. Os debates e os posicionamentos foram variados, mas o que se pode afirmar é que a esquerda armada como um todo concordou com o isolamento como sendo o principal aspecto que levou ao seu fracasso, elaborando assim, uma autocrítica com base teórica.

E foi justamente a partir dessa elaboração teórica da autocrítica elaborada sobretudo no exílio, que parte das esquerdas revolucionárias passou a ampliar seu horizonte de luta e a modificar seus temas e sobretudo, espaços de atuação. Foi possível identificar um processo de mudança nos posicionamentos das esquerdas revolucionárias com relação as propostas de Frente Ampla contra o regime militar, e das lutas pelas liberdades democráticas. Mas isso, como ficou claro na leitura dos documentos, não foi uma mudança nas propostas políticas, uma negação do viés revolucionário ou influência de pautas que estavam em voga nos territórios em que os exilados viveram. A adesão ao projeto de Frente Ampla e da luta pelas liberdades democráticas foi justamente um movimento de praticar a autocrítica elaborada no exílio. Diante da análise de que as esquerdas revolucionárias não foram capazes de se inserir na dinâmica de luta das massas, elas reavaliaram seu posicionamento e passaram a atuar onde as massas estavam. A luta pelas liberdades democráticas cumpriria essa função.

Do mesmo modo, essas esquerdas revolucionárias também passaram a atuar na dinâmica da luta das camadas operárias brasileiras. Assim, diversos documentos demonstraram que, durante o período em que elaboravam a autocrítica, os grupos também procuraram observar, divulgar e atuar junto das camadas operárias brasileiras. Foi justamente nesse contexto que parte considerável das esquerdas armadas integrou o projeto de construção do Partido dos Trabalhadores. E o principal aspecto que motivou a adesão ao projeto *petista* foi o protagonismo que os operários brasileiros tinham na construção daquele partido. Assim, os militantes da luta armada enxergaram nele uma possibilidade de praticar a autocrítica realizada anteriormente.

Diante disso, é possível concluir que a pesquisa conseguiu contribuir com o esforço de preencher algumas lacunas, sobretudo no que diz respeito a observação da evolução dos debates sobre as experiências armadas, lançando luz sobre alguns aspectos silenciados, generalizados ou mal compreendidos. Além desses pontos destacados sobre a historiografia de referência do tema, também é possível citar os sinais indiciários observados sobre uma relação entre as esquerdas revolucionárias das décadas de 1960 com os movimentos operários e de bairro que surgiram no Brasil no final da década de 1970. Parece haver indícios fortes de que houve uma presença de membros dessas esquerdas nesses movimentos, justamente como parte da prática de autocrítica feita por esses militantes. Dessa forma, a importância e pertinência das esquerdas revolucionárias torna-se ainda maior para o campo político brasileiro.

Assim, após realizar a análise sobre como as esquerdas armadas fizeram sua avaliação sobre a experiência guerrilheira, é possível sistematizar algumas conclusões. Em primeiro lugar, foi possível perceber como os lugares socioespaciais em que essas revisões foram feitas impactou profundamente a maneira pela qual a luta armada foi vista. No primeiro momento, a prisão foi palco de elaborações individuais, pautadas pelas experiências subjetivas de cada militante, impedindo-a de ser feita de maneira sistematizada. No segundo momento, durante o exílio, os contextos existentes em cada local e os diferentes ambientes políticos gestados pelas produções das organizações incidiram no posicionamento de cada grupo. Por fim, no processo de distensão autoritária e reorganização política brasileira, as avaliações foram feitas, mediadas por diferentes temas, tais como os embates políticos do passado ou as novas configurações que se vislumbravam no futuro próximo.

Já com relação a sistematização dessas autocríticas por organização, é preciso ressaltar que as organizações estudadas aqui – ALN, VPR, Var-Palmares e MR-8 –

fizeram movimentos de sistematização sobre a experiência armada permeadas por inúmeros enfrentamentos, rupturas e interrupções. Além das questões internas de divergências políticas, esses balanços foram amplamente silenciados pelo desmonte violento que a repressão do regime militar fez contra essas organizações. Ainda assim, foi possível analisar que, mesmo em espaços plurais, divididos com outros setores das esquerdas revolucionárias, essas organizações elaboraram a autocrítica da experiência armada a partir daquilo que foi lido como o principal erro cometido pelas organizações: o isolamento perante as massas. Houve intensa divergência sobre os motivos que levaram a esse isolamento, mas essa questão foi a mais debatida e enfrentada por parte das organizações. Foi diante disso que o foquismo passou a ser amplamente criticado, mesmo por essas organizações que, de uma forma ou de outra, tiveram influência desse pensamento político.

A única organização estudada nessa pesquisa que fez um balanço interno de sua atuação na guerrilha foi o PC do B sobre a Guerrilha do Araguaia. Essa avaliação foi feita internamente em congressos e reuniões partidárias e resultou em um posicionamento oficial com relação a experiência guerrilheira. Mesmo assim, foi possível perceber uma série de vozes dissonantes, que criticavam intensamente a posição oficial do partido.

E foi justamente nessas vozes dissonantes que parece residir a principal contribuição dessa pesquisa para a historiografia. Essas vozes foram identificadas em diversos espaços e diferentes fontes e foram fundamentais para que se chegasse a uma conclusão que também encontrou convergência no depoimento de Alípio Freire, em 2005. Ele afirmava que:

> Eu conheço vários companheiros que não conseguiram definir pra onde iriam logo depois. Mas que não perderam seus compromissos, a sua garra militante. E esse não é um problema que passa apenas pelas teses, pela racionalidade, pela análise concreta da situação, em termos de tática e estratégia. Passa por posturas ideológicas, opções de vida, que são legitimas, mas que são diferentes. (FREIRE, 2005)

Partindo do depoimento de Alípio Freire, e observando as diferentes vozes que foram analisadas nessa pesquisa, parece ser bastante coerente defender que o processo que ocorreu com a derrota das guerrilhas no Brasil foi o de autocríticas, no plural. Elas foram feitas por diferentes organizações, por coletivos de grupos que se juntaram nos espaços possíveis, ou individualmente, empreendida por cada militante. Tentar definir qualquer aspecto de autocrítica de maneira generalizada parece incorrer em um erro, que

pode promover diversos problemas historiográficos, como parece estar sendo o caso da historiografia brasileira sobre o tema.

Outra síntese importante de ser feita aqui é a defesa de dois movimentos de autocrítica realizados pelos militantes das esquerdas revolucionárias. O primeiro, foi a elaboração teórica da autocrítica, cujo sentido foi procurar analisar a conjuntura, a atuação, as matrizes e o caráter da revolução brasileira, no sentido de identificar quais erros foram cometidos. O segundo, foi a prática da autocrítica, em que diante desses erros identificados, os militantes das esquerdas revolucionárias procuraram elaborar novas táticas e projetos políticos, voltados para o cumprimento do caráter central de sua luta: a revolução.

Portanto, é possível defender a tese de que os diferentes setores das esquerdas revolucionárias brasileiras, derrotadas militar e politicamente no seu projeto político, buscaram a autocrítica das suas atuações políticas, sem negar o caráter revolucionário dessa experiência. Além disso, a busca por essa autocrítica não significou o abandonou da luta pela revolução nem mesmo uma negação da violência como ferramenta para a construção social.

E a busca pela autocrítica realizada por essas esquerdas revolucionárias parece estar fortemente mediada por aquilo que Enzo Traverso chamou de melancolia de esquerda, pois ela teve como objetivo servir para que o passado pudesse ser avaliado e que se projetasse uma nova luta, ainda que em espaços difíceis. Ao serem derrotadas em seu projeto, as esquerdas armadas se negaram a desistir, mesmo diante do aparato repressor da Ditadura Militar. Se reorganizaram e atuaram, da maneira como encontraram, para conseguir a derrubada do regime militar. O que pode ser acrescentado aos apontamentos realizados por Traverso é que, ao observar de maneira crítica sua atuação no passado, as esquerdas revolucionárias procuraram em si, em suas concepções políticas e em suas atuações, os erros que levaram à derrota. Diante do caráter inevitável que o materialismo histórico-dialético configurou à revolução comunista, os ex-guerrilheiros só puderam apontar para eles próprios como culpados por não terem conseguido concluir o projeto revolucionário.

Com isso, é possível concluir a pesquisa em sua dimensão historiográfica relacionada à busca pela autocrítica que os militantes que pegaram em armas fizeram, sobretudo na dimensão política. Essa dimensão é fundamental, uma vez que essa experiência é parte integrante da História das Esquerda brasileiras no século XX. Observar essa experiência de maneira crítica serve, dentre diversos outros fatores, para

que se possa estabelecer um olhar para a dinâmica dos processos de transformação social, de modo a não os configurar como inevitavelmente derrotados ou desconectados da realidade concreta. Mas existente uma outra dimensão da busca pela autocrítica, que é atravessada por diversas questões subjetivas e que merece um destaque especial nessa conclusão.

Em *Codinome Clemente,* documentário que procurou construir a biografia revolucionária de Carlos Eugênio Paz, ex-militante da ALN, há uma cena que caracteriza de maneira emblemática o caráter traumático das memórias dos guerrilheiros brasileiros. Ao narrar uma ação de expropriação de um banco na cidade de São Paulo, Paz descreve a maneira pela qual Ary Rocha Miranda morreu durante essa ação. Além de exaltar a postura e a capacidade de ação de Miranda, Paz relata a maneira heroica em que Miranda morreu, tendo levado um tiro, mas seguido na ação até ela se concretizar. No momento em que a ação revolucionária se encerrou, Miranda caiu no chão pronunciando as palavras de "viva a Ação Libertadora Nacional" e "Viva a Revolução". Nesse momento do documentário, Carlos Eugênio Paz se emociona e descreve a dureza em enterrar um companheiro de luta.

O mesmo Carlos Eugênio Paz, em documentário, de 2002, dirigido por Toni Venturi e Renato Tapajós, também expressa a dificuldade em lidar com tais memórias. Ele relata que durante muito tempo teve dificuldade para falar sobre as ações que ocorreram durante a guerrilha e descreve de maneira bastante dramática que, ao voltar do exílio, a sua situação teria piorado, porque ao passar pelos lugares em que as ações tinham acontecido, aquilo ressaltava o trauma vivenciado.

Destacar esse aspecto é bastante pertinente para dar conta de uma outra dimensão daquilo que também está associada a autocrítica, mas não em sua dimensão política, e sim na sua dimensão subjetiva e individualizada com relação a cada militante. Desse prisma, a dimensão da autocrítica não ganha contornos de avaliação sobre erros e acertos, sobre arrependimentos ou convencimentos; ela está diretamente associada ao caráter psicanalítico que a narração possui no processo de elaboração da memória traumática. E sob esse aspecto, cabe discutir os limites que a construção da democracia brasileira trouxe para os militantes da luta armada.

É verdade que o tema é bastante abordado em diversas narrativas multimodais dentro do Brasil. Desde o final da década de 1970 até os dias atuais, é bastante ampla a publicação de narrativas, ficcionais ou não, em livros escritos por ou sobre ex-guerrilheiros. De maneira semelhante, as obras fílmicas, documentais ou ficcionais,

também possuem uma vasta produção sobre o tema da luta armada no Brasil. Dentro da historiografia brasileira é bastante comum trabalhos de pesquisa que versem sobre o tema. Portanto, não seria totalmente correto dizer que as narrativas da luta armada não encontraram espaço público para serem narradas. Conforme foi visto por meio das documentações e dos depoimentos utilizados nesta pesquisa, diversos livros foram escritos sobre o tema ainda na década de 1970, com ampla tiragem e venda. José Genoíno chegou a afirmar que o livro escrito sobre a Guerrilha do Araguaia chegou a vender cerca de 30 mil exemplares. (GENOÍNO, 2019)

Parece ser correta, por um lado, a tese de que a narrativa das esquerdas revolucionárias foi muito destacada e de que houve um amplo interesse de diversos setores da sociedade brasileira pelo tema. Importantes obras de memória e ficcionais sobre o tema, tais como *Em Cãmara Lenta,* de Renato Tapajós e *Os Carbonários,* de Alfredo Sirkis, são expressões da importância que a narrativa da luta armada teve nesse importante vetor de memória que foi a literatura. Alfredo Sirkis destaca esse movimento em entrevista concedida em 2005:

> Então, na primeira batalha, que foi fragosamente derrotada, na segunda, a gente ganhou! A nossa narrativa, ao contrário do que aconteceu em outros países da América Latina, a nossa narrativa acabou sendo socialmente predominante, sobre a narrativa dos militares. Prevaleceu a nossa. (SIRKIS, 2005)

Rafael Schincariol e Marcos Napolitano abordaram esse enfrentamento de memórias acerca do regime militar e produzem certas interpretações que atestam esse caráter. Napotalino, conforme abordado anteriormente na introdução da tese, defende que se forjou, a partir da década de 2000, uma narrativa sobre a sociedade resistente diante da opressão imposta pelo regime militar. (NAPOLITANO, 2015. p. 18) Por outro lado, Schincariol analisou como a década de 1980 foi um período em que se fortaleceu a memória em torno da resistência, fazendo com que a defesa do regime militar fosse cada vez mais silenciada, surgindo assim, de maneira hegemônica, a memória crítica à Ditadura Militar e que celebrava os diversos mecanismos de resistência. (SCHINCARIOL, 2014, p. 161) Sendo assim, a ideia de que a esquerda venceu a narrativa pode ser entendida como uma ideia ancorada em um determinado tempo histórico, ainda que a memória seja sempre alvo de disputas e diversos embates posteriores sobre o tema ganharam a arena pública brasileira, sobretudo nos últimos anos[77].

[77] Com a ascensão do neofascismo brasileiro projetado sobretudo pela figura de Jair Bolsonaro provocou novos enfrentamentos no que diz respeito a memória da Ditadura Militar, uma vez que esse neofascismo foi capitalizado em cima de celebrações das opressões cometidas durante o regime autoritário brasileiro.

Mas esse suposto movimento de vitória da narrativa da esquerda perante os militares foi problematizada por Alfredo Sirkis, abordando um aspecto bastante importante sobre o tema da guerrilha como um todo. Ao retomar a ideia de que a narrativa da esquerda no Brasil foi vitoriosa, ele diz que:

> É, prevaleceu a nossa narrativa, que é um consolo. Mas, por outro lado, isso se deve, basicamente, ao tom e à abordagem, ao foco, que o Gabeira e depois, eu, adotamos nos nossos livros. Porque se o primeiro livro que tivesse saído, tivesse sido um livro absolutamente de guerrilheiro heroico – "Veja como fomos heroicos!" "Como sempre estivemos certos!" Eu acho que não seria um sucesso. (SIRKIS, 2005)

As primeiras memórias dos guerrilheiros que foram publicadas entre as décadas de 1970 e 1980 e tiveram ampla repercussão na sociedade brasileira foram marcadas sobretudo pelo tom de autocrítica, de apontamento dos erros, de encarar de maneira bastante direta a derrota, em um típico exercício de melancolia de esquerda, conforme foi recorrentemente dito aqui, a partir da obra de Enzo Traverso. Essa prática, no entanto, fez com que a narrativa vitoriosa fosse permeada pela ideia do erro cometido pelas guerrilhas. Como decorrência desse processo, a narrativa vitoriosa, de maneira contraditória, foi justamente aquela cujo objetivo foi a de analisar a derrota do projeto guerrilheiro. De uma certa forma, a sociedade brasileira que fez a leitura da experiência guerrilheira a fez a partir de uma ideia de arrependimento por parte dos militantes da luta armada, quando, conforme foi visto em diversos momentos ao longo dessa tese, o arrependimento para o uso da violência como fator de propagação da revolução comunista não foi entendida, ao menos de maneira generalizada, por essas esquerdas. Isso pode de fato ter promovido a vitória da narrativa das esquerdas, mas deturpada em alguns aspectos.

Essa deturpação também pode ser vista de acordo com outro apontamento interessante feito por Alfredo Sirkis. Ao comparar as experiências guerrilheiras nos demais países da América Latina e ao concluir que o Brasil foi o único território em que a narrativa da esquerda foi vitoriosa, ele diz que:

Esse novo período de embates foi intensamente estudado pela historiografia mais recente. CF: MATTOS, Marcelo Badaró. Memórias e histórias da ditadura em tempos de neofascismo bolsonarista. Revista Marx e o Marxismo–Revista do NIEP-Marx, v. 12, n. 22, p. 77-92, 2024. BENETTI, Pedro et al. AS POLÍTICAS DE MEMÓRIA, VERDADE, JUSTIÇA E REPARAÇÃO NO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO BOLSONARO: ENTRE A NEGAÇÃO E O DESMONTE. Mural Internacional, v. 11, n. 1, 2020. E JOFFILY, Mariana; FARIA, Daniel Barbosa Andrade de; FRANCO, Paula. A tortura reivindicada: como o bolsornarismo reencena o passado ditatorial em chave atualista. História da Historiografia, v. 16, p. e2031, 2024.

> Por outro lado, também se deveu ao fato que, de fato, há uma diferença entre a guerrilha no Brasil e a guerrilha nos outros países, no sentido que de nós nunca operamos contra uma situação minimamente democrática. (...) A palavra de ordem dos Montoneros era: "Com las urnas, al Gobierno; com las armas, al poder!". Muito explícito, né? No caso do Brasil, nós nunca atuamos contra um governo eleito, ou nunca praticamos atos de luta armada durante a gestão de um governo livremente eleito. (SIRKIS, 2005)

Seu apontamento é um importante indicativo da maneira pela qual a luta armada foi se inserindo no espaço público brasileiro, seja em expressões de vetores de memória, seja nas pesquisas acadêmicas. O fato das experiências armadas terem ocorrido durante o regime autoritário e o fato de que diversos militantes aderiram à grupos armados principalmente após a propagação do AI-5 criou uma ideia generalizada de que a luta armada foi implementada para realizar o combate à Ditadura Militar. Esse amplo debate dentro da historiografia do tema é bastante complexo e amplo, mas parece ser bastante preciso identificar as guerrilhas brasileiras como um movimento que foi para além da luta contra o regime. De qualquer modo, o debate historiográfico é representativo de como há uma importante parcela da sociedade brasileira, inclusive fora dos meios acadêmicos, que observou a luta armada exclusivamente como um movimento de resistência aos abusos cometidos pela Ditadura Militar, esvaziando assim o sentido revolucionário da experiência.

Dessa maneira, é possível concordar com a ideia apresentada por Alfredo Sirkis, de que a narrativa que foi vencedora do ponto de vista das esquerdas só se tornou vitoriosa pela maneira direta e incisiva com a qual os militantes enfrentaram e divulgaram seus erros. Somado a isso, ocorreu um esvaziamento do sentido político da luta, que a tornou de resistência, fazendo com que ela fosse mais amplamente aceita do que se fosse interpretada como uma luta pela revolução.

De qualquer forma, a produção de livros sobre o tema da luta armada pareceu cumprir uma importante função naquilo que também precisa ser abordado sobre a função da autocrítica promovida pelos integrantes da experiência armada. As obras em questão foram importantes ferramentas para o exercício de elaboração da memória traumática enfrentada por esses militantes.

No entanto, é importante apontar os limites dessa ampla produção. Por um lado, esses produtos de mídia ou trabalhos acadêmicos são realizados, em sua maioria, como projetos de pessoas que estavam de fora da guerrilha e com interesses que não necessariamente estavam ligados a promover um espaço para que os guerrilheiros pudessem narrar suas memórias com o objetivo de elaborá-las. Tais produtos de mídia

possuem outros objetivos e caso eles tenham servido também a esse propósito, isso ocorreu de maneira paralela.

Já as obras produzidas pelos próprios guerrilheiros que possuem essas características de relato de memória cujo sentido também poderia ser de elaborar a memória traumática também são constituídas de limites, uma vez que demandaria o espaço possível de publicação para elas e ao mesmo tempo um exercício individual de ação do guerrilheiro para escrever tais memórias. Essas obras são citadas por seus autores como sendo realmente espaços encontrados para expurgar os fantasmas e narrar a memória traumática, em um sentido de autocrítica que esteve para além das questões do projeto político que as esquerdas armadas desenvolveram. Foi uma avaliação também no sentido de elaboração da memória e de lidar com certos fantasmas, como cita Carlos Eugênio Paz:

> (...) quando eu escrevi isso e levei para a terapeuta e li pra ela, ela disse o seguinte "precisamos agora conversar sobre a sua alta, aquilo que eu te falei no primeiro dia", e eu "calma, peraí, como é o negócio?" aí ela falou o seguinte "é escrevendo que os teus fantasmas vão deixar de ser fantasmas" e eu percebi isso enquanto ia escrevendo "Viagem à luta armada", eles vão virando personagens, então por um lado eu estava assegurando a sobrevivência deles porque ninguém sabe daquelas pessoas. (PAZ, 2000)

Conforme dito anteriormente, Carlos Eugênio Paz expressou em diversos momentos a maneira pela qual carregava o trauma dessa memória do período em que vivenciou diversos aspectos dramáticos e violentos decorrente da luta da qual participou. O espaço de produção escrita foi desenvolvido por ele como um importante elemento para a elaboração desse trauma, conforme citado em seu próprio depoimento. Além de, é claro, também ser importante no sentido de resguardar as memórias de tantas e tantos militantes que foram silenciados pela violência do Estado autoritário brasileiro. E é importante ressaltar também que muitos outros militantes que participaram dessa experiência podem ter sido silenciados ou impedidos de utilizar esses mecanismos de elaboração de memória, uma vez que não é simples ter acesso a possibilidade de escrever suas memórias ou mesmo ter um acompanhamento terapêutico.

Portanto, é possível afirmar que mesmo com essa amplitude de publicações sobre o tema da luta armada no Brasil, não houve um esforço por parte do Estado brasileiro de favorecer essas narrativas. E esses limites da ação estatal podem ser verificadas em ao menos dois exemplos.

O primeiro deles é por meio de institutos criados pelo Estado brasileiro cujo objetivo é sistematizar e promover as memórias sobre o tema da Ditadura Militar no

Brasil. São múltiplos e diversos, inclusive espalhados por todo o Brasil, instituições de memória e patrimônio histórico que possuem esse prisma de atuação. Apenas como caráter de exemplo, será utilizado o "Memorial da Resistência", localizado em uma parte da antiga sede do DEOPS em São Paulo, próximo à região central da cidade.

O memorial foi criado foi inaugurado em 2002 com o nome de Memorial da Liberdade, que apresentou ao público as antigas celas do Deops-SP. A partir de 2006 o Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo se mobilizou e propôs ao poder público a mudança do nome, uma vez que Liberdade não era um adequado para um lugar em que tantas pessoas sofreram e morreram.

Em 1º de maio de 2008, começou um novo projeto para o espaço e, em 24 de janeiro de 2009, o Memorial da Resistência é relançado ratificando seu compromisso com a ampla compreensão da memória e da história política do Brasil. Este espaço, ainda que possam ser apontados limites da questão do trabalho acerca da memória da Ditadura Militar, costuma ser visto como um dos melhores exemplos de trabalho sobre o tema, seja no caráter museológico, seja nas ações realizadas por ele. Uma das ações realizadas pelo "Memorial da Resistência" é a coleta regular de testemunhos, cujo objetivo é recolher memórias daqueles que tiveram relação com a Ditadura Militar brasileira, seja no horizonte da resistência ou no aspecto da repressão.

Esse espaço, como o próprio nome indica, há uma articulação das memórias em torno da ideia de resistência, esvaziando assim qualquer iniciativa que fosse tratar efetivamente das experiências armadas na sua complexidade histórica. Ao fazer uma análise da série "coleta regular de testemunho" empreendida pelo Memorial da Resistência, observou-se que mesmo aqueles militantes que integram movimentos de luta armada não tratam do tema nas suas entrevistas. Esse é um exemplo da maneira pela qual instituições do Estado brasileiro se relaciona com a memória da luta armada no Brasil.

O segundo exemplo parece ser ainda mais exemplar da maneira pela qual o Estado brasileiro tratou e segue tratando o tema. Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, instituída com o objetivo de investigar as graves violações contra os Direitos Humanos perpetradas pelo Estado brasileiro, realizou um trabalho amplo com relação à investigação daqueles que sofreram violações durante o regime militar, constituindo um Relatório Final com biografias das vítimas da Ditadura Militar, localização de espaços destinados à repressão, identificação de torturadores, etc. Uma parte do Relatório Final foi destinada a apresentar textos teóricos, de caráter historiográfico, sobre diferentes temas relacionados à Ditadura Militar. Relatos de pessoas que integraram a CNV

afirmaram que o tema da luta armada foi sugerido para um texto, que chegou a ser escrito, mas não compôs a publicação do relatório.

Esses dois exemplos, e os diversos silenciamentos e usos da memória da luta armada em diversos contextos históricos e políticos fazem com que se conclua que, mesmo diante de um tema tão amplamente estudado e presente em diversas obras da cultura brasileira, ainda há muito o que se tratar sobre esse assunto. E essa defesa é feita, baseada em uma constatação que por mais que seja óbvia, precisa ser reiterada. As ações guerrilheiras fazem parte da História brasileira e, portanto, não devem ser silenciadas, qualquer que seja a questão, seja por posicionamento político ou por discordância do uso da violência como ferramenta de luta. Os protagonistas dessa experiência pagaram pela escolha de terem lutado, prestaram contas de seus erros e foram julgados de diversas maneiras. Portanto, eles não devem nada ao Estado brasileiro ou à sociedade civil. Sendo assim, é necessário que se amplia o espaço para tratar desses protagonistas, sobretudo, para que eles possam narrar suas próprias experiências.

FONTES CITADAS

Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas (AEL/Unicamp)

Ao povo brasileiro. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

DEBATES: Problemas da Revolução Brasileira (1970 – 1982). AEL. Fundo: Gilberto Mathias.

O Guerrilheiro. Nº 9. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

O Guerrilheiro Nº 10. Abril de 1973. AEL/Unicamp.

Centro de Documentação e Memória - Universidade Estadual Paulista (CEDEM/Unesp)

Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil. 1968. Cedem/Unesp.

Jornal Movimento. Números: 186, 195, 197, 199, 215, 217, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 228, 231, 235. Cedem/Unesp.

Jornal Nova Luta. Números: 08, 11, 15, 18, 20, 25. Cedem/Unesp.

Jornal Unidade e Luta. Números: 01, 02, 03, 04, 05/06. Cedem/Unesp.

O Guerrilheiro. Nº 1. 1968. Cedem/Unesp.

O Guerrilheiro. Nº 2. Cedem/Unesp.

O Guerrilheiro. Nº 5. Cedem/Unesp.

Revista Brasil Socialista. Números: 01, 02, 03, 04, 05, 06. Cedem/Unesp.

Revista Debate. Números: 01, 02, 06, 07, 09, 10. Cedem/Unesp.

Revista Palmares. Nº 1. Cedem/Unesp.

Uma autocrítica necessária. Cedem/Unesp.

Venceremos. Nº 1 Cedem/Unesp.

Venceremos. Nº 2. Cedem/Unesp.

Centro de Memória Sérgio Buarque de Holanda – Fundação Perseu Abramo

Jornal Em Tempo. Números: 0, 1, 3, 4, 5, 6, 10, 13, 15, 41, 59, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 81, 85, 86, 87, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 108. Fundação Perseu Abramo.

Teses “Santo André-Lins”. Fundação Perseu Abramo.

Carta de Princípios. Fundação Perseu Abramo.

Depoimentos:

Militância política e luta armada. Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas (AEL/Unicamp)

FAYAL, Carlos [jan. 1985]. Entrevistador: Marcelo Ridenti. Campinas: Unicamp, 1985. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Militância Política e Luta Armada.

TAPAJÓS, Renato [ago. 1985]. Entrevistador: Marcelo Ridenti. Campinas: Unicamp, 1985. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Militância Política e Luta Armada.

FILHO, Aton Fon [jan. 1986]. Entrevistador: Marcelo Ridenti. Campinas: Unicamp, 1986. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Militância Política e Luta Armada.

AMANO, Takao [jan. 1986]. Entrevistador: Marcelo Ridenti. Campinas: Unicamp, 1986. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Militância Política e Luta Armada.

REIS, Daniel Aarão [nov. 1996]. Entrevistadora: Denise Rollemberg. Campinas: Unicamp, 1996. 4 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Projeto Militância Política e Luta Armada.

DUARTE, Oseas [mai. 2000]. Entrevistador: Jean Sales. Campinas: Unicamp, 2000. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Militância Política e Luta Armada.

PAZ, Carlos Eugênio. depoimento [jul. 2000]. Entrevistadora: Denise Rollemberg. Campinas: Unicamp, 2000. 4 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Projeto Militância Política e Luta Armada.

TAPAJÓS, Renato [nov. 2004]. Entrevistador: M. A. M da Silva e A Bagatim. Campinas: Unicamp, 2004. 3 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Projeto Militância Política e Luta Armada.

FREIRE, Alípio [dez. 2004]. Entrevistador: M. A. M da Silva. Campinas: Unicamp, 2004. 5 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Projeto Militância Política e Luta Armada.

SIRKIS, Alfredo [abr. 2005]. Entrevistador: M. A. M da Silva. Campinas: Unicamp, 2005. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Militância Política e Luta Armada.

Memória da esquerda. Núcleo de História Oral e Memória. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BENJAMIN, Cid. depoimento [jul. 2002]. Entrevistador: G. Chagas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Memória da Esquerda do Núcleo de História Oral do Laboratório de Estudos do Tempo Presente.

KARAM, Bernardo. depoimento [abril. 1997]. Entrevistadores: M. P. Araújo, S. R. Risso e M. Gherman. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. 4 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Projeto Memória da Esquerda do Núcleo de História Oral do Laboratório de Estudos do Tempo Presente.

História Oral. PT: 40 anos. Fundação Perseu Abramo.

CIPRIANO, Perly. História Oral PT 40 anos. YouTube, 29 mai. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-FHhCF85F0U&t=2311s Acesso em: 30 de jan. 2025.

GENOÍNO, José. História Oral PT 40 anos. YouTube, 29 mai. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yIjOCui3XZM&t=2407s Acesso em: 30 de jan. 2025.

Documentários:

ENTREATOS. Direção de João Moreira Sales. Produção de Maurício Andrade Ramos por Video Filmes. São Paulo. 2004. Globo Play.

CODINOME Clemente. Direção de Isa Albuquerque. Rio de Janeiro. 2019. Youtube.

NO OLHO do furacão. Direção de Renato Tapajós e Toni Venturini. Brasil 2002. Youtube.

REFERÊNCIAS

¿PUEDE EL reformismo ser juez? Palmares: marxismo y revolución, Chile, n. 1, dez. 1971.

A AP, o PRT e Em Tempo. Em Tempo, São Paulo, n. 86, out. 1979.

A GREVE dos motoristas e cobradores de ônibus de São Paulo. Nova Luta, Portugal, ano V, n. 20, mar. 1977.

A GUERRILHA liberada em câmera lenta. Movimento, São Paulo, n. 195, mar. 1979.

A LUTA pelas reivindicações políticas imediatas. Unidade e Luta, Chile, n. 2, jul. ago. 1972.

A TESE "Santo André-Lins". Resoluções de encontros e congressos. Comissão Nacional Provisória. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1979.

ALMEIDA, Fábio. Eleições: o voto e suas repercussões. Brasil Socialista, Paris, ano I, n. 2, abr. 1975b.

ALMEIDA, Fábio. No rumo da construção partidária, desenvolver a tendência proletária da esquerda. Brasil Socialista, Paris, ano II, n. 6, abr. 1976.

ALMEIDA, Fábio. Sobre a Proposta de Frente Patriótica Anti-Fascista. Brasil Socialista, Paris, ano I, n. 1, jan. 1975.

ANDRADE, Fernando. Marxismo e extremismo de Classe Média. Debate. Chile, n. 9, abr. 1972.

ANDRADE, Flávio. Jacob Gorender: Irrestrita e sem determinações. Em Tempo, São Paulo, n. 69, jun. 1979.

APOIO militante a iniciativa do tribunal Russel. Unidade e Luta, Chile, n. 4, nov. dez. 1972.

APRENDE-SE a nadar, nadando. Movimento, São Paulo, n. 222, out. 1979.

APRESENTAÇÃO do documento pela redação de Debate. Debate. Chile, n. 7, set. 1971.

APRESENTAÇÃO. Debate. Chile, n. 1, fev. 1970.

ARANTES, Aldo Silva. UNE: Cara a cara com o AI-5 (Na prisão). Em Tempo, São Paulo, n. 41, dez. 1978.

ARROIO, Angelo. Aprende-se a nadar, nadando. Movimento, São Paulo, n. 222, out. 1979.

AVALIAÇÃO e perspectivas em relação ao PT. Nova Luta, Portugal, ano VIII, n. 25, fev. 1980.

AVANÇAR com o marxismo na luta ideológica. Debate. Chile, n. 10, ago. 1972.

BACZKO, Bronislaw. "Imaginação social". In Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.

BAPTISTA, Jorge. Partido socialista pode sair da casca. Em Tempo, São Paulo, n. 1, jan. 1978.

BASTOS, Antônio. A propósito de "O Guerrilheiro". Unidade e Luta, Chile, n. 1, mai. jun. 1972.

BASTOS, Antônio. A propósito de "O Guerrilheiro". Unidade e Luta, Chile, n. 2, jul. ago. 1972b.

BENJAMIN, Cesar. O porquê da luta armada no Brasil. Em Tempo, São Paulo, n. 75, ago. 1979.

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política. (Vol. 1). São Paulo: Brasiliense. 1987.

BEVERNAGE, Berber. "Nós, vítimas e sobreviventes, declaramos que o passado está no presente". A "nova África do Sul" e o legado do Apartheid. In: _____. História, memória e violência de Estado. Serra, ES: Ed. Milfontes; Mariana: SBTHH, 2018. pp. 108 – 109.

BRANDFORD, Sue. Concentração: luta armada e luta política. Em Tempo, São Paulo, n. 13, mai. 1978.

CABRAL, Otávio. Dirceu: a biografia. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CARTA DE PRINCÍPIOS. Resoluções de encontros e congressos. Comissão Nacional Provisória. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1979.

CARVALHO, Apolônio de. O Debate. Movimento, São Paulo, n. 235, dez. 1979.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

CIPRIANO, Perly. Porque entramos na luta armada. Em Tempo, São Paulo, n. 71, jul. 1979. Suplemento Cultural N. 3.

CODARIN, Higor. A arma da crítica legitimando a crítica das armas: o debate teórico na esquerda armada brasileira.. TEMPOS HISTÓRICOS (EDUNIOESTE), v. 23, p. 544-574, 2019.

COMITÊ de redação. Notas sobre a atual conjuntura. Brasil Socialista, Paris, ano II, n. 5, jan. 1976.

COMPANHEIRO de Lamarca conta a ação no quartel de Quitaúna. Em Tempo, São Paulo, n. 59, abr. 1979.

CORREA, Hércules. O Debate. Movimento, São Paulo, n. 235, dez. 1979.

CRUZ, Vivian Montezano. Lembrar para esquecer : a construção da memória social da esquerda armada no Brasil (1974-1988). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. 2016.

DA CRUZ, Fábio Lucas. Brasileiros no exílio: Argel como lugar estratégico para militância política. (1965 – 1979). Tese de Doutorado. FFLCH. USP. 2016.

DE BRITO, Ricardo José Braga Amaral. O "Novo" Sindicalismo Brasileiro e o papel da crítica: Análise das estratégias de engrandecimento da prática sindical brasileira na década de 1980. Primeiros Estudos, n. 6, p. 87-101, 2014.

DE SIQUEIRA, Lucineli Pikcius Bezerra. Esquerda armada brasileira: uma revisão histórica, política e sociológica. ENFOQUES: Revista dos estudantes de pós graduação em sociologia e antropologia. IFCS. UFRJ. Vol 14. (n. 2). Dez. 2015.

DE SOUZA, Maria Clara. Rachel Pomar não entendeu João Amazonas. Movimento, São Paulo, n. 220, set. 1979.

DELACROIX, Christian. "A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?". In: Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018.

DIAS, R. B.. A Ação Popular Marxista Leninista e a formação do PT. Perseu: História, Memória e Política, v. 3, p. 75-106, 2009.

EDITORIAL. Debate. Chile, n. 3, nov. 1970.

EDITORIAL. Em Tempo, São Paulo, n. 0, nov. 1977.

EDITORIAL. Nova Luta, Portugal, ano III, n. 15, dez. 1975.

EDITORIAL. Nova Luta, Portugal, ano IV, n. 18, set. 1976.

EDITORIAL. Nova Luta, Portugal, ano V, n. 20, mar. 1977.

EDITORIAL. Palmares: marxismo y revolución, Chile, n. 1, dez. 1971.

EDITORIAL. Unidade e Luta, Chile, n. 1, mai. jun. 1972.

ELEIÇÕES de novembro. Nova Luta, Portugal, ano II, n. 8, dez. 1974.

EM TEMPO: um novo programa para a Frente Jornalística. Em Tempo, São Paulo, n. 77, ago. 1979.

FALA João Amazonas. Movimento, São Paulo, n. 231, dez. 1979.

FALCÃO, Fernando e BAPTISTA, Jorge. Ásperos tempos, novos rumos. Em Tempo, São Paulo, n. 41, dez. 1978.

FALCÃO, Fernando e BAPTISTA, Jorge. UNE: A resistência desesperada. Em Tempo, São Paulo, n. 41, dez. 1978.

FERREIRA, Jorge. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. Revista Brasileira de História, v. 33, p. 113-134, 2013.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. A memória política e o cárcere: uma leitura cinematográfica do testemunho a partir do filme "A torre das donzelas". LETRAS EM REVISTA, v. 14, n. 02, 2023.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo; REIS, Naiane Vieira dos; SILVA, Luiza Helena Oliveira da; SOUSA, Paulo César Lucena de. MEMÓRIAS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA:: Entrevista com José Genoíno Neto. Revista Escritas, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 274–318, 2020. DOI: 10.20873/vol12n2pp274-318. Disponível em: https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/10599. Acesso em: 13 nov. 2024.

FISCHER, Sandra; VAZ, Aline. Paisagens anestésicas, espaços estésicos, convívios afetivos: Torre das Donzelas. Novos Olhares, v. 11, n. 1, p. 7-15, 2022.

FRANK, Marion. A caminhada sandinista. Em Tempo, São Paulo, n. 5, mar. 1978.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar. Obras completas, v. 12, p. 145-157, 1914.

GARCIA, Marco Aurélio. A ALN no pensamento de seu fundador. Em Tempo, São Paulo, n. 89, nov. 1979e.

GARCIA, Marco Aurélio. A VPR e a crítica das armas. Em Tempo, São Paulo, n. 99, fev. 1980b.

GARCIA, Marco Aurélio. ALN – A ação faz a vanguarda. Em Tempo, São Paulo, n. 91, nov. 1979g.

GARCIA, Marco Aurélio. Apolônio de Carvalho: da insurreição de 1935 ao Partido dos Trabalhadores. Em Tempo, São Paulo, n. 95, dez. 1979i.

GARCIA, Marco Aurélio. Contribuição à História da esquerda brasileira. Em Tempo, São Paulo, n. 76, ago. 1979a.

GARCIA, Marco Aurélio. MR-8: uma história de zigue-zagues. Em Tempo, São Paulo, n. 98, jan. 1980a.

GARCIA, Marco Aurélio. O PT e as esquerdas. Em Tempo, São Paulo, n. 87, out. 1979d.

GARCIA, Marco Aurélio. PCBR: da formação à tentação militarista. Em Tempo, São Paulo, n. 93, dez. 1979h.

GARCIA, Marco Aurélio. Quem é quem na esquerda brasileira. Em Tempo, São Paulo, n. 81, set. 1979b.

GARCIA, Marco Aurélio. Um novo partidão? Em Tempo, São Paulo, n. 90, nov. 1979f.

GARCIA, Marco Aurélio. Uma tentativa chamada partido operário comunista. Em Tempo, São Paulo, n. 81, out. 1979c.

GARCIA, Marco Aurélio. VAR-Palmares: a ação mais espetacular da esquerda armada. Em Tempo, São Paulo, n. 100, fev. 1980c.

GENOÍNO, José. O Debate. Movimento, São Paulo, n. 235, dez. 1979b.

GENOÍNO, José. Para a guerra, não basta vontade heróica. Movimento, São Paulo, n. 220, set. 1979.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. (vol. 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2017.

GUERRILHA: as razões da derrota. Movimento, São Paulo, n. 199, abr. 1979.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Edições Loyola, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

JESUS, Márcio Carvalho de. O Debate. Movimento, São Paulo, n. 235, dez. 1979.

JOFFILY, Mariana. A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 58-80, mai./ago. 2018.

JOFFILY, Mariana. No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI-CODI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Edusp, 2012.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1991.

LAJES, Daniel. Conspiração armada de um pequeno grupo de heróis. Movimento, São Paulo, n. 228, nov. 1979.

LOPES, Rosalba. Clandestinos debates no Brasil da ditadura: 1974-1978. In: XXIV Simpósio Nacional de História História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos, 2007, São Leopoldo/RS. Anais - XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: UNISINOS: Associação Nacional de História ANPUH, 2007.

MAGALHÃES, Mário. Carlos Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

MAIA, Andreas. MR-8: uma história de zigue-zagues. Em Tempo, São Paulo, n. 97, jan. 1980.

MALAGUTI, Carlos. A Revolução não pode esperar. Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo. Dissertação de Mestrado. 2018.

MARTINS, Franklin. O Debate. Movimento, São Paulo, n. 235, dez. 1979.

MARTINS, Ricardo. La paz de los cementerios. Em Tempo, São Paulo, n. 5, mar. 1978.

MASSERONI, Vinicius de Oliveira. Vozes da Revolução: historiografia e memórias dos militantes da luta armada brasileira (1968 – 1974). Dissertação de Mestrado. Unisinos. Programa de Pós Graduação em História. 2020.

MATOS, Joaquim. Divergências não devem ser levadas à público. Movimento, São Paulo, n. 225, out. 1979.

MATTOS, J. Régis Debray revê a guerrilha. Em Tempo, São Paulo, n. 15, jun. 1978.

MAUÉS, Flamarion. Edição, Política e Ditadura: dois livros de oposição da editora AlfaOmega. In: História (São Paulo), São Paulo, vol. 39, s/n, pp. 01-27, 2020.

MAURÍCIO, Pedro. Ataque aventureiro. Movimento, São Paulo, n. 221, set. 1979.

MILITÂNCIA armada. Traição na TV. Em Tempo, São Paulo, n. 70, jun. 1979.

MONTENEGRO, Darlan. A esquerda contra a política: organizações guerrilheiras e renúncia à estratégia no período da luta armada. Revista Estudos Políticos, v. 2, n. 3, p. 64-80, 2011.

MORENO, Renata (org.). Reflexões e práticas de transformação feministas. São Paulo: SOF, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. 1964 História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a História nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. História: Questões & Debates, [S.l.], v. 68, n. 1, p. 18-56, dec. 2019. ISSN 2447-8261.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. estudos avançados, v. 28, p. 41-58, 2014.

NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Ed.). Comunistas brasileiros: cultura, política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

NETO, Pedro. Observações e advertências aos críticos de João Amazonas. Movimento, São Paulo, n. 224, out. 1979.

NEVES, Deborah Regina Leal. A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014

NOTAS sobre a atual conjuntura. Brasil Socialista, Paris, ano II, n. 5, jan. 1976.

O QUE A ESQUERDA pensa do PT. Em Tempo, São Paulo, n. 108, jun. 1980.

O TRABALHO no movimento operário. Unidade e Luta, Chile, n. 2, jul. ago. 1972.

OLIVEIRA, David Barbosa de; REIS, Ulisses Levy Silvério dos. A teoria dos dois demônios: resistências ao processo brasileiro de justiça de transição. Revista Direito e Práxis, v. 12, p. 48-76, 2021.

OLIVEIRA, Roldão de. A resistência armada ao regime militar. Movimento, São Paulo, n. 235, dez. 1979.

OS ERROS da esquerda armada. Em Tempo, São Paulo, n. 59, dez. 1979.

PALMARES, Frederico. La izquierda revolucionaria en la nueva coyuntura internacional. Palmares: marxismo y revolución, Chile, n. 1, dez. 1971.

PARA A guerra, não basta vontade heróica. Movimento, São Paulo, n. 220, set. 1979.

PEDRO, Maurício. Disfarçando, João Amazonas criticou Pomar. Movimento, São Paulo, n. 225, out. 1979.

PEZZONIA, Rodrigo. Revolução em DEBATE: o grupo DEBATE, exílio e a luta armada no Brasil. (1970 – 1974). Dissertação de Mestrado. IFCS. Unicamp. 2011.

PFAU, Cristina. O que os Montoneros farão durante a Copa do Mundo? Em Tempo, São Paulo, n. 10, mai. 1978.

PO (Política Operária). A conjuntura nacional. Brasil Socialista, Paris, ano I, n. 2, abr. 1975.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. Estudos Históricos, vol. 2, nº 3. 1989, p.03-15.

POMAR, Pedro. Guerrilha: as razões da derrota. Movimento, São Paulo, n. 199, abr. 1979.

POMAR, Rachel. João Amazonas e a Guerrilha do Araguaia. Movimento, São Paulo, n. 217, ago. 1979.

PORTELA, Fernando. O Debate. Movimento, São Paulo, n. 235, dez. 1979.

PRATA, Carlos e HENRIQUE, João. Marighella: meu pai. Em Tempo, São Paulo, n. 94, dez. 1979.

QUARTIM, João. Introdução as teses de Debray. Debate. Chile, n. 2, abr. 1970.

QUINALHA, Renan Honório. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a "teoria dos dois demônios". Revista Jurídica da Presidência, v. 15, n. 105, p. 181-204, 2013.

RAMOS, José Mário Ortiz e RESENDE, Luís Carlos. Fernando Gabeira em nova roupagem. Em Tempo, São Paulo, n. 97, jan. 1980.

RAMOS, Lúcia. João Amazonas e a Guerrilha do Araguaia. Movimento, São Paulo, n. 219, set. 1979.

RECONCILIAÇÃO nacional ou luta pelas liberdades democráticas? Unidade e Luta, Chile, n. 1, mai. jun. 1972.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004). Bauru (SP): Edusc, 2004.

REIS, N. F. I.; MARCOS, V.; MOREIRA, E. S. Transamazônica, Guerrilha do Araguaia e luta pela terra: a ocupação territorial no Sudeste do Pará durante a ditadura civil-militar. Cadernos do CEOM,Chapecó, v. 34, n. 55, p. 175-189, dez. 2021. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/6454. Acesso em: 8 fev. 2024

REVOLUÇÃO socialista ou caricatura da revolução. Nova Luta, Portugal, ano I, n. 8, dez. 1973. Suplemento.

REZENDE, Ricardo. O erro de Movimento. Movimento, São Paulo, n. 228, nov. 1979.

RIBEIRO, Maria Claudia Badan. As redes políticas de solidariedade na América Latina. Tempo e Argumento, v. 08, p. 311-349, 2016.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan; AYALA, Mario. Exílios latino-americanos e solidariedade transnacional durante a Guerra Fria. Cuadernos de Historia. Serie Economía y Sociedad, n. 29, p. 135-143.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, Editora Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: Unesp, 2010.

RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). História do marxismo no Brasil. Vol. 6. Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Elbío. Faltou um partido para organizar a massa. Movimento, São Paulo, n. 225, out. 1979.

ROLLEMBERG, Denise. Memória, opinião e cultura política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). Modernidades alternativas, v. 1, p. 57-96, 2008.

ROLLEMBERG, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. As esquerdas no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs) As esquerdas no Brasil volume 3: Revolução e Democracia 1964... Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio. O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: EDUSC, p. 277-296, 2004. IN: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo E MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) O Golpe e a ditadura militar 40 anos depois. São Paulo: Edusc, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. O Apoio de Cuba à Luta Armada do Brasil. Rio de Janeiro, Mauad, 2001.

ROLLEMBERG, Denise. Resistência: memória da ocupação nazista na França e na Itália. São Paulo: Alameda, 2016.

ROUSSO, Henry. Pour une historie de la mémoire collective. I´aprés Vichy. In: PENCHANVSKY, Denis; POLLAK, Michel, Michek; ROUSSO, Henry (org.) Histoire politique et sciences sociales. Bruxelas; Éditions Complexe, 1991

RUY, José Carlos. O dia-a-dia da Guerrilha do Araguaia. Movimento, São Paulo, n. 197, abr. 1979.

SALES, Jean Rodrigues (org). Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

SALES, Jean Rodrigues. Resistência, revolução e democracia: o debate sobre a luta armada na esquerda brasileira (1969-1985). Tempo e Argumento, v. 12, n. 31, p. e0206-e0206.

SANTOS, José dos. Como criticam os militaristas. Unidade e Luta, Chile, n. 1, mai. jun. 1972.

SCHINCARIOL, Rafael LFC. Apontamentos sobre o significado de memória e verdade no legado da ditadura civil-militar brasileira. Plural, v. 21, n. 2, p. 150-167, 2014.

SCHINCARIOL, RLFC. A Comissão da Verdade no Brasil. Trabalho apresentado no IV Seminario Politicas de la Memoria: Ampliación Del campo de los derechos humanos. Memórias y Perspectivas, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho Revista Tempo e Argumento, vol. 2, núm. 1, enero-junio, 2010, pp. 3-20 Universidade do Estado de Santa Catarina Florianópolis, Brasil. Revista Tempo e Argumento, v. 2, n. 1, p. 3-20, 2010.

SETH, Sanjay. Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva? *História da Historiografia*, n. 11, abril 2013, p. 174.

SEVES, N. C.. Jornal Movimento: um espaço de rearticulação das esquerdas na transição política brasileira. REVISTA URUTÁGUA (ONLINE), v. 1, p. 18-42, 2016.

SILVA, A Impressões de uma primeira leitura. Debate. Chile, n. 7, set. 1971.

SILVA, Clea. El neofoquismo: la nueva "teoría" pequeñoburguesa de la revolución. Palmares: marxismo y revolución, Chile, n. 1, dez. 1971.

SITUAÇÃO da classe operária em Sorocaba. Unidade e Luta, Chile, n. 1, mai. jun. 1972.

SOBRE os atuais partidos, organizações e grupos de esquerda. Unidade e Luta, Chile, n. 5 e 6. jan – abr. 1973.

SOUZA, M. L. de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócioespacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TAVARES, Diogo. A autocrítica que não foi feita. Debate. Chile, n. 9, abr. 1972.

TELES, Janaina de Almeida. Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TIBÚRCIO, Carlos. Guiné Bissau e Cabo Verde constroem uma nova sociedade. Em Tempo, São Paulo, n. 2, jan. 1978. Experimental.

TOVAR, Luís Antônio. Crítica ao "Programa Socialista para o Brasil" (PSB). Brasil Socialista, Paris, ano I, n. 2, abr. 1975.

TRAVERSO, Enzo. Melancolia de esquerda: marxismo, história e memória. Belo Horizonte: Ayiné. 2018.

UM REPORTER conta a Guerrilha do Araguaia. Movimento, São Paulo, n. 189, jan. 1979.

VILLA, Raul. Notas sobre a questão tática. Brasil Socialista, Paris, ano I, n. 3, jul. 1975.

VILLAS, Alberto e NETO, Manuel Domingos. “O que está aí é ainda uma Ditadura disfarçada”. Movimento, São Paulo, n. 215, ago. 1979.

WEICHERT, Marlon Alberto. O financiamento de atos de violação de Direitos Humanos por Empresas durante a ditadura brasileira. *Revista Acervo*, v. 21, n. 2, p. 183-192, 2011.